



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RIVALDO AMADOR DE SOUSA

**ENTRE DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA:
COTIDIANO E LUTAS DE HOMENS E MULHERES DO CAMPO EM ALAGOA
GRANDE E REGIÃO - 1964-1985**

**RECIFE
2023**

RIVALDO AMADOR DE SOUSA

**ENTRE DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA:
COTIDIANO E LUTAS DE HOMENS E MULHERES DO CAMPO EM ALAGOA
GRANDE E REGIÃO - 1964-1985**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: Sociedades, Culturas e Poderes

Orientadora:

Prof.^a. Dr.^a. Maria do Socorro Ferraz Barbosa

RECIFE

2023

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

S725e Sousa, Rivaldo Amador de.
Entre dominação e resistência : cotidiano e lutas de homens e
mulheres do campo em Alagoa Grande e região - 1964-1985 / Rivaldo
Amador de Sousa. – 2023.
485 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Maria do Socorro Ferraz Barbosa.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2023.

Inclui referências.

1. História. 2. Dominação. 3. Violência patronal. 4. Trabalhadores
rurais. 5. Zona canavieira – Paraíba. 6. Resistência. I. Barbosa, Maria do
Socorro Ferraz (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2024-102)

RIVALDO AMADOR DE SOUSA

**ENTRE DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA:
COTIDIANO E LUTAS DE HOMENS E MULHERES DO CAMPO EM ALAGOA
GRANDE E REGIÃO - 1964-1985**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial à obtenção do título de Doutor
em História
Área de concentração: Sociedades, Culturas e
Poderes

Aprovada em: 31/08/2023

Banca Examinadora

[Participação por videoconferência](#)

Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro Ferraz Barbosa
Orientadora (Universidade Federal de Pernambuco)

[Participação por videoconferência](#)

Prof^a. Dr^a. Christine Paulette Yves Rufino Dabat
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

[Participação por videoconferência](#)

Prof^o. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira
Membro Titular Externo (Universidade Federal da Paraíba)

[Participação por videoconferência](#)

Prof^o. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
Membro Titular Externo (Universidade Federal da Paraíba)

[Participação por videoconferência](#)

Prof^o. Dr^o. Martinho Guedes dos Santos Neto
Membro Titular Externo (Universidade Federal da Paraíba)

RECIFE
2023

Aos **homens e mulheres do campo**, principalmente aos que dedicaram a sua vida pela causa da classe trabalhadora com toda vontade de viver dias melhores.

À minha **mãe Dodora** (*In memoriam*) que me introduziu, ainda pequenino, nos labores da “roça”, plantando gergilim onde as carreiras de milho e feijão acabavam. E assim, fui experienciando a vida no campo: a pastorear ovelhas para não invadir as plantações vizinhas; a desleitar a vaca “Saia Branca” e colocá-la para pastar; a guiar o boi Surubim com seus passos resistentes e preguiçosos enquanto meu irmão Edmarques acompanhava conduzindo a campinadeira na aragem da terra; a quebrar milho verde para fazer canjica e pamonha; a revolver a terra, eliminando as ervas daninhas para as plantações crescerem; a sofrer com a perda das plantações em período de estiagem, porque, no sertão “se o céu não chorar o povo chora”; a olhar o nascente à tardinha e enxergar com os olhos de festa os torreames desenhados na linha do horizonte, ameaçando uma noite inteira de precipitação chuvosa, acompanhada de trovões e relâmpagos com a mesma alegria de quem espera uma boa colheita em fim de inverno. Enquanto isso, debaixo da minha rede sempre tinha goteira.

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo caminho trilhado até aqui, mesmo quando as alegrias se fizeram ameaçadas e as turbulências da vida me amedrontaram; mesmo entre as idas aos médicos e aos arquivos;

Aos meus filhos, Lucas Ryan, Gabriel Naum e Gael Noha que me fizeram acreditar que a vida valia a pena.

À Alba minha amiga, minha companheira, meu amor, pela paciência, pelo carinho, pela compreensão. Você me ensinou que os dias de tempestades devem ser atravessado sempre com os olhos de esperança.

Aos meus irmãos e irmãs que mesmo distantes se fizeram tão presente com uma conversa, com uma mensagem cheias de afetos que me faziam sentir na nossa casa do sítio.

À minha orientadora, Socorro Ferraz, pela atenção e prontidão. A ela agradeço a paciência para comigo. Pelas lições na escrita da história.

Às professoras Socorro Ferraz, Christine Dabat, Socorro Abreu, Regina Beatriz, Bartira Ferraz e Ana Beatriz. Aos professores Tiago Bernardon, Paulo Giovani e Martinho Guedes. Deixo aqui o meu apreço e gratidão pelos novos horizontes que me foi oferecido

À banca, professoras Socorro Ferraz, Christine Dabat e Bartira Ferraz, aos professores Tiago Bernardon, Paulo Giovani, Martinho Guedes e Severino Bezerra.

A Seu Pedro do Arquivo Histórico Waldemar Duarte – Fundação Espaço Cultural FUNESC, que durante os intervalos contava as suas histórias de fotógrafo intinerante pela cidades interioranas da Paraíba. A Normando Madeiro que abriu os espaços do Arquivo da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD – TRT 13. A José Wamberto (Beto do sindicato) que me recebeu respeitosamente no STR de Alagoa Grande para uma pesquisa documental naquela entidade. Em nome deles agradeço a todos aqueles que me acolheram tão gentilmente nos seus espaços de pesquisas, memoriais e arquivos.

Aos meus entrevistados que abriram as portas de seus mundos de experiências e confiaram as suas histórias.

Aos colegas que repartiram momentos tão agradáveis nas aulas e fora das salas. Aos amigos que compartilharam experiências nas viagens às aulas no Recife. A Simone, Rodrigo, Lidiane, Julio César.

À Maria, pela simplicidade e o espírito de prontidão. Pelo saber transformar momentos difíceis em pontes para conquistas. À Tatiana que sempre me atendeu e me ouviu com tanto respeito e carinho. À Ivoneide que tanto me ouviu com muita paciência.

A todos que fazem o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de

Pernambuco. À Sandra Regina pela cordialidade, presteza e dedicação, que sempre foi tão solícita.

Sou grato ao CNPq pela concessão da bolsa durante parte da minha pesquisa.

RESUMO

Durante a segunda metade do século XX, as transformações pelas quais a área da zona canavieira da Paraíba passou estão estritamente relacionadas à exploração da cultura da cana-de-açúcar. Nesse espaço e numa conjuntura política de um estado autoritário (1964-1985), um conjunto de eventos históricos explica, em sua própria imbricação, as transformações e mudanças experienciadas por homens e mulheres que laboravam no mundo rural dessas áreas. A chamada “modernização” da indústria da sacarose; a intensificação desenfreada da concentração fundiária; a expansão dos canaviais; a crescente violência patronal contra a gente despossuída do campo; a expulsão de moradores de engenhos, obrigando-os a migrarem para as periferias urbanas, o que redesenhou os perímetros urbanos das grandes e pequenas cidades. O modelo de governo antidemocrático instituído durante o período de 1964 a 1985 empoderou as classes dominantes que concentraram ainda mais em suas mãos capitais econômico, político, social e simbólico. Todos esses fatores permitiram a intensificação da precarização das relações de trabalho e das condições de vida, bem como da pobreza, da miséria no campo e nas pontas de rua. Esta tese de doutoramento estuda as práticas de dominação de senhores de terra e de política, como também as lutas de resistência da classe trabalhadora rural em Alagoa Grande - município localizado na microrregião do Brejo, a cerca de 120 km a oeste da capital do estado - em diálogo constante com as diversas experiências ocorridas em outras regiões da zona canavieira da Paraíba. Foram várias as tentativas de mobilização de esforços por homens e mulheres do campo no sentido de conter esse processo de dominação, investindo forças, por meio de diferentes formas de resistência, contra todas as situações de opressão vivenciadas no cotidiano e refletidas diretamente em suas condições de vida e de trabalho. Os embates travados entre empregadores e empregados, moradores e proprietários, rendeiros e senhores de terra constituíram na zona canavieira um espaço de tensão e ocuparam páginas de jornais, mobilizando uma parcela da sociedade. Por meio da arte de resistir, trabalhadores e trabalhadoras rurais ocuparam diversos espaços formais e não formais, denunciando e promovendo embates. As páginas da imprensa, os sindicatos, os fóruns, as ruas, as praças e as igrejas se tornaram lugares de uma luta política que permitiu o enfraquecimento da dominação das elites agrárias e políticas, denunciando a exploração, a violência patronal e do próprio Estado. O abundante material documental utilizado nesta tese permitiu reescrever as experiências dos trabalhadores e trabalhadoras rurais da zona canavieira da Paraíba, possibilitando identificar que as lutas de resistência consentiram fraturar as velhas relações no campo e construir condições para uma reconfiguração nas relações de poder e de trabalho no

mundo rural, situação que lhes propiciou sair do silêncio e evocar seus lugares na sociedade enquanto sujeitos de direitos.

Palavras-chave: dominação; violência patronal; cotidiano dos/as trabalhadores/as rurais; zona canavieira da Paraíba; resistência;

ABSTRACT

For half of the 20th century in Brazil, the transformations occurred in the state of Paraíba's area of the sugarcane zone were strictly related to the exploration of the sugarcane culture. In this context social and involved by the authoritarian state political (1964-1985), a set of historical events explains, through imbrications, the transformations and changes experienced by rural workers men and women develop its activities in these areas. The so-called sucrose industry's modernization; the unbridled intensification of land concentration; the sugarcane fields' expansion; the growing employer violence against men and women without land; the expulsion of sugar mill residents, forcing them to migrate to the urban outskirts, fact that contributed to redesigned the urban perimeters of large and small cities. The undemocratic government model instituted between 1964 to 1985 empowered the dominant classes, they concentrated even more in their hands the economic, political, social and symbolic capital. These factors contributed the intensification of precarious work relations and living conditions and the misery in the rural and on the streets fields. This doctoral search studied the domination practices of landlords and politics, as well as the resistance fights of Alagoa Grande rural workers class - a city located in the Brejo a microregion from state of Paraíba/Brazil, both located about 120 km west of the state capital - in constant dialogue with the different experiences that occurred in other regions from state of Paraíba's sugarcane zone. There were many attempts to mobilize efforts by rural workers to contain this process of domination, because they invested different forms of resistance forces against all situations of oppression experienced in everyday life that directly reflected in their living and working conditions. All the clashes occurred between employers and rural workers, sugar mill residents and owners sugar mill, tenants and landlords constituted a space of tension in the sugarcane zone and occupied newspaper pages, mobilizing a portion of society. Through the art of resisting rural workers occupied various formal and non-formal spaces, denouncing and promoting clashes. All the newspapers pages, unions and forums, streets, squares and churches became fight political places that allowed the weakening of the domination of the agrarian and political elites, denouncing exploitation, employers' violence and the itself state of Paraíba. The plentiful documentary content used in this doctoral search allowed to rewrite the experiences of rural workers in the state of Paraíba's sugarcane zone, as well as possible to identify that the resistance fights allowed for the fracturing of old relations in the rural field and to build conditions for a reconfiguration of power relations and work in the rural world, because this situation that allowed rural workers to leave the silence zone and evoke their place in society as subjects of rights.

Keywords: domination; employer violence; daily life of rural workers; state of Paraíba's sugarcane zone; resistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01:	Localização do estado da Paraíba e do município de Alagoa Grande no mapa da América do Sul	27
Figura 02:	Alagoa Grande no Google Maps.....	29
Figura 03:	Carta Topográfica do município de Alagoa Grande-PB, 1970, Sudene. Escala:1:25.000.....	31
Figura 04:	Vale de Alagoa Grande, 1956.....	32
Figura 05:	O Vale de Alagoa Grande-PB visto a partir da Serra do Gavião, 1956.....	33
Figura 06:	Vista da escarpa da serra da Borborema em Alagoa Grande-PB, 1956.....	39
Figura 07:	Mapa da área Canavieira do Estado da Paraíba. 1985.....	59
Figura 08:	Gráfico de área de terra plantada de cana-de-açúcar em hectares.....	61
Quadro 01:	Produção da cana de açúcar 1970-1989.....	63
Quadro 02:	Usinas de açúcar e destilarias no Estado da Paraíba.....	64
Figura 09:	Mapa do parque industrial sucroalcooleiro da Paraíba.....	65
Figura 10:	Usina Tanques em Alagoa Grande-PB, 1979.....	78
Figura 11:	Reservatórios da Usina Tanques em Alagoa Grande-PB, 1979.....	79
Figura 12:	As principais famílias latifundiárias na Paraíba e seu domínio territorial.....	118
Quadro 03:	Estrutura Fundiária da Zona Açucareira da Paraíba no ano de 1985.....	119
Quadro 04:	Políticos ligados à família de Agnaldo Velloso Borges.....	204
Figura 13:	Bairro Morro do Cruzeiro em Alagoa Grande-PB, 1979.....	279
Figura 14:	Casas de taipa no bairro Morro do Cruzeiro em Alagoa Grande-PB, 1979.....	280
Figura 15:	Condições da moradia no Bairro Morro do Cruzeiro, Alagoa Grande-PB, 1979.....	281
Figura 16:	Populares transportando água. Morro do Cruzeiro - Alagoa Grande-PB, 1979.....	282
Figura 17:	Arruado 01 na usina Tanques, sítio Tanques, Alagoa Grande-PB, 1979.....	283
Figura 18:	Arruado 01 e açude na usina Tanques, Alagoa Grande-PB, 1979.....	284
Figura 19:	Arruado 02 na usina Tanques, sítio Tanques, Alagoa Grande-PB, 1979.....	284

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Barsileira de Imprensa
ALEP	Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba
ANCAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASPLAN	Associação de Plantadores de Cana da Paraíba
BDGEx	Banco de Dados Geográfico do Exército
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAGEPA	Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba
CDAG	Conselho de Desenvolvimento de Alagoa Grande
CDDH	Centro de Defesa dos Direitos Humanos
CDP	Coligação Democrática Cristã
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CENTRU	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CEPLAR	Campanha de Educação Popular da Paraíba
CEVPM-PB	Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNDU	Conselho Nacional do Desenvolvimento Urbano
CNL	Coligação Nacional Libertadora
CODDH	Centro de Orientação dos Direitos Humanos
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DNERu	Departamento Nacional de Endemias Rurais
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ET	Estatuto da Terra
ETR	Estatuto do trabalhador Rural
FAEPA	Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba
FETAG-PB	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba
FSESP	Fundação Serviço Especial de Saúde Pública
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNDAP	Fundação de Colonização e Desenvolvimento Agrário do Estado da Paraíba
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IPHAEP	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba

JCJ	Junta de Conciliação e Julgamento
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEB	Movimento de Educação de Base
MP	Ministério Público
NDIHR	Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial de Saúde
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PECE	Programa Especial de Combate à Esquistossomose
PFL	Partido da Frente Liberal
PIN	Programa de Integração Nacional
PL	Partido Libertador
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POLAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PR	Partido Republicano
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PROCANOR	Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste
PRORURAL	Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PPR	Partido Progressista Reformador
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
SANBRA	Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A.
SAR	Serviço de Assistência Rural
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEDUP	Serviço de Educação Popular
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública
SSP	Secretaria de Segurança Pública
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUCAM	Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA	Superintendência de Reforma Agrária
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TRT	Tribunal Regional do trabalho
UDN	União Democrática Nacional
UDR	União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	CONTEXTOS: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOB DIFERENTES ASPECTOS.....	25
2.1	DO CENÁRIO: DENTRO DE UM CONTEXTO.....	25
2.2	O FRAGMENTO EM SUA UNIDADE: ASPECTOS FÍSICOS E GEOGRÁFICOS.....	27
2.3	A “LAGOA DO PAÓ”: ELEMENTOS CONTRIBUTIVOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA DO LUGAR.....	35
2.4	AS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE O LOCAL E O REGIONAL: ALGUNS ASPECTOS.....	38
2.5	UMA PAISAGEM SOCIAL: POPULAÇÕES, DESLOCAMENTOS.....	41
2.6	A CONJUNTURA POLÍTICA E O CONTEXTO SOCIAL DA LUTA: ENSAIOS E CONDIÇÕES.....	44
3	A FÁBRICA DO AÇÚCAR: A USINA TANQUES NA ZONA AÇUCAREIRA DA PARAÍBA.....	52
3.1	O ENGENHO: CENÁRIOS PRINCIPIANTES.....	52
3.2	A ARQUITETURA DA ZONA AÇUCAREIRA NA PARAÍBA.....	53
3.3	O PARQUE INDUSTRIAL SUCROALCOOLEIRO NA PARAÍBA.....	59
3.4	UMA NOVA PAISAGEM RURAL: O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DAS USINAS.....	66
3.5	A USINA TANQUES: CRIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO.....	73
3.6	EM NOME DO “PROGRESSO” E DO CAPITAL: DESFLORESTAMENTO E POLUIÇÃO.....	80
4	SENHORES DE TERRA E DE POLÍTICA: PRÁTICAS E DISCURSOS DE DOMINAÇÃO.....	88
4.1	A POLÍTICA NA PARAÍBA: REDES E DISCURSOS.....	88
4.1.1	Representações e discursos dominantes.....	97
4.2	AS INSTITUIÇÕES E SEUS DISCURSOS.....	101
4.2.1	O Estado e seu discurso.....	103
4.2.2	A igreja e seu discurso.....	110
4.3	CAPITAL ECONÔMICO: CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA.....	115
4.4	SENHORES DE TERRA, SENHORES DO MUNDO.....	121

4.4.1	“Porque eu sou juiz, delegado e dirigente da terra”	122
4.4.2	O Grupo da Várzea	128
4.5	“CAMPOS DE VIOLÊNCIA”: FORMAS ESTRANHAS DE DOMINAÇÃO?	133
4.5.1	A expulsão dos moradores	134
4.5.2	O uso da violência: as formas mais perversas de dominar	148
4.6	AS FAMÍLIAS POLÍTICAS E O EXERCÍCIO DO PODER	185
4.6.1	A família Velloso Borges	191
4.6.2	Manobras: a política como um jogo?	202
4.6.3	O poder de mando	212
5	O COTIDIANO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS: CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO	215
5.1	O ESPETÁCULO DA POBREZA	215
5.2	O TRABALHO, OS TRABALHADORES E AS TRABALHADORAS	226
5.2.1	A infância: antes de “terminar de nascer os detinhos eu já [estava] cortando cana”	227
5.2.2	Estudar, porque “quem não sabe ler é cego”	234
5.2.3	A vida rural: “a luta no campo era pesada”	237
5.2.4	A trabalhadora rural: a presença da mulher na zona canavieira	250
5.3	LUGAR DE MORADA: O SÍTIO E A HABITAÇÃO	267
5.3.1	O sítio	268
5.3.2	As habitações propriamente ditas	274
5.4	A ALIMENTAÇÃO	286
5.4.1	Entre a fome e a fartura	286
5.4.2	A obtenção da água	294
5.5	DOENÇAS, ACIDENTES DE TRABALHO E PRÁTICAS DE CURA	295
5.5.1	Doenças	297
5.5.2	Acidentes no trabalho e assistência médica	301
5.5.3	Assistência médica e práticas de cura	307
5.6	NÃO SÓ DE TRABALHO VIVE O HOMEM: A FESTA, O LAZER E A FEIRA	311
5.6.1	Festa e lazer: “nunca tinha visto uma festa”, “eu sabia o que era isso, homi”	313
5.6.2	A feira	317
6	A ARTE DE RESISTIR: SUAS DIFERENTES FORMAS	330
6.1	FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E TEMP(L)OS DE LUTA	330
6.1.1	Das Ligas para o Sindicato	331

6.1.2	A construção do STR de Alagoa Grande: surgimento e afirmação.....	343
6.1.3	Um espaço de combate: o Sindicato e suas ações.....	361
6.1.4	Sindicatos: “um bicho de sete cabeças”	375
6.2	O PAPEL DE UMA SINDICALISTA: “É MELHOR MORRER NA LUTA DO QUE MORRER DE FOME”	380
6.2.1	“Nós não queremos o que é de ninguém, não. Nós queremos o que é nosso.....	393
6.2.2	Uma resistência Feminina.....	397
6.3	“SURPREENDENTES E GRANDIOSAS MANIFESTAÇÕES COLETIVAS”: AS GREVES NA ZONA CANAVIEIRA.....	401
6.4	A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DO DIREITO.....	426
6.5	LUTA DE CLASSE. CONSCIÊNCIA DE CLASSE?	440
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	453
	REFERÊNCIAS.....	457

1 INTRODUÇÃO

As primeiras dificuldades encontradas para empreender uma pesquisa em nível de doutorado foi adentrar no estudo dos mundos do trabalho sem ter realizado uma pesquisa acadêmica na perspectiva da história social. Do mesmo modo, foi inédito lidar com as dificuldades de operar temas estritamente ligados às emoções humanas, como o sofrimento, a dor, a perda. Não é nada fácil se manter distante daquilo que se encontra tão próximo. No mestrado, busquei compreender o cotidiano da população de uma cidade do interior da Paraíba durante a primeira metade do século XX, analisando as novas sensibilidades e sociabilidades ali constituídas, a partir da presença de elementos do moderno. Embora tenha encontrado algumas dificuldades para transitar da história cultural para a história social, as experiências de infância e juventude no campo, enquanto sobrevivia do cultivo das terras, e, depois, enquanto aluno do curso de História em um Campus da UFPB, no Alto Sertão paraibano, certamente ajudaram nesse processo de penetrar no campo de estudo dos mundos do trabalho rural.

O interesse pelo tema aqui explorado teve início com uma pesquisa realizada para o Projeto de Requalificação do Museu Casa Margarida Maria Alves¹ –, localizado no município de Alagoa Grande², nos anos de 2013 e 2014. O contato com as primeiras fontes abriu caminho para um diálogo com a história social do trabalho. Até aquele momento, minhas pesquisas eram recortes limitados ao campo da história cultural, o que exigiu percorrer outros caminhos teóricos que me permitissem responder aos questionamentos postos pelo *corpus* documental com o qual me defrontei.

Nesses primeiros momentos, alguns dos contatos iniciais com pessoas do movimento sindical e trabalhadores/as rurais foram mediados por funcionários da Secretaria de Educação e Cultura, o que me permitiu obter algumas informações relacionadas à vida e luta de Margarida e ao movimento sindical rural na região do Brejo paraibano. No entanto, num diálogo mais aprofundado, principalmente sobre a violência no campo e o poder exercido pelas elites agrárias do Brejo, as respostas obtidas foram tão somente um silêncio e gestos que escondiam informações. Contudo, como se pode ver no decorrer dos capítulos, alguns entrevistados e entrevistadas foram além das perguntas a eles dirigidas.

¹ A antiga residência da sindicalista, situada na Rua Olinda, foi transformada em Museu Casa Margarida Maria Alves e inaugurada no ano de 2001.

² O Município de Alagoa Grande se encontra situado na microrregião do Brejo paraibano, distante a cerca de 110 quilômetros da capital do estado.

A partir de algumas narrativas, foi possível compreender que a região da zona canavieira da Paraíba era um espaço em que ainda ressoava certa tensão, com “tragédias” que marcaram a vida da gente despossuída do campo, como a “tragédia de Mari” (1964) e os assassinatos de João Pedro Teixeira (1962) e da líder Sindical Margarida Maria Alves (1983). De modo geral, traços e sinais de dominação e resistência, nas imagens, falas e discursos, consistiam em elementos essenciais das narrativas. À luz de uma historiografia regional e da história social do trabalho, esse embate na palha da cana, com as vozes de uma gente despossuída, revelou-se com mais intensidade, ecoando em outras versões com toda a vontade de narrar as suas próprias histórias.

Diante disso, esta tese nasce de uma problemática proposta a partir das leituras e dos contatos com as fontes históricas sobre esse embate, no afã de compreender como se davam as práticas de dominação de senhores de terra e de política, e de que maneira os grupos ditos subalternos desenvolveram as suas formas de resistência organizadas e diretas. Desse modo, com base em vivências e experiências de homens e mulheres do campo esquecidos pela narrativa oficial, buscou-se compreender e analisar como estes sujeitos sociais empreenderam esforços cotidianamente, no sentido de promover alguma resistência às formas de humilhação, coação, ameaça, violência, exploração ilegal e expropriação exercidas por proprietários de terras da zona canavieira de Alagoa Grande e região circunvizinha.

A delimitação espacial não se deu por acaso. A partir dos contatos com as fontes históricas, foi possível identificar, na região do Brejo paraibano, um conjunto de fatores que denunciavam a atuação dominante de grupos agrários e, ao mesmo tempo, a atuação combativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande e adjacências. Consistia em um espaço de profundas tensões sociais e políticas, e que se caracterizava por uma verdadeira luta de classes. Tudo isso durante um período de mais de vinte e um anos de estado autoritário 1964-1985.

Na Paraíba, nos anos de 1970, a exploração da cana-de-açúcar se expandiu aceleradamente, por quase toda a Zona da Mata e em áreas ainda não cultivadas no Agreste. Em 1985 a zona canavieira do estado ocupava cerca de trinta e oito municípios. O parque industrial sucroalcooleiro era de exploração exclusiva de um pequeno grupo de famílias políticas do estado. Nesse mesmo período, a concentração fundiária aumentou à medida que a pobreza, a miséria e a violência no campo cresceram assustadoramente. Essa mesma elite econômica era a mesma que controlava a política no estado, ocupando os principais cargos políticos e indicando pessoas de sua confiança (familiares e amigos) para ocupar funções estratégicas na máquina do Estado.

Do mesmo modo, a delimitação temporal estabelecida - 1964-1985 - abarca mais de duas décadas, período em que o país foi governado por uma ditadura empresarial-militar³. O chamado “milagre brasileiro”, explicado pelo arrocho salarial, aponta quem pagou o preço. De modo semelhante, o processo que acelerou a urbanização do país, nos anos 1970, tem na expulsão de populações do meio rural, principalmente da região Nordeste, um dos seus principais fatores⁴, embora, naquele momento, esse processo de migração seja tratado pela geografia tão somente como êxodo rural. Durante mais de duas décadas, o estado de exceção colaborou decisivamente com a expulsão de cerca de quinze milhões de trabalhadores do campo⁵. Dessa forma, as pequenas, médias e grandes cidades localizadas na zona canavieira da região Nordeste expandiram, de forma acelerada e desordenada, a sua malha urbana periférica, empurrando o seu perímetro para áreas de risco ambiental e social, e criando bolsões de pobreza.

Essas evidências não se encontram isoladas. Antes de tudo, trata-se do resultado de um processo que se estende por um longo período, moldando espaços e corpos para o capital. Portanto, essa realidade pode ser pensada no interior da dinâmica de um contexto muito mais amplo e definido de maneira breve como “um sistema social histórico”, o capitalismo⁶.

Dos agentes históricos e das fontes documentais

Pensar os atores sociais dos mundos do trabalho enquanto agentes históricos e fazer emergir suas vozes em documentos produzidos, em grande parte, por discursos de grupos dominantes exige um certo esforço para desmontar inicialmente discursos e, em seguida, descortinar os interesses que se encontram por trás do processo de sua produção. Assim, por exemplo, as matérias jornalísticas que denunciam a violência patronal contra trabalhadores rurais, se encontram, geralmente, estruturadas numa narrativa policialesca e, em muitos casos, aparecem eivadas de estereótipos e preconceitos⁷.

³ Termo cunhado pelo cientista político uruguaio René Dreifuss. DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe**. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1981. Nesta tese, foram adotados os termos “empresarial-militar” e “civil-militar” para designar um governo que tinha uma decisiva participação das classes empresarial, industrial sucroalcooleira e latifundiária, ou seja, de proprietários rurais.

⁴ NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 165

⁵ Vanderley Caixe: “nesses 21 anos foram expulsos do campo 15 milhões de trabalhadores”. **A UNIÃO**. João Pessoa, 14 mar. 1985, Ano XCIII, Nº 33, p. 09.

⁶ WALLERSTEIN, Immanuel. **Le capitalisme historique**. Paris: La Découverte, 1990. Collection Repères.

⁷ LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 138-141.

Nos processos trabalhistas, a riqueza da polifonia permite perceber uma diversidade de vozes que teatralizam os embates, fazendo aparecer os dominantes e os dominados com mais clareza. A condução de quem e quando deve falar limita a fala do reclamante, das testemunhas, ao mesmo tempo em que limita as respostas somente ao que foi perguntado. Além de tudo isso, é preciso considerar que essas falas são perpassadas, também, pelo processo de transcrição, elaborado conforme um modelo oferecido/imposto e fechado à própria interpretação dos magistrados, vogais e advogados.

As fontes orais oferecem uma narrativa que descreve um passado à luz de um presente. Não se trata de narrar o passado tal como foi. Ao rememorem as suas experiências no campo do trabalho na palha da cana, sobre a sua infância, sobre a luta política de resistência, os entrevistados se utilizam de “uma forma artesanal de comunicação” e mergulham, em sua própria vida, o acontecimento para, depois, oferecerem as suas memórias a quem escuta⁸. Para muitos entrevistados, a sua versão é um esforço inteligível de desmonte de uma história oficial. E esse “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho”, como define Ecléa Bosi⁹.

De modo semelhante a escrita das atas sindicais carregam em si não apenas o que dizem, mas, também, como dizem. A elaboração das atas consiste num esforço de, ao mesmo tempo em que tenta se descrever o que acontecia na assembleia, expondo alguns temas da pauta que foram debatidos, fazendo silenciar algumas discussões cujo registro era indesejado, haja vista se encontrarem em um temp(l)o de lutas, ou, simplesmente, porque consideradas desimportantes. Trata-se de um conjunto de cinco atas de dezenove anos, secretariadas por diferentes pessoas. Portanto, são caligrafias distintas que exigem, para uma melhor compreensão, repetidas leituras. Em vários casos, os temas explorados só podem ser compreendidos melhor quando dialogados com outros documentos. No entanto, a riqueza de informações revela como a luta organizada foi ampliando suas forças, construindo um comportamento e uma consciência de classe. É importante lembrar que, nesses documentos, não se encontram apenas as vozes de lideranças sindicais, de homens e mulheres que laboravam na palha da cana, mas, também, falas que representam setores sociais conservadores.

Para estudar o comportamento e algumas práticas dos grupos dominantes, foram consultadas algumas fontes, como biografias que trazem fragmentos da vida privada e pública,

⁸ BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7 ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 205.

⁹ BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 16 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 55.

como também de suas relações de poder. No sítio do Tribunal Regional Eleitoral – TER-PB, foram acessadas diferentes informações sobre eleições e candidatos, a exemplo de cargos, partidos, números de votos, posições de liderança, de acordo com a votação, partido e situação. Além disso, dos lugares em que foram mais votados. Foi possível traçar a carreira política de algumas famílias políticas que atuaram no estado, durante a ditadura civil-militar. Nesse caso, a delimitação temporal não conseguia responder à dimensão de poder exercido por determinadas famílias detentoras de capital econômico, latifundiárias e que constituíram a política como “negócio de família”. O sítio FamilySearch¹⁰ tornou possível uma pesquisa genealógica sobre algumas dessas famílias. Também foram consultados documentos cartoriais, como livros de registro de nascimento, de casamento, de óbito, entre outros.

Nesse sentido, o trabalho com os documentos históricos foi um “processo de cotejamento”, consistindo num cruzamento de fontes graças ao qual foi possível evidenciar acontecimentos, constatar discursos de determinados grupos, considerando o contexto em que estavam inseridos.

Importante, também, foi a necessidade de investigar o caráter colonizador do discurso que estrutura o documento histórico, num trabalhado incansável de desmontar uma visão da classe dominante, pois que as práticas de dominação não se resumem à concentração de riquezas, ocupação de cargos políticos e manutenção de privilégios. De modo igual, ela se realiza no plano ideológico, apropriando-se de uma escrita da história local, escrita na qual, de modo generalizante, as vozes dos chamados “fazedores da história” determinam a narrativa do passado¹¹. Quem diz o que é verdade e o que é história, nessa perspectiva que silencia as vozes dos subalternos, são os grupos dominantes¹². Nesse sentido, investiu-se numa das teses da

¹⁰ Fundada em fins do século XIX por líderes da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, a *Sociedade Genealógica de Utah*, conhecida hoje como FamilySearch, é uma organização de pesquisa genealógica. Mantida por essa igreja, a FamilySearch oferece serviços que permitem aos seus usuários conhecer o seu parentesco e a sua genealogia. Utilizado em diversos países do mundo, o site se tornou uma fonte de informação genealógica. O seu objetivo está relacionado às crenças dos membros dessa igreja. Além do FamilySearch, diversos outros sítios de pesquisa genealógicas estão disponibilizados na internet, como o Ancestry, o Find My Past, o Lucidchart, MyHeritage, o Geneanet, entre outros. Esses sites podem ser acessados por meio da realização de um cadastro. No entanto, alguns deles exigem uma mensalidade pela oferta de seus serviços.

¹¹ Essa leitura do passado sob o filtro de uma elite local e de uma visão positivista é comum a uma história compilada dos municípios. Cf. FREIRE, José Avelar. **Alagôa Grande: sua história – 1625 a 2000**. 2 ed. João Pessoa: Editora **A UNIÃO**, 2002. Vol. 02. p. 85. Nessa perspectiva, a história seria feita apenas por determinados grupos sociais. Na década de 1990, o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, desenvolveu o “Projeto ‘História Local’”, a partir do qual foram publicados materiais que tratam de uma história dos municípios sob a perspectiva dos dominados. Cf. CAVALCANTI, Maria Helena Pereira *et al.* **Uma História de Pedras de Fogo**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993. Cf. também: CAVALCANTI, Maria Helena Pereira *et al.* **Uma História do Conde**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB- NDIHR/PRAC, 1996.

¹² GUHA, Ranahit. **Las Voces de la Historia y otros estudios subalternos**. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.

história defendidas pelo filósofo alemão Walter Benjamin, que propõe “escovar a história a contrapelo”¹³.

Além dessa documentação, também foram analisados livros de registros, livros de memórias, fotografias, discursos, sítios eletrônicos, entre outros documentos que ajudam a pensar uma história de homens e mulheres do campo na Paraíba. A utilização dessa variedade de fontes históricas permitiu trazer para as discussões as falas de diferentes extratos sociais, com o propósito de que essas conduzissem as narrativas.

Quanto à reprodução de fragmentos de certos documentos aqui explorados, foi decidido não fazer intervenção direta, como se fez em relação à escrita das atas sindicais. Em alguns casos, essa intervenção foi realizada para dar sentido ao que a fonte desejava revelar. No caso desses documentos, a sua forma ortográfica e gramatical tem um sentido que é próprio à sua interpretação. Portanto, em sua grande maioria, foi mantida a grafia original.

Os atores sociais aqui denominados trabalhadores e trabalhadoras rurais enfeixam todas as categorias que laboravam no mundo rural da zona canavieira da Paraíba (moradores de engenho/fazenda, assalariados que moravam em pontas de rua, foreiros, meeiros, posseiros, diaristas) e que se tornaram vítimas do processo de violência e dominação no campo, promovendo práticas de resistência a fim de superar um estado de subtração de seus direitos trabalhistas para se tornarem, de fato, sujeitos de direitos.

Da organização dos capítulos

Esta tese se encontra estruturada em cinco capítulos que buscam oferecer ao leitor uma história de homens e mulheres do campo da área canavieira de Alagoa Grande e da região circunvizinha, num diálogo interminável com experiências de outras áreas dominadas pela cultura da cana-de-açúcar. Na tentativa de responder como trabalhadores rurais desse espaço constituíram lutas políticas de resistência no sentido de romper com as práticas de dominação de senhores de terra, buscou-se conhecer um pouco esse espaço, identificando a estrutura do industrial açucareiro, as práticas de dominação, o cotidiano e a práticas de resistência da classe trabalhadora rural.

Nesse sentido, no segundo capítulo, intitulado ***Contextos: a produção do espaço sob diferentes aspectos***, apresenta-se o espaço aqui estudado sob vários aspectos: histórico, geográfico, econômico, social e cultural. O propósito é compreendê-lo a partir de um conjunto

¹³ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7 ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 225 (Tese VII).

de elementos dentro de uma configuração regional mais ampla e que ultrapassam o tempo e o espaço delimitados, mas sem a intenção de fazer desaparecer as suas peculiaridades.

No capítulo seguinte, que recebe o título de ***A Fábrica do Açúcar: a usina Tanques na plantation açucareira da Paraíba***, é analisada a atuação/o desempenho da usina Tanques, sediada no município de Alagoa Grande, dentro do parque industrial sucroalcooleiro da Paraíba. Considerando o papel da indústria canavieira na economia do Estado, o seu processo de “modernização”, o surgimento de novas unidades, com o apoio de recursos públicos e sua expansão impulsionada pelo Programa Nacional do Álcool - Proálcool, implantado no ano de 1975, foram explorados alguns impactos dessas mudanças, especialmente no campo ambiental. Além disso, é apresentado um breve histórico daquela unidade produtiva.

Em ***Senhores de Terra e de Política: práticas e discursos de dominação***, é estudado o comportamento de grupos dominantes que detinham certo domínio sobre a política e a economia agroindustrial do açúcar e do álcool. Vasculhando alguns arquivos foi possível encontrar documentos, como jornais e processos trabalhistas que revelam a violência patronal e a exploração ilegal nas relações trabalhistas do campo. Por meio do acesso ao site do Tribunal Regional Eleitoral - TRE, o uso de biografias, entrevistas, livros de memórias entre outras fontes, realiza-se uma discussão em torno da constituição da política do estado como “negócio de família”, identificando, por meio de estudo genealógico, como um pequeno grupo de famílias latifundiárias detinham o controle de cargos políticos durante décadas.

Nesse sentido, são analisadas algumas práticas e discursos de dominação empreendidos pelas elites agrárias e políticas da região da zona canavieira, na tentativa de demonstrar de que maneira elas operavam no sentido de manter seus interesses e privilégios, em detrimento dos interesses dos grupos subalternos. Apresentando uma dessas famílias de potentados, revelam-se as suas “origens” políticas e como o seu líder, acusado pelo Ministério Público, em dois momentos históricos, como um dos mentores dos assassinatos de dois líderes dos movimentos de resistência do campo, tornou-se inalcançável pela justiça e manteve o seu capital político inatingível, o que lhe permitiu reproduzir a sua linhagem política.

No quinto capítulo, ***O Cotidiano dos Trabalhadores Rurais: condições de vida e de trabalho***, são inventariadas as diversas experiências de homens e mulheres do campo, em diferentes espaços de seu cotidiano. Na busca de compreender as suas condições de vida e de trabalho, foram consultadas, principalmente, entrevistas, processos trabalhistas e fotografias. Perscrutando a vida da gente despossuída do campo são apresentados alguns aspectos que marcavam o seu cotidiano, como o desenvolvimento das suas atividades laborais, nas quais se realizava a exploração ilegal da força de trabalho com baixíssimos salários, precárias condições

alimentares e de habitação. Alguns fragmentos documentais permitiram identificar outros elementos que constituíam o seu cotidiano, como a exploração do roçado, os acidentes de trabalho e a presença da mulher na palha da cana.

No sexto e último capítulo, intitulado *A Arte de Resistir: suas diferentes formas*, é descrita e analisada a forma como se deu a luta de resistência de homens e mulheres do mundo rural da zona canavieira. Explorando jornais, entrevistas, atas sindicais, relatórios, livros de memórias etc., são analisadas as maneiras através das quais homens e mulheres do campo reagiram de maneira diversa à exploração do trabalho ilegal e à violência patronal, considerando o contexto político (ditadura civil-militar) a que estavam inscritos esses eventos históricos.

Nesse sentido, é demonstrado como se deu a construção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande e é revelada a importância que esse órgão adquiriu no movimento de luta de resistência, percebendo Margarida Maria Alves como umas das principais representações da luta sindical rural no Brasil. Nesse processo de luta política em que a classe trabalhadora rural marcou diversos espaços como temp(l)os de luta (sindicatos, fóruns, igrejas, ruas, praças, estradas etc), também se construiu, por meio dessas experiências, uma cultura do direito, ao mesmo tempo em que se constituía a classe trabalhadora rural.

Portanto, o que se oferece aqui é uma história de homens e mulheres do mundo rural, numa narrativa de embates entre os grupos dominantes e a classe trabalhadora do campo. Espera-se que este estudo possa influenciar novas pesquisas que permitam explorar os mundos do trabalho e as relações de dominações, respondendo a muitas questões que esta tese não conseguiu responder.

2 CONTEXTOS: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOB DIFERENTES ASPECTOS

2.1 DO CENÁRIO: DENTRO DE UM CONTEXTO

No mundo latino americano, a ideia de exploração e expropriação não tem sido uma experiência exclusiva dos séculos de colonização e império. Sabe-se que, desde o século XVI, os invasores e colonizadores europeus, com os seus olhos sedentos de riqueza, encravaram, nestas terras, suas garras com espírito ambicioso de dominação, num projeto, verdadeiramente, imperialista que procurou sangrar as veias do Novo Mundo¹⁴. Foi esse espírito trabalhador e devorador, ao mesmo tempo, que, em quatro séculos, prefigurou-se, também, como define Eduardo Galeano, numa “cruzada de extermínio”¹⁵. O longo período do açúcar teve início, na América Latina, sob o auspício da aniquilação da vida humana. Assim, a “febre” do açúcar se tornou, depois das primeiras experiências portuguesas nas terras brasileiras, um elemento constitutivo e produtor do espaço econômico e político; foi igualmente definidor da paisagem social e cultural do Nordeste brasileiro, em parte defendido por estudos influentes¹⁶.

O engenho se tornou o núcleo formador de uma nova configuração paisagística na materialização de um projeto imperialista de caráter eurocêntrico e de dominação patriarcal, com a pretensa formação de uma sociedade branca, católica e misógina. De fato, eram, em grande parte, os valores dos colonizadores que definiam a formação dessa paisagem. Assim, desde o período de colonização, as mesorregiões de Zona da Mata e Agreste do Nordeste foram, paulatinamente, sendo exploradas exclusivamente pela monocultura da cana-de-açúcar.

Por outro lado, a multiplicação dos engenhos determinou o desenho evidente de uma paisagem onde predominou, desde o princípio, uma intensa e profunda desigualdade social. O modelo escravista deixou suas densas marcas em várias partes desse território explorado sob

¹⁴ GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. 10ª reimpr. Porto Alegre, RS: L&PM, 2017.

¹⁵ A expressão “cruzada de extermínio” foi usada por Karl Marx para se referir à exploração das minas de ouro e prata no Brasil, o que teve como uma das consequências profundas o aniquilamento de vidas humanas, como o extermínio de um grande número de nativos – definidos por Marx como aborígenes - em nome dos impérios português e inglês, uma vez que o ouro fora levado em grande quantidade para a Inglaterra. Na verdade, além do extermínio dos povos originários, o sacrifício maior fora de africanos escravizados e livres, ou seja, a gente pobre tornou-se a vítima maior de um projeto imperialista na maior colônia portuguesa da América. Idem. p. 49.

¹⁶ O Nordeste açucareiro enquanto produtor e definidor do espaço econômico, social e cultural é estudado por Gilberto Freyre numa perspectiva do discurso de dominação. Cf. FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 36 ed., Rio de Janeiro: Record, 1999. Do mesmo autor, cf.: **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7 ed., São Paulo: Global, 2004. Na perspectiva da história, essa visão já foi superada por diversos estudos. Uma das pesquisas que oferece uma outra visão sobre o Nordeste açucareiro no século XX é o de Thomas Rogers. Cf. ROGERS, Thomas D. **As feridas mais profundas**: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Unesp, 2017.

um discurso etnocêntrico e eurocêntrico, o que resultou, ao longo do tempo, em um forte ressentimento de classe.

Nos séculos XIX e XX, o “poder amargo do açúcar” se impôs alternadamente a outras culturas e se constituiu em uma das principais economias que alimentaram, no pós-abolição, um “novo” modelo de relações de trabalho que buscava superar o molde escravista. No entanto, na zona canavieira do Nordeste brasileiro, essa resignificação não eliminou todos os elementos que caracterizam o trabalho escravo. Antes de tudo, deixou, como em outras partes da América Latina, suas marcas mais cruéis, com vidas humanas submetidas a condições sub-humanas¹⁷.

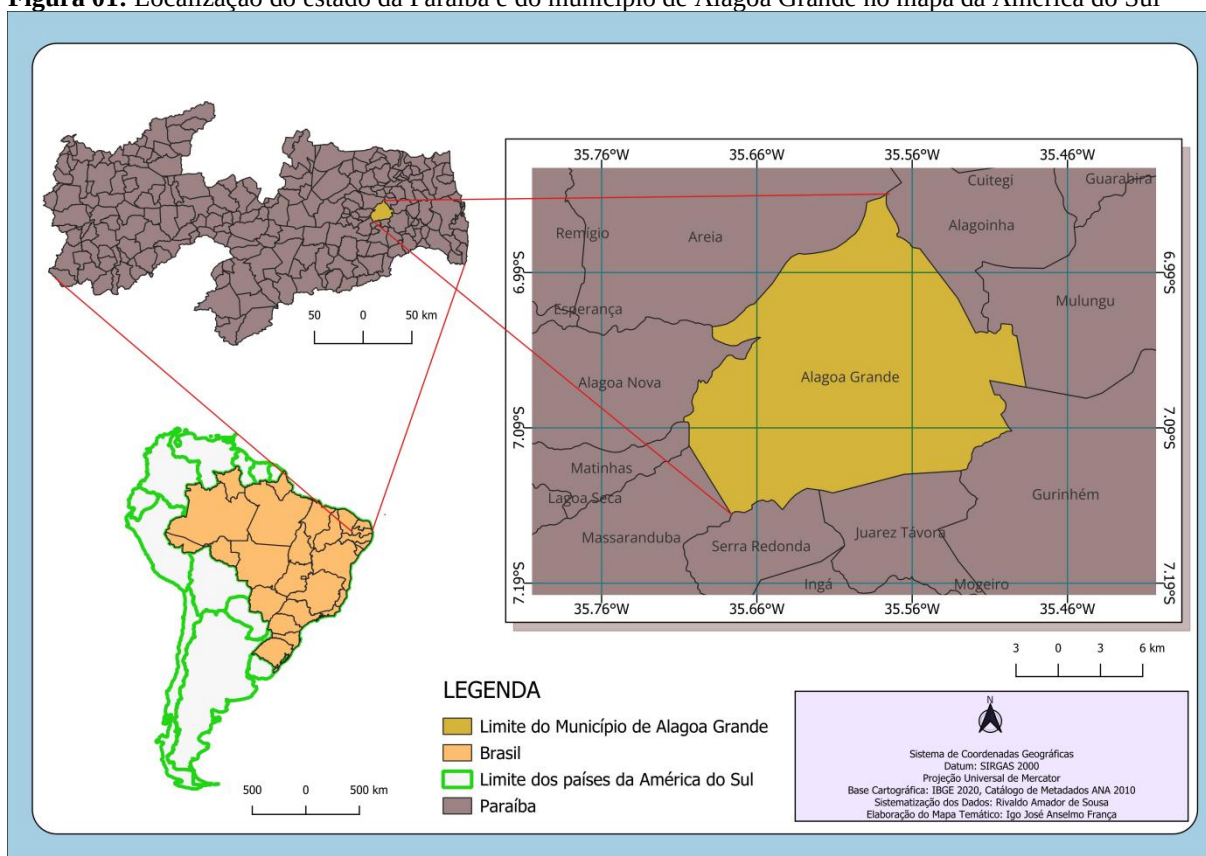
Desse quadro maior podem ser extraídas inúmeras evidências que se afinam com a unidade menor, a ser explorada nas páginas seguintes. Sem deixar de considerar as aproximações entre essas unidades, respeitam-se, na mesma medida, os distanciamentos que esta última apresenta em relação ao quadro maior em que as relações de trabalho se encontram.

Tais aspectos, ora apresentados de maneira generalizada, permitem contextualizar e pensar uma unidade exploradora da cultura canavieira dominada por engenhos de açúcar, rapadura e cachaça enquanto pequenas unidades industriais engolidas, paulatinamente, durante a primeira metade do século XX, pelas usinas de açúcar. As plantações canavieiras da Paraíba dominavam grandes áreas que se estendiam desde a mesorregião da Zona da Mata até a do Agreste, chegando a ocupar, na década de 1980, aproximadamente, quarenta municípios. Na região do Brejo, ou, como se refere a definição topográfica à época, nas microrregiões de Piemonte da Borborema e do Brejo, concentravam-se as plantações de cana-de-açúcar de duas usinas de médio porte, a Usina Santa Maria, sediada no município de Areia, e a Usina Tanques, situada no vizinho município de Alagoa Grande¹⁸.

¹⁷ MINTZ, Sidney W. **O Poder Amargo do Açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Organização e tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003.

¹⁸ ANDRADE, Manuel Correia. **Usinas de Açúcar e destilarias no Rio Grande do Norte e na Paraíba (Agro-indústria canavieira e a produção do espaço)**. Mossoró-RN: ESAM, 1988. pp. 41-42. Outras pesquisas apresentam estudos sobre as usinas de açúcar e destilarias no estado da Paraíba, como também uma segunda obra deste mesmo autor: ANDRADE, Manuel Correia de. **Os Rios-do-Açúcar do Nordeste Oriental: o rio Mamanguape**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB – Conselho Estadual de Cultura, 1997. Embora se concentre em uma discussão em torno das usinas no município de Santa Rita e a profunda influência de seus proprietários na política paraibana, um segundo trabalho apresenta igualmente o quadro usineiro geral na Paraíba: SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho e M. **Nordeste, Açúcar e Poder**: (um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba) 1920/1962. João Pessoa: CNPq/UFPB- GRAFSET, 1990. 342 p. Outro trabalho de grande relevância sobre o papel das usinas açucareiras e destilarias na economia e no mundo do trabalho no estado da Paraíba é: MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1997.

Figura 01: Localização do estado da Paraíba e do município de Alagoa Grande no mapa da América do Sul



2.2. O FRAGMENTO EM SUA UNIDADE: ASPECTOS FÍSICOS E GEOGRÁFICOS

O município de Alagoa Grande se encontra situado a 103 quilômetros a leste da capital do estado da Paraíba, João Pessoa, a 60 km da cidade de Campina Grande e a 29 km de Guarabira. O município ocupa, atualmente, uma área de 333,70 km² e seu território limita-se com 9 municípios. Esses limites políticos se dão da seguinte maneira: ao Leste, com os municípios de Gurinhém e Mulungu; ao Sudeste com o município de Juarez Távora; ao Sul, com Serra Redonda; ao Sudoeste, com Massaranduba; a Oeste, com os municípios de Alagoa Nova e Matinhas; e ao Norte, com os municípios de Alagoinha e Areia. A sede está situada a uma altitude de 143 metros¹⁹ e tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 7° 4' 56" Sul, Longitude: 35° 35' 57" Oeste²⁰. O município se encontra localizado entre as seguintes coordenadas geográficas: latitudes 06° 55' 57" N e 7° 10' 46" S, longitudes 35° 45' 00" W e

¹⁹ RODRIGUES, Geraldo Stachetti *et al.* Gestão Ambiental Territorial da Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape (PB). **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2008, nº 50, Nov. 2008. p. 16-17.

²⁰ Disponível em <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-alagoa-grande.html>. Acesso em: 5 nov. 2019.

35° 22' 00" E²¹.

Alagoa Grande se situa nas bordas da microrregião do Brejo paraibano que, por sua vez, se encontra dentro da mesorregião do Agreste.

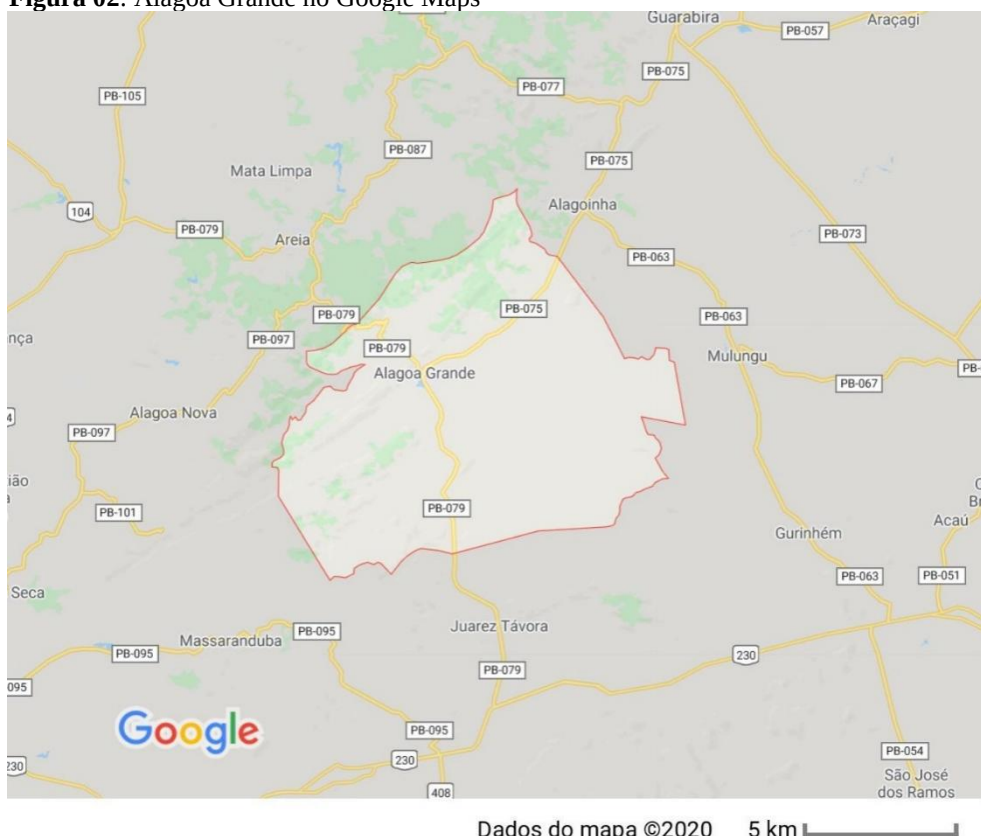
Atualmente a cidade é servida por vias estaduais pavimentadas e estradas vicinais. O município, à época, era favorecido por uma rede de estradas de rodagem, algumas delas pavimentadas no decorrer do período de 1960 a 1985; em sua grande maioria, trata-se de estradas de terra que davam e dão acesso às comunidades rurais e urbanas do município e adjacências. Apenas duas rodovias estaduais são pavimentadas, a PB-075²² e a PB-079; a primeira, interliga Alagoa Grande, no sentido nordeste, ao distrito de Carnafístula, e aos municípios de Alagoinha e Guarabira; a segunda interliga o município, nos primeiros quilômetros, a outros centros urbanos: no sentido noroeste essa rodovia dá acesso à cidade de Areia, localizada a 600 metros de altitude, percorrendo uma área bastante sinuosa e de fortes declives na subida da escarpa da Borborema, região conhecida como Serra do Gavião. Esta via se encontra com a PB-097, que liga a cidade de Areia ao centro urbano de Alagoa Nova; ao sul, a rodovia PB-079 dá acesso à cidade de Juarez Távora e, por conseguinte, também à BR 230²³, que se localiza à distância de, aproximadamente, 20 km. A BR-230 dá acesso às cidades de João Pessoa, a leste, e à de Campina Grande, a oeste. Outros municípios e localidades adjacentes, a exemplo de Alagoa Nova, localizada a oeste das terras alagoa-grandense, e Mulungu, situado ao leste daquela, são acessíveis, também, por meio de estradas vicinais. No entanto, durante o período de alta taxa de pluviosidade que precipitam na região, essas estradas ficam quase intransitáveis²⁴.

²¹ SILVA, Levi da. **Turismo e economia no município de Alagoa Grande**. Monografia (Licenciatura Plena em Geografia). Guarabira: Universidade Estadual da Paraíba, 2015. p. 15.

²² A rodovia PB-079 fez parte de um grande projeto de mais de 120 km de estradas asfaltadas batizado pelo governo de “Anel do Brejo”. Ver: Anel do Brejo: mais do que estrada, um chamado. **O NORTE**. João Pessoa, 31 mar. 1970, nº 4.758, pp. 9 e 10. O trecho que liga a cidade de Alagoa Grande à BR-230 e esta à cidade de Areia foi inaugurado em 1970. Em relação à inauguração do trecho que interliga Alagoa Grande ao município de Juarez Távora, Cf.: “Anel do Brejo” também liga Alagoa Grande-Juarez Távora. **O NORTE**. João Pessoa, 14 nov. 1970, nº 4.945, p. 3. Ainda em torno da construção da obra “Anel do Brejo”, cf. CITTADINO, Monique. **Poder Local e Ditadura Militar**: o governo João Agripino – Paraíba (1965-1971). Bauru, SP: EDUSC, 2006. p. 222.

²³ Uma vez que esta pesquisa se encontra dentro de uma delimitação temporal, ou seja, no período 1964-1985, é importante lembrar que a BR 230, conhecida como a “Transamazônica”, atravessa todo o estado da Paraíba no sentido Leste-Oeste, de Cabedelo a Cajazeiras. Ainda na década de 1950, “foi construída a pista concretada de 120 km entre João Pessoa e Campina Grande”. CITTADINO, Monique. **Poder Local e Ditadura Militar... Op. cit.** p. 213.

²⁴ Em relação aos dados sobre o acesso à cidade de Alagoa Grande e a comunicação com ela, Cf.: SUDENE. **Carta Topográfica do Estado da Paraíba** [Detalhe Município de Alagoa Grande]. Recife: SUDENE, 1970. Escala:1:25.000. BDGEx - Banco de Dados Geográfico do Exército. Disponível em: <https://bdgex.eb.mil.br/bdgex/mobile/?l=963,953&c=-35.629133,-7.045903&z=9> Acesso em: 08 ago. 2019.

Figura 02: Alagoa Grande no Google Maps

Fonte: Google 2020²⁵

De acordo com mapa elaborado em fins da década de 1960 pelo Ministério da Agricultura e que definia e classificava as zonas fisiográficas²⁶ da Paraíba, o município de Alagoa Grande está situado em uma região denominada de Agreste e Caatinga Litorânea²⁷; nas

²⁵ Mapa Google 2020. Alagoa Grande e sua delimitação territorial. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Alagoa+Grande+-+PB/@-7.0600692,-35.8391141,42508m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x7ac3765a6f3b907:0x4f73f0d9938af7d6!8> Acesso em: 08 fev. 2020

²⁶ Com a criação do IBGE, em 1936, a preocupação em criar uma configuração geográfica que permitisse o trabalho de pesquisa e estatística do órgão configurou-se numa realidade, com a efetivação de um modelo metodológico que definiu a divisão regional em “zonas fisiográficas”, no ano de 1940. Com a revisão dessa configuração geográfica, no ano de 1968, essa divisão ganhou uma reconfiguração que a situou dentro das “Microrregiões Homogêneas” (em 1976, como “Mesorregiões Homogêneas”). No ano de 1989, uma segunda revisão reconfigurou essas divisões regionais, redefinindo-as como “Mesorregiões e Microrregiões Geográficas”. Dessa maneira, o Estado da Paraíba era dividido em 23 microrregiões que juntas constituíam 4 mesorregiões. Dentro dessa configuração, por exemplo, o município de Alagoa Grande estava localizado na microrregião do Brejo que, por sua vez, se encontrava dentro da mesorregião do Agreste paraibano. No ano de 2017, essa configuração foi substituída por uma terceira reconfiguração, que redefiniu as pequenas e médias regiões, respectivamente, como “Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas intermediárias”. Essa divisão tem um caráter teórico-metodológico. IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. p. 12-13.

²⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura. **Levantamento Exploratório e de Reconhecimento dos Solos do Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro. Convênio MA/CONTA/USAID/BRASIL, 1972 (Boletins DPFS-EPE-MA, 15 - Pedologia, 8). p. 6. A Revista Brasileira de Geografia de 1963 classifica, em sua divisão regional do Brasil, essa mesma região paraibana como Zona do Agreste e Caatinga Litorânea. Para melhor estudo das regiões brasileiras, o IBGE dividiu os territórios dos estados do país em unidades fisiográficas. O estado da Paraíba, formado, em 1963, por 149 municípios, era dividido em nove Unidades fisiográficas: Zona do Litoral e Mata, Zona do Agreste e Caatinga Litorânea, Zona do Seridó, Zona do Brejo, Zona da Borborema Oriental, Zona da Borborema Central, Zona do Sertão Alto, Zona do Sertão do Piranhas, Zona do Sertão do Oeste. Cf.: BRASIL. **Revista Brasileira de**

definições das “regiões geográficas da Paraíba conforme limites naturais”, aquele município se encontrava dentro da região classificada de Agreste Acaatingado²⁸.

Com a reconfiguração da divisão regional, para fins do censo demográfico e estatístico, considerando as similaridades econômicas e sociais dos municípios, em fins da década de 1968, o município de Alagoa Grande passou a compor a microrregião do Piemonte da Borborema²⁹. Uma nova configuração, na década de 1980, apresenta o município de Alagoa Grande, de acordo com as suas condições físicas e geográficas, na constituição da microrregião do Brejo paraibano. Além de características físicas e fatores geográficos, elementos sociais e econômicos contribuíram para a composição dessa unidade fisiográfica³⁰.

A sua localização, por se encontrar no sopé da encosta da Serra da Borborema, define o lugar como o tipo de brejo de pé-de-serra³¹. Compreendido como um município ribeirinho, Alagoa Grande tem 85,8% de sua área inserida na Depressão Sublitorânea da Bacia do rio Mamanguape³². Suas terras são constituídas por um relevo bastante movimentado e que se denomina como “moderadamente dissecado”, com elevações montanhosas que se encontram entre 300 a 700 metros de altitude.

Por se encontrar na encosta do Planalto da Borborema, apresentando relevo acidentado, alguns de seus acidentes geográficos se destacam como as suas principais elevações, tais como as Serras de Balanço, Boa Vista, Caiana, Paquevira, Queimadas, Quirinos, Sinos e Tauá³³. Dentro do perímetro urbano, se encontra, também, uma das elevações montanhosas, conhecida como o “Pico do Cruzeiro”³⁴. Nas áreas de interflúvios, formam-se profundos vales constituídos

Geografia. Ano 25, Nº 4, out/dez-1963, p. 516-518. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1963_v25_n4.pdf Acesso em: 24 ago. 2019.

²⁸ BRASIL. Ministério da Agricultura. **Levantamento Exploratório e de Reconhecimento dos Solos do Estado da Paraíba**. Op. cit. p. 5.

²⁹ De acordo com o IBGE, a microrregião denominada Piemonte da Borborema era constituída por dezessete municípios, a saber: Alagoa Grande, Alagoinha, Araçagi, Belém, Caiçara, Cuitagi, Duas Estradas, Guarabira, Gurinhém, Ingá, Itatuba, Juarez Távora, Lagoa de Dentro, Mulungu, Pilõesinhos, Serra da Raiz, Serra Redonda. IBGE. **Censo Agropecuário Paraíba, 1970**, vol. III, Tomo IX. p. XXXVII-XL.

³⁰ MOREIRA, E. R. F. **Mesorregiões e Microrregiões da Paraíba**: Delimitação e Caracterização. João Pessoa: GAPLAN, 1988.

³¹ Em relação aos tipos de brejo, cf. ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Atlas, 1986. p. 46.

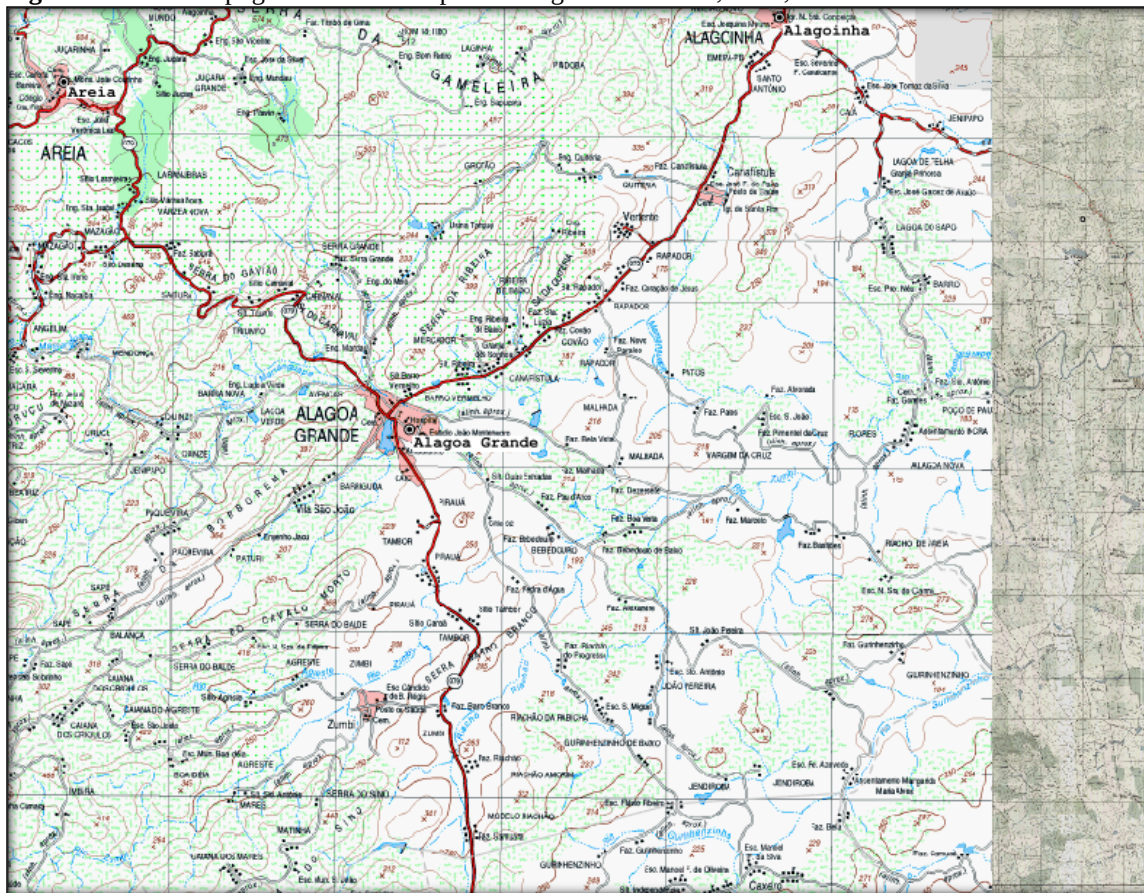
³² **Proposta de Instituição do Comitê das Bacias hidrográficas do Litoral Norte**, conforme Resolução nº 1, de 31 de agosto de 2003, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba. 2004. p. 46 Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/wp-content/uploads/2019/01/Proposta-de-Cria%C3%A7%C3%A3o-do-CBH-LN.pdf> Acesso em: 07 dez. 2019.

³³ Em relação às denominações geográficas, Cf.: IBGE **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro, 1960. Vol. XVII, p. 174. Trata-se de uma Enciclopédia publicada em 1960 com dados obtidos pelo recenseamento de 1956. Cf. também: Cartas Topográficas elaboradas pela SUDENE no ano de 1970.

³⁴ Essa área era habitada até 1985 por uma população oriunda de diferentes engenhos e apresentava (e apresenta ainda) grandes problemas sociais que afetam a sua população. Habitação, saneamento, água encanada, saúde, educação e tantos outros são questões pouco resolvidas ainda hoje naquela área.

de solos férteis e propícios para o cultivo agrícola de policulturas e que foi muito explorado durante décadas pelo cultivo monocultor da cultura da cana-de-açúcar. Esses aspectos naturais foram alguns dos fatores responsáveis pela fixação de populações nessa região.

Figura 03: Carta Topográfica do município de Alagoa Grande-PB, 1970, Sudene. Escala:1:25.000



Fonte: BDGEx - Banco de Dados Geográfico do Exército³⁵

A precipitação chuvosa, durante todo o ano, apresenta uma variação entre 700 a 900 mm. Na sua temperatura, também ocorre variação entre 24 C° a 30 C°, com um período mais frio entre os meses de junho a agosto; os meses de dezembro e janeiro são os mais quentes. De acordo com dados fornecido pelo IBGE, a umidade relativa do ar é de 80%. De clima quente e úmido, o município oferece condições físicas para o desenvolvimento de diversas culturas e daquelas próprias da região conhecida como brejo pé de serra³⁶. Seu clima é bastante favorecido por alguns fatores, a exemplo da sua formação geográfica. Por situar-se numa posição ribeirinha, às margens do rio Mamanguape, a região é favorecida pela penetração dos ventos

³⁵ SUDENE. **Carta Topográfica do Estado da Paraíba** [Detalhe Município de Alagoa Grande]. Recife: SUDENE, 1970. Escala:1:25.000. BDGEx - Banco de Dados Geográfico do Exército. Disponível em: <https://bdgex.eb.mil.br/bdgex/mobile/?l=963,953&c=-35.629133,-7.045903&z=9> Acesso em: 08 ago. 2019.

³⁶ SILVA, Levi da. *Op. Cit.* p. 29-30

úmidos advindos do litoral por meio do vale, contribuindo, junto com outros fatores, para a amenização do clima³⁷.

Figura 04 : o Vale de Alagoa Grande, 1956.



Fonte: IBGE³⁸. Fotografia de Walter Alberto Egler e Tibor Jablonsky³⁹

Essa tomada fotográfica, realizada no ano de 1956, revela, mesmo que com os seus limites técnicos e de possibilidade de interpretação, os acidentes geográficos que marcam geograficamente e fisicamente o território do município de Alagoa Grande. A escarpa da Serra da Borborema afasta-se ao fundo, dando lugar a um vale com dimensões relativamente grandes. Evidentemente a imagem nos oferece informações importantes, como àquelas relacionadas à exploração agrícola. A presença de raras árvores em todo esse território sugere o desflorestamento realizado, portando uma desconfiguração da cobertura vegetal, evidentemente, para a exploração do cultivo agrícola e/ou à criação de animais.

Uma segunda imagem, realizada no mesmo período, nos traz uma tomada fotográfica a partir da subida da serra do Gavião, numa área atravessada pela rodovia PB-079, no sentido de Areia à cidade de Alagoa Grande. Nesta imagem, como na anterior, são perceptíveis os acidentes geográficos, como os vales e os interflúvios tanto referenciados na literatura. Em primeiro plano, eles ficam visíveis, apresentando uma desconfiguração na cobertura vegetal,

³⁷ *Idem.* p. 15

³⁸ IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/alagoa-grande/historico>. Acesso em: 15 jul. 2019.

³⁹ Walter Alberto Egler e Tibor Jablonsky foram fotógrafos que trabalharam exclusivamente para a Fundação do IBGE, retratando a geografia brasileira.

nas descidas da escarpa da Borborema, nas quais podem ser identificados os espaços explorados aparentemente pelas “lavouras de agave, nas encostas e canavial no fundo do vale”⁴⁰. Ainda em seu declive, aparecem pequenas áreas com coberturas de mata.

Figura 05: O Vale de Alagoa Grande-PB visto a partir da Serra do Gavião, 1956



Fonte: IBGE⁴¹. Fotografia de autoria de Tibor Jablonsky

Essas áreas constituídas de um grande vale são terras por onde correm as águas do rio Mamanguape e alguns de seus afluentes, compondo-se por áreas favoráveis à plantação da cana-de-açúcar. O município de Alagoa Grande se encontra localizado na bacia hidrográfica do rio Mamanguape⁴². A sua nascente se localiza a mais de 500 metros acima do nível do mar, no Agreste da serra da Borborema, recebendo, ao longo do seu curso, no território de Alagoa Grande, os seus principais afluentes, que são os rios Mundaú, Urucu, Gregório e Zumbi, e desaguando no Oceano Atlântico, precisamente no município paraibano de Rio Tinto.

A Lagoa do Paó, localizada no centro da cidade, transborda, por meio de um canal, também levando as suas águas para o rio Mamanguape. As águas deste rio, como o principal curso de água que dá nome à bacia, atingem o seu médio curso no município de Araçagi, a, aproximadamente, 40 km de distância da sede alagoa-grandense. Durante o período de maior

⁴⁰ IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/alagoa-grande/historico>. Acesso em: 15 jul. 2019.

⁴¹ IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/alagoa-grande/historico>. Acesso em: 15 jul. 2019.

⁴² O rio Mamanguape é a segunda maior bacia hidrográfica do leste do estado paraibano e seu principal rio é o Mamanguape. É no Planalto da Borborema, numa altitude de mais de 500 m acima do nível do mar, que se encontra a sua nascente, mais precisamente numa lagoa temporária conhecida como Lagoa Salgada, situada entre os municípios de Areial, Pocinhos e Montadas. O município de Alagoa Grande se encontra no alto curso do rio Mamanguape. BARBOSA, Francisco de Assis dos Reis. **Medidas de proteção e controle de inundações urbanas na bacia do rio Mamanguape/PB**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2006. p. 27.

precipitação chuvosa, costuma alagar as áreas próximas às suas margens, formando zonas alagadiças. Sua posição geográfica, área do sopé da serra, torna uma pequena parcela das terras do município espaços sujeitos às inundações em períodos de alta intensidade pluviométrica. Por sua localização, em uma “cota topográfica baixa”, toda essa área urbana e rural tem sido vítima de grandes enchentes ocorridas em diferentes anos, como as inundações de 1964⁴³, 1966, 1973, 1984 e 1988⁴⁴. Com a cheia do rio Mamanguape, que invadiu as ruas da cidade na tarde e na noite do ano de 1969, o poder público investiu suas forças para evitar uma tragédia e, no ano de 1971, foi feita a “dragagem e desvio do leito” do rio⁴⁵.

Em sua predominância, os “solos são argilosos e possuem uma coloração avermelhada” e que constituem uma “terra roxa estruturada eutrófica”, ocorrendo em uma área restrita “à faixa de terrenos adjacentes ao rebordo da Borborema”. Assim, “no município de Alagoa Grande, êstes solos, acompanhando os vales maiores (Mamanguape, Mandaú) penetram bastante, na encosta da [serra da] Borborema alcançando até a parte de relêvo forte ondulado, no rebordo do planalto”⁴⁶. De acordo com estudos do solo, ainda na década de 1970, essas áreas eram intensamente exploradas, exclusivamente, com o cultivo das culturas da cana-de-açúcar e agave⁴⁷.

Ainda de acordo com o Levantamento Exploratório dos solos paraibanos realizado em fins da década de 1960, estes solos, “situados na periferia da Zona do Brejo,... se beneficiam bastante com as precipitações provocadas pelas maiores altitudes, estando a área cortada por alguns riachos perenes que desaguam no Mamanguape”. Eram solos, à época referida, totalmente explorados pelo cultivo de algumas culturas, sendo a cana-de-açúcar predominante sobre 80% da área. Por não apresentarem “problemas de difícil solução” podem, estes solos, se encontrarem “suscetíveis de uma utilização agrícola intensiva”⁴⁸.

De acordo com os geógrafos Emília Moreira e Ivan Targino, o município de Alagoa Grande se encontra situado dentro de uma região que se caracteriza como “...um brejo de

⁴³ A imprensa oficial anunciou a preocupação do governo do Estado para com a população atingida pelas chuvas pesadas no município de Alagoa Grande, no ano de 1964. Cf. Levantamento Sócio-Econômico da Capital e Alagoa Grande. **A UNIÃO**. João Pessoa, 15 jul. 1964, nº 151, p. 3.

⁴⁴ PAIVA JÚNIR, Hugo Barbosa de. **Efeitos do Rompimento da Barragem de Camará na área urbana do município de Alagoa Grande/PB**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2006. p. 4; BARBOSA, Francisco de Assis dos Reis *et al.* Estudo de caso de inundações urbanas no município de Alagoa Grande/PB. João Pessoa: Conference Paper. **XVI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos**, 2005. p. 3.

⁴⁵ FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: sua história – 1625 a 2000**. 2 ed. João Pessoa: A UNIÃO, 2002, vol. 1. p. 128.

⁴⁶ BRASIL. Ministério da Agricultura. **Levantamento Exploratório... Op. Cit.** p. 266.

⁴⁷ *Idem*. p. 268.

⁴⁸ *Idem*. p. 269

altitudes de encostas voltadas para ação dos ventos. O relevo e a posição geográfica da região contribuem para a ocorrência de um clima úmido, solos férteis e uma hidrografia perene, condições estas muito favoráveis ao desenvolvimento da agricultura”⁴⁹.

Além dessas descrições e definições muito bem estudadas por geógrafos, há, também, outras que se inscrevem nos compêndios de história local. Dentre estas, algumas descrições soam de maneira um tanto exagerada por estudiosos interessados em apresentar valores que buscam positivar o lugar e a região e que, muitas vezes, por esse motivo, recorrem à retórica. Tal abordagem aponta, por exemplo, os nativos como os primeiros a perceberem que a região de Alagoa Grande estaria e/ou está inserida numa área de transição de zonas geográficas distintas.

2.3 A “LAGOA DO PAÓ”: ELEMENTOS CONTRIBUTIVOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA DO LUGAR

A historiografia tradicional reflete, ainda, de forma direta, na construção das narrativas e na escrita da história, principalmente de acordo no imaginário coletivo da região. Narra essa historiografia que o empreendimento de “colonização” da região de Mamanguape “se tornaria um centro de irradiação para outras conquistas interior a dentro” e de onde “partiu a primeira entrada a desbravar o território alagoa-grandense”. Fora a primeira expedição comandada por Manoel Rodrigues, em 1625, que, partindo de Mamanguape com destino ao Brejo, “chegou ao local onde hoje se ergue a cidade de Alagoa Grande, no ponto em que se dá afluência com o rio Mandaú”. Assim, “o homem branco havia tocado pela primeira vez o solo alagoa-grandense”. Esse evento parece marcar “a descoberta das terras de Alagoa Grande” naquele século⁵⁰.

De princípio, o que se pode compreender dessas versões de cunho positivista é, na verdade, o lugar do discurso, do “homem branco”, como “o descobridor” de terras, para esse, inabitadas e sem donos⁵¹. Dois espectros discursivos ascendem concomitantemente e de maneira predominante nessa interpretação. A primeira é a visão eurocêntrica, que aparece nessas narrativas de maneira bastante forte, induzindo o leitor a imaginar o homem branco e,

⁴⁹ MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. *Op. cit.* p. 84.

⁵⁰ ZENAIDE, Hélio Nóbrega. **História do Sertão do Paó**. João Pessoa: A UNIÃO, 1979. p. 49 e 50.

⁵¹ O discurso que se estabelece nesses enunciados dominantes nas obras historiográficas e que abordam “toda a história” do município é puramente eurocêntrico porque tem uma preocupação de apresentar o “homem branco” como o personagem “civilizador”, que leva a civilização às terras longínquas e que faz penetrar ali o “civilizado”. Essa visão eurocêntrica permanece nos dias atuais ainda de maneira muito forte.

consequentemente, europeu como o principal responsável por um “processo civilizador”, assim definido pelo discurso imperialista. A segunda é o etnocentrismo, que contribuiu de forma direta para um quase convalescimento de outras culturas (nativas e africanas), encontrando na historiografia tradicional a sua quase imortalidade⁵².

As versões que explicam a origem do topônimo advindo do termo “Lagoa do Paó” são diversas, como lembra Freire⁵³. Há, por exemplo, quem considere que a expressão “Lagoa do Paó” esteja relacionada à geografia, especialmente à vegetação quando passa a ser, para os nativos, um espaço de transição entre o litoral e a caatinga – o agreste – como defende uma das hipóteses que procura explicar a origem do termo Paó, o qual significaria “terra onde secam as folhas”.

As terras hoje reconhecidas como Alagoa Grande também receberam outras denominações ao longo de sua história. Ainda no período colonial - século XVIII, as denominações de Lagoa do Paó, Alagoa Grande do Paó, Paó, Sertão do Paó foram inscritas em documentos oficiais. São termos usados, principalmente, em cartas de sesmarias que deram origem ao topônimo atual⁵⁴.

Na verdade, geralmente os termos utilizados para delimitar diferentes regiões definidos, principalmente, pelos colonizadores/invasores (os portugueses) adotavam acidentes geográficos não apenas com a intenção de situar lugares, mas, também, de estabelecer limites políticos de dominação. Assim, por exemplo, se diferenciava “em cima da serra [da Borborema], Areia, o Sertão de Bruxaxá; em baixo da serra, o Sertão do Paó, a Lagoa do Paó, Alagoa Grande”⁵⁵.

Para fins didáticos, conta a historiografia tradicional que, no ano de 1861, sob a Lei nº. 38, foi criada a freguesia de Alagoa Grande, delimitando politicamente o seu território. Dessa maneira, a lei sancionada defendia que ficava “...erecta Freguezia a Capella de Nossa Senhora da Boa Viagem da Povoação de Alagoa Grande, termo da cidade de Areia”⁵⁶

⁵² Aqui penso a historiografia tradicional não apenas a partir da forte tendência positivista, mas, também, a partir de um discurso onde se instaura a visão eurocêntrica e no qual predomina um certo tom de etnocentrismo. Em relação à crítica ao eurocentrismo e às discussões em torno do deocolonial e do eurocentrismo, Cf: LANDER, Edgar (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y Ciencias Sociales – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: FLCSO, 2000; FONTANA, Joseph. **A Europa diante do espelho**. Tradução de Omar Ribeiro Tomaz. Bauru: EDUSC, 2005; GRUZINSKI, Serge. **A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI**. Tradução de Joana Angélica d’Avila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2015; GOODY, Jack. **O Roubo da História: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente**. São Paulo: Contexto, 2008. 365 p.

⁵³ FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: sua história**. João Pessoa: Ideia, 1998. p. 21.

⁵⁴ ZENAIDE, Hélio Nóbrega. **História do Sertão do Paó**. João Pessoa: A UNIÃO, 1979. p. 57-59.

⁵⁵ *Idem*. p. 57.

⁵⁶ PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977, vol. 2, p. 290-291 (Coleção Documentos Paraibanos 5).

Em 1865, o município de Alagoa Grande fora desmembrado da jurisdição de Areia, a que pertencia como distrito desde o ano de 1847, por força da Lei Provincial nº 5, de 9 de junho. Ao ser elevada à categoria de vila, “pelo art. 1 da Lei Provincial nº 129, de 21 de outubro de 1864” foram, ao mesmo tempo, determinados os seus limites, com sua instalação e emancipação política e, portanto, seu desmembramento do município de Areia nove meses depois⁵⁷. Contava com uma dimensão maior da que corresponde a sua atual extensão territorial. Mas a criação do município se dá no ano de 1949, com a Lei nº 318, de 01 de janeiro, que aprovou a Divisão Territorial do estado da Paraíba⁵⁸, conforme registro seguinte: “Acha-se situada esta villa entre a lagôa que lhe dá o nome e a margem direita do rio Mamanguape, ao pé da Borborema, 22 leguas, pouco ou menos a O[este] da capital”⁵⁹.

Dessa maneira, Irineo Joffily descreve a localização da sede do município de Alagoa Grande, que, em 1892, ainda era uma vila. E continua: “a lagôa, quando cheia, ocupa um espaço de cerca de tres quilômetros de comprimento com largura quase igual e comunica com o rio Mamanguape, o que dá ao terreno da villa a fórmula de península”. Além disso, “o Mandahú e o Urucú, dos ribeiros que descem da serra fazem barra no Mamanguape defronte da villa...”⁶⁰

Como em outras regiões do país, a política e a economia eram definidas, quase que exclusivamente, pelas classes dominantes. Como é sabido, no Brasil Colônia e Império, a política de distribuição de terras já definia que apenas às famílias de certo poder aquisitivo podia ser concedida sesmaria. Assim, a posse da terra foi um dos primeiros marcos de dominação da classe dominante. A terra tornou-se o bem mais importante, representando status econômico e social para a família possuidora. Essas famílias tradicionais correspondem, para a historiografia conservadora, aos nomes “ilustres que marcam a história do município”. E seriam, em sua grande maioria, estes, para aquela historiografia, os também “fazedores de história”⁶¹. Dentre as famílias que se destacavam, à época que o modelo de sociedade

⁵⁷ FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande**: ... 1998. *Op. cit.* p. 21. Cf. também: TAVARES, João de Lyra. **A Parahyba**. Parahyba: Imprensa Oficial, 1910. Vol. II. p. 613

⁵⁸ Em 1908, o estado da Paraíba já era constituído de 39 municípios. TAVARES, João de Lyra. **A Parahyba**. Parahyba: Imprensa Oficial, 1910, vol. II, p. 503. Com a Divisão territorial do estado da Paraíba aprovada pela Lei nº 318, de 01 de janeiro de 1949, esse número aumenta para 41 municípios. Sobre a criação dos municípios paraibanos, cf. RODRIGUES, Janete Lins (Coord.). **Atlas Escolar da Paraíba**: espaço geo-histórico da Paraíba. 3 ed. João Pessoa: Editora GRAFSET, 2002. p. 104. Em relação à lista da relação dos municípios com as suas respectivas Leis e datas de criação, cf. Sítio da Assembleia Legislativa da Paraíba. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/espaco-do-cidadao/emancipacao-dos-municipios>

⁵⁹ JOFFILY, Irineo. **Notas sobre a Parahyba**. Rio de Janeiro: Typographia do “Jornal do Commercio” de Rodrigues & C., 1892. p. 204.

⁶⁰ *Idem*.

⁶¹ FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande**: sua história – 1625 a 2000. 2 ed. João Pessoa: A União, 2002. 2 v. p. 85. Nesse livro o autor dedica grande parte do volume a breves biografias, diferenciando “os escolhidos” entre ao que ele denomina de “Fazedores de História” e “filho destacado da terra”.

hierárquica era profundamente dominante, se encontravam aquelas que participaram da política local e regional, consistindo-se em grandes proprietários de terra e criadores de gado ou, mesmo alguns, ocupando postos estratégicos em Alto escalão do poder público.

Proprietários de terra, “doutores” que dominavam as letras, como juízes, advogados, médicos, engenheiros, em sua grande maioria, além de serem detentores de um grande capital econômico, também usufruíam inteiramente de certo capital social. Além desse privilégio de exercer um maior poder de influência, o que, muitas vezes, cabia às poucas famílias, essas também detinham, “melhor que prestígio” e “melhor que carisma”, um capital simbólico e, portanto, eram esses os maiores responsáveis pelo zelo da moral e dos bons costumes para o “bem da sociedade” constituída de “boas e distintas famílias”⁶². Essas relações de poder serão mais adiante analisadas a partir da proposta de análise oferecida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu no quarto capítulo desta tese intitulado “*Senhores de terra e de política: práticas e discursos de dominação*”.

2.4 AS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE O LOCAL E O REGIONAL: ALGUNS ASPECTOS

Encrustado nas escarpas da Serra da Borborema, o território do município de Alagoa Grande fora sempre passagem do caminho para regiões interioranas na subida da serra, principalmente para a cidade de Areia. Como “caminhos do Brejo” paraibano, as terras de Alagoa Grande foram espaço de produção da cana-de-açúcar, uma vez que se constituem em uma área de grandes vales, onde se encontram as várzeas⁶³ e as ribeiras⁶⁴, que tanto são referidas pela literatura e historiografia, e que abrigam terras consideradas férteis por onde correm as águas do rio Mamanguape.

Essas características topográficas que já aparecem descritas na primeira parte deste

⁶² CATANI, Afrânio Mendes *et al* (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 107-117. Em relação especificamente à discussão em torno do termo “Capital Simbólico”, Cf. BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 11 ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

⁶³ Considerando o período aqui estudado, o termo *várzea* é aqui empregado para o município de Alagoa Grande, que se encontra situado no alto curso da bacia hidrográfica do Mamanguape, como toda a área por onde se estende o grande vale, caracterizada por uma planície e pequenas inclinações e por onde correm as águas do rio Mamanguape e seus depositários. A várzea pode ser dividida topograficamente em baixa e alta. Trata-se de uma formação geológica composta de sedimentos ali acumulados e que se constitui como área mais fértil e, portanto, mais explorada pelo sistema agrário da monocultura açucareira.

⁶⁴ De acordo com o dicionário Aurélio, o termo *ribeira* significa “o terreno banhado por um rio” ou “lugar à beira de rio” e, em outro sentido, “curso de água abundante, menos largo e profundo que um rio”. Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **MiniAurélio século XX: o minidicionário da língua portuguesa**. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. p. 647.

capítulo sobre a geografia da região estão muito bem representadas no fragmento visual abaixo, realizado na década de 1950.

Figura 06: Vista da escarpa da serra da Borborema, em Alagoa Grande-PB, 1956



Fonte: IBGE⁶⁵

As áreas mais cultiváveis, as chamadas várzeas, eram propícias ao cultivo de diversas culturas e à pecuária. Constituído como um terreno de grandes áreas acidentadas, de vales e tabuleiros, suas terras foram povoadas pelo processo de colonização e inicialmente obtidas para a criação de gado. Durante muitas décadas, foi explorada para a monocultura da cana-de-açúcar, com a instalação de diversos engenhos para a produção de açúcar, rapadura e aguardente.

Mas as terras do Brejo Paraibano não serviram apenas à cana-de-açúcar, para a produção de seus derivados. Como bem descrevem a literatura e a historiografia, essa cultura teve vários ciclos. O desenvolvimento com ciclos econômicos alternados de outras culturas, mesmo que em curto prazo, também predominou nessa região. Além da cultura canavieira, também o algodão, o café, o agave, a pecuária fizeram parte da economia agrária dessa microrregião, com destaques em períodos de ascensão e declínio de cada uma delas⁶⁶. Assim, no século XX, até o início do último quartel, essas culturas apresentaram suas altas e suas crises.

De acordo com Mello, o Brejo paraibano era uma região que carregava, desde o período colonial a forte característica de ser “um local de encontro entre a cultura canavieira do litoral e a pecuária do sertão”, embora apresentando uma grande diferença: a de que a microrregião

⁶⁵ IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/alagoa-grande/historico>. Acesso em: 15 jul. de 2019.

⁶⁶ MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. *op. cit.*

do Brejo foi sede da economia “aguardenteiro-rapadureira dos pequenos e numerosos engenhos”.⁶⁷

Na perspectiva de Celso Mariz, “foi a criação o motor do povoamento dos sertões, para onde acorreram paraibanos do litoral, pernambucanos, baianos e até paulistas”. Do Império para a República, a base econômica do estado da Paraíba se encontrava estruturada sobre três grandes culturas: a cana-de-açúcar, a pecuária e o algodão⁶⁸. Contudo, é preciso lembrar que a agricultura de subsistência era, basicamente, a responsável pela sobrevivência de grande parte de seus habitantes.

Apesar de suas crises, “a cana-de-açúcar tem sido, em todos os tempos, a cultura intermitente, que nunca foi abandonada, nem deu jamais ao homem os meios de tirar o pé da lama”. Outras lavouras, mesmo com seu curto prazo, fizeram muitas famílias ascenderem economicamente. O algodão, o café e o agave deram, principalmente na região do Brejo, um impulso à economia regional⁶⁹. O fumo, embora experimentado nas áreas mais frias, não prosperou, muito menos no município de Alagoa Grande.

Além dessas culturas, com seus círculos e alternâncias, que faziam movimentar a economia regional do Brejo, o município de Alagoa Grande, como em outras áreas circunvizinhas, mantinha a fabricação de derivados da cana-de-açúcar, como a aguardente e/ou a cachaça e a rapadura. Poucos engenhos tinham seus alambiques próprios para a produção da cachaça. No entanto, o segundo produto era fabricado pela maioria dos engenhos locais, por conta de sua grande demanda e melhor aceitação do mercado e de consumo.

Nas primeiras décadas do século XX, o município contava com onze (11) grandes engenhos de rapadura movidos a motor a vapor, além de muitos outros engenhos existentes movidos a força animal. Vários outros engenhos fabricavam igualmente rapadura, apresentando uma pequena participação no mercado local. Além desses, também funcionavam dois engenhos de açúcar: “Tanques, dos herdeiros do dr. Apollonio Zenaides... [e o engenho] Pindoba do dr. Ignacio Sobral”⁷⁰.

A cachaça concentrou-se como produto em razoáveis quantidades, sendo fabricada por poucos engenhos. Um dos mais destacados fabricantes de cachaça, com marca registrada era, já na década de 1940, o Lagoa Verde situado há, aproximadamente, quatro quilômetros de

⁶⁷ MELLO, José Otávio de Arruda. **História da Paraíba: luta e resistência**. 11 ed. João Pessoa: A UNIÃO, 2008. p. 98.

⁶⁸ MARIZ, Celso. **Evolução Econômica da Paraíba**. *Op. cit.* p. IV.

⁶⁹ ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia: memórias de um município**. Rio de Janeiro: Departamento Imprensa Nacional, 1958. p. 164.

⁷⁰ TAVARES, João de Lyra. **A Parahyba**. *Op. cit.* p. 617.

distância ao oeste do centro urbano. Fundado no século XIX pelo patriarca da família Lemos, conseguiu atravessar o século XX fabricando essa bebida. No ano de 1946, este engenho criou a *Cachaça Volúpia*, uma marca, que desde então, passou a figurar como uma bebida refinada e que se tornou produto de exportação para vários estados do país⁷¹.

Era comum os pequenos produtores levarem à cidade parte da colheita, para ser vendida nos dias de feira livre. Ao final da feira, as sobras eram deixadas “...lá mesmo pelos vendedores da zona rural” e, em seguida, eram recolhidas pelas “pessoas mais pobres da cidade, que [as] levavam para suas casas”, para alimentar as suas famílias durante a semana⁷².

Na agricultura de subsistência, leguminosas e cereais eram cultivados por grande parte dos trabalhadores rurais, como o milho, o feijão, a fava e, com plantio pouco significativo, o arroz em casca. Em sua grande maioria, tratava-se de uma agricultura voltada exclusivamente para o consumo de subsistência, mas havia uma parcela desses produtores que comercializavam as suas colheitas.

Observa-se que, nestas terras agrestinas, foram sucessivas as culturas que exploraram a terra em nome de uma economia regional e um mercado internacional, em pouco mais de um século e meio. As terras que se inserem no raio em que se encontra o Brejo paraibano era – e é – uma “zona de intensa produção” e, portanto, para onde migravam parte da população de regiões infligidas pelas secas. Assim foi no século XIX e na primeira metade do século XX⁷³.

Com o crescimento econômico do município e da região, a vida social sofreu algumas transformações, evidentemente. Para os grupos sociais de elevado poder econômico, esse desenvolvimento material também representou algumas mudanças na vida cotidiana, principalmente da cidade.

2.5 UMA PAISAGEM SOCIAL: POPULAÇÕES, DESLOCAMENTOS...

A população do município era formada, em sua grande maioria, de brancos e negros, que constituíam, durante o período de 1960-1980, um número acima de 30.000 habitantes. Ao longo dessas três décadas, esse número sofre um verdadeiro decréscimo de, aproximadamente, 3,8% por década, em média. Enquanto, em 1960, o número de habitantes chegava a 32.992, dez

⁷¹ Disponível em: <https://cachacavolupia.com.br/nossa-historia/>. Acesso em: 28 nov. 2019. Com a valorização do produto nacional, a cachaça se torna um produto bastante procurado, e fabricantes passam a investir na cachaça refinada nos anos de 1980. A partir do ano de 1997, a *Cachaça Volúpia* passou a ser exportada para outras regiões do Brasil, como Recife, São Paulo e Rio de Janeiro. Cf. FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande:...**1998. *Op. cit.* p. 172-173.

⁷² FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande:...** 2002, vol. 2. *Op. cit.*, p. 59-60.

⁷³ ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas.** *Op. cit.*, p. 357.

anos depois a contagem realizada pelo IBGE cai para 31.635 e, em 1980, atinge uma contagem apenas de 30.451 pessoas⁷⁴.

Essas taxas que indicam um crescimento populacional negativo são explicadas por algumas pesquisas realizadas em outros municípios da região. De acordo com esses estudos, essa queda constante no crescimento vegetativo populacional era característico na região do Brejo e em alguns municípios do Piemonte da Borborema⁷⁵. Ainda de acordo com as análises desses estudos, o fator responsável para explicar esse fenômeno era, principalmente, a migração de uma população jovem, que buscava as grandes metrópoles como espaços que prometiam melhores condições de vida e de trabalho. Os centros urbanos mais procurados por esses jovens eram Rio de Janeiro e São Paulo⁷⁶.

Além da sede, o município era constituído por comunidades rurais e alguns povoados. Com algumas intervenções do poder público, estes aglomerados urbanos apresentavam, à época a que se refere esta pesquisa, certo caráter urbano, embora com precários elementos urbanizadores, como pavimentação da rua principal, iluminação pública, água encanada etc. Também concentravam escola pública e posto básico de saúde, a exemplo da vila São João, da vila São Sebastião e dos povoados de Zumbi e Canafístula⁷⁷.

As comunidades rurais se encontravam “mais distantes” por conta das estradas vicinais deterioradas durante o período chuvoso, sem qualquer trabalho de manutenção. Quando ocorriam obras, geralmente, eram custeadas pelos senhores de engenho para o transporte da cana-de-açúcar até a usina Tanques. Sem manutenção, essas estradas acabavam por isolar algumas dessas áreas rurais. Um exemplos dessa situação pode ser lembrado aqui, como é o caso do sítio Vertente, situado “num dos vales encravados na Serra do Covão, na direção norte”, de difícil acesso por conta de sua topografia⁷⁸. Os únicos meios de transporte utilizados pelos habitantes da zona rural eram o animal cavalar e a bicicleta. A maioria dos populares andava a pé, principalmente nos dias de feira, que ocorriam às quartas-feiras e no domingo. Os veículos

⁷⁴ Dados do Censo Demográfico do IBGE 1960, 1970 e 1980.

⁷⁵ Embora trate dos conflitos sociais no Brejo paraibano, Tosi analisa essa questão. Cf. TOSI, Giuseppe. **Terra e salário para quem trabalha**: um estudo sobre os conflitos sociais no Brejo paraibano. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural). Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1988. p. 24.

⁷⁶ Em relação à migração, alguns trabalhos confirmam essa prática como comum na zona açucareira da Paraíba. CARDOSO, Maria da Conceição Mariano. **Uma mão lava a outra**: o trabalhador rural e suas lideranças no Brejo paraibano. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1993, p. 35-36. Essa prática ocorria com maior frequência, principalmente, na região em que há concentração fundiária, baixo poder aquisitivo de maioria da população habitante, mão de obra barata e/ou desocupada, violência patronal, cultura patriarcal predominante, pouco ou nenhum conhecimento sobre direitos sociais garantidos pela legislação por parte dos trabalhadores rurais, somados a outros fatores que acabam por aprofundar, ainda mais, a desigualdade social.

⁷⁷ FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande**:... 1998, vol. 01. *Op. cit.*, p. 128.

⁷⁸ *Idem.* p. 78.

motorizados eram, verdadeiramente, um luxo, e sua posse era restrita aos grandes proprietários de terra.

A doze (12) quilômetros a sudoeste da sede se encontra a comunidade quilombola Caiana dos Crioulos, remanescente de um quilombo reconhecido pelo Estado no ano de 2005⁷⁹. Na interpretação genérica de Horácio de Almeida, Caiana dos Crioulos teria sido mais um núcleo de “negros foragidos” na Província da Paraíba que escapara da fúria da polícia⁸⁰. Conta-se que, “até duas, três décadas atrás, seus habitantes se vestiam com roupas coloridas, predominando o vermelho, o rosa-choque e o amarelo-ouro. Lenços e turbantes brancos completavam a indumentária africana típica”⁸¹. Algumas pesquisas já foram desenvolvidas sobre a comunidade de Caiana dos Crioulos, no município de Alagoa Grande, tornando-se objeto de estudos em diferentes áreas do conhecimento⁸².

No que concerne à concentração dessa população, o censo demográfico do ano de 1970, por exemplo, registrou um número residente na zona rural bem superior ao da população urbana. Assim, dos 31.635 habitantes do município, 12.723 habitavam os setores urbanos e 18.912 moravam no campo⁸³. De outra maneira, calcula-se que, aproximadamente, 40,2% residiam no setor urbano, enquanto, no campo, concentravam-se 59,8% da população total do município.

Essa situação parecia equivalente às diferentes regiões do país que já passavam por um processo de uma vertiginosa migração das populações do campo para a cidade. Tais informações permitem que sejam colocados alguns problemas, a serem melhor analisados nos capítulos seguintes. Evidentemente, uma maioria quase absoluta dessas pessoas vivia da agricultura de subsistência e da venda da força de trabalho no campo. Muitas delas viviam nos engenho, desenvolvendo diferentes atividades que exigiam esforço braçal, entre essas, o cultivo e o corte da cana-de-açúcar. Quais oportunidades tinham em um lócus onde predominava a

⁷⁹ Até o ano de 2019, na Paraíba foram certificadas 38 comunidades como Remanescentes de Quilombo. A comunidade Remanescente de Quilombo Caiana dos Crioulos foi certificada em 08 de junho de 2005. Quadro de comunidades remanescentes de Quilombo (CRQs) do Estado da Paraíba certificadas. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-pb-02082019.pdf> Acesso em: 16 ago. 2019

⁸⁰ ALMEIDA, Horácio. **História da Paraíba**. *Op. cit.* p. 201

⁸¹ MOURA, Fernando; VICENTE, Antônio. **Jackson do Pandeiro: o rei do ritmo**. *Op. cit.* p. 30

⁸² Em relação aos estudos sobre as origens da Comunidade Quilombola Caiana dos Crioulos: LIMA, Hezrom Vieira Costa. Quilombos e diáspora africana: memórias das origens de Caiana dos Crioulos. In: ROCHA, Solange P.; GUIMARÃES, Matheus Silveira (Orgs.). **Travessias Atlânticas e a Paraíba Afro-Diaspórica**. – A Paraíba no pós-abolição e no tempo presente: racismos e trajetórias de resistência. João Pessoa: Editora UFPB, 2018. Vol. 2. p. 201-228. Em relação às pesquisas sobre a comunidade de Caiana dos Crioulos. Cf. LUIZ, Janailson Macêdo. **Das ressignificações do passado: as artes da memória e a escrita da história da comunidade remanescente de quilombos Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande-PB**. Dissertação (Mestrado em História). Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2013.

⁸³ Fundação IBGE. **Censo Demográfico Paraíba**. VIII Recenseamento Geral – 1970. Rio de Janeiro: 1973. Vol. I, Tomo IX. p. 280

concentração de terras e de renda nas mãos de poucos? Quais eram as suas condições de vida e de trabalho? Como eram as suas moradias, a sua alimentação, o seu lazer? Diversos problemas podem ser colocados aqui, mas terão espaços apropriados mais adiante, nesta tese.

Adiantando um pouco o estudo de tais aspectos, aponta-se a seguinte evidência: um desses problemas pode estar relacionado à falta de acesso à escola. Por exemplo, nos anos de 1980, o censo demográfico nos traz algumas informações importantes. De uma população de 30.451 habitantes, apenas 8.194 pessoas eram consideradas alfabetizadas, enquanto isso 17.445⁸⁴ foram classificadas como “sem instrução” – estas aqui consideradas como pessoas não alfabetizadas, o que equivale, aproximadamente, a 57,3% do total⁸⁵. Já a população alfabetizada atingia o equivalente a 26,9% do número de habitantes. Não se quer afirmar, com isso, que, no mundo rural, não moravam pessoas que detinham certa escolaridade, mas que, no campo, o número de pessoas “sem instrução” era predominante.

De acordo com diversas fontes, durante algumas administrações municipais, foram surgindo, paulatinamente, escolas municipais e estaduais. No entanto, o número de pessoas alfabetizadas crescia de maneira bastante lenta. Diante disso, cabe a pergunta: quem tinha, verdadeiramente, acesso à escola? A justificativa de que o poder público estava realizando mudanças baseia-se no pressuposto de que, com a construção de escolas em diferentes localidades e com a fundação do Instituto desembargador Severino Montenegro, por exemplo, todos tinham acesso à educação. O discurso para legitimar a profunda desigualdade social pode ser observado num slogan de certo político daquele município, no início dos anos de 1970, segundo o qual “em Alagoa Grande, não estuda quem não quer”⁸⁶.

2.6 A CONJUNTURA POLÍTICA E O CONTEXTO SOCIAL DA LUTA: ENSAIOS E CONDIÇÕES

Durante a ditadura varguista, enquanto os direitos sociais foram alargados, os direitos políticos foram suprimidos. Com o fim do governo autoritário, o período de 1945 a 1964 marca a “primeira experiência democrática” no Brasil. Foi instituído no país o sistema pluripartidário

⁸⁴ Aqui se encontram inseridos o número total da população sem instrução e o de todos aqueles que contam com a idade de menos de um ano. IBGE **Censo Demográfico - Paraíba**. IX Recenseamento geral do Brasil – 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1982, vol. 01, Tomo 04, nº 11. p. 270.

⁸⁵ Deve-se lembrar que, nesse cálculo, não se considerou o número total de habitantes, mas todas as pessoas de 5 anos de idade ou mais que constituem o número 25.639. O número total de habitantes corresponde a 30.451. O restante, ou seja, os 15,8% correspondem às crianças com idade entre 1 e 5 anos. Estes números foram calculados com base nos dados coletados pelo Censo Demográfico de 1980. IBGE **Censo Demográfico - Paraíba**. IX Recenseamento geral do Brasil – 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1982, vol. 01, Tomo 04, nº 11. p. 270.

⁸⁶ FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande**:... 2002, vol. 01. *Op. cit.*, p. 129.

e cerca de doze partidos políticos foram criados. Por outro lado, grande parte da população rural do país era analfabeta e, portanto, não podia votar. No ano de 1962, por exemplo, o eleitorado brasileiro era de 26% do total da população, o que corresponde a 18,5 milhões de votantes⁸⁷.

Esse novo período que o país estava experienciando foi marcado por aspectos que expressavam transformações políticas, econômicas e sociais profundas. Nesse sentido, marcaram elementos nacionalistas, o pluripartidarismo, o trabalhismo, a industrialização, o desenvolvimentismo e projetos reformistas que, por sua vez, foram barrados pelo golpe civil-militar de 1964. O foco no mundo urbano, em detrimento do mundo rural, visto como atraso no país, alinhou-se ao capital internacional⁸⁸. Dentro desse contexto político e social, os movimentos sociais do campo eclodiram, reivindicando direitos trabalhistas e reforma agrária. Essa experiência deu visibilidade aos trabalhadores rurais, antes excluídos dos projetos políticos nacionais. Assim, esses novos agentes históricos ascenderam na luta política por direitos sociais e políticos.

Desde 1946, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) entrou no campo da luta dos movimentos sociais do campo, fundando e organizando Ligas e sindicatos rurais. Em 1947, quando foi cassado, passou a atuar na ilegalidade. Nessa mesma época, teve início, no Nordeste, e em especial na zona canavieira, a ruptura das relações tradicionais de trabalho caracterizadas por alguns elementos, como a morada e o “aforamento da terra”⁸⁹. Desejando retirar a gente pobre do campo, os proprietários se utilizavam de diversos dispositivos e estratégias, como o aumento do foro, o confisco do sítio e, em seguida, a expulsão da casa.

Nos anos de 1950 e 1960, as Ligas Camponesas cresceram e se expandiram, saindo do isolamento e ganhando notoriedade em nível nacional. Desse modo, diversos estados do país apresentaram manifestações dos trabalhadores rurais (posseiros, rendeiros, meeiros, arrendatários, moradores etc.), como Paraíba, Pernambuco, Goiás, São Paulo, Paraná, Maranhão e Rio de Janeiro⁹⁰. E, dessa maneira, a bandeira de luta se tornou uma única no país, de modo que a gente pobre do campo se via representada em qualquer movimento social que reivindicava terra, condições dignas de vida e de trabalho. E esta luta se encontrava dentro de

⁸⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 7 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 146.

⁸⁸ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 8 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019 (Coleção O Brasil Republicano, Vol. 3). Cf. Também: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Principalmente os capítulos 15, 16 e 17.

⁸⁹ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989. p. 46.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 28 e 34.

um contexto geral dos movimentos das classes trabalhadoras (operariado urbano e trabalhadores rurais). No país, as classes trabalhadoras se mobilizaram e se organizaram rapidamente, com a criação de sindicatos, federações e confederações. Esse período também foi marcado por diversos movimentos grevistas.

A organização e a luta política da classe trabalhadora rural se fortaleciam cada vez mais. Além da formação de Ligas Camponesas, sindicatos, federações, as formações (cursos) e encontros nacionais e regionais se multiplicaram. Entre 1954 e 1961, contaram-se 21 encontros de nível nacional e regional que reuniram um número muito grande de delegados sindicais e trabalhadores rurais⁹¹.

A promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), em 1963, e do Estatuto da Terra (ET), no início do governo ditatorial, em 1964, foram conquistas das lutas organizadas de mulheres e homens do campo. Deste modo, “aquilo que para muitos se afigurava uma aspiração longínqua, em tempo surpreendentemente curto transformou-se em um objetivo de luta a ser conseguido imediatamente”. Nesse sentido, os movimentos de resistência organizada do campo demonstraram força política e, “...no correr de um ano, os trabalhadores agrícolas do açúcar conseguiram transformar letra morta no papel para importante fração do operariado urbano que alcançou esses benefícios por outorga paternalista”⁹².

No cenário internacional, a Guerra Fria se encontrava em seu auge. A então recente revolução cubana (1959), as suas relações de proximidade com o governo João Goulart, a insistência do governo em manter uma política externa independente, além da oposição do Brasil às sanções contra Cuba, levaram os Estados Unidos a se aproximarem, ainda mais, dos conspiradores e da direita reacionária, passando a financiar o projeto golpista. Uma ultra campanha anticomunista idealizada e disseminada pelo “complexo” Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) encontrou, nas classes conservadoras, os seus principais defensores e difusores⁹³.

Os diversos grupos que compunham os conservadores, não conseguindo tomar o poder pelas vias legais, empreenderam esforços para destituir o governo de esquerda de outra maneira, através de um golpe, “apontando o reformismo de esquerda como a antessala do comunismo”. A imprensa serviu de instrumento disseminador do “discurso antigovernista e antireformista

⁹¹ *Ibidem*, p. 50.

⁹² FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. p. 149.

⁹³ DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado** - ação política, poder e golpe de classe. Tradução do Laboratório de tradução da Faculdade de Letras da UFMG. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 162.

conservador... a partir do final de 1963”.⁹⁴ As reformas de base propostas pelo governo Goulart eram as principais ameaças às classes dominantes. As mobilizações lideradas pelas Ligas Camponesas e o projeto de reforma agrária encampado pelo governo, foram compreendidas pelos proprietários rurais como uma grande ameaça à propriedade privada. Estes se organizaram numa terrível campanha contra o governo e a classe trabalhadora rural.

Na Paraíba, a classe política era constituída, em sua grande parte, por latifundiários ou descendentes do setor agrário. As relações de dominação, o poder de mando, a corrupção e a violência no campo eram aspectos que configuram o modelo hierárquico dominante, vigente à época, na área da zona canavieira.⁹⁵ Apesar dessa realidade, os movimentos de resistência de uma parcela das classes trabalhadoras rurais eram crescentes, pois, em Sapé, se encontrava a maior Liga Camponesa do país, fato que levou autoridades brasileiras e estrangeiras a visitarem a Paraíba e, principalmente, aquele município: o ex-presidente Juscelino Kubitschek; a mãe do líder guerrilheiro Ernesto Che Guevara, Célia Guevara; o presidente da República, João Goulart. O presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, articulou a sua visita, mas, antes da data marcada, foi assassinado.

Essas mobilizações na zona canavieira chamavam a atenção da imprensa nacional e internacional, colocando o Nordeste brasileiro no centro do mundo⁹⁶. A tensão, na região da zona canavieira, se agravou. Após a “tragédia de Mari”, acontecimento a ser abordado em outros capítulos, a repressão policial contra os trabalhadores rurais foi potencializada na região de Sapé e Mari, situação que revoltou, ainda mais, os populares. No dia 3 de março de 1964, o “Correio da Paraíba” dedicou uma página inteira a esse assunto. Noticiava-se que os trabalhadores “pretendiam se alojar [em frente ao Palácio da Redenção] até que fôsse retirado o policiamento da zona mais conturbada da região da Várzea”. O propósito da manifestação era protestar contra a “presença do policiamento ostensivo de Sapé e Mari, sob o comando do

⁹⁴ NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Rio de Janeiro, 2014. p. 49. Uma manchete já nos ajuda a pensar o discurso dessa imprensa. Cf. Minas Gerais deu aos comunistas exemplo de excepcional vigôr democrático a tódo o país. **O NORTE**. João Pessoa, 31 jan. 1964, Nº 3.324, p. 3.

⁹⁵ Essas relações são evidenciadas nas memórias de um magistrado da Paraíba, ao tratar de algumas experiências enquanto juiz na Comarca do município de Sapé. Cf. COSTA, Walter Rabello Pessoa da. **Anotações de um juiz de direito 1960 a 1985**. João Pessoa: UNIGRAF, 1988. p. 41-49. Antes mesmo do golpe os senhores de terra já se utilizavam da força militar para reprimir os trabalhadores rurais. Líderes paraibanos denunciavam a Goulart violência policial. **O NORTE**. João Pessoa, 18 fev. 1964, Nº 3.337, p. 3.

⁹⁶ LEMOS, Assis. Atuação dos advogados, intelectuais, estudante e imprensa. In: SEMINÁRIO MEMÓRIA DAS LIGAS CAMPONESAS NA PARAÍBA. João Pessoa, 1., 2006. **Apanhado Taquigráfico**. p. 19. Disponível em: <http://www.ligascamponesas.org.br/wp-content/uploads/2014/06/Seminario-Memoria-Camponesa-1-Mesa.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2023. Cf. também: MOREIRA, Ivan Targino et al. **Memória camponesa: as ligas camponesas na Paraíba**. João Pessoa: Universitária, 2011. LEMOS, Francisco de Assis. **Nordeste: o Vietnã que não houve – Ligas camponesas e o golpe de 64**. João Pessoa: Linha d’Água, 2008. Visitará esta capital Cônsul-Geral dos EUA. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 24 jan. 1964, Nº 138, p. 3.

Coronel Luiz de Barros”. Segundo a reportagem, o governador argumentava que a concentração “feriria frontalmente o princípio de autoridade do seu governo”. Além disso, desejava-se evitar um possível confronto entre a polícia e os manifestantes. Ainda de acordo com a reportagem, apesar da proibição, “os dirigentes esquerdistas (...) deliberaram que fariam a concentração – ‘de qualquer maneira’ (...). Mas isto em dia que não seria anunciado”. Essa teria sido a razão pela qual as guarnições ocuparam pontos estratégicos (estação rodoviária, estação ferroviária, aeroporto Castro Pinto, pontes, postos fiscais etc) e todas as vias e rodovias de acesso à cidade. Além de terem sido realizadas algumas prisões, “em Santa Rita, foi apreendido, nas mãos de um líder camponês, um saco contendo vários exemplares do livro de autoria do dep.[utado] Francisco Julião, intitulado ‘Revolução no Nordeste’”⁹⁷.

A repressão subsequente ao Golpe civil-militar de 31 de março atingiu a quase todos aqueles que “vestiam vermelho” e que representavam “uma ameaça à ordem” estabelecida pelo novo modelo de Estado e de governo. O novo projeto de sociedade que se encontrava em construção no período de ensaio da democracia foi sustado bruscamente. A instituição e organização do Estado autoritário, lideradas pelas classes empresariais, pelas classes políticas golpistas, pelos intelectuais orgânicos e militares foram acompanhadas de ações intervencionistas em todos os órgãos públicos e em diversas organizações civis. A Igreja não progressista, a classe política conservadora, a grande imprensa e segmentos da sociedade afinaram, ainda mais, os seus discursos junto ao novo regime de Estado.⁹⁸

O então governador da Paraíba, Pedro Gondim, mudou o seu discurso. Em pronunciamento publicado pela imprensa oficial, afirmou categoricamente: o governo do Estado se encontrava “em favor das instituições democráticas, que durante algum tempo estiveram ameaçadas pela baderna e pela anarquia”, recebendo “mensagens de solidariedade e congratulações, enviadas” por líderes dos grupos conservadores.⁹⁹ Vinte dias após o Golpe, o jornal oficial do Estado publicou um pronunciamento do senador paraibano João Agripino, realizado no senado “algumas horas antes da rebelião das tropas mineiras, que deu início ao

⁹⁷ Cidade fortemente policiada ante a ameaça de concentração camponesa. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 3 mar. 1964, Nº 151, p. 8.

⁹⁸ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 5 ed., São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014. FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de. **1964: o golpe que derrubou um presidente pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Em relação ao golpe no estado da Paraíba, Cf. NUNES, Paulo Giovani Antonino. Golpe civil-militar e repressão ao movimento sindical no imediato pós-golpe no estado da Paraíba. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (Org.). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba**. Campina Grande: Eduelpb, 2015. p. 179-214.

⁹⁹ Apóio irrestrito da Paraíba à posição assumida pelo governador Pedro Gondim. **A UNIÃO**. João Pessoa, 3 abr. 1964, nº. 72, p. 8. Cf., também: Pronunciamento de Pedro Gondim traduziu convicções da Paraíba. **A UNIÃO**. João Pessoa, 2 abr. 1964, nº. 71, p. 1.

movimento que derrubou” o governo de João Goulart. Ocupando duas páginas daquele noticiário, o discurso do senador criticava ferozmente as ações do presidente Jango ao afirmar que este, “pretextando insegurança e comoção intestina, busca[va] preparar um ambiente de insegurança nacional, para pedir o estado-de-sítio e, no bojo desse movimento de estado-de-sítio, pedir a prisão de um Governador de Estado”¹⁰⁰.

O parlamentar paraibano se dizia enganado por Jango, até que ouviu de “determinados correligionários” seus, “exaltados, apaixonados e, às vezes, radicais informarem que o Presidente da República preparava um plano de subversão da ordem baseado na técnica comunista”. Para ele, esse suposto plano envolveria: “subverter as bases, preparar a opinião pública, que chamam de ‘forças populares’ e instituir a desordem pela subversão hierárquica das Forças Armadas”. Justificando-se como inocente, assegura: “eu não acreditava, julgava fantasia”. Nesse discurso delirante e ácido, declara: “o Presidente da República não pretende outra coisa senão se fazer ditador no país, utilizando as Fôrças Armadas, no seu objetivo disfarçado, a pretexto de garantir a ordem e o regime”¹⁰¹.

Exercendo certo poder de convencimento, esse discurso é um arquétipo do pulo do gato. Provavelmente, Agripino sabia do andamento do golpe de Estado que depôs Goulart. A justificativa de que o Presidente da República, por meio de um projeto reformista, pretendia dar um golpe já era um clichê nas falas dos grupos reacionários. Para estes, havia um “processo de comunização do país”.¹⁰² Nesse jogo de máscaras, a estratégia de João Agripino, ao tornar público o seu discurso naquela folha, era deixar claro o seu posicionamento a favor do novo regime. Além disso, teve a intenção de projetar a sua imagem para as eleições ao governo do Estado no ano seguinte.¹⁰³

Enquanto isso, representantes das Ligas Camponesas, líderes sindicais, políticos, advogados que atuavam em defesa dos trabalhadores rurais e membros de partidos de esquerda

¹⁰⁰ Agripino: “o povo não é propriedade de ninguém”. **A UNIÃO**. João Pessoa, 19 abr. 1964, nº 84, p. 4-5.

¹⁰¹ *Idem*.

¹⁰² *Idem*.

¹⁰³ Militante republicano não democrata, João Agripino Filho era oriundo dos Maia, família de tradição política da região de Catolé do Rocha-PB. Graduiu-se em Ciências Jurídicas. Antes de entrar para a vida política, foi advogado e promotor público. Exerceu várias legislaturas como deputado federal (1946-1961; 1963-1966; 1983-1987) e uma como senador (1962-1966). Foi Ministro de Minas e Energia no governo de Jânio Quadros (1961) e governador do estado da Paraíba (1966-1971). Em 1971, foi indicado pelo presidente Emílio G. Médici para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), onde permaneceu até 1974. No ano de 1973 ocupou o cargo de presidente do TCU. Em relação à participação política de João Agripino Filho no Estado, ver o sítio do TRE da Paraíba. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/e/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 2018 a 2022. Em relação à família Maia e à vida política de João Agripino, Cf. TERUYA, Marisa, Tayra. **Família e poder na Paraíba (os Maia de Catolé do Rocha/PB – um estudo de caso sobre práticas endogâmicas)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1995. CITTADINO, Monique. **Poder local e ditadura militar: o governo João Agripino – Paraíba (1965-1971)**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

foram brutalmente perseguidos. Várias lideranças, principalmente aquelas ligadas ao movimento das Ligas, foram presas, como Elizabeth Teixeira, João Alfredo Dias, Pedro Fazendeiro, Assis Lemos, Ophélia Amorim, Antônio Fernandes (prefeito de Rio Tinto). Com a decretação do Ato Institucional Nº 1 (AI-1), em 09 de abril de 1964, foram suspensos os direitos políticos, cassados mandatos de parlamentares e executivos considerados “inimigos do regime”.

Pedro Fazendeiro e Nego Fuba, assassinados, não tiveram a mesma sorte daqueles que recorreram ao anonimato, tal como fizeram Ivan Figueiredo e Elizabeth Teixeira, por exemplo.¹⁰⁴ A viúva de João Pedro Teixeira foi o caso mais emblemático de representação da clandestinidade política como resistência. Após passar pela prisão e temendo ser assassinada pelos militares, escapou furtivamente para o interior do Rio Grande do Norte, onde assumiu o nome de *Marta Maria da Costa* e permaneceu por longos sete anos acompanhada de apenas um dos seus onze filhos.¹⁰⁵

A repressão, as prisões arbitrárias, o uso da violência psicológica e física, as torturas, os assassinatos e desaparecimentos de pessoas foram formas recorrentes utilizadas contra todos os indivíduos suspeitos de “subversão”. Para tanto, o Estado burocrático foi reorganizado. Sob dispositivos já existentes, os sistemas de vigilância, coerção e repressão foram reforçados, reconfigurados, reordenados.¹⁰⁶ No estado da Paraíba, os órgãos de vigilância e repressão também investiram brutalmente contra o que o Estado de exceção denominou “inimigos internos”. A interligação de vários órgãos e setores públicos formava uma grande rede de informação que permitiu capturar e reprimir pessoas suspeitas de “subversão”.¹⁰⁷

¹⁰⁴ CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta (Orgs.). **Retrato da repressão no campo Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. 2 ed. Brasília: MDA, 2011. TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emilia; MENEZES, Marilda. As ligas camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas. **Ruris**. V. 5, nº 1, Março, 2011. p. 113.

¹⁰⁵ BANDEIRA, L. B.; MIELE, N. M.; GODOY, R. **Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira**. João Pessoa: Universitária, 1997. A película cinematográfica “Cabra Marcado para morrer”, ao narrar a história da vida e morte de João Pedro Teixeira e da repressão ao movimento das Ligas, revela o drama vivido por Elizabeth ao ser obrigada a sobreviver na clandestinidade durante a ditadura militar. As filmagens foram iniciadas em 1964, mas logo foram interrompidas com a efetivação do golpe, quando grande parte do material foi aprisionado por militares. Em 1981, as filmagens foram retomadas. *CABRA marcado para morrer*. Direção: Eduardo Coutinho. Produção: Eduardo Coutinho e Zelito Viana. Brasil: Mapa Filmes, 1984. 1 DVD, (120 min.). A própria saga da produção do filme se revela como uma metalinguística do Estado de exceção.

¹⁰⁶ SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória: a construção do Estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. Tese (Doutorado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2007. 232 p. No Estado da Paraíba muitos são os relatos de repressão, prisões e torturas. Cf.: **PARAÍBA. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. Relatório final**. João Pessoa: A UNIÃO, 2017. 748 p.

¹⁰⁷ Sobre o funcionamento dos órgãos de informação e repressão, Cf.: FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar. Espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001. Em relação à vigilância a atores políticos, grupos de esquerda, entidades civis etc. na Paraíba, por exemplo, Cf. SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. **A política paraibana vigiada: políticos e militares sob os olhos do SNI (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2020. NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação. In: DANTAS, Éder; NUNES, Paulo Giovanni

No processo de desmonte de um Estado democrático em construção (1946-1964), que vislumbrava a diminuição das desigualdades sociais e conquistas de direitos sociais e políticos, o autoritarismo civil-militar sufocou as lutas políticas de resistência para atender às diretrizes do capital internacional.

As políticas fundiárias foram reformuladas para atender aos interesses do capitalismo agroindustrial e latifundiário. Foi extinta a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) e, para substituí-la, foram criados dois órgãos: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) que estava subordinado diretamente à Presidência da República; e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) que ficou subordinado ao Ministério da Agricultura.¹⁰⁸ Entre 1970 e 1971, foram criados o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA).

Contrariando o ET, a criação desses órgãos funcionou como uma espécie de contrarreforma agrária. No plano regional, foram criados alguns programas que visavam ao desenvolvimento do país, como o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais na Amzônia (POLOAMAZÔNIA) e o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE). Na região Nordeste, por exemplo, as políticas da ditadura civil-militar favoreceram o enriquecimento da Agroindústria sucroalcooleira e a vertiginosa concentração fundiária. O resultado foi o aprofundamento das desigualdades sociais, a fome, o empobrecimento e a precarização das relações de trabalho e das condições de vida da classe trabalhadora rural.

De modo geral, a interrupção brusca de um projeto de democracia refletiu diretamente nas relações de trabalho e nas condições de vida das classes trabalhadoras. A corrupção, o engodo, o arrocho salarial, a inflação crescente, o empobrecimento das massas, a ausência dos direitos políticos, a violência do Estado transformaram esses tempos ainda mais sombrios. Nos engenhos e usinas, a repressão se intensificou. As políticas de resistência organizada ou não foram repensadas e redefinidas, reconfiguradas; e o silêncio se tornou uma das principais formas de resistência.

Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e (Orgs.). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 78-118.

¹⁰⁸ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. *Op. cit.* p. 84 e 86.

3 A FÁBRICA DO AÇÚCAR: A USINA TANQUES NA ZONA AÇUCAREIRA DA PARAÍBA

3.1 O ENGENHO: CENÁRIOS PRINCIPIANTES

Os engenhos foram as primeiras unidades produtivas, por assim dizer, que promoveram uma produção e materialização do espaço organizativo do pensamento europeu. Dessa maneira, os campos antes cobertos pelas matas compostas de uma diversidade de espécies de flora e fauna foi, paulatinamente, dando lugar aos engenhos e às aglomerações que se foram formando. Assim, foi se constituindo uma paisagem que obedecia aos modos europeizantes.

Esse modelo de produção que pretendia atender a uma demanda do mercado europeu constituiu um sistema econômico com base na monocultura açucareira, latifundiária e de mão de obra, exclusivamente, escravista. Esse arquétipo foi o principal responsável pela construção de uma sociedade predominantemente patriarcal, católica e de um discurso misógino e profundamente racista. Apesar de todos esses elementos quase dominantes, as culturas ameríndias e africanas foram introduzidas ricamente na formação dos modos de ser e estar da população brasileira.

Assim, se constituiu o que Freyre denomina, insistentemente, de “civilização do açúcar”¹⁰⁹. O fato é que o açúcar parece, na compreensão desse sociólogo, o elemento principal que moldou e constituiu a sociedade brasileira, retirando-a de um estado “quase bruto” para um estado que ele denomina de “civilizado”. De fato, não podemos negar que a monocultura canavieira foi dominante, durante o período colonial, principalmente, na região nordeste e que determinou economicamente as áreas litorâneas e partes da mesorregião do Agreste.

Se o europeu encontrou aqui uma terra propícia à plantação e cultivo da cana-de-açúcar foi porque a “sua bondade se atribuía à boa qualidade dos nossos terrenos”. Essas áreas férteis, especialmente na região que se denomina, no século XX, de nordeste onde teve princípio a invasão, ocupação e colonização europeia, tendo a monocultura açucareira para atender o mercado europeu de açúcar. De maneira que, “esses invasores não desejavam outras terras senão aquelas: as terras de massapê. As terras de barro gordo, boas para a cana-de-açúcar”. Uma vez que essas terras de massapê eram “de barro avermelhado ou escuro” ofereciam condições propícias ao cultivo daquela cultura¹¹⁰. Em sua visão hiperbólica, Freyre afirma que

¹⁰⁹ FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7 ed. São Paulo: Editora Global, 2004.

¹¹⁰ *Idem*, p. 49 e 50

“as terras de massapê foram no Brasil as terras por excelência das boas maneiras e dos gestos suaves, onde através do século XIX os homens cresceram mamando em negras gordas, mulheres de uma grande doçura, e tomando chá desde muito pequenos”¹¹¹.

Desse modo, com o seu olhar genérico, Gilberto Freyre dar visibilidade a um Nordeste açucareiro pelo prisma da cultura dominante, fazendo desaparecer outros valores tão importantes para a formação de uma sociedade na zona da mata e em partes da mesorregião do Agreste, onde a casa-grande era o elemento dominante.

3.2 A ARQUITETURA DA ZONA AÇUCAREIRA NA PARAÍBA

Ainda no processo de colonização, por exemplo, o plano de dominação e efetivação de seus domínios, o dos portugueses, “conquistar definitivamente” os vales, as várzeas, as terras férteis para a produção de cana-de-açúcar, “significava conquistar a possibilidade de expansão do modelo de ocupação da terra que o vencedor defendesse”¹¹². Essa ocupação significava implantar um projeto europeu a todo custo. Esse modelo não parece ter perdido muitos elementos constituidores de que é semelhante àquele projeto do século XX tomado pelas usinas de açúcar, a ocupação da terra e expansão da lavoura canavieira para atender os mercados nacionais e internacionais.

Se pensarmos nos primeiros momentos em que se instalaram na Parahyba os primeiros engenhos de açúcar, podemos também observar como se deu a produção de um espaço que se fez nos moldes portugueses, ocupando, em princípio, as várzeas, ou seja, as terras mais férteis à plantação e cultivo da monocultura da cana-de-açúcar. Uma vez instaladas as unidades produtoras, apesar dos enfrentamentos com as tribos indígenas, os portugueses mantinham uma “fronteira móvel” que permitia a constante expansão de suas ocupações para a exploração das terras. A produção desses espaços era, na verdade, “uma forma portuguesa de pensar o território”, uma prática já experienciada por esses europeus durante a sua expansão marítima pelas costas dos continentes da África e da Ásia ainda nos séculos XV e XVI¹¹³.

A formação do territorial é estudada por alguns pesquisadores, dentro do campo da geografia, a partir da concepção da “produção do espaço”. Assim, essa formação é compreendida como uma “materialização de determinadas relações sociais em uma paisagem

¹¹¹ *Idem.* p. 53

¹¹² GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares**: política e economia na Capitania da Parayba – 1585-1630. Bauru, SP: Edusc, 2007. p. 36

¹¹³ CARVALHO, Juliano Loureiro de. Do Império Marítimo ao proveito da terra, uma cultura territorial em mutação (Capitania da Paraíba, 1574-1654). **Revista PPGAU**. UFBA, 2008, p. 13-30, Ano VII, Nº. 1. p. 14

e em um conjunto de circunscrições de poder”¹¹⁴. Contudo, o que queremos pensar aqui quando trazemos as experiências de mais de três séculos é uma arquitetura do século XX que se assemelha àquela apenas, mas que resguarda, além do tempo e dos espaços, as suas singularidades. Como defende Prado Júnior, “a grande propriedade açucareira é um verdadeiro mundo em miniatura em que se concentra e resume a vida toda de uma pequena parcela da humanidade”¹¹⁵.

Nos primeiros dois séculos de colonização a capitania da Parayba apresentava um número relativamente significativo de engenhos em relação às capitanias do Brasil, uma vez que a sua produção representava 28% do total em toda a colônia¹¹⁶.

De acordo com os estudos de Andrade, até 1774, no vale do Mamanguape “a cultura da cana era feita na várzea quaternária, em proporções ínfimas”. Tanto era que, naquele ano, “existiam aí apenas quatro engenhos, ao lado de setenta e cinco fazendas”¹¹⁷. No entanto, vale salientar que o vale do Paraíba apresentava recursos hídricos maiores para a efetivação da implantação de engenhos, uma vez que o rio era muito mais propício à navegação. Pensando dessa maneira, um dos maiores problemas, que se apresentava como dificuldade para uma crescente produção açucareira em áreas de rios intermitentes, era a falta de meios de transportes viáveis para a condução do açúcar dos engenhos até o porto.

É importante lembrar que “não era a posição de modestos camponeses que aspiravam no novo mundo, mas de grandes senhores e latifundiários”. Portanto, “a cultura da cana somente se prestava, economicamente, a grandes plantações”. Assim, é esse o modelo, a “grande propriedade”, sob as circunstâncias expostas, que determinou, segundo Prado Júnior, “o tipo de exploração agrária no Brasil”¹¹⁸. Como aparelho complexo e “elemento central”, o engenho se estabelece como “grande unidade produtora” e, por excelência, a primeira “fábrica” instalada nas terras coloniais¹¹⁹. À esse elemento colonizador se deve agregar as fazendas de gado também como “complexos civilizatórios”, instalando-se nas regiões interioranas, distante dos

¹¹⁴ Idem. Ibidem. A discussão em torno do conceito de “produção do espaço” é pensada aqui a partir do conceito elaborado por Antonio Carlos Robert Moraes. De acordo com esse geógrafo, “na historicidade plena dos processos singulares brota a possibilidade de indicar os agentes do processo, os sujeitos concretos da produção do espaço. Os usos do solo, os estabelecimentos, as formas de ocupação e as hierarquias entre os lugares expressam também o resultado de lutas, hegemonias, violências, enfim, atos políticos. A produção do espaço sendo vista como processo teleológico, sustentado em projetos e guiados por concepções. Portanto, a construção dos territórios envolve representações, discursos, consciência”. Ver: MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: HUCITEC, 2000. p. 17.

¹¹⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 46 reimp. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 38.

¹¹⁶ GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares...** Op. cit. p. 200

¹¹⁷ ANDRADE, Manoel Correia de. **Os Rios-do-Açúcar do Nordeste Oriental II: o rio Mamanguape**. João Pessoa: Editora UFPB/Conselho Estadual de Cultura, 1997. (Coleção Biblioteca Paraibana). p.28

¹¹⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. Op. cit., p. 33.

¹¹⁹ Idem. p. 37-38

engenhos de açúcar estabelecidos nas várzeas litorâneas do rio Paraíba. Assim, pelos vales serpenteados pelos rios pequenos como o Mamanguape, por onde, de princípio, a “pecuária se alastrou” e essa região foi sendo explorada¹²⁰. Essa experiência dos engenhos atravessou o período imperial e chegou ao século XX com um considerável aumento dessa indústria que obtinham os seus derivados por meio de técnicas ainda artesanais.

O historiador Celso Mariz assegura que, “os nossos engenhos de açúcar, que eram 20 no ciclo inicial, eram 40 no fim do século XVII, 100 nas últimas décadas do XVIII e 300 ao interrompermos com a primeira usina o período das moendas coloniais”¹²¹. Contudo, lembra Andrade que o vale do Mamanguape “não é, como o do Paraíba ou o do Capibaribe, tradicionalmente açucareiro”. Antes ele passou pela exploração do pau-brasil e pela criação de gado¹²². No agreste as terras eram “tudo massapê e fertilíssima” e com áreas “próprias para a cana”, como escrevem frei Vicente do Salvador e Elias Heckman, respectivamente¹²³. O fato é que essa área interiorana “permaneceu... inexplorada, porque as várzeas do litoral, além de serem igualmente fecundas, ofereciam a vantagem de menor distância”, como já lembramos anteriormente¹²⁴.

Para Celso Mariz, “a qualidade do nosso açúcar foi talvez o primeiro sinal de personalização da Paraíba”. O fato é que, “cultivada a Várzea pela enxada que o branco dirigia no braço do negro, passamos a ser a terra de uma cana sem par. Os portugueses souberam disso e também o príncipe de Nassau nos galanteou mais tarde com aquele célebre escudo”¹²⁵.

Na segunda metade do século XIX, o mercado do açúcar crescera e se tornara competitivo, exigindo “a melhora do produto e a redução dos custos”¹²⁶. Na Paraíba, a partir da década de 1890, “os engenhos de açúcar começavam a trocar o boi e a roda d’água pelo locomóvel a lenha”¹²⁷. Enquanto isso, no vizinho Estado de Pernambuco já se tinham instalados vários engenhos centrais e usinas. Na Paraíba, o único engenho central surgiu em 1888, o engenho São João¹²⁸. É verdade que os processos de transformações pelos quais passavam a

¹²⁰ FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 36 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999. p. 17-19, 25.

¹²¹ MARIZ, Celso. **Evolução Econômica da Paraíba**. *Op. cit.* p. 29

¹²² ANDRADE, Manoel Correia de. **Os Rios-do-Açúcar do Nordeste Oriental II**: ... *Op. cit.*, p. 25.

¹²³ SALVADOR e HERCKMAN *Apud* ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3 ed. João Pessoa: A UNIÃO, 1980. p. 584

¹²⁴ ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. *Op. cit.*, p. 584

¹²⁵ MARIZ, Celso. **Evolução Econômica da Paraíba**. *Op. cit.*, p. III

¹²⁶ EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira: 1840/1910. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 124

¹²⁷ MARIZ, Celso. **Evolução Econômica da Paraíba**. *Op. cit.*, p. 24

¹²⁸ ANDRADE, Manuel Correia. **Usinas de Açúcar e destilarias no Rio Grande do Norte e na Paraíba (Agro-indústria canavieira e a produção do espaço)**. Mossoró-RN: ESAM, 1988. p. 32

indústria do açúcar, à época, já representava, pode se afirmar, uma grande demanda do mercado internacional.

As primeiras usinas surgiram na região da zona da mata. No entanto, é importante observar que em 1909, conforme assevera José Américo de Almeida, que no município de Areia, a 25 km de Alagoa Grande, existiam 102 engenhos de rapadura e “que nas quadras secas alcança[va]m uma cotação exorbitante”. Não se pode ignorar que o número de engenhos situados numa grande área, que constitui os municípios de Areia, Serraria e Alagoa Nova (e que, evidentemente, englobavam as terras de Alagoa Grande), eram terrenos “cobertos de viçosos canaviais”. Assim, pode-se justificar uma crescente exploração dessa lavoura naquela região e, por essa razão, o advento de duas usinas, a Santa Maria e a Tanques, duas décadas depois, aproximadamente¹²⁹. Portanto, a presença daquelas unidades já representava a existência de uma assegurada zona açucareira naquela região.

De acordo com as pesquisas de Dé Carli, no ano de 1937, a Paraíba era um dos Estados brasileiros com maior número de engenhos. Das 49.088 unidades produtoras de açúcar, aguardente e rapadura em todo o Brasil naquele ano, o estado da Paraíba apresentava um número de 1.181 de engenhos¹³⁰. Ainda informa esse pesquisador que esse mesmo estado apresentava, já no ano de 1935, um quadro consideravelmente significativo de fábricas de derivados da cana de açúcar. Segundo os números na Paraíba, bastante animadores, registrava-se, naquele ano, a quantidade de 840 engenhos de rapadura, 345 fábricas de aguardente e 104 engenhos banguês¹³¹.

No início do século XX, o município de Alagoa Grande contava com uma quantidade de, aproximadamente, 26 engenhos que produziam rapadura, aguardente e açúcar. Nas observações de Freire, a fabricação do açúcar era realizada por poucos engenhos desse município. Com o advento da ferrovia em 1901, as mercadorias que eram levadas para a capital e outros centros urbanos em tropas de burro passaram a ser transportadas pelo trem de ferro, como também as cargas de rapadura¹³².

Até a segunda metade do século XX, existiam, aproximadamente, mais de quarenta engenhos funcionando nas terras da “Lagoa do Paó”. O levantamento realizado pela pesquisa de José Avelar Freire assinala uma invejável lista de engenhos que se torna bastante significativa para a construção de uma história da cultura da sacarose nessa região. Nesse

¹²⁹ ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. *Op. cit.*, p. 586

¹³⁰ DÉ CARLI, Gileno. **Aspectos de Economia Açucareira**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1942. p. 34

¹³¹ *Idem*. p. 64. É importante lembrar que esses números se referem a todo o território do estado paraibano. No entanto, quanto aos engenhos fabricantes de cachaça e/ou aguardente e os engenhos Banguês estão restritos apenas às mesorregiões da Zona da Mata e Agreste.

¹³² FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: sua história**. João Pessoa: Ideia, 1998. p. 147

inventário são listados os engenhos de Gavião, Lagoa Verde, Barra Nova, Covão, Bonfim, Gregório de cima, Gregório de Baixo, Brejinho, Do Meio, Santa Clara, Buraco D'água, Serrotinho, Belo Monte, Triunfo, Novo, Ribeiro de Cima, Quitéria, Balancinho, Jacú de Cima, Jacú, Ribeiro de Baixo, Mares, Zumbi, Pirauá, Rapador, Riachão, Carnaval, Capivara, Capoeiro, Primavera, São José, Mandaú, Lagoa Verde, Baixinha, São Mateus, Grutão, Araticum, Serra Grande, Do Meio, Capoeiro, Jordão, Viração, Barro Branco, Santo Antônio, São José, Santa Clara, além do engenho Tanques que, na década de 1920, foi transformado em usina¹³³.

Na primeira metade do século XX, alguns desses engenhos funcionavam “à base de moendas já movidas a motor a vapor agrupado no locomóvel, que era uma pequena caldeira”. No entanto, ainda até a década de 1950, muitos desses pequenos núcleos industriais funcionavam à tração animal, conhecidos comumente como almanjarras. Um desses engenhos funcionava à base de queda de água, era o caso do engenho Serra Grande que aproveitava as águas da cachoeira do mesmo nome¹³⁴.

Alguns desses engenhos tinham mais de um proprietário, às vezes permaneciam funcionando nas mãos de herdeiros do antigo precursor. Não obstante, também haviam proprietários que possuíam mais de um engenho. O seu funcionamento obedecia às regras estabelecidas pelo seu próprio dono que, em muitos casos, tinham forte influência política no município e região.

Quando de sua pesquisa que realizou na região do Brejo paraibano, na década de 1970 (1975-1977), Garcia Júnior lembra a diferença entre a região onde era perceptível o domínio da pequena propriedade e uma outra onde predominava a grande propriedade, ficando visíveis os canaviais explorados pela usina de cana-de-açúcar. Descreve este pesquisador que,

...atravessando a região pela estrada que liga Campina Grande a Areia, depara-se com inúmeras cidades e povoados, que se sucedem, além de toda a paisagem rural estar marcada por casas e *sítios* de pequenos proprietários, que dão bem a impressão de uma infinidade de pequenos estabelecimentos predominando na vida social¹³⁵.

No entanto, numa extensa área em que as plantações de cana-de-açúcar “domina[vam] toda a paisagem” o modelo que se tornava visível era outro. Havia, portanto, entre esses dois espaços uma verdadeira assimetria. “Percebe-se a diferença clara entre a *casa-grande* e a *sede*

¹³³ FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande**: sua história – 1625 a 2000. 2 ed. João Pessoa: Editora A União, 2002. Vol. 02. p. 54-56

¹³⁴ FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande**: ..., 1998. *Op. cit.* p. 151

¹³⁵ GARCIA JÚNIOR., Afrânio Raul. **O Sul**: caminho do roçado, Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero/Editora da UnB, 1990. p. 20

do engenho, ou a *casa-grande* e a *sede da usina*, e as casas dos trabalhadores com pequenos roçados em torno materializa no espaço toda a hierarquia social”¹³⁶.

Essa paisagem não era dominada tão somente pelo engenho ou pela usina, mas antes de tudo se compreendia como um “parque produtor misto e em mudança” e de uma rica complexidade. Aí, se encontrava uma heterogeneidade de forças, de práticas e exercício de poder. Estudando essas transformações na região nordeste, Mário Lacerda de Melo explica mais claramente que, “da desigualdade de avanço do processo, resultou um longo período de coexistência do sistema usina com o sistema engenho”. Dessa maneira, nesse parque “a heterogeneidade e o processo de transformação manifestavam-se não apenas nos aspectos técnicos e econômicos mas também quanto às correspondentes organizações agrárias, com as respectivas peculiaridades no domínio das estruturas e das relações sociais”¹³⁷.

Em seu estudo sobre a zona açucareira em Pernambuco no século XX, o pesquisador José Marcelo Marques Ferreira Filho defende que “para compreender a *plantation* em sua totalidade é necessário ir além de sua dimensão puramente física e institucional”¹³⁸. Ao pesquisar a formação desse espaço, ele compreende que,

Todos os âmbitos da vida dos indivíduos confinados em seu interior estavam direta ou indiretamente ligados à sua configuração espacial concentracionária instituída ao longo de cinco séculos. Sua geografia inextricável, que não requeria muros e arame farpado para funcionar com perfeição, permitia à classe patronal canavieira: i) controlar as formas de uso dos recursos naturais (cobertura vegetal, rios, açudes e pequenos cursos d’água, animais humanos e não humanos); ii) ministrar sobre a organização social no interior dos engenhos (trabalho, moradia, alimentação, lazer, práticas religiosas); iii) instituir uma economia fechada com moedas e regras próprias; iv) limitar o acesso dos internos aos órgãos de proteção ao trabalhador (Justiça do Trabalho e Delegacia Regional do Trabalho); v) obstaculizar o acesso do movimento sindical aos engenhos; e vi) o uso generalizado e impune da violência contra a classe trabalhadora¹³⁹.

Certamente, a paisagem das terras da região do Brejo paraibano dominadas pela grande propriedade não se tornava imperceptível aos olhos de um bom observador que por ali passasse. Nessa área dominada por diversos engenhos e duas indústrias sucroalcooleiras a monocultura canavieira definia a paisagem, à medida que as áreas de plantação de cana avançavam sobre novas terras.

¹³⁶ *Ibidem*.

¹³⁷ MELO, Mário Lacerda de. **O açúcar e o homem**: problemas sociais e econômicos do nordeste canavieiro. Recife: MEC- Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975. p. 45

¹³⁸ FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **A arquitetura espacial da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. Tese (Doutorado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2016. p. 18

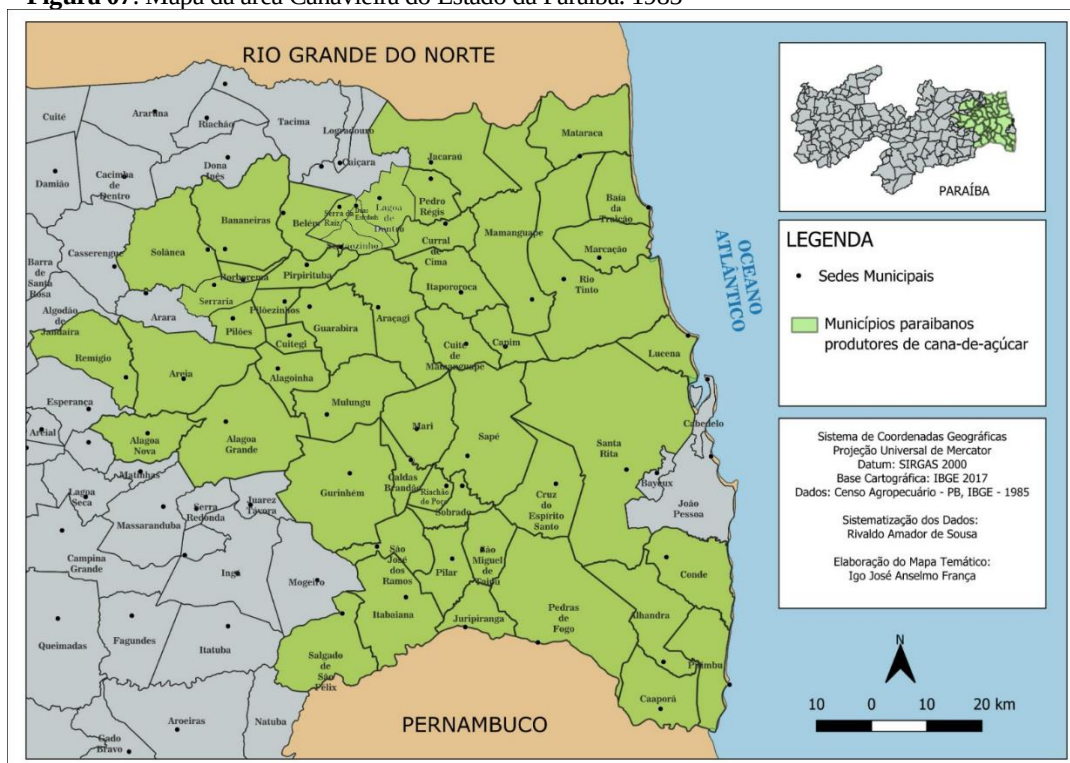
¹³⁹ *Idem*. p. 17

3.3 O PARQUE INDUSTRIAL SUCROALCOOLEIRO NA PARAÍBA

O parque industrial açucareiro da Paraíba, em relação aos mais prósperos na região Nordeste como os de Pernambuco e Alagoas, por exemplo, se apresentou timidamente no século XIX, se desenvolvendo durante a primeira metade do século XX. Nos anos de 1960, após uma crise açucareira, sofreu um novo processo de modernização e obteve um significativo crescimento com o surgimento e instituição do programa PROÁLCOOL.

O período que se estende desde o funcionamento das grandes indústrias/usinas açucareiras, de sua criação em fins do século XIX e início do século XX, ao processo de modernização, as transformações por que passou o espaço da zona canavieira paraibana, em termos da produção do açúcar e concentração de terra, foram enormes.

Figura 07: Mapa da área Canavieira do Estado da Paraíba. 1985



Fonte: Censo agropecuário - IBGE de 1985

De acordo com os dados coletados pelo Censo Agropecuário de 1970, aproximadamente vinte sete municípios concentrados nas mesorregiões da Zona da Mata e do Agreste apresentaram uma produção de cana-de-açúcar entre mil a trezentos e quinze mil toneladas de açúcar¹⁴⁰. Quinze anos depois os números indicam uma verdadeira expansão nesse parque, ultrapassando a

¹⁴⁰ IBGE. **Censo Agropecuária da Paraíba**, 1970. Rio de Janeiro, 1975. VIII Recenseamento Geral. Vol III, Tomo IX. p. 346-349

quantidade de mais de quarenta municípios produtores de cana-de-açúcar¹⁴¹.

Se pensarmos a produção açucareira a partir de sua participação em percentual nas receitas das exportações do Brasil, veremos que no início século XIX os produtos ou fatores econômicos de maior destaque na exportação eram o açúcar, o algodão, o café, o couro e peles em ordem decrescente. Enquanto a produção e participação do café na economia de exportação crescia vertiginosamente, a participação do açúcar decresceu de 30% em 1821-1830 para 0,4% em 1924-1928. É bom lembrar que em 1900 a participação do açúcar de beterraba alcançou “o espetacular percentual de 75%” do consumo mundial¹⁴².

A partir de fins da década de 1940 e início de 1950 algumas mudanças, mesmo que lentas são sentidas na oscilação da produção de outros derivados da cana. Algumas mudanças começaram a ser efetivadas naquele período, sinalizando a parada de muitos engenhos. Com a modernização das usinas que permitiu o aumento da produção de açúcar, adveio a necessidade da expansão das terras destinadas à plantação da cana-de-açúcar. E em fins da década de 1940 o açúcar começava a demonstrar sinais de reflorescimento. Enquanto os estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará aumentaram consideravelmente a produção de aguardente entre o período de 1946-1951, as usinas da Paraíba diminuíram a produção dessa bebida de 343.420 em 1946 para 107.600 litros no ano de 1950. Na verdade, os engenhos de cana-de-açúcar diminuem a produção de cachaça e aguardente na medida em que o fornecimento da cana para as usinas se torna mais lucrativo¹⁴³.

Na Paraíba a produção de açúcar nos anos de 1950 era controlada por oito (8) grandes e médias usinas, todas situadas na grande região de plantações de canaviais constituídas por municípios situados em duas mesorregiões. No Litoral e Zona da Mata se encontravam estabelecidas cinco usinas com destilarias: e Agreste paraibano: a Sant’Ana, a Santa Rita e a São João, no município de Santa Rita; a Monte Alegre, localizada no município de Mamanguape; a Usina Santa Helena, no município de Sapé. Na mesorregião do Agreste, grande área do Brejo, dominavam três usinas com destilarias: a Santa Maria, no município de Areia; a Tanques, no município de Alagoa Grande¹⁴⁴; e a Usina São Francisco, situada no município de Pirpirituba¹⁴⁵.

No entanto, assegura os dados do Anuário do Açúcar elaborado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) que nos anos de 1950 o Estado da Paraíba contava com o número de dez usinas

¹⁴¹ IBGE. **Censo Agropecuária da Paraíba**, 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. IX Recenseamento Geral. Vol 2, Tomo 3, Nº 11. p. 568-571

¹⁴² SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho e M. **Nordeste, açúcar e poder**: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba 1920-1962. João Pessoa: CNPq/UFPB-GRAFSET, 1990. p. 59

¹⁴³ BRASIL. **Anuário Açucareiro**. Instituto do Açúcar e do Alcool. Ano XVI – 1950/51. Rio de Janeiro: Gráfica do IBGE, s/d. p. 144

¹⁴⁴ BRASIL. Instituto do Açúcar e do Alcool. **Anuário do Açúcar na Paraíba**. Safras de 1960-1965. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. p. 8

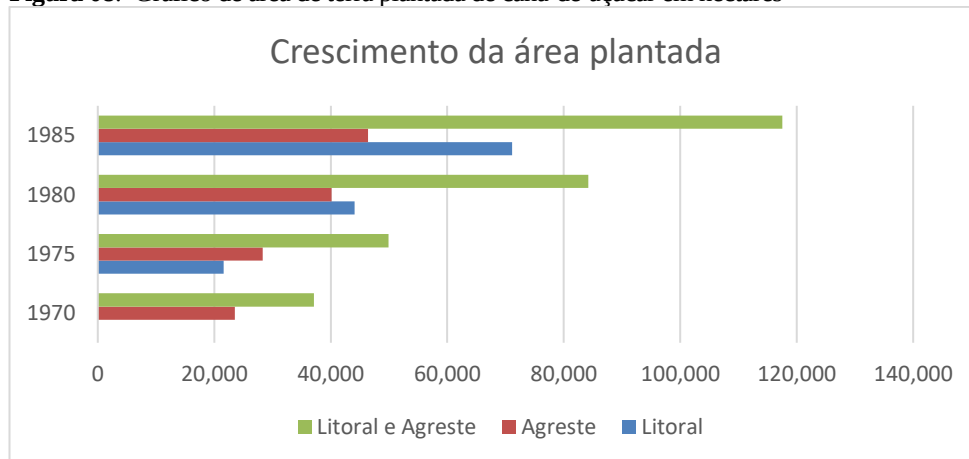
¹⁴⁵ SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho e M. **Nordeste, açúcar e poder**:... *Op. cit.* p. 250

de açúcar e seis destilarias. Das pequenas unidades produtoras de aguardente, engenhos ou mesmo alambiques, somavam-se um número de 197. Engenhos de rapadura contavam 1.233. Enquanto isso, o número de engenhos fabricantes de açúcar era de apenas cinquenta. Todas essas unidades produtivas se encontravam inscritas no IAA¹⁴⁶.

De acordo com os dados colhidos pelo IBGE nos Censos Agropecuários realizados entre o período de 1970 a 1985, o número de municípios com áreas canavieiras aumentou consideravelmente, chegando a um número aproximado de 40 municípios em 1985, como já foi afirmado acima. Consequentemente, a área destinada ao plantio da cana-de-açúcar expandiu significativamente¹⁴⁷.

Apenas na mesorregião do Litoral e Zona da Mata a área plantada de cana-de-açúcar passou de 13.571 em 1970 para 71.122 hectares no ano de 1985. Assim, durante esses 15 anos houve um aumento de 524% de novos canaviais. No Agreste, em 1970, 23.543 hectares de terras eram exploradas, exclusivamente, pela cana-de-açúcar. Quinze anos depois, a expansão do cultivo dessa cultura ocupava uma área de 46.394 hectares. Essa expansão equivale a um aumento total de, aproximadamente, 97%. O gráfico abaixo demonstra o crescimento da área plantada de cana-de-açúcar.

Figura 08: Gráfico de área de terra plantada de cana-de-açúcar em hectares



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados coletados pelo IBGE. 1970-1985.

Somando as áreas exploradas pela cana-de-açúcar em municípios nas duas mesorregiões entre o período de 1970 a 1985 temos o seguinte: enquanto em 1970 a área plantada dessa cultura

¹⁴⁶ BRASIL. **Anuário Açucareiro**. Instituto do Açúcar e do Alcool. Ano XVI – 1950/51. Rio de Janeiro: Gráfica do IBGE, s/d. p. 38

¹⁴⁷ IBGE. **Censo Agropecuária da Paraíba, 1970**. Rio de Janeiro, 1975. VIII Recenseamento Geral. Vol III, Tomo IX. p. 346-349. Em relação ao ano de 1980, Cf.: IBGE. **Censo Agropecuária da Paraíba, 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. IX Recenseamento Geral. Vol 2, Tomo 3, Nº 11. p. 566-571. Em relação aos dados coletados pelo censo Agropecuário de 1985. Cf. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censos Econômicos de 1985 – Censo Agropecuária**. Nº 13, Paraíba. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. p. 407

era de 37.114, uma década e meia depois temos uma área de 117.516 hectares. Considerando a soma das duas regiões fisiográficas teremos um aumento aproximado de 215% durante o período decorrido. Já a produção de cana-de-açúcar que alcançava 1.370.424 toneladas em 1970, passou para 5.521.548 toneladas ao ano em 1985, obtendo aumento considerável em toda a área de aproximadamente 303%.

Na área em que se encontrava inserida a usina Tanques, microrregião do Piemonte da Borborema, a expansão ocorreu, em sua maior parte, “pela substituição de outras culturas na ordem de 55,0% em relação à variação total da área”. Na região do Brejo, onde a influência da usina Santa Maria era predominante, essa expansão se deu “através de 83,0% de ocupação de áreas novas, e 17,0% por substituição de outras culturas”¹⁴⁸.

De acordo com Moreira e Targino, a “expansão da atividade canavieira” promoveu impactos que foram sentidos “na economia estadual”, fazendo com que no período de 1970 -1980 “a participação da cana no valor da produção agrícola pass[asse] de 16,1% para 27,6%”. Outro resultado dessa expansão foi o crescimento acelerado do emprego sazonal. O PROÁLCOOL¹⁴⁹ permitiu e intensificou também as transformações na “base técnica de produção”. Um quarto resultado foi refletido na paisagem rural, como a sua homogeneização por meio dos longos partidos e campos de canaviais. Um último foi a sua interferência “no meio ambiente e na saúde da população”¹⁵⁰.

Além de fomentada a busca crescente para a expansão da plantação de cana-de-açúcar na Paraíba, como em outros estados do Nordeste, o PROÁLCOOL foi um profundo causador de problemas de natureza diversa. Na verdade, ele foi responsável

(...) pela intensificação do processo de concentração da propriedade da terra, pelo crescimento da utilização do trabalho assalariado de mulheres e crianças, pela retração da produção de alimentos e pelo consequente aumento da fome, pela expulsão massiva da população rural, pela disseminação do trabalho semi-escravo e pelo agravamento das condições de trabalho e vida da classe trabalhadora,...¹⁵¹.

Tomando esse novo mercado que adentra as terras paraibana a partir de 1975, embora já houvesse uma expansão em um nível bem menor, o PROÁLCOOL, que chega como uma saída da crise internacional do petróleo de 1973, vem com uma roupagem de um capital faminto por corpos e vidas. E durante as décadas de 1970 e 1980 foram inúmeros os conflitos de terra em que se iniciava

¹⁴⁸ MENDES FILHO, Gildásio Álvares. 2 ed. **Avaliação do desempenho do PROÁLCOOL na Paraíba**. Campina Grande: GRAFSET, 1983. p. 158

¹⁴⁹ O PROÁLCOOL foi criado por meio do Decreto Nº 76.593, de 14 de novembro de 1975. O propósito desse programa federal era promover a produção do álcool (anidro, para ser misturado à gasolina, e hidratado) no Brasil, permitindo ao país superar a crise mundial do petróleo iniciada em 1973. É importante lembrar que no ano de 1978 surgem os primeiros automóveis movidos exclusivamente à álcool no Brasil.

¹⁵⁰ MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. *Op. cit.* p. 112-114.

¹⁵¹ *Idem*, p. 120

com a expulsão dos moradores¹⁵². Em 1975 o Parque Industrial sucroalcooleiro concentrava uma destilaria autônoma e duas, anexas¹⁵³. Oito anos depois o número total de destilarias aumentou para quatorze, sendo cinco anexas, seis eram autônomas e as demais (três), do total, se encontravam em projeto de implantação¹⁵⁴. Portanto, onze unidades produtivas se encontravam em operação. Esse aumento considerável foi assegurado por investimentos de recursos oriundos de projetos do PROÁLCOOL e da SUDENE com o propósito de alavancar o setor sucroalcooleiro no país. De acordo com a imprensa, “até o mês de Novembro [de 1980] a [Comissão Executiva Nacional do Alcool] CENAL havia aprovado 4 projetos para implantação de destilarias anexas e 8 para destilarias autônomas na Paraíba”¹⁵⁵. Assim, entre as décadas de 1970 a 1980 a área de cultivo da cana-de-açúcar expandiu e, conseqüentemente, a sua produção.

Quadro 01: Produção da cana de açúcar 1970-1989

Ano	Área cultivada (ha)	Produção (t)	Produtividade (t/h)
1970	40.007	1.433.245	35,8
1980	85.455	3.057.112	35,8
1989	158.726	8.647.257	54,4

Fonte: ANDRADE, 1994, p. 27-30

Já nas décadas de 1950 e 1960, o processo de produção do açúcar sofre algumas alterações, adentrando o emprego de novas máquinas no processo industrial que exigia uma aceleração e aumento na produção do açúcar. Embora essas transformações ocorressem com maior intensidade nas regiões canavieiras do sul e sudeste e, no Nordeste, principalmente em Pernambuco, no estado da Paraíba esse processo de mudanças ocorreu com maior intensidade nas décadas de 1970 e 1980.

¹⁵² Em relação a um breve mapeamento dos conflitos registrados nas duas décadas de 1970-1980: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. A questão da terra na Paraíba 1970-1980 (flashes). **Revista da ABRA**. Ano 13, nº 5, set-out/1983. p. 18-25

¹⁵³ MENDES FILHO, Gildásio Álvares. *Op. cit.*, p. 28 e 29

¹⁵⁴ *Idem*. p. 159

¹⁵⁵ Paraíba ganha mais destilaria para a produção do álcool. **A UNIÃO**. João Pessoa, 06 dez. 1980, Ano LXXXVII, nº 256, p. 12. No mês de julho de 1980 o governo do Estado assinou com a Empresa Brasileira de Alcool S/A (Brasálcool) “um protocolo destinado a garantir o planejamento e a construção de destilarias na Paraíba”. A proposta garantia a construção de cinco destilarias. Cf. Burity em São Paulo garante 5 destilarias. **A UNIÃO**. João Pessoa, 10 jul. 1980, Ano LXXXVII, nº 130, p. 4.

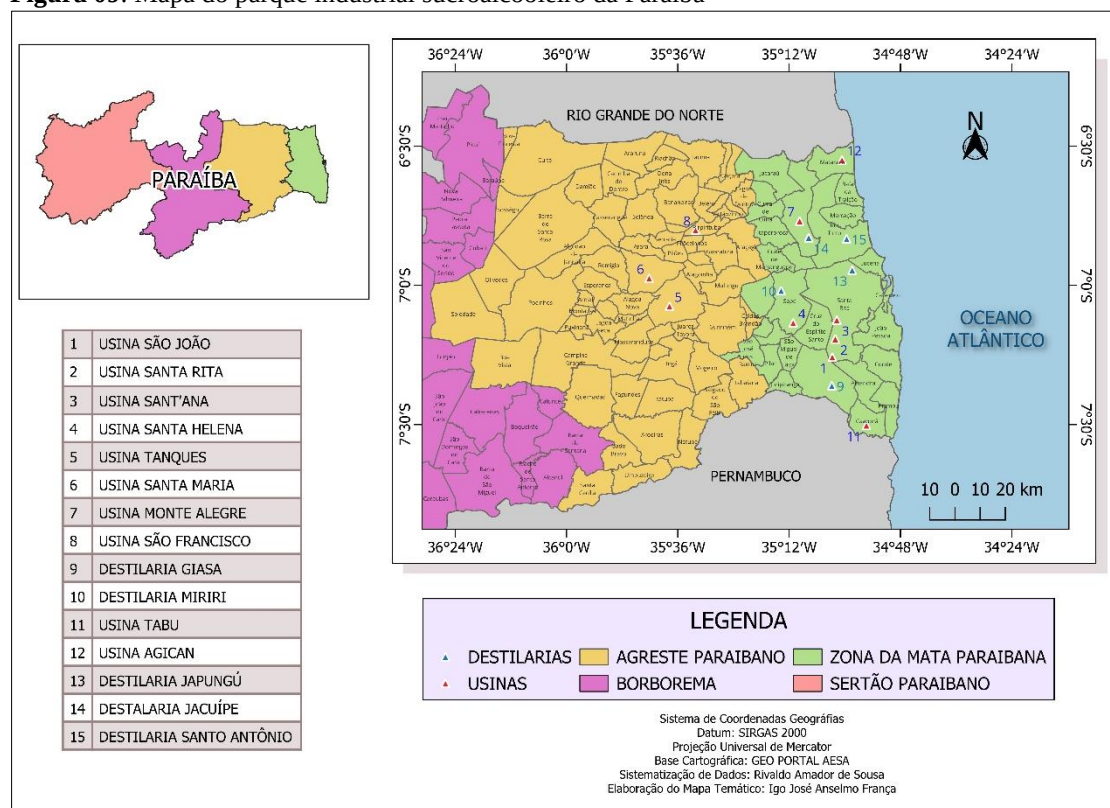
Quadro 02: Usinas de açúcar e destilarias no Estado da Paraíba

Usina/Destilaria	Município	Fundação	Encerramento	Grupo Econômico Proprietário
São João	Santa Rita	1888 – Engenho Central		- Cia. de Eng. Centrais. Capitais holandeses, 1888; - Cia. Geral de Melhoramentos do Rio de Janeiro; - Cia. Açucareira da Paraíba; - João Úrsulo & Irmãos, 1914; - Odilon Ribeiro Coutinho (filho de João Úrsulo).
Santa Rita (denominada Cumbe até 1922)	Santa Rita	1910 – Usina Cumbe	- 1993	- Antônio Lira; - 1918: “Tenente” - Famoso usineiro pernambucano, adquiriu a usina em 1918, vendeu em 1922; - 1922: Usina Santa Rita S. A. Flávio Ribeiro Coutinho; - Filhos de Flávio Ribeiro Coutinho.
Espírito Santo	Cruz do Espírito Santo	[ca. 1910]	- 1930	- José Galvão de Melo; - Adalberto Ribeiro. Família Ribeiro Coutinho.
Santa Helena (antiga usina Bonfim)	Sapé	1917 – Usina Bonfim	- 1993	- Gentil Lins; - João Úrsulo & Irmãos; - Renato Ribeiro Coutinho (filho de João Úrsulo); - Filhos de Renato Ribeiro Coutinho.
Pedroza (1922) Sant’Ana (1930) Agroval (1996)	Santa Rita	1922 Usina Pedroza	Atual Agroval	- 1922: Manoel de Araújo Pedroza - 1930: Flaviano Ribeiro Coutinho; - Filhos de Flaviano Ribeiro Coutinho; - 1996: Grupo Cavalcanti de Moraes.
Santa Alexandrina (Gramame)	João Pessoa	1926	- Antes de 1933	- C. Regis & Cia. Ltda.; - José Cavalcanti Regis.
São Gonçalo	Santa Rita	1926	- 1937	- Antônio da Silva Mello; - João Úrsulo & Irmãos.
Tanques	Alagôa Grande	1926	- 1997	- 1926: Zenaide Holmes & Cia. Ltda. - 1950: Aguinaldo Veloso Borges.
N. S. do Patrocínio	Santa Rita	1928	- Antes de 1933	- [S.I]
Usina Mandacarú	Cabedelo	1930	- Antes de 1933	- Lisboa & Cia.
São Francisco	Pirpirituba	1931	- 1990	- Octávio Ribeiro Coutinho; - Família Ribeiro Coutinho.
Santa Maria	Areia	1931	- 1993	- 1931: Francisco de Assis Pereira de Melo; - 1934: S. A. White Martins; - 1938: Viúva Francisco de Assis e filhos; - 1952: Solon Lyra Lins.
Monte Alegre	Mamanguape	1940		- 1940: Irmãos Fernandes Ltda. - 1990: Grupo Soares de Oliveira.
Destilaria Giasa	Pedras de Fogo	1971		- 1971: Família Tavares de Melo; - 2007: Grupo Louis Dreyfus Commodities – LDC.
Destilaria Miriri	Sapé	1976		- José Ivanildo Cavalcanti de Moraes
Agro Industrial Tabu	Caaporã	1979		- 1979: Família Lundgren (quarta geração); - Grupo Belga Alcotra BioEnergy.
Destilaria Japungu	Santa Rita	1981		- 1981: Família Ribeiro Coutinho - 1989: José Ivanildo Cavalcanti de Moraes
Destilaria Xuá	Mamanguape	1982	- 1993	- 1982: Valdir dos Santos Lima; - João Furtado (ENARQ/PB)
Destilaria Jacuípe	Santa Rita	1982	- 1995	- José Ivanildo Cavalcanti de Moraes
Destilaria UNA	Sapé	1983		- 1983: Família Ribeiro Coutinho; - Família Pessoa de Queiroz
Destilaria Santo Antônio - Agican	Mataraca	1985		- Família Pessoa de Melo - Grupo D’Pádua.

Fonte: Quadro elaborado a partir de dados fornecidos ANDRADE, 1988 e outras Fontes¹⁵⁶

¹⁵⁶ O quadro acima foi elaborado a partir de diversas informações obtidas de diferentes fontes. ANDRADE, Manuel Correia. **Usinas de Açúcar e destilarias no Rio Grande do Norte e na Paraíba (Agro-indústria canavieira e a**

Figura 09: Mapa do parque industrial sucroalcooleiro da Paraíba



Fonte: Várias fontes¹⁵⁷

Considerando o processo de transformações técnicas que ocorreram a partir daquela década na Paraíba, a indústria sucroalcooleira se viu obrigada a modernizar o seu parque industrial. Essas transformações ocorridas a partir dos anos de 1970, definidas por Moreira e Targino de “processo de ‘modernização conservadora’ da agricultura” “foi responsável por mudanças profundas na base técnica e na organização da produção agropecuária, na distribuição da posse da terra, na dinâmica da população e do emprego rural”. De modo semelhante,

produção do espaço). Mossoró-RN: ESAM, 1988. p. 34; SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho e M. Nordeste, açúcar e poder:.... *Op. cit.* p. 250; MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes; BONOLO, Flávia; TARGINO, Ivan. Estrangeirização das terras: algumas notas sobre o caso do Brasil e da Paraíba. NERA - **Boletim DATALUTA**. UNESP, Nº 69, Set 2013. MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. *Op. cit.*; MENDES FILHO, Gildásio Álvares. 2 ed. **Avaliação do desempenho do PROÁLCOOL na Paraíba**. Campina Grande: GRAFSET, 1983; ARAÚJO, Darlene Karla. **Patrimônio Industrial no litoral da Paraíba: identificação e preservação**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2019; CARVALHO, Juliano Loreiro. **Pré-inventário dos engenhos da várzea do rio Paraíba**. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2005; MOREIRA, Orlandil de Lima. **O sindicato e a usina: redefinindo relações**. Um estudo sobre as repercussões das lutas sociais dos canavieiros no município de Sapé (1984-1994). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1996; ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de; PAKMAN, Elbio Traccoli. O PROÁLCCOL e as transformações no espaço agrícola da Paraíba. **Raízes**, Campina Grande, Ano X, nº 8, p. 113-134, jan.-dez./1991; TOSI, Giuseppe. **Terra e salário para quem trabalha: um estudo sobre os conflitos sociais no Brejo paraibano**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural). Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1988; LIMA, Sérgio Ricardo Ribeiro. **Modernização e crise no setor sucro-alcooleiro da Paraíba, 1970-1997**. Dissertação (Mestrado em economia). Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1997.

¹⁵⁷ *Ibidem*.

ocorreram mudanças “nas formas de organização e de luta da classe trabalhadora que redundaram numa nova reestruturação do espaço agrário estadual¹⁵⁸.”

3.4 UMA NOVA PAISAGEM RURAL: O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DAS USINAS

Os engenhos centrais, que surgiram no século XIX com o objetivo de concentrar a produção industrial do açúcar, aumentar a produção e baratear o produto final como propósitos de enfrentar a crise e competir com o mercado internacional, parece ter sido, até certo ponto, um “desastre” para os pequenos engenhos.

Na verdade,

Desde muito a inferioridade técnica da indústria açucareira do Brasil contava como um dos grandes fatores da perda de mercados internacionais e da vitoriosa concorrência de outros produtores. A remodelação dos velhos engenhos se fazia difícil não só porque na crise em que se debatiam não lhes sobravam recursos suficientes para isto, como porque as áreas que ocupavam eram insuficientes para manter uma unidade fabril do vulto exigido pelas novas necessidades técnicas. Recorreu-se então aos chamados *engenhos centrais*, grandes unidades destinadas a moer a cana de um conjunto de propriedades. Para estimular o estabelecimento de engenhos centrais foram-lhes concedidos pelo governo garantia de juros e auxílios financeiros¹⁵⁹.

Para enfrentar a crise e aumentar a produção os engenhos centrais eram uma das soluções propostas, uma vez que estes “estimulariam um uso mais econômico da terra e da mão-de-obra”. O fato é que,

O engenho central implica, fundamentalmente, uma divisão do trabalho: os proprietários agrícolas cultivando a cana, em lugar de processá-la eles próprios, e remetendo-a para os engenhos centrais próximos. Este arranjo, segundo se esperava, promoveria o mais eficiente uso dos fatores de produção: cada plantação poderia dedicar seus recursos apenas à agricultura, assim criando facilidades a melhoramentos como o uso de fertilizantes, irrigação de mecanização. O agricultor não teria necessidade de manter e melhorar seu próprio engenho; de fato, poderia abandoná-lo. Os proprietários dos engenhos centrais, por sua vez, poderiam dedicar a totalidade de seus recursos ao setor industrial, aprimorando o engenho com investimentos de capital. E não teriam de investir em canaviais. Os resultados seriam a cana mais barata e o açúcar mais competitivo¹⁶⁰.

Esse modelo inicia na Paraíba com a “Companhia Engenhos Centrais, incorporadas por capitalistas holandeses, obtendo em 1882 concessão de um engenho na várzea do Paraíba,

¹⁵⁸ MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. Op. cit. p. 97

¹⁵⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. Op. cit. p. 246

¹⁶⁰ EISENBERG, Peter L. ... 1977. Op. cit. p. 111

iniciava as construções do que hoje é a usina S. João”. Essa usina começou a funcionar seis anos depois, em 1888 -. Na década de 1930 se tornou a “maior fábrica de açúcar”¹⁶¹.

Fazendo uma relação comparativa sobre a atuação de grandes empresas na Paraíba na década de 1930, Mariz afirma que uma nova relação de domínio no mercado algodoeiro e açucareiro se estabelecia uma vez que “no raio de influência de uma usina de cana morria o fogo de 50 banguês”¹⁶².

O surgimento das usinas no Nordeste se deu ainda em fins do século XIX e início do século XX. Pernambuco, sendo o estado de maior destaque por que concentrou uma das grandes produções de açúcar e exportou para um grande número de países, foi um dos primeiros a viver as experiências de inovações tecnológicas, em relação a outros estados dessa região. A Paraíba concentrava um número relativamente pequeno de usinas, em relação a outros estados, como Pernambuco e Alagoas. Apesar de não parecer um número expressivo, o quadro levantado e discutido por diversas pesquisas aponta a grande relevância que consiste esse elemento para pensarmos, por exemplo, a situação e os problemas que a categoria dos trabalhadores rurais experienciou e enfrentou nas diferentes atividades desenvolvidas na zona canavieira paraibana.

O preço do açúcar que oscilava bastante oferecia, ao produtor, um horizonte incerto para o investimento em futuras safras. Com o crescimento da produção do açúcar em São Paulo a partir de 1930, devido a profunda crise do café, a produção de açúcar do Nordeste sofre uma certa queda. Com a sua crescente e acelerada produção açucareira,

São Paulo ameaçava atingir o limite do seu consumo (pouco mais de 6 milhões de sacas) e tornar-se autossuficiente. E seria a ruína final das velhas regiões produtoras, em particular do Norte. Limita-se então a produção (1933). Toda a economia açucareira ficaria daí por diante encerrada dentro de um rígido sistema de quotas distribuídas entre as diferentes unidades produtoras (usinas e engenhos) do país, sob a direção de um órgão oficial do governo federal, o surgimento do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), que se incumbiria de manter os preços em nível adequado. Estes seriam relativamente altos (com grande sacrifício do consumidor) devido ao baixo rendimento de maior parte da indústria açucareira do país¹⁶³.

O atraso de uma inovação tecnológica advinha ainda de uma atitude conservadora do mundo agrário do século XIX, principalmente na região Nordeste, como bem esclarece Eisenberg¹⁶⁴. Ainda na década de 1920, os dados colhidos por Almeida apontam que “os

¹⁶¹ MARIZ, Celso. **Evolução Econômica da Paraíba**. *Op. cit.*, p. 23

¹⁶² *Idem.* p. 122

¹⁶³ PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. *Op. cit.* p. 245-246

¹⁶⁴ É bem verdade que, “a combinação de terra barata com trabalho barato e não educado produziu uma atitude conservadora, rotineira em relação à inovação tecnológica”. EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança:...**, *Op. cit.*, p. 65. Outros fatores também contribuíram para o atraso tecnológico como “os custos do capital e a instabilidade do mercado [que] também afetaram o ritmo de inovação”. *Idem.* p. 66

maquinismos e instrumentos agrários”, que representavam o processo de modernização de produção no campo na Paraíba, concentravam-se, principalmente, nos municípios de [Cruz do] Espírito Santo, com um investimento de 472:043\$; e Santa Rita com um total de 436:050\$, para onde afluem as maiores usinas de açúcar. Nessa classificação de investimentos com os maquinismos, seguem os municípios de Areia com 531:610\$, Mamanguape com 221.715\$, Guarabira com 221:130\$ e logo em seguida Alagoa Grande com 201.400\$¹⁶⁵.

O fim de um número relativamente grande de engenhos criou um outro problema social para o município e região, o êxodo rural. Com o surgimento de um novo proprietário de terras os moradores eram literalmente expulsos das terras onde trabalhavam e habitavam, sendo obrigados a migrar para outras áreas que pudessem abrigar as suas famílias. Esse movimento levou essas populações, despossuídas de bens e de direitos sociais e políticos, para área urbanas, gerando nesses centros um cinturão de aglomerações desordenadas. Esse movimento migratório de natureza compulsória gerou sérios problemas de diversas naturezas. Colocados às margens das grandes, médias e pequenas cidades, essa gente pobre continuou dependendo do trabalho braçal oferecidos pelos engenhos e usinas, passando a viver em condições precaríssimas. Essa situação foi evidenciada em Alagoa Grande, quando muitos moradores de engenho, expulsos das terras onde moravam e laboravam, passaram a habitar no “Morro do Cruzeiro” em condições precárias, construindo seus casebres de pau a pique¹⁶⁶. Outra alternativa foi migrar para as metrópoles da região sudeste, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo¹⁶⁷.

Em fins dos anos de 1970 o processo de expansão das plantações de cana-de-açúcar fomentou a criação de agrovilas. Esse projeto, financiado pelo estado, visava a construção de pequenos núcleos urbanos às margens de estradas asfaltadas para onde eram deslocadas as famílias moradoras de sítios nas áreas canavieiras. A título de exemplo, o distrito de Lerolândia, situado no município de Lucena, surgiu do projeto de uma agrovila¹⁶⁸.

Analisando os dados que apontam a migração de uma população rural para a zona

¹⁶⁵ ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. *Op. cit.*, p. 611

¹⁶⁶ De acordo com Freire, o Morro do Cruzeiro que já abrigava antigos moradores de engenho desde a década de 1960, na década de 1990 mais de 400 casas já estavam edificadas ali. FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: ...**, 1998. *Op. cit.* p. 174. Em trabalho de pesquisa, o alagoa-grandense Alberto Nasiasene fotografou grande parte dessa área do morro e da cidade no ano de 1979, registrando imagetivamente um mundo social e cultural desses espaços urbanos em que habitavam parte das populações pobres de Alagoa Grande. NASIASENE, Alberto Eugênio de Medeiros. A Geografia da exclusão no Flamboyant, em Campinas, face à Geografia da Cana na Obra de José Lins do Rego. Disponível em: <http://www.semeandohistoria.com/2012/01/geografia-da-cana-na-obra-de-jose-lins.html>. Acesso em: 05 de agosto de 2019

¹⁶⁷ Sobre a migração da população da região do Brejo para a região sul do país, Cf.: GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **O Sul:...** *Op. cit.*

¹⁶⁸ DANTAS, Avany Lúcia. **As agrovilas como uma nova forma de localização da mão de obra canavieira na Paraíba**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Mestrado em Geografia, 1989.

urbana em Santa Rita, município situado na mesorregião da Zona da Mata, assegura Santana que, por exemplo, o crescimento de número de usinas e a expansão da área canavieira já passava a ser sentida nas décadas de 1930 e 1940, apresentando uma concentração urbana nos anos iniciais de 1950, quando um conjunto de fatores que motivou esse crescimento “reforçou a expulsão em massa dos posseiros e sitiantes da zona rural para a zona urbana, criando os moradores de favelas ou de ‘ponta de rua’”¹⁶⁹.

De acordo com Moreira e Targino, durante o “segundo momento de expansão da atividade canavieira” na região de influências das usinas Santa Maria e Tanques, observa-se coexistência entre os engenhos e as usinas. Trata-se dos engenhos de rapadura que passam a coexistir com as usinas. “Da coexistência desses dois sistemas agrícolas resulta uma mudança qualitativa no conjunto do sistema açucareiro regional”. Esta mudança se exprime por meio da “dominação da Usina sobre o engenho”. Assim, define esses autores que “essa dominação” é manifestada por meio de duas estratégias. Primeiro, através

Da área cultivada com a cana. Esta expansão deu-se a partir do arrendamento ou da compra de Engenhos pela Usina. Deste modo ela assegurava uma parte da matéria-prima que utilizava na sua produção. Se a Usina dependesse unicamente da cana produzida e fornecida pelos Engenhos, estes seriam livres para cessar seu fornecimento no momento que desejassem ou no momento em que os interesses da Usina contrariassem os seus. Produzindo sua própria matéria-prima a Usina fortificava sua relação de dominação sobre os Engenhos¹⁷⁰.

Segundo, por meio “...da determinação do preço da cana. No momento em que os Engenhos passaram a fornecer cana à Usina eles passaram também a receber pela cana o preço determinado por esta”. Dessa maneira, “o processo de subordinação e dependência dos Engenhos em relação às Usinas se” aprofundaram, naquela região, e a tendência foi a consolidação da dominação dessa moderna indústria açucareira até fins das décadas de 1980, para a Santa Maria, e, de 1990, para a Tanques, momento em que cada uma delas entraram em decadência e paralisam as suas atividades¹⁷¹.

Parece que as transformações sociais ocorridas nas regiões em que predominava a economia canavieira foi, evidentemente, o empobrecimento maior ainda de grande parte da classe trabalhadora do campo. Não obstante, se alguns observam alguma mudança nessas áreas, “outros vêem, nos mesmos eventos, uma modernização apenas das empresas que fabricavam o açúcar”¹⁷².

¹⁶⁹ SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho e M. **Nordeste, açúcar e poder: ...** *Op. cit.*, p. 246

¹⁷⁰ MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. ...** *Op. cit.*, p. 95

¹⁷¹ *Ibidem*.

¹⁷² DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho:...** *Op. cit.*, p. 204; EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança:...** *Op. cit.*

Estudando sobre a modernização da produção da cana-de-açúcar no Nordeste brasileiro, com foco no Brejo da Paraíba, Potengy afirma que a reativação da usina e a expansão da cultura canavieira corresponde a crise da rapadura,

A indústria açucareira se desenvolve a partir da produção de rapadura, atividade fundamental, com a fabricação anexa de melaço e aguardente. O engenho de rapadura é constituído de uma unidade de produção que compreende uma casa, onde se encontra o moinho e a fornalha, a plantação de cana e a agricultura, desenvolvida pelos moradores, de alimentos para a sua própria subsistência¹⁷³.

Embora seja essa uma descrição já desenhada por Freyre, em seu clássico *Casa Grande e senzala*, o que pretendo salientar aqui é as diferentes fases de mudanças que passaram as fábricas do açúcar desde o “banguê até a primeira usina”, como afirma Tosi¹⁷⁴.

De acordo com Potengy, a partir da década de 1940 que a indústria do açúcar vai conseguindo fechar os engenhos e, paulatinamente, até os anos de 1960 quando “a crise da rapadura se acelera” e as usinas passaram a cumprir o papel de locus de transformação industrial do açúcar. Uma dessas experiências, evidenciada por essa pesquisadora no município de Areia, aponta que, nos anos de 1960 a usina Santa Maria é modernizada e ampliada, “graças à disponibilidade de mão de obra e de matéria prima determinada pela crise da rapadura. Esta retomada provocou mudanças na estrutura agrária da região”, como também produziu “um novo surto” da zona canavieira¹⁷⁵.

Esse processo de modernização só foi possível graças às garantias que o Estado ofereceu a esses investimentos por meios de subsídios. Na Paraíba, o PROÁLCOOL permitiu o surgimento de algumas indústrias do setor sucroalcooleiro¹⁷⁶. O fato é que era o próprio estado que financiava e “garantia o empreendimento”, em sua maioria adquiridos por usineiros pernambucanos. Entre os anos de 1976 a 1981, “os maiores recursos para projetos industriais se concentraram no financiamento de implantação ou de ampliação de destilarias”. Além disso, “o poder público garantia aquisição de toda a produção, que passaria a ser distribuída pela PETROBRÁS”¹⁷⁷.

Como defende Tosi, havia a combinação de interesses entre alguns grupos. E como já foi constatado, o estado sempre assumiu esse papel de proteção à agroindústria canavieira. Em seu discurso oficial defendia que o seu papel era o de “promover a modernização do complexo

¹⁷³ POTENGY, Gisélia Franco *Apud* TOSI, Giuseppe. **Terra e salário para quem trabalha...** *Op. cit.* p. 29

¹⁷⁴ *Ibidem*.

¹⁷⁵ POTENGY, Gisélia Franco *Apud* TOSI, Giuseppe. **Terra e salário para quem trabalha...** *Op. cit.* p. 31.

¹⁷⁶ Em 1978 já estava funcionando a primeira usina para a produção d álcool anidro no Estado, em Miriri, Santa Rita-PB. Cf. Álcool anidro tem sua usina pioneira na PB. **O NORTE**. N°. 415, 9 de mar. 1978, p. 8

¹⁷⁷ ANDRADE, Manuel Correia. **Usinas de Açúcar e destilarias no Rio Grande do Norte...** *Op. cit.* p. 48.

agroindustrial canavieiro”. E assim, “o ‘negócio’ é plantar cana para chegar primeiro na corrida aos incentivos públicos, nem sempre utilizando critério de racionalização econômica”. Para tanto, como sempre, “o Estado passa a dirigir todo o processo de produção e mercantilização”. Desse modo, o estado “estabelece as quotas, compra toda a produção, fixa os preços, promove uma série de incentivos à produção agrícola e industrial, através de créditos, incentivos fiscais para a implantação de destilarias, assume os gastos da pesquisa tecnológica”¹⁷⁸.

Na verdade, a proteção por parte do Estado ocorre em diversos momentos como no surgimento dos Engenhos Centrais e das usinas, por exemplo, em que estas ficavam isentas de impostos durante vários anos. Isso aconteceu com a usina Tanques e outras indústrias açucareiras. Bastasse um clima que representasse a ameaça ao desenvolvimento da produção açucareira, montava-se o discurso protecionista como a crise do açúcar na década de 1960, por exemplo, em que plantadores de cana ficaram isentos do imposto de vendas e consignações¹⁷⁹. Na Paraíba, já na década de 1970, o governo do Estado, “junto aos investidores”, procurou estimular os produtores de cana para a efetivação da implantação do PROÁCOOL, adotando políticas de incentivo¹⁸⁰.

Em 1969 o Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA, autarquia definida por uma política de caráter intervencionista, ofereceu um aumento de 26% no preço do açúcar. Trata-se, portanto, de um grande incentivo que buscava atender aos interesses dos seus produtores¹⁸¹. Mas esse não foi o único incentivo. Naquele mesmo ano o estado, que pretendia incentivar o crescimento da indústria, determinou, por meio de Decreto-Lei, que as pessoas físicas que desenvolviam atividades agropastoris ficavam isentas do Imposto de Renda em até 80%¹⁸².

Em fins dos anos de 1960 os produtores da agave já começavam a sentir a queda nas exportações da fibra desse produto. Com essa situação exposta, a pressão dos plantadores dessa cultura ao governo do estado era conhecida. Nesse sentido o governo estadual, se posicionando a favor da classe agavieira, procurava dirimir a situação, buscando alguma saída para os

¹⁷⁸ TOSI, Giuseppe. **Terra e salário para quem trabalha...** *Op. cit.* p. 33

¹⁷⁹ Plantadores de cana isentos do imposto de vendas e consignações. **O NORTE**. João Pessoa. 23 set. 1960, Nº 3.317. Ano LII, p. 8. Cf. também: **BRASIL**. Decreto-Lei Nº 902, de 30 de setembro de 1969. Dispõe sobre a forma de tributação dos rendimentos da exploração agrícola ou pastoril e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0902.htm. Em relação aos grupos obrigados a declarar renda ao governo federal, Cf.: **BRASIL**. Lei Nº. 4.506, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o imposto que recai sobre as rendas e proventos de qualquer natureza. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4506-30-novembro-1964-377633-norma-actualizada-pl.html>.

¹⁸⁰ MENDES FILHO, Gildásio Álvares. *Op. cit.*, p. 49. Esses incentivos também ocorrem com o financiamento de caminhões para os fornecedores de cana das usinas com o apoio do IAA. Cf. Cooperativa de fornecedores de cana adquire mais veículos. **O NORTE**. Nº. 279, 01 dez. 1974, p. 8

¹⁸¹ Açúcar aumenta 26 % mas IAA ainda não sabe. **O NORTE**. 30 mai. 1969, Nº 4.510, p. 8

¹⁸² Agricultura tem isenção de até 80%. **O NORTE**. 17 set. 1969, Nº 4.600, p. 1

produtores. O açúcar voltava a crescer lentamente nesse período. A situação mobilizou os grandes plantadores e outros setores, como o do comércio que sentiu atingido indiretamente. Outro fator que aprofundou mais essa crise no comércio local e regional foi a retirada do ramal ferroviário de Alagoa Grande, em 1967¹⁸³. De acordo com o periódico dos Jornais Associados, O NORTE, o Conselho de Desenvolvimento de Alagoa Grande (CDAG), na tentativa de encontrar uma saída da situação crítica em que se encontrava a economia local, realizava reuniões constantemente com representantes de diversos setores. Essa preocupação do setor agropecuarista, principal base da economia regional, pode ser evidenciada em uma dessas reuniões realizada no ano de 1969. A proposta votada foi a criação de “uma comissão encarregada de elaborar um plano de desenvolvimento agrícola para aquela comuna”¹⁸⁴.

Na década de 1970 ocorre um conjunto de mudança no setor agrário que objetivava modernizar a produção e incentivar os grupos do setor agrário. Para tal fim, “um conjunto de programas especiais são implementados”¹⁸⁵. Em 1975, por exemplo, todas as usinas já estavam ampliando as suas instalações com o apoio dos recursos oferecido pelo programa do governo federal¹⁸⁶. A expansão canavieira na Paraíba já apresentava um quadro que se acelerava com o surgimento do PROÁLCOL, programa oferecido pelo governo federal¹⁸⁷.

Esse processo, durante o período que se estende de 1965 a 1982, é conhecido como um novo momento de modernização agrária no país. De acordo com Delgado, esse modelo implementado por políticas que tendiam a todo gosto atender aos interesses das elites agrárias definia que o,

Tal processo de modernização técnica da agricultura e integração com a indústria é caracterizado, por um lado, pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos); e máquinas industriais (tratores, colhedoras, equipamentos de irrigação e outros implementos). Por outro, ocorre uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e vários ramos industriais, como os oleaginosos, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil e bebidas¹⁸⁸.

¹⁸³ Era por meio do trem de ferro que os sacos da fibra da agave, produzida na região do Brejo paraibano, chegava ao porto de Cabedelo-PB. Também era esse transporte que fazia movimentar o comércio daquele município, levando a produção (rapadura, melão, cachaça, açúcar, frutas e cereais) a outros municípios e capitais.

¹⁸⁴ Alagoa Grande debate o problema da agropecuária. **O NORTE**. 06 set. 1969, Nº. 4.591, p. 3

¹⁸⁵ NOVAES, José Roberto Pereira. **Reflexos do Plano Preliminar de Reforma Agrária na Paraíba**, Campina Grande, mimeo. p. 3

¹⁸⁶ Usinas querem mais açúcar e ampliarão as suas instalações. **O NORTE**. Nº. 54, 7 mar. 1975, p. 2.

¹⁸⁷ Em relação aos números que apresentam mudanças na produção de açúcar e álcool entre as décadas de 1970 e 1980, Cf. LIMA, Sérgio Ricardo Ribeiro de; ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de. Modernização e crise do setor sucro-alcooleiro da Paraíba. **Revista Raízes**. Ano XVIII, Nº 19, p. 88-100, mai/1999.

¹⁸⁸ DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 81-112. p. 85-86

Como sabemos, o mundo agrário vivia, naquele momento, um intenso processo de modernização no qual o desenvolvimento técnico era um grande investimento da indústria agrícola. Criava-se também um conjunto de expectativas para o setor açucareiro¹⁸⁹. Para muitos, essa inter-relação era profundamente estimulada também para atender às políticas do capital agrário internacional (aquelas controladas e defendidas pelo capital industrial, fabricantes de máquinas e insumos)¹⁹⁰.

No entanto, tais mudanças não favoreciam às categorias dos trabalhadores rurais. Pelo contrário, promoveram grandes prejuízos para esses grupos, especialmente para os sem-terra e, portanto despossuídos da propriedade privada. Essa gente pobre perdia uma de suas lutas, pois, como bem afirma Delgado, “a ‘modernização conservadora’ do campo nasce com a derrota do movimento pela reforma agrária¹⁹¹”.

3.5 A USINA TANQUES: CRIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

As usinas das duas mesorregiões paraibanas – Zona da Mata e Agreste - eram responsáveis por uma grande produção de açúcar consumida aqui e exportada para outros estados do país durante a segunda metade do século XX. Um dos problemas observado nessas indústrias foi a geração de uma grande concentração de renda nas mãos das elites agrárias, principalmente pelos proprietários das usinas¹⁹². Quatro das oitos existentes nos anos de 1970 eram controladas pela família Ribeiro Coutinho. As famílias Veloso Borges e Lins também concentravam em suas mãos grandes faixas de terras na região do Brejo paraibano e exploravam grande parte delas com a cultura canavieira.

A usina Tanques surgiu em 1926 no antigo engenho do mesmo nome que foi fundado ainda no século XIX. De propriedade de Apolônio Zenaide Peregrino de Albuquerque Montenegro, o engenho fabricava açúcar mascavo. O dito engenho, encravado em um vale de terras propícias à cultura da cana-de-açúcar, era parte do tradicional complexo colonial: a casa

¹⁸⁹ Paraíba produzirá este ano 1,5 milhões de Sacas de açúcar. **O NORTE**. Nº. 5.576, 28 abr. 1972. p. 3

¹⁹⁰ É importante lembrar que durante o governo de regime civil-militar (1964-1985) o Estado investiu profundamente em um discurso que buscava atender os interesses dos setores mais abastados, entre esses o setor agrário como um dos mais promissores do país. Tal comportamento pode ser evidenciado nos periódicos, como o jornal oficial da Paraíba. Cf, por exemplo: Civilização Agrícola. **A UNIÃO**. João Pessoa. 01 jun. 1967, Nº 114, p. 4. Cf. também: Classes produtoras da Paraíba dizem confiar no pres. Costa e Silva. **A UNIÃO**. João Pessoa. 3º mar. 1967, Nº 187, p. 3.

¹⁹¹ DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária e o agronegócio no Brasil... *Op.cit.* p. 86

¹⁹² Os municípios de maior índice de produção de açúcar na Paraíba são, em escala decrescente, Santa Rita, Pedras de Fogo, Sapé, Rio Tinto, Itapororoca. Disponíveis em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/12/cana-de-acucar-e-o-produto-agricola-mais-produzido-na-pb-aponta-ibge.html>. Acesso em: 07 de julho de 2018.

grande, construída em 1883, o engenho e uma capela de Nossa Senhora do Perpétuo do Socorro.

A iniciativa viera dos seus três futuros proprietários que criaram o empreendimento com o registro oficial de Zenaide, Holmes e Cia. Ltda¹⁹³. A primeira usina a funcionar na região do Brejo paraibano iniciou as suas atividades industriais no ano de 1926, contudo a sua montagem começou bem antes daquele ano.

As peças¹⁹⁴ para a montagem da Usina tanques a partir de 1922, foram trazidas para Cabedelo (por etapas), de navios. De Cabedelo para Alagoa Grande, parte veio de caminhões (que eram menores do que os de hoje) e as peças maiores e/ou mais pesadas, de trem.

As peças que aqui chegaram de trem, foram transportadas até o local da futura indústria açucareira (cerca de 5,5 quilômetros) em dois lastros de ferro com rodas também de ferro (projeto do engenheiro mecânico João Holmes Sobrinho, que comandou a montagem da usina), cofeccionados na oficina dos alemães Christiansen e Nelson, onde já trabalhava Jorge Alemão, e que foram puxados por até 20 juntas de boi, 40 animais¹⁹⁵.

Ainda descreve Freire que,

As juntas de boi que puxaram os lastros de ferro, da estação do trem para o Engenho Tanques, eram do agropecuarista Enéas Cavalcanti de Albuquerque, irmão de Ernesto e do Cônego Firmino, e proprietário da Fazenda Gurinhensinho do Deserto, na caatinga, e que era um exímio carreiro, tendo comandado os animais no transporte do material destinado à montagem da indústria, demonstrando toda sua habilidade no difícil ofício de tocar ‘boi de carro’¹⁹⁶.

A usina Tanques situava-se a poucos quilômetros do centro urbano de Alagoa Grande, em sentido nordeste. Encravada no “vale amplo” e “onde também se situavam os engenhos Barra nova e Santa Clara”¹⁹⁷. Em sua origem o complexo industrial era constituído de uma antiga casa grande, uma capela e o antigo engenho Tanques onde foi instalado o ambiente do funcionamento da maquinaria da usina. Às margens da usina existiam dois pequenos açudes dispostos para a utilização de água no processo de fabricação do açúcar¹⁹⁸. Nos anos de 1960

¹⁹³ Os seus proprietários fundadores foram os dois irmãos Heretiano Zenaide Nóbrega de Albuquerque e Apolônio Zenaide Nóbrega Montenegro, e o “professor de astronomia, de mecânica celeste da Escola de Engenharia do Recife”-PE, natural de Parahyba do Norte (atualmente João Pessoa-PB). FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: sua história – 1625 a 2000**. 2 ed. João Pessoa: A UNIÃO, 2002. Vol. 02. p. 22

¹⁹⁴ Em sua pesquisa sobre as usinas de açúcar no vale do Mamanguape, Andrade assegura que a origem do maquinismo das usinas, estabelecidas nesse vale na primeira metade do século XX, era alemã, “exceto na Santa Maria, que é de origem inglesa”. Cf. ANDRADE, Manoel Correia de. **Os Rios-do-Açúcar do Nordeste Oriental II:...** *Op. cit.*, p. 48

¹⁹⁵ Ainda lembra o autor que “os fretes de Nova York até Cabedelo ficaram mais baratos do que os de Cabedelo para Alagoa Grande”. FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: ...** Vol. 01. *Op. cit.*, p. 99

¹⁹⁶ *Ibidem*.

¹⁹⁷ ANDRADE, Manoel Correia de. **Os Rios-do-Açúcar do Nordeste Oriental II: ...** *Op. cit.*, p. 47

¹⁹⁸ Em relação a importância de reservatórios hídricos para o uso da água no processo de fabricação de derivados da cana de açúcar por engenhos e usinas, Cf.: PEREIRA, Bruno Alves. **Agroindústria Canavieira: uma análise sobre o uso da água na produção sucroalcooleira**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

já se podia encontrar em suas proximidades uma pequena vila operária, como muitas usinas tinham para manter os seus trabalhadores da indústria¹⁹⁹.

Essa sua primeira etapa não significou o fechamento de engenhos açucareiros, até porque a maioria eram unidades produtoras de rapadura e cachaça e/ou aguardente. Com relação à usina, tratava-se de “uma indústria de pequeno porte com uma caldeira em torno de 60 tubos”. Nessa mesma região existiam, à mesma época, “alguns engenhos [que] fabricavam artesanalmente, à base de moendas já movidas a motor a vapor agrupado no locomóvel que era uma pequena caldeira, e algumas movidas à água”. Esse maquinário simples era responsável pela fabricação do “chamado ‘açúcar bruto’, cristal, em três tipos: preto, avermelhado e o amarelado, ... e açúcar sumeni, que era como uma rapadura raspada, hoje chamado de mascavo”. Já a fabricação do açúcar pela usina obedecia um processo muito mais complexo, uma vez que era utilizado “cal virgem para a limpeza do produto e enxofre para dar a cor”. Foi nesse momento que se deu início a fabricação do “chamado ‘açúcar branco’, triturado e não triturado (que na realidade era moreninho)”, açúcar que antes chegava na região nos vagões da Great Western, oriundo das usinas do Vale do Paraíba²⁰⁰.

Após 32 anos de funcionamento da usina o empreendimento que tinha a frente Zenaide, Holmes e Cia. Ltda. se desfez, vendendo-a ao industrial pilarense Agnaldo Veloso Borges²⁰¹ que comprou as terras e a usina que pertenciam aos descendentes de Apolônio Zenaide, senhor do antigo engenho Tanques e político paraibano. Naquele mesmo ano de 1958 o seu novo proprietário adquiriu da usina Estivas, no Estado do Rio Grande do Norte, uma nova máquina para a produção de açúcar em Alagoa Grande. Esse investimento, que garantiu um crescimento na produção, por outro lado iniciou o processo de um quase “desaparecimento” dos engenhos na região. Evidentemente que muitos engenhos não suportaram a pressão e foram, aos poucos, parando as suas atividades, uma vez que, para os seus proprietários, seria economicamente mais viável o fornecimento de cana para a usina. Assim, não só os engenhos rapadureiros e de

¹⁹⁹ Muitas usinas, assim, como diversas fábricas, mantinham em suas imediações vilas operárias destinadas à abrigar os trabalhadores que desenvolviam atividades técnicas especializadas na fabricação do açúcar. Sobre esses aglomerados urbanos, Cf. CORREIA, Telma de Barros. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Nº 4, mai-2001, p. 83-98. Cf. também: ANDRADE, Manoel Correia de. **Modernização e pobreza:...** *Op. cit.*, p. 200.

²⁰⁰ FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande:...** Vol. 01. *Op. cit.*, p. 22

²⁰¹ A família Veloso Borges já tinha uma extensa participação na política do estado da Paraíba desde o século XIX no município de Pilar e regiões do Agreste e Borborema. A discussão em torno da dominação política dessa família será abordada de maneira mais aprofundada no próximo capítulo, “Senhores de terra e de política: práticas e discursos de dominação”. Ainda sobre a família Veloso Borges, Cf. RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. **Terra que brota Margaridas e encerra vidas: judicialização da questão agrária e violência no campo paraibano**. Tese (Doutorado em Geografia). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2018. 446 p.

fabricação de cachaça do município de Alagoa Grande se tornaram fornecedores daquela indústria, mas também plantadores do vale do Mamanguape forneciam grande parte de seus canaviais à usina Tanques²⁰².

Na observação de um historiador local, a queda dos engenhos foi movida por três fatores a ser conhecidos como: a “industrialização em larga escala a nível nacional, do café, que passou a ser adoçado com açúcar...”; o crescente número de engenhos instalados nas áreas do Sertão paraibano que deixou de consumir a rapadura produzida no Brejo; e o terceiro, a modernização da Usina Tanques nos anos de 1958 e 1966²⁰³.

No ano de 1966 um novo processo de modernização da usina foi iniciado pelo seu proprietário com o propósito de aumentar significativamente a produção do açúcar daquela indústria. Desta vez a compra foi feita à Usina Santo Inácio²⁰⁴, situada no vizinho estado de Pernambuco. Tratava-se de um maquinário de 1950 produzido pela indústria francesa Cail, sendo adquirido no ano de 1965 pelo “valor CR\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil cruzeiros)”. Esse moderno maquinário permitia uma produção maior de açúcar²⁰⁵. Nesse mesmo ano também foram adquiridos outros equipamentos:

Uma ponte rolante, uma centrífuga e um secador de açúcar, quatro caixas de evaporação, várias bombas elétricas para substituíram as de vapor, duas caldeiras de alta-pressão DEDINE, um grupo gerador de energia, um decantador, turbinas semi-automáticas e cinco máquinas de vácuo...²⁰⁶.

De acordo com Freire, as novas máquinas permaneceram, em “pleno funcionamento” até o fechamento da usina Tanques na década de 1990. “A referida moenda funcionava com combustível proveniente do bagaço da cana, depois da primeira moagem que tinha o

²⁰² ANDRADE, Manoel Correia de. **Os Rios-do-Açúcar do Nordeste Oriental II: ...** *Op. cit.*, p. 47

²⁰³ FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande:...**1998. *Op. cit.*, p. 170

²⁰⁴ A usina Santo Inácio ficava localizada no município de Cabo de Santo Agostinho. De propriedade do senhor José Rufino Bezerra Cavalcanti, o antigo engenho de açúcar foi transformado em usina ainda em 1884 e em engenho central quatro anos depois. Pertenceu ao Cel. Arthur Ramos da Silva e em 1930 aos irmãos Brennand que venderam ao grupo Cardoso e Irmãos. Sofreu algumas mudanças naquela década, paralisando as suas atividades em 1965.

²⁰⁵ FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: ...** 1998. *Op. cit.*, p. 176

²⁰⁶ FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: ...** Vol. 02. *Op. cit.*, p. 56. O Grupo M. Dedini foi uma indústria metalúrgica pioneira na fabricação de equipamentos do setor de álcool e açúcar. Fundado em 1920, em Piracicaba-SP, controlava mais de “95% da produção nacional” de máquinas para esse setor, de caráter monopolista controlou esse mercado até fins dos anos de 1950. A partir de 1953 “o setor nacional passou a suprir quase todas as necessidades de usinas, visto que a importação de equipamentos, máquinas e acessórios demandados pelas usinas de açúcar e destilarias de álcool foi praticamente barrada”. Cf. NEGRI, Barjas. A indústria brasileira de equipamentos para o setor produtor de açúcar e álcool: um estudo de oligopólio. **Revista de Economia Política**, Vol 01, nº 3, p. 83-105, jul-set/1981. p. 93-94. Outra grande indústria de equipamentos e máquinas para a indústria açucareira era a Fives-Lille do Nordeste. Tratava-se de uma empresa francesa que atuou nesse ramo. Idem. p. 95. Cf. Também: MARSON, Michel Deliberali. A evolução da indústria de máquinas e equipamentos no Brasil: Dedini e Romi, entre 1920 e 1960. **Nova Economia**, Belo Horizonte, set/dez-2014, p. 685-710.

combustível produzido por lenha”²⁰⁷.

Assim,

A partir de 1966, já sendo a cana o produto principal do Município, a Tanques, reforçada economicamente pelas grandes vendas de açúcar para o Estado da Paraíba e outros da Federação, passou a investir na compra de terras na região canavieira. Vários engenhos desativados, dezenas de médios e pequenos sítios e até grandes propriedades foram adquiridos, principalmente até 1975, provocando nova onda de êxodo rural, e de derrubada de milhares de fruteiras, como também desmatamento desordenado, este último problema já ocorrido com a maioria dos engenhos, mas, evidentemente, em proporções menores, individualmente, pelo menor consumo de cana-de-açúcar. Incentivados pela direção da usina, vários donos de sítios, na busca de lucros mais rápidos e melhores, substituíram em suas terras até a totalidade de fruteiras e ‘roçados’, pela cana-de-açúcar²⁰⁸.

Com a crise da agave, provocada pelo crescimento paulatino da fibra sintética no mercado internacional e nacional, os seus produtores vão aos poucos abandonando essa cultura, voltando os seus olhos famintos novamente para os “olhos verdes da cana”. Era o período em que a usina Tanques vivia o seu momento de modernização da sua maquinaria. Com as novas máquinas a demanda pela cana-de-açúcar aumentou proporcionalmente. O objetivo agora era expandir ainda mais as plantações de cana-de-açúcar que pudessem atender a demanda de produção da usina.

Nesse momento, a pressão exercida sobre os engenho foi muito maior. Muitos dos engenhos da região de influência das usinas Tanques, em Alagoa Grande, e Santa Maria, no município de Areia, paralisaram as suas atividades de fabricação de rapadura e/ou cachaça e passaram a fornecer toda a sua produção de cana às usinas. Enquanto outras unidades produtoras continuaram produzindo seus derivados e fornecendo parte da colheita àquelas indústrias. Durante as safras de 1979/1980 a Usina Tanques contava com um número de 219 fornecedores. Destes, 164 concentravam-se nas terras de Alagoa Grande²⁰⁹.

Isso refletiu também no movimento maior de máquinas para a mecanização e meios de transportes motorizados para o transporte da cana dos fornecedores até a usina. Durante as safras, o tráfego de caminhões e máquinas entre as áreas de plantações de cana-de-açúcar e a usina Tanques era intenso. Além disso, o movimento repetitivo de transportes pesados promoviam grandes e constantes danos às estradas vicinais por onde transitavam. Como esses estragos nessas vias eram frequentes e bastante intensos, nem sempre o poder público conseguia

²⁰⁷ FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande**:... Vol. 02. *Op. cit.*, p. 36

²⁰⁸ *Idem.* p. 37

²⁰⁹ NOVAES, José Roberto. Margarida Alves: uma líder sindical. **Revista da ABRA**. Ano 13, nº 5, p. 3-17, set-out/1983. p. 5

recuperá-las no tempo certo. Desta maneira, a necessidade que tinha a usina de manter as suas máquinas funcionando exigia que o fornecimento da matéria-prima, para a fabricação do açúcar, não sofresse qualquer interrupção. Por diversas vezes, esses próprios usuários das vias – estradas de terra - era quem recuperava parte dessas estradas. Outro problema enfrentado pela usina e os fornecedores era a topografia da região que apresentava terrenos íngremes, tornando o custo do transporte ainda mais alto, uma vez que era constante a quebra de caminhões²¹⁰.

Em uma fotografia, realizada no ano de 1979 pelo alagoa-grandense Alberto Nasiatene em sua visita à Alagoa Grande, observa-se o complexo industrial da usina com vista, em primeiro plano, de um açude e do complexo usineiro²¹¹. Ao fundo se sobressai a topografia íngreme com um preenchimento da floresta no seu topo.

Figura 10: Usina Tanques em Alagoa Grande-PB, 1979.



Fonte: Foto de Alberto Nasiatene

Ao analisar a paisagem captada pelas lentes de sua câmara fotográfica, o autor do clique fotográfico acima oferece uma descrição do que seria a formação do conjunto dos elementos que constituíam a paisagem, além do que os nossos olhos poderiam captar. De acordo com Alberto Nasiatene, trata-se de uma fotografia da

²¹⁰ FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande:...** Vol. 01. *Op. cit.* p. 165

²¹¹ Alberto Nasiatene nasceu em Alagoa Grande e morava na cidade de Brasília, Distrito Federal. A sua visita à sua terra natal se deu por conta de uma pesquisa de campo sobre a obra do romancista paraibano José Lins do Rêgo. Com essa pesquisa, realizada em 1979 e de caráter etnográfico, o autor, ainda nos seus “estudos secundaristas”, escreveu uma monografia sobre a obra de José Lins do Rêgo com a qual obteve o primeiro lugar na “maratona Literária do Distrito Federal”. Seu “ensaio fotográfico” tinha “um propósito de documentação histórica e militância cidadã”. De acordo com o seu site “Semeando história: um diário de minha atividade docente”, esse material, um conjunto de fotografias da usina Tanques e de parte da cidade Alagoa Grande, só foi publicado ali em 2012. Essas fotografias incluídas juntas à outras imagens de sua autoria (que retratam a Comunidade Buraco do Sapo, localizada na cidade de Campinas-SP), foram elaboradas a partir de uma perspectiva antropológica e etnográfica. E é esse olhar que nos chama a atenção de como esses documentos históricos podem revelar ou permitir análises importantíssimas para este trabalho. NASIASENE, Alberto Eugênio de Medeiros. A Geografia da exclusão no Flamboyant, em Campinas, face à Geografia da Cana na Obra de José Lins do Rego. Disponível em: <http://www.semeandohistoria.com/2012/01/geografia-da-cana-na-obra-de-jose-lins.html> Acesso em: 05 de agosto de 2019

Usina Tanques vista do barranco. É uma visão majestosa da usina, em meio aos canaviais imensos e aos resquícios de Mata Atlântica ainda existentes. Há um contraste de cores que não se pode ver nesta foto preto e branco que é bem característico da geo-grafia da cana no Nordeste: o cinza do solo de massapê, umedecido pelas chuvas do inverno, o verde claro dos canaviais, o verde escuro da Mata Atlântica e o branco das construções arquitetônicas (frequentemente as casas são apenas caiadas)²¹².

Ao lado direito foi construída duas pequenas ruas de casas destinadas a moradores e àqueles que laboravam nas atividades internas da usina. Tratava-se de “uma vila operária, bem construída, composta aproximadamente de 40 casas conjugadas, porém dispondo cada uma de um pequeno terraço”²¹³. Na Tanques, ainda em 1957, Andrade assegura que o número desses profissionais na entressafra era de 30, chegando durante a safra a duplicar esse número de trabalhadores²¹⁴ para atender as demandas das atividades de fabricação do açúcar. Posteriormente essas residências foram destinadas aos moradores/trabalhadores rurais.

Ainda descreve Nasiasene que “ao longe, ela [a usina] não parece ser tão ameaçadora assim”. No entanto, vista “de perto, apesar de não ser uma estrutura tão fenomenal quanto pode parecer, podemos ver todo o seu complexo mecanismo que é um grande salto tecnológico face à aparelhagem tradicional dos engenhos”²¹⁵.

Figura 11: Reservatórios da Usina Tanques em Alagoa Grande-PB, 1979



Fonte: Foto de Alberto Nasiasene, 1979.

Na fotografia acima o autor já se encontra dentro do complexo industrial, registrando

²¹² *Idem.*

²¹³ ANDRADE, Manoel Correia de. **Os Rios-do-Açúcar do Nordeste Oriental II: ...** *Op. cit.* p. 65. Essas habitações serão abordadas mais adequadamente no capítulo cinco.

²¹⁴ *Idem.* p. 54

²¹⁵ NASIASENE, Alberto Eugênio de Medeiros. *Op. cit.*

uma imagem dos reservatórios da usina. Em primeiro plano se vê o seu Tio Joãozinho, proprietário de um cartório de Registro Civil no centro urbano de Alagoa Grande, e que o levou, obtendo livre acesso à área restrita da indústria²¹⁶.

3.6 EM NOME DO “PROGRESSO” E DO CAPITAL: DESFLORESTAMENTO E POLUIÇÃO

Todo o processo que se segue, desde a exploração do pau-brasil e a formação dos primeiros engenhos, e que se tem constituído como “uma produção do espaço” do litoral ao agreste, foi responsável pelo desflorestamento da região. A expansão dos engenhos no vale do Paraíba e a instalação de fazendas para a criação de gado bovino, a partir da concessão de sesmarias, que de princípio ocuparam o vale do Mamanguape, constituíram-se nas ações iniciais na “produção desse espaço” que formaram as primeiras povoações ali. Mesmo assim, é bom salientar que a corrida e expansão dos grandes engenhos e depois das usinas, principalmente a partir da segunda metade do século XX, acelerou, de maneira vertiginosa, a destruição das matas virgens e da exploração dos solos nas várzeas, comprometendo, consideravelmente, os recursos hídricos.

Evidentemente, que o processo de colonização, com as suas características profundamente exploratórias, desnudou as densas coberturas vegetais de grande parte da região litorânea e parte do agreste. Caio Prado Júnior observa que, já em fins do século XVII, da “...densa e ininterrupta floresta que se estendia da Paraíba até Alagoas, sobravam apenas uns restos nos dois extremos da área”. Durante os períodos colonial e, ainda, imperial “...contribuía particularmente para esta destruição o consumo indiscriminado e descontrolado da lenha”. E os engenhos eram os principais responsáveis por esse resultado. Assim, “a devastação da mata em larga escala ia semeando desertos estéreis atrás do colonizador”. Infelizmente, ainda não se utilizava o bagaço da cana como combustível para a fabricação do açúcar, àquela época²¹⁷.

Como sabemos, o problema da degradação ambiental não era exclusivo do período em

²¹⁶ Afirma ainda Alberto Nasilasene que “Por causa de meu tio, consegui ter livre acesso à Usina e ao Engenho Brejinho”. O fato é que para esse autor, à época, “ao tentar entrar em terreno tão perigoso, como o de realizar um documentário fotográfico da exploração sócio-econômica do capitalismo monopolista açucareiro no Nordeste no último governo militar da ditadura e dentro do terreno onde reinava a vontade soberana de usineiro tão poderoso”, o risco de ser compreendido como uma ameaça a esse poderio local e regional era, evidentemente enorme. Cf. NASIASENE, Alberto Eugênio de Medeiros. *A Geografia da exclusão no Flamboyant*, em Campinas, face à Geografia da Cana na Obra de José Lins do Rego. Disponível em: <http://www.semeandohistoria.com/2012/01/geografia-da-cana-na-obra-de-jose-lins.html> Acesso em: 05 de agosto de 2019

²¹⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. ... *Op. cit.*, p. 87-88

que as usinas dominaram a expansão açucareira. De acordo com Horácio de Almeida, na segunda metade do século XIX a região do Brejo paraibano tinha um número elevadíssimo de descaroçadoras de algodão. Todavia, com a queda dessa cultura,

Pouco a pouco, a cana de açúcar vai tomando o lugar do algodão na zona propriamente do Brejo. E à medida que essa nova cultura sobe pelas encostas dos morros, as matas vão desaparecendo à força de derrubadas e de incêndios. Não tardou que muitas propriedades ficassem de tal modo devastadas que, em época menos remota, já algumas não possuíam lenha para consumo ordinário de seus moradores. A devastação acarretava a erosão da terra e, pior do que isso, o esgotamento do solo e dos mananciais, expondo o Brejo à invasão das secas²¹⁸.

As observações desse escritor se coadunam com as análises feitas por estudiosos sobre o processo de erosão causada exclusivamente pela expansão desenfreada do desmatamento de terrenos, especialmente nas encostas. Devo lembrar que a região onde se situam os municípios de Areia e Alagoa Grande é dominada por uma topografia quase totalmente acidentada, podendo-se encontrar nesse segundo algumas áreas de terras planas.

As análises conclusivas do autor de *História Econômica do Brasil* aparecem bastante assertivas ao afirmar que, de forma descontrolada, “a destruição continuará como dantes até a consumação final”. Mesmo que esta afirmação esteja, para a proposta desta discussão específica, posta de maneira generalizada ela não se distancia da realidade que se impôs nos anos de 1975 com o advento do Programa PROÁLCOOL, três décadas depois da primeira publicação daquela obra²¹⁹. Trata-se de um período em que houve um vertiginoso crescimento da expansão canavieira, o que evidencia essa conclusão, aprofundando-se ainda mais em décadas posteriores.

Se esse processo de destruição não foi exclusivo da expansão açucareira durante o surgimento e consolidação das usinas de açúcar e destilarias, é notório que a complexa industrialização do açúcar exigia uma produção maior de matéria-prima, ou seja, áreas cada vez maiores de plantação de cana-de-açúcar o que implicava na ocupação de áreas muitas vezes destinadas à conservação de florestas virgens e onde o reflorestamento, obviamente não acontecia de fato²²⁰.

Nesse processo que se instaura em nome de um “progresso” e do crescimento

²¹⁸ ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia: ... Op. cit.**, p. 149

²¹⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil. ... Op. cit.**, p. 88

²²⁰ De acordo com os dados coletados pelo IBGE em 1970, a área reflorestada soma dezesseis (16) hectares realizada por oito proprietários. IBGE. **Censo Agropecuária da Paraíba**, 1970. Rio de Janeiro, 1975. VIII Recenseamento Geral. Vol III, Tomo IX. p. 143. Dez anos depois, em 1980, a área reflorestada atinge apenas quatro hectares, realizada por dois proprietários. Ver: IBGE. **Censo Agropecuária da Paraíba**, 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. IX Recenseamento Geral. Vol 2, Tomo 3, Nº 11. p. 261

econômico do estado, “o parque florestal paraibano... foi perdendo suas belas reservas vegetais”. E como define certo memorialista, “salve-se, no entanto, a ação renovadora dos homens civilizados que – se não plantaram outras matas – ao menos plantaram cidades”. Pois que, na “Vasta planície onde hoje se acomodam as cidades de Santa Rita, Espírito Santo, Sapé, Mari (antigo Araçá)”, observa-se que “das florestas não resta mais nada, a não ser um ou outro ipê, destacando-se com os juazeiros na paisagem campestre”²²¹. E essa planície, seguindo a direção oriental, passando as terras, que hoje se configuram no município de Mulungu, encontra as do município de Alagoa Grande que constitui uma área das escarpas da serra da Borborema.

Inicialmente, as áreas cobertas por matas virgens eram exploradas tanto para o desenvolvimento da agricultura como para a criação de pastagens para o gado bovino. Além disso, a exploração da madeira passou a ser realizada com maior frequência, servindo como combustível das fornalhas nas caldeiras dos engenhos de açúcar e rapadura. No entanto, o incentivo do uso do bagaço da cana tenha vindo desde o período colonial²²². Nas usinas localizadas na bacia do Mamanguape todas usavam, ainda na década de 1960 não apenas o bagaço da cana, mas também a lenha transportada por muares e/ou caminhões. Apenas a Monte Alegre mantinha uma reserva de 20% de sua área total para a obtenção de madeira²²³.

A corrida para o desenvolvimento de culturas agrícolas como o café, o algodão, a cana-de-açúcar e a agave, entre outras, revestia-se de um discurso progressista e positivado em nome do “progresso” e do “desenvolvimento econômico”. Afirma Almeida, que já na década de 1920, por exemplo, era grande a derrubada de matas nas fazendas para atender ao crescimento agrícola e da pecuária na região do Brejo e em suas adjacências. Quando se avalia naquela mesma década a quantidade de manutenção de áreas florestais de diversos municípios, o de Alagoa Grande aparece como um dos três piores lugares do estado da Paraíba²²⁴.

Em fins dos anos de 1950, nas áreas do vale do Paraíba, “do manto florestal, na várzea como nas encostas, quase somente restam espécies de palmeiras, como o dendê, o catolé e a macaíba” e que, certamente, continuaram a serem exploradas, cada vez mais, com maior

²²¹ Publicado em 1972, o livro que tem o propósito de tratar, exclusivamente, de uma memória da família Luna Freire, senhores de terra e de engenho na vila de Araçá (atual município de Mari-PB), o seu autor também busca retratar, em parte, a paisagem das regiões circunvizinhas, o homem e o engenho de açúcar não só como um elemento “desbravador”, mas que também ganha um caráter idílico para “revisitar” os tempos de outrora. Cf. FREIRE, Antônio. **Araçá dos Luna Freire**. João Pessoa: Nova Paraíba Ind. Gráfica Ltda, 1972. p. 19

²²² O uso do bagaço da cana como combustível apropriado para alimentar as caldeiras dos engenhos já era pensado no período colonial como se pode ver na “resposta do governador Fernando Delgado a Dom Rodrigo de Souza Coutinho”, na Capitania da Paraíba ainda em fins do século XVIII. SOBRINHO, Ronaldo de Oliveira. **Terras de Massapê**. 2 ed. s/l: UNIGRAF, 1986. p. 73.

²²³ ANDRADE, Gilberto Osório de. **Os rios do açúcar do Nordeste Oriental III: o rio Paraíba do Norte**. João Pessoa: Editora UFPB/Conselho Estadual de Cultura-SEC, 1997. (Coleção Biblioteca Paraibana). p. 48

²²⁴ ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. ... *Op. cit.*, p. 609

intensidade. Já “nos vales afluentes que mais penetrantemente dissecam o terciário e o cristalino perseveraram, contudo, pequenos restos da mata primitiva”²²⁵.

No município de Alagoa Grande, o desflorestamento na década de 1970 foi, verdadeiramente, intenso. O fato é que os dados coletados pelo IBGE nos dois censos agropecuários, 1970 e 1980, dão conta de que a área de “matas e florestas naturais” mantidas pelos seus proprietários apresenta uma grande alteração. Constata-se uma diminuição acelerada em suas matas virgens. Uma área que apresentava 3.723 hectares de “matas e florestas naturais” em 1970 cai, em uma década, para 2.571 hectares. Considerando esses dados, tem-se como resultado negativo o desaparecimento de 31% das “matas e florestas naturais” naquele município²²⁶.

Outro problema constatado e com graves consequências para o meio ambiente foram as contaminações feitas pelas caldas que os engenhos de cachaça, açúcar e rapadura jogavam, irresponsavelmente, nos leitos de córregos, riachos e rios. Na bacia do Mamanguape, essa situação era percebida pelas populações habitante e autoridades. Essa situação foi cada vez mais se aprofundando à medida que essas unidades industriais se expandiam. Com a implantação de usinas nas microrregiões do Brejo e Piemonte da Borborema (Usina Santa Maria, Usina São Francisco e Usina Tanques), além de diversos engenhos de cachaça e rapadura que continuaram em suas atividades, o problema se tornou muito mais à vista.

Em fins da década de 1950, Andrade já observava em suas pesquisas que o prejuízo ao meio ambiente causado pela indústria do açúcar da bacia do Mamanguape era muito grande, comprometendo, profundamente, o equilíbrio do bioma daquela região. À época, assegurava esse geógrafo, que as Usinas Santa Maria, em Areia, e Monte Alegre, em Mamanguape, apresentavam situações semelhantes, nesse sentido. No entanto, “problemas mais sérios acontece[ram] com as usinas São Francisco e Tanque”. De acordo com a pesquisa de Andrade, a usina Tanques causava um problema enorme à cidade de Alagoa Grande e aos seus habitantes. O fato é que,

A calda é lançada através de uma valeta no riacho Serrotinho, que desemboca no Mundaú, afluente do Mamanguape, após 4 km de curso. Êste faz um meio circuito abraçando a cidade. Acontece que, durante a safra o rio está cortado ou, no fim do inverno, transformado em um filete d’água sendo então inteiramente inundado pela calda. O mau cheiro exalado e a morte dos peixes, apesar da pequena importância da pesca, causam sérios prejuízos à população

²²⁵ ANDRADE, Gilberto Osório de. **Os rios do açúcar do Nordeste Oriental III: ... Op. cit.**, p. 75

²²⁶ Enquanto em 1970 o IBGE conta uma área de 3.723 hectares de “matas e florestas naturais” mantidas por 346 propriedades. IBGE. **Censo Agropecuária da Paraíba**, 1970. Rio de Janeiro, 1975. VIII Recenseamento Geral. Vol III, Tomo IX. p. 143. No ano de 1980 essa área de “matas e florestas naturais” diminui, consideravelmente, para 2.571 hectares mantidas por 342 propriedades. Cf. IBGE. **Censo Agropecuária da Paraíba**, 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. IX Recenseamento Geral. Vol 2, Tomo 3, Nº 11. p. 261

de Alagoa Grande²²⁷.

Todavia, essa experiência não era uma exclusividade da Tanques. Em quase toda a zona canavieira da Paraíba, foram constatadas situações semelhantes que eram praticadas por outras usinas de açúcar, destilarias e indústrias (como os curtumes de couro). Nesse sentido, o estado era conivente com esses tipos de crime realizados por grandes empreendimentos. Exemplos dessa natureza são evidenciados por pesquisas, como é o caso da usina São Francisco, estabelecida a três quilômetros da cidade Pirpirituba, e distando aproximadamente 43 km do centro urbano de Alagoa Grande. Do mesmo modo que a Tanques, essa usina lançava

As suas caldas em uma valeta que contorna a vertente afim de evitar o canavial e é lançada após 3 km, no rio Bananeiras, através do riacho do Padre, a montante da cidade de Pirpirituba, envolvendo a mesma em seus flancos ocidental e setentrional. O rio passa a 150m da igreja Matriz, portanto no centro da cidade”²²⁸.

Como são rios temporários, em grande parte do ano, os seu leitos passam secos, apenas com pequenos poços que se enchem de caldas, promovendo um odor extremamente desagradável e um ambiente propício para a multiplicação de agentes etiológicos. Para essas áreas eram atraídos diversas espécies de vetores de agentes etiológicos como urubus, moscas, ratos, baratas e uma diversidade de insetos, colocando em risco a saúde pública. Essa situação não comprometia apenas o meio ambiente e aqui, exclusivamente, os recursos hídricos de que dispunha a região da Bacia do Mamanguape, mas também as populações que faziam uso das águas desses rios e riachos para a lavagem de roupas e utensílios domésticos, alimentar os animais e para o próprio banho e alimentação humana²²⁹.

Embora fosse as usinas, complexas unidades industriais, as maiores responsáveis por causar esse profundo problema ao meio ambiente, os próprios e muitos engenhos, que mesmo com menor intensidade, há décadas já despejavam suas caldas nos rios. O fato é que havia um número relativamente grande de pequenas e médias unidades produtivas na região do Brejo desse tipo. A título de exemplo, no ano de 1974, durante uma fiscalização realizada pela Capitania dos Portos após algumas denúncias, foram identificados quatorze engenhos “poluidores de rios existentes nas proximidades de cada um”, situados nos municípios do Brejo paraibano. No entanto, não se tem notícias de que esses engenhos tenham se adequados às normas estabelecida por aquele órgão²³⁰.

Essa situação não se restringia tão apenas à microrregião do Brejo, mas também às

²²⁷ ANDRADE, Manoel Correia de. **Os Rios-do-Açúcar do Nordeste Oriental II: ... Op. cit.**, p. 58-59

²²⁸ *Idem.* p.59

²²⁹ *Ibidem.*

²³⁰ Engenhos multados por poluírem rios. **O NORTE**. João Pessoa, 01 maio. 1974. Ano 67, Nº 5.408, p. 5

diversas áreas onde as plantações da cana-de-açúcar encontravam condições para a sua desenfreada expansão. É o caso de Pedras de Fogo, por exemplo, município localizado na mesorregião da Zona da Mata, mais precisamente à região sul do estado²³¹. Em 1978 o derrame de caldas das usinas São João e Santana, em Santa Rita, no rio Paraíba e seus afluentes, estava ameaçando a piscicultura. Apesar de uma dessas unidades industriais serem multadas, a morte de peixes crescia consideravelmente²³². Dessa maneira, fica compreendido que a usina de açúcar que fora responsabilizada por esse crime ambiental, provavelmente, não tomou nenhuma providência no sentido de conter essa transgressão.

As áreas florestais, os rios, riachos e lagoas que constituíam o bioma daquela região, eram, verdadeiramente, recursos naturais que ofereciam, principalmente, às populações pobres a busca de sobrevivência e de lazer, como a caça e a pesca. No entanto, esses espaços foram atingidos diretamente não apenas pelas caldas²³³ como também pelos agrotóxicos (pesticidas, herbicidas) usados para o controle de pragas e ervas daninhas comuns aos canaviais. Experiências dessa natureza foram constatados em outras regiões do Nordeste que concentravam áreas de intensa produção açucareira, como no estado de Pernambuco, por exemplo, um dos maiores produtores de açúcar do Brasil²³⁴.

Embora tenha sido advertido pelos especialistas e os que empreendem estudos sobre o meio ambiente e a interação humana no bioma, antes mesmo de demonstrar qualquer sintoma, as ações desenfreadas da expansão da zona canavieira causaram (e ainda causam) problemas gravíssimos. O fato é que, a expansão das plantações de cana-de-açúcar exigiu o desmatamento em áreas ribeirinhas e provocou o assoreamento de riachos e rios. Uma das consequências inevitáveis foi a interferência no abastecimento de água do município de Alagoa Grande e que somente veio apresentar os primeiros sintomas na década de 1980. Essa expansão com a exploração do solo provocou os assoreamentos do riacho Serra Grande e do rio Mundaú.

É importante lembrar que, ainda no ano de 1971 foram realizadas a dragagem e desvio do leito do rio Mamanguape com o objetivo de evitar que, no período de maior precipitação chuvosa, o volume do rio se elevasse e inundassem áreas urbanas mais suscetíveis às inundações. Em muitos casos as cheias invadiam residências, obrigando famílias inteiras a

²³¹ CAVALCANTI, Maria Helena Pereira et al. **Uma História de Pedras de Fogo**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993. p. 66

²³² Calda deixada pelas usinas matam os peixes do Paraíba. **O NORTE**. João Pessoa, Nº 415, 9 mar. 1978, p. 2

²³³ Um plano para o aproveitamento das caldas das usinas foi proposto por um médico representante do Ministério da Saúde. Na verdade, tratava-se de “um plano racional de fomento à industrialização de resíduos das usinas de açúcar...” que propunha o uso dessas caldas para “serem utilizados na ‘produção de proteínas completa de alto valor alimentício para o consumo, sobretudo da população nordestina’”. Plano para aproveitar as caldas das usinas. **O NORTE**. João Pessoa, 02 mar. 1968, Nº 4.177, p. 3

²³⁴ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho:...** *Op. cit.*, p. 551-552

buscarem abrigos em áreas mais elevadas. Esse trabalho ocupou áreas antes dedicada ao cultivo do açúcar, o que incomodou ao proprietário da usina Tanques. Sentindo-se prejudicado com a perda de áreas dos seus canaviais, o usineiro se posicionou de maneira irredutível contra essa interferência, embora sem sucesso²³⁵.

Como os municípios de Areia e Alagoa Grande concentravam duas usinas de açúcar, essa expansão canavieira, que resultou em desmatamentos e queimadas, provocou sérios danos à pequena cachoeira de Serra Grande e ao riacho do mesmo nome²³⁶. Essa situação implicou no assoreamento da barragem de Serra Grande e com o deslocamento de pedras de grandes volumes impediu o funcionamento das “duas caixas de descargas de fundo”²³⁷. A exploração contínua da expansão canavieira degradou a mata ciliar e comprometeu os recursos hídricos. Esse assoreamento provocou a diminuição do volume de água da barragem de captação que abastecia a cidade de Alagoa Grande²³⁸.

Esses desmatamento e queimadas realizados em nome do “progresso” evidencia, nesse fato, as ações em nome do latifúndio e de exploração da agricultura de maneira irresponsável²³⁹. A importância dos pequenos rios para a manutenção da comunidade ribeirinha, e de um período em que a economia era basicamente agrária sem ou com pouca mecanização, era muito grande, uma vez que passavam a ser parte das paisagens física, social e cultural da população rural e urbana das pequenas cidades, por exemplo²⁴⁰.

Lembra Freyre, que “o rio não é mais respeitado pelos fabricantes de açúcar, que outrora se serviam dele até para lavar a louça da casa, mas não o humilhavam nunca, antes o honravam sempre”. Nas palavras desse sociólogo, os proprietários das usinas e engenhos fizeram daqueles rios e córregos um, verdadeiro, “mictório”. A perda do processo natural dos rios causada pelas caldas que as “usinas de açúcar lança[va]m todas as safras” nas suas águas, “sacrifica[van] cada

²³⁵ A dragagem e desvio do rio foi feita pelo Ministério da Marinha por conta da cheia de 29 de julho de 1969 e as águas do rio Mamanguape terem invadido várias ruas da cidade. FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: ...** Vol. 01. *Op. cit.* p. 128-129

²³⁶ Vereador diz que Alagoa Grande pode ficar sem água nos próximos 5 anos. **O NORTE**. João Pessoa. 10 nov. 1987, p. 6

²³⁷ A barragem de Serra Grande ficava localizada na serra do Gavião, ao norte da sede de Alagoa Grande, em terras do vizinho município de Areia, aproximadamente a 400 metros de altitude. FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: ...** Vol. 01. *Op. cit.* p. 108

²³⁸ GUILHERME, Josinalva Maria Fernandes. **Processo de degradação da mata ciliar do rio Mundaú, Alagoa Grande/PB**. Monografia (Licenciatura Plena em Geografia). Guarabira-PB: Universidade Estadual da Paraíba, 2016. Cf. também: PAIVA JÚNIR, Hugo Barbosa de. **Efeitos do Rompimento da Barragem de Camará na área urbana do município de Alagoa Grande/PB**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2006. p. 38

²³⁹ Desmatamento ameaça abastecimento de água de Alagoa Grande. **A UNIÃO**. João Pessoa. 8 mar. 1991, Caderno Especial, p. 4.

²⁴⁰ Em relação a importância dos rios e riachos que se tornaram elementos na construção de uma paisagem física, social e cultural para as populações que habitavam em áreas dominadas por esse fenômeno hídrico, Cf. FREYRE, Gilberto. **Nordeste: ...** *Op. cit.*, p. 61-62

fim de ano parte considerável da produção de peixes no Nordeste”²⁴¹.

Estando os rios nesta situação, torna-se comum que “as casas já não dão a frente para a água dos rios: dão-lhes as costas com nojo. Dão-lhe o traseiro com desdém. As moças e os meninos já não tomam banho de rio: só banho de mar”. E ainda acrescenta Freyre, que somente “os moleques e os cavalos se lavam hoje na água dos rios”. Afogados na sujeira que inundam as águas que antes pareciam tão límpidas, os rios morrem enquanto fonte natural para abastecer as famílias da gente pobre e desnudam a sua paisagem natural. Como define ainda aquele sociólogo pernambucano, no lugar de sua paisagem “correm uns rios sujos, sem dignidade nenhuma, dos quais os donos das usinas fazem o que querem”. Essa transformação do espaço ainda ficou muito mais assustadora, uma vez que “só o mal-assombrado povoa ainda de sombras românticas as águas imundas dos rios do Nordeste prostituídos pelo açúcar”²⁴².

Com tudo isso, não quero afirmar que foi a cultura da cana-de-açúcar a responsável em si pelo problema ambiental, até porque “não havia de ser por capricho e perversidade que os nossos colonizadores iam preferir na agricultura a cana de açúcar”²⁴³. Contudo, devo advertir que a maneira como as terras foram sendo possuídas e exploradas por classes dominantes tem se caracterizada, como lembra bem a historiografia agrária, como uma prática insensível e irresponsável para com o espaço explorado e a mão de obra utilizada.

²⁴¹ *Idem*, p. 71

²⁴² *Ibidem*.

²⁴³ MARIZ, Celso. **Evolução Econômica da Paraíba**. *Op. cit.*, p. V

4 SENHORES DE TERRA E DE POLÍTICA: PRÁTICAS E DISCURSOS DE DOMINAÇÃO

4.1 A POLÍTICA NA PARAÍBA: REDES E DISCURSOS

Em 2007, uma matéria intitulada “Coronéis já projetam até a quinta geração política na Paraíba” e publicada no jornal CORREIO DA PARAÍBA, chamou a atenção do leitor para a permanência de frações das elites agrárias como principais representantes na política do estado e a sua reprodução quase ininterrupta desde o século XIX²⁴⁴.

Reflexo desse fato, no ano de 2013, o então deputado federal Agnaldo Velloso Borges Ribeiro, neto do usineiro Agnaldo Velloso Borges, foi nomeado ministro das cidades dentro de um governo que se definia como de esquerda. Na Paraíba, a nomeação do referido deputado foi recebida com certa indignação por setores da sociedade civil, grupos de esquerda e movimentos sociais, da mesma forma que a notícia segundo a qual a presidenta Dilma Rousseff almoçou na casa desse ministro recém-nomeado, no município de Lagoa Seca. À época, esse acontecimento se tornou emblemático, porque, “para os movimentos sociais da Paraíba, esse almoço é [re]carregado de forte carga simbólica pois evidencia[va] em cores vivas as profundas contradições... [daquele] governo”²⁴⁵. Tais evidências colocam no avesso certo *modus operandi* dominante no campo político e típico da cultura política brasileira da primeira metade do século XX.

Nesse sentido, diferentes estudos analisam as práticas políticas no Brasil e, em especial, na região Nordeste, ao longo do século XX, com o objetivo de compreender como, durante décadas, um restrito número de famílias concentraram em suas mãos capitais econômico, político, social e simbólico²⁴⁶. Essas pesquisas revelam que se estabeleceu, no âmbito de uma

²⁴⁴ Coronéis já projetam até a quinta geração política na Paraíba. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 29 abr. 2007. p. 5.

²⁴⁵ Em relação a essa insatisfação por parte dos movimentos sociais diante da indicação do ministro, Cf. o seguinte artigo: MOVIMENTOS da Paraíba cobram da presidenta soluções para a seca. **ANA – Articulação Nacional de Agroecologia**, 2013. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2013/03/07/movimentos-da-paraiba-cobram-da-presidenta-solucoes-para-a-se/>. Acesso em: 15 de jun. 2021.

²⁴⁶ Em relação a esses estudos, Cf.: FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 10 ed. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000; LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alfa-

sociedade profundamente hierarquizada, relações de poder que se explicam por meio de um complexo exercício de dominação estabelecido pela forma como essas famílias se apropriaram diretamente das instituições políticas, econômicas e de setores da justiça nos três âmbitos (municipal, estadual e federal)²⁴⁷. Essas relações apontam, em muitos casos, para a secularização da dominação familiar no campo político do estado, as quais, além de fazerem uso privado do público, também permitiam assegurar, continuamente, privilégios.

De modo geral, tais práticas foram naturalizadas como uma espécie de direito vitalício usufruído por todas essas famílias. Ao estudar essas relações políticas na Paraíba, na primeira metade do século XX, Jean Blondel identifica uma rede que controlava o acesso aos cargos e privilégios concedidos pelo Estado. De acordo com esse cientista político francês, constatou-se que, eram “ao mesmo tempo, parentes que ocupa[va]m os postos oficiais da região – médicos, juízes, tabeliães, algumas vezes padres e, naturalmente, deputados. Eles chega[va]m assim ao monopólio quase absoluto de todas as possibilidades de progresso na escala social”²⁴⁸.

Os estudos sobre a cultura política na Paraíba envolvem, também, os partidos que, “como em outros Estados da Federação, de há muito tempo servem para acomodar os interesses das famílias políticas tradicionais, antes de construírem e se constituírem agremiações que buscam e visam republicanamente um projeto para o Estado”²⁴⁹. Aproximadamente sete anos antes do golpe de 1964, Jean Blondel já tinha observado que, na Paraíba, “a organização e a função dos partidos estão muito subordinados às personalidades”. Para esse intelectual, “estudar a máquina política nada significa na Paraíba, porque ela não existe. Não existem nem partidários nem militantes procurando desenvolver anonimamente o progresso dos partidos”. Na verdade, os partidos políticos não passavam de “associações de alguns políticos destinados a manter o

Ômega, 1976. Em relação à prática política partidária na Paraíba; GURJÃO, Eliete de Queiróz. **Morte e vidas das oligarquias**: Paraíba (1889/1930). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994; LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993; CITTADINO, Monique. **Poder local e ditadura militar**: o governo João Agripino - Paraíba (1965-1971). Bauru, SP: Edusc, 2006; SANTANA, Marha M. Falcão de Carvalho e M. **Nordeste, açúcar e poder**: (um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba) 1920/1960. João Pessoa: CNPq/UFPB, 1990; MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família**: para uma sociologia política das elites e do poder familiar. São Paulo: LiberAst, 2017.

²⁴⁷ No entanto, evidentemente, esses estudos não conseguem explicar as relações de poder nas suas dimensões capilares, muitas vezes deslegitimando-as e/ou desconsiderando-as como movimentos de forças tectônicas possíveis de mobilizar frações da sociedade. A personificação do poder parece ser um problema que estabelece limites em alguns estudos. Neles, a personificação do poder se torna um simulacro que limitam a compreensão da operacionalidade do poder.

²⁴⁸ BLONDEL, Jean. **As condições da vida política no estado da Paraíba**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1957. Reimpressão (Facsimilar), Assembleia Legislativa-PB. A UNIÃO. João Pessoa, 1994. p. 62.

²⁴⁹ MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família**: para uma sociologia política das elites e do poder familiar. São Paulo: LiberAst, 2017. p. 43

predomínio através do jogo de combinações técnicas”. Com isso e, portanto, eram “somente essas combinações que forma[va]m verdadeiramente os partidos políticos”²⁵⁰.

Ainda nesse sentido, esse mesmo pesquisador assegura que, “na Paraíba, poder-se-ia chamar um dos partidos de X e o outro de Y, e o estudo da vida política teria sido viável, sem que fosse necessária qualquer definição”. O fato é que “os chefes políticos nasceram antes dos partidos. Sua existência de fato é muito antiga, e sobre ela veio colocar-se a nova organização. Ou melhor dito, a nova organização simplesmente deu nome a uma situação antiga”. Sendo assim, o que, na verdade, havia, como já fora problematizado em outros estudos, eram “querelas de famílias transpostas para o plano político. O que isso traz de particular é a perpetuação da situação”²⁵¹.

Durante o período de democratização e de uma política de líderes populistas, de modo geral, uma diversidade de partidos mantinha uma aparente democracia. Nesse sentido, “as agremiações partidárias polarizadas na UDN e no PSD eram antagônicas mas quando se tratava da expulsão do camponês da terra desapareciam totalmente suas divergências”²⁵². De modo semelhante, durante o período em que o Brasil foi governado, exclusivamente, por militares (1964-1985), os grupos políticos dominantes permaneceram, basicamente, as mesmas elites familiares, excluindo os poucos representantes aparentemente de “esquerda” que passaram a “contestar” o regime, em especial aqueles ligados indiretamente a um projeto populista.

Discutindo os governos ditatoriais e a cultura política na região Nordeste, o político e ex-ministro do STF, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello, lembra que, até os anos de 1950, “a administração pública caracteriza[va]-se por traços e austeridade franciscana. Não havia como fugir-se a rigidez dos orçamentos, porque não existiam as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista”²⁵³. Não se deve esquecer que a participação

²⁵⁰ BLONDEL, Jean. **As condições da vida política no estado da Paraíba**. *Op. cit.* p. 132.

²⁵¹ *Idem.* p. 154-155.

²⁵² BENEVIDES, César Augusto Carneiro. **Camponeses em marcha**: estudo das Ligas Camponesas paraibanas (1960-1964). Dissertação (Mestrado em História Social). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1985. p. 29.

²⁵³ MELLO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. **Galeria Paraibana**. João Pessoa: Editora Universitária, 1998. p. 15-20. O autor (1905-1989) era natural de Alagoa Grande e pertencia a uma rica família da região do Brejo. Bacharelou-se em direito na Faculdade de Direito do Recife-PE, em 1924, e estudou ciência política na universidade de Michigan, nos Estados Unidos, entre 1939 a 1940. Foi nomeado prefeito de João Pessoa-PB pelo interventor do estado Argemiro de Figueiredo em 1936, cargo que ocupou até o ano de 1938. Foi eleito governador do estado da em 1947. No ano de 1950 foi eleito deputado federal pela Paraíba, pela coligação Aliança Republicana – AR. Entre 1954 e 1956, foi embaixador do Brasil na Indonésia e, em 1961, foi indicado jurista do Tribunal Superior Eleitoral-TSE. Após o golpe de 1964, foi nomeado procurador-geral da República pelo então presidente, Humberto Castelo Branco. No ano seguinte, foi nomeado pelo chefe do executivo ministro do Supremo Tribunal Federal-STF e, no período de 1969-1971, foi presidente do STF. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo. In:

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oswaldo-trigueiro-de-albuquerque-melo>. Acesso em: 17 jan. 2021. Em relação à filiação partidária e a participação nas referidas eleições, foi consultado o sítio do

no espaço político era um quase monopólio das famílias que detinham capital “político-familiar”, e que essas viviam no campo político de barganhas e privilégios. Desse modo, ao tentar justificar as suas práticas políticas, as elites incorporam, em seus discursos, as lutas por direitos sociais e políticos como uma prática subversiva.

Após várias tentativas, no ano de 1964, em nome de Deus, da Pátria, da família e da Propriedade, militares e civis efetivaram o golpe de estado. Este, certamente, não era o projeto de milhões de brasileiros que sobreviviam no campo e nas “pontas de rua”, explorando as terras daqueles que colaboraram, de forma direta ou indiretamente, na realização do Golpe e na instituição do governo militar.

O discurso do senador João Agripino, em abril de 1964, fazendo apologia ao governo ditatorial, assinalava o seu apoio ao golpe e aos rumos políticos que o estado deveria tomar a partir daquele momento²⁵⁴. Esse posicionamento se encontrava alinhado ao de autoridades que, no Brasil, se investiam de um discurso defensor de uma suposta “descomunização” do país e da América Latina. Para os defensores do governo autoritário recém-instalado no país, aquela era a oportunidade em que seria “aniquilado o comunismo ateu e restaurada a ordem democrática no Brasil”²⁵⁵.

De modo semelhante, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba (ALEP) publicou, em Ata daquela instituição, o apoio irrestrito ao estado de exceção que se implantava naquele momento. Em sua declaração, assegurava que aquela instituição era “conhecedora da grave situação... e fiel a sua missão de Poder estatal e Institucional encarnando a vontade do povo paraibano”. Nesse sentido, ainda afirmava que “torna[va] público a sua posição ao lado da legalidade constitucional e o seu propósito de sustentar a defesa das grandes tradições brasileiras tocante às liberdades, à religião, à família, à propriedade, embasamentos, do nosso regime democrático”. O seu posicionamento se encontrava ao lado de todos aqueles que se posicionassem “contra a subversão e a anarquia”²⁵⁶.

A partir daquele momento, se construía um novo discurso que permitisse o controle e a ordem do Estado. Após algumas conquistas, os movimentos sociais que denunciavam a concentração fundiária, o não acesso à terra, as precárias condições de vida e de trabalho no

TRE da Paraíba. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/e/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 17 jan. 2021. Para esta tese foram realizadas diversas consultas no site do TRE da Paraíba, resultados históricos: <https://www.tre-pb.jus.br/> no período de maio 2018 a dez. 2021. Para tanto, foram considerados: eleições, votação do candidato, votação por município e região, partidos etc.

²⁵⁴ Agripino: “o povo não é propriedade de ninguém”. **A UNIÃO**. João Pessoa, 19 abr. 1964, Nº 84, p. 4 e 5.

²⁵⁵ Descomunização do Brasil: exemplo para A. Latina. **A UNIÃO**. João Pessoa, 11 abr. 1964, Nº 79, p. 8.

²⁵⁶ PARAÍBA. **Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba**. Livro de Atas. 1964. Vol. 1 jan./jun. 1964. p. 2. Arquivo José Braz do Rêgo.

campo e que demandavam mudanças materiais, solicitando a expansão dos direitos sociais e políticos a toda a população, passaram a ser reprimidos violentamente. O Estado foi aparelhado por meio de dispositivos legais e discursos de ordem, endurecendo sua força repressiva e se omitindo e/ou silenciando frente à violência praticada por grupos conservadores, principalmente, pelas elites agrárias. Um discurso autoritário ia se consolidando, legitimando o golpe e a instituição de um estado de exceção. Sem oposição, sem resistência, “o povo brasileiro retorna[va], assim, à sua imperturbável plenitude democrática e constitucional”. Sob a mira de um estado armado não se constituía “mais um povo intranquilo e sobressaltado, porque aberto... [lhe] foi o caminho da paz e da ordem que sempre” as classes dominantes desejaram. Sendo assim, “a Nação está[ria], depois de tantos acidentes e ameaças, de retôrno à verdadeira legalidade, plenamente identificada com as tradições cristãs do nosso povo”.

Essa narrativa, elaborada pelo grupo dominante, se descortinava “nos seus anseios e convicções liberais e cristãs”, apontando e condenando as ações dos grupos de esquerda como uma “missão criminosa”²⁵⁷. O golpe de estado teria sido um “amplo movimento de restauração das nossas liberdades democráticas”, e “que teve início nas terras dos inconfidentes”. Além disso, não se deveria “permitir que a beleza moral e cívica” desse considerado “glorioso movimento” fosse “aproveitada por políticos que se omitiram nas horas mais difíceis”²⁵⁸.

O denominado “governo revolucionário” iria dar “rumo ao país”. Embora uma pequena parcela da sociedade tenha continuamente oferecido resistência - inicialmente aberta e depois uma resistência oculta²⁵⁹ - as práticas de repressão e autoritarismo iam sendo naturalizadas por meio de um repetido discurso empreendido pelo Estado e pelas classes dominantes através dos meios de comunicação e outros recursos em nome da Pátria, da Família, de Deus, da Propriedade, da ordem social e dos bons costumes.

Eram clichês que, durante o golpe, tinham operado de maneira funcional no imaginário social, para estabelecer um padrão normativo, e revelavam como as classes dominantes conseguiram instrumentalizar os seus grupos para a instituição de um governo que passou a ser denominado de “revolução”. Nesse sentido, o prefeito municipal de Pirpirituba, Luis Salustiano de Medeiros, solicitava: “ao glorioso matutino dar ampla publicação ao fato de êste município, da zona do brejo, o primeiro a celebrar a vitória da Democracia intitulada ‘Marcha com Deus

²⁵⁷ Editorial. **A UNIÃO**. João Pessoa, 03 abr. 1964, Nº 72, p. 3.

²⁵⁸ Joacil pede cassação de mandato de deputados da linha comunista. **A UNIÃO**. João Pessoa, 08 abr. 1964, Nº 76, p. 8.

²⁵⁹ Em relação às práticas de resistência oculta, Cf. SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa: Letra Livre, 2013.

pela Liberdade””. Enquanto isso, na capital paraibana, os grupos conservadores já tinham celebrado esse evento no dia 9 de abril daquele ano²⁶⁰.

Nessa mesma direção, o próprio governador do estado, Pedro Gondim, recebeu “mensagens de solidariedade e congratulações, enviadas por líderes de classe, políticos e gente do povo, pelo seu pronunciamento em favor das instituições democráticas, que durante algum tempo estiveram ameaçadas pela baderna e pela anarquia”²⁶¹.

Ao instituir um estado antidemocrático e de repressão, era possível implementar uma política de exploração mais rigorosa no campo, o que poderia representar maior lucro para o capital. Dentro desse contexto, a prática de dominação operava com maior facilidade. A construção de uma cidadania tão desejada na abertura democrática e que já encontrava inúmeros obstáculos numa sociedade profundamente hierárquica foi, praticamente, abortada durante a instituição do regime autoritário.

Nessas circunstâncias, em nível local e regional, elementos característicos do clientelismo e do mandonismo encontravam condições para se fortalecerem. Esses sinais evidenciados nas fontes históricas retratam as práticas culturais e políticas nos espaços dominados pelas extensas plantações de cana-de-açúcar. A título de exemplo, podem ser consideradas as relações de dominação estabelecidas entre os proprietários de terra e os trabalhadores rurais quando a situação envolvia cargos eletivos e o controle de votos durante as eleições.

Em denúncia feita à imprensa da capital, parlamentares²⁶² registraram que, durante as eleições municipais de 1972, “políticos sem escrúpulos ‘e mesmo sem dignidade’ anda[va]m

²⁶⁰ Pirpirituba realizou A Marcha com Deus pela Liberdade. **A UNIÃO**. João Pessoa, 14 abr. 1964, Nº 80, p. 03. Em relação a esse mesmo evento ocorrido em João Pessoa. Cf. Marcha da família com Deus pela liberdade. **A UNIÃO**. João Pessoa, 10 abr. 1964, Nº 76, p. 1.

²⁶¹ Ocupando toda uma página da imprensa oficial, foram reproduzidas as mensagens de congratulações e apoio ao governador enviadas de diferentes municípios do estado por entidades civis, prefeitos, vereadores, militares e civis. Cf.: Apêio irrestrito da Paraíba à posição assumida pelo Governador Pedro Gondim. **A UNIÃO**. João Pessoa, 03 abr. 1964, Nº 72, p. 08.

²⁶² A denúncia foi feita pelos deputados Inácio Pedrosa Sobrinho e José Fernandes de Lima, líderes políticos nas regiões de Sapé e Mamanguape, respectivamente, onde se situavam usinas de açúcar. Inácio Pedrosa Sobrinho, natural de Cruz do Espírito Santo-PB, assumiu cinco legislaturas estaduais (1962-1982). Filiado ao MDB, era um fiel combatente da ditadura militar. José Fernandes de Lima, natural do município de Mamanguape, onde foi prefeito (1940-1945), vice-governador do estado (1958-1960), ocupou uma cadeira na Assembleia Legislativa durante um longo tempo, de 1954 a 1992. Filiado ao PSD, partido extinto em 1965 por meio do Ato Institucional nº 05, filiou-se ao MDB. Cf. ALBUQUERQUE, Marcos Cavalcanti de. **Centenário de nascimento do historiador José Fernandes de Lima**. João Pessoa: Gráfica São Mateus, 2013; CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. José Fernandes. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernandes-jose-pb>. Acesso em: 10 maio 2021. Aqui é importante ressaltar que os nomes desses parlamentares estão ligados diretamente à classe agrária e à elite política do estado. Na verdade, a denúncia é fruto de um conflito de controle político por uma determinada região. Sobre “elites de poder”, Cf. MILLS, C. Wright. **A Elite do Poder**. Tradução de Waltensir Dutra. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

fazendo ameaça aos agricultores, no interior do Estado, com a intenção de tirarem proveito eleitoral”. De acordo com a denúncia, tais candidatos estariam “tentando amedrontar os homens do campo beneficiados com a aposentadoria, através do Funrural, de perderem o direito conquistado graças à decisão do Presidente da República, se as suas famílias votarem contra os candidatos da Arena, a 15 de novembro”. O deputado Inácio Pedrosa assegurava que era “impressionante o número de depoimentos que podem ser recolhidos no interior, onde esteve no fim de semana, de trabalhadores aposentados que sofreram pressão de políticos, para que apoi[ass]em candidatos arenistas”. Com o propósito de combater essa prática, o referido parlamentar “solicitou do Delegado do Funrural no Estado, sr. João Batista Moura, que publique notas de esclarecimento aos trabalhadores, tranquilizando-os quanto à liberdade de escolha que irão ter no pleito de 15 de novembro” daquele ano²⁶³.

Um segundo fato ocorrido também na mesorregião da Zona da Mata e que pode ilustrar essa discussão está relacionado diretamente ao usineiro e político paraibano Renato Ribeiro Coutinho, que detinha certo controle sobre eleitores, em sua zona de atuação, como nos municípios em que atuava a usina Santa Helena.

Em processo trabalhista, o senhor José Maria Alves da Silva, empregado dessa usina, na Fazenda Santa Luzia, situada no município de Cruz do Espírito Santo, conta que começou a trabalhar nos “partidos de cana” aos doze anos, e “que trabalhava nas Fazendas do Dr. Renato Ribeiro Coutinho, serviços esses mais conhecidos como se fossem para a Uzina Santa Helena”. No entanto, “a 16 de novembro de 1973, após as eleições municipais, foi dispensado, acusado de ter votado contra os interesses políticos no Município, do Dr. Renato Ribeiro Coutinho”.

O fato é que o mesmo foi “acusado de ter votado na oposição”, o que deixou o empregador insatisfeito. De acordo com processo, “o depoente se defendeu dizendo que o voto era secreto; que o depoente foi dispensado pelo Capitão José Veríssimo e Eliezer que mandaram o depoente procurar os seus direitos...”. Não obstante, também por questões político-partidárias “foram dispensados muitos inclusive os Britos e os Vieiras seus conhecidos...”, também empregados da mesma fazenda²⁶⁴.

Essas referidas evidências, que figuram como relações de poder à época, consistindo em práticas de dominação e de resistência, ganham robustez no depoimento de uma testemunha, ao sintetizar, em uma frase, a relação entre proprietário e morador vigente à época. Ao ser ouvido pela Primeira JCJ de João Pessoa, nesse mesmo processo, como testemunha dos

²⁶³ Deputados denunciam ameaças políticas contra agricultores. **O NORTE**. João Pessoa, 12 set. 1972, Nº 5.087, p. 8.

²⁶⁴ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo Nº**. 55/74, p. 16 e 27.

reclamantes, o senhor Severino Januário da Silva, com idade de 25 anos, argumentou ironicamente, em sua fala, “que empregado[r] é quando manda na pessoa e morador tem que fazer o que êle manda”²⁶⁵. Por meio de suas experiências, ele busca explicar que, na zona canavieira da Paraíba, ser morador implicava, para este, uma relação de obediência, não havendo, portanto, diálogo com o dono das terras. A hierarquia desenhada nessa afirmativa²⁶⁶ revela uma cultura de um estado autoritário, em que obediência se confunde com respeito. E que, evidentemente, o medo era um instrumento recorrente, o que nos remete às relações de trabalho escravo.

De modo geral, nessas evidências se constata, também, uma grande visibilidade da rigidez em que se encontravam hierarquicamente os grupos sociais. Linda Lewin observa que, ainda nos anos de 1980, “a estrutura social permanec[ia] extremamente hierárquica no Brasil”²⁶⁷. Assim, as relações observadas no cotidiano, igualmente, deixam perceptíveis as práticas de dominação e seus agentes.

Não é propósito nosso, nesta pesquisa, explicar a complexidade em que se constituíam essas relações de dominação, mas compreender, mesmo que de forma breve, o funcionamento do estado sob o controle de uma “insignificante” parcela da sociedade que formava, em sua grande parte, o estado propriamente dito. E, nesse sentido, recorrendo ao filósofo escocês David Hume, Pierre Bourdieu lança uma problematização: “Como é possível que a ordem social seja tão facilmente mantida, quando... os governantes são pouco numerosos e os governados tão numerosos, e têm, portanto, a seu favor a força do número?”²⁶⁸.

Diante de tal contradição, esse sociólogo salienta que o que, na verdade, opera silenciosamente essas relações de forças não se resume ao visível, como às forças físicas (militares, econômicas), o que deixaria à mostra a sua fragilidade e, conseqüentemente, permitiria a sua inversão. Há, igualmente, uma outra força que opera de modo invisível e que Bourdieu denomina de poder simbólico. A invisibilidade da dimensão simbólica permite que “aqueles que sofrem são os primeiros a ignorar sua existência já que ele só se exerce por se ignorar sua existência”. E isso se enquadra no que ele chama de uma espécie de “ato mágico”, conferido por uma crença e obediência. Essas relações simbólicas são “as relações de força mais brutais”. Trata-se de um capital simbólico que só se realiza porque o “dominado conhece

²⁶⁵ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo Nº. 55/74**. p. 28.

²⁶⁶ Em relação à linguagem na construção do discurso, Cf: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. Tradução de Sergio Miceli *et al.* 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

²⁶⁷ LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villa Lobos. Rio de Janeiro: Record, 1993. p. 370.

²⁶⁸ BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no *Collège de France* (1989-92). Tradução de Rosa Freire d’Aguar. 2 reim. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 224.

e reconhece: o ato de obediência supõe um ato de conhecimento, que é ao mesmo tempo um ato de reconhecimento”. Nesse sentido, “quem se submete obedece, dobra-se a uma ordem ou a uma disciplina, opera uma ação cognitiva”, uma vez que, “sendo as relações de forças inseparavelmente relações de sentido e de comunicação, o dominado também é alguém que conhece e reconhece”²⁶⁹. Assim, a lógica de conhecer e reconhecer opera as relações de forças tão perceptíveis numa sùmula popular: “manda quem pode, obedece quem tem juízo”.

Para compreender como o Estado funcionava, é necessário conhecer como a classe dominante detinha o poder político, ocupava os principais cargos eletivos e controlava os altos cargos, chefias, pastas, distribuindo com a sua própria família e pessoas de sua confiança.

Na verdade, “as famílias políticas não somente [ocupavam e] ocupam os cargos eletivos, mas diversos outros cargos estratégicos e de condução das ações políticas do estado”, constituindo-se, portanto, no próprio estado²⁷⁰. Esses cargos eram (e são) garantidos e distribuídos segundo uma lógica de acordos e de laços de parentesco e/ou de amizade. A liderança sempre ficava nas mãos daqueles que tivessem maior força de barganhar. Estrategicamente, o grupo dominante restringia o acesso aos cargos eletivos, aos altos cargos e a muitos outros privilégios quase que totalmente reservados aos membros do seu próprio grupo. Desse modo, a participação de membros de grupos sociais menos abastados na máquina do estado era bastante restrita. Na Paraíba, uma média de vinte famílias dominava o campo político majoritário, permanecendo durante décadas em cargos estratégicos. Entre essas famílias, se encontravam os Ribeiro Coutinho, os Vital do Rêgo, os Velloso Borges, os Cunha Lima, os Maranhão, os Suassuna, os Mariz Maia, os Gadelha, etc. Estrategicamente, essa restrição funcionava por meio de uma divisão de controle de distribuição de cargos e privilégios entre as poucas famílias detentoras de grandes capitais (econômico, social, político e simbólico), mantendo-se à base de acordos políticos, conchaves, dobradinhas. Assim, com esses acordos, as elites políticas e econômicas mantinham, sob o seu domínio, o jogo no campo da política, retirando, portanto, qualquer chance de as classes subalternas - que vislumbravam um outro projeto político que garantisse a participação da grande maioria - participarem da política e promoverem a efetivação dos direitos sociais e políticos para a maior parte da população. Embora houvesse uma insignificante participação das minorias, isso funcionava apenas como uma espécie de “válvula de escape”, para deixar transparecer uma aparente democracia.

De acordo com José Marciano Monteiro, “a genealogia e o parentesco funcionam como um dos recursos sociais fundamentais à compreensão das redes familísticas que historicamente

²⁶⁹ *Idem.* p. 225-226.

²⁷⁰ MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família:...** *Op. cit.* p. 97.

dominam o cenário político brasileiro”²⁷¹. Nessa perspectiva, não é difícil compreender que, na Paraíba, assim como em outros estados do país, durante o século XX, por exemplo, a prática política se constitui como redes por meio de acordos e contratos entre as elites políticas e suas frações, evidenciadas em suas práticas e discursos²⁷², estratégias essas que representam, literalmente, os interesses da classe dominante e de certas frações de outras classes sociais.

Para a elite política, uma extensa rede de relações permitia o controle de poder indicar pessoas de confiança (geralmente membros da sua família) para ocupar cargos de direção e/ou chefia/presidência de secretarias, instituições, órgãos em setores estratégicos dentro da máquina estatal. Obter e manter relações de amizade com esses representantes era vantajoso para a classe dominante. Oferecer um almoço ao presidente do Banco do Brasil da Região Norte, dr. Camilo Calazans, por exemplo, era barganhar recursos a título de empréstimos, obtendo as melhores vantagens. Um jantar com esse tipo de autoridade, a convite de um político e empresário, como o comendador Renato Ribeiro Coutinho, na própria usina de cana-de-açúcar, certamente não tinha outro propósito²⁷³.

4.1.1. Representações e discursos dominantes

No primeiro de maio de 1967 o, então presidente da República, Artur da Costa e Silva, em sua mensagem lida pelo ministro Jarbas Passarinho, afirmava que “êste é o Primeiro de Maio... com o novo sentido que a Revolução lhe emprestou, dignificando-o: nem demagogia, nem agitação...”. E continua sua fala, assegurando que, “ao revés” do que tudo transcorria no governo democrático, “esta é uma festa de confraternização entre o Capital e o Trabalho, e marca o diálogo do Govêrno com os trabalhadores do Brasil”.

Mas que diálogo poderia haver com um governo autoritário? Mais adiante, para justificar as ações do governo a serviço do capital, tenta explicar que o que se fazia antes da ditadura era “a doutrinação dos mais pobres em nome do ódio de classes”²⁷⁴.

²⁷¹ *Idem*. p. 97.

²⁷² O discurso é tratado, aqui, a partir da proposta teórica de Michel Pêcheux, que compreende o discurso a partir da linguagem, como parte estruturante do exercício do poder. Entendemos, portanto, que o discurso é parte integrante e inescapável do exercício de poder de dominação. Cf. PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4 ed. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. Em relação ao discurso no campo político, Cf. PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2 ed. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 295 a 330.

²⁷³ Calazans homenageado na Santa Helena com almôço. **O NORTE**. João Pessoa, 02 jun. 1970, Nº 4.810, p. 8.

²⁷⁴ Os sindicatos livres são elementos de vanguarda. **A UNIÃO**. João Pessoa, 03 mai. 1967. Nº 79, p. 1.

É importante lembrar que esses discursos carregados de um vazio e de uma profunda pretensiosidade, mesmo que pleiteando para si uma verdade absoluta, manifestam objetivamente, em seu propósito inicial, a predisposição ao deslumbramento. Mas para estabelecer esse discurso não se recorria apenas às palavras; lançava-se mão de outros recursos linguísticos e a imagem foi bastante usada para tal fim.

Sabe-se que, em regimes autoritários, o uso da iconografia de cunho pedagógico para o culto a personalidades políticas, por exemplo, tem sido recorrente. Entretanto, durante a ditadura militar de 1964-1985, esse uso não operou com a mesma função. Nesse sentido, por meio da censura, fez-se uso da imagem na fabricação de estratégias discursivas e representações positivas do regime militar (principalmente o fotojornalismo) para a difusão de uma suposta verdade. A partir do golpe de 1964, os retratos das figuras presidenciais subiram as paredes das repartições públicas.

Esse ritual tinha uma representação dominante, simbolizando a manutenção de um civismo impregnado de ordem, disciplina, obediência e hierarquia. A aposição de fotografias de autoridades na parede de repartições públicas, durante a ditadura civil-militar, ganhou um simbolismo peculiar aos modelos autoritários. Além de contribuir diretamente para a construção de uma memória autoritária, essa tal prática se constituiu numa espécie de dispositivo de vigilância.

Pode parecer pouco significativo, mas os STRs deviam manter, em seu ambiente, o retrato do presidente da República. Nas Atas de reunião do STR de Alagoa Grande, por exemplo, se recorria ao retrato do chefe da nação para assegurar a necessidade dessa ordem. Essa prática de dominação era refletida cotidianamente nas relações sociais e de trabalho. O próprio presidente do STR de Alagoa Grande afirmou, em reunião no mês de novembro de 1964, que “as ligas camponêzas avançaram por cauzo do Odio”, e que “...Castelo Branco quer construir uma Pulítica Sincera i Serta”²⁷⁵.

Ao reclamar da exploração do trabalho, da expropriação, da omissão do estado, além de manifestar o seu direito à terra, os trabalhadores rurais passaram a ser vistos como agitadores e seus líderes foram rotulados como subversivos, “porque a luta era dirigida contra os proprietários rurais”. Enquanto isso, líderes políticos da direita apoiavam os proprietários rurais na realização de “uma campanha para uma resistência armada”. No discurso dos latifundiários, a luta dos trabalhadores rurais se configurava, na verdade, como “o assalto à propriedade, o

²⁷⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião de 29 de novembro de 1964**. Livro de Atas 01 (1962-1967). Fl. 17.

incêndio aos canaviais, a invasão de terras a mão armada, o extermínio, os homicídios praticados...”²⁷⁶. Nesse sentido, aquele movimento foi ressignificado no imaginário social, ganhando uma roupagem de aspectos depreciativos.

Para essa elite política e agrária, João Pedro Teixeira, por exemplo, “nunca foi um camponês. Ele era um agitador comunista profissional, que havia sido importado da ‘pequena Moscouzinha’, que era Jaboatão, uma cidade de Pernambuco, nas proximidades do Recife, uma cidade muito comunista. E lá ele era um líder comunista...”. Para o deputado Joacil de Brito Pereira, que era um dos representantes políticos da classe agrária, esse líder nunca teria experienciado a vida nas pedreiras, e muito menos na palha da cana, já que “a sua profissão era a de sapateiro”²⁷⁷.

Os representantes da classe agrária na Assembleia Legislativa, como o deputado supracitado, compreendiam a luta dos trabalhadores rurais pela terra como uma ameaça ao direito à propriedade privada. Com base nesse pressuposto e a julgar pelo seu discurso, Joacil de Brito Pereira ignorava a luta pela terra, considerando-a uma violência ao latifúndio e reconfigurando-a sob um outro enunciado: a “invasão de terras”. Na verdade, para esses políticos, as ocupações de terras pelos trabalhadores era uma “invasão de terras” e tinham “como função, tomar as terras para cultivo dos camponeses”. Nesse sentido, “todas elas eram assim. Não era para cultivo nem coisa nenhuma só. Porque o cultivo, se o sujeito quisesse... Qual é o proprietário de terra que, notadamente numa situação dessas, não dava áreas para plantar?”. A ocupação não era para o cultivo, mas “era para dividir a terra, tomar a terra, tomar a terra”²⁷⁸.

Esse discurso era o mesmo que pregavam os idealizadores do golpe civil-militar de 1964, apresentado como o “amplo movimento de restauração das nossas liberdades democráticas”. Para que essa denominada “restauração da ordem” – para a classe dominante – funcionasse, antes de tudo, o trabalho de diabolização dos movimentos de esquerda já tinha surtido efeito. Militares e civis justificavam que o golpe foi necessário porque “tramava-se a

²⁷⁶ PEREIRA, Joacil de Brito. **Joacil de Brito Pereira (depoimento, 1978)**. Rio de Janeiro, CPDOC/UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2001. p. 55. Trata-se de uma entrevista realizada no ano de 1978 pelo professor de Ciência Política da Faculdade de Direito Cândido Mendes e pesquisador do CPDOC da FGV, Eduardo Vasconcelos Raposo. Essa pesquisa era um projeto que pretendia “conhecer o discurso dos políticos paraibanos, as origens de suas bases políticas seus estilos de atuação pública, as origens das ideologias dominantes que orientaram as suas atuações e uma possível reconstrução da sociedade política paraibana, no período compreendido entre 1930 a 1964 suas dificuldades e vocações específicas, tentando contribuir de alguma forma, para o esclarecimento da Cultura Política Nordestina, mais especificamente a paraibana”. Numa pesquisa da Fundação Getúlio Vargas o estilo de atuação política da Paraíba. **O NORTE**. João Pessoa, 19 fev. 1978, Domingo, p. 03.

²⁷⁷ PEREIRA, Joacil de Brito. **Joacil de Brito Pereira (depoimento, 1978)** *Op. cit.* p. 51.

²⁷⁸ *Idem*. p. 56.

implantação de uma ditadura comunista no Brasil”²⁷⁹. Desse modo, exigia-se a cassação dos mandatos de representantes do Partido Comunista do Brasil. Foram, por conseguinte, cassados os deputados Francisco de Assis Lemos e Langstein de Almeida, como também os suplentes Antônio Figueiredo Agra e Agassiz de Almeida²⁸⁰ “como porta-vozes, na Paraíba, da revolução abortada pela vigilância e patriotismo de nossas Fôrças Armadas”²⁸¹.

Ao apresentar a proposta de cassação, o deputado Joacil de Brito Pereira defendia: “queremos que as Fôrças Armadas expurguem de todos os setores da vida pública brasileira esses elementos perigosos”. Nesses termos, na tribuna da Assembleia Legislativa, o parlamentar continuava justificando a sua solicitação de cassação dos deputados: “É notório o seu procedimento criminoso, a serviço de uma ideologia estrangeira”²⁸².

Com o propósito de incriminar aqueles parlamentares, o deputado Joacil de Brito Pereira “fêz um balanço dos resultados dos vários conflitos registrados em nossa zona rural, de Miriri a Mari, citando 35 mortos e 22 feridos”. Após essa exposição, disparou: “Bastaria isso – (...) – para incompatibilizar êsses homens com o decôro parlamentar. O que é público e notório não necessita de provas. Quem, dentre nós, não sabe que êsses homens são comunistas?”. Desse modo, justificava, em seu projeto de resolução, que a cassação se dava pela prática do crime de “incitamento e subversão”²⁸³.

Aproximadamente quatro dias depois, a resolução Nº 272, de 10 de abril de 1964, foi aprovada e promulgada pela Assembleia Legislativa do Estado. Em seu Parágrafo Único,

²⁷⁹ Joacil pede cassação de mandato de deputados da linha comunista. **A UNIÃO**. João Pessoa, 08 abr. 1964. Nº 76, p. 8.

²⁸⁰ Os referidos deputados taxados de comunistas foram eleitos no pleito do ano de 1962 pelo Partido Socialista Brasileiro - PSB. Das quarenta vagas para o cargo de deputado estadual concorridas no pleito de 1962, o PSB conseguiu ocupar sete cadeiras. De acordo com a votação, em ordem decrescente foram eleitos pelo PSB: Wilson Leite Braga, José Teotônio da Silva, Francisco de Assis Lemos, José Lacerda, José Alves de Lira, Langstein de Almeida e Otacilio Jurema). Contudo, apenas Francisco de Assis Lemos e Langstein de Almeida defendiam veemente o projeto de reforma agrária tal como aspiravam os trabalhadores rurais sem terra. **Agassiz de Almeida**, natural de Campina Grande, é filho de Josita de Amorim Almeida e Antônio Pereira de Almeida (prefeito de Campina Grande e deputado estadual). Após a cassação, foi demitido das funções de promotor de justiça e de professor universitário da UFPB. Foi degredado para a prisão de Fernando de Noronha. Publicou pela Paz e Terra, em 2001, *500 anos do povo brasileiro*; pela Bertrand Brasil publicou, em 2004, *A República das Elites* e, em 2007, *Ditadura dos Generais*. Pela editora Contexto, publicou, em 2012, *O Fenômeno Humano*. **Langstein de Almeida** foi eleito para a legislatura estadual em 1962. Foi candidato para prefeito de Campina Grande em 1963 e vice-prefeito no ano de 1968, não conseguindo ser eleito em nenhuma dessas duas eleições. Em 1986, foi candidato a deputado federal, ficando na suplência. **Francisco de Assis Lemos**. De acordo com o site do TRE-PB, Assis Lemos foi candidato a deputado estadual em duas eleições – 1958 e 1962, sendo eleito na última. Publicou *Nordeste: o Vietnã que não houve*. **Antônio Figueiredo Agra**, participou das eleições de 1959 como candidato a vereador e, em 1962, foi candidato a deputado estadual, ficando na suplência. Em 1968, foi candidato a vice- prefeito de Campina Grande na chapa encabeçada por Osmar de Araújo Aquino. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antecedentes/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 02 de dezembro de 2021.

²⁸¹ Joacil pede cassação de mandato de deputados da linha comunista. **A UNIÃO**. João Pessoa, 08 abr. 1964. Nº 76, p. 8.

²⁸² *Idem*.

²⁸³ *Idem*.

explicava: “entende-se por procedimento incompatível com o decôro parlamentar a prática pelos aludidos Deputados e Suplentes de incitamento ao ódio de classe; a tentativa, por meios violentos, de subversão do regime democrático, para implantação da ditadura, no País”, ainda considerando aquela resolução que a aludida prática “constitui crime previsto na Lei de Segurança”²⁸⁴.

O bipartidarismo imposto durante a ditadura militar também deixava a classe trabalhadora sem representantes políticos. Com a abertura política, em fins da década de 1970, a imprensa passava a reclamar a falta de representatividade política daquela categoria. Em 1978, uma matéria publicada em jornal observava a ausência de representatividade dos trabalhadores rurais, uma vez que, “pelo voto eles nunca chegarão a Câmara ou ao Senado - a maioria analfabeta e os que votam o fazem em regime de eleição indireta desde a velha República. Votam no patrão e não no candidato. Os eleitos não tem a mínima obrigação com o camponês”, ou mesmo “com o patrão”. Na verdade, o fato é que “as câmaras estão vazias de vozes camponesas”. Sendo assim, “os que não são ligados aos proprietários (e são muito poucos) dirigem-se às massas urbanas, trabalham em cima de seus problemas que são as que oferecem melhor rendimento eleitoral”. Naquele ano havia “oitenta candidatos à Assembleia e uns quarenta à Câmara. Não se sabe qual deles é a voz do trabalhador rural, isso num Estado essencialmente agrícola como reconhece o próprio Governo”²⁸⁵.

4.2 AS INSTITUIÇÕES E SEUS DISCURSOS

O projeto de reformas estruturais proposto no governo João Goulart ameaçava a estabilidade das classes dominantes, ruindo a base estrutural/ideológica que sustentava a hierarquia social estabelecida. Embora o período de 1945 a 1960 seja caracterizado como período de reabertura democrática, pelo “domínio político” do “regime populista” ele “caracterizou-se por uma combinação de pluralismo e limitação, força e autoridade, coerção e consentimento”²⁸⁶.

O equilíbrio desses elementos antagônicos permitiu a estabilidade das instituições “sem que a força substituísse o consenso”, o que foi inevitável nos governos ditatoriais. No entanto, “entre o consenso e a força encontravam-se formas políticas corruptas e fraudulentas: o peleguismo, o coronelismo, o paternalismo, clientelismo, protecionismo e o apadrinhamento”.

²⁸⁴ Deputados comunistas perderam os mandatos. **A UNIÃO**. João Pessoa, 11 abr. 1964. Nº 79, p. 1.

²⁸⁵ A falta de representação dos trabalhadores rurais. **O NORTE**. João Pessoa, 04 ago. 1978, Nº 559, p. 4.

²⁸⁶ DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado** - ... *Op. cit.* p. 136.

Para René Armand Dreifuss, “essas relações políticas de domínio” serviram ao processo de transformações econômicas, ou seja “ao rápido processo de industrialização”²⁸⁷, o que, indubitavelmente, refletia também nas relações de trabalho no campo²⁸⁸. Durante os governos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, “medidas restritivas e coercitivas achavam-se na base”, embora “a força [fosse usada] cautelosamente”. Ainda, segundo esse historiador, “essas formas cartoriais e patrimoniais de domínio expressavam as tentativas do bloco de poder dominante de desarticular as forças sociais antagônicas por intermédio da absorção de seus líderes e da desagregação de suas bases populares...”, estratégia que deixava “os líderes alienados da sociedade e as bases populares sem orientação”²⁸⁹.

As tentativas de golpe de estado anterior ao de 1964 assinalam a existência de colocar em prática um projeto que, mais tarde, redefiniria o futuro do país²⁹⁰. Desse modo, era necessário articular forças no sentido de fomentar condições ideológicas para fazer grande parte da população acreditar na necessidade da construção de um “estado de ordem”. Nesse sentido, o comunismo já vinha sendo utilizado como bode expiatório para justificar a necessidade da implantação desse projeto. E esse era um dos instrumentos que permitiam a coesão das frações de classes dominantes, com interesses em comum.

Uma vez considerado como monstro, o comunismo se tornou uma real ameaça à democracia desejada pela classe dominante. A conquista dos direitos políticos e sociais tornou-se uma ameaça à ordem. Implantou-se, então, um discurso que defendia o reestabelecimento da ordem ameaçada. Para tanto, recorreu-se aos mitos e ao medo como instrumento que mobilizavam multidões. Como se pode ver, a construção do estado ditatorial não serviu, exclusivamente, para eliminar os comunistas, mas para o desmonte do estado de direito. E isso explica o verdadeiro interesse das classes agrárias em apoiar o regime militar.

Logo após o golpe de 1964, as mudanças impostas pelo governo autoritário exigiram um posicionamento da classe política que não apoiou diretamente o golpe. Na Paraíba, poucos

²⁸⁷ *Idem*.

²⁸⁸ Os elementos de dominação estavam presentes na constituição das relações de trabalho no campo e eram de uma violência absolutamente expressiva. Ao estudar a *plantation* açucareira em Pernambuco, José Marcelo Marques Filho identificou, em sua pesquisa, a relação profundamente desumana a que estavam submetidos mulheres e homens que laboravam na palha da cana, situação semelhante aos campos de concentração do regime nazista na Alemanha. FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **A arquitetura espacial da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. Tese (Doutorado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

²⁸⁹ DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado...** *Op. cit.* p. 136.

²⁹⁰ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Em relação exclusivamente às tentativas de golpe, ver, especialmente, o Capítulo 21, “O golpe civil militar: o movimento em marcha”, p. 333-353.

se contrapuseram ao novo regime e diversas foram as mensagens de apoio ao governo do estado. No sentido de permanecer como agentes dominantes na máquina estatal, os representantes das principais famílias políticas do estado buscaram argumentar em defesa de um estado autoritário que se instituía, como é o exemplo de Vital do Rêgo. A eloquência sempre dominava esses momentos em que o épico era assimilado à retórica de que, “novamente Paraíba e Minas Gerais se encontra[va]m como em 1930, unidas pelo mesmo ideal de rebeldia libertaria”²⁹¹.

4.2.1 O Estado e seu discurso

No dia 15 de janeiro de 1964, na zona rural de Mari, município distante 60 quilômetros da capital do estado, um confronto armado entre trabalhadores rurais, funcionários das usinas São João e Santa Helena, de propriedade da família Ribeiro Coutinho, e policiais militares resultou em 11 mortos e quatro feridos²⁹². As versões foram polarizadas: os proprietários procuravam construir uma narrativa na qual o vilão era a figura dos trabalhadores rurais, enquanto estes tratavam de compreender o evento como uma resposta do próprio latifúndio a sua luta. De modo geral, todos esperavam uma posição do estado na figura do governador. Poucos dias depois, em entrevista a um canal de tv do Recife e no JORNAL DO COMÉRCIO, o governador Pedro Gondim afirmou que o problema não era policial. Para ele, tudo isso era resultado de “todo um quadro de fome, no qual se aliam o pauperismo das vastas áreas, a nudez, o emperramento dos serviços públicos e a própria inadequação das leis”²⁹³.

A UNIÃO, jornal oficial do Estado, dedicava uma página inteira aos esclarecimentos do governador em relação ao incidente de Mari. Nessa nota, Pedro Gondim procura isentar o Estado de qualquer responsabilidade: “tenho plena a minha consciência de que para êle não concorreu o Govêrno, nem mesmo por omissão”²⁹⁴. O governador procurou esclarecer o seu posicionamento, tentando afastar-se de uma visão classista, o que não o isentou de críticas de todos os lados. Nesse sentido, justifica que

²⁹¹ Vital do Rêgo: Paraíba unida com Pedro Gondim para defesa das instituições. **A UNIÃO**. João Pessoa, 02 abr. 1964. Nº 71, p. 8.

²⁹² SANTOS, Maria Clyvia Martins dos; MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antônio. A tragédia de Mari: resistência camponesa no município de Mari-PB em 1964. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 15, nº 37, p. 139-168, ago., 2020. p. 161-162; SANTOS, Maria Clyvia Martins dos. **“A tragédia de Mari”**: resistência camponesa no município de Mari-PB em 1964. Dissertação (Mestrado em Geografia). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017.

²⁹³ Governador esclareceu incidentes de Mari na televisão pernambucana. **A UNIÃO**. João Pessoa, 19 jan. 1964. Nº 15, p. 8.

²⁹⁴ Governador à imprensa: preservarei a ordem e a tranquilidade públicas. **A UNIÃO**. João Pessoa, 18 jan. 1964. Nº 14, p. 8.

Há duas circunstâncias a serem consideradas: uns procuram invectivar e censurar o Governo partindo do primeiro fato, do mais remoto, em que os camponeses teriam comparecido à fazenda Santo Antônio e ali tomado armas de um administrador. E outros que ligam os acontecimentos ao fato maior e mais absorvente, onde foram ceifadas vidas de parte a parte. Quanto aos que responsabilizam o Governo do Estado porque não obstante feita a comunicação do fato à Polícia, em João Pessoa, da tomada de armas, atitude reprovável, digna da intervenção policial, tenho a responder o seguinte: é que na exata oportunidade em que se comunicava a Polícia, pessoas ligadas à Usina e envolvidas no conflito e inclusive sacrificadas, iam ao encontro direto dos camponeses que estariam na propriedade de Né de Paula. Então de que adiantaria solicitar a interferência da Polícia e não aguardar, no devido tempo, as providências reclamadas? A Polícia imediatamente atendeu à solicitação, mas, como a parte não esperou a ação policial que certamente evitaria a catástrofe e tomou a iniciativa de se antecipar ou substituir os ofícios policiais, precipitou as lutas e ocorrências. Quer dizer que, mesmo a contar do fato anterior, o Governo não poderia fazer senão o que realmente fez²⁹⁵.

Para o governador, o evento não era ocasional, mas estava atrelado às condições pré-estabelecidas, uma vez que, “o quadro... está instalado em todo o país e decorre naturalmente da situação de profundo desnível econômico-social”²⁹⁶.

Esse seu posicionamento lhe saiu muito caro. A imprensa oficial era o seu principal espaço de defesa. Em crônica intitulada *O governador e a tragédia de Mari*, assinada por J. Batista e publicada pelo jornal A UNIÃO em 7 de fevereiro de 1964, o autor procura rebater as críticas e acusações feitas ao governador por conta do seu posicionamento em relação ao acontecido no município de Mari. Em um trecho dessa folha jornalística argumenta-se:

Sem a serenidade necessária ao julgamento tranquilo das ocorrências, procurou-se atirar sobre os ombros do Governador as responsabilidades do infausto acontecimento.

Acusaram-no de convivência com os bandos adestrados por agentes e pregadores de ideologias exóticas. Impuseram-lhe a co-autoria do crime das queimadas de plantações, da derrubada de árvores frutíferas, do dano aos rebanhos bovinos, da desmoralização imposta a administradores e donos de terras, sob as mais variadas formas de excreção e arrazamento moral. Consideraram-no inimigo de proprietários que se batem pela hegemonia do poder feudal. Apontaram-no como aliciador das massas camponesas e fomentador das suas incursões condenáveis, levadas a cabo, segundo os seus verdadeiros e conhecidos instigadores, sob a égide de conquistas sociais.

Mas essa balela não encontrou ressonância fora dos limites estreitos de sua pregação. Os insultos apregoados, as difamações proferidas, as objurgatórias assacadas contra a pessoa do Governador morreram no vazio da indiferença popular.

Não poderiam partir de um homem de sua sensibilidade e de sua formação cristã, o incitamento à desordem e o estímulo à prática de atos subversivos. (...) tôdas as consciências bem formadas recorreram à razão, apelaram para o bom senso e concluíram afinal pela inculpabilidade do governante que, na posição de mediador usando as armas do entendimento e os argumentos de

²⁹⁵ *Idem.*

²⁹⁶ *Idem.*

lógica, outra cousa não tem feito senão colocar o problema em termos de luta histórica e de reivindicação imposta pelo momento.
Dizer-se o contrário é [dis]torcer os fatos e empanar a verdade²⁹⁷.

Esse discurso se alinhava com o do governo federal à época. Para ilustrar, lembremos da fala do presidente João Goulart, em janeiro daquele ano, quando de sua assinatura “no Palácio do Rio Negro a regulamentação da lei de remessa de lucros”, ao afirmar que “o Brasil já não se conforma com o atraso, doença e ignorância. O povo acha que não devemos ser comandados por um pequeno número de privilegiados”²⁹⁸.

Essa leitura da esquerda era atacada violentamente pelas classes dominantes, que viam nos projetos e nas declarações em favor das classes populares um insulto e uma ameaça aos seus interesses e privilégios. Na Paraíba, ainda em 1963, a bancada ruralista reagia veemente ao posicionamento do governo do estado em relação às lutas políticas dos trabalhadores rurais. O líder dessa bancada, deputado Joacil de Brito Pereira, atacava o comportamento político de Pedro Gondim, buscando deslegitimar o seu governo.

E tivemos o dissabor de, à viva voz, ouvir do senhor governador que isso era um movimento de caráter universal, irresistível, que nós devíamos – os proprietários de terra - devíamos ter é paciência mesmo porque a reforma agrária vinha aí." Mas, governador, reforma agrária para tomar a terra, para invadir, para matar, para depredar, para incendiar as culturas, destruir os... Reforma agrária sem uma desapropriação, sem ainda uma legislação, quando a legislação disser que se toma mesmo sem... Mas ainda não existe lei. A sua obrigação, governador, é cumprir a lei". "Ah, mas a Polícia Militar que eu tenho não dispõe de meios para isso. Eu considero a minha Polícia impotente para resistir a essa onda avassaladora de gente que vem aí dos campos. Isso é um movimento popular vitorioso, e de caráter universal, ninguém pode se opor ao socialismo, à socialização da riqueza". E era esta a linguagem do governador. E eu não me contive e disse à Sua Excelência naquela ocasião, presentes todas as testemunhas: "Governador, só há um caminho para Vossa Excelência". E ele disse: "Qual é?" Digo: "Renunciar ao governo do estado. Porque quando um governador do estado diz, em presença de uma pequena multidão como esta que está aqui, que é impotente para garantir direitos individuais do cidadão e do homem, então ele só tem um caminho: é renunciar. A não ser que o senhor confesse de público, por escrito, não só de público, mas por escrito, num expediente, esta impotência do seu governo de garantir a ordem, de garantir o direito de propriedade, de garantir até a vida humana, e requeira a interferência das forças do Exército". Porque o Exército aí interfere. O Exército não vai ferir a autonomia do estado²⁹⁹.

Para esses privilegiados, o apoio do governo àquele “movimento popular” que vinha do campo era uma ameaça à propriedade privada. A possível ascensão política de grupos sociais

²⁹⁷ O Governador e a tragédia de Marí. **A UNIÃO**. João Pessoa, 07 fev. 1964. Nº 30, p. 2. Essa matéria fora publicada um dia anterior, no **JORNAL DO COMÉRCIO**, de Pernambuco.

²⁹⁸ “Brasil já não se conforma com o atraso”: diz Goulart. **A UNIÃO**. João Pessoa, 19 jan. 1964, Nº 15, p. 1.

²⁹⁹ PEREIRA, Joacil de Brito. **Joacil de Brito Pereira (depoimento, 1978)**..... *Op. cit.* p. 56 e 57.

marginalizados, por menor que fosse, incomodava muito às classes dominantes. Portanto, defendia-se que havia uma ameaça iminente aos “direitos individuais do cidadão e do homem” e, naquele momento, o governo se demonstrava impotente para neutralizá-la. Para Tanto, era necessário legitimar as ações repressivas do estado, defendendo que estas tinham o caráter de “garantir a ordem”.

Mas, para esse “Estado da ordem”, quem era esse cidadão, quem era esse homem? Certamente, não era o trabalhador rural assalariado, o morador de engenho, o meeiro, moradores de “ponta de rua”, enfim, toda uma gente despossuída. Tratava-se, na verdade, de uma pequena parcela da população que concentrava as riquezas em suas mãos, especialmente os senhores de terra, usineiros, empresários, entre outros, e suas representações políticas.

Se, no início de 1964, até certo ponto, o governador Pedro Gondim procurava dar espaço, no estado, às vozes de trabalhadores rurais, não obstante, após o golpe civil-militar, aproximadamente dois meses depois, o discurso era outro. No dia 3 de abril de 1964, portanto, o jornal oficial, A UNIÃO, trazia em seu editorial, em meio aos elogios à “ação patriótica e nobre das nossas valorosas, disciplinadas e indormidas Fôrças Armadas, fiéis à sua tradição de legalidade e amor ao Brasil”, “aos nossos bravos soldados”, a mensagem segundo a qual, “virando mais uma página da sua história honrada, volta, o Brasil, à paz e ao equilíbrio que tanto anseia, para continuar o seu caminho de glória e de progresso, de evolução e de conquistas sociais, dentro da lei e da ordem constitucional”³⁰⁰.

Com o golpe civil-militar, o estado foi reestruturado nos moldes de um modelo antidemocrático. Esse reaparelhamento por meio de dispositivos legais, sob o pretexto da restauração de uma legalidade, concedeu a militares e civis o livre arbítrio do emprego da força repressiva. Paradoxalmente, com o propósito de legitimar o estado de exceção, o governo autoritário difundia no imaginário coletivo a ideia na qual se dizia defensor e construtor de uma suposta democracia. Essas mudanças receberam apoio do governo norteamericano, que continuou investindo esforços no sentido de atender aos propósitos do capital.

Em pleno período de bipolaridade das políticas internacionais, o discurso do império ocidental investia continuamente forças, justificando no comunismo, enquanto considerado seu inimigo, a necessidade de implantar ações combativas por meio de políticas repressivas e a instituição de um “estado de exceção”. Nesse sentido, em 1976, por exemplo, quando de uma visita a Frankfurt, na Alemanha Ocidental, numa “homenagem ao Bicentenário da

³⁰⁰ Editorial. A UNIÃO. João Pessoa, 3 abr. 1964. Nº 73, p. 3.

Independência dos Estados Unidos”, o vice-presidente norteamericano, Nelson Rockefeller, “acusou a União Soviética de tentar estabelecer um império mundial”.

Embora escondesse, nesse seu propósito, o estabelecimento de um império, apoiando golpes de estado e a instituição de governos ditatoriais na América Latina, ao conclamar as forças políticas da Alemanha Ocidental, naquele momento, descreveu o “imperialismo soviético” como sendo “uma mistura de tzarismo, marxismo e colonialismo”³⁰¹.

Nesse cenário, o governo de Pedro Gondim se viu obrigado a tomar um posicionamento que não resultasse em sua deposição. Portanto, investindo-se de um discurso contrário àquele que buscava apoiar políticas públicas favoráveis às transformações sociais, o governo declarava que, “a Paraíba, com a sua região canavieira **altamente infiltrada**, vinha causando preocupação até o princípio” daquele ano. No entanto, o incidente em Mari o obrigou a mudar as suas ações. Assim, “empregando a **valerosa Polícia Militar**, sob o comando do coronel Luiz de Barros, foi o suficiente para **restabelecer a ordem** no Estado. De forma que a 31 de março, a Paraíba era **um estado pacífico**”. Com essa intervenção, segundo o governo do estado, “não havia mais problema”³⁰².

Além disso, o termo “revolução”, empregado, em sua fala, para definir o regime militar, passou a ser utilizado cotidianamente nesses discursos de autoridades e pela imprensa falada e escrita, para se referir ao governo. Esse enunciado também funcionou como um processo de legitimação, sendo, certamente, ao ser assim repetido, naturalizado e aceito no meio social como a referência mais correta dada ao regime vigente.

De modo semelhante, o que denunciava o “estado de exceção” e, consequentemente, exigia o retorno da democracia era duramente perseguido e condenado. Nesse sentido, foram criados dispositivos legais³⁰³ para legitimar tais ações e demonizar aquelas de caráter verdadeiramente democrático. Além disso, a vigilância era tácita e, na Paraíba, o Serviço Nacional de Informações - SNI foi um instrumento importantíssimo para alimentar o aparelho repressor e, desse modo, deter quaisquer resistências ao modelo autoritário³⁰⁴. Assim, por exemplo, os comunistas, denominados “ratos vermelhos”, foram identificados em várias

³⁰¹ Rockefeller quer Ocidente mais forte para enfrentar imperialismo soviético. **O NORTE**. João Pessoa, 16. mai. 1976, Primeiro Caderno, p. 7.

³⁰² **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 2 jun. 1964, p. 6. Grifos nossos.

³⁰³ Em relação à criação desses dispositivos e vigilância, Cf. SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória**: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Recife: Editora da UFPE, 2014.

³⁰⁴ Em relação à vigilância à atores políticos, grupos de esquerda, entidades civis etc., na Paraíba, Cf. SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. **A política paraibana vigiada**: políticos e militares sob os olhos do SNI (1964-1985). Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2020.

cidades paraibanas, enquadrados e expulsos. Na Paraíba, essa ação foi considerada uma “atitude brilhante tomada **em favor de nossa democracia**”³⁰⁵.

Dentro dessa crença no “reestabelecimento da ordem”, o governo federal, com o propósito de atender aos interesses dos grandes proprietários rurais, inviabilizou o modelo da tão sonhada reforma agrária, por meio de uma reconfiguração, de uma reestruturação³⁰⁶. Para tanto, se criaram novos órgãos, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por exemplo, no sentido de encetar um plano de colonização que alcançaria “os objetivos previstos no Plano de Integração Nacional” (PIN)³⁰⁷.

Considerando que as terras brasileiras se encontravam mal repartidas e que essa desproporcionalidade se dava por conta de uma desigual distribuição da população no território, em especial na região Nordeste, a proposta dos militares, portanto, seria colonizar as terras não povoadas³⁰⁸. Esse projeto de colonização de caráter compulsório levou muitas famílias paraibanas a migrarem para o Norte do país, em busca do novo *El Dorado*, com o sonho de se tornar proprietários de terra.

Já em fins de abril de 1964, o ministro do Planejamento, Roberto Campos, deixou claro o teor em que se fundamentava o novo programa de reforma agrária, o qual “exigirá o mínimo de desapropriações”. Além disso, “estas serão feitas em casos limitados, em atendimento [à]s condições constitucionais, pois o planejamento reformista atual e [é] orientado pela filosofia democrática e que tem no direito de propriedade o seu funcionamento básico”. Nesse sentido, o governo trabalhava em uma “reformulação agrária”³⁰⁹.

Cinco anos depois, em matéria assinada por Mário Moura Rezende, a ideia defendida era a de que “não pode existir maior contra-senso do que se falar em latifúndios e redistribuição de terras enquanto a questão do povoamento e colonização constituem ainda problemas por resolver”. E na hipótese de redistribuição, segundo ele, o que seria “do nosso novo proprietário inculto”? Além disso, o latifúndio “se é que pode ser considerado problema, é um tanto inoportuno para ser abordado num país como o nosso ainda por colonizar”. Ainda nessa análise, para o autor, “a escassez de braços forçou a alta do preço do trabalho assalariado, como

³⁰⁵ Apêlo irrestrito da Paraíba à posição assumida pelo Governador Pedro Gondim. **A UNIÃO**. João Pessoa, 3 abr. 1964, Nº 72, p. 8. Grifo nosso.

³⁰⁶ Em relação a uma reestruturação do sistema agrário e de um novo modelo de reforma agrária, Ver: MEDEIROS, Leonilde Servolo de. O regime empresarial-militar e a questão agrária no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização**. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 208-239.

³⁰⁷ Ver: Paraíba contribuiu para a colonização total de toda região Amazônica. **O NORTE**. João Pessoa, 10 ago. 1971 Nº 5.607, p. 3.

³⁰⁸ A esse respeito, ver a pesquisa da professora Regina B. G. Neto: GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Amazônia, território em movimento: vidas precárias. **História Unisinos**. Vol. 21, nº 1, Jan.-Abr./2017, p. 38-50.

³⁰⁹ Reforma Agrária exigirá o mínimo de desapropriações. **A UNIÃO**. João Pessoa, 28 abr. 1964, nº 90, p. 1.

consequência lógica, a subdivisão das grandes propriedades em pequenas propriedades, provocaria, atualmente, um colapso na produção nacional”³¹⁰.

“O Brasil é um país que possui o maior espaço de terras férteis que ainda não foram tocadas. Há muita terra para ser cultivada e não faltam braços para trabalhar. O que nos falta e [é] o tempo e a união desses braços para manejá-las, pois somos um país ainda jovem”, declarava o ministro da agricultura, Alysson Paulinelli, em mensagem enviada ao “Diretor do Dema-Pb e [a]os demais órgãos do Ministério da Agricultura, na Paraíba”, no ano de 1977, por alusão ao “dia do agricultor e [a]o 117º aniversário de criação do Ministério da Agricultura”. Nessa mesma fala, o ministro argumentava: “um país começa realmente a se desenvolver quando tem sob controle o domínio de suas terras”³¹¹.

Uma reportagem que trata sobre a expulsão de uma família moradora do engenho Massangana, localizado no município de Cruz do Espírito Santo e realizada “Pela Polícia Militar do Estado, após determinação do juiz daquela comarca”, no ano de 1968, pode ilustrar como o Estado atuava a favor da classe agrária. Ao tentar buscar apoio de setores estatais, essa família encontrou, na verdade, o que muitas delas temiam. A reclamação é feita pelo foreiro “José Cândido Pereira e sua espôsa”. O fato é que

O casal nasceu e foi criado no próprio Engenho Massangana, pagando renda pela área ocupada com os filhos, já deixada pelos seus avós que a possuíam desde 1877. Todos os filhos do casal são de menor idade e o espôso, José Cândido, sofre das faculdades mentais, inclusive já tendo sido internado no Manicômio Judiciário.

Na última quarta-feira, a Polícia, acompanhada pelo [proprietário das terras] sr. Abílio Dantas e alguns capangas, invadiu a casa dos foreiros, com os soldados armados de fuzis, jogando os móveis na rua, trancando as portas com pregos e retirando tôdas as telhas. Ontem, por ordem do sr. Abílio Dantas, três trabalhadores foram derrubar as paredes porque a família não queria desocupar a casa, não conseguindo êxito em suas intensões porque os filhos do casal usaram pedras como armas³¹².

A reclamação do casal foi feita em vários órgãos como ao jornal **O NORTE**, à Federação dos Trabalhadores na Lavoura, ao 1º Grupamento de Engenharia, à Secretaria de Segurança Pública e ao advogado Roberto de Costa Luna Freire. No entanto, os setores do estado não a atenderam. “Após narrarem os acontecimentos no 1º GE, foram enviados à Secretaria de Segurança Pública. Como o secretário não estava presente[,] se dirigiram ao coronel Joao Gadelha, que, logo após saiu sem atendê-los, nem mais regressando”.

³¹⁰ Latifúndios. **O NORTE**. Cadernos ICB. João Pessoa, 17 ago. 1969. Nº 4.574, p. 3.

³¹¹ Agricultor comemora o seu dia hoje. **O NORTE**. João Pessoa, 28 jul. 1977. Nº, p. 3.

³¹² Família inteira expulsa do Engenho Massangana. **O NORTE**. João Pessoa, 12 jun. 1968, Nº 4.261, p. 3.

De modo semelhante, “no Palácio da Redenção, ao pedirem audiência com o governador João Agripino não foram atendidos, recebendo a sugestão de procurarem o Serviço Social”. A reportagem ainda acrescenta que toda a família, “o casal e seus nove filhos, após a expulsão da propriedade, se encontram em grandes dificuldades, inclusive passando fome³¹³”.

4.2.2 A Igreja e seu discurso

Como instituição mais influente no cotidiano e a mais próxima da população campesina, parte do clero e membros de setores e organismos criados pela Igreja (CPT, CEBs, SEDUP, CODH, PR etc) exerceram um papel político fundamental junto à luta dos trabalhadores rurais por terra e por igualdade e justiça social, incidindo indiretamente numa luta por melhores condições de vida e de trabalho. Esse papel foi conduzido a partir de uma visão teológica mais humanista e na perspectiva dos Direitos Humanos, firmando-se, principalmente, na atuação do arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires. Essa nova visão da Igreja se encontrava dentro de uma conjuntura mais geral e como reflexo da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano de Medellín³¹⁴, ocorrida em 1968, e da de Puebla³¹⁵, em 1979.

Na segunda metade do século XX, frações católicas romperam com o pensamento tradicional que enxergava o estado como instância inquestionável. Nesse sentido, especialmente no período da experiência do governo ditatorial, no Brasil, a CNBB, principalmente, tomou alguns posicionamentos que asseguravam a sua posição, embasada na perspectiva de uma Igreja progressista – uma parcela dela inspirada na Teologia da Libertação -, enxergando o Estado como instância conivente com a miséria dos oprimidos.

³¹³ Família inteira expulsa do Engenho Massangana. **O NORTE**. João Pessoa, 12 jun. 1968, Nº 4.261, p. 3.

³¹⁴ A Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano foi realizada em Medellín, na Colômbia, em 1968. Essa conferência, convocada pelo papa Paulo VI, buscava atender às demandas da Igreja católica na América Latina, à luz do *Concílio Vaticano II*, e que teve três temas geradores de discussão: Promoção humana; Evangelização e crescimento na fé; Igreja visível e suas estruturas. No próprio Concílio do Vaticano II, na sua *Constituição Pastoral*, lançava-se, no seu Item 71 “**Acesso à propriedade e domínio privado. Problemas dos latifúndios**”, de maneira muito tímida, referência ao latifúndio improdutivo, à desigual distribuição de terras e à exploração do trabalhador rural. Cf. CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Constituição Pastoral “Gaudium Et Spes”**: sobre a Igreja no mundo actual. Roma: [on-line], 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em: 04 ago. 2021. Também é preciso considerar as encíclicas. A encíclica de 1967 adverte sobre a propriedade e lembra que “a propriedade privada não constitui para ninguém um direito incondicional e absoluto”. PAULUS PP. VI. **Carta Encíclica “Populorum Progressio”**: sobre o desenvolvimento dos povos. Roma: [on-line], 1967. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html#_ftn10. Acesso em: 04 ago. 2021.

³¹⁵ Ocorrida na cidade de Puebla, no México, no ano de 1979, a Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, visou as desigualdades e injustiças na América Latina como contradições ao “ser” cristão.

Nesse sentido, a Igreja tomou um posicionamento político e produziu “documentos de protestos”, contestando e “denunciando as formas de opressão no campo brasileiro”, claras “evidências dessa mudança de posição que acontece tanto pelos impulsos das conferências” (...) “quanto pela sensibilização dos próprios religiosos diante da realidade com que se depararam ao exercerem o sacerdócio”³¹⁶. Dentro da Igreja nascia uma ação progressista e libertadora que se contrapunha à ala conservadora e elitista.

Apesar de, aproximadamente, oito décadas de laicidade, nos anos de 1970, o Estado brasileiro ainda demonstrava uma estreita relação com a Igreja. O catolicismo continuava sendo uma religião dominante que interferia diretamente no cotidiano da população e que era profundamente influente nas ações do Estado. A quase imutabilidade de seus princípios e práticas, o que a tornava profundamente conservadora, sofreu algumas mudanças a partir das décadas de 1960 e 1970. Numa nova perspectiva, surgiria uma “nova Igreja”, da qual a paz nasceria como obra da justiça, em que o propósito do projeto cristão era oferecer dignidade ao povo pobre, tirar-lhe das condições subumanas para lhe oferecer “condições plenamente humanas”.

De acordo com a pesquisadora Maria do Socorro Rangel, no I Encontro dos Bispos do Nordeste, ocorrido na cidade de Campina Grande, em 1956³¹⁷, a Igreja apresentou um discurso que ecoou “como uma autocrítica envergonhada, acanhada”. Como instituição, ela procurava, naquele momento, esclarecer o seu posicionamento em relação ao que ela chamava de ‘injustiça social’, momento em que se colocava publicamente “ao lado dos oprimidos”³¹⁸. No entanto, na prática, essa Igreja demorou atuar.

Essa nova postura, mesmo que de maneira tímida, atuou em sentido mais local e regional, mas enfrentou resistência interna por parte da ala católica mais conservadora. Após o golpe civil-militar de 1964 setores da Igreja que se posicionaram “ao lado dos oprimidos” passaram a sofrer perseguições por parte do Estado. Na década de 1970, a Igreja expandiu as suas ações com a criação de organismos para o apoio ao homem do campo, como a Comissão

³¹⁶ FRANÇA, Diego Pessoa Irineu de França. **A ação pastoral da igreja católica de Guarabira na luta pela terra em Alagoa Grande-PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2014. p. 54.

³¹⁷ Convocada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, o encontro se deu no período de 21 a 26 de maio de 1956 e tinha como objetivo discutir os “principais problemas nordestinos”. ROCHA, D. Jaime Vieira (Org.). Declaração dos Bispos do Nordeste. IN: **Sob os signos da esperança e da responsabilidade social: anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste** (Campina Grande, 1956/ Natal, 1959). Campina Grande: EDUEPB, 2016, pp. 85-119. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/c6yvx/pdf/rocha-9788578794859-04.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

³¹⁸ RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da morte, esperança de vida: a história das Ligas Camponesas na Paraíba**. Dissertação (Mestrado em História). Campinas – SP: UNICAMP, 2000. p. 13.

da Pastoral da Terra – CPT (criada em 1975) e as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs³¹⁹. Com isso, a Igreja se fez mais presente na região do Brejo paraibano, mesmo antes da criação da diocese de Guarabira.

Em seus estudos sociológicos sobre o trabalhador rural no Brejo paraibano, Maria da Conceição Mariano Cardoso assegura que, a prática social da Igreja católica procurava ultrapassar a leitura que se fazia de uma instituição que se resumia ao seu espaço físico, ao “monstruoso prédio”, com vistas a uma mudança em que vinha se “revelando uma igreja que se fez ‘povo’ e habitou entre os seus”. E essa Igreja defendia um discurso que pretendia “dar ‘VOZ AO QUE NÃO TEM VOZ’”.

Nesse sentido, ela vinha “procurando estar sempre presente aos acontecimentos do cotidiano dos grupos populares da região”. Adotando essa nova prática, “essa Igreja preocupou-se em encontrar, no próprio dia-a-dia, um sentido e justificativas de suas práticas que a definiria como ‘Igreja Viva’, logrando seus objetivos a partir dos testemunhos dados”³²⁰. Ainda segundo a referida pesquisadora, houve, verdadeiramente, “uma mudança característica”.

Como exemplo dessa nova postura, nas celebrações católicas, “o coro desce e passa a ser composto por um público simples e, muitas vezes, semi-analfabeto”. Também se observa que “o acesso às leituras bíblicas não se reduz às moças de apreciável sintonia vocal mas àquelas que têm a competência de fazê-las, independente[mente] do nível social a que pertençam”. Outra mudança observada na liturgia pode ser encontrada “nas reflexões do evangelho”, momento da missa em que padre dá ênfase à vida, “não teme o contato com o povo de [a] quem fala. O público de classe média, desconfiado, inquieta-se, teme a mudança suspeitando do início de um comunismo no Brejo; para estes, o padre seria um ‘comunista’”³²¹.

Para a aludida socióloga, nessa nova tomada de posição, se observou que “os termos utilizados nas celebrações eucarísticas não são os mesmos. O povo também mudou. Fala-se de reunião, encontros, caminhadas”³²². Nesse novo discurso, a Igreja procurava defender um grupo social de pouca visibilidade, passando, portanto, a dar “prioridade absoluta aos pobres e oprimidos”. Ao abraçar uma causa das classes subalternas, ela “se identifica com a proposta dos trabalhadores e desempenha um papel de ‘formadora’ de consciência dos trabalhadores”. No entanto, ao buscar trabalhar como comunidades de base e se aproximar desses “oprimidos”,

³¹⁹ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos Movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

³²⁰ CARDOSO, Maria da Conceição Mariano. **Uma mão lavava a outra: o trabalhador rural e suas lideranças no Brejo paraibano**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural). Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1993. p. 77, 82 e 77.

³²¹ *Idem.* p. 79.

³²² *Ibidem.*

“a Igreja ‘Povo de Deus’ atraía, e, ao mesmo tempo assustava”. Ainda para essa pesquisadora, esse novo modelo de Igreja demonstrava uma maior preocupação com “‘o outro’ sujeito da história”, a gente despossuída³²³.

Em sua pesquisa sobre a atuação da Igreja católica na região de Alagoa Grande, Diego Pessoa Irineu de França aponta para uma mudança de comportamento dessa Instituição na região de Guarabira, em relação às populações despossuídas, a que se referia costumeiramente como “os pobres”. Para esse pesquisador, com suas novas práticas e ações políticas, “a Igreja católica de Guarabira se converteu em uma verdadeira Igreja ‘pé no chão’, comprometida com os camponeses em conflitos por terra”³²⁴.

No entanto, como explica Marco Antonio Mitidiero Júnior, ainda se faz salutar lembrar que, “a abertura concedida pela Igreja hierárquica à formação de pastorais teve como objetivo frear o desenvolvimento do pensamento comunista nos bolsões de pobreza”. Alguns de seus organismos “visavam [até mesmo] se contrapor ao crescimento da ideologia esquerdista”³²⁵. Apesar disso, esse geógrafo reconhece que, mesmo “a Igreja, repleta de contradições ideológicas e de recuos e avanços no campo político, contribuiu fielmente para o sentimento de emancipação social dos pobres e oprimidos”³²⁶.

Nesse sentido, esse mesmo segmento da Igreja também se via como realizador de um conjunto de mudanças e, em especial, como principal contribuinte no papel da formação de uma consciência política da classe trabalhadora. Essa crença se concretiza, principalmente, nas suas ações e envolvimento com as lideranças dos STRs de alguns municípios da região do Brejo paraibano³²⁷. Esse é o exemplo do STR de Alagoa Grande.

Ao avaliar o papel da Igreja católica e seus resultados, no ano de 1977, o arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires observava, em algumas experiências, os resultados de políticas comunitárias empreendidas por essa “nova Igreja”. Em vista disso, entendia ele que “o medo, o egoísmo e a má organização da sociedade” já se apresentavam, em alguns exemplos no Brejo paraibano, como elementos que foram superados. Segundo a mensagem natalina do arcebispo, “as classes mais humildes – os agricultores, as professoras municipais, os operários, os pescadores – tomam consciência de que estão reduzidos a um estado de penúria porque foram e são explorados: ‘não são pobres, mas empobrecidos’”. Por meio do sentimento de

³²³ *Idem.* p. 84, 87, 85 e 87.

³²⁴ FRANÇA, Diego Pessoa Irineu de. **A ação pastoral da igreja católica de Guarabira...** *Op. cit.* p. 57

³²⁵ MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antonio. **A ação territorial de uma Igreja radical:** Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. p. 142.

³²⁶ *Idem.* p. 145.

³²⁷ CARDOSO, Maria da Conceição Mariano. **Uma mão lavava a outra:...** *Op. cit.* p. 90-91.

pertencimento a um grupo, “eles começam a unir-se e, na união, vão perdendo o medo e superando o egoísmo”. Nesse sentido, a Igreja estaria promovendo uma consciência política, uma vez que “os oprimidos” reconheceriam que a fome, a doença, “a falta de moradia”, o desemprego “deve[ria] desaparecer” por meio de uma luta política³²⁸.

Ainda naquela mensagem, o líder religioso defende o posicionamento dessa “nova Igreja”: “aspiramos por uma sociedade sem dominação e sem privilégios. Os oprimidos têm o direito e o dever de lutar para sacudir todo tipo de dominação”. E, ao penetrar na ferida, continua: “e cremos firmemente que isto se pode conseguir sem responder com violência [à] violência com que são dominados os mais fracos”³²⁹.

É importante ressaltar que se vivia uma conjuntura política peculiar em que se implantava um processo de “distensão” e uma promessa de “abertura” democrática no país. Certamente, nesse enquadramento, tais declarações encontraram algum apoio de setores da sociedade e entidades civis, encorajando movimentos de resistência coletiva e individual. Não obstante, sobraram críticas dos conservadores e apoiadores da ditadura que imputaram àquele líder o estigma de “comunista”. Ao que parece, ao assumir esse posicionamento, a Igreja declarava-se ocupando um papel de defensora dos pobres, vítimas de um Estado opressor.

No entanto, esse segmento católico, à medida que empreendia esforços no sentido de defender os grupos sociais menos favorecidos e, em especial, a gente que laborava nos canaviais, tornava-se alvo de duras críticas de setores conservadores da própria Instituição, da imprensa conservadora e, principalmente, da classe agrária.

Aquelas ações da Igreja passaram a ser vistas como “intromissões”. As críticas não saíam “apenas [d]os proprietários” rurais, mas também eclodiam como “uma reação gratuita na casta pequeno-burguesa de comerciantes e profissionais liberais”. Esses grupos ressaltavam ainda, que, “o apoio recente da Igreja ao trabalhador rural é, nesse entender, uma intromissão indébita, e, para alguns, um abuso de confiança no espírito religioso dos fiéis”. Indo mais além, “para os mais radicais, apoiar o trabalhador rural é uma atitude comunista, subversiva, e não é outro o tratamento dispensado por alguns proprietários aos líderes da Igreja com envolvimento na questão agrária”³³⁰.

Ao reclamar às críticas feitas à luta daquela instituição a favor dos “oprimidos”, representantes da Igreja argumentavam que sua política buscava suprir “a falta de representação dos trabalhadores rurais”. Nada mais justo, já que “as câmaras [estavam e] estão vazias de

³²⁸ Libertação está cada vez mais próxima diz D. José. **O NORTE**. João Pessoa, 24 dez. 1977, Nº 345, p. 5.

³²⁹ *Idem*.

³³⁰ A falta de representação dos trabalhadores rurais. **O NORTE**. João Pessoa, 04 ago. 1978, Nº 559, p. 04.

vozes camponesas”. Para esse segmento da Igreja, a reação conservadora era “tão antiga quanto a noção medieval de propriedade”, porém, “se agrava[va] com relação à Igreja por não ser essa a atitude que os senhores de terra espera[va]m de uma Instituição que sempre os apoiou e os encaminhou com suas bênçãos ao plano da bem-aventurança, ajudando-os a viver bem neste mundo e no outro”. Desse modo, era de se esperar que “os proprietários estranha[sse]m que os injustiçados do campo tenham agora a Igreja em sua defesa. E a estranheza é[ra] maior pelo simples fato de, a seu ver[,] não existirem injustiças”³³¹.

Exatamente por conta de seu envolvimento político mais comprometido em algumas regiões do estado, principalmente na zona canavieira, com a gente “mais empobrecida”, os líderes católicos atuantes em prol da luta dos trabalhadores rurais sofreram ameaças, perseguições e atentados. As evidências apontam que essa violência era promovida, exclusivamente, por proprietários rurais³³².

Não obstante, essa própria Igreja, refletindo a violência contra os seus membros, pregava uma política da “não violência” como próprio fruto da “Teologia da Libertação”. Desse modo, ela assumia a posição de luta pela dignidade à vida e o direito à terra para laborar. Nesse sentido, D. Luís Fernandes asseverava que,

Já foi dito e repetido: a violência gera violência. A impunidade também. Somos contra toda violência, mesmo contra os violentos. (...) Cada vez que defendemos os marginais e criminosos das garras dos algozes e da insânia dos pistoleiros, não falta quem nos agrida (sempre à violência!), acusando-nos de cumplicidade e favoritismo com os perversos e facínoras³³³.

4.3 CAPITAL ECONÔMICO: CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA

Historicamente a posse da terra refletiu diretamente na divisão entre proprietários e não proprietários/trabalhadores, constituindo-se como um dos elementos que contribuíram para a formação da sociedade brasileira. Essa generalização consente se pensar que a distribuição de

³³¹ *Idem*.

³³² Alguns exemplos podem ilustrar esse fato com evidências, como o caso da tentativa de expulsão do Padre italiano Luigi Alberto Pescarmona, vigário de Guarabira. Por atuar como “agente espiritual da Pastoral Rural” nos conflitos de terra na região do Brejo paraibano, esse líder religioso sofreu um processo de expulsão do país movido por membros de uma família latifundiária de Alagoa Grande, a família Onofre Paiva, cujos membros atuavam, também, na vida política daquele município e região. FRANÇA, Diego Pessoa Irineu de França. **A ação pastoral da igreja católica de Guarabira...** *Op. cit.* p. 40. PAIVA NETO, Francisco Fagundes de. **A trajetória religiosa-política do padre Luigi Pescarmona (1964-2010): entre o *habitus* partidão e o assistencial.** Tese (Doutorado em ciências sociais). Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2012.

³³³ Mais violência. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 13 ago. 1983. p. 2.

terras pesou, desde a invasão³³⁴ do território brasileiro pelos europeus (portugueses, holandeses, franceses etc.) como pedra fundante para a constituição de uma sociedade desigual em todos os termos. De modo geral, “o regime de sesmarias era racialmente seletivo, contemplando os homens de condição e de sangue limpo, mais do que senhores de terras, senhores de escravos”³³⁵. Com o fim do regime de sesmarias, em 1822, outras formas de concessão foram criadas.

As propostas de transformações do mundo agrário por setores do movimento abolicionista, no século XIX, não foram acatadas e, antes mesmo do fim da escravidão, foi aprovada a Lei de Terras de 1850³³⁶, transformando a terra em mercadoria (ou seja, um bem que só podia ser adquirido por meio da compra), o que afastava a possibilidade de os trabalhadores escravizados e/ou livres e despossuídos desse bem obterem a oportunidade de adquiri-lo. Assim, ao instituir “um novo regime de propriedade (...), a Lei 601 estabeleceu, em termos absolutos, que a terra não seria obtida por outro meio que não fosse o da compra. Extinguia, assim, completamente, a viabilidade da posse liberada no interregno de 1822 a 1850³³⁷.

Assim, sendo a terra uma mercadoria e não estando acessível a toda uma gente que acabava de sair de um estado de escravização, legalmente efetivado com a Lei Áurea, aquela continuou sendo um bem exclusivo dos senhores abastados. A gente que detinha o controle sobre as terras continuou por mantê-las sobre o seu controle, enquanto essa era o principal fator econômico.

Também é importante lembrar que a elite agrária não detinha apenas o controle sobre as terras, enquanto capital econômico, mas igualmente, e de modo especial, sobre um capital social e um capital simbólico. Mas uma vez perdida a terra, perdiam-se, também, os outros capitais. Enquanto isso, a gente empobrecida continuava em estado de completa miséria, na condição de agentes despossuídos de bens e de direitos. Apenas em fins do século XIX e nas primeiras décadas de 1900, se reinventou o espaço a partir de uma nova ótica de dominação das elites agrárias³³⁸.

³³⁴ Utilizamos o termo “invasão” no sentido próprio do vocábulo, tomado por diversos historiadores como mais apropriado para definir e comportar as mais diferentes violências praticadas pelos europeus para com os habitantes dessas terras, no sentido de explorá-las e instituir o seu império de dominação.

³³⁵ MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1982. p. 71.

³³⁶ A Lei de Terras, aprovada em 1850, foi um verdadeiro passo na contramão da abolição. GASSEN, Valcir. **A Lei de Terras de 1850 e o direito de propriedade**. Dissertação (Mestrado em Direito). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1994. 236 p.

³³⁷ MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**:...*Op. cit.* p. 71-72.

³³⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2 ed. Recife: Massagana/Cortez, 2001.

Portanto, a concentração fundiária foi um aspecto marcante na história agrária do Brasil. Mesmo correndo o risco de simplismo nesta análise, vale salientar que, embora o mundo rural tenha vivido muitas transformações ao longo desses séculos, o latifúndio e a monocultura foram duas práticas que resistiram e ainda resistem de maneira intensa a toda e qualquer força de mudança.

Pensando a ideia da posse sobre a terra sob a perspectiva do conceito de “economia-mundo” estudado e oferecido pelo sociólogo norteamericano Immanuel Wallerstein, a “apropriação da terra”, considerada mercadoria e vista sob a perspectiva do “direito de propriedade”, que está fundada no liberalismo inglês, constata-se que as mãos que a abarcavam não eram estranhas às práticas de dominação estabelecidas pelo império capitalista. Para tanto, a sua concentração nas mãos de poucos se transformou em grandes empresas, usinas, por exemplo³³⁹.

Nas primeiras décadas do século XX, alguns estudiosos apontavam para um crescente equilíbrio na distribuição da terra na Paraíba. Aproximando-se de análises superficiais, esses intelectuais asseguravam que, à época, “os nossos grandes latifúndios vão-se fracionando”³⁴⁰. Acreditava-se no seguinte: “o desdobramento das heranças, o trato científico da terra, os tributos, os benefícios sociais, outros fatores de cultura, vão esbatendo a feição do latifúndio”. No entanto, esses mesmos estudiosos observaram que, ainda na primeira metade do século XX, “o latifúndio ressurgiu na expansão das usinas”³⁴¹. É importante compreender que aquelas análises foram realizadas à luz de teorias dominantes à época.

Evidentemente, a distribuição de terras sempre foi desigual e moveu políticas que naturalizavam determinados modelos culturais, permitindo o convívio entre a exploração e a expropriação de terras³⁴². Essa prática de naturalização, empreendida pelo discurso da classe agrária e dominante, legitimava a posse da terra a esse grupo ao mesmo tempo em que empreendia esforços no sentido de deslegitimar todas as práticas de resistência à concentração fundiária e à exploração da mão de obra de homens e mulheres do campo.

Nesse sentido, se até o século XIX as classes dominantes mantiveram certo monopólio sobre grandes extensões de terras férteis na Paraíba, no século XX esse domínio se fortaleceu e a concentração fundiária nas mãos de poucos aumentou consideravelmente. Essa situação aparece mais visível durante o período de governos militares, quando o Estado garantiu,

³³⁹ WALLERSTEIN, Immanuel. Ecologia versus direito de propriedade: a terra na economia-mundo capitalista. JANUS.NET, *e-journal of International Relations*, Vol. 1, n.º 1 (Outono 2010), pp. 1-11.

³⁴⁰ ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. 3 ed. João Pessoa: A UNIÃO, 1980. p. 608.

³⁴¹ MARIZ, Celso. *Evolução Econômica da Paraíba Op. cit.* p. VI

³⁴² ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste Op. cit.*

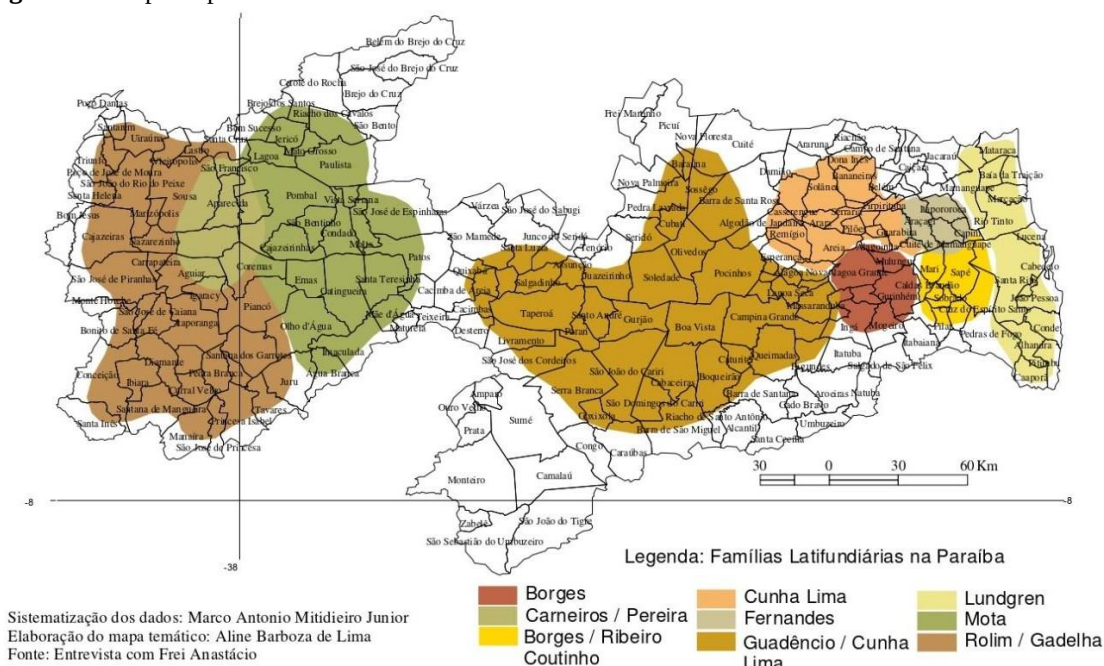
especialmente nas áreas dominadas pelo cultivo da cana-de-açúcar, uma exclusividade aos latifundiários, em especial durante a implantação do programa PROÁLCOOL. De acordo com a historiadora Christine Dabat, se, durante séculos, a terra se encontrava concentrada nas mãos de poucas famílias, a “forma absolutizada encontrou-se precisamente no regime militar”³⁴³.

Em termos gerais, pode-se afirmar que “o poder da classe dominante sobre os recursos naturais e humanos, apoiado na força armada, garantiu assim a prioridade dada à sua atividade principal para não dizer exclusiva: o fabrico do açúcar e, em seguida, do etanol”³⁴⁴.

Durante o período ditatorial, o governo brasileiro abriu espaço para a apropriação de terras por estrangeiros. As denúncias, de forma tímida, devido ao clima de um Estado repressivo, anunciavam a venda de terras nas regiões do Norte e do Centro Oeste, o que contribuiu para a concentração de terras nas mãos de grupos poderosos³⁴⁵.

Em sua pesquisa sobre a Igreja católica e a questão da terra na Paraíba, Marco Antônio Mitidiero Júnior buscou identificar as principais famílias que concentram maior domínio sobre a terra e suas regiões de domínio territorial no estado³⁴⁶.

Figura 12: As principais famílias latifundiárias na Paraíba e seu domínio territorial.



Fonte: MITIDIERO JÚNIOR, 2008, p. 269.

³⁴³ DABAT, Christine Rufino. “Absolutização da propriedade fundiária”, da monocultura e da exploração dos trabalhadores: a zona canavieira de Pernambuco após o golpe militar. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de; AIRES, José Luciano de Queiroz; SILVA, Vânia Cristina da (Orgs.). **Poder, memória e resistência: os 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios**. João Pessoa: Editora do CCTA/Mídia Editora, 2016. p. 168

³⁴⁴ *Idem*.

³⁴⁵ O Brasil está sendo vendido? **A UNIÃO**. João Pessoa, 06 out. 1967, Nº 213, p. 7.

³⁴⁶ O mapa foi produzido Marco A. Mitidiero Júnior a partir de informações e orientações de Frei Anastácio. Cf. MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antônio. **A ação territorial de uma Igreja radical: ... Op. cit.** p. 269

Antônio Callado, uma das vozes da imprensa denunciadora, observava que “a Paraíba é um Estado que fica dentro do latifúndio dos Ribeiros, é o que pela Paraíba se diz, acrescentando: o pedaço da Paraíba que não é dos Ribeiros é dos Lundgrens, sim, senhor”. Para esse jornalista, a sociedade reconhecia essa situação, menos o Estado, que a considerava como uma prática de dominação. Ainda para ele, parece normal uma família ter “um pedaço do estado”, uma vez que, “os Ribeiros têm toda a várzea da Paraíba do Norte, com suas cidades, vilas, canaviais, gente e a consciência dos representantes paraibanos no Congresso Nacional. Os Lundgrens têm, além de um pedaço da Paraíba, O litoral de Pernambuco e do Rio Grande do Norte³⁴⁷”.

Embora seja uma informação que não tenha tamanha precisão, os dados fornecidos pelo IBGE oferecem um quadro muito próximo de uma realidade que evidencia a crescente concentração fundiária na Paraíba.

Quadro 03: - Estrutura Fundiária da Zona Açucareira da Paraíba no ano de 1985

Categoria de imóveis	Até menos de 10 ha.	De 10 até menos de 100 ha.	De 100 ha. e mais	Total
Área ocupada	111.458 ha.	147.952 ha.	469.462 ha.	728.872 ha.
%	15,30%	20,03%	64,40%	100 %
Imóveis	56.590	5.746	1.228	63.564
%	89,02%	9,40%	1,94%	100 %

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1985

O quadro acima é uma representação da área dominada pelas plantações da cana-de-açúcar e que engloba os municípios concentrados nas mesorregiões da Zona da Mata e Agreste paraibano. E, mesmo que esses dados não sejam exatos, eles não se encontram tão distante do que representa a real concentração fundiária nesse estado.

Na apresentação desses números, observa-se que 89,02 % dos imóveis dominam apenas 15,30% das terras na zona açucareira. Todavia, as médias e grandes propriedades detinham, à época, 84,43% de todas as terras. Assim, esse quase monopólio da terra é reduzido a um pequeno número de famílias que se destacavam na política, no empresariado e no setor judiciário. E ainda é importante lembrar que “a eficácia das grandes famílias em manter seu domínio sobre as terras, por meio de política endogâmica, somou-se ao quase segredo mantido sobre informações a respeito de seus bens fundiários”³⁴⁸.

Em diferentes regiões, a endogamia parece ter sido uma estratégia recorrente. Nesse sentido, os estudos sobre uma das famílias latifundiárias na Paraíba servem para ilustrar tal realidade. De

³⁴⁷ SOUZA, Itamar. **A luta da Igreja contra os coronéis**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1982. p. 48.

³⁴⁸ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**: ... 2012... *Op. cit.* p. 65.

acordo com a antropóloga canadense Margo L. Matwychuck, “durante a maior parte – senão em todo – o século XX, o uso do sobrenome Ribeiro Coutinho forneceu a seu portador um capital social significativo”. Dentro dessa complexa prática de dominação, surge o aspecto da dominação masculina por meio do uso predominante do nome da família do genitor. Nesse sentido, “desde a chegada de João Ribeiro Coutinho no estado, todos os descendentes masculinos diretos mantiveram o patrônímico Ribeiro Coutinho e evitavam, em sua maior parte, a inclusão do nome do pai de sua mãe”³⁴⁹.

Observa a historiadora Christine Dabat que, na zona canavieira do vizinho estado de Pernambuco, “a estrutura fundiária manifesta uma concentração tão extrema que constitui um quase monopólio”. Tal situação registrada por essa pesquisadora é a de que, em alguns municípios situados na mesorregião da Zona da Mata pernambucana, “as taxas de ocupação da área rural variam na faixa superior aos 90%”, chegando um deles a 99,25%³⁵⁰.

Essa parece ser uma experiência predominante, especialmente nas zonas dominadas pela cultura canavieira do Nordeste. Na Paraíba, os municípios que tiveram um resultado histórico como principais produtores da cana-de-açúcar marcam um índice aproximado aos evidenciados no vizinho estado de Pernambuco³⁵¹.

Nas últimas décadas, as pesquisas dão conta de que, no Brasil, essa concentração de terra aumentou consideravelmente. De acordo com Maria Luisa Mendonça, “a concentração da propriedade da terra medida através do índice de Gini aumentou de 0,852, em 1996, para 0,872 em 2006”. Esses dados informam que o Brasil é um dos países onde há maior concentração de terras³⁵².

Segundo Carter, “...a distribuição da riqueza é ainda mais desigual. Um por cento dos proprietários rurais controla 45% de todas as terras cultiváveis da nação, ao passo que 37% dos proprietários rurais possuem apenas 1% da mesma área”. Desse modo, assegura-se que, “sem dúvida, o Brasil é uma das nações com a maior concentração de terra do mundo”³⁵³.

³⁴⁹ MATWYCHUCK, Margo L. Estratégias de casamento, história de mulheres, e experiências de mulheres entre famílias de usineiros em Paraíba, BRASIL. Tradução de Simone Miziara Frangella. **Cadernos Pagu**, nº 8, p.211-247, 1997. p. 239.

³⁵⁰ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**: ... p. 61 e 69.

³⁵¹ Os Censos agrícolas foram iniciados no ano de 1920, passando a ser realizados a cada dez anos, a partir de 1940. Em relação aos dados colhidos pelo IBGE em 1960, Cf.: IBGE. **Censo Agrícola de 1960, Paraíba**. VII Recenseamento Geral do Brasil. Rio de Janeiro, 1966. Série Regional, Vol II, Tomo V.

³⁵² MENDONÇA, Maria Luisa. O monopólio da terra e os direitos humanos no Brasil. In: MAYBURY-LEWIS, Biorn; RANINCHESKI, Sônia (Orgs.). **Desafios aos direitos humanos no Brasil contemporâneo**. Brasília: Verben Editoria, 2011. p. 16.

³⁵³ CARTER, Miguel. Desigualdade Social, democracia e reforma agrária no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 27-70. p. 36

4.4 SENHORES DE TERRA, SENHORES DO MUNDO

As relações de poder que se estabeleceram a partir das décadas de 1950 e 1960, no mundo rural, foram tensionadas com a intensificação da exploração e o aumento da violência e da expulsão de moradores. Ao estudar as relações de poder na região nordeste, Durval Muniz de Albuquerque Júnior compreende que “o homem é o dono da terra, é proprietário da terra, por isso ele é o pólo dominante na relação do poder que se estabelece entre eles e os sem terra, e esta subordinação faz com que o poder se concentra cada vez mais no outro pólo da relação”³⁵⁴.

Em sua pesquisa sobre essas relações de dominação no espaço em que predominam as plantações de cana-de-açúcar, na região do Brejo paraibano, durante a década de 1970, Afrânio Raul Garcia analisa o poder exercido pelo proprietário de terras materializado nesse espaço. Em sua observação, constata que,

O exame da distribuição espacial das construções existentes nos *engenhos* e suas funções permite avaliar a amplitude dos planos da vida social que foram estruturados pela hierarquia do *engenho*. A cultura objetivada no espaço materializa a hierarquia, ao mesmo tempo que contribui, por sua simples existência, à interiorização por cada indivíduo das disposições mentais correspondentes à posição que ocupa neste espaço.

O esquema do conjunto da propriedade mostra uma parte central, onde a construção mais imponente é a *casa-grande*, onde reside a família do *senhor*, junto ao *engenho* propriamente dito, galpão onde estão a moenda e as instalações de fabricação dos derivados da cana. Este conjunto está cercado por campos cultivados de cana-de-açúcar; no meio do canavial, vez por outra, encontram-se as casas dos *moradores*, de pau-a-pique, em geral, cercadas por roçados e eventualmente algumas árvores frutíferas. A posição central e o aspecto da casa da família do proprietário, em contraste com as casas dos *moradores*, e a extensão do canavial, confrontada aos roçados diminutos, constituem um dos melhores índices da maneira pela qual se distribui e se exerce o poder social.

O exame da parte central é ainda mais significativo: a *casa-grande* e o *engenho* estão situados nas proximidades da capela, da escola, do *barracão*, e do terreno para jogos de futebol e para as festas ao ar livre; mais adiante se situa um grupo de casas geminadas para *moradores*, ocupadas em geral por empregadas domésticas *da casa-grande*, por jardineiros e os que se ocupam do pomar. Isto permite que todos os encontros e todas as reuniões, das mais informais ou obras do acaso - como o encontro dos homens no *barracão* para beber uma lapada de cachaça finda a jornada de trabalho - às mais institucionalizadas e ritualizadas - como os ofícios religiosos, passando pelas festas e jogos esportivos - não possam escapar ao olhar vigilante do senhor da *casa-grande* e de todos os habitantes do domínio. A escola e a capela, situadas

³⁵⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A fome tira o juízo: seca e conflitos sociais. **O Grão**. Ano I, nº 04, set/out.-1985. p. 69

em torno da *casa-grande*, contribuem para redobrar o marco simbólico deste micro-espço como o local onde estão concentrados todos os poderes³⁵⁵.

Estudando as relações de poder e de classe nas sociedades britânicas do século XVIII, o historiador inglês Edward P. Thompson observa que, no mundo do trabalho, em que o empregado morava na propriedade do empregador, havia uma relação de dependência. Desse modo, “sem dúvida nenhuma, comer à mesa do empregador, morar no seu celeiro ou acima de sua oficina, era submeter-se à sua supervisão”³⁵⁶.

Ao que parece, o desejo de controle dos senhores de engenho sobre os seus moradores e trabalhadores era tanto, que qualquer encontro que se configurasse como possibilidade de formação de um espaço de troca de informações e saberes podia ser visto como uma formação perigosa que deveria estar sempre em contínua vigilância aos olhos do senhor de engenho e/ou usineiro. Daí o receio que estes tinham das reuniões dos trabalhadores; seja qual fosse o teor delas, sempre representavam perigo para aqueles senhores. E por que o senhor de terras temia tanto essas reuniões?

Geralmente, o engenho tinha, nas suas proximidades, a residência do senhor de engenho que administrava a unidade de fabricação. No entanto, nem sempre os senhores de engenho moravam próximo ao engenho, como foi, de modo geral, o modelo colonial estudado por Gilberto Freyre no Nordeste brasileiro³⁵⁷. Observa o senhor Francisco Nascimento que, na segunda metade do século XX, na região dominada pelo município de Alagoa Grande, geralmente, os senhores de engenho não moravam no campo. Em sua entrevista, quando indagado sobre a habitação desses atores sociais, ele é categórico: “Não! Eles moravam na rua. Eles tinham a casa na propriedade, mais morava[m] na rua. Era!”³⁵⁸.

4.4.1 “Porque eu sou juiz, delegado e dirigente da terra”

Nas últimas décadas do século XIX e primeira do século XX, o Comendador Felinto Rocha “se tornou aqui, [na região do Brejo paraibano], a maior fortuna, o rei do café, do boi e do latifúndio”. De acordo com o historiador Celso Mariz, “cheio de prestígio perante o povo e

³⁵⁵ GARCIA, Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado**, Estratégia de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero/Editora UnB, 1989. p. 43.

³⁵⁶ THOMPSON, Edward. Patrícios e plebeus. In: **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. 3 reimp. Tradução de Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 42.

³⁵⁷ FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 36 ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

³⁵⁸ NASCIMENTO, Francisco. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. Alagoa Grande-PB, 10 jul. 2014.

perante os últimos governos” (...), “o domínio de Felinto Rocha, em Bananeiras, se assinalou por um poder quase absoluto”. Historicizando os principais personagens da elite agrária dos municípios de Bananeiras e Solânea, Celso Mariz observa que aquele latifundiário “...era um homem de caráter, de compostura e de serenidade”. E acrescenta: ele “disse um dia num acesso de irritação, em Moreno³⁵⁹: ‘Eu, aqui, quero, posso e mando’”³⁶⁰.

Ao citar a fala daquele latifundiário, esse historiador paraibano lança a sua análise conclusiva, revelando muito mais a sua própria visão de mundo e de classe: “já hoje a frase soaria obsoleta e acintosa. Mais naquele tempo não deixava de haver uma certa beleza nessa expressão de orgulho, nessa coincidência de força e de autoridade moral”³⁶¹.

O epíteto que dá título a este item se coaduna com as lembranças de um estadista paraibano da região do Brejo, José Américo de Almeida. Em suas memórias, descrevendo o perfil do seu pai, lembra: “meu pai tinha o comando; enfeixava todos os poderes. Como era costume dizer-se, casava e batizava”. E acrescenta: **“Era a polícia, o juiz, o médico, o padre. Mantinha a ordem; o destacamento local não tinha ingresso no feudo. Julgava e sua sentença era inapelável”**³⁶². Assim, como senhor de engenho ele era tudo e representava todas as autoridades locais. A centralização do poder lhe dava o livre arbítrio da sentença final. E, portanto, uma espécie de “Senhor do mundo”³⁶³.

Eis uma reportagem bastante ilustrativa para se pensar essa concentração de poder exercida por grandes proprietários de terras. Trata-se de uma denúncia à imprensa já no início da década de 1980, um trabalhador residente na zona rural do município de Pedras de Fogo, Zona da Mata sul, tornou pública a opressão e humilhação exercida por um senhor de terras:

José Francisco da Silva, 65 anos, disse que, além de ter a sua lavoura destruída, foi espancado por duas vezes, pelo arrendatário Mário Antônio Pereira e seus capangas. “Eles davam em mim e diziam que se eu não fosse embora da terra, vinham me espancar outra vez. Sofri muita pancada na cabeça, derramei sangue e fiquei muito tempo todo dolorido”.

José Galdino de Oliveira, 67 anos, disse que os capatazes permanecem circulando pela propriedade, sobretudo nos “roçados”, fazendo ameaças. Dizem que, “a qualquer momento pode aparecer um camponês morto, sem haver qualquer punição para os

³⁵⁹ Vizinho a cidade de Bananeiras, Moreno era um distrito que conquistou a sua emancipação política em 1953. A criação do município veio com a modificação de seu topônimo, quando passou a se chamar Solânea.

³⁶⁰ Felinto Rocha era filho do grande latifundiário Estêvão Florentino da Rocha, conhecido como “Barão de Araruna”. Cf. MARIZ, Celso. **Cidades e Homens**. Campina Grande: GRAFSET, 1985. (Coleção IV Centenário). p. 47

³⁶¹ *Idem*.

³⁶² ALMEIDA, José Américo de. **Memórias**: antes que me esqueça. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 57-62. Grifo nosso.

³⁶³ Algumas experiências demonstradas empiricamente por pesquisas apresentam experiências da associação entre política e terra, em estados do Nordeste, no século XX. No estado do Rio Grande do Norte, por exemplo, um desses estudos é o de Marcondes Alexandre da Silva. Cf. SILVA, Marcondes Alexandre da. **O homem e o poder: a trajetória de vida e a atuação política do major-coronel Theodorico Bezerra - de Santa Cruz a Tangará/RN (1903-1965)**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2016.

responsáveis. Mais de cinco hectares plantados com arroz, feijão, batata, inhame e macaxeira, foram destruídos. “Eles passaram o trator, arrancando tudo, para plantar cana de açúcar”. (...)

Disseram, ainda, que **Mário Antônio Pereira**, confiante na **posição de prefeito da cidade de Juripiranga**, eleito pelo PDS, vive dizendo que não adianta fazerem queixa à justiça, “**porque eu sou juiz, delegado e dirigente da terra**”³⁶⁴.

Entre a narrativa do memorialista do Brejo e a reportagem acima, denunciando a violência na região litorânea do estado, conta-se quase um século. Tais experiências são evidenciadas mesmo entre municípios distantes (Areia e Juripiranga), na grande área que constitui o parque açucareiro do estado. Elas permitem compreender que, no decorrer de sete décadas, aproximadamente, o poder de mando e uma cultura de dominação não sofreram muitas mudanças³⁶⁵. E essa experiência não se resume ao latifúndio da cana-de-açúcar, mas ocorrem do mesmo modo no cultivo de outras culturas como a do agave nos Cariris Velhos, como demonstra a pesquisadora Mariângela de Vasconcelos Nunes³⁶⁶.

Ao se reportar à experiência que vivenciou no município de Alagoa Grande, enquanto morador de engenho e trabalhador na palha da cana, o entrevistado Francisco Nascimento desabafa: nos dias atuais, ainda “existem treze famílias de gente rica que tem vontade de se mandar como lei de rei”³⁶⁷.

Na região de Mamanguape, por exemplo, o usineiro e homem de carreira política, deputado José Fernandes de Lima³⁶⁸ foi tratado ironicamente pelo juiz aposentado João Stélio

³⁶⁴ Denunciado o conflito por terras em Pedras de Fogo. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 17 ago. 1983, p. 3. Grifo nosso.

³⁶⁵ Experiências como essas que denotam poder de mando e dominação, explicando a expressão “Senhores do mundo”, de modo semelhante, são revelados na obra do escritor paraibano, José Lins do Rêgo. Em *Meus verdes anos*, romance memorialista, o autor descreve a dominação exercida pelo seu avô. “Olhava eu o meu avô como se fosse ele o engenho. A grandeza da terra era a sua grandeza. Fixara-se em mim a certeza de que o mundo inteiro estava ali dentro. Não podia haver nada que não fosse do meu avô. Lá ia o gado para o pastoreador, e era dele; lá saíam os carros-de-boi a gemer pela estrada ao peso das sacas de lã ou dos sacos de açúcar, e tudo era dele; lá estavam as negras da cozinha, os moleques da estrebaria, os trabalhadores do eito, e tudo era dele. O sol nascia, as águas do céu se derramavam na terra, o rio corria, e tudo era dele. Sim, tudo era do meu avô (...) O seu grito estrondava até os confins, os cabras do eito lhe tiravam o chapéu... (...) As terras do [engenho] Corredor espalhavam-se em várzeas e subiam para as caatingas e os tabuleiros”. RÊGO, José Lins do. *Meus verdes anos*. In: _____. **Ficção Completa em dois volumes**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006. Vol. 2. p. 1.182-1.183.

³⁶⁶ NUNES, Mariângela de Vasconcelos. **Entre o Capa Verde e a Redenção**: a cultura do trabalho com o agave nos Cariris Velhos (1937-1966, Paraíba). Tese (Doutorado em História). Brasília: Universidade de Brasília, 2006. p. 38 e 39.

³⁶⁷ NASCIMENTO, Francisco. **Entrevista concedida a...** *Op. cit.*

³⁶⁸ Membro de uma família de latifundiários, o senhor José Fernandes de Lima, um dos fundadores da usina Monte Alegre em 1940, foi prefeito do município de Mamanguape em três (3) mandatos (1940-1947), 31º governador do estado da Paraíba (1960-1961) e exerceu dez (10) mandatos como deputado estadual (1951-1990), além de uma suplência (1991). Enquanto isso, seus dois irmãos João Fernandes de Lima e Manoel Fernandes de Lima também participavam da política. Fazia dobradinha com o seu próprio irmão João Fernandes de Lima que fora eleito deputado federal. Cf. Site do TRE. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/e/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes> Acesso em: 2018 a 2022. Em relação a sua biografia: ALBUQUERQUE, Marcos Cavalcanti de. **Centenário de nascimento do historiador José Fernandes de Lima**. João Pessoa: Gráfica São Mateus, 2013. O filho de João Fernandes de Lima, João Laércio Gagliardi Fernandes, assumiu várias pastas no

Pimentel como “o Grande, o Intocável, o Absoluto, o Poderoso...”³⁶⁹. O fato é que o magistrado fora denunciado como responsável pela morte de um preso quando era juiz da comarca de Jacaraú. Para João Stélio, essa era uma retaliação do deputado José Fernandes de Lima, por aquele ter negado ao prefeito de Jacaraú, Virgílio Ribeiro, e de quem o parlamentar era correligionário, “um atestado falso para recepção de verbas federais e estaduais”. Isso lhe custou a aposentadoria compulsória, provavelmente a pedido do próprio usineiro. Sendo um dos proprietários da usina Monte Alegre, José Fernandes e a família Fernandes de Lima mantinham grande influência e dominação política na microrregião norte/nordeste do estado, dominada pelo município de Mamanguape.

No sul da mesorregião da Zona da Mata, mais precisamente no município de Caaporã e circunvizinhança, deu-se uma experiência que se aproxima das demais. Em fins da década de 1970, a expansão das plantações de cana-de-açúcar invadia e se apropriava das pequenas propriedades. Essa era “o método usado pelos proprietários de terras em Caaporã” e que vinha “revoltando a comunidade local, e até mesmo o clero”. O fato é que, “os donos das usinas estendem arbitrariamente os seus plantios de cana às áreas destinadas pelos agricultores a cultura de auto-subsistência”. E “quando isso é possível, os usineiros chega[va]m até a mandar trancar as águas existentes, empregando todos os meios para deixar as famílias sem condições de adquirir as terras. Se os posseiros procura[va]m a Justiça, tenta[va]m, então, suborná-la”. A situação ainda se tornava mais difícil porque o próprio “advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura”, Sebastião Geriz, não demonstrava qualquer “interesse pelo caso”. De acordo com a reportagem, ele vinha “adiando as audiências”. Além desse comportamento, ele “diz[ia] aos agricultores que ‘a lei cobre mais o rico do que o pobre’”. Os grandes proprietários e plantadores de cana-de-açúcar, por exemplo, reconheciam esse aforismo como uma máxima a seu favor. Um desses proprietários, “o dono da Granja Alvorada, José Alves de Vasconcelos, vulgo Zezinho, ainda humilha[va] os trabalhadores e zomba[va] da

estado como secretário da Controladoria Geral, Secretário do Planejamento, Secretário da Casa Civil, Chefe de Gabinete da Paraíba, presidente da Companhia de Desenvolvimento da Paraíba. Além disso, também foi diretor nacional de Benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

³⁶⁹ Durante os governos militares os funcionários públicos que não agradassem aos governos ditatoriais eram aposentados compulsoriamente. Em fevereiro de 1969 o governador da Paraíba João Agripino encaminhou ao ministro da justiça Luiz Antonio da Gama e Silva a proposta de aposentadoria compulsória de onze nomes de juizes de direito atuando em onze comarcas do estado, solicitada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado Onesipo Aurélio de Novais. O documento alegava que “os referidos magistrados foram considerados incompatíveis com o exercício do cargo, em face de procedimento irregular, apurado em correições, sindicâncias e inquéritos, procedidos pelo Tribunal de Justiça do Estado”. Esse foi o caso do magistrado João Stélio Pimentel, juiz aposentado da Comarca de Coremas no ano de 1969, juntamente com mais dez juizes de comarcas do estado da Paraíba. **Arquivo da Biblioteca Nacional**. Documentos da ditadura. fl. 4 e 128. Disponível em: BR_RJANRIO_TT_0_IRR_PRO_0067_d0001de0001.pdf. Acesso em: 25 novembro de 2020. Cf., também: Aos campinenses e autoridades. **DIÁRIO DA BORBOREMA**. Campina Grande, 02 mar. 1969, p. 3.

Justiça: ‘Não há justiça que me faça pagar. Tenho dinheiro para comprar dez juízes quanto mais um’³⁷⁰.

Para as classes dominantes, era necessário e importante manter o sistema de hierarquias funcionando, de modo que os supostos dominados mantivessem a crença da existência de uma ordem e, portanto, na necessidade de obediência. No entanto, não era essa a crença adotada por uma maioria. De modo geral, os/as trabalhadores/as viviam em um campo de ameaças constante que os/as obrigava a manter total discrição de sua insatisfação em relação às convenções estabelecidas dentro de uma relação de dominação e subordinação³⁷¹. Assim, muitas vezes, essa insatisfação se apresentava por meio de uma ironia, compreendendo, por exemplo, “que empregado é quando manda na pessoa e morador tem que fazer o que ele manda”³⁷².

Essa leitura realizada pelos grupos subalternos era uma forma de se distanciarem de uma política de enfrentamento, o que lhes podia sobrar como retaliação. Portanto, “se o ambiente político fosse muito ameaçador e arbitrário” preferiam agir de modo que as suas práticas de resistência não fossem conhecidas pelos patrões e tivessem certo “grau de disfarce”. Além disso, buscavam dar “um significado político” às suas ações e aos seus enunciados³⁷³.

Não era fácil definir o limite do poder de mando dos patrões. A relação entre senhores de terra, política e polícia era bastante estreita. Por essa razão, não é difícil encontrar algum trabalhador que tenha vivido esse tipo de violência praticado pelo seu patrão. Em denúncia à imprensa da capital do estado, um trabalhador rural do município de Gurinhém narrou a violência sofrida a mando do proprietário de terras onde ele trabalhava. De acordo com a reportagem, esse trabalhador confessou: “‘o proprietário rural Arlindo Alves manda[va] na Polícia de Gurinhém’ por ser um homem rico, poderoso, desumano e ganancioso”. Por sua ordem, os policiais “lhe aplicaram vinte e quatro ‘bolos’ nos pés e nas mãos, com uma palmatória que pesava nada menos de dois quilos”. Mas as práticas de violência não acabaram aí: “a seguir foi totalmente despido e atirado em um outro cubículo, com o corpo cheio de hematomas. ‘Antes de ser libertado – ajuntou o agricultor – fui surrado novamente pelos meus algozes’³⁷⁴.

Para muitos, essas práticas de violência exercidas de maneira arbitrária e sem limites, a mando de senhores de terra e de política, não tinham punição. Além disso, “no caso em que

³⁷⁰ Posseiros exigem direitos usurpados pelos usineiros. **O NORTE**. João Pessoa, 28 dez. 1978, Nº 698, p. 3.

³⁷¹ SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa: letra Livre, 2013.

³⁷² Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo Nº. 55/74**, p. 28.

³⁷³ SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos..... *Op. cit.* p. 198-199 e 200.

³⁷⁴ Suplicado pela Polícia por ordem de proprietário rural. **O NORTE**. João Pessoa, 10 mai. 1975, Ano 67, Nº 106, p. 8.

tivesse o atrevimento de levar o fato ao conhecimento das autoridades superiores”, tornava-se mais uma vítima dessa arbitrariedade. Desse modo, a grande maioria das vítimas preferia manter-se em silêncio, temendo represália. E isso foi o que aconteceu no município de Alhandra ao “agricultor José Francisco”, durante as eleições de 1970, quando recorreu à Secretaria de Segurança Pública, uma vez que estava “sendo ameaçado de morte pelos seus algozes” ³⁷⁵. Durante o período, era prefeito o senhor José Macêdo Viana, filiado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Em denúncia feita à imprensa, assegura que,

No dia das eleições de 15 de novembro do corrente, se encontrava com alguns companheiros elogiando os candidatos do MDB, ao Senado Federal, quando foi surpreendido pelo comissário de polícia local, que aos gritos exclamou: “Você sabe que o eleitor que não reza pela cartilha de nosso prefeito entra logo no pau”. José Francisco, fazendo valer a sua condição de eleitor livre e consciente, respondeu ao arbitrário policial, que a sua posição naquele município consistia apenas em garantir a ordem pública e, não a de insultar os cidadãos. Isso foi o bastante para o comissário ordenar que dois cabras munidos de um chicote investissem furiosamente contra o indefeso eleitor, passando a chicoteá-lo até prostrá-lo ao chão com o corpo sangrando abundantemente.

Depois de chicoteado, foi José Francisco prêso e atirado numa enxovia do Comissariado de Alhandra, ficando ali durante vinte e quatro horas em promiscuidade com os ratos e morcegos. Ao ser pôsto em liberdade, a vítima foi ameaçada de morte pelos seus algozes, no caso em que tivesse o atrevimento de levar o fato ao conhecimento das autoridades superiores ³⁷⁶.

Esse exemplo evidencia uma prática cultural naturalizada nas regiões interioranas: o uso privado do público, ou seja, a ação de um órgão exclusivo da classe dominante para a defesa de seus interesses. Além disso, é importante ressaltar que, no contexto de governos autoritários, o aparelho repressor do Estado agia sempre com truculência. Geralmente, nessas circunstâncias, a polícia adotava estratégias que empregavam a força para causar o medo e a dor, com o propósito de arrancar da vítima uma confissão. Essa prática foi muito usada pelos inquisidores na Europa Medieval e no Brasil Colônia.

Em sua pesquisa sobre a “judicialização da questão agrária”, Luanna Louyse Martins Rodrigues questiona: “o poder político-econômico dos grandes proprietários de terra é capaz de protegê-los do alcance da Justiça?”. Na busca de responder a esse questionamento, a autora se debruça sobre o processo criminal de Margarida Maria Alves, processo que se arrastou por 18 anos, até levar o genro do usineiro Agnaldo Velloso Borges, Zito Buarque, a um júri popular. Nesse sentido, os autos apontam, literalmente, para a forte influência dos capitais econômico, político e social, que atrasaram e permitiram que a justiça não fosse feita. E, em sua tese, ela

³⁷⁵ Eleitor chicoteado e prêso no dia das eleições: Alhandra. **O NORTE**. João Pessoa, 22 nov. 1970, Ano 70, Nº 4.952, p. 4.

³⁷⁶ *Idem*.

conclui que, “naquele momento, Agnaldo era o soberano que ninguém alcançou”³⁷⁷.

4.4.2 O Grupo da Várzea

A historiografia paraibana apresenta algumas pesquisas com análises sobre o denominado Grupo da Várzea. Estudando a oligarquia “de base familiar” de fins do século XIX e primeira metade do século XX, Linda Lewin define que “a expressão ‘Grupo da Várzea’ refere-se ao bloco agroindustrial dos Ribeiro Coutinho, Veloso Borges, Lundgren e Gadelha”, além de outras famílias latifundiárias “cujas empresas agrárias incluem a produção de outras mercadorias além do açúcar”³⁷⁸.

Para o historiador César A. C. Benvides, que compreende essa formação como um “fenômeno político”, esse grupo “resultou do modo de produção implantado pela agroindústria canavieira, ocupando os melhores estoques de terras férteis do Nordeste brasileiro conhecidas desde os holandeses que lutaram com afinco pelo domínio do território”³⁷⁹. Ainda em seu estudo, observa que, “nas ditaduras, esses grupos alcançavam seus objetivos com facilidade”. No entanto, “em presença de liberdades democráticas, a pressão exercia-se através de representantes do povo, elegendo prefeitos, vereadores, deputados estaduais, deputados federais e até governadores”³⁸⁰. De acordo com a sua pesquisa,

O esquema de dominação política do Grupo da Várzea era simples: com a aproximação das eleições as feiras dos camponeses eram realizadas obrigatoriamente nas usinas da família. Evitava-se assim o contato do campesinato com a vida urbana e excluía-se a possibilidade, ainda que remota, do camponês vislumbrar outra candidatura alternativa. No dia das eleições os camponeses eram revistados pelos vigias eleitorais dos latifundiários e administradores das usinas. O ato de votar era rigorosamente precedido pelo almoço na propriedade a fim de eliminar o pretexto das refeições na cidade e a possibilidade de troca de chapas. O transporte era feito em caminhões dos coronéis. Cada veículo comportava 40 eleitores e 4 fiscais na proporção de 10 eleitores para um fiscal. Assim, os camponeses eram levados até a entrada das seções eleitorais e só podiam ser liberados depois do voto de cabresto³⁸¹.

Para alguns observadores, esse grupo se aproximava do que seria uma espécie de facção. De acordo com a imprensa paraibana, “o ‘Grupo da Várzea’, (...), não se caracteriza[va] pela sua delimitação geográfica”. Na verdade, ele “se corporifica[va] pela

³⁷⁷ RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. **Terra que Brota Margaridas e encerra vidas**: judicialização da questão agrária e violência no campo paraibano. Tese (doutorado em Geografia). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2018. p. 232 e 362.

³⁷⁸ LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**:... *Op. cit.* p. 371.

³⁷⁹ BENEVIDES, César Augusto Carneiro. **Camponeses em marcha**: ... *Op. cit.* p. 18-19.

³⁸⁰ *Idem.* p. 23.

³⁸¹ *Idem.* p. 24.

sua configuração ideológica, pela afinidade de pensamento de determinados políticos paraibanos em face de nossa realidade sócio-econômica”³⁸².

Ainda assim, alguns representantes políticos apontados como membros desse grupo negavam o seu pertencimento a ele. Esse foi o caso do “novel deputado Afrânio Bezerra, [que] fez o seu ‘debut’ na imprensa, depois de eleito, protestando contra aqueles que o incluíam como pertencente ao chamado ‘Grupo da Várzea’”. Reação semelhante foi a do deputado federal Joacil de Brito Pereira ao refutar a sua inclusão como membro daquela consorciação. Contudo, muitos “observadores da política estadual” não conseguiam compreender “porque esse medo [e] pânico de alguns políticos em pertencerem ao ‘Grupo da Várzea’, negando inclusive a sua existência, como se [se] tratasse de uma entidade diabólica ou subversiva”. E o aspecto mais intrigante é que faziam “parte do Grupo da Várzea, quer qu[issem], quer não, aqueles que pensam igual ao patriarca Aguiinaldo Veloso Borges, no que diz respeito às soluções para o problema social nordestino, principalmente no meio rural”³⁸³.

Foi, exatamente, a partir dessa perspectiva que “o povo assim batizou esse bloco formado por quatro, cinco ou seis deputados pelo fato de todos se afinarem ideologicamente e perseguirem objetivos comuns”³⁸⁴. Desse modo, “foi exatamente por serem representados na própria administração do Estado que foram adquirindo nos meios de imprensa a denominação de Grupo da Várzea”³⁸⁵.

Esse grupo, constituído, basicamente, por proprietários de terra, tinha, “sem dúvida, um embasamento ideológico centro-direitista”³⁸⁶ que norteava a perspectiva de seus membros e que encontrava na unidade e coesão a força de enfrentar quaisquer demandas e/ou reações políticas manifestadas pela classe trabalhadora do campo. Assim, os proprietários de terra se organizaram com o objetivo de fortalecer a sua corporação e pleitear forças na política para derrubar projetos que viabilizavam melhores condições de vida e de trabalho aos trabalhadores rurais sem-terras.

Foi isso o que se fez em 1986, quando se protagonizou a chamada e propalada Reforma Agrária, anunciada desde 1983. Naquele ano, foi criada a União Democrática Ruralista – UDR, exatamente com o propósito de unir forças e comandar a política nas

³⁸² “Grupo da Várzea” existe e tem fundamento ideológico. **O NORTE**. João Pessoa, 31 Dez. 1978. Ano 70, Nº 701, p. 4.

³⁸³ *Idem*.

³⁸⁴ *Idem*.

³⁸⁵ BENEVIDES, César Augusto Carneiro. **Camponeses em marcha: ... Op. cit.** p. 24.

³⁸⁶ “Grupo da Várzea” existe e tem fundamento ideológico. **O NORTE**. João Pessoa, 31 Dez. 1978. Ano 70, Nº 701, p. 4.

eleições do mês de novembro daquele mesmo ano, elegendo deputados federais e estaduais que pudessem defender os interesses da classe³⁸⁷. Entidades sindicais que representavam os trabalhadores rurais lançaram críticas no sentido de “desmascarar” a UDR. Essas críticas asseguravam que “os que fundaram a UDR na Paraíba são os mesmos que mataram [João] Pedro Teixeira, Margarida Maria Alves, que são contrários à reforma agrária e vivem de perseguir camponeses”³⁸⁸.

É importante lembrar que, em fins da década de 1950, a formação das Ligas Camponesas e suas mobilizações, exigindo reforma agrária e melhores condições de vida e de trabalho, provocaram uma forte reação por parte dos grupos conservadores. Temendo perder poder e privilégios, a classe agrária canavieira da Paraíba criou, em 1962, a Associação dos Proprietários da Paraíba (APRA), que ficou conhecida como LILA, famosa Liga dos Latifundiários. Com isso, essa “nova entidade assumiu feição paramilitar, quando da reativação de milícias privadas pelos proprietários e contratação de inferiores da Polícia Militar para proscrição dos líderes camponeses”³⁸⁹.

Desse modo, os proprietários ganharam força e colaboraram, até mesmo, no golpe civil-militar de 1964. De acordo com a historiadora Monique Cittadino, o fortalecimento dessa agremiação permitiu aos senhores de terra se prepararem para uma eventual invasão por parte dos trabalhadores rurais:

...Os proprietários rurais a esta altura já estavam armados. Todos eles tinham munições, todos eles tinham metralhadoras em suas propriedades. Os proprietários rurais estavam organizados e já tinham um plano de atuação diante de qualquer emergência que surgisse (...). Os latifundiários já tinham um plano inclusive para assaltar o Palácio do Governo se fosse o caso. (...) Caso houvesse uma luta armada com os camponeses e Pedro Gondim ficasse ao lado dos camponeses. Eles estavam preparados para essa eventualidade³⁹⁰.

Alegando uma possível invasão, os proprietários de terra endureceram, ainda mais, as suas relações com os trabalhadores rurais, de modo que a violência se estabeleceu mais intensamente. No entanto,

Nas propriedades, engenhos e na usina de Agnaldo [Veloso Borges] não houve invasão alguma, a despeito das ameaças. Ele se preparou para a defesa de tal modo, que seria uma temeridade tentar invadir seus domínios. Outro que se preveniu para uma reação em regra foi Henrique Vieira de Albuquerque e

³⁸⁷ Fazendeiros e Políticos criam UDR. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 12 ago. 1986. p. 7

³⁸⁸ Sindicalistas pedem ação do governo contra UDR. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 13 ago. 1986, p. 6.

³⁸⁹ MELLO, José Octávio de Arruda. Do populismo radical ao desenlace na Paraíba. In: GUEDES, Nonato et all (Orgs.). **O jogo da verdade: Revolução de 64 - 30 anos depois**. João Pessoa: A UNIÃO, 1994. p. 105.

³⁹⁰ CITTADINO, Monique. O golpe de 1964 e a instalação da repressão na Paraíba. **Observanordeste**, 2004. p. 03. Disponível em: https://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/observa_paraiba_001.pdf. Acesso em: 07 de junho de 2021.

Melo, do Engenho Outeiro. Dele se dizia: -'Quem entrar nas terras de Henrique não sai vivo'. Aliás, ambos passaram a dar cobertura a proprietários, vizinhos envolvidos com o mesmo problema. E aliciaram muitos elementos nos sítios, engenhos e fazendas. A arregimentação se fez em grande escala³⁹¹.

De início, ao que parece, a intenção era justificar as violências praticadas pelos senhores de terra contra os/as trabalhadores/as rurais. Enquanto isso, as representações dessa classe se articulavam em diferentes setores do estado, com a determinação de garantir uma legitimação de suas ações. Em entrevista, Joacil de Brito Pereira lembra que

... alguns deputados estaduais e alguns deputados federais, alguns líderes dos proprietários, das classes produtoras, da indústria, do comércio, mantinham um contato permanente com o Cel. Ednardo d'Ávilla Melo, depois general, que foi uma espécie de chefe militar da Revolução na Paraíba. (...) E nós tínhamos esses contatos, ele nos informava permanentemente, não a todos, mas a alguns. Ele mantinha muito contato comigo, com Agnaldo Veloso Borges, e nós, de qualquer forma, representávamos, naquela hora de luta, o esquema civil. Digamos que fôssemos assim uma espécie de chefes sem designação, mas lideranças da área civil na revolução, ao lado da área militar que era chefiada, liderada pelo Cel. Ednardo d'Ávilla Melo³⁹².

Ao revelar as articulações realizadas pela classe dominante, o político descortina, mesmo que brevemente, o capital social exercido por seus membros. O domínio político se realizava por meio de uma complexa rede de relações, ocupando diferentes setores da máquina estatal e impondo os interesses das elites políticas, em detrimento dos da sociedade. Desse modo, “o Grupo da Várzea mantinha a dominação... na medida em que legitimava o poder político do Estado através...”³⁹³ de formas eleitoreiras operadas por meio de elementos característicos do mandonismo e do clientelismo³⁹⁴. “A reprodução dessa estrutura de dominação não existiria sem a aliança com o governo do Estado...”. E esse *modus operandi* facilitou ainda mais, na Paraíba, a execução do golpe de 1964³⁹⁵.

Com o golpe civil-militar de 1964, a violência na zona canavieira foi absolutizada, intensificando-se, ainda mais, a exploração do trabalho, a expulsão de moradores, as ameaças e os assassinatos de líderes sindicais e trabalhadores. Em entrevista à historiadora Monique

³⁹¹ PEREIRA, Joacil de Brito. "A Revolução na Paraíba" - A Vida e o Tempo - Memórias. In: **O NORTE**, João Pessoa, 26 de set. 1993, fl.2

³⁹² PEREIRA, Joacil de Brito. Entrevista à Monique Citadino. s/l, 05 de janeiro de 1995. *Apud* CITTADINO, Monique. O golpe de 1964 e a instalação da repressão na Paraíba. **Observanordeste**, 2004, p. 01-02. Disponível em: https://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/observa_paraiba_001.pdf. Acesso em: 07 de junho de 2021.

³⁹³ BENEVIDES, César Augusto Carneiro. **Camponeses em marcha**: ... *Op. cit.* p. 31.

³⁹⁴ Aqui, quando a retórica argumentativa falhava, fazia-se uso da ameaça e da força. Em relação aos conceitos de mandonismo e clientelismo, Cf. CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997.

³⁹⁵ BENEVIDES, César Augusto Carneiro. **Camponeses em marcha**: ... *Op. cit.* p. 31.

Cittadino, Hélio Zenaide assegura que latifundiários pertencentes ao Grupo da Várzea empreenderam esforços no sentido de apreender as carteiras de trabalho de homens e mulheres do campo. De acordo com esse entrevistado, mesmo antes de março de 1964, já havia uma preparação para qualquer reação ao golpe, conforme se depreende do testemunho a seguir:

Os donos da Várzea caíram em cima de todos os trabalhadores rurais que eram filiados às Ligas Camponesas. Foi uma verdadeira caça às bruxas. O pessoal do doutor Agnaldo Veloso Borges saía em caravana a cavalo, de casa em casa. Invadindo cada casa. Tomando a carteira profissional do Ministério do Trabalho. Deixavam os pobres sem carteira. Eles juntaram montanhas de carteiras do Ministério do Trabalho para tocar fogo³⁹⁶.

Além do proprietário da usina Tanques, outros senhores de terra participaram dessa ação. O proprietário do engenho Corredor, no município de Alagoa Grande, por exemplo, teria sido “um dos executores dessa missão”³⁹⁷.

O denominado “Grupo da Várzea” passou a exercer uma forte pressão sobre as famílias que laboravam na palha da cana por meio de perseguições e todas as formas de violência. Em reportagem à imprensa, é evidenciada a existência de uma facção exercida por uma milícia privada mantida por latifundiários e que foi denominada de “Sindicato da Morte”³⁹⁸. A principal função desse organismo clandestino era manter o terror nas áreas das plantações de cana, “com a conivência e apoio concreto das autoridades governamentais”³⁹⁹.

Ainda na década de 1980, esse grupo mantinha forte controle sobre as várzeas onde se estendiam os seus latifúndios, e “o mar verde da cana” alcançava os tabuleiros, áreas consideradas, anteriormente, terras impróprias para o cultivo dessa cultura. Ainda nesse sentido, constata-se que o Grupo da Várzea mantinha política e “economicamente domínios nos municípios de Santa Rita, Mogeiro, Pilar, Sapé, Ingá e Alagoa Grande” que eram comandados pelas famílias latifundiárias dos Ribeiro Coutinho e Velloso Borges⁴⁰⁰.

Nos primeiros momentos de investigação do assassinato da sindicalista Margarida Maria Alves, por exemplo, a polícia e a justiça sofreram muitas obstruções. Tais práticas já eram observadas em investigações de outros crimes contra homens e mulheres que laboravam na palha da cana, em áreas da zona canavieira da Paraíba. Para as lideranças sindicais do estado,

³⁹⁶ ZENAIDE, Hélio. Entrevista concedida a Monique Cittadino. s/l, 23 de maio de 1994. *apud* CITTADINO, Monique. Movimentos populares, esquerdas e ditadura militar na Paraíba (1960-1968). In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon; AIRES, José L. Q.; SILVA, Vânia C. (Orgs.). **Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2016, p. 63

³⁹⁷ *Idem*.

³⁹⁸ PONTES, Antônio Barroso. Pistoleiros. **O NORTE**. João Pessoa, 10 abr. 1962, p. 4.

³⁹⁹ BENEVIDES, César Augusto Carneiro. **Camponeses em marcha: ... Op. cit.** p. 31.

⁴⁰⁰ DUARTE, Emmy Lyra. **Movimento de Mulheres trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB): movimento social, trabalho e relações de gênero**. Dissertação. (Mestrado em Geografia). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2014. p. 27.

tudo isso advinha porque “o Brejo paraibano é[ra] dominado politicamente por” esse grupo. Além disso, o Grupo da Várzea era considerado “o mais reacionário, do ponto de vista político da Paraíba”⁴⁰¹.

4.5 “CAMPOS DE VIOLÊNCIA”⁴⁰²: FORMAS ESTRANHAS DE DOMINAÇÃO?

Em fins dos anos de 1990, a pesquisadora Maria do Socorro Rangel descreveu as dificuldades por ela encontradas para realizar a sua pesquisa sobre as experiências das Ligas Camponesas na Paraíba, em sua dissertação *Medo da morte; Esperança de vida: a história das Ligas Camponesas na Paraíba*. A tentativa de encontrar informantes e fazê-los lembrar a experiência daqueles eventos fora decepcionante para a pesquisadora.

Conta ela que seus “informantes não conseguiam falar porque todo o corpo tremia”. Décadas depois de uma dolorosa experiência que viveram na palha da cana, homens e mulheres do campo preferiam permanecer em silêncio; e as regiões dominadas pelos canaviais sentiam ainda, profundamente, as dores e as tensões da exploração e da violência experienciadas por muitos corpos que serviram ao capital. Esses entrevistados encontravam todas as formas para justificar a impossibilidade da entrevista: uns afirmavam estarem doentes, outros “marcavam a entrevista e sumiam misteriosamente. Outros me pediram dinheiro para o caso de precisar fugir depois da entrevista”. E ainda, “a maioria, simplesmente, se recusava a tocar no assunto”⁴⁰³.

Esse espaço de tensões vivenciadas por muitos homens e mulheres, adolescentes e crianças se aproxima, em alguns aspectos, das experiências vividas em um campo de concentração⁴⁰⁴. Esse medo “explicitava nas caras, nos gestos, nas atitudes e nas falas de recusa, a densidade de uma experiência permanentemente renovada numa relação tensa e vigilante entre” dois grupos sociais, trabalhadores/as rurais e senhores de terra.

⁴⁰¹ CENTRU. Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. **Informativo sobre o assassinato de Margarida Maria Alves**. Recife/João Pessoa: 15 ago. 1983, Nº 1, p. 2. STR de Alagoa Grande. Alagoa Grande.

⁴⁰² Trecho tomado emprestado de Silvia Lara. Cf.: LARA, Silvia Hunold. **Campos de Violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁴⁰³ RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da morte; Esperança de vida**: a história das Ligas Camponesas na Paraíba. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000. p. II.

⁴⁰⁴ É importante observar que grande parte das famílias que laboravam na palha da cana e/ou em outra atividade rural, geralmente, viviam sob vigilância do patronato. Além das condições miseráveis de vida e de trabalho, encontravam-se sob constantes ameaças de perder o trabalho, serem expulsos de sua casa, sofrerem danos físicos e morais etc., o que gerava uma verdadeira instabilidade e insegurança. Se levarmos em consideração a arquitetura da *plantation* açucareira na sua forma labiríntica, a função dos espaços, podemos compreender que aí havia um quase confinamento de grande parte da população que laborava na palha da cana. FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. Tese. (Doutorado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

Evidentemente, que o desejo desses agentes históricos de expressar toda essa dor era grande, mas o medo era ainda maior. É o que revela a seguinte fala: “*ai fiquei desorientado num tinha com quem conversar, e eu ali embutido, assombrado*”. Desse modo, “impedidos de partilharem as lembranças, a memória das Ligas para os Camponeses era dolorosamente solitária”⁴⁰⁵. Não obstante, em seu profundo desejo de não esquecer, há uma furtiva esperança de fazer ascender uma história.

A luta política pelo reconhecimento de direitos trabalhistas e, em especial, a chamada Lei do sítio passou a ser uma pauta de cobrança de vários STRs na zona canavieira paraibana. E essas entidades passaram a ser vistas como perturbadoras nas relações trabalhistas, uma vez que representavam união de classe dos trabalhadores rurais; isso era uma ameaça constante à estabilidade e prática de exploração dos senhores de terra. No entanto, é importante frisar que a violência patronal, no campo brasileiro, foi permanente desde o período de colonização. As plantações de cana-de-açúcar (como outros produtos cacau, café, chá etc.) eram grandes empreendimentos fomentados no processo de construção de um mercado global.

Nesse contexto, a sacarose era “um produto cuja expectativa de procura estava visivelmente destinada a crescer”. Sidney W. Mintz lembra, a esse respeito, que, nos espaços dominados pelo cultivo da cana-de-açúcar, “a importância da coerção na exploração da mão-de-obra da plantação, decorre de que as plantações, e talvez em particular as plantações de cana-de-açúcar, operariam com o uso da coação e ameaça constante de violência”. Mas, como afirma esse antropólogo estadunidense, na verdade, “a história da plantação é uma história de repetidas rebeliões, levantes e conspirações. Embora a vida cotidiana de seus habitantes continuasse, como devia, a ameaça de violência súbita nunca estava completamente ausente”⁴⁰⁶.

4.5.1 A expulsão dos moradores

Na Paraíba, em fins da década de 1950, a modernização das usinas exigiu, conseqüentemente, o aumento considerável de matéria prima. Para atender à demanda, foi necessário aumentar as áreas de plantações de cana-de-açúcar. Como já foi visto no capítulo III, as terras antes consideradas impróprias para o cultivo da cana-de-açúcar passaram a ser utilizadas. De modo igual, as áreas destinadas ao desenvolvimento da agricultura alimentar dos

⁴⁰⁵ RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da morte; Esperança de vida:** a história das Ligas Camponesas na Paraíba. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000. p. II

⁴⁰⁶ MINTZ, Sidney W. Produção tropical e consumo de massas: um comentário histórico. In: **O poder amargo do açúcar:** produtores escravizados, consumidores proletarizados. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2003. p. 43 e 44.

moradores e por esses cultivadas foram, literalmente, engolidas pelo “mar de cana” e, até mesmo, em muitos casos, as residências dos moradores foram devoradas. Com a implantação do programa PROÁLCOOL, em meados da década de 1970, essa expansão se intensificou, e a expulsão e violência alcançou um nível exacerbado.

Nessas circunstâncias, as páginas dos jornais já dramatizavam uma realidade muito comum desde 1964, a saber:

Camponeses moradores eram expulsos das terras, as casas de palhas queimadas e as pequenas lavouras de subsistência confiscadas sem a menor indenização. Os programas geralmente se realizavam à noite, quando famílias inteiras eram despertadas pelas tochas incendiárias sem o menor aviso prévio. E lá se iam, pelas madrugadas, em demanda do horizonte, o pequeno rebanho apavorado. Eram mulheres e crianças que gemiam e que choravam, deixando para trás o tugúrio em chamas⁴⁰⁷.

Desse modo, os moradores, meeiros, posseiros etc. foram sendo expulsos das terras, dos engenhos e/ou das fazendas onde cultivavam os seus roçados. Na visão dos proprietários de terra, aqueles personagens tornaram-se como que intrusos. Ao entrevistar um agricultor sobre uma casa fechada, o antropólogo Afrânio Garcia Júnior o indagou: “Por que então não queria mais *morador*? A resposta do proprietário traduziu, naquele momento, o que o morador representava para aquela classe agrária: “*Morador* é um santo para entrar (na propriedade) e um satanás para sair”⁴⁰⁸.

Na zona canavieira da região Nordeste, são inúmeros os casos registrados de expulsão de moradores de engenhos, fazendas e usinas, como se evidenciam nas pesquisas⁴⁰⁹. Na zona açucareira do estado da Paraíba, essas experiências são múltiplas e comuns, denunciadas repetidas vezes nas páginas da imprensa e em processos trabalhistas.

Nem sempre a prática de expulsão se realizava de forma direta. Era comum serem utilizados outros expedientes para atingir o mesmo fim. Outras estratégias também eram utilizadas pelos proprietários de terra no sentido de “fazer os agricultores deixarem as terras,

⁴⁰⁷ A UNIÃO. João Pessoa. 27 mar. 1964. p. 5.

⁴⁰⁸ GARCIA JR. Afrânio Garcia. **O Sul**: caminho do roçado. *Op. cit.* p. 157.

⁴⁰⁹ No caso de Pernambuco, Cf.: DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012. p. 61 e 69. Entre os vários estudos que revelam experiências semelhantes no estado de Alagoas, Cf.: HEREDIA, Beatriz Alasia de. **Formas de dominação e espaço social**: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MCT/CNPq, 1988; ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Casa, Cana e Poder**. Maceió: EDUFAL, 2009; VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos. **Trabalhadores nos canaviais de Alagoas**: um estudo sobre as condições de trabalho e resistência. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Carlos-SP: Universidade Federal de São Carlos, 2012; FREITAS, Geovani Jacó de. **Ecos da violência**: narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. Em relação às formas de violência no estado da Bahia, Cf.: D’ICARAHY, Leonardo Dantas. **O Sonho da terra**: trabalhadores rurais e o surgimento do MST na Bahia (1975-1989). Dissertação (Mestrado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2018.

mesmo sem serem expulsos” de forma “infalível”, o que, para os proprietários, funcionava muito bem. No Brejo paraibano, procedia-se ao seguinte estratagema: “ceder uma área e, quando os agricultores a prepara[va]m para o plantio, então os proprietários invad[ia]m a terra e planta[va]m capim para a alimentação do gado”⁴¹⁰.

Uma segunda forma encontrada pelos proprietários rurais era vender as suas propriedades ou mesmo arrendá-las a um grande latifundiário. Com o surgimento e a implantação do Proálcool, a demanda por terras para o cultivo da cana-de-açúcar cresceu vertiginosamente. Na zona canavieira da Paraíba, alguns usineiros adquiriram e/ou arrendaram longas faixas de terras onde eram exploradas culturas variadas (milho, feijão, mandioca, inhame, batata e frutas diversas) destinadas, exclusivamente, ao cultivo da cana-de-açúcar.

Na década de 1980, as denúncias sobre a violência no campo se tornaram mais comuns nas páginas de alguns jornais. A destruição de sítios e expulsão de homens e mulheres de suas casas nas áreas dominadas, principalmente, pela exploração da cana-de-açúcar se tornaram habituais, não sendo raro a presença de militares à frente dessas ações.

Em Alagoa Grande, as terras do engenho Capivara de propriedade do Sr. José Fernandes de Brito foram adquiridas, em início de 1983, pela Usina Tanques S/A, de propriedade de Agnaldo Velloso Borges. O usineiro tentou expulsar os posseiros com o intento de usar as terras para a expansão de seus canaviais. Não conseguindo de forma direta, adotou uma estratégia prática que funcionou muito bem ao longo daqueles últimos vinte anos: a destruição, com o uso de máquinas pesadas de propriedade daquela usina, das plantações de mandioca, frutas e cana-de-açúcar dos moradores naquelas terras⁴¹¹.

Naquele mesmo ano, a proprietária das terras do engenho do Meio, a senhora Maria Benevides Maroja de Castro, arrendou sua propriedade, por sete anos, ao administrador da usina Tanques, José Buarque de Gusmão Neto. Tratava-se de uma área de 150 hectares. Até o ano de 1983, habitavam aquelas terras 82 famílias. Dois anos após a data de arrendamento da propriedade, permaneciam na área apenas 35 famílias, “totalizando cerca de 150 pessoas. As outras famílias abandonaram a propriedade”. Todas essas famílias moravam ali sob “o regime de ‘condição’ ou ‘cambão’, dando [semanalmente] um dia de trabalho ao proprietário como forma de pagamento pelo uso da terra, sem perceber qualquer remuneração”. No entanto, ainda

⁴¹⁰ Famílias são expulsas de terras no interior. **O NORTE**. João Pessoa, 04 ago. 1978, Seg. Cad., p. 08.

⁴¹¹ MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão**. v. 2.....*Op. cit.* p. 422 -423.

no ano de 1983, “com o arrendamento da propriedade, passaram a trabalhar como moradores-diaristas”⁴¹².

Apesar dessa mudança de regime, os moradores “continuavam a dar um dia de trabalho gratuito ao patrão”, semanalmente. Cada família explorava uma pequena gleba que não ultrapassava a área de um hectare, cultivando milho, feijão, bata-doce, mandioca, além de árvores frutíferas. Com o novo proprietário os moradores tiveram “seu espaço agricultável reduzido para dar lugar à cana”. Além disso, também “foram impedidos de efetuar o plantio de qualquer tipo de fruteira”. Evidentemente que, em todas essas ações, se encontrava implícito o propósito de expulsar os moradores. Ao reagirem contra a redução de suas áreas e a tal proibição, “no mês de julho do ano de 1983, por exemplo, 07 deles tiveram suas plantações destruídas por tratores da Usina Tanques, a mando do arrendatário. Nesse mesmo período, o trabalhador Carlos Fernandes Ribeiro foi ameaçado de morte”. Sentindo-se incomodado com a luta de resistência dos moradores, através do STR de Alagoa Grande, no ano de 1985, o usineiro enviou alguns de seus “capangas”, que “destruíram as plantações de banana de 08 famílias”⁴¹³.

Exemplo semelhante ocorreu na Fazenda Sapucaia, no município de Bananeiras. Tratava-se de uma área de 1.654,0 hectares, aproximadamente, de propriedade do senhor Domício Gondim e onde habitavam 60 famílias “na condição de arrendatários e moradores de condição”. Após a morte do antigo proprietário, os seus herdeiros venderam as terras ao deputado federal Álvaro Gaudêncio Filho no ano de 1980. No período de 1980 a 1985, a propriedade foi desmembrada, e uma área de 449,6 hectares foi vendida ao senhor Cassiano Ribeiro Coutinho Filho, recebendo o nome de “Fazendas Reunidas Sapucaia”, destinada à pecuária. A segunda parte que compreendia 1.204,7 hectares, passou a ser denominada “*Empresa Sapucaia Agroindustrial Ltda.*”. Cresceram, então, “o clima de violência imposto pelos proprietários visando pôr fim à luta dos camponeses para permanecer na terra e a concretizar o processo de expulsão deles”⁴¹⁴.

Diante de tudo isso, os moradores se mobilizaram, oferecendo resistência, organizando mutirões “para a ampliação das áreas cultivadas”. Seguidamente a essas ações, ocorreram ameaças e “ações de despejo”. Desse modo, em um “desses mutirões”, ocorrido no mês de abril de 1985, os trabalhadores foram ameaçados por policiais militares que lhes cercaram “de arma

⁴¹² Cf. MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão**. Op. cit. v. 2. p. 425-427. Cf. também em reportagem: Sindicato denuncia violência em fazenda de Alagoa Grande. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 02 ago. 1985, nº 210, p. 10.

⁴¹³ *Idem*.

⁴¹⁴ MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão**. Op. cit. v. 2. p. 546-548.

em punho”. Apesar de recorrerem ao STR de Alagoa Grande e à Fetag, que denunciaram a situação aos órgãos competentes, as práticas de violência continuaram⁴¹⁵. Desse modo,

Em 26 de novembro de 1985, mais uma vez, durante um plantio em mutirão, um dos proprietários chegou à fazenda acompanhado de 10 policiais, ameaçando os agricultores, que foram obrigados a paralisar suas atividades sob a mira das armas. Segundo a Fetag, eram então proprietários do imóvel os Srs. Ermírio Leite e Aldino Gaudêncio⁴¹⁶.

Uma segunda reportagem confirma como as formas de repressão no campo se configuravam como práticas abusivas, mecanismos exclusivos da elite agrária. Nesse mesmo ano, uma situação semelhante aconteceu em uma outra região do estado paraibano. Desta vez, Severino José, trabalhador da Fazenda Miriri, localizada no município de Sapé, onde morava e desenvolvia a sua agricultura de subsistência, não suportando mais as ameaças que passou a sofrer em sua residência por parte do administrador da destilaria e a mando do seu proprietário, se deslocou até a capital para fazer a denúncia aos órgãos competentes. No dia seguinte, a sua denúncia foi publicada nas páginas de um periódico da capital:

Tudo ia bem nesses 29 anos, mais agora os proprietários da Destilaria Miriri, aumentaram os olhos no pedaço de terra onde planto as minhas pequenas coisas para a sobrevivência da minha família, mas agora eles querem plantar cana e mandaram o Administrador me amedrontar. Sexta-feira eu estava em casa quando chegaram os dois e foram logo dizendo que eu tinha somente esta semana para arrancar tudo. [...] se não o fizesse eles quando voltassem, trariam um trator e arrancariam tudo e me ameaçaram dizendo: “Olhe, acho bom você não está presente quando voltarmos, sei que não vai gostar de ver agente (sic) arrancar tudo com o trator, sei que você vai tentar reagir, aí nos passaremos com o trator por cima de sua pessoa”⁴¹⁷.

Voltando para a região do Brejo, no ano de 1984 a imprensa tornou pública uma tentativa de expulsão de morador no município de Serraria. De acordo com a reportagem, “o proprietário João Rodrigues da Cruz tentou expulsar de suas terras um de seus moradores, sob a alegação de que necessita[va] das terras para plantar cana-de-açúcar”. Além disso, esse senhor de terras vinha, “costumeiramente... ameaçando os agricultores de sua propriedade, sem ser punido pela justiça”. Segue a denúncia feita pelo presidente do STR de Serraria, José Martins, ao jornal, afirmando que, ““Pelo contrário, ele tem é apoio da polícia e uma prova disto é que para fazer ameaças a um de seus agricultores usou os trabalhos de um sargento reformado [da polícia militar] do município de Solânea”⁴¹⁸.

⁴¹⁵ *Idem*. É importante lembrar que, posteriormente, parte dessa área foi adquirida por José Buarque de Gusmão Neto, administrador da usina Tanques.

⁴¹⁶ *Idem*, p. 548.

⁴¹⁷ Agricultor da Miriri é ameaçado. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa. 24 ago. 1983. p. 8.

⁴¹⁸ Camponês ameaçado de espancamento. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 14 jan. 1984, p. 5.

Uma outra forma de obrigar a retirada do morador da propriedade era aumentar o valor do fôro. Para exemplificar esse tipo de estratégia, uma reportagem de 1968 denunciou as ameaças sofrida por um morador da propriedade Jaboticaba, no município de Mamanguape. Nascido e criado nas terras da propriedade do Senhor Mário Cartaxo Cezar, o agricultor Miguel Pedro dos Santos pagava, até 1966, “50 mil cruzeiros velhos anuais de fôro”. Mas, no ano seguinte, “o proprietário avisou que o fôro passaria a 100 mil cruzeiros antigos, quantia que êle considerou muito alta, tendo, entretanto, proposto que iria vender a fava e o algodão que havia plantado”. Essa era a única fonte de renda de Miguel e que lhe permitia “pagar, de duas vezes, o preço estipulado pelo senhorio”, o que não foi aceito⁴¹⁹.

Quando por meio dessa ou estratégia semelhante não se obtinha sucesso, era comum os proprietários usarem do expediente de ameaças para lograr êxitos em suas campanhas de expropriação de terras. Assim, a título de exemplo, em processo trabalhista, o morador do engenho Capivara, situado no município de Alagoa Grande, o senhor Severino Sebastião da Silva, ao ser ouvido pelos magistrados da JCJ de Campina Grande, narrou que, naquele ano de 1983, “há pouco tempo o roçado que o depoente mantinha ao lado do seu rancho bem como algumas fruteiras foram destruídas e plantaram cana no local”. A fala de uma das testemunhas do reclamante, o senhor José Constantino da Silva, assegurava que Severino passou a morar no sítio Banco porque foi expulso de seu “rancho onde mora[va e] que a propriedade foi vendida a Usina Tanques S/A; que a Usina Tanques determinou a destruição da lavoura do postulante” sem, ao menos, uma justificativa⁴²⁰.

Na década de 1970, essa prática de expropriação das lavouras de subsistência exercida, principalmente, por usineiros, se fez presente, e de maneira mais intensa, na mesorregião da Zona da Mata. Na região sul do estado, por exemplo, as experiências com os métodos de imposição dos proprietários denunciadas pelos trabalhadores rurais foram semelhantes às aquelas empregadas em outras regiões do parque industrial canavieiro. Em dezembro de 1978, uma reportagem publicada no jornal o NORTE tornava público que,

o método pelos proprietários de terras, em Caaporã, vem revoltando a comunidade local, e até mesmo o clero. Sem querer pagar a indenização determinada por lei, os donos das usinas estendem arbitrariamente os seus plantios de cana às áreas destinadas pelos agricultores a culturas de auto-subsistência. Quando isso é possível, os usineiros chegam até a mandar trancar as águas existentes, empregando todos os meios para deixar as famílias sem condições de adquirir as terras. Se os posseiros procuram a Justiça, tentam, então, suborná-la⁴²¹.

⁴¹⁹ Agricultor ameaçado de morte em Mamanguape. **O NORTE**. João Pessoa, 31 out. 1968, Nº 4.378, p. 4.

⁴²⁰ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo Nº 1559/83**. p. 20

⁴²¹ Posseiros exigem direitos usurpados pelos usineiros. **O NORTE**. João Pessoa, 28 dez. 1978, Nº 698, p. 3.

E quando esse ou outro tipo de ameaça não lograva êxito, então se lançava mão de uma violência mais explícita. “Estou com medo de morrer e por isso corri para a Capital, a fim de pedir proteção das autoridades”, inicia a denúncia realizada por Miguel Pedro dos Santos ao jornal, ao ter a “sua casa alvejada a bala por um dos empregados do dono da propriedade onde reside”, no município de Mamanguape, situado no litoral norte do estado. Ao reclamar o aumento do preço do fôro e tentar negociar o seu pagamento, ele assegura que “dali para cá começou a sofrer toda sorte de perseguições, que culminaram, agora, com os tiros contra sua residência”⁴²².

Evidentemente que essa prática de violência sofrida por este último morador o aterrorizava, no entanto, o que ele mais enfatizava, em sua denúncia, era a injustiça com que o Estado lidava com os trabalhadores rurais despossuídos de terras. Insatisfeito com esse tratamento desigual, ele revela a sua compreensão do partido tomado pelo Estado. “Na propriedade de ‘seu’ Cézar tem uma placa dêsse tal de IBRA, que vai financiar uma plantação de capim para o dono da terra, pois, para nós pequenos, já sei que nada de bom pode aparecer”. Além disso, “antes do que ocorreu e para mostrar a injustiça de que somos vítimas”, o proprietário “exigiu agora que todos os moradores dessem seis dias de ‘cambão’”. Para aquele trabalhador, desse modo, “ninguém terá tempo para cuidar do que é seu, pois vai trabalhar exclusivamente para o patrão”⁴²³.

Na maioria das vezes, quando era expulso, o trabalhador rural não recebia qualquer indenização pelos investimentos realizados nas terras em que fora morador durante muitos anos. Ao sair da propriedade, muitas vezes, a casa “feita por êle mesmo” era demolida facilmente pelo proprietário. Além de ter lhe arrancado das terras em que em muitos anos cultivou e viveu, criando, juntamente com toda a família, um vínculo afetivo, não recebia “nenhum tostão pela casa que” ela mesma construiu, e ainda sendo obrigada a assistir ao seu desmoronamento⁴²⁴.

Voltando à região do Brejo paraibano, outro exemplo merece ser explorado. É o caso ocorrido a José Vitor dos Santos, morador do engenho Santo Antônio, município de Serraria. Além de expulsar o morador, o proprietário começou a ameaçá-lo a partir do momento em que aquele o denunciou por não ter sido indenizado. De acordo com o jornal, o morador vinha “sendo ameaçado de morte pelo proprietário do imóvel, o fazendeiro José Ruy de Oliveira Alves, por não querer mudar-se com a família para outro lugar”. Na reportagem, José Vitor dos Santos denunciou “que o fazendeiro o expulsou da terra sem efetuar o pagamento da

⁴²² Agricultor ameaçado de morte em Mamanguape. **O NORTE**. João Pessoa, 31 out. 1968, Nº 4.378, p. 4.

⁴²³ *Idem*.

⁴²⁴ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo Nº**.439/63. p. 14.

indenização a que tem direito”. Além disso, o proprietário, “ao tomar conhecimento das providências tomadas pelo Secretário da Segurança, invadiu a minha casa e colocou um revólver na boca da minha esposa além de dirigir-lhe ofensas morais”. Desse modo, temendo a sua vida e a da sua família, contou o morador: “por isso estou dormindo fora de casa com a minha família”⁴²⁵.

Ainda na região do Brejo paraibano, outro caso foi denunciado, desta vez pelo bispo de Campina Grande, à época, Dom Manoel Pereira da Costa. Ocorre que, “mais de 40 famílias, residentes há muitos anos na propriedade ‘Queira Deus’, no município de Alagoa Nova, vêm enfrentando as investidas do proprietário do imóvel”. Consta que, em setembro de 1978, o proprietário, “armado e acompanhado de pessoas armadas, agrediu fisicamente o trabalhador Severino Marques da Silva, espalhou vários tiros na área de um açude próximo, prometendo ameaças piores, caso o fato fosse denunciado”. O fato é que, “a terra foi exposta à venda pelo proprietário Jandi de Melo Lacerda e os trabalhadores, sem dinheiro, apelaram para o Incra, que acolheu seus pedidos”, embora até a data “não tomou providências concretas”⁴²⁶.

Um ano depois, em municípios próximos àquele, também situados na região do Brejo paraibano, evidencia-se uma expulsão coletiva. O presidente do STR de Arara denunciou que, “mais de 183 famílias dos municípios de Arara, Pilões, Areia, Bananeiras, Serraria e de alguns localizados no Sertão foram expulsas das terras onde trabalhavam pelos fazendeiros”. Nesse caso, as famílias “encontra[va]m-se abrigadas em terrenos pertencentes ao patrimônio de Nossa Senhora da Piedade, em Arara, depois de verem-se desprovidas de meios de subsistência”. Ainda de acordo com a matéria, “o medo é a principal razão pela qual os agricultores despejados não procura[ra]m as autoridades a fim de denunciar as arbitrariedades dos patrões”. O fato é que “eles, ao serem expulsos, recebem logo a ameaça de que não adianta procurar a justiça, pois não haverá remédio e, caso tentem, morrerão”⁴²⁷.

Outro caso de expulsão na mesorregião da Zona da Mata aconteceu, desta vez, em terras de um grande latifundiário, empresário e político paraibano, conhecido como comendador Renato Ribeiro Coutinho. “Após trabalhar mais de 20 anos para a Cia. Agro-industrial Santa Helena, a sra. Maria das Dores Soares, que residia em terras da usina..., no município de Cruz do Espírito Santo, foi despejada de sua residência juntamente com toda a família”. O fato ocorreu no dia 01 de setembro de 1976, “quando o administrador da usina Santa Helena, de

⁴²⁵ Agricultor jurado de morte por ex-patrão pede garantia. **O NORTE**. João Pessoa, 12 mai. 1976, Ano 69, Nº 411, p. 8.

⁴²⁶ Outra denúncia de violência. **O NORTE**. João Pessoa, 27 set. 1978, Nº 611, p. 1.

⁴²⁷ Famílias são expulsas de terras no interior. **O NORTE**. João Pessoa, 04 ago. 1978, Seg. Cad., p. 8.

nome Montenegro, ameaçou-a com uma arma de fogo e uma caceta (sic), depois de retirar todos os seus pertences dentro de casa, aproveitando-se de sua ausência e de sua família”. Mãe de quatro filhos menores e despejada de seu abrigo, ela foi morar com os pais, uma vez que se encontrava em “situação difícil, já que todos os seus pertences foram levados para outro lugar que ela desconhece, ficando inclusive sem roupa juntamente com os filhos”. Para ela, a ação de despejo que sofreu se definia como uma profunda injustiça, visto que “seus familiares, principalmente seu pai, trabalhou durante sessenta anos para o comendador Renato Ribeiro Coutinho”⁴²⁸.

Em 1974, um caso envolvendo um morador da Fazenda Central, pertencente à usina São João, que era, igualmente, propriedade da família Ribeiro Coutinho, enriquece as evidências de como se dava a expulsão de moradores nas áreas canavieiras da Paraíba. De acordo com a denúncia realizada pelo morador daquela fazenda, João Batista do Nascimento, havia “um clima de violência contra os trabalhadores rurais praticado por vigias de usinas”. A narrativa do denunciante é reproduzida pela seguinte reportagem: “no último sábado, ‘às cinco horas da manhã os vigias da usina destelharam minha casa, transportando meus pertences em um carroção para a cidade de [Cruz do] Espírito Santo, enquanto minha esposa acordava assombrada e ainda de camisola””. De acordo com a matéria publicada no jornal, os vigias “Hércílio, José Madalena, Salvador, José Torques, Severino Ramos e mais oito trabalhadores” foram os verdadeiros “responsáveis pelo ‘despejo forçado””. Nesse ato de expulsão, os referidos vigilantes “jogaram quase todos seus objetos caseiros entre os canaviais, inclusive algumas galinhas que [o morador] criava”⁴²⁹.

Em outras latitudes, ainda na Zona da Mata, desta vez no município de Caaporã, localizado na região do extremo sul do estado, ameaças semelhantes foram registradas. Trata-se da fazenda Tabu, uma área que fora “desapropriada e considerada de utilidade pública”. Essa desapropriação ocorreu sob a ação a seguir descrita: “o proprietário [o sr. Luiz Venâncio, estava] destruindo fruteiras e outras benfeitorias, sem nenhuma consideração pelo trabalho dos agricultores”. Além de tudo isso, “até a madeira para combustível doméstico, vem sendo entravado pelo proprietário”. Essas referidas terras eram de propriedade da família Lundgren e vinham sendo vendidas ao senhor Luiz Venâncio⁴³⁰.

⁴²⁸ Moradora despejada da residência pelo administrador da Sta. Helena. **O NORTE**. João Pessoa, 23 set. 1976, Nº 526, p. 3.

⁴²⁹ Trabalhador é despejado de fazenda com família. **O NORTE**. João Pessoa, 13 ago. 1974, Nº 5.339, p. 7.

⁴³⁰ Continua perseguição contra os agricultores do sítio Caaporã. **O NORTE**. João Pessoa, 19 jun. 1976, Nº 443, p. 5.

É importante lembrar que a família Lundgren dominava grandes faixas de terra nas áreas litorâneas do estado. No município de Alhandra, por exemplo, quando prefeito daquele município, o senhor Hercílio Lundgren expulsou uma família que trabalhava em sua propriedade, conhecida como fazenda Abiaí, há 25 anos. De acordo com a imprensa, aquele chefe político teria tomado tal atitude porque “foi informado de que [o morador] Domingos Dionísio comparecera a uma reunião do Sindicato Rural, contrariando ordens recebidas para não ir às sessões daquele órgão de classe”.

Entre os meses de abril e maio de 1968 o morador da fazenda foi obrigado a se afastar para acompanhar por 15 dias a sua esposa que se encontrava hospitalizada no hospital Clementino Fraga, em João Pessoa. No entanto, “quando regressou, não encontrou a casa onde morava nem os pertences que ali se encontravam”. Nessa situação, ele foi “informado de que o sr. Hercílio Lundgren, Prefeito Municipal e dono da propriedade, mandara derrubá-la sem levar em conta os 15 anos de serviços prestados pelo prejudicado”. Com 64 anos de idade, o trabalhador se encontrava “desesperado”, uma vez que fora expulso “depois de ter trabalhado 25 anos no ‘cambão’ na propriedade Abiaí”.⁴³¹

Ainda na Zona da Mata, outro flagrante de expulsão por meio da violência foi registrado pela imprensa no ano de 1972, quando uma moradora do Engenho Gravatá, numa área conhecida como Gramame, situada nas divisas dos municípios do Conde e de João Pessoa, teve a sua residência incendiada. O fato é que “o incêndio irrompeu durante a ausência da dona da casa, que ficou totalmente destruída pelas chamas que se propagaram com incrível rapidez devido a fácil combustão do material”. De acordo com a informação do jornal, o responsável pelo “sinistro foi o administrador do Engenho Gravatá, que, por ordem do proprietário daquele imóvel, vinha ameaçando de despejo a moradora Maria José da Silva, sem ao menos propor-lhe um acordo no tocante a indenização das benfeitorias pertencente aquela camponêsa”⁴³².

Ao resistir abertamente, argumentando “que somente deixaria o Engenho Gravatá mediante a indenização do que lhe pertencia”, não demorou para a moradora sofrer as retaliações. Narra a matéria jornalística: “o perverso e desumano ‘capitão do mato’ com apoio do seu patrão, resolveu incendiar o casebre, deixando a pobre mulher desabrigada juntamente com os filhos menores”⁴³³.

⁴³¹ Morador foi jogado na rua pelo proprietário. **O NORTE**. João Pessoa, 4 mai. 1968, Nº. 4.228, p. 5.

⁴³² Incendiaram a casa da pobre moradora do Engenho Gravatá. **O NORTE**. João Pessoa, 15 mar 1972, Nº 5.542, p. 5.

⁴³³ *Idem*.

Ainda em terras litorâneas, naquele mesmo ano, “o proprietário rural João Teotônio, dono do sítio Cablôco [situado] no município de Lucena, com o concurso de dois pistoleiros assalariados vem destruindo casas e plantações dos foreiros daquele imóvel”. A denúncia foi feita por moradores, “vítimas da sanha do truculento ‘senhor de terras’ ” à Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica⁴³⁴.

Um ano antes, em Pitimbu, território banhado pelas águas do Atlântico e que se limita com o Conde e com o estado de Pernambuco, dois moradores da fazenda ‘Camuçú’ tiveram as suas residências incendiadas, “a mandado do administrador, Manoel Campos, que recebera recomendações do dono daquele imóvel, para expulsar de suas terras de qualquer maneira os seus moradores e, assim o ‘capitão do mato’ procedeu, porém de maneira mais cruel”. Além das casas, também foram destruídas as “benfeitorias... dos pobres e indefesos rurícolas sem o mínimo respeito a vida de duas crianças que não morreram carbonizadas por um milagre”⁴³⁵.

Ainda no início da década de 1970 essas experiências de expulsão e violência são evidências nas áreas litorâneas do estado. Este é o caso da fazenda Garapu, localizada no município de Alhandra. No ano de 1974, “trabalhadores que viviam numa propriedade há mais de 50 anos, (..) [foram] ameaçados de despejo pelo novo proprietário da[quela] fazenda”. O fato é que “a propriedade foi negociada pelos Lundgren ao sr. José Santos, que proibiu terminantemente o cultivo de roças na sua fazenda”. Com o propósito de retirar os moradores daquelas terras, o novo proprietário tratou de obrigá-los a “plantar bambus e não mais feijão, milho, batata e mandioca, como faziam anteriormente os trabalhadores”. No entanto, contestar essa ordem seria perigoso demais, uma vez que “ninguém dispõe a contrariar as ordens do proprietário, porque em sua casa [à época] transita[va]m livremente pistoleiros famosos, alguns dos quais responsáveis pelo desaparecimento de inúmeras pessoas”, denuncia José Inácio de Oliveira, um dos moradores.⁴³⁶

Aproximadamente, três anos depois, naquele mesmo município, 174 famílias foram ameaçadas de expulsão. Todas elas cultivavam seus roçados de feijão, milho, inhame etc., e habitavam terras da Fazenda Mucatu. A “denúncia escrita, assinada por 60 agricultores”, feita à Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Paraíba - FETAG, revela uma resistência coletiva e organizada⁴³⁷.

⁴³⁴ Dono do sítio expulsou os moradores. **O NORTE**. João Pessoa, 07 abr. 1972, Nº 5.559, p. 5.

⁴³⁵ Ateou fogo nas casas para expulsar seus moradores. **O NORTE**. João Pessoa, 11 nov. 1971, Nº 5.691, p. 8.

⁴³⁶ Camponeses ameaçados de despejo. **O NORTE**. João Pessoa, 24 dez. 1974, Nº 298, p. 1.

⁴³⁷ Ameaçados de expulsão mil trabalhadores de Alhandra. **O NORTE**. João Pessoa, 13 jun. 1975, Nº 135, p. 2.

Como os proprietários encontraram resistência, uma das estratégias adotadas para obrigarem os moradores a abandonarem as suas casas foi demolir a capela da comunidade. Para esse empreendimento de natureza ameaçadora, um dos proprietários “enviou ao local um caminhão Mercedes Benz, um trator e 20 homens armados”. A ordem dada era, “para demolir o templo religioso e expulsar todos os trabalhadores” ⁴³⁸.

Antes mesmo de tomar essa atitude, os proprietários já tinham usado outras estratégias para retirar os moradores daquele latifúndio. Como não surtiram efeito, as ameaças passaram a ser mais explícitas; “até mesmo um padre que ia celebrar missa todos os domingos deixou de ir porque foi ameaçado pelos proprietários das terras”. A partir daquele momento, eles lançaram mão de métodos mais violentos. É importante lembrar que “não se trata[va] de um caso isolado”, visto que esses episódios, no campo, eram “frequentes e o latifundiário continua[va] sobrevivendo”, denunciava o senhor João Antônio Vitorino à imprensa. Naquela data relembrou ele à reportagem: “há dois anos houve despejo na Fazenda Pitanga e 86 famílias ficaram sem casas e não receberam indenizações. Em janeiro deste ano [1975], o mesmo aconteceu na Fazenda Andreza, e 30 famílias foram expulsas”⁴³⁹.

O fato é que, “tudo começou quando o sr. Herculano Bandeira Lundgren procurou vender as suas terras em Mucatu. Cerca de 50 trabalhadores rurais, das 174 famílias lá residentes, tomaram a iniciativa de procurar o dono”. O propósito daqueles era “adquirir a fazenda, através de financiamento do Banco do Brasil, de que já são credores pelos empréstimos para plantar inhame, milho, feijão etc” ⁴⁴⁰.

Conta a matéria do jornal que, ignorando os seus moradores, “o sr. Lundgren, porém, vendeu as terras, não aos trabalhadores, mas a um grupo de Pernambuco, representado pelos srs. Luis Venâncio Pedrosa de Melo e Lúcio Cláudio Pedrosa de Melo”. Tal determinação, recebida como um ato insolente e de caráter retaliativo, preocupou aqueles moradores, uma vez que experiências semelhantes, no parque industrial canavieiro da Paraíba e em estados vizinhos, resultaram em perdas irreparáveis para a sua categoria. Com isso, permaneceram em alerta logo após as primeiras investidas, mas a situação se complicou “quando o novo grupo assumiu, [pois] baixou determinação proibindo imediatamente o plantio dos produtos que antes eram cultivados. Só admitia que se plantasse bambus e cana de açúcar”. A notícia era a de que havia “um clima de intimidação entre as 174 famílias e pode[ria] surgir uma violenta luta rural” ⁴⁴¹.

⁴³⁸ *Idem.*

⁴³⁹ *Idem.*

⁴⁴⁰ Agricultores de Mucatu vão resistir e problema é grave. **O NORTE**. João Pessoa, 18 jun. 1975, Nº 139, p. 1.

⁴⁴¹ *Idem.*

Em 1977, naquelas adjacências, no município de Pedras de Fogo, os moradores das áreas conhecida como Cachorrinho e Coqueirinho, pertencente ao Engenho Fazendinha, denunciaram, em “uma carta dirigida ao presidente do Incra e assinada por 36 agricultores” daquela localidade, que estavam sendo “ameaçados de expulsão depois que a Usina Olho [D’]água comprou essas duas partes e ‘tentou tirar a gente sem direito a nada’”. Nas duas comunidades viviam “53 famílias e ao todo 295 pessoas”⁴⁴².

A missiva anunciava que, naquela área, algumas pessoas viviam lá e “na terra há 45 anos” e que, por essa razão não viam “nenhuma saída para o futuro de suas vidas, uma vez que não tem para onde ir”. Naquele momento, a usina já tinha entrado com “uma ação de despejo”. O desespero dos moradores era ainda maior porque o próprio estado assistia aos acontecimentos de “braços cruzados”. “Já escrevemos ao Presidente da República e, até mesmo, ao Incra, mas nunca tivemos resposta”, desabafam eles na carta. O apelo se intensificava num enunciado de resistência: “nós não temos condições de sair da terra, nós vivemos trabalhando em conjunto”⁴⁴³.

Um dos casos mais emblemáticos e que simboliza a expropriação de terras na zona canavieira da Paraíba e a resistência de moradores foi o de Alagamar. Trata-se de um grande latifúndio que alcançava uma área de, aproximadamente, 13.000 hectares de terras distribuídas em dois municípios limites, localizados na região sudeste da mesorregião do Agreste paraibano. Essa grande propriedade, mais conhecida como *Grande Alagamar*, se encontrava localizada em dois municípios, Itabaiana e Salgado de São Félix. O senhor Arnaldo de Araújo Maroja era o seu único dono.

O proprietário não tinha filhos, mas os herdeiros somavam mais de quarenta sobrinhos. Com a morte desse latifundiário, ocorrida no ano de 1975, as terras foram vendidas a terceiros que, ao adquiri-las, procuram expulsar todas as famílias que moravam ali. A partir daquele momento, teve início uma verdadeira epopeia. A violência cotidiana sofrida pelos moradores daquelas terras passou a ser noticiada pela imprensa nacional e sensibilizou entidades civis, que passaram a manifestar o seu apoio ao movimento de resistência dos moradores pela sua permanência. Na verdade, empreendeu-se uma intensa luta que envolveu moradores, entidade civis, igreja católica, imprensa, polícia e compradores, e que durou, aproximadamente, uma década⁴⁴⁴.

⁴⁴² Agricultores ameaçado de expulsão em Pedras de Fogo. **O NORTE**. João Pessoa, 2 nov. 1977, Nº 296, p. 3.

⁴⁴³ *Idem*.

⁴⁴⁴ Algumas pesquisas discutem a luta de homens e mulheres da “Grande Alagamar”. Na perspectiva da educação popular, Cf.: NEVES, Gildivan Francisco das. **História e memória da “luta do povo de Alagamar”**: experiências de vida e construção de práticas educativas em diálogo com a Educação Popular. Dissertação (Mestrado em

1978: “aproximadamente 700 famílias da fazenda ‘Alagamar’, município de [Salgado de] São Félix, estão sendo ameaçada de despejo pelos novos proprietários”. O fato é que, “há muitos anos, o antigo dono da fazenda cedeu algumas áreas a essas famílias, mediante contratos verbais de parceria e arrendamento. Com a morte do fazendeiro em 1975, porém, os herdeiros estão retalhando e vendendo as terras a terceiros”. Muitas dessas famílias “ali chegaram há mais de 30 anos, sendo que as mais recentes têm, no mínimo, 10 anos de permanência, na área”. Ainda de acordo com a reportagem realizada pela imprensa da capital, “interessados em que as famílias desocupem a área, vêm cometendo pressões e ameaça[s]”⁴⁴⁵.

De modo breve, para que se possa compreender como teve início o litígio, eis a transcrição de uma passagem de um relatório da Fetag publicada pela imprensa: “Até a morte do sr. Maroja, essas famílias tinham uma situação tranquila. Agora toda aquela tranquilidade ruiu ante a radical mudança do sistema”. O fato é que, com todas tentativas de expulsão de suas terras, “trabalhadores, antes afeitos apenas ao trabalho da lavoura, vêm-se obrigados a procurar proteção e segurança capazes de lhes devolver o direito de cultivar o solo em paz”. Com o intento de expulsar os moradores daquelas terras, os novos proprietários lançavam mão de várias estratégias, como a de, diversas vezes, “soltar o gado” que “já destruiu muitas de nossas lavouras”. Além disso, usavam “a polícia sempre para colocar medo em todo o povo do lugar”⁴⁴⁶.

Essas práticas de expulsão e pretensas expulsões não se encontravam isoladas. Antes de mais nada, elas estavam perfeitamente alinhadas ao projeto imperialista do capital, com suas práticas concomitantes de monopolização das terras e dos meios de produção, de expropriação e exploração da força de trabalho, de exclusão e marginalização total da gente despossuída etc. Esse alinhamento era responsável por diversos problemas, principalmente os de ordem econômica e social.

Educação). João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2014. Em relação ao papel exercido pela igreja católica na liderança do arcebispo da Paraíba Dom José Maria Pires, no enfrentamento à violência em Alagamar, Cf. PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação**: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012. Em relação ao movimento de resistência, Cf.: FERREIRA, Esdras Sarmiento. **Cantata pra Alagamar**: do conflito à produção musical. Dissertação (Mestrado em Música). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017; CANTALICE, Dulce Maria Barbosa. **Alagamar**: um conflito solucionado? Dissertação (Mestrado em Economia). Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1984; MARTINS, José de Souza. Alagamar. **Rev. Inst. Est. Bras.**, São Paulo, vol. 40, p. 143-144, 1996. Em 1979 foi gravado em vinil uma peça musical que narra a história da luta de resistência dos trabalhadores e moradores de Alagamar denominada *Cantata pra Alagamar*. Cf. KAPLAN, José Alberto; SOLHA, W. J. **Cantata pra Alagamar**. (Acetato de Vinil). São Paulo: Discos Marcus Pereira, 1978.

⁴⁴⁵ 700 famílias ameaçadas de despejo em S. Félix. **O NORTE**. João Pessoa, 10 fev. 1978, Nº 388, p. 3.

⁴⁴⁶ *Idem*.

Sem casa para morar, as famílias migravam, geralmente, para as “pontas de rua” das cidades, e passavam a viver toda a vulnerabilidade que a periferia oferecia. Sem terra para laborar, os trabalhadores eram obrigados a vender a sua força de trabalho. Desse modo, a expropriação dessa gente a transformava em proletários. Ao historicizar a acumulação primitiva de capital, Karl Marx realiza uma profunda crítica à economia política do século XIX, na qual “reinou desde sempre o idílio”. Observa esse pensador que a exploração era real, pois que “...a conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência, desempenham o principal papel”⁴⁴⁷. E esses métodos de acumulação não se deu de forma isolada na Europa; foram igualmente experienciados em outras latitudes, inclusive na zona açucareira do Nordeste brasileiro.

4.5.2 O uso da violência: as formas mais perversas de dominar

Durante o I Encontro de Produtores Rurais Sobre a Reforma Agrária, realizado em setembro de 1985, no Espaço Cultural, na cidade de João Pessoa, o presidente da Federação da Agricultura de Pernambuco, Gileno de Carli, “declarou que **‘o homem só deve morrer ou matar por duas coisas: a terra que é sua e a mulher que gosta’** numa alusão ao anúncio do propósito do governo federal de promover a reforma agrária no país”⁴⁴⁸.

A expansão das terras continuava aumentando consideravelmente enquanto muitos moradores ficavam sem trabalho, sem terras para o cultivo de seu “roçado” e sem casa para morar e abrigar a família. Nas áreas de tensões as ameaças eram comuns e muitas famílias de trabalhadoras/es do campo foram destruídas com o assassinato de seus provedores. Com a distensão, a tímida reabertura do governo de Ernesto Geisel e o levantamento da sociedade civil contra o regime autoritário, o que foi se consolidando no governo de João Figueiredo, as organizações e entidades civis se sentiram empoderadas e encontraram formas de reclamar com maior força a negação dos direitos políticos e sociais. As reclamações trabalhistas cresceram e as formas de resistência, como as greves, ganharam força nos primeiros anos de 1980, como a de 1984. Nesse contexto, em muitos municípios das mesorregiões do Agreste e da Zona da Mata, a tensão nas relações entre patrão e morador/trabalhador/a no mundo rural recrudesciu.

De acordo com a denúncia do presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG, José Francisco, somente no ano de 1983, no Brasil, “morreram

⁴⁴⁷ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro primeiro O processo de produção do capital. Tomo 2. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. p. 340.

⁴⁴⁸ Deputado critica posição de produtores rurais. **O NORTE**. João Pessoa, 25 set. 1985, p. 3. Grifo nosso.

drasticamente” mais de cinquenta trabalhadores rurais “entre líderes sindicais e colaboradores de entidades de classe”. Naquele ano, o país contava com mais de 200 áreas no campo que apresentavam situações de conflitos⁴⁴⁹. Os anos de 1983, 1984 e 1985 servem para ilustrar a exacerbação da violência patronal no mundo rural, fazendo-se ecoar nas páginas da imprensa paraibana a opressão, a expropriação e a humilhação da gente pobre do campo⁴⁵⁰.

⁴⁴⁹ Mais de 50 líderes assassinados somente em 1983. **O NORTE**. João Pessoa, 9 mai. 1984. p. 3.

⁴⁵⁰ São diversas as reportagens que tratam da violência patronal na zona canavieira do estado da Paraíba nesses três anos. Foram trazidas aqui algumas reportagens que revelam tal prática em diferentes municípios da área mencionada. As reportagens evidenciam desde as ameaças, passando pelas perseguições, destruição de casas e plantações, até o assassinato de trabalhadores. Tratam-se de experiências ocorridas em municípios que se encontram dentro da zona canavieira. Começamos pelo município de Sapé, onde ameaças e violência contra os trabalhadores rurais eram comuns. Cf. Agricultor da Miriri é ameaçado. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 24 ago. 1983. p. 08. No ano de 1984, o município de **Serraria** registrou ameaças patronais no mundo rural. Cf. Camponês ameaçado de espancamento. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 14 jan. 1984. p. 7. Em **Araruna**, município situado no limite com o estado do Rio Grande do Norte, também apresentou violência no campo. Cf. Camponeses denunciam agressão de proprietários. **O NORTE**. João Pessoa, 04 dez. 1985, p. 5. O município de **Tacima**, também situado na região norte do estado, foi palco de violência no mundo rural. Cf. Poceiros de Tacima denunciam violência de patrões e pedem solução. **A UNIÃO**. João Pessoa, 30 set. 1985, p. 3. Naquele mesmo ano, ainda em Tacima, são denunciadas perseguições de proprietário de terras. Cf. Agricultores denunciam perseguições de proprietário de terras em Tacima. **O NORTE**. João Pessoa, 12 dez. 1985, p. 6. Com a expansão da cultura canavieira em **Pedras de Fogo**, localizado no Litoral Sul do estado, a tensão no campo foi estabelecida. Por conta das reclamações dos trabalhadores ao STR daquele município, a diretoria daquela entidade passou a ser perseguida pelos proprietários rurais. Cf. Sindicato denuncia perseguição. **O NORTE**. 06 mar. 1985, p. 4. Ainda nessa região, dessa vez em **Caaporã**, a ameaça se deu a um trabalhador e morador da Fazenda Retirada. Cf. Trabalhador rural faz denúncia de agressão. **O NORTE**. João Pessoa, 12 out. 1985, p. 5. As ameaças de expulsão eram constantes, como é o caso ocorrido no município de **Cruz do Espírito Santo**. Cf. Agricultores denunciam novas ameaças de expulsão. **O NORTE**. João Pessoa, 14 ago. 1984, p. 7. De modo semelhante, essas experiências foram vivenciadas por trabalhadores no município de **Bananeiras**. Cf. Sindicato denuncia violência e ameaça de expulsão. **O NORTE**. João Pessoa, 19 mai. 1985, p. 5. Casos de expulsão de moradores também foram registrados pela imprensa à época. Esse é o caso do município de **Salgado de São Félix**. Cf. Polícia e oficiais de justiça destroem casa de agricultor. **O NORTE**. João Pessoa, 07 mai. 1984. p. 4. Em maio de 1984, durante um evento das lideranças sindicais do Nordeste que discutiam a reforma agrária e a violência no campo, foi registrada mais uma expulsão de morador. Exatamente, no momento em que se dava a abertura do evento, se tem mais uma notícia de ameaças, destruição das plantações e expulsão do agricultor Manoel Francisco de seu sítio. O trabalhador rural morava na Fazenda Riacho dos Currais, também município de **Salgado de São Félix**, há 34 anos. Cf. Mais de 50 líderes assassinados somente em 1983. **O NORTE**. João Pessoa, 09 mai. 1984, p. 2. De modo igual, nesse mesmo município e no de **Itabaiana**, trabalhadores rurais são expulsos de fazenda. Cf. Despejados posseiros em Alagamar. **O NORTE**. João Pessoa, 16 mar. 1984, p. 6. Em muitos casos, as ameaças de morte pressionavam os moradores, que se viam obrigados a sair de suas casas. Esse é o caso do município de **Pilar**. Cf. Posseiros se dizem ameaçados por dono de Engenho em Pilar. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 06 set. 1984, p. 4. Violência semelhante no município de **Santa Rita** obrigou um casal solicitar à justiça proteção de vida. Cf. Casal pede garantia de vida contra ameaças de fazendeiro. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 09 nov. 1984. p. 8. Nesse mesmo ano, ameaças de morte também aconteceram no município de **Pitimbu**, município litorâneo do situado na região sul do estado. Cf. Violência continua em Camucim e há 5 camponeses marcados para morrer. **O NORTE**. João Pessoa, 10 jun. 1984. p. 5. Ainda em **Pitimbu**, o conflito pela posse de terras da Fazenda Camucim gerou muitos conflitos, uma vez que a fazenda era administrada pela Destilaria Tabu, sediada no município de **Caaporã**. A Destilaria Tabu pertence ao grupo procedente da Suíça e Alemanha, e radicado no Brasil desde 1926. Cf. Violência continua em Camucim e há 5 camponeses marcados para morrer. **O NORTE**. João Pessoa, jun. 1984. p. 5. De modo geral, os conflitos no campo iniciavam com a discordância da exploração e expropriação pelo trabalhador/morador que era respondida com as ameaças, violências, destruição de casas e sítios e, em muitos casos, terminavam em homicídio. Alguns desses casos também podem ser consultados na imprensa. Esse é o exemplo de **Rio Tinto**, fato em que o líder sindical desse município, Anastácio Abreu de Lima, foi trucidado por dois funcionários da usina Japungu, sediada nesse município. Cf. Polícia sem pista sobre morte do líder sindical. **A UNIÃO**. João Pessoa, 17 nov. 1984. p. 7. De modo semelhante, no extremo norte do estado, nas terras de **Dona Inês**, a cólera do latifúndio exterminou vidas humanas. A esse respeito a imprensa publicou: Conflitos no campo

Diferentes pesquisas evidenciam que o controle e a dominação do Senhor de Engenho, fazendeiro e/ou usineiro se afirmava por meio da violência. De acordo com Afrânio Garcia Júnior, no Brejo paraibano, comumente “...nas lutas e concorrências entre os proprietários pela manutenção de seus poderes, as milícias privadas constituíam um recurso comumente acionado: fazer-se respeitar fora de seus domínios”⁴⁵¹.

Para demonstrar o seu poder de domínio em suas terras, o senhor de engenho mantinha seus “capangas”, uma milícia privada que fazia uso da força e de armas com as quais realizava quase toda a vigilância da sua propriedade e das atividades ali desenvolvidas pelos meeiros, moradores e trabalhadores. “Com este fim[, o senhor de engenho] dispunha dos capangas ou *cabras de confiança*, homens caracterizados por uma fidelidade completa à pessoa do patrão, a quem se concedia vantagens especiais e que desfrutavam de um *status* especial no *engenho*”. E a origem desses profissionais que assumiam a milícia privada do patrão era quase sempre marcada por experiências de violências brutais. De modo geral, “recrutavam-se por vezes indivíduos que tinham cometido crimes em outros cantos, portanto susceptíveis de terem o gosto e a aptidão para o manejo das armas, e, além disso, contraíam uma dívida moral com quem lhes concedia asilo”⁴⁵². Com isso,

Os proprietários de terra queriam um empregado para administrar propriedades. Eles usavam muito isso. Procuravam chefes de polícias ou secretários de segurança pública e solicitavam dessas autoridades um empregado bom, daqueles que eram capazes de pegar pobres trabalhadores e rasgarem vivos e comerem cru. Então, quaisquer dessas autoridades os atendiam, mandando que eles fossem ao presídio e lá podiam levar o preferido, à sua escolha e na fazenda ele era tido como o monstro do terror [...]”⁴⁵³.

Relata José Hermínio Dionísio, em entrevista concedida à Van Ham (irmã Tonny), sobre a origem dos administradores de engenhos e fazendas, na região de Sapé, onde laborava e viveu fortes tensões em conflitos de terras. O comportamento violento dos administradores e “homens de confiança” dos proprietários, usineiros, fazendeiros era bastante valorizado pela classe patronal. Quando os moradores já não eram mais úteis aos proprietários ou passavam a cobrar o respeito a algum direito trabalhista, eram expulsos das terras. Caso oferecessem resistência,

terminam em morte. **O NORTE**. João Pessoa, 18 fev. 1984. Nº 279, Ano 75. p. 01. Exatamente um ano depois, é noticiado outra ocisão naquele mesmo município. Cf. Agricultor é morto a tiro em Dona Inês. O autor é identificado. **A UNIÃO**. João Pessoa, 18, fev. 1985. p. 8. No caso dos acidentes de trabalho, as evidências apontam que estes eram tratados como fatalidades. Esse era um discurso naturalizado pela própria imprensa do estado. Na verdade, fazia-se pouco caso quando eram vitimados empregados de engenhos, fazendas, usinas, como é o caso do acidente de trabalho na Destilaria Uma Agro-industrial S/A, em Sapé. Cf. Da moenda, saía sangue: era o operário triturado. **O NORTE**. 12 nov. 1984, p. 4.

⁴⁵¹ GARCIA JR. Afrânio Garcia. **O Sul**: caminho do roçado *Op. cit.* p. 47.

⁴⁵² *Idem*. p. 46.

⁴⁵³ HAM, Antônia Maria Van et al (Orgs.). **Memórias do povo**: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas – deixemos o povo falar. João Pessoa: Ideia, 2006. p. 259-260.

partia-se para estratégias mais duras, com os “homens de confiança” do proprietário entrando em cena. Geralmente, armados e usando de procedimentos agressivos, esses homens abordavam os moradores, intimidando-os e amedrontando-os, com o propósito de inibir qualquer reação. Não era raro que,

Com o terror da polícia, em propriedades desses proprietários de terra, acontecia de os moradores abandonarem suas casas, fugindo das agressões da polícia, na parte da noite, pois eles eram mais agressivos [...]. Em propriedades, por ordem dos mandatários estaduais, eram criados postos policiais em fazendas de proprietários, e até executar pobres homens [...]⁴⁵⁴.

O poder arbitrário exercido por esses senhores de terra, como o habitual uso privado do público, encontrava, em certos setores do Estado, o apoio irrestrito de muitas autoridades. A cultura política local e regional, e os acordos entre membros dessa classe, ofereciam condições necessárias para a funcionalidade de um sistema que capturava e apreendia o sujeito comum, mantendo-o dentro de uma rede coercitiva. Nas ações contrárias a esse jogo, as atuações do Ministério Público e da Justiça do Trabalho enfrentavam os maiores entraves para atuar de forma plena e satisfatória nessas áreas⁴⁵⁵.

Em páginas anteriores, foi apresentado, de forma resumida, um evento de caráter trágico ocorrido no município de Mari, no dia 15 de janeiro de 1964. É necessário retomá-lo para avaliar o nível de violência das ações da época contra camponeses paraibanos e a sua influência no acirramento das tensões no campo. Faltando, aproximadamente, 75 dias para se consumir o

⁴⁵⁴ *Idem*. p. 260

⁴⁵⁵ Até o início do século XXI, por exemplo, os delegados de polícia eram nomeados para atuarem em cargos comissionados. Em geral, ao ser eleito, o governador do estado redistribuía com os deputados de sua base, com os que foram candidatos e com aqueles que financiaram a campanha eleitoral; assim eram definidos os cargos de confiança em cada região e municípios (delegados, diretor da Cagepa, diretor da Saelpa, chefe da região de ensino, diretores de escolas estaduais, diretores de hospitais etc.). Desse modo, os deputados estaduais, líderes do partido e empresários, podiam indicar pessoas suas para ocupar esses cargos. Geralmente, essa distribuição era feita com os seus cabos eleitorais, pessoas que trabalharam durante as eleições, angariando votos para os candidatos do partido e/ou legenda. Em 2003, foi aprovada e sancionada a Lei Nº 7.310, de 16 de janeiro de 2003, que instituía a obrigatoriedade de concurso público para Delegado de Polícia Civil no Estado da Paraíba. Esse projeto de lei foi proposto pelo deputado estadual Frei Anastácio logo após a CPC que apurava a atuação de milícias privadas no campo, em 2001. No entanto, o Art. 2º que rezava: “a Secretaria de Segurança Pública do Estado disporá do prazo de cento e oitenta dias para promover a substituição dos Delegados Comissionados, através da realização de concurso público para provimento dos cargos”, foi revogado pelo governador na data de sua publicação. Cf. PARAÍBA. **Lei Nº 7.310, de 16 de janeiro de 2003**. Dispõe sobre a extinção de cargo de delegado comissionado e dá outras providências. João Pessoa, Assembleia Legislativa [2003]. Disponível em: <https://sspcpb.com.br/lei-no-7-310-de-16-de-janeiro-de-2003/>. Acesso em: 13 fev. 2022. Embora tenha sido realizado concurso público, alegando falta de recursos para manter os novos salários dos delegados concursados, o governo do estado propôs a prorrogação de um prazo de 365 dias, por meio da aprovação de lei. Cf. PARAÍBA. **Lei Nº 7.641, de 28 de julho de 2004**. Dispõe sobre a prorrogação do Prazo estabelecido no art. 2º da Lei nº 7.310, de 16 de janeiro de 2003, e dá outras providências. João Pessoa, Assembleia Legislativa [2004]. Disponível em: <https://sspcpb.com.br/lei-no-7-641-de-julho-de-2004-prorrogacao-de-prazo/>. Acesso em: 13 fev. 2022. Cf. também: PARAÍBA. Lei complementar Nº 58, de 30 de dezembro de 2003, que **dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do estado da Paraíba e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.pbprev.pb.gov.br/Pbprev/a-previdencia/arquivos-legislacao/9288fd01.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2021.

golpe civil-militar de 1964, um conflito armado que envolveu funcionários das usinas Santa Helena e São João, policiais militares e trabalhadores rurais, a poucos quilômetros de Sapé, culminou em 15 vítimas, sendo 11 fatais.

Esse acontecimento, conhecido como a “tragédia de Mari”, marcou profundamente as relações de trabalho na zona canavieira da Paraíba, num período em que se vivia um contexto político e social favorável aos mais altos níveis de conflitos armados no campo. Do cenário de violência da referida tragédia, ficou registrada uma “dantesca imagem (...) na paisagem tingida de vermelho”.⁴⁵⁶, registro de um dos mais chocantes e brutais enfrentamentos no campo da zona dominada pelas plantações de cana-de-açúcar na Paraíba.

Sem terras próprias, era comum as famílias recorrerem aos proprietários de terras para a concessão de uma pequena área para o cultivo de culturas de subsistência, principalmente o milho e o feijão. Geralmente, as principais atividades nessas pequenas lavouras (o plantio, o cultivo e a colheita) eram realizadas coletivamente, em reuniões denominadas pelos trabalhadores de mutirões. Foi assim que o presidente do STR de Mari, o senhor Antônio Galdino da Silva, conhecido como *Carioca*, conseguiu uma área de terra na fazenda Olho D'Água, de propriedade do senhor Manuel de Paula Magalhães e que era conhecido pelo apelido de Né de Paula.

Um dos mutirões foi marcado para o dia 15 de janeiro. Na manhã desse dia, um grupo de homens se dirigiu à fazenda Santo Antônio, de propriedade do usineiro Renato Ribeiro Coutinho, distando, aproximadamente, quatro quilômetros da Olho D'Água. O propósito da visita era convidar os moradores daquela fazenda para participarem da empreitada e, no mesmo ínterim, “para negociar o plantio (mutirões) também nas terras de Renato Ribeiro”⁴⁵⁷.

De acordo com o noticiado pela imprensa, o grupo de homens encontrou o administrador daquela fazenda, Arlindo Nunes da Silva, e “o capitão de campo”, Severino Carlos, para “uma conversa com o administrador, gerando-se um acordo, segundo o qual os camponeses ficariam com a metade da terra e o vigia com a outra metade”⁴⁵⁸. Em páginas de outro jornal uma reportagem informa que, “após algum tempo insistindo nesse tema, os homens do campo resolveram enchocalhar o administrador e, de fato, lhe colocaram um chocalho de vaca, numa

⁴⁵⁶ COELHO, Nelson. **A Tragédia de Mari**. João Pessoa: Ideia, 2004. p. 67.

⁴⁵⁷ SANTOS, Maria Clyvia Martins dos. “**A tragédia de Mari**”: resistência camponesa no município de Mari-PB em 1964. Dissertação (Mestrado em Geografia). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017. p. 85

⁴⁵⁸ Volta a jorrar sangue na zona conflagrada de Sapé. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 16 jan. 1964, p. 8.

clara vingança e humilhação”⁴⁵⁹. Além disso, temendo serem feridos, os trabalhadores apreenderam a arma que o administrador estava usando naquele momento, um revólver Smith & Wesson-Calibre 45, mas era de propriedade do usineiro Renato Ribeiro Coutinho⁴⁶⁰.

De acordo com a reportagem de **O NORTE**, após a contenda, os trabalhadores voltaram à fazenda Olho D’Água, continuando as atividades de plantação “em conjunto”. No entanto, “por volta do meio-dia (...) chegaram a essa propriedade duas viaturas: um jipe e uma caminhonete. Os dois veículos conduziam um grupo de pessoas estreitamente ligadas à administração das usinas São João e Santa Helena, além de policiais”. Uma conversa entre Fernando Gouveia, economista e “superintende das duas usinas”, e o líder sindical de Mari, Antônio Galdino da Silva, teve início. Em primeiro momento, o diálogo empreendido objetivava a devolução da arma tomado do administrador da fazenda Santo Antônio. “Carioca concordou em entregar a arma e já ia fazendo, quando o imprevisível aconteceu. Uma pessoa do grupo que chegara (aparentemente um dos policiais) gritou que deviam também enchocalhar o líder Carioca...”. Esse é o momento em que teve início o desfecho da tragédia⁴⁶¹.

Nas páginas de outro periódico da capital, a reportagem busca reproduzir o que seria um possível diálogo minutos antes do acontecido. De acordo com esse jornal,

Neste momento, foi travada uma acirrada altercação, entre o líder da turma de agricultores, chamado Antonio Galdino, o sr. Fernando Gouveia e o sargento de Santa Rita, que portava uma metralhadora. Não se identificaram as personagens, mas as palavras trocadas teriam sido, mais ou menos, as seguintes:

- Vocês enchocalharam o administrador de Santo Antônio, mas não enchocalham a gente.
- Tenha medo não, sargento, nós num vamos fazê isso.
- Pois quem vai levar chocalho agora são vocês.
- Mas antes do sinhô botá chocalho em nós, morre muita gente⁴⁶².

Evidentemente, para reproduzir as falas acima, o repórter se baseou nas entrevistas feitas às pessoas que presenciaram o ocorrido, inclusive a algumas vítimas que se encontravam hospitalizadas em decorrência da gravidade dos ferimentos. Neste estudo, não está em xeque a narrativa jornalística, apesar de se encontrar eivada de preconceitos, estereótipos e estigmas. A intenção é buscar compreender os fatos por uma aproximação e fazer aflorar as versões em seu contexto.

⁴⁵⁹ Hecatombe na Várzea. **O NORTE**. João Pessoa, 16 jan. 1964, p. 01. Em relação a outros periódicos que cobriram o evento, Cf. também: Agrava-se o problema camponês: dez pessoas trucidadas ontem. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 16 jan. 1964, p. 1.

⁴⁶⁰ Tratava-se de uma arma de uso privativo das Forças Armadas e essa procedência preocupava, principalmente, ao latifundiário e usineiro, o sr. Renato Ribeiro Coutinho.

⁴⁶¹ Hecatombe na Várzea. **O NORTE**. João Pessoa, 16 jan. 1964, p. 1.

⁴⁶² Volta a jorrar sangue na zona conflagrada de Sapé. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 16 jan. 1964, p. 8.

A devolução da arma não foi o estopim, mas o disparate em que o presidente do STR de Mari seria obrigado a sair dali com um chocalho pendurado no pescoço, em retaliação à ação sofrida pelo administrador horas antes. Tal clímax elevou os nervos de ambas as partes, resultando num saldo de 15 vítimas, 11 mortos (o presidente do STR de Mari, Antônio Galdino, 6 trabalhadores rurais, 3 policiais militares, 1 funcionário da fazenda) e 4 feridos (2 trabalhadores rurais, 1 estudante e 1 funcionário da fazenda)⁴⁶³.

Ainda nessa mesma matéria jornalística, o autor assegura: “a fúria com que se travou o conflito é indescritível”. E, em seguida, talvez para chocar o leitor, revela: “um dos corpos apresentava mais de dez golpes de peixeira na região torácica. Outros tinham o crânio esfacelado, com a massa encefálica exposta”. Além disso, “o jipe usado pelo sr. Fernando Gouveia foi incendiado, depois de ser danificado pelos camponeses que bateram contra o capô e a carroceria com enxadas e foice. A carroceria foi estraçalhada a faca-peixeira”⁴⁶⁴.

Informações como essas foram o suficiente para que o autor da reportagem elaborasse o seu ponto de vista sobre o evento, supondo a origem e direção da “fúria”. Nesse sentido, os estereótipos e preconceitos deram base à narrativa jornalística, segundo a qual, após o primeiro disparo, “os camponeses, usando os seus instrumentos de trabalho, caíram sobre os soldados e vigias com uma fúria diabólica, atingindo-os em todas as regiões do corpo”⁴⁶⁵. A ênfase dada às ações dos trabalhadores se alinha às imagens negativas que, à época, já se tinha produzido sobre as Ligas Camponesas no imaginário social.

O acontecido rotulou parte das lutas da gente pobre do campo, consistindo em uma marca profunda e carregada, no seu aspecto sombrio, que fundou um período em que predominou nessa área o medo e o silêncio. Para os proprietários de terra, donos de um capital material e simbólico, literalmente não houve a menor consequência. No entanto, para os trabalhadores rurais, o resultado foi inverso. Algumas dessas famílias, por exemplo, foram obrigadas a migrarem para outras regiões, temendo sofrer represálias maiores.

Em sessão da Assembleia Legislativa da Paraíba, em janeiro de 1964, após o incidente no município de Mari, o deputado Batista Brandão afirmou: “os proprietários de terra não desejam ensopar o solo paraibano com o sangue dos camponeses. O que querem é trabalhar e produzir. O proprietário precisa do trabalhador tanto quanto este daquele”⁴⁶⁶. Ao que parece, o

⁴⁶³ COELHO, Nelson. **A Tragédia de Mari**. João Pessoa: Ideia, 2004. p. 68-70

⁴⁶⁴ Volta a jorrar sangue na zona conflagrada de Sapé. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 16 jan. 1964, p. 8.

⁴⁶⁵ *Idem*.

⁴⁶⁶ Problema agrário foi o assunto principal da seção de ontem. **A UNIÃO**. João Pessoa, 22 jan. 1964, Nº 17, p. 8.

parlamentar não parecia estar preocupado com as vidas perdidas, ou que se podia perder, mas com os negócios dos proprietários de terra.

Em relação à arma utilizada no ocorrido, talvez seja importante aqui um adendo. Em seu livro *A Tragédia de Mari*, o jornalista Nélson Coelho rememora um depoimento prestado pelo industrial e político Renato Ribeiro Coutinho no ano de 1976. Naquele ano, seriam realizadas as eleições municipais e, como sempre, o usineiro empreendia esforços no sentido de eleger as candidaturas majoritárias por ele apoiadas em vários municípios do estado.

Tratava-se de “uma sexta-feira de setembro”, provavelmente após o almoço na usina Santa Helena, ladeado de amigos. O industrial “necessitando, talvez, lavar a alma, abriu o coração, falou muitas coisas...”, até lembrar o 15 de janeiro de 1964. Nesse ínterim, revelou ali “a procedência da arma”. Em seu trabalho de rememoração, o aludido jornalista buscou reproduzir a narrativa do usineiro, da qual é transcrita a seguinte passagem:

Este revólver foi um presente que recebi de um general. Na Paraíba, ninguém pode desconhecer as minhas ligações com os militares. Tenho um título de comendador, conferido pelo Exército brasileiro. Recebi algumas outras condecorações, em virtude dos serviços que tenho prestado, segundo portarias, repleta de considerandos, assinada por eminentes chefes militares. Não vejo nada demais ter sido presenteado com aquela arma. Aliás, julgava-me merecedor daquele mimo⁴⁶⁷.

Em sua narrativa, o usineiro explicita as estreitas relações que mantinha com autoridades do Exército brasileiro, o que não era uma exclusividade de sua pessoa, pois toda a elite política e econômica do Estado gozava de privilégio semelhante. Ainda segundo o jornalista, o usineiro asseverou: “existem... diversos políticos paraibanos que possuem armas privativas. Elas foram presenteadas, em mais de dez unidades, pelo almirante Cândido Aragão, quando da sua visita ao Estado nos anos de 1962 e 1963”. E continuou afirmando: “Aragão presenteou seus camaradas com pistolas automáticas, calibre 45”⁴⁶⁸.

Nesse sentido, Moniz Bandeira assegura que, no ano de 1963, em vários estados brasileiros, autoridades do Exército estavam “armando os fazendeiros” e/ou “distribuindo petrechos bélicos” com aqueles que pretendiam um golpe de estado. Em todo o Nordeste as classes agrárias mantinham sua milícia armada e recebiam apoio das Forças Armadas⁴⁶⁹.

Na década de 1970, os termos que muitos engenhos, fazendas e/ou usinas usavam para designar alguns de seus empregados, como administradores e que atuavam na vigilância da propriedade, traduziam vocábulos específicos de outras eras, como é o caso da expressão

⁴⁶⁷ COELHO, Nelson. **A Tragédia de Mari**. João Pessoa: Ideia, 2004. p. 257.

⁴⁶⁸ *Ibidem*.

⁴⁶⁹ BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 124-125

“capitão de campo”. Eis por que, por exemplo, no ano de 1974, durante as atividades de apuração de um processo trabalhista que tinha como ré a Fazenda Santa Luzia, pertencente à usina Santa Helena, as autoridades da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa, ouviram o depoimento de um de seus empregados, na posição de “testemunha da acusada”, e que exercia a função de “capitão de campo”. Durante o seu depoimento, possivelmente interrogado sobre a sua atividade laboral, o funcionário explicava “que a função de capitão de campo é percorrer as terras que fazem parte da usina reclamada e que os demais chefes, digo, chefes de serviço ficam sob controle do depoente”⁴⁷⁰.

No entanto, o uso do termo “capitão de campo” parece ter assustado ao presidente (e provavelmente ao vogal dos empregados) daquela JCJ quando, nos fundamentos da decisão do processo trabalhista, emitiu, explicitamente, o seu repúdio a esse modelo de empregado, tão em voga à época, onde se encontrava implícita, nessas relações trabalhistas, certa violência. Nesse sentido, declarou-se naquele relatório: “é inadmissível, uma vez que a reclamada é empresa poderosa e mantém um regime disciplinar rigoroso, tendo até um ‘Capitão de Campo’, título medieval do tempo da servidão escravocrata...”⁴⁷¹.

Comumente os administradores e/ou outros empregados que ocupavam funções administrativas em engenhos, fazendas e/ou usina desenvolviam as suas atividades portando uma arma na cintura. Graças a este estado de exceção, as relações de trabalho, no mundo rural, foram tensionadas, sobretudo na zona açucareira. Uma vez ou outra se noticiava algum acidente e/ou assassinato dentro dessas relações⁴⁷². E, nesses casos, o trabalhador quase sempre era a vítima indefesa.

Em reportagem de 1978, um jornal denunciava a violência praticada por certo administrador de fazenda. Trata-se de caso ocorrido na fazenda Piacas, em Itabaiana, na mesorregião da Zona da Mata. Naquela ocasião, “enquanto batia no agricultor, o administrador da fazenda dizia que estava obedecendo à ordem do dono da propriedade, sr. José Veloso, ao mesmo tempo em que afirmava não ‘haver justiça para os agricultores’”. O denunciante ainda narra que, “aos gritos Antonio Miguel desferia os golpes e declarava em voz alta para uma platéia de agricultores estarecida e amedrontada: ‘aqui, com o apoio do dono, eu faço o que quero’”. Essa fala revela o poder arbitrário exercido pelo administrador com autorização expressa do proprietário para que agisse de acordo com a suposta necessidade. Esse empregado,

⁴⁷⁰ Tratava-se de Eliezer Jorge de Carvalho, de 58 anos, e que exercia as funções de empregado “entre as fazendas S. João e Santa Helena há 29 anos”, residindo na fazenda Santa Luzia. Cf. Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo Nº. 55/74**. p. 32.

⁴⁷¹ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo Nº. 55/74**. p. 37

⁴⁷² Lavrador baleado pelo rival na Usina S. Rita. **O NORTE**. João Pessoa, 14 jan. 1975, Nº 11, p. 8.

tendo conhecimento de que setores do estado se encontravam a serviço do seu patrão, argumentava, “dirigindo-se aos companheiros de Aluísio: ‘O que adiantou vocês irem à Secretaria de Segurança [Pública]?’”⁴⁷³.

No município de Santa Rita, na usina São João, um caso de violência foi denunciado pela trabalhadora Antônia Maria da Conceição, de 33 anos de idade, mãe de três filhos menores. De acordo com a sua denúncia, “há 18 anos [ela] e o seu companheiro Manuel Augusto Antônio trabalham no serviço de limpêsa de mato na Usina São João, onde são tratados pelo capitão do mato Agostinho de Tal, como verdadeiros animais”. Insatisfeita com o tratamento recebido, ela foi reclamar ao apontador “Luiz Maia a desigualdade de tratamento que êle vinha lhe dispensando sôbre os demais trabalhadores...”⁴⁷⁴.

Não sendo ouvida, “foi Antônia Maria da Conceição agredida a pauladas pelo perverso apontador, até deixá-la em precárias condições físicas”. Nesses espaços, predominava o comportamento arbitrário do patrão e de seus funcionários de confiança. E, para inibir qualquer manifestação de resistência, recorria-se quase sempre à intimidação moral com o emprego da força física, acompanhada da difamação e da humilhação. No caso de Antônia, “a pancadaria foi dirigida pelo capitão do mato Agostinho de Tal, que esbravejava: ‘Dá umas pancadas nessa égua para deixar de reclamar serviço’. Agostinho na ocasião se encontrava acompanhado por cinco capangas”⁴⁷⁵.

Além de ter ido à redação de um jornal da capital, “apresentando ferimento contuso na região craniana e manchas de coloração violácea pelos braços, produzidos por instrumento contundente”, a vítima levou o caso adiante. Essa violência não terminou nas páginas de jornais. De modo igual, ela foi denunciada à justiça do trabalho da capital. Com isso, a empregadora se tornou reclamada em processo trabalhista na 2ª JCI de João Pessoa, no qual o esposo de Antônia, reclamante, pleiteava uma “quantia de Cr\$ 8.996,40, referente à indenização em dôbro e oito períodos de férias”⁴⁷⁶.

Nas páginas do processo, consta que Manuel Augusto Antônio, além de “ter sido ameaçado pelo administrador da Fazenda”, teve “espancada a sua companheira”. Assim, a própria usina admitiu “a ameaça à vida do Reclamante e a agressão sofrida por sua companheira, esclarecendo que o agressor é chefe do setor pecuário”. Com isso, nos “fundamentos da decisão”, foi concluído que, “mesmo em se admitindo a escusa da Reclamada

⁴⁷³ Espancamento decepa orelha de um agricultor em Piacas. **O NORTE**. João Pessoa, 27 set. 1978, Nº 611, p. 01.

⁴⁷⁴ Camponêsa espancada pelo feitor da usina. **O NORTE**. João Pessoa, 23 jul. 1971 Nº 5.592, p. 12.

⁴⁷⁵ *Idem*.

⁴⁷⁶ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo Nº. 408/71**, p. 72-73

de que não estaria o Reclamante subordinado ao agressor de sua mulher, teria a Reclamada dado motivo à rescisão unilateral do contrato de trabalho por parte do empregado”, na medida em “que sua é a obrigação de garantir a disciplina da empresa e integridade física de todos os seus empregados”. Desse modo, a reclamação do empregado foi julgada procedente⁴⁷⁷.

No entanto, a usina São João recorreu a uma instância maior, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, sediado em Recife-PE (TRT-PE). De todo modo, considerando que “admitiu a Reclamada, na contestação, a ameaça à vida do Reclamante e a agressão sofrida por sua companheira”, aquele tribunal deferiu a execução, reconhecendo o julgado e dando, mais uma vez, ganho de causa àquele trabalhador⁴⁷⁸.

Outro caso de violência se deu na fazenda Santa Luzia, município de Cruz do Espírito Santo, em terras destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar e de propriedade do usineiro Renato Ribeiro Coutinho. No ano de 1974, a 1ª JCI de João Pessoa recebeu uma reclamação do trabalhador Martins Medeiros dos Santos, morador daquela fazenda, de que tinha sofrido violência praticada pelos empregados da fazenda. Trabalhador desde o ano de 1937, Martins Medeiros narra o seguinte à JCI:

- 2.às 12 horas do dia 26 de dezembro de 1973, estava almoçando na mesa da sua casa, quando repentinamente foi retirado pelo vigia de nome – Messias Cruz – aos tabefes, sendo entregue à polícia;
- 3.que a ordem de retirar-lhe da mesa, foi dada pelo Capitão de Campo de nome Eliezer;
- 4.que o citado Eliezer, juntamente a polícia, exigia do reclamante, dizer quem estava queimando cana da Fazenda, e, como o reclamante não sabia, foi-lhe vedado os olhos com um saco e amarrado pelos pés com uma corda, levantado até certa altura e soltado sobre o solo várias vezes;
- 5.que a cada ato semelhante, alguém lhe perguntava se já havia andado de avião, e como o reclamante respondia que não, lhe respondiam que esprementasse (sic) a sensação e soltavam-no de encontro ao solo;
- 6.que foi por demais espancado pelos vigias a mandado do Capitão Eliezer;”⁴⁷⁹.

A imprensa não deixava de noticiar situações de violência, embora lhes reservasse sempre as últimas páginas dos periódicos impressos e/ou espaços com menor visibilidade. Não eram raras as reportagens de ações violentas cujas vítimas eram trabalhadores rurais da palha da cana. Cada vez mais, as denúncias evidenciavam “um clima de violência contra os

⁴⁷⁷ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo Nº. 408/71**. p. 72-73

⁴⁷⁸ *Idem*. p. 75.

⁴⁷⁹ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo Nº. 55/74**. p. 3.

trabalhadores rurais praticado [não apenas] por vigias de usinas”, engenhos e fazendas, mas também por outros funcionários de confiança do proprietário e pela própria polícia militar⁴⁸⁰.

Mas nem sempre as mulheres e homens que laboravam na palha da cana se sentiam encorajados e/ou recebiam apoio da imprensa, de entidade sindical ou de algum órgão ligado diretamente aos direitos humanos para realizar uma denúncia e seguir adiante com ela. Nesse sentido, ao se sentir desprotegido e temendo retaliações, acabavam, muitas vezes, por omitir a autoria do crime. Um caso ocorrido no município de Cruz do Espírito Santo, no ano de 1976, nos pode servir, aqui, de ilustração. De acordo com a reportagem, a vítima, um trabalhador de vinte anos de idade, “declarou ter sido baleado por indivíduo desconhecido, na ocasião em que retornava ao seu domicílio, vindo do local de trabalho”. Todavia, a imprensa descobriu uma “outra versão a respeito do fato, a de que José Alexandre foi ferido pelo administrador da propriedade, porém não quer[ia] denunciá-lo à polícia temendo nova represália”⁴⁸¹. Essa última narrativa parece ser a mais provável, uma vez que eram muito comuns os relatos de ameaças realizadas pelo administrador, pelo vigilante e, até mesmo, pelo próprio patrão.

Nesse sentido, no município de Gurinhém, por exemplo, em 1974, uma notícia dava “conta de que o agricultor Arquimedes Ramos de Paiva, residente no distrito de Riacho Verde, foi surrado pelo proprietário rural Hermes Monteiro de Melo”. A razão do espancamento era “pelo fato de [Arquimedes] ter sido arrolado como uma das testemunhas contra o agressor numa questão de indenização de benfeitorias que tramita[va] em Juízo”. Ainda de acordo com a notícia, “o rurícola foi agredido e surrado na ocasião em que caminhava para o local de trabalho. Na ocasião o agressor jurou de morte a vítima, se por ventura tentasse comparecer à Justiça para depor”⁴⁸².

Em fins da década de 1970, à medida em que ocorre uma abertura política no regime ditatorial, as organizações de classe e os movimentos sociais encontram espaços e condições políticas para manifestar a sua indignação à violência sofrida por suas categorias e a demanda por direitos sociais e políticos violados durante o regime. As tensões entre os trabalhadores rurais e a classe agrária também aumentam consideravelmente e, como já foi visto anteriormente, elevou-se assustadoramente no campo canavieiro as ameaças, expulsões e assassinatos.

⁴⁸⁰ Trabalhador é despejado de fazenda com família. **O NORTE**. João Pessoa, 13 ago. 1974, Ano 67, Nº 5. 339, p. 7.

⁴⁸¹ Agricultor é baleado por um marginal na fazenda Santana. **O NORTE**. João Pessoa, 21 jul. 1976, Ano 69, Nº 470, p. 08.

⁴⁸² Surrou a testemunha para não depor. **O NORTE**. João Pessoa, 05 fev. 1974, Ano 67, Nº 5.339, p. 6.

Um dos casos emblemáticos de violência patronal no campo, conforme já indicado, foi o de Alagamar, latifúndio que envolvia os municípios de Caaporã, Itabaiana e Salgado de São Félix. Apenas no ano de 1978, por exemplo, as ações de violência contra os moradores daquelas terras e fazendas vizinhas tornaram-se títulos de várias reportagens que denunciavam as pressões, presença de pistoleiros, ameaças, destruição de plantações, prisões de moradores e formas de resistência das próprias famílias que ali viviam⁴⁸³.

Numa dessas reportagens da época, os moradores denuncia[ra]m a presença constante de pistoleiros nas terras das fazendas de Alagamar e Piacas. Sendo a polícia informada sobre a situação que amedrontava os moradores, um destacamento policial foi enviado para o local do delito, mas “não conseguiu encontrar nada de anormal. Di[sseram] os agricultores que os pistoleiros se esconderam e recolheram todas as suas armas”. No entanto, o sr. Severino Isidro Faustino notificou a esse respeito: “logo que a polícia saiu eles voltaram e parece que estão mesmo querendo é matar a gente”. Esse agricultor se deslocou, então, para João Pessoa, juntamente com outros moradores, para “cobrar a promessa feita pelo Governador”. Em seus relatos eles afirmaram que

Quando os policiais chegaram a Fazenda, o filho do proprietário José Veloso de Araújo antecipou-se e escondeu todas as armas. Os pistoleiros fugiram mas, logo que a polícia retirou-se eles voltaram e as ameaças continuam. ‘Eles voltam normalmente à noite e ficam disparando seus revólveres em todas as direções. Nossos filhos já não vão mais nem para a escola, com medo de serem mortos ou sequestrados pelos pistoleiros que, com isso, pretendem obrigar a nossa saída da fazenda.

⁴⁸³ No ano de 1978 o jornal O NORTE publicou várias reportagens que abordam os conflitos nas fazendas que compreendem a “Grande Alagamar”. Cf.: Agricultores recolhidos ao xadrez. **O NORTE**. João Pessoa, 12 jan. 1978, Nº 362, p. 10. Vereador pede apoio dos católicos para a nova campanha da Igreja. **O NORTE**. João Pessoa, 18 fev. 1978, Nº 396, p. 5. Igreja tomou posição ao lado dos agricultores de Alagamar. **O NORTE**. João Pessoa, 23 fev. 1978, Nº 401, p. 3. Cana feijão e milho. **O NORTE**. João Pessoa, 14 mar. 1978, Nº 420, Primeiro Caderno p. 4. Agricultores aguardam decisão da justiça em torno de suas queixas. **O NORTE**. João Pessoa, 18 mai. 1978, Segundo Caderno, p. 8. Fetag diz que agricultores de Alagamar continuam sob pressão. **O NORTE**. João Pessoa, 08 jul. 1978, Nº 532, p. 3. Agricultores de Alagamar ameaçado por pistoleiros. **O NORTE**. João Pessoa, 10 ago. 1978, Nº 564, p. 1. Agricultores tiroteados em Alagamar. **O NORTE**. João Pessoa, 15 ago. 1978, Nº 569, 1. Famílias de colonos trancam as casas com medo dos pistoleiros. **O NORTE**. João Pessoa, 16 ago. 1978, Nº 570, p. 3. INCRA silencia e proíbe falar sobre Alagamar. **O NORTE**. João Pessoa, 18 ago. 1978, Nº 572, p. 1. Mais uma violência em Alagamar. **O NORTE**. João Pessoa, 31 ago. 1978, Nº 585, p. 1. Poderosos estão ainda ameaçando os agricultores. **O NORTE**. João Pessoa, 18 set. 1978, Nº 602, p. 5. Pistoleiros ainda estão em Alagamar. **O NORTE**. João Pessoa, 21 set. 1978, Nº 605, p. 1. Denunciado massacre de Agricultores em Alagamar. **O NORTE**. João Pessoa, 28 set. 1978, Nº 612, p. 05. Igreja da Paraíba adverte para violência em Piacas. **O NORTE**. João Pessoa, 28 set. 1978, Ano 70, Nº 612, p. 1. Agricultores ameaçados para deixarem “mania de reuniões”. **O NORTE**. João Pessoa, 22 out. 1978, Nº 634, p. 3. Camponeses de Alagamar impedidos de entregar memorial ao Chefe da Nação. **O NORTE**. João Pessoa, 08 nov. 1978, Nº 650, p. 1. Desapropriadas áreas em Alagamar e Piacas. **O NORTE**. João Pessoa, 09 nov. 1978, Nº 651, p. 1. O exemplo de Alagamar, um marco na luta pela terra. **O NORTE**. João Pessoa, 10 nov. 1978, Nº 652, p. 4. Desapropriação de Alagamar foi tema de reunião de sindicatos. **O NORTE**. João Pessoa, 24 nov. 1978, Nº 666, p. 3. Em Alagamar, não se está respeitando desapropriação determinada por Geisel. **O NORTE**. João Pessoa, 02 dez. 1978, Nº 674, p. 3. Deputados aprontam relatório sobre a Fazenda Alagamar. **O NORTE**. João Pessoa, 03 dez. 1978, Nº 676, p. 3.

A afirmação é de Manoel Benjamim Alves, que disse ainda que os pistoleiros não estão permitindo mais nem que eles se reúnam em suas residências, para tratarem de assuntos ligados às suas atividades rurais. ‘Eles inclusive já invadiram minha residência, ostensivamente armados e disseram que ‘o patrão já avisou que não quer essas reuniões na fazenda dele, portanto, é melhor vocês não se reunirem porque, do contrário, vão ter aborrecimentos’⁴⁸⁴.

Os novos proprietários da Alagamar desejavam ocupar todas as áreas do latifúndio com o cultivo da cana-de-açúcar. Todavia, essa expansão encontrava resistência na luta dos moradores, que receberam o apoio de setores da igreja católica e de organizações da sociedade civil, um entrave que não conseguia ser desarticulado legalmente. Desse modo, aqueles latifundiários encontravam numa milícia privada uma estratégia que conseguiu expulsar muitas famílias daquela área. Além de tudo isso, as terras de Alagamar também eram vigiadas pelos governos militares. Em depoimento à Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba – CEVPM-PB, em 01 de agosto de 2016, a irmã franciscana Marlene Burgers conta que:

foi tanto a repercussão dessa luta, que o Curió do [Serviço Nacional de Informação⁴⁸⁵] SNI, [Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido como] major Curió, ele colocou dois agentes do SNI dentro de Alagamar. Era o Jason e o Gilvan. Nesse tempo a gente não podia chegar. Quando a gente entrava em Alagamar eles seguiam a gente. Não tinha mais condição de fazer a reunião, participar da organização do povo. O próprio major Curió teve presente em Alagamar também⁴⁸⁶.

Discutindo sobre os dez anos do Proálcool na Paraíba, no final do regime militar, certo colunista do jornal O NORTE lembra que esse Programa foi, evidentemente, benéfico para o latifúndio, mas que, para os trabalhadores, não teve retorno algum. Pelo contrário, ele se tornou o maior responsável pelo aumento das tensões no campo na região da zona canavieira. Assim, pontua:

A Paraíba inteira já ouviu falar de Mucatu, Abial, Coqueirinho, Camucim, Cachorrinho, Subaúma, Alagamar, Árvore Alta, Guruji. Cada nome é um conflito social surgido em nome do avanço do Pró-álcool. A Paraíba está em ebulição no campo, com 38 áreas de conflitos. Proporcionalmente é a região

⁴⁸⁴ Agricultores ameaçados para deixarem “mania de reuniões”. O NORTE *Op cit.*

⁴⁸⁵ A pesquisa realizada por Olga Ferreira descortina as ações do SNI e sua vigilância às ações da Igreja Católica na Paraíba. Cf. FERREIRA, Olga Larissa Veiga. “**Onde termina a justiça social e começa a subversão?**”: igreja católica progressista e movimentos sociais no campo, sob a vigilância do SNI, na Paraíba (1975-1985). Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2020. Como já vimos no capítulo 2, o SNI também fez a sua vigilância aos grupos políticos de esquerda. Cf. SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. **A política paraibana vigiada: políticos e militares sob os olhos do SNI (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2020.

⁴⁸⁶ A freira holandesa, irmã Marlene Burgers, chegou ao Brasil em 1967 e, três anos depois, veio para a Paraíba. A convite do arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, passou a trabalhar na “Equipe Promoção Humana” da Arquidiocese, acompanhando as comunidades. PARAÍBA. **Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**. Relatório Final. João Pessoa: A UNIÃO, 2017. p. 393. Disponível em: [file:///C:/Users/Rivaldo/Downloads/CEV-PB_Relat%C3%B3rio%20Final%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Rivaldo/Downloads/CEV-PB_Relat%C3%B3rio%20Final%20(1).pdf). Acesso em: 26 jun. 2021.

mais tensa do Brasil. Não houvesse o Pró-álcool e menos teríamos tensões sociais, êxodo no campo, concentração de terras, bagaços humanos que a indústria da cana jogou nas periferias das cidades.

Também teríamos lavoura de subsistência mais abundante, mais barata. Os humildes plantam a refeição de cada dia. O Pró-álcool planta cana. A comida começa a ser importada de grandes distâncias⁴⁸⁷.

Nessa perspectiva, o Pro-álcool, além de expulsar das terras quem, realmente, a explorava sem maiores prejuízos para o meio ambiente e as vidas humanas, ainda contribuiu diretamente para o aumento da concentração fundiária. Desse modo, o resultado foi o crescimento da miséria e pobreza nas áreas dominadas pela zona canavieira, e a intensificação da violência contra as populações pobres que sobreviviam da agricultura. Uma das razões dessa situação se deve ao fato de, para a lógica do capitalismo, os corpos somente importam quando oferecem o que há de mais substancial para esse modo de produção: a sua força de trabalho.

Esse crescimento da violência no campo, no decorrer das décadas de 1970 e 1980, foi notável, também, no município de Alagoa Grande. Durante as reuniões do STR, de acordo com as falas dos seus associados, as denúncias de opressão, ameaças e humilhações se tornaram uma constante. Por exemplo, em junho de 1982, o canavieiro Francisco Nascimento – um dos nossos entrevistados e morador do “Engenho Ribeiro [denunciava, àquela entidade, ao revelar que] tinha sido torturado pelo filho do proprietário”. Nessa mesma reunião, a então presidente desse mesmo órgão assegurou a respeito “que o sindicato já tinha tomado as medidas necessárias”⁴⁸⁸.

Na entrevista, seu Francisco Nascimento relembra as humilhações e ameaças que viveu com a sua família enquanto moravam e laboravam em terras do proprietário daquele engenho, o senhor Francisco de Lino Cavalcante de Miranda:

Os filhos dele me ameaçaram. Eu ia chegando com uma carga de mandioca na casa de farinha, eles deram no meu animal e tudo mais, empataram de eu não fazer mais farinha lá. Aí, tá certo, eu tirei a mandioca, aí fui fazer noutra casa de farinha. Aí foi dando, foi dando, aí eu... dizendo, não deram mais serviço a gente, nem a eu nem a Edmilson. Aí com um tempo eu fui trabalhar em [usina] Santa Maria. (...) Eu sei que depois ele derrubou os pés de laranja, derrubou tudo. (...) Quando foi com dois anos ele teve que me pagar. Caçaram eu, meus mandatos, para me botar para fora como uma justa causa, né? Mais não tiveram força para isso porque não encontraram defeito, né? Eu tô dizendo que Deus é bom!⁴⁸⁹.

A história da cana-de-açúcar é, sobretudo, a história do poder arbitrário do senhor de terras, da exploração e expropriação do “mais fraco” pelo “mais forte”, da opressão e humilhação, da dor na zona canavieira. É uma história da resistência da gente que laborava na

⁴⁸⁷ Emprego e Terra. **O NORTE**. João Pessoa, 27 nov. 1985, p. 6.

⁴⁸⁸ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 11 de junho de 1982**. Livro de Atas V (1982-1984). Fl. 02.

⁴⁸⁹ NASCIMENTO, Francisco. **Entrevista concedida a Op. cit.**

palha da cana. Apesar de toda a brutalidade com que o homem e a mulher do campo foram tratados por proprietários de terras, usineiros e agentes de alguns setores do próprio Estado, a luta de resistência daqueles atores sociais se ampliou. E é importante lembrar que um dos maiores ícones da barbárie no campo, a presidente do STR de Alagoa Grande, Margarida Maria Alves, assassinada em 12 agosto de 1983, não foi e jamais será esquecida pela história. Na verdade, essa líder tornou-se, no seio dos movimentos sociais do campo e das mulheres, um dos maiores ícones da história da resistência.

A premeditação dos seus mentores e a forma como Margarida Maria Alves foi executada revelam a intensidade da violência no mundo agrário. A sindicalista se tornou um grande incômodo para o Grupo da Várzea, justamente por conta de sua política de combate ao descumprimento das leis trabalhistas por proprietários rurais e usineiros. A bandeira de luta dessa sindicalista defendia melhores condições de trabalho para os trabalhadores, a saber: carteira assinada, pagamento de salário digno, férias remuneradas, jornada de trabalho de até 8 horas diárias, remuneração de horas extras, repouso semanal remunerado, 13º salário, respeito à Lei do Sítio etc⁴⁹⁰.

De acordo com uma de nossas entrevistadas, Luzia Ferreira, *“nenhum dia ela deixou de ir nas bases olhar como era que estava o trabalho. Que a gente chamava eito, né? E ela não deixou de ir e nem de falar e lutar pelos direitos dos trabalhadores”*⁴⁹¹. Em suas visitas *in loco*, fiscalizava o tratamento dispensado pelo patrão aos seus empregados no campo de trabalho, buscando esclarecer a estes a importância da luta política e a necessidade de cobrar o reconhecimento aos direitos trabalhistas, o que era considerado por muitos dos associados do STR uma verdadeira cruzada. E o empreendimento dessa luta teve sucesso. Por essa razão, a referida líder sindical sofrera várias ameaças, com o propósito de intimidá-la, sem muito sucesso⁴⁹². Aquela entrevistada ainda afirma em sua fala: *“E foi quando eles começaram observar que ela estava fazendo muita coisa. E começou a perseguição, começou a perseguição, (...) mais ela, mesmo assim com a perseguição ela sabia, ele [Agnaldo Velloso Borges] estava ameaçando ela, mas ela não deixou de trabalhar”*⁴⁹³.

⁴⁹⁰ ALBUQUERQUE, Marcos Cavalcanti de *et al* (Orgs.). **Processos e julgados históricos da Paraíba**. João Pessoa: Tribunal de Justiça, 2012. p. 523-602. Cf.: também: BARBOSA, Sebastião. **A mão armada do latifúndio: Margarida, quantos ainda morrerão?** João Pessoa: Editora A União, 1984.

⁴⁹¹ FERREIRA, Luzia Soares. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. Alagoa Grande-PB, 18 jul. 2014.

⁴⁹² SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS de Alagoa Grande. **Ofício**. 1983. NIDHR/UFPB; Ofício revela resposta a ameaças de usineiros. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 28 ago. 1983. p. 7.

⁴⁹³ FERREIRA, Luzia Soares. **Entrevista concedida a...** *Op. cit.*

Em sua luta Margarida, já tinha denunciado ameaças que a diretoria do STR de Alagoa Grande vinha recebendo. Em sua fala, discursando aos trabalhadores de Sapé, em ato de comemoração ao 1º de maio de 1983, denunciava: “companheiros, a prepotência dos proprietários rurais de Alagoa Grande estão oprimindo a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e ainda na última sexta-feira recebemos uma agressão”. No entanto, como sempre, a sindicalista procurava demonstrar, em seus discursos, possuir espírito resolutivo, despistando qualquer atitude ou fala que representasse medo e/ou fragilidade de sua parte⁴⁹⁴.

Ainda nesse aludido discurso, declarou: “mas quero dizer a vocês que não tememos qualquer ameaça e vamos a luta até o fim por melhores condições de vida dos trabalhadores rurais da Paraíba dêa isso a quem doer, goste quem gostar...”⁴⁹⁵.

Dois anos antes, a sindicalista já tinha deixado registrado ameaças de proprietários de terras à diretoria daquela entidade. Em suas ações, “a diretoria [do STR de Alagoa Grande] estava fazendo um trabalho de base, indo aos Engenhos, Fazendas, Sítios etc. com isso conseguiu descobrir novas lideranças”. Além disso, também estava “com várias reclamações na Justiça do Trabalho, em Campina Grande-PB”⁴⁹⁶.

Esse movimento de resistência desagradou, e muito, a classe agrária daquele município e daquela região. Como consequência disso, “os proprietários começaram a fazer opressão a diretoria do sindicato, fazendo ameaças, dizendo que iria quebrar de pau, atirar na presidente, atirar na sede do sindicato e...”, além de tudo isso, ameaçavam “fechar a sua sede, passar carro por cima da presidente, afinal a presidente do sindicato o que estava querendo mesmo era uma bala sem esperar”. O tom de denúncia, nesse ofício carregado de ameaças e significado político, expressa uma violência psíquica sofrida pela sindicalista e por integrantes da diretoria da referida entidade. No entanto, o exercício do poder arbitrário dos senhores de terra, apesar de toda força empregada,

não fez calar a voz da presidente e nem tão pouco perder as suas ações como representante classista. Prometeram também balar o secretário do sindicato, porque acompanhava a presidente no trabalho de base; não conseguiram amedrontar a diretoria.

O que fizeram denunciaram da presidente do sindicato, dizendo que ela estava jogando os trabalhadores em cima dos empregadores estava mesmo agitando os moradores e trabalhadores de Alagoa Grande. **Conseguiram do Ministério do Trabalho, proibir a presidente do sindicato, fazer o seu trabalho de base, porque foi considerado pelo Ministério do Trabalho reunião**, como

⁴⁹⁴ ALVES, Margarida Maria. Fala em comemoração ao 1º de maio. Sapé, 01 de maio de 1983. In: BARBOSA, Sebastião. **A mão armada do latifúndio**: Margarida, quantos ainda morrerão? João Pessoa: Editora A UNIÃO, 1984. p. 43.

⁴⁹⁵ *Ibidem*.

⁴⁹⁶ O ofício é assinado pela presidente, Margarida Maria Alves. Cf. Ofício do STR de Alagoa Grande. Alagoa Grande: datilografado, 01 abr. 1981. *apud* BARBOSA, Sebastião....*Op. cit.* p. 29.

de fato que onde se reúne dois ou três é reunião. Como os poderosos não conseguiram calar a voz da diretoria do sindicato, começaram fazer ameaças aos seus moradores, dizendo que tem de deixar de ir na sede do sindicato, se não deixar de ir eles botam para fora e se não saírem dar uma pisa boa, atira na cabeça, sai no caixão, outros ameaçam de queimar a casa, botar trator por cima da casa e do roçado forçando o trabalhador fazer acordo fraco se não fizer atira [e] deixa quase morto, ameaçam de não deixar plantar proíbe de fazer roçado e outras ameaças aos trabalhadores, para eles saírem de suas terras onde residem [há] muitos anos.

Diante de tudo isso o que o sindicato tem feito, os que nos procuram orientamos plante que a lei garante, uns acreditam nas orientações plantem e estamos ganhando, outros não acredita[m], deixa e vai embora, outros acredita[m], mais tem medo [e] também vão embora [e dessa maneira] eles sai vencendo, mais temos vendidos (sic) muitas ca[u]sas com os que confiam, outros com medo retiram [a] reclamação trabalhista que tem direito na justiça. Os empregadores têm conseguido dos empregados com as suas ameaças irem até a justiça [do trabalho] fazer[em] acordo[s] sem a presença dos diretores do sindicato e sem a presença do advogado, recebendo uma migalha de 30, 20, até 50 mil cruzeiros, onde tem direito a muito mais e também o direito de permanecer na terra e se saíssem teria que ser com uma grande indenização. Convém salientar que o ex-prefeito Edmundo [Cavalcanti de] Miranda, que pertencia a extinta arena e agora ao PP (Partido Popular) irritado com uma reclamação trabalhista de 5 trabalhadores na justiça do trabalho, contra o Engenho Ribeiro, que pertence a sua família, o sr. Francisco Miranda – Presidente do Sindicato Patronal, foi a praça pública em uma inauguração de uma praça, feita pelo sr. prefeito João Bosco Carneiro do mesmo partido, e lá usou o nome da presidente do sindicato, maltratando muito, dizendo que a presidente do sindicato estava com reclamação trabalhista na justiça enganando os trabalhadores rurais de Alagoa Grande, mais que o amigo do pobre é ele e João Bosco Carneiro, o Sr. Edmundo Miranda, agrediu a presidente do sindicato, em outras palavras. É esta a situação em nosso município recentemente, plantio de cana e capim continua, exploração direta e indireta também continua, terra para o homem trabalhar só nos lugares mais péssimos, porque as várzeas [são reservadas] sempre pra cana[-de-açúcar] e capim, na zona da caatinga ainda chovendo os Fazendeiros só tira[m] o gado quando quer, ou seja quando as lavouras dos que tem terra já estão grande⁴⁹⁷.

O patronato detinha sob controle os seus empregados, principalmente nas regiões em que o STR manifestava alguma exigência em relação aos direitos trabalhistas. O STR representava uma grande ameaça aos senhores de terra que não respeitavam esses direitos. E para esse controle, geralmente, “eles bota[va]m vigia na sede do sindicato para saber qual foi o trabalhador que foi à reunião”⁴⁹⁸. Ao ser identificado, esse empregado passava a sofrer represália, tornando-se, muitas vezes, uma espécie de bode expiatório para os demais. Desse modo, a entidade sindical passou a ser, também, um inimigo a ser perseguido e combatido pela

⁴⁹⁷ *Idem*, p. 29-31.

⁴⁹⁸ ALVES, Margarida Maria. Pronunciamento no programa Alerta ao trabalhador rural. Rádio Cultura. Guarabira, 30 de abril de 1983. In: BARBOSA, Sebastião.... *Op. cit.* p. 50.

classe agrária. E foi nesse projeto de combate que se construiu um imaginário pejorativo dos movimentos sociais e seus órgãos representantes, por terem eles caráter subversivo.

À medida que os trabalhadores rurais entravam com uma ação trabalhista numa JCJ, tornavam-se alvos mais vulneráveis às formas mais brutais de violência patronal. De modo geral, em resposta às lutas de resistência da classe trabalhadora do campo, os discursos das classes patronais preconizavam soluções extremas. Quase sempre, essas formas brutais se encontravam carregadas de um sentimento e uma representação classista como respostas tácitas ao movimento de resistência. Um dos exemplos mais evidentes dessa violência arquitetada e executada por um grupo de proprietários rurais foram os homicídios praticados contra líderes sindicais, como foi o caso do assassinato da ex-presidente do STR de Alagoa Grande, no ano de 1983. Nesse caso, após o crime, “chamada imediatamente, a viatura da polícia chegou ao local somente às 18h, quase uma hora depois”. Além de tudo isso, comprovando “como o poder do latifúndio está[va] intimamente ligado ao poder político, toda a iluminação da rua, no momento em que a polícia começava as investigações, entrou em pane. Tudo ficou escuro”⁴⁹⁹. No conjunto dessas primeiras informações, já fica evidente que o crime não foi um ato individual, mas uma ação conjunta e desempenhada por um determinado grupo.

A forma como o crime se deu, o tipo de arma e o resultado revelam o profundo ódio que a classe agrária de Alagoa Grande e da região nutria em relação à luta manifesta dos trabalhadores rurais. Desse modo, o responsável pela morte de Margarida, “não queria apenas matar MARGARIDA, calar sua voz, mas espalhar o medo e sufocar a disposição de lutas dos trabalhadores. Queriam continuar dominando e explorando sem que mais ninguém protestasse”⁵⁰⁰.

Em Alagoa Grande, ainda em 1983, mesmo após a repercussão internacional do caso do assassinato de Margarida de Maria Alves e, conseqüentemente, diante da pressão de órgãos nacionais e internacionais⁵⁰¹ para que a investigação e a justiça fossem realizadas com sucesso, as ameaças aos trabalhadores rurais por parte dos proprietários de terra não pararam. Pelo contrário, após a notoriedade do ocorrido, tudo continuou como se nada tivesse acontecido.

⁴⁹⁹ ROCHA, Guilherme Salgado. **Margarida Alves**. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1996. (Coleção Construtores da justiça e da paz). p. 15.

⁵⁰⁰ Fundação Casa Margarida Maria Alves. **Crônica Margarida Maria Alves**. Alagoa Grande: datilografado, 31 jan. 1991. p. 1.

⁵⁰¹ Um conjunto de fatores pode explicar o fato de esse crime ter ganhado a atenção da imprensa estrangeira em vários países e repercussão internacional, além de órgãos internacionais. Margarida Maria Alves se tornou uma líder reconhecida nacionalmente por sua participação nas mobilizações da classe trabalhadora, em diferentes capitais do país, por seu discurso combativo e por sua relação com intelectuais e personalidades do movimento sindical brasileiro, a exemplo do intelectual Paulo Freire e do líder sindical Luís Inácio Lula da Silva (eleito Presidente da República em três mandatos 2003-2007; 2008-2011 e 2023-2027).

Provavelmente, essa situação advinha da sensação de impunidade que o caso ganharia. De acordo com reportagem do jornal **CORREIO DA PARAÍBA**,

Depois do assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves – ocorrido sexta-feira passada – agora são os próprios trabalhadores rurais de Alagoa Grande que estão ameaçados pelos proprietários. Ontem pela manhã um proprietário, acompanhado de capangas, esteve em frente ao Sindicato Rural do Município ameaçando os agricultores que iam sair para Campina Grande, onde participariam de uma audiência a respeito de questões trabalhistas que reclamam na justiça. As ameaças foram reveladas ontem, em João Pessoa, ao secretário de Segurança Pública, Fernando Milanez, pelo viúvo da presidente assassinada há cinco dias, Severino Cassimiro Alves. Ele esteve pela manhã no Palácio da Redenção e na Secretaria da Segurança Pública, para solicitar garantia de vida, pois está sendo ameaçado constantemente por alguns proprietários da região. Severino Cassimiro disse a Milanez que há mais de dois anos sua esposa vinha recebendo ameaças de morte devido as suas atividades em defesa dos trabalhadores rurais que sofriam injustiças dos patrões⁵⁰².

As ameaças promovidas pelos proprietários de terra aos trabalhadores rurais revelam o espaço de tensão em que a região do Brejo havia se transformado naquele momento. Se, por um lado, os trabalhadores temiam o seu despejo, a fome, a violência física e, até mesmo, a morte, por outro os proprietários se sentiam ameaçados de perder parte de suas terras para uma população que eles consideravam indigna à posse desse bem, exatamente os que laboravam a terra e a conheciam como ninguém.

Mas, para o próprio dirigente da FETAG no Estado da Paraíba, Álvaro Diniz, a esperança de que os proprietários rurais fossem punidos era mínima. É importante lembrar que, no meio da classe política, existia um estigma, uma imagem estereotipada dos movimentos sociais e muito bem reelaborada durante os governos militares. Para ilustrar essa análise, vale recorrer ao ano de 1985, quando, “na frente do palácio do Planalto, onde os representantes dos 2.800 sindicatos de trabalhadores rurais e de 22 federações de Trabalhadores da Agricultura foram levar uma mensagem de Natal ao presidente José Sarney e... entregar um documento”. Para aqueles representantes, mais que um ato simbólico, aquilo era um ato político da classe trabalhadora do campo. E que “esse documento continha as reivindicações dos trabalhadores na agricultura, como a aplicação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e a desapropriação de terras”. Ainda, segundo as declarações de Álvaro Diniz à imprensa, a presença policial era intimidadora: “fomos recebidos com um aparato policial que dava dois policiais armados contra um camponês desarmado”⁵⁰³.

⁵⁰² Agricultores denunciam ameaças de proprietários. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 17 ago. 1983, p. 73.

⁵⁰³ Diniz não crê em punição para quem praticou crime contra os trabalhadores. **O NORTE**. João Pessoa, 21 dez. 1985, p. 3.

Com esse “forte aparato de segurança”, o governo revelava o seu pensamento sobre o caráter daquele movimento e de seus integrantes. Para muitos dos que participavam daquele momento, enquanto sobrava segurança para o governo federal e aqueles que faziam o Estado, faltava aos trabalhadores rurais o mínimo de garantia à vida digna que tanto almejavam.

Todavia, esse espetáculo, para muitos homens e mulheres do campo, revelou a visão que o Estado tinha daquele movimento. Esse tratamento dispensado aos manifestantes teve um significado simbólico porque alinhado ao que se via cotidianamente nos canaviais. Para os/as trabalhadores/as, não era uma multidão cega que se encontrava ali, embora, para a classe agrária que se servia do Estado, ela pertencesse às “classes perigosas”. Ao que parece, a violência nos canaviais não era de conhecimento do governo. Todavia, toda essa indiferença das classes dominantes causava certa indignação à própria Margarida, uma vez que, “...enquanto eles negam o salário do trabalhador eles estão formando filhos, trocando seus carros por novos todo ano”⁵⁰⁴. Essa mesma reclamação da sindicalista é exposta em outra fala sua, desta vez quando discursava para a categoria em Sapé, em comemoração ao 1º de maio de 1983. Nessa inconformidade diante da desigualdade social, ela desabafa: “Essa miséria, não sei até quando os trabalhadores vão agüentar porque enquanto o trabalhador passa fome eles estão trocando de carro e comprando outros numa injustiça que jamais me conformarei com ela”⁵⁰⁵.

A revolta daquela representante sindical advinha de todas as injustiças que tinha ela conhecimento e pelo fato de que ela entendia a sua luta como uma luta de classes. Embora tenham sido identificados seus assassinos, esses não foram condenados. A indignação, em relação à impunidade, era a sensação de que “a gente poderosa” jamais seria alcançada pela justiça. Nesse sentido, os próprios dirigentes de entidades sindicais, depois de assistirem a muitas evidências de impunidade, entendiam o seguinte: “esse tipo de problema só terá solução quando os ameaçadores e capangas forem punidos pela justiça”. Apesar de toda a luta, eram poucas as perspectivas de mudanças. Em 1984, o presidente da FETAG denunciava: “já se tornou rotina a impunidade na Paraíba, com os latifundiários e seus capangas espancando os agricultores sem serem punidos, e o pior é que fazem isso, muitas vezes, com o apoio da própria [classe] política”⁵⁰⁶.

Em muitos casos, a própria vítima era desqualificada e lançada à margem da sociedade. Uma vez colocada pela imprensa em “lugares malditos”, “espaços perigosos”, a sociedade

⁵⁰⁴ ALVES, Margarida Maria. **Pronunciamento no programa Alerta ao trabalhador rural**. Rádio Cultura. Guarabira, 30 de abril de 1983. *Apud* BARBOSA, Sebastião *Op. cit.* p. 49.

⁵⁰⁵ ALVES, Margarida Maria. Fala em comemoração ao 1º de maio. Sapé, 01 de maio de 1983. *In*: BARBOSA, Sebastião. *Op. cit.* p. 44.

⁵⁰⁶ Camponês ameaçado de espancamento. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 14 jan. 1984. p. 3

legitimava o discurso de julgamento, colocando esse trabalhador ou trabalhadora no “campo dos condenados”. Desse modo, promovia-se uma inversão, e o violentador explorador/colonizador, tornava-se a vítima.

Um caso ocorrido no município de Alagoa Grande pode lançar luzes sobre essa lógica. Segundo informações colhidas pela imprensa da capital no dia 05 de abril de 1984 e publicada na manhã do dia seguinte, foi encontrado, nas terras do Engenho Bonfim, propriedade do senhor Marcelo Viturino, um corpo com os membros superiores e inferiores amarrados com cordas, apresentando várias perfurações realizadas por instrumento cortante. Provavelmente, eis mais um caso que reuniu um grande número de curiosos no local. O corpo foi identificado por um familiar como sendo do trabalhador rural Antônio Miguel de Brito. A vítima residia a meio quilômetro de onde foi encontrada. De acordo com a perícia criminal realizada no local, Antônio foi morto no dia 03 de abril daquele ano. Para o delegado de Alagoa Grande, o major Afonso Gomes de Carvalho, tudo levava a crer que o crime fora cometido em local diferente de onde o corpo fora encontrado⁵⁰⁷.

No entanto, no dia 07 de abril a imprensa da capital torna pública uma versão diferente daquela que fora noticiada um dia antes. Essa nova versão foi publicada após a Secretaria de Segurança Pública do Estado emitir uma nota de esclarecimento sobre a identidade de Antônio Miguel. Com o propósito de produzir uma outra imagem da vítima, a reportagem, de modo enfático, evoca termos depreciativos, aviltantes, técnica recorrente no jornalismo policial, conforme se pode comprovar na passagem seguinte:

Com a finalidade de esclarecer sobre o noticiário publicado ontem nos órgãos de imprensa da capital, quando publicaram que um agricultor foi assassinado terça-feira, em Alagoa Grande, a Secretaria de Segurança Pública divulgou nota ontem, onde diz que “o agricultor” encontrado morto era elemento de alta periculosidade, inclusive fora encontrado com um alvará de livramento condicional, concedido pela Comarca de Areia, onde respondia a processo, por prática de assalto.

Antônio Miguel de Brito era **conhecido no mundo do crime** pela **alrunha de CAPITA** e já possuía várias entradas nas delegacias de polícia de Alagoa Grande e Areia, segundo informações do delegado de Alagoa Grande, Major Afonso Gomes de Carvalho, fornecidas ao superintendente Pedro Medeiros, da II Região de Polícia.

CAPITA foi encontrado, por volta das 20 horas de terça-feira, no Engenho Bonfim, município de Alagoa Grande, com os pés e as mãos amarradas com cordas e ainda apresentando vários ferimentos. Ontem, o superintendente Pedro Medeiros informou que CAPITA era **conhecido marginal na região do Brejo**. Segundo telex remetido pelo delegado de Alagoa Grande, para o superintendente Pedro Medeiros, CAPITA era **considerado elemento de alta periculosidade e temido em toda a região**. Possuía várias entradas na polícia

⁵⁰⁷ Agricultor encontrado morto com vários golpes de peixeira. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 06 abr. 1984, p. 6.

por **assalto à mão armada** e outros delitos. Também era processado nas comarcas de Alagoa Grande e Areia e em outros Estados.

Após ter sido encontrado o corpo de Antônio Miguel de Brito, o CAPITA, foi removido para o necrotério de Alagoa Grande em estado de decomposição e a identificação só foi possível através de um irmão da vítima. CAPITA já foi sepultado naquele município.

O delegado da cidade de Alagoa Grande, **apesar da “alta periculosidade” de CAPITA**, está enviando todos os esforços **no sentido de identificar o autor ou autores da morte de Antônio Miguel** de Brito, fato ocorrido na noite de terça-feira, naquele município, segundo informações do Superintendente Pedro Medeiros, da II Região de Polícia, que concluiu dizendo que **a morte de CAPITA pode ter sido uma queima de arquivo**⁵⁰⁸.

O próprio título da reportagem, *Cadáver encontrado em Alagoa Grande é de marginal e não de agricultor*, já confere uma espécie de ação teológica de caráter expurgante: “separar o joio do trigo”⁵⁰⁹. Em primeiro lugar, o sujeito que, na primeira notícia, era um trabalhador rural, a partir da expedição daquela nota passa a ser um “elemento” de “alta periculosidade”. O termo CAPITA, como se vê em destaque, ganha um verdadeiro relevo ao ser escrito em caixa alta, além de ser repetido enfaticamente, chamando a atenção do leitor. Desse modo, a técnica do uso de termos depreciativos tinha (e ainda tem) o propósito de desumanizar o sujeito e dar-lhe um caráter bestial. Além disso, o emprego de uma antonomásia, bastante comum nas páginas policiais, também confere certa legitimidade da omissão e repressão do próprio Estado.

Eis como o discurso elaborado pela classe dominante é incorporado pela imprensa, “formadora de opinião” e incubadora de falsas verdades. Em um estado autoritário, não é necessário muito esforço para construir uma imagem perversa de grupos sociais despossuídos de direitos e vulneráveis, ou expostos a significativos níveis de degradação social ainda maior. Em segundo lugar, reverter essa imagem, que passou por um processo de elaboração, é quase impossível. Esse enquadramento é, verdadeiramente, devastador nas vidas da gente pobre. Aqui o sujeito é expropriado de seu próprio direito de resistir, porque ele é enquadrado na margem, e a sociedade não lhe oferece uma saída desse enquadramento. Num quadro social ainda hierarquizado à época, de um estado autoritário, o modelo vigente servia, exclusivamente, ao bem-estar dos grupos conservadores de certo poder aquisitivo – designados por termos como “homens de bem”, “cidadãos de bem”, “famílias de bem” - e ciosos da manutenção de uma “ordem” política e social ideal.

⁵⁰⁸ Cadáver encontrado em Alagoa Grande é de marginal e não de agricultor. **O NORTE**. João Pessoa, 07 de abril de 1984. p. 7. Grifos nossos.

⁵⁰⁹ *Idem*.

Ao tomar conhecimento das informações divulgadas por meio da imprensa, o Comitê Margarida Maria Alves⁵¹⁰ resolveu analisar o caso de Antônio Miguel de Brito, acompanhando as investigações *in loco*. A partir desse acompanhamento, foi produzido um relatório final no qual são analisados alguns aspectos do crime, a saber: o assassinato; a fala da esposa da vítima, dona Maria de Brito; o clima social em Alagoa Grande; o pronunciamento da Secretaria de Segurança Pública; as providências tomadas pelo STR de Alagoa Grande em relação à nota publicada. Além disso, após as análises conclusivas, são realizados alguns encaminhamentos.

De acordo com o relatório, em seu depoimento, dona Maria de Brito “afirma que seu marido, em novembro de 1983 foi ameaçado de morte pelo patrão, Sr. Marcelo Viturino”. A esposa da vítima lembra que, nessa ameaça, o “Sr. Marcelo disse ao seu marido que ‘tinha uma ‘12’ preparada pra ele e que tinha muito dinheiro para comprar o delegado Gilberto Rosas’, então delegado especial em Alagoa Grande”. Naquele momento, esse delegado tinha sido “destacado para apurar o assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves”⁵¹¹.

A mesma ameaça foi informada à diretoria do STR de Alagoa Grande, na pessoa de seu presidente, José Horácio da Silva, que “levou esta denúncia ao conhecimento do delegado, Sr. Gilberto Rosas; que nesta mesma ocasião seu marido e o patrão foram ouvidos, na sede do sindicato, pelo delegado Rosas, na presença da diretoria do sindicato, tendo seu marido, nesta ocasião, negado a denúncia”. No entanto, assegurava dona Maria de Brito, “que seu marido negou tudo porque estava com medo, que tinha dois filhos para criar e que não queria morrer”⁵¹².

Mas a causa da ameaça apontava para o patrão como principal suspeito do crime. No seu depoimento ao delegado, dona Maria de Brito afirmou que,

seu marido tinha pedido ao patrão, Sr. Marcelo, o pagamento do 13º salário, tendo este pedido sido negado. Antonio, inconformado com a recusa do patrão, começou a convidar outros trabalhadores de Engenho, seus companheiros de trabalho, a irem ao sindicato para reclamarem, em conjunto, os seus direitos. Sabendo desta atitude de Antonio, o Sr. Marcelo ficou ‘endoidecido’ e foi aí que chamou Antonio e ameaçou-o de morte.

Disse ainda que Marcelo tinha o maior ‘ódio’ do sindicato; disse ainda que não é a primeira vez que ele agride seus trabalhadores, que já agrediu um outro trabalhador com coronhadas de revólver quando este também foi pedir o 13º salário; que agrediu um outro trabalhador com ‘tapas na cara’ quando este trabalhador foi pedir aumento de salário; que nenhum trabalhador do Engenho

⁵¹⁰ O Comitê Margarida Maria Alves foi criado em 25 de agosto de 1983, com sede em João Pessoa-PB e tinha como objetivo “divulgar os acontecimentos relativos à apuração do crime e garantir apoio junto à família” daquela líder sindical. Faziam parte do comitê várias organizações: CONTAG, FETAG, FETAPE, STR de Alagoa Grande, SEDUP, CPT, Comissão dos Canavieiros, CENTRU, CDDH. Cf. CENTRU INFORMA. **Boletim informativo do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural**. Recife: Set/1983, Ano II, Nº 5, p. 2. NDIHR/UFPB.

⁵¹¹ RELATÓRIO do Comitê Margarida Maria Alves. Informe nº 1. **Assassinato de Antônio Miguel de Brito**. João Pessoa: NDIHR/UFPB, 1984. p. 1

⁵¹² *Ibidem*.

Bonfim tinha recebido o 13º salário; que todos os trabalhadores têm medo do Sr. Marcelo⁵¹³.

Todavia, os principais jornais da capital que circulavam em todo o estado não abriram espaço, em suas páginas, para a narrativa da viúva da vítima. A interpretação que condenava Antônio Miguel de Brito foi a que prevaleceu nas páginas da imprensa. Em uma sociedade classista e profundamente violenta, é o ponto de vista de grupos sociais privilegiados que se perpetua enquanto a “mais pura verdade”, em detrimento das vozes de grupos subalternos.

Enquanto prevalecia esse discurso, a investigação se encontrava em andamento e a polícia ouvia o depoimento dos familiares. Segundo as informações apuradas pelo Comitê Margarida Maria Alves, em relação às apurações que a polícia civil vinha realizando sobre o crime, o clima na cidade de Alagoa Grande era extremamente tenso.

Quando os familiares do Sr. Antonio Miguel de Brito estavam na delegacia prestando depoimento, o patrão, Sr. Marcelo Viturino, ficou rondando, a pé, a delegacia, provocando um clima de apreensão e amedrontamento. Fernando, filho de um outro proprietário local, conhecido como Branco Pereira, ouvido pelo delegado Rosas por ocasião da morte de Margarida, também passou de carro várias vezes em frente à delegacia. O Sr. Lino Miranda, sogro de Marcelo, também proprietário em Alagoa Grande e também ouvido pelo delegado quando da morte de Margarida, estava na praça, ao lado da delegacia observando as testemunhas que iriam depor⁵¹⁴.

De modo geral, esse comportamento de senhores de terra se traduz numa prática de dominação bastante comum não apenas nas áreas da zona açucareira, mas, também, em outras regiões nas quais predominava a concentração fundiária. Essas evidências desveladas nas fontes históricas sugerem que as áreas canavieiras onde afloravam vários tipos de violência, estavam no âmbito da relação de dominação rural, onde existia uma espécie de “campo de concentração”. Ainda nesse sentido, vale ressaltar que tais relações ofereciam grandes dificuldades de o trabalhador manifestar qualquer tipo de resistência aberta/pública. Ao analisar o caso do assassinato do trabalhador Antônio Miguel de Brito, à época, o Comitê Margarida Maria Alves encontrou provas suficientes para denunciar que,

Estas atitudes de intimidade por parte dos patrões impedem que se leve a bom termo qualquer processo de investigação feito pela polícia nos casos de assassinatos de trabalhadores rurais. O clima de medo é tal que duvidamos que qualquer trabalhador que saiba de fatos que possam comprovar a implicação direta ou indireta dos patrões nestes crimes, tenham condições de falar o que sabem sem pôr em risco a própria vida, à exemplo do companheiro, Sr. Severino, que prestou depoimento no processo do assassinato de Margarida e que, após suas declarações foi perseguido e ameaçado de morte, sendo obrigado a abandonar sua família e região, para não ser assassinado⁵¹⁵.

⁵¹³ *Idem*, p. 2.

⁵¹⁴ *Ibidem*.

⁵¹⁵ *Idem*, p. 2.

As relações trabalhistas na zona canavieira se realizavam dentro do *modus operandi* que a classe agrária estabeleceu, ou seja, dentro do campo de dominação, com um *modus faciendi* empregado para deter toda e qualquer “subversão” que tentasse romper certo poder normativo, inibindo as possíveis reações dos grupos subalternos. Nesses termos, quando a crença na hierarquia tinha sido incapaz de deter as forças de resistência da classe trabalhadora, investia-se em outros modos de dominação. As ofensivas iam desde constrangimentos à coação à base de insultos e humilhações, até a aplicação de formas aterrorizantes por meio da violência física.

Nesse campo de dominação, o medo era instrumento indispensável. Assim, aplicar o medo da pior forma possível era uma tática infalível e muito conhecida pelas classes dominantes. Nesse sentido, o Ministério Público, por exemplo, ao oferecer denúncia da participação de potentados senhores de terra e da política no assassinato de Margarida Maria Alves, enquanto idealizadores e mantenedores da pistolagem, aponta como culpado “o doutor JOSÉ BUARQUE (...), cuja a autoria intelectual divide com seu (...) sogro e agropecuarista respeitado na região, doutor Agnaldo Velloso Borges...”.

No entanto, o processo estava “carecendo-se de **testemunhos mais desassombrados** a que possa comprovar a trama ‘in totalis’...”⁵¹⁶. Ao se pronunciar dessa forma, o magistrado que conduzia o processo revela que o poder público tinha algum conhecimento do *modus operandi* utilizado por proprietários de terra na região canavieira.

No que concerne às tentativas de condenação dos autores do crime, o Ministério Público e da Justiça demonstram algum esforço. Ainda nesse mesmo processo nº 1.145/89, depois de ouvidas tantas testemunhas, assegurava-se que

a Morte de Margarida Maria Alves foi decidida e tramada por pecuaristas do brejo, entre eles João Carlos de Melo, também chamado de ‘Branco Pereira’, seu filho Fernando Antonio Pereira Cruz de Melo, bem como Antônio de Almeida Régis de Brito (estes falecidos), além de Agnaldo Velloso Borges e seu genro, no qual depositava inteira confiança, JOSÉ BUARQUE DE GUSMÃO NETO, sobrando elementos no momento – e à fatura – para a inclusão do último no elenco de autores intelectuais e a imposição de sua segregação preventiva do meio social⁵¹⁷.

Diante de tantas evidências de crimes perpetrados pela classe agrária contra mulheres e homens do campo, em sua grande maioria, impunes, não era de admirar que essa gente se encontrasse quase que totalmente desacreditada das ações parlamentares, de setores do Estado e da justiça. Desse modo, dominada por uma sensação de impunidade, uma parcela da classe

⁵¹⁶ ALBUQUERQUE, Marcos Cavalcanti de et al (Orgs.). **Processos e julgados históricos da Paraíba**. João Pessoa: Tribunal de Justiça, 2012. p. 532. Grifo nosso

⁵¹⁷ *Idem*. p. 532 e 533.

trabalhadora alimentava uma revolta contida e impregnada de ressentimentos de muitas décadas.

Mesmo sem acreditar, até certo ponto, que as ações dos poderes públicos, mesmo que paulatinamente, pudessem promover uma justiça social, a luta engajada encontrava, na própria força de união da categoria de trabalhadores e em organizações civis, um horizonte que permitia vislumbrar um outro amanhã. E nesse sentido, o esforço de produzir mais denúncias continuava.

Queremos ressaltar o clima de violência a que estão submetidos os trabalhadores rurais em Alagoa Grande, onde os mais elementares direitos trabalhistas lhes são negados. E, quando estes trabalhadores vão reivindicar os seus direitos, são agredidos a tapas, coronhadas e ameaçados de morte pelo patrão. Fatos como estes não são isolados, são regra geral em Alagoa Grande. Foi por lutar por estes direitos mínimos dos trabalhadores, já garantidos em lei, que MARGARIDA foi assassinada. Mas, em Alagoa Grande, a Lei é outra⁵¹⁸.

Apesar de o Estado, durante todo o regime militar, literalmente, pouco se preocupar com as condições de vida e de trabalho dos homens e mulheres que laboravam na palha da cana cotidianamente, parcela dessa gente ainda acreditava que esse mesmo estado, na figura do presidente da república, empreendia alguma ajuda. Assim, era salutar manifestar pacificamente a insatisfação da classe, buscando manter a luta de resistência por meio das vias legais⁵¹⁹.

Durante a greve de 1984, muitos trabalhadores rurais e líderes sindicais sofreram toda espécie de violência. De acordo com a sindicalista Maria da Penha, à época, em Alagoa Grande, ela e seu esposo, José Horácio, até então presidente do STR: daquele município, registra que

Em [19]84, um ano após a morte de Margarida, houve uma greve de canavieiros. Fomos vítimas de muita violência. Bateram em mim e no meu esposo, no meio da rua, às quatro horas da manhã. Num piquete de greve, quebraram uma Brasília toda, feriram meu marido, que teve que ir para o hospital e me bateram muito. Tudo isso a repressão fez a mando dos patrões. Houve todo tipo de violência durante essa greve. A polícia correu atrás de estudante, prendeu o Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais da cidade vizinha, espancou e feriu trabalhadores. Chegaram até mesmo ao absurdo de bater no secretário do Sindicato, dentro da Junta, em Campina Grande, na hora da audiência. Esse companheiro foi derrubado, pisado, chutado, pelos patrões e seus pistoleiros. E nenhuma providência foi tomada, nem no momento da agressão, nem depois⁵²⁰.

⁵¹⁸ RELATÓRIO do Comitê Margarida Maria Alves. Informe nº 1. **Assassinato de Antônio Miguel de Brito**. João Pessoa: NDIHR/UFPB, 1984. p. 5.

⁵¹⁹ Grupo de agricultores pede ao Governo combate efetivo contra crimes. **O NORTE**. João Pessoa, 14 abr. 1984. p. 3.

⁵²⁰ SINDICATO RURAL DE TRABALHADORES DE ALAGOA GRANDE. **Violência rural e reforma agrária**: um relato de Penha, dirigente do STR de Alagoa Grande. Alagoa Grande: Colina da Primavera Editora, 1986. p. 23.

A fala da sindicalista denuncia o poder de mando dos senhores de terra, enfatizando as práticas de violência e sua estreita relação com representantes de setores do estado. Ao que parece, o que superava aquela violência tão naturalizada e deixava aquela gente ainda mais indignada, era a omissão e repressão do próprio Estado, de onde se esperava que viria segurança e justiça aos injustiçados.

Para os proprietários, aceitar o movimento de greve dos trabalhadores era, verdadeiramente, uma afronta a sua autoridade. Os homens e mulheres que laboravam na palha da cana não podiam ter vontade própria, e muito menos exigir direitos. É o que se permite perceber em reportagem que denuncia o comportamento da classe agrária ao agir com truculência durante o início da greve dos canavieiros, em outubro de 1984. Por conta desse evento, o município de Alagoa Grande se torna destaque nas páginas de jornais, conforme se vê na passagem a seguir transcrita:

Quatro horas após a deflagração do movimento paredista, vários cortadores de cana foram espancados em três pontos estratégicos onde distribuíam panfletos. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, José Horário da Silva, foi uma das primeiras vítimas de espancamento, sofrendo um golpe relativamente profundo na altura do ouvido esquerdo, provocado por uma coronhada de espingarda de calibre 12 aplicado por um dos fornecedores de cana para a Usina Tanque. Mais de dez pessoas foram vítimas dos espancamentos. [...] Na Vila São João, outro local onde os canavieiros distribuíam panfletos, um [...] administrador de uma das propriedades espancou os canavieiros [...]. Todos os grevistas, por orientação do Sindicato, estão desarmados, enquanto os empregados-chefes das usinas e dos engenhos pontam, abertamente, revólveres e espingardas, segundo José Horário⁵²¹.

Os indícios de tamanha violência reportados pela imprensa tornam públicas as ações truculentas dos proprietários e expõem, mais uma vez, a verdadeira face dos senhores de terra e das relações trabalhistas na zona açucareira. De acordo com o processo, o crime que denunciava o usineiro Agnaldo Velloso Borges e o seu genro, José Buarque de Gusmão Neto, entre outros proprietários de terra, como mandantes do assassinato de Margarida Maria Alves, foi identificado o “matador Jorge Souza da Costa, o ‘Costão’...”. Jorge foi denunciado como “tendo prestado serviço ao doutor Agnaldo Velloso Borges durante uma revolta de canavieiros”, como um dos autores das agressões aos cortadores de cana⁵²².

⁵²¹ Canavieiros em greve denunciam violência. **A UNIÃO**. João Pessoa, 16 out. 1984, Nº 213, p.5.

⁵²² ALBUQUERQUE, Marcos Cavalcanti de *et al* (Orgs.) *Op. cit.* p. 534. O conhecido “Costão”, militar e também citado no processo crime de Margarida Maria Alves como um dos “envolvidos direta ou indiretamente”, era um amigo de Betânio Carneiro dos Santos. Este, considerado “o matador de aluguel, pertencente a uma família de matadores”, considerado o “autor material do disparo que atingiu a líder sindical Margarida Maria Alves”. Idem. Respectivamente, p. 596, 534 e 524.

O próprio Estado, conhecedor das perseguições e injustiças vividas pelos canavieiros, não conseguia reconhecer aquela greve enquanto um direito à luta de resistência dos trabalhadores rurais. Ao contrário dessa visão, usou de força repressiva para reprimir aquele movimento de resistência, demonstrando o seu apoio aos usineiros e senhores de terra. Essa prática de repressão do estado foi realizada em vários municípios da região do brejo paraibano, ficando assim registrada:

Apesar dos desmentidos das autoridades policiais, fontes da Fetag disseram que vários incidentes foram registrados entre trabalhadores e policiais que estão garantindo o esquema de segurança dos municípios onde os canavieiros entraram em greve por melhores salários e melhores condições de trabalho. No município de Alagoa Grande, se registraram conflitos que foram logo debelados pela Polícia. Em Cuitégi, prenderam a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Maria Alexandra, contrariando o dispositivo na Lei 4.330, que ampara a greve de rurícolas. Do município de Pilões partiram denúncias, dando conta de que, os policiais estavam pressionando pela força os trabalhadores, no sentido de fazê-los voltar ao trabalho, com o que não concordou o sindicato local. Os policiais ameaçaram de prisão os trabalhadores grevistas. Um outro incidente teve lugar no município de Serraria, onde a polícia apreendeu os instrumentos de corte de cana usados pelos canavieiros. Foram apreendidos inúmeros facões, foices e facas dos trabalhadores rurais, enquanto os policiais ameaçavam prender aqueles que esboçassem qualquer reação, conforme depoimento de um dos membros do comando de greve. De resto, o movimento está sendo conduzido de maneira pacífica, objetivando sensibilizar os proprietários das usinas, para o atendimento das reivindicações dos canavieiros que hoje chega ao seu segundo dia⁵²³.

Apesar de a reportagem suscitar pacificidade por parte do movimento grevista, a repressão aos canavieiros, com o apoio da polícia militar, prosseguia de maneira desmedida. Além disso, os usineiros e fornecedores de cana permaneciam, igualmente, nas suas propriedades, reprimindo as famílias de trabalhadores grevistas com o emprego de sua milícia privada. A esse respeito, a entrevistada Luzia Ferreira rememora os atos de violência patronal sofrida por homens e mulheres do campo em Alagoa Grande:

Edmilson e Zefinha foi pra uma terrinha ali, (...), apanhou de barriga cheia. A Penha, que Deus já levou, Zé Horácio (...) Eles apanharam na ponte. Ah, meu filho, a questão de trabalhador apanhar... (...) e a gente sabe mais quem foi...⁵²⁴.

O entrevistado acima fala com certo ímpeto. E essa reação, típica de um sentimento de indignação diante da impunidade, advém das evidências que comprovam as manobras realizadas com o propósito de obstruir, de toda forma, a investigação e apuração de todos os

⁵²³ Braga ordena medidas de segurança; movimento paredista é quase total. **A UNIÃO**. João Pessoa, 16 out. 1984, Nº 213, p. 5.

⁵²⁴ FERREIRA, Luzia Soares. *Op. cit.*

envolvidos e responsáveis pela violência praticada contra os grevistas e, consequentemente, suas punições.

Sete meses depois do ocorrido, a imprensa noticiava o andamento do processo que apurava aquela repressão: “a audiência marcada para ontem na cidade de Alagoa Grande, e que deveria apurar denúncias de agressões sofridas pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquela cidade, José Horácio, e sua esposa, Maria da Penha...”. A violência tinha sido “perpetrada por cinco proprietários de terras em outubro passado, por ocasião da greve dos canavieiros, foi cancelada para o dia oito de abril”⁵²⁵.

O adiamento da audiência pelo promotor público se deu “por não haverem comparecido o representante do Ministério Público e um dos advogados dos proprietários, Vital do Rêgo”. Os cinco proprietários acusados de autoria das agressões físicas e morais a membros da diretoria daquela entidade, os proprietários rurais Antonio Uchoa de Castro, Arnaldo Uchoa de Castro, José Gusmão Duarte Neto, José Montenegro e Marcelo Vitorino, se encontravam “armados de revólveres e espingardas de grosso calibre, os agressores destruíram também a vidraça do carro Brasília”⁵²⁶.

Na década de 1980, a Justiça do Trabalho recebeu várias reclamações de trabalhadores rurais de Alagoa Grande contra a usina Tanques, sendo a maioria por descumprimento da legislação trabalhista. Essa unidade produtiva estendera seus domínios por grandes faixas de terra naquele município e na região adjacente, comprando terras e arrendando engenhos e fazendas.

Em março de 1986, trabalhadores do engenho do Meio “estiveram na Junta de Conciliação [e Julgamento de Campina Grande], para fazer um acordo com o sr. Zito Buarque que não vinha cumprindo com as obrigações trabalhistas para com os trabalhadores”. Esse usineiro, genro de Agnaldo Veloso Borges, arrendatário das terras do engenho do Meio, insatisfeito com a decisão do acordo e revoltado por ver o seu poderio questionado, investiu violentamente contra aqueles trabalhadores dentro da própria JCJ⁵²⁷.

Numa situação de violência patronal, geralmente o trabalhador só a tornava pública quando a agressão já representasse uma ameaça à sua vida e à da sua família, e não existisse outra solução. Muitas vezes, antes de realizar uma denúncia, avaliava-se primeiro as consequências que o denunciante poderia sofrer. Nesse caso, as possibilidades de perder o trabalho, de ser expulso da pequena gleba em que cultivava a agricultura familiar e/ou da casa

⁵²⁵ Adiada a audiência sobre as agressões a líder sindical. **O NORTE**. João Pessoa, 19 mai. 1985. p. 7.

⁵²⁶ *Idem*.

⁵²⁷ Trabalhadores do Engenho do Meio sofrem agressões. **A UNIÃO**. João Pessoa, 20 mar. 1986. p. 5.

em que morava com a sua família, eram enormes. O capital econômico, social e simbólico que o senhor de engenho ou o usineiro detinha e o poder que este exercia regional e localmente, por si sós, já causavam constrangimento e temor à gente pobre do campo. Além de tudo isso, os trabalhadores, em sua maioria, tinham quase a certeza de que raríssimas vezes a justiça alcançava aqueles senhores de terra. Orientados, muitas vezes, pelo STR, os trabalhadores que se tornavam vítimas da cólera de seu patrão procuravam a redação de jornais da capital para neles realizarem a denúncia. Foi exatamente o que fizeram aqueles trabalhadores do engenho do Meio.

Eles estiveram na junta de Conciliação para fazer um acordo com o sr. Zito Buarque que não vinha cumprindo com as obrigações trabalhistas. Feito o acordo, satisfazendo ambas as partes, os lavradores saíram da sala de audiência da Junta e foram discutir sobre o assunto no jardim daquele órgão. Ao sair do prédio, o sr. José Buarque deparou-se com os trabalhadores e procedeu as agressões.

O Sr. Zito Buarque puxou Severino Ursulino pela orelha e disse que ele, juntamente com os outros, fosse trabalhar na quarta-feira – afirmou Antonio da Silva. Depois, virou-se para mim e aplicou-se (sic) um murro, seguido de pontapés. Tentei reagir, mas não consegui.

Acompanhado por um capataz, o sr. Zito Buarque não hesitou, apesar de estar nas dependências da Junta, em passar a agredir os demais. A situação não se alarmou mais porque os trabalhadores não reagiram na totalidade. Além de agredir fisicamente, o arrendatário do Engenho do Meio passou a falar [pa]lavras indecentes.

Segundo o presidente do Sindicato [dos Trabalhadores Rurais] de Alagoa Grande, José Horácio da Silva, “Zito Buarque esteve envolvido no crime de Margarida e vive, também, ameaçando constantemente os trabalhadores do Engenho do Meio, de propriedade de Maria Benevides Maroja e, que lhe está arrendando há vários anos”. A queixa do ocorrido não foi registrada na Polícia pelos trabalhadores. Na opinião deles, “isto seria inútil pois o sr. Zito Buarque por várias vezes foi processado, no entanto, sempre conseguiu absolvição ou, por outras, não é chamado a depôr”.

Ele sempre esteve impune à Justiça – acrescentou José Horácio da Silva – e, portanto, tem agido como um terrorista dentro de Alagoa Grande, ameaçando a população⁵²⁸.

De modo estratégico, a denúncia também foi realizada em outro jornal diário da capital do estado, sob a mesma narrativa. Provavelmente, a diretoria do STR daquele município, experiente na necessidade que tinha a entidade de empreender uma política de enfrentamento à violência patronal, encontrou nessa estratégia uma forma de expressar a sua revolta, tornando pública não apenas o comportamento da classe agrária, mas igualmente a própria omissão e ingerência do Estado para encontrar uma resolução que pudesse diminuir a tensão na zona canavieira. Nessa segunda reportagem, expõe-se a seguinte situação:

⁵²⁸ *Idem*. Grifo nosso.

O presidente do Sindicato [dos Trabalhadores Rurais] de Alagoa Grande, José Horácio da Silva, o secretário da Entidade, Antônio da Silva Ramos, acompanhados dos camponeses Manoel Felipe da Silva, Severino Ursulino dos Santos, José da Silva Sobrinho e João Pedro Ribeiro, denunciaram na redação que na Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande, “após os quatro companheiros (citados acima) fazerem um acordo sobre uma questão trabalhista, com os advogados de Zito Buarque, o Zito foi chamado pelo Juiz para assinar o acordo. Quando ele ia saindo agrediu física e moralmente a todos que estavam presentes na porta da Junta”.

O secretário geral do STR de Alagoa Grande, Antônio da Silva Ramos disse que “Zito Buarque, acompanhado de seus dois pistoleiros, um deles, Mazinho, inclusive, implicado no crime de que foi vítima Severino Genésio, quando chegou perto de mim e meu companheiro, começou a dizer todo tipo de palavrão que o jornal não pode botar. Depois ele se dirigiu a nós e disse que todos vão ter que trabalhar duro se não vão entrar no cacete. Eu disse a ele que não podia ser assim. Aí ele partiu para mim, me derrubou e começou a me chutar junto com os pistoleiros. Nós não pudemos reagir porque eles estão fortemente armados”.

O presidente do sindicato, José Horácio da Silva, pediu para que fosse esclarecido que “a vítima dos espancamentos foi o nosso Secretário e não eu como um jornal disse hoje (ontem). Outra coisa é que o jornal falou que não tinha sido prestado queixa na Polícia. Nós não prestamos queixa porque, desde [19]83, quando houve a greve que os usineiros estão sendo processados na Justiça e que hoje não saia nenhum resultado. Se não dá nada para eles a queixa não adianta”⁵²⁹.

Em uma reportagem no dia seguinte, o secretário do Sindicato, Antonio Silva, lembrou que a audiência ocorrida naquele dia “deveria ter sido realizada no mês passado, mas devido às ameaças do senhor Zito Buarque foi adiada pela iniciativa da própria entidade sindical”. Além disso, a razão de o usineiro Zito Buarque reagir violentamente contra os trabalhadores do engenho do Meio foi porque o “juiz da Junta de Conciliação e Julgamento deu ganho de causa a um dos seus trabalhadores que reivindicava os seus direitos”. E essa decisão do magistrado “foi o suficiente para que o senhor Zito Buarque se irritasse ao ponto de nos agredir moralmente...”. Procurado pela imprensa, “o empresário negou categoricamente, ontem, ter investido contra os denunciante ao alegar que houve apenas uma pequena discussão em decorrência da decisão da Justiça ter dado ganho de causa aos empregados”. Questionado sobre o respeito às leis trabalhistas naquela empresa agroindustrial, o usineiro argumentou: “a nossa usina segue à risca as normas estabelecidas pela lei e por isso acredito que esse pessoal quer apenas aparecer...”⁵³⁰.

Temendo novas investidas, o juiz que presidia a sessão, naquele órgão, Valdeci Gomes, “convocou a Polícia para garantir a ordem na Junta de Conciliação e Julgamento”. Esse

⁵²⁹ Agressões a camponeses de Alagoa Grande. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 20 mar. 1986. p. 8.

⁵³⁰ Polícia chamada para conter o clima de tensão na Junta. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 21 mar. 1986, p. 6.

magistrado reconhecia “...que o clima entre patrão e empregado é[ra] tenso, principalmente quando o ganho de causa é[ra] dado aos trabalhadores”⁵³¹.

Algumas questões merecem, neste momento, ser analisadas. Primeiramente, o espaço físico da JCJ, enquanto um espaço representativo da ordem e da justiça não intimidou o agressor. O comportamento de caráter violento do usineiro, dentro da própria JCJ, revela, claramente, a certeza que tinham os grandes latifundiários, enquanto detentores de capitais (econômico, político, social, simbólico), de serem sujeitos quase intocáveis pela justiça. Evidentemente que as suas ações arbitrárias e inalcançáveis promoviam uma profunda indignação no meio social dos grupos subalternos. Por isso, não saíam de casa desacompanhados. De modo geral, as reações a esse comportamento impune somente funcionavam por meio de uma resistência organizada, como a formação e atuação das entidades sindicais.

Observe-se que, ao denunciar a violência sofrida, em mais de um jornal, o propósito dos trabalhadores era, verdadeiramente, estratégico, funcionando mais como a exposição de uma imagem negativa do patrão. Mesmo a longo prazo, isso daria maior resultado que a própria justiça.

Essa impunidade de longa data transformou-se em uma espécie de ameaça constante à vida e luta política empreendida pela gente pobre do campo, gerando certos ressentimentos. A sensação de injustiça e de impunidade ultrapassa os limites e leva a classe trabalhadora rural a manifestar a sua indignação, repudiando publicamente a incapacidade da justiça de alcançar membros da classe dominante, responsáveis pela violência no campo. Em razão disso, trabalhadores reagiam.

Como se afirma no final da reportagem, “é preciso que a justiça tome providência para punir os espancamentos e os assassinatos de que estão sendo vítimas os trabalhadores rurais ou nós vamos agir por nossa própria conta”. Com o fim do estado de exceção, a gente pobre vislumbrava novos horizontes. No entanto, “mesmo com [a instituição da chamad]a Nova República os trabalhadores rurais continua[va]m a ser[em] mortos e espancados e os culpados nada sofrem”⁵³².

No município de Alagoa Grande e região circunvizinha, a situação de terrorismo continuou. Cinquenta dias aproximadamente após o último ocorrido relatado, a diretoria do próprio STR de Alagoa Grande, juntamente com a FETAG- PB, denunciaram a presença de

⁵³¹ *Idem*.

⁵³² Agressões a camponeses de Alagoa Grande. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 20 mar. 1986. p. 8.

pistoleiros “rondando a sede do Sindicato e a residência do seu presidente solicitando informações acerca das atividades dos dirigentes sindicais”⁵³³.

A eliminação e/ou a tentativa de eliminação de lideranças de entidades e de órgãos que intermediavam as lutas políticas entre trabalhadores rurais e proprietários eram constantes, principalmente na região da zona canavieira. De modo igual, líderes de setores da Igreja católica que apoiavam diretamente a luta política dos trabalhadores rurais passaram a ser perseguidos por proprietários de terra e usineiros. Foi o que ocorreu à freira Valéria Rezende, juntamente com outras lideranças de setores da Igreja (Luiz Pescarmona, Giusepp Tosi, Antonio Barbosa). Em trabalho de filmagem sobre a vida dos trabalhadores rurais na palha da cana, a religiosa foi surpreendida “quando vários capangas armados de espingarda doze, que são muitas vezes usadas para ativistas sindicais, a cercaram. Depois de muitas provocações, de espingardas no rosto, tomaram o filme da irmã. Ela não poderia filmar a vida dos camponeses”⁵³⁴.

Em Guarabira, no ano de 1985, o padre Luiz Pescarmona, o agente da Pastoral Rural de Guarabira e o advogado do Centro de Orientação dos Direitos Humanos (CODH), João Camilo Pereira, “foram vítimas, no dia 28 de março, de uma trama que possivelmente culminaria em sequestro, do qual participaria, involuntariamente, os juízes de Direito das Comarcas de Guarabira e Solânea, Antônio Florentino da Costa e Hélio Santa Cruz”⁵³⁵.

O fato é que “uma carta precatória, falsa, remetida da cidade Ananideua, 100 quilômetros a Nordeste da capital do Pará, assinada pelo ‘juiz Silvio Melo, da 3ª Vara Criminal da Comarca de Belém’”, solicitava ao então “juiz de Guarabira a prisão imediata do padre e do advogado, acusados de estelionato nesse Estado...”. Embora tenha o juiz de Guarabira decidido cumprir o mandado de prisão, “por um acaso, os acusados haviam, no dia 26 de março, se deslocado a João Pessoa para se encontrarem com o governador Wilson Braga e dirigentes da Fundap e do Incra, com quem conversariam sobre problemas agrários”. Apesar de tudo, o CODH e a Arquidiocese descobriram a inexistência do juiz. Com isso, “foram solicitadas, então, certidões negativas ao Serviço de Repartição Criminal do Pará, as quais atestaram que os acusados pelo falso juiz nunca responderam a processos nesse Estado”. Para o CODH, “...tudo foi uma trama ‘organizada por grandes proprietários de terra da Paraíba’”, com a

⁵³³ Sindicato denuncia a ameaça de pistoleiros. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 08 mai. 1986. p. 4.

⁵³⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. **Violência Rural e Reforma Agrária**: um relato de Penha, dirigente do STR de Alagoa Grande. Alagoa Grande: Colina da primavera, 1986. p. 25.

⁵³⁵ Trama para sequestrar padre envolve participação involuntária de juízes. **O NORTE**. João Pessoa, 04 abr. 1985. p. 5

finalidade de levar os supostos acusados para o estado do Pará, de maneira que, “após serem presos em Guarabira, (...) possivelmente [seriam] trucidados nessa viagem”⁵³⁶.

Ainda nesse mesmo ano, na região canavieira de Santa Rita, um acidente envolvendo um caminhão transportando cento e vinte pessoas que laboravam na palha da cana, deixou feridos alguns dos passageiros. Entre esses, o senhor Severino Manoel do Nascimento que, ao ser vitimado no acidente, passou “cerca de oito dias sem condições de trabalhar. Quando o mesmo voltou ao serviço, [observou que] a insegurança do transporte continuava a mesma”. Temendo que a situação se repetisse, “o canavieiro reclamou, sugerindo ao Administrador da Usina, de nome ‘Fernando’ que fosse melhorada as suas condições de transporte de trabalhadores, haja vista que cento e vinte trabalhadores num caminhão e mais as ferramentas poderiam levar a novo acidente”⁵³⁷.

Insatisfeito com a reclamação e exigência do trabalhador, o administrador “se dirigiu a Fazenda Central da Usina São João e de lá deslocou três vigias que voltando ao local onde o canavieiro trabalhava, colocou-o no carro, levando-o para a Sala de Armas da Usina”. E, exatamente, nesse local Severino foi torturado “durante cinco horas” por aqueles funcionários da usina, “algemando-o, [e] passando a espancar o trabalhador com chutes, pontapés, bofetes, gritando improperios e toda sorte de ameaças, além de colocar uma metralhadora no seu ouvido...”⁵³⁸.

A violência patronal gerou muitas tensões que, por sua vez, refletiam diretamente no cotidiano das famílias de trabalhadores/as e moradores/as da área dominada pelas plantações de cana-de-açúcar. Essas tensões geravam “profundas feridas” nos corpos de homens, mulheres, adolescente e crianças que viviam nesse espaço rural⁵³⁹. Em 1985, ao ser entrevistada pela imprensa da capital sobre a desapropriação de terras da comunidade de Camucim, localizada no município litorâneo de Pitimbu, Maria do Socorro Bento, professora da única escola da comunidade, denunciava que “a escola ali existente funciona[va] em precárias condições, tendo em vista que sempre era alvo de depredações durante os conflitos entre os trabalhadores rurais e os auxiliares dos proprietários da Destilaria Tabu”. À época, ela demonstrava a sua preocupação sobre a violência no campo que, na sua observação, já se encontrava refletida no comportamento dos/as alunos/as daquela unidade escolar: “as crianças

⁵³⁶ *Idem.*

⁵³⁷ Sindicato Rural de Sapé se queixa de violência contra trabalhador. **O NORTE**. João Pessoa, 03 dez. 1985, p. 3.

⁵³⁸ *Idem.*

⁵³⁹ ROGERS, Thomas D. **As feridas mais profundas: ... Op. cit.**

precisam viver como pessoas. Precisamos combater as tensões, pois elas estão se tornando nervosas e nada aprendem”⁵⁴⁰.

De modo geral, no ano de 1985, o número de famílias que já tinham sido afetadas com os conflitos de terra, no estado da Paraíba, somava, aproximadamente, quinze centenas⁵⁴¹. Para o presidente da Fetag, Álvaro Diniz, “a única maneira de se deter a violência na zona rural é prender e autuar os criminosos na forma da lei”⁵⁴².

Essas experiências de muitos homens e mulheres do campo constituíram-se em narrativas que revelam a violência de senhores de terras expressa na exploração da mão de obra, na expropriação, nas ameaças, nas expulsões dos moradores, na destruição de plantações e de casas, na violência física, nos assassinatos etc. Diante dessas circunstâncias, grande parte da gente despossuída se reservava ao silêncio como tática de resistência que garantia a sua sobrevivência e a de sua família. No entanto, nesses espaços, não se construiu apenas uma memória do medo, mas, também, se produziu uma história da resistência, que redefinía as sensibilidades campesinas em grande parte da zona canavieira.

O que os fragmentos das reportagens acima mostram são relatos de trabalhadores de diferentes regiões do estado, e que têm em comum alguns aspectos como: o poder arbitrário do latifundiário, a exploração e expropriação, a ameaça e a humilhação, a coragem dos denunciante. Trata-se de um enfrentamento que, de princípio, tornara-se habitual no cotidiano desses personagens, em diferentes regiões do Brasil. Nessas denúncias, as relações de força se encontram em condições inteiramente desiguais, permitindo, portanto, a existência de um Estado onde a lei não alcançava o “mais forte”, enquanto o “mais fraco” vivia sob um regime de forças exercidas por aqueles que pregavam uma lei arbitrária.

No entanto, são necessários aqui alguns questionamentos para que se possa entender a importância e a intensidade de denúncias dessa natureza. Se esses agentes viviam sob as ameaças constante de senhores de engenho, fazendeiros e usineiros, o que os levou a tornar públicas tais arbitrariedades, sabendo que poderiam sofrer retaliações por parte daqueles? Além disso, até que ponto essas práticas eram comuns na zona canavieira da Paraíba? Que interesses tinha a imprensa em divulgar, em suas páginas, crimes cometidos pelas elites agrária e política no mundo campesino? O que levou a imprensa a fazer esse tipo de denúncia? Quando e como as falas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais ganharam importância e veracidade no meio

⁵⁴⁰ Professora comenta decisão. **O NORTE**. João Pessoa, 28 mar. 1985, p. 3.

⁵⁴¹ Conflitos já afetam 1.500 famílias. **O NORTE**. João Pessoa, 22 mar. 1985, p. 7.

⁵⁴² Fetag adverte: fim da violência só acontece com a prisão dos culpados. **O NORTE**. João Pessoa, 23 nov. 1986, p. 5

social durante o regime de exceção? Ao longo desta tese, buscar-se-á responder a esses questionamentos.

Primeiramente, os depoentes confessam situações dramáticas que não suportavam mais viver eles mesmos nem expor as suas famílias às perdas, às humilhações, ao sofrimento, à dor e ao perigo de um dano maior. Era preciso explodir à naturalização das condições oferecidas. As reportagens relatam maus-tratos, sofrimento, perdas, dor, impotência diante do poder arbitrário da classe patronal, entre outras experiências ruins vividas pelos/as trabalhadores/as. Em algumas delas a intensidade do sofrimento parece ser implacável.

Aproximando-se dos setenta anos, depois de uma vida inteira de trabalho braçal nos canaviais e em outras atividades que exigiam extremo esforço físico, não restava, a esses homens, mais nada senão a necessidade de serem reconhecidos e respeitados enquanto pessoas. Trata-se, em primeiro momento, ao se fazerem ouvir, de uma luta pela busca da dignidade. A dor da impotência, mais que a dor física, parecia torná-los muito fortes e, especialmente, depois de tanta experiência de perda, pela sensação de injustiça no campo político, resvalando pela força do sofrimento.

A dor não é só física, não é apenas material. Ela é muito mais forte e profunda, configurando-se numa constante tortura que atravessa gerações, podendo cristalizar-se e promover a produção de ressentimentos futuros. Ela atravessa as temporalidades e se transmuta em marcas profundas de tempos sombrios. A dor de se sentir ninguém, de se ver desimportante, de não ser ouvido, porque sua vida, sua história, não importam à sociedade nem ao Estado. Trata-se de um não reconhecimento.

Esses camponeses passam a ser vistos, tão somente, como força de trabalho, e não como pessoas, sujeitos com vida própria, desejos, sonhos, perspectivas etc.

Portanto, a luta deixava de ser física e penetrava, cada vez mais, na dimensão política. As denúncias iam, paulatinamente, reforçando os mecanismos de resistência que, por sua vez, empreendiam esforços no desmantelamento de uma política legitimadora da violência, buscando desnaturalizar a institucionalização e a banalização dessa prática.

Ainda naquele ano em que o regime militar dava o seu último suspiro, com o propósito de descortinar o discurso empreendido pela classe agrária, certo colunista do jornal **O NORTE**, avaliando uma década do PROÁLCOOL, Programa que saiu tão caro às famílias que laboravam na palha da cana, revelava as consequências nefastas desse empreendimento às vidas humanas no campo e na cidade. Assim pontua o jornalista:

Agora, dez anos depois, ouço a voz da cana vicejante, essa virgem suspeita da Rua da Lama que se diz inocente de todo sangue derramado nesta Paraíba,

desde Pedro Teixeira até a Margarida Maria Alves. Ela quer me convencer de que não extinguiu minifúndios, não jogou gente na cidade, não desempregou no campo, não eliminou culturas insubstituíveis. Se quem fala é virgem, não sei. Mas essa é mesmo a Rua da Lama⁵⁴³.

Para a grande maioria dos proprietários, seus moradores e/ou empregados eram muito bem tratados e respeitados, não obstante, as fontes históricas evidenciem nesse suposto respeito uma falácia. Na perspectiva da igreja católica progressista, aquela dominação e concentração fundiária eram causadoras de injustiças sociais. Nesse sentido, é válido lembrar que “sobre toda propriedade privada pesa uma hipoteca social”⁵⁴⁴.

Portanto, o que se pode compreender nesse item não é apenas uma compilação de fatos. Na verdade, o autoritarismo e a violência sempre encontraram condições favoráveis para se reproduzirem continuamente, principalmente no mundo rural. A zona açucareira foi um espaço vital para a reprodução desse sistema/modelo de dominação. A coerção, a humilhação, a ameaça, a expulsão, a tortura, o assassinato eram práticas próprias nesse espaço de exploração. Em seu caráter estrutural e sistêmico, além de se realizar de maneira indireta, a violência passou a se realizar de forma direta, com maior frequência. Com toda essa expressividade, as famílias que laboravam na palha da cana passaram a viver um estado cada vez maior de insegurança e de medo⁵⁴⁵.

4.6 AS FAMÍLIAS POLÍTICAS E O EXERCÍCIO DO PODER

Embora o propósito deste estudo não seja o de expedir explicações simplistas, não se pretende oferecer uma discussão mais complexa sobre o tema. Na verdade, o objetiva-se apenas promover um diálogo sobre a violência sofrida pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo, de modo que se possa compreender o comportamento dos grupos dominantes na constituição de alianças familiares e políticas que implicaram no fortalecimento e na consolidação desse domínio local e regional.

⁵⁴³ Emprego e Terra. **O NORTE**. João Pessoa, 27 nov. 1985. p. 4

⁵⁴⁴ JOÃO PAULO II. Discurso Inaugural pronunciado no seminário Palafoxiano de Puebla de Los Angeles, México. In: **CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, III**. Conclusões. Edições Paulinas, 1979. p. 18. Disponível em: http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906182452.pdf. Acesso em: 31 out. 2021. Essa afirmativa foi lembrada pelo arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, durante a missa de 7º dia de Margarida Maria Alves realizada em Alagoa Grande. Cf. Dom José: tiro foi disparado contra a causa. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 20 ago. 1983, p. 5.

⁵⁴⁵ FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. O golpe de 1964 e a retomada do autoritarismo estrutural no mundo dos engenhos em Pernambuco. In: SILVA, Marcília Gama da; SOARES, Thiago Nunes (Orgs.). **Pernambuco na mira do golpe, volume 3**: mundo do trabalho e dos trabalhadores. Porto Alegre, Editora Fi, 2021. p. 147-167.

Ao oferecer uma discussão sobre os conceitos de família enquanto categoria social, Pierre Bourdieu entende que “as estruturas de parentesco e a família como *corpo* só podem se perpetuar ao preço de uma criação continuada do sentimento familiar, princípio cognitivo de visão e de divisão que é, ao mesmo tempo, princípio afetivo de *coesão*”. Ou seja, trata-se da “adesão vital à existência de um grupo familiar e de seus interesses”⁵⁴⁶.

Considerando que as famílias políticas estudadas, nos termos desse sociólogo francês, tinham “o privilégio de ter uma família adequada”, é conveniente lembrar que “esse privilégio é, no concreto, uma das principais condições de acumulação e transmissão de privilégios, econômicos, culturais, simbólicos”. Outrossim, é importante acrescentar que a família “é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações”⁵⁴⁷.

Nas últimas décadas, várias pesquisas que têm explorado o campo da política se debruçaram sobre as experiências de dominação exercidas pelas elites políticas em diferentes regiões do Brasil, no século XX, identificando que essa prática era uma exclusividade de famílias poderosas. Esses estudos apontam, nessas diferentes experiências, estratégias que serviam – e servem – para uma permanência continuada das famílias detentoras de grandes capitais econômico, social e simbólico na dominação da máquina política⁵⁴⁸. Em alguns desses

⁵⁴⁶ BOURDIEU, Pierre. Apêndice: o espírito de família. In: **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. 11 ed. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papius, 2017. p. 130

⁵⁴⁷ *Idem*, p. 130-131

⁵⁴⁸ Dentre as diversas pesquisas que estudam poder, política e famílias dominantes no Brasil, Cf.: RÊGO, André Heráclio. **Família e coronelismo no Brasil**: uma história de poder. São Paulo: A Girafa, 2008. Em relação à experiência semelhante em um estado da região Sul, Cf.: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio das genealogias**: classe dominante e estado no Paraná (1853-1930). Tese (Doutorado em Sociologia). Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2000. Na região Nordeste, são crescentes, em diferentes áreas, as pesquisas que tomam esse tema como objeto de estudo. Sobre as pesquisas que exploram o tema no estado da Bahia, Cf.: REIS, Fernanda Teixeira. **Política mandonista no estado da Bahia**: o fenômeno político do carlismo e as sucessivas estratégias de adaptação da elite política baiana. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Brasília: Universidade de Brasília, 2010. No Rio Grande do Norte, Cf.: SILVA, Marcondes Alexandre da. **O Homem e o Poder**: a trajetória de vida e atuação política do major-coronel Theodorico Bezerra – de Santa Cruz a Tangará – RN (1903-1965). Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2016. Em relação às pesquisas que estudam essas experiências especificamente no estado da Paraíba, Cf.: LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villa Lobos. Rio de Janeiro: Record, 1993. Cf. também: MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família**: para uma sociologia política das elites e do poder político-familiar. São Paulo: LiberArs, 2017; SANTANA, Marha M. Falcão de Carvalho e M. **Nordeste, açúcar e poder**: (um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba) 1920/1960. João Pessoa: CNPq/UFPB, 1990; MOREIRA, Márcio Marcêdo. **Entre Britos e Gaudências**: cultura política e poder familiar nos cariris velhos da Paraíba (1930-1960). Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2014. Sobre a atuação da família Pessoa na política do estado, Cf.: GOMES, Iordan Queiroz. **A família Pessoa, o prestígio e a tradição**: encenações e práticas oligárquicas na Paraíba (1889-1942). Tese (Doutorado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2018. Em relação a esse tipo de experiência no Alto Sertão paraibano, Cf.: TERUYA, Marisa, Tayra. **Família e poder na Paraíba (os Maia de Catolé do Rocha/PB – um estudo de caso sobre práticas endogâmicas)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1995. Da mesma autora: TERUYA, Marisa, Tayra. **Trajetória Sertaneja**: um século de poder e dispersão familiar na Paraíba (1870-1970). Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002. Em relação à

estudos, “a família e a estrutura de parentesco são tomadas... como fios condutores da formação da classe dominante”⁵⁴⁹.

Em seu estudo sobre as estratégias de casamento em famílias de usineiros, no estado da Paraíba, a pesquisadora canadense Margo Matwychuck compreende que as “famílias de elite na América Latina têm enfatizado como os interesses na propriedade e os conceitos mutáveis de propriedade têm significação estratégica para mecanismos de transmissão de propriedades e normas e práticas maritais e de herança”. Ainda nesse sentido, ela afirma “que as estratégias de casamento não só dizem respeito a riqueza material ou ao capital, mas também ao capital simbólico, social e informacional”⁵⁵⁰.

Analizando o papel político de famílias poderosas que mantiveram “a política como negócio de família”, o sociólogo José Marciano Monteiro lembra que “não é exagero afirmar que a história política brasileira pode ser compreendida e/ou interpretada através da história social das famílias políticas”. Nesse sentido, segundo ele, “daí resulta que a genealogia e o parentesco funcionam como um dos recursos sociais fundamentais à compreensão das redes familísticas que historicamente dominam o cenário político brasileiro”⁵⁵¹. Em relação ao conceito de “capital político-familiar”, esse pesquisador busca compreender “de que forma o parentesco se transforma em um recurso social para a constituição de quadros políticos” no estado da Paraíba⁵⁵².

Ao estudar a concentração de algumas famílias latifundiárias e sua permanência na política, em sua pesquisa sobre a “*Política e a parentela na Paraíba*”, Linda Lewin lembra que, na chamada primeira república, “embora extraordinariamente úteis na política, os recursos associados às alegações de linhagem não podiam, por si sós, assegurar a um político uma posição influente” no campo da elite política do estado, ou mesmo oferecer a um grupo familiar “o controle político” de um município. Na verdade, compreende-se que, à época, “era a posse da terra, combinada com uma linhagem de prestígio, o que conferia o direito ao domínio local”⁵⁵³.

Na Paraíba, durante a Primeira República, as estratégias de casamento, no seio das classes dominantes, sofreram profundas mudanças. Nesse sentido, à medida que as “alianças

reprodução da “velha política”, por meio da dominação das elites políticas paraibanas na formação dos novos municípios, Cf.: BEZERRA, Josineide da Silva. **Novos municípios, velhas políticas**: práticas de emancipação distrital e estratégias de reprodução política na Paraíba (1951-1965). Tese (Doutorado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

⁵⁴⁹ MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família** Op. cit. p. 19.

⁵⁵⁰ MATWYCHUCK, Margo L. Estratégias de casamento, história de mulheres,... Op. cit. p. 218-219.

⁵⁵¹ MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família**: ... Op. cit. p. 97.

⁵⁵² Idem. p. 19 e 18, respectivamente.

⁵⁵³ LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: ... Op. cit. p. 53.

endogâmicas” declinavam paulatinamente, observou-se que, no interior desses grupos, a exogamia cresceu vertiginosamente⁵⁵⁴. Desse modo, nas décadas seguintes, “a forma encontrada pela classe dominante para eficiência da concentração da propriedade foi baseada no sistema de hereditariedade e casamentos inter-familiares”⁵⁵⁵.

As elites políticas utilizaram essas estratégias de casamentos tanto para a concentração de capital econômico quanto para o controle de capital político nos municípios e no estado. Nesse sentido, a família desempenhava uma espécie de capital de grande importância, servindo como instrumento para assegurar esse domínio por várias gerações seguidas⁵⁵⁶. Desse modo,

⁵⁵⁴ *Idem*. p. 158. A partir da segunda metade do século XIX, as elites políticas passaram a vislumbrar um novo horizonte de dominação política, observando a necessidade de realizar “alianças políticas mais duradouras”. Nesse sentido, “precisavam projetar suas redes políticas de base familiar em cada camada de detenção de cargos políticos e burocráticos, particularmente a de âmbito nacional”. Para esses fins e nesse contexto, a exogamia, no interior das famílias políticas, operou efetivamente. *Idem*. p. 175.

⁵⁵⁵ BENEVIDES, César Augusto Carneiro. **Camponeses em marcha: ... Op. cit.** p. 21.

⁵⁵⁶ No que concerne às famílias proprietárias de usinas de açúcar na zona canavieira da Paraíba, é importante lembrar que todas elas construíram seu capital político, mantendo sempre membros da família em cargos públicos eletivos e burocráticos no estado e região. Essas usinas eram controladas, basicamente, por quatro famílias: os Fernandes de Lima, os Velloso Borges, os Ribeiro Coutinho, os Lira Lins. **A usina Monte Alegre**, instalada no município de Mamanguape, era propriedade da família “Fernandes de Lima”. Essa unidade produtiva surgiu a partir dos vários engenhos que o casal Antônio Fernandes de Lima Sobrinho e Maria Caetano Fernandes de Lima possuíam na microrregião de Mamanguape, no Nordeste do estado. Além de administrarem os negócios da usina Monte Alegre e outros empreendimentos, três de seus filhos, João, José e Manoel, atuaram, em grande parte de suas vidas, no campo político do estado. **Manoel Fernandes de Lima** (1903-1998) foi prefeito de Mamanguape em dois mandatos: em 1959-1963; e em 1969-1973. Foi acionista do Banco Nacional do Norte – Banorte (fundado em 1942). **João Fernandes de Lima** (1901-1980) foi eleito deputado estadual em 1947; em 1954 e no período de 1964-1967, por conta da cassação do mandato do deputado Abelardo Jurema; foi vice-governador da Paraíba de 1951-1953 e, depois, governador do estado no período de 1953-1955. Também foi candidato em outros momentos, ficando na suplência. Cf. ABREU, Alzira Alves de *et al* (Coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-fernandes-de-lima>. Acesso em: 14 dez. 2021. **José Fernandes de Lima** (1913-1999), bacharel em Ciências Jurídicas, foi prefeito municipal de Mamanguape no período de 1940 a 1945, e, em 1946-1947; foi eleito deputado estadual em 10 legislaturas: 1954, 1958, 1962, 1966, 1970, 1974, 1978, 1982 e 1986. Assumiu o governo do estado no período de 1960-1961. Foi presidente da Assembleia Legislativa e também ocupou pastas em secretarias do estado. ABREU, Alzira Alves de *et al* (Coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernandes-jose-pb>. Acesso em: 15 dez. 2021. Cf. também no site do TRE. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/e/eleicoes>. Acesso em: 14 dez. 2021. Ainda sobre a atuação política da família Fernandes de Lima e um dos seus principais protagonistas na região de Mamanguape e no estado da Paraíba, Cf.: ALBUQUERQUE, Marcos Cavalcanti de. **Centenário de nascimento do historiador José Fernandes de Lima**. João Pessoa: Gráfica São Mateus, 2013. **A usina Tanques** também manteve os seus representantes políticos da família Velloso Borges entrelaçada com outras famílias. **A usina São João** teve, em seus proprietários, figuras proeminentes na política paraibana. Com João Úrsulo e irmãos na direção da empresa, participaram na política: os irmãos João Úrsulo Ribeiro Coutinho Filho (prefeito de Sapé-PB 1937-1945; eleito deputado federal em 1945, 1954 e 1958); seu irmão, Odilon Ribeiro Coutinho, foi deputado federal pelo estado do Rio Grande do Norte na legislatura de 1963-1967. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antigos/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 22 jun. 2021. Cf. também: ABREU, Alzira Alves de *et al* (Coordenadores.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-ursulo-ribeiro-coutinho-filho>. Acesso em: 21 mar. 2022. **A usina Santa Rita** teve, no seu proprietário, um dos principais políticos da Paraíba, que foi Flávio Ribeiro Coutinho (Deputado estadual eleito em 1947; governador da Paraíba 1956-1958). Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antigos/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 22 jun. 2021. **A usina São Francisco**, instalada no município de Píripituba, região do Brejo paraibano, era de propriedade de Octávio Ribeiro Coutinho, que foi candidato em algumas eleições, mas não obteve êxito. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antigos/resultados-de-eleicoes>.

“na medida em que uma parentela pode ser considerada um grupo quase-corporativo de maior duração que o período de vida de um político”, não é arriscado afirmar “também que ela constituía uma organização econômica, em virtude dos direitos coletivos e individuais sobre a terra detidos por seus membros”⁵⁵⁷.

O Estado, enquanto instância político-jurídica-administrativa, era constituído, basicamente, pelos membros das classes dominantes que, por sua vez, ocupavam os principais cargos políticos, jurídicos e burocráticos. Nessa mesma Instituição pública, essas mesmas elites preparavam os seus filhos para nela mesma atuarem, mantendo, dessa forma, uma prática hereditária de privilégios. Na Paraíba, por exemplo, no século XIX e primeira metade do século XX, os filhos de senhores de engenho, fazendeiros e usineiros estudaram nas melhores instituições públicas de ensino, como o Lyceu Paraibano e a Faculdade de Direito do Recife-PE.

Além de ocuparem, historicamente, os principais postos de representação política, essas famílias controlavam os melhores empregos e os mais altos salários do estado e municípios. Desse modo, tinham, em suas mãos, grande poder de controle e decisão política nesses espaços. A transmissão do “*patrimônio político-familiar* [se dava] por meio do acúmulo constante de capitais pela lógica cultural da dominação simbólica, legitimando a herança como um fenômeno natural”. Fenômeno esse “que se transmite quase que geneticamente de pai para filho, de tio para sobrinho”⁵⁵⁸. E, nesse sentido, vale salientar que “é quase inevitável que a fortuna herdada supere a riqueza constituída durante uma vida de trabalho”⁵⁵⁹.

[pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antecedentes/resultados-de-eleicoes](https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antecedentes/resultados-de-eleicoes). Acesso em: 22 jun. 2021. **A usina Santa Helena**, em Sapé, tinha o seu proprietário, Renato Ribeiro Coutinho, como uma das principais figuras políticas do Grupo da Várzea e do estado. Chamado de Comendador, era uma figura bastante respeitada no cenário político nacional. Ficam evidentes as famílias Ribeiro Coutinho e Maroja, possuidores de quatro usinas de açúcar no estado da Paraíba, com atuação direta e ativa no campo político do estado, por várias décadas. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antecedentes/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 22 jun. 2021. **A usina Santa Maria**, sediada no município de Areia, no Brejo paraibano, foi fundada pelo cel. Francisco de Assis Pereira de Melo, em 1931, e adquirida por Solon Lira Lins em 1952. Esse usineiro era um dos descendentes do coronel José Lins Cavalcanti de Albuquerque, conhecido como Num de Taipu, que detinha um grande “patrimônio fundiário”. Num de Taipu, nasceu em 1786, no engenho Pasmado, em Pernambuco, e migrou para Paraíba por volta de 1792, ainda criança, estabelecendo-se no município de Pilar, na região que é hoje o município de São Miguel de Taipu. Segundo Linda Lewin, Num de Taipu era trisavô do escritor José Lins do Rêgo. A família Lins também tinha atuação no campo político da Paraíba. O irmão de Solon, José Lira Lins, foi vereador no município de Serraria, em 1947, e prefeito do município de Pilões pelo PSD num período de quatro anos: 1959-1963. Seu filho, José Lira Lins Sobrinho, foi candidato a vereador no município de Areia pelo PR, em 1959, não obtendo êxito; no ano de 1963, foi eleito para o cargo de prefeito do município de Pilões pela UDN, para um mandato de quatro anos, de 1964 a 1968. Cf.: LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba...** *Op. cit.* p. 389. Cf. também: Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antecedentes/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 22 jun. 2021.

⁵⁵⁷ LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: ...** *Op. cit.* p. 113-114.

⁵⁵⁸ MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família: ...** *Op. cit.* p. 255.

⁵⁵⁹ PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 37 e 478.

Na Paraíba, durante a segunda metade do século XX, o exercício do poder de pouco menos de vinte famílias controlava e dominava a política dos mais altos cargos em nível local, estadual e nacional. Assim como na primeira metade do século XX, durante o período ditatorial e na chamada “Nova República”, muitas dessas famílias mantiveram a sua dominação e expandiram os seus capitais.

Possuidoras de um grande patrimônio material como latifúndios, indústrias, cartórios, empresas, redes comerciais e, principalmente, veículos de imprensa, como jornais, emissoras de rádio e TV, esses grupos políticos conseguiam manter, sob a sua influência e certo controle, a sua região de atuação política. Essas “grandes famílias” consideravam o “capital político-familiar como um dos distintivos fundamentais... associado ao capital econômico e cultural”. Além disso, elas tinham “acesso aos principais postos no aparelho de Estado, no controle da mídia, na indicação de Conselheiros ao Tribunal de Contas do Estado⁵⁶⁰ e na representação política: legislativo e executivo”⁵⁶¹. Os cargos estratégicos eram distribuídos com familiares, parentes e amigos. Desse modo, expandiram as suas relações de dominação, distribuindo seus membros em diferentes esferas e instâncias, com o propósito de criar e manter um poder de controle, ocupando cargos nos aparelhos do Estado.

Linda Lewin assegura que “a continuidade familiar no recrutamento político, apesar de muitas exceções, pode ainda ser observada no período autoritário pós-1964, durante as décadas de 1970 e 1980”. Ao analisar esse período, ela observa que “esse fato não é surpreendente para a Paraíba, quando se considera que ali o poder econômico continua[va] altamente concentrado num pequeno número de famílias de elite”. Essa situação se manteve porque, “com a imposição do governo militar, a politização de massas característica do período populista terminou em 1964”⁵⁶².

Enquanto durou, esse estado de exceção foi bastante proveitoso para as classes agrárias e empresariais, uma vez que as classes trabalhadoras assalariadas do campo foram silenciadas de forma notória e/ou velada pelo autoritarismo do estado e por parcela da sociedade civil conservadora. Assim, “por mais duas décadas as famílias estreitamente interligadas que controla[va]m as terras e as refinarias de açúcar” na zona canavieira “permaneceram livres de qualquer oposição de caráter classista que objetivasse abrir o sistema político aos camponeses

⁵⁶⁰ O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB) foi instituído pela Lei nº 3.627, de 31 de agosto de 1970, e instalado em 1 de março de 1971. Grande parte dos Conselheiros do TCE ocuparam cargos políticos eletivos e/ou pastas, secretarias, cargos burocráticos da máquina estatal, sendo quase todos eles resultantes de indicação política. COSTA, Adailton Coelho. **20 anos do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba**. João Pessoa: [s.n.], 1991.

⁵⁶¹ MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família: ...***Op. cit.* p. 19 e 18, respectivamente.

⁵⁶² LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: ...** *Op. cit.* p. 370.

ou aos trabalhadores assalariados do campo”. Também é importante lembrar que, “o poder de base familiar permanece inextricavelmente ligado tanto ao padrão pós-1964 de controle sobre os cargos políticos como impressionante concentração de poder econômico fundada no latifúndio moderno”⁵⁶³.

A partir dos anos de 1980, com a implantação do projeto de democracia liberal durante o processo de redemocratização, na Paraíba, a máquina política se manteve ainda sob o controle das tradicionais famílias, consideradas como “verdadeiras dinastias políticas”. De acordo com Marciano Monteiro, no Brasil “as famílias políticas tradicionais representadas por Tancredo Neves, José Sarney, Antônio Carlos Magalhães, dentre outros políticos, alinhadas aos militares, se colocaram como símbolos da nascente democracia”. De modo igual, aqui na Paraíba, “as famílias ‘Maia-Mariz’, ‘Braga’, tradicionais oligarquias que associada às famílias ‘Lucena’, ‘Ribeiro’, ‘Cunha Lima’, ‘Maranhão’, ‘Vital-Rêgo’, ‘Gadelha-Pires’, ‘Nóbrega-Mota’, ‘Gaudêncio-Brito’ ” continuaram – e continuam - disputando “os espaços de controle do Estado no período e posteriormente à redemocratização”⁵⁶⁴.

Portanto, fica muito difícil compreender as práticas de resistência da “gente pobre” do campo sem reconstituir seu percurso pelas práticas de dominação, buscando compreender, nessa imbricação, as relações de poder constituídas dentro desse contexto. Nesse sentido, é importante entender que “as famílias constitutivas da classe dominante formam, há várias gerações, ‘complexas redes sociais, redes políticas e redes de nepotismo, profundamente inseridas no tempo e nos cargos do aparelho de Estado’”⁵⁶⁵.

4.6.1 A família Velloso Borges

O domínio da família Velloso Borges, na zona canavieira da Paraíba, remonta ao período imperial, atuando política e economicamente, principalmente, na região sudeste do estado, especialmente nos municípios de Gurinhém, Itabaiana, Juripiranga, Mogeiro, Pedras de Fogo, Pilar, Salgado de São Félix e São Miguel de Taipu. Ainda nas primeiras décadas do século XX, os Velloso Borges já tinham empresas no município de Santa Rita, a exemplo da Companhia Paraibana de Tecidos – CPT, a denominada Fábrica Tibiri⁵⁶⁶. A influência dessa

⁵⁶³ *Idem.* p. 370-371.

⁵⁶⁴ MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família: ...** *Op. cit.* p. 121 e 39.

⁵⁶⁵ *Idem.* p. 19.

⁵⁶⁶ A fábrica Tibiri foi a primeira indústria de fiação e tecelagem instalada no estado da Paraíba. Fundada por Antônio Valente e pelos irmãos Antônio Garcia de Castro e Joaquim Garcia de Castro, portugueses, no ano de 1891, a Castros Irmãos & Cia. permaneceu sob a gerência da família Castro até 1913, ano em que passou a ser administrada pela firma Moreira Lima & Cia. até 1924. Nesse mesmo ano, foi adquirida por Anísio Pereira Borges

família se estendeu para a região do Brejo, onde vários de seus membros se tornaram proprietários de terras, fazendas e agroindústrias nos municípios de Alagoa Grande, Areia, Mogeiro, Pilões e adjacências.

A família Velloso Borges era relativamente grande. Os pais de Agnaldo Velloso Borges, Anísio Pereira Borges e Virgínia Velloso Borges, tiveram uma prole de doze filhos/as⁵⁶⁷. Senhor de engenho de açúcar, proprietário do Engenho Recreio, Anísio Pereira Borges era tenente coronel e foi delegado do município de Pilar nos anos de 1920⁵⁶⁸. De acordo com as fontes, como proprietária de longas faixas de terra na Paraíba, já no século XIX, a família Velloso Borges atuava na política local⁵⁶⁹.

É importante ressaltar que esse clã era descendente de Barões do açúcar nos estados da Paraíba e Pernambuco, no século XIX. Consta, nos documentos cartoriais, que a mãe de Virgínia Velloso Borges, Córdula Vellozo Freire (1828-1908), era irmã legítima de Flávio Clementino da Silva Freire (1816-1900), o Barão de Mamanguape-PB, e de Ernesto Justiniano

e seus filhos, Virgínio Velloso Borges, Manoel Velloso Borges e Claudino Velloso Borges, e passou a se chamar Companhia Paraibana de Tecidos – CPT. Permaneceu na propriedade da família Velloso Borges até o ano de 1970, quando veio a falência. Um dos seus principais diretores foi Edgar Saeger (1925-1954), cunhado dos irmãos Velloso Borges e casado com Darcília Velloso Borges. A fábrica Tibiri ficava localizada nas terras do antigo engenho Tibiri, no município de Santa Rita. Cf. ARAÚJO, Darlene Karla. **Patrimônio Industrial no litoral da Paraíba: identificação e preservação**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2019. p. 112-119. Cf. também: Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xxcr_d_chO4. Acesso em: 9 abr. 2022. Cf, ainda, o acervo do EJA de Santa Rita.

⁵⁶⁷ De acordo com a certidão de óbito de Anísio Pereira Borges, o casal teve A árvore genealógica elaborada e disponibilizada no site **Family Search**, que fornece os nomes dos filhos e filhas do casal Anísio Velloso Borges (1859-1940) e Virgínia Velloso Borges, acompanhados dos anos de nascimento, constituindo (6) irmãos e sete (6) irmãs, perfazendo um total de doze (12): Manuel (1885-1959), Virgínio (1886-1966), Claudino (1887-1962), Córdula (1889-1979), Noemia (1893-1949), Nelson (1893-1971), Adalgisa (1894-1974), Jocelyn (1899-1985), Darcília (1901-1978), Agnaldo (1903-1990), Iragisa (1905-1986), Carmélia (1906-1944). Nesse sítio, encontram-se disponibilizados 33 documentos (Termos de nascimento, casamento e óbito) dos pais e filhos/as. Em relação aos nomes dos filhos e filhas, Cf.: ITABAIANA (PB). Cartório de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos de Itabaiana. Livro de Óbitos. **Certidão de Óbito [de] Anísio Pereira Borges**. Registro em: 13 dez. 1940. Certidão registrada às fls. 45-46 do livro n. 38 de assentamento de óbito 2.952. Data de óbito: 13 dez. 1940. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/details/LBDT-MCM>. Acesso em: 23 jun. 2021. No sítio que fornece a árvore genealógica da família Velloso Borges, ainda constam os nomes de mais quatro filhos (José, Manfredo, Maria de Lourdes e Milton). Entretanto, nos documentos fornecidos, não encontramos nenhum desses quatro nomes citados como sendo também filhos do casal Anísio e Virgínia.

⁵⁶⁸ Almanak Laemmert. **Anuario comercial, industrial, agrícola, profissional e administrativo da República dos Estados Unidos do Brasil para 1921-1922**. Rio de Janeiro: Typographia do Anuario do Brasil Almanak Laemmert, 1921. 3º Vol. Estados do Norte. 77-78 Anno. p. 3.734. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=78261&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 16 nov. 2021.

⁵⁶⁹ Manuel Pereira Borges (1868-1937), conhecido como Coronel Nô Borges, tio de Agnaldo Velloso Borges, foi uma figura proeminente do coronelismo na região de Itabaiana. Nascido em Pilar, transferiu-se para Itabaiana, onde possuía uma grande propriedade de terras e desenvolvia a pecuária. Com o crescimento da produção do “ouro branco” na região, montou uma descaroçadora de algodão. No centro urbano, mantinha um curtume, denominado Santo Antônio. Tinha forte atuação política no município de Itabaiana, onde foi prefeito por dois mandatos: 1911-1915 e 1933-1937. MAIA, Sabiniano. **Itabaiana, sua história – suas memórias 1500-1976**. João Pessoa: A UNIÃO, 1976. Cf. também: Memorial Itabaianense. Associação Cultural Memória Viva. Disponível em: http://itabaianapbmemoira.blogspot.com/2010/11/historia_08.html. Acesso em: 23 jun. 2021.

da Silva Freire (1812-1896), Barão de Itambé-PE. Senhor de terras e de engenhos de açúcar na região de Mamanguape, o Barão de Mamanguape teve um significativo prestígio político durante o império, alçando o posto de presidente da Província da Parahyba por algumas vezes⁵⁷⁰. Portanto, os dois barões eram irmãos da avó materna do usineiro, Córdula Velloso Freire⁵⁷¹.

Todavia, qual o sentido dessa informação para a discussão aqui proposta? Na verdade, importa destacar a importância que esses títulos nobiliárquicos tiveram na constituição de certo capital simbólico para os descendentes dos titulares e aqui, em especial, para os Velloso Borges. Evidentemente, os títulos, as posições sociais ocupadas e o poder exercido pelos dois tios-avôs de Agnaldo, ecoaram positivamente na produção de uma herança simbólica para aqueles que souberam explorar tal representação de poder e posição social, beneficiando-se dela, por seu grau de parentesco. Portanto, fica claro, por exemplo, que as famílias Velloso e Freire influenciaram diretamente a formação política e social do médico e senador Virgínio V. Borges e seus irmãos, fornecendo-lhes capital simbólico, privilégios e condições propícias para a constituição de capitais político e social.

Alguns dos irmãos de Agnaldo Velloso Borges eram industriais e participaram ativamente da política na Paraíba. Manuel Velloso Borges, formado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, foi eleito deputado estadual em 1929, período em que se tornou líder do governo de Álvaro Dias. Vitorioso na eleição de 1933 como deputado federal pelo Partido Progressista (PP) da Paraíba, em 1935, foi eleito senador pela Paraíba. Em seus empreendimentos, adquiriu o controle acionário da Companhia Paraibana de Tecidos – CPT e, juntamente com irmãos, adquiriu, no Rio de Janeiro, a fábrica Deodoro⁵⁷².

⁵⁷⁰ O Barão de Mamanguape foi deputado pela Província da Parahyba do Norte durante sete anos (1857-1864), senador do Império durante o período de 1869 a 1889. Assumiu a presidência da província por três vezes enquanto vice-presidente - nos anos de 1853, 1854, 1855 – e foi nomeado presidente da província em 1861. Durante o período de 1876 a 1877, atuou como senador do Império. M. G. A. **Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894. p. 98-99.

⁵⁷¹ Em relação ao parentesco, ver o registro de nascimento de uma das filhas do casal Virgínia e Anísio: PILAR (PB). Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da Villa de Pilar-PB. Livro de Registro de nascimento. **Certidão de Nascimento [de] Noemia Vellozo Borges**. Registro em: 1 mar. 1891. Certidão registrada às fls. 72-73 do livro n. 1 de assentamento de nascimento n. 2. Data de nascimento: 28 fev. 1891. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6XWS-T99?i=74&cc=2015754> Acesso em: 19 abr. 2022. Em relação ao parentesco da família Velloso Borges com o Barão de Mamanguape, Cf. documentos cartoriais: RIO DE JANEIRO (RJ). Matriz da Freguesia do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé do Rio de Janeiro – RJ. Livro de Assentamento de Casamento. **Assentamento de Casamento de Barão de Mamanguape, Flávio Clementino da Silva Freire e Maria do Carmo Salles**. Registro em: 13 out. 1869. Certidão registrada às fls. 250 do livro n. 9-A de registro de casamento n. 73. Data de casamento: 13 out. 1869. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/sources/9XTV-F2G> Acesso em: 19 abr. 2022.

⁵⁷² Em relação à sua participação em cargos eletivos na política do estado paraibano, ver o sítio do TRE-PB. Cf. também: ABREU, Alzira Alves de et al (Coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio

Um segundo irmão de Agnaldo Velloso Borges, Virgínio Velloso Borges, também médico e farmacêutico, diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia, atuou igualmente na política. Com outras lideranças da elite política paraibana, fundou, no estado, no ano de 1945, a União Democrática Nacional (UDN). Em 1951, foi eleito senador pelo Partido Social Democrático (PSD). Candidatou-se para uma vaga no senado, em 1954, mas não conseguiu se reeleger e, em 1958, se candidatou a uma vaga de suplente de senador de José Américo de Almeida, numa coligação entre o Partido Libertador (PL) e a União Democrática Nacional (UDN), mas também não obteve êxito. Fechando-se para a carreira política, concentrou-se em suas atividades empresariais na Paraíba e no estado do Rio de Janeiro⁵⁷³.

Virgínio Velloso Borges era casado com Priscila Freire Velloso Borges, com quem teve seis filhos (Walfredo, Milton, Germana, Marcelo, Vera e Solange). A sua esposa era neta do latifundiário e figura política do império na Província da Parahyba do Norte (deputado e senador), Flávio Clementino da Silva Freire (1816-1900), conhecido como Barão de Mamanguape. Outras importantes figuras da história política da Paraíba devem ser evocadas por conta dos seus estreitos laços de parentesco com Priscila Freire. Entre esses, se destacaram o seu tio, o Pe. Valfredo Soares dos Santos Leal, e o seu primo legítimo, José Américo de Almeida⁵⁷⁴.

de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/manuel-veloso-borges>. Acesso em: 22 jun. 2021

⁵⁷³ Em relação à sua participação política no estado da Paraíba, Cf. o sítio do TRE da Paraíba. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/resultados-de-eleicoes>. Cf. também: ABREU, Alzira Alves de *et al* (Coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/borges-virginio-veloso>. Acesso em: 22 jun. 2021.

⁵⁷⁴ O Padre Valfredo Soares dos Santos Leal (1855-1942) foi uma proeminente figura política, atuando, principalmente, na região do Brejo. Valfredo foi ordenado Padre em Roma, no ano de 1882, e, ao retornar da Itália, iniciou as suas atividades religiosas na Paraíba como pároco na Freguesia de Nossa Senhora da Luz, na cidade de Guarabira-PB, em 1888. Foi o 7º governador da Paraíba (1905-1908), Vice-Governador por duas vezes (1893-1896; 1904-1905), Senador pela Paraíba no período de 1909 a 1917, Deputado Federal em dois mandatos: 1901-1904 e 1922-1926, deputado estadual no período de 1892-1893 e 1928-1930. Cf. LOPES, Raimundo Helio. Valfredo Leal. In: ABREU, Alzira Alves de *et al* (Coordenadores.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEAL,%20Valfredo.pdf>. Acesso em: maio de 2020. José Américo de Almeida, igualmente sobrinho de Valfredo Leal, também é considerado uma figura bastante evocada na história política do estado e do país. Em 1930, foi interventor da Paraíba; Ministro da Viação e Obras Públicas (1930-1934 e 1953-1954); Ministro do Tribunal de Contas da União – TCU (1935-1947); Senador pela Paraíba em 1935 e 1947-1951; governador da Paraíba de 1952 a 1956. Mais conhecido na literatura brasileira, como autor, entre outros livros, de *A Bagaceira* (1928), apoiou o golpe de 1964, enquanto partidário da UDN. No ano de 1966, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras – ABL. No ano seguinte, tomou posse, ocupando a cadeira nº 38. Cf.: ALMEIDA, José Américo de. Dados bibliográficos do autor. In: *A bagaceira*. 44 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010. p. 9-16. Cf. também: LUNA, Maria de Lemos. **José Américo de Almeida**. João Pessoa: A União, 2000. Coleção Paraíba: Nomes do Século. Série Histórica, nº 17. Cf. também: ABREU, Alzira Alves de *et al* (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jose_americo_almeida. Acesso em: 26 nov. 2021. Por seu papel intelectual e político, se tornou objeto de estudo biográfico de vários pesquisadores. Entre essas pesquisas, Cf.: BURITY, Luiz Mário Dantas. **José Américo de Almeida, da infância**

Na região da Zona da Mata, ainda na primeira metade do século XX, a família Velloso Borges, adversária política dos Ribeiro Coutinho, aliou-se à família Pessoa, oportunidade em que o esposo de Darcília Velloso Borges (irmã de Virgínio, Manoel, Agnaldo), o engenheiro Edgard Seager, foi nomeado prefeito do município de Santa Rita. A família Velloso Borges, na figura dos irmãos Manoel e Virgínio, ao mesmo tempo em que conservava suas indústrias no município de Santa Rita, mantinha grande influência política nessa área⁵⁷⁵.

No entanto, no processo de democratização e ditadura militar os Velloso Borges se aliaram aos Ribeiro Coutinho. Virgínio Velloso Borges era proprietário de vários empreendimentos industriais no estado do Rio de Janeiro, como a Cia. de Tecidos Deodoro, na cidade de Deodoro; a Cia. de Produtos Químicos Bayer e a Usina Outeiro, na cidade de Campos. Foi fundador do Banco Aliança, posteriormente vendido ao Banco Itaú. Na Paraíba, era um dos proprietários da Fábrica de Tecidos Tibiri, localizada na cidade paraibana de Santa Rita⁵⁷⁶. Essa fábrica era administrada pelo seu cunhado, Edgard Seager. Posteriormente, passa a ser administrada por um de seus filhos, que tinha o mesmo nome de seu irmão, Milton Velloso Borges⁵⁷⁷.

Duas das três filhas de Virgínio eram casadas com os irmãos Ribeiro Coutinho, filhos de João Úrsulo Ribeiro Coutinho e Helena Pessoa Ribeiro Coutinho⁵⁷⁸. Germana Velloso Borges

no engenho Olho d'Água à campanha presidencial de 1937. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, 2021. Cf. também material audiovisual: **O HOMEM de Areia**. Direção de Vladimir Carvalho. Rio de Janeiro: Embrafilme/Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1981. 1 DVD (126 min.), p&b.

⁵⁷⁵ Edgard Seager era natural do Rio Grande do Sul. SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho e M. **Nordeste, açúcar e poder: ...** *Op. cit.* p. 217.

⁵⁷⁶ AGUIAR, Francisco de Paula Melo. **João Úrsulo, homem de visão**. p. 35. COUTINHO, Natércia Suassuna Dutra Ribeiro. **Odilon Ribeiro Coutinho**. Santa Rita/PB: Abril de 2008. Manuscrito da autora. Disponível em: <https://docplayer.com.br/105459033-Joao-ursulo-homem-de-visao.html>. Acesso em: 23 mar. 2022.

⁵⁷⁷ SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho e M. **Nordeste, açúcar e poder:...** *Op. cit.* p. 275.

⁵⁷⁸ João Úrsulo Ribeiro Coutinho (1876-1930) era filho de José Crisóstomo Ribeiro da Silva Coutinho e Ana Clara Ferreira de Castro Coutinho naturais do município de Nazaré da Mata-PE. Era irmão do político paraibano, ex-governador do estado (1956-1958), banqueiro e industrial, proprietário da usina Santa Rita, fundador do Sindicato da Indústria do Açúcar, Flávio Ribeiro Coutinho. Natural de Gurinhém-PB, João Úrsulo era Bacharel em direito. Foi um industrial paraibano no ramo da sacarose, proprietário do engenho Central, depois usina de açúcar São João, em Santa Rita-PB. Em 1912 se casou com Helena Serafina Pessoa de Melo (1891-1927) que passou a se chamar Helena Pessoa Ribeiro Coutinho e com quem teve dez filhos, mas sobrevivendo apenas sete destes: Renato, João Úrsulo, Luís Ignácio, Flávio "Sobrinho", Cassiano, Odilon e Abelardo. Helena faleceu aos 36 anos, deixando o filho mais velho com apenas 14 anos. Viúvo, João Úrsulo, casou-se com Ana Rita Pessoa Velloso (1888-1971), Dona Nenzinha, prima de sua primeira esposa. Cf. CRUZ DO ESPÍRITO SANTO (PB). Cartório de Registro Civil da Villa de [Cruz do] Espírito Santo. Livro de Registro Civil. **Certidão de Nascimento de Renato Ribeiro Coutinho**. Registro em: 30 jan. 1913. Certidão registrada às fls. 197 do livro n. 2 (1904-1918) de assentamento de nascimento n. s/n. Data de nascimento: 23 jan. 1913. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6519-38S?i=104&cc=2015754&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGX2-9WQ3>. Acesso em: 22 mar. 2022. Alguns estudos biografam as origens da família Ribeiro Coutinho no estado da Paraíba, Cf. COUTINHO, Marcus Odilon Ribeiro. **André Ribeiro Coutinho**. João Pessoa: Sal da Terra, 2001. Do mesmo autor: COUTINHO, Marcus Odilon Ribeiro. **Flávio Ribeiro Coutinho**. João Pessoa: A União, 2000. Coleção Paraíba: Nomes do Século. Série Histórica, nº 7. Outros trabalhos tratam da família Ribeiro Coutinho. Entre esses,

era casada com João Úrsulo Ribeiro Coutinho Filho, que “foi constituinte de 1946 e deputado federal pela Paraíba” em legislatura nos períodos de 1946-1951 e 1955-1963⁵⁷⁹. A última filha de Virgínio, de uma prole de seis irmãos, Solange Velloso Borges, casou-se, também, com um irmão de Renato Ribeiro Coutinho, o advogado e industrial Odilon Ribeiro Coutinho. Este foi diretor da usina Ilha Bela⁵⁸⁰, no município de Ceará-Mirim, no estado do Rio Grande do Norte, região em que iniciou a sua carreira política, sendo eleito deputado federal em 1962. Na década de 1980, voltou à Paraíba para atuar na política deste estado, momento em que também passou a administrar a usina São João, em Santa Rita⁵⁸¹.

Cf.: MAIA, Sabiniano. **Flávio Ribeiro Coutinho**: história de uma vida e de uma época 1882-1963. João Pessoa: A UNIÃO, 1977. p. 49-52. No ano de 1986 a pesquisadora canadense Margo Matwychuck realizou um importante estudo de gênero sobre famílias de usineiros na Paraíba, e nele explora a genealogia dos Ribeiro Coutinho. MATWYCHUCK, Margo L. Estratégias de casamento, história de mulheres, [...] *Op. cit.*

⁵⁷⁹ João Úrsulo Ribeiro Coutinho Filho (1915-1970) advogado, político paraibano (nomeado prefeito do município de Sapé em 1938) filiado a UDN, industrial, banqueiro (presidente do banco Aliança na cidade do Rio de Janeiro, empresa “absorvida pelo então Banco Itaú-América, atual Banco Itaú). Seus irmãos que mais se destacaram na política foram: Renato Ribeiro Coutinho (1913-1982), a quem chamavam-lhe de comendador, engenheiro agrônomo, proprietário da usina Santa Helena, deputado estadual 1947-1951; deputado federal 1967-1971. Odilon Ribeiro Coutinho (1923-2000) foi deputado federal pelo Rio Grande do Norte (1963-1967). Ao retornar à Paraíba foi eleito prefeito do município de Juarez Távora no ano de 1968. Luís Ignácio Ribeiro Coutinho (1917-1968) foi prefeito de Sapé 1947-1951, eleito deputado estadual para quatro legislatura (1954-1968). Luís Ignácio faleceu em 1968, antes do término da sua quarta legislatura. Cassiano Ribeiro Coutinho foi prefeito de Sapé no período de 1964-1968. Além desses, primos e tios também participaram ativamente da política do estado em cargos eletivos como prefeitos de vários municípios paraibanos, deputados estaduais e federais durante todo o século XX. Em relação a participação nos cargos eletivos no estado da Paraíba, Cf. o sítio do TER-PB: <https://www.tre-pb.jus.br/>. Cf. também: ABREU, Alzira Alves de et al (Coordenadores.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-ursulo-ribeiro-coutinho-filho>. Acesso em: 22 jun. 2021. Cf. também: MAIA, Sabiniano. **Flávio Ribeiro Coutinho**: história de uma vida e de uma época. João Pessoa: A UNIÃO, 1977. p. 49-52.

⁵⁸⁰ O poder econômico do grupo Ribeiro Coutinho da Paraíba expandiu os seus investimentos na produção da sacarose, também, para os estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará. No estado potiguar, os filhos de João Úrsulo possuíam três usinas: Estivas, São Francisco e Ilha Bela. A Usina Estivas, localizada na região sul do estado, no município de Arez, de propriedade de Luiz Ignácio Ribeiro Coutinho (na Paraíba, foi prefeito do município de Sapé-PB e deputado estadual), foi adquirida ainda na década de 1940. Nessa mesma década, o grupo adquiriu, de seus fundadores Milton Gouveia Varela e outros, a usina Ilha Bela; e dos herdeiros de Manoel Gouveia, compraram a usina São Francisco. Essas duas indústrias de açúcar estavam localizadas na zona rural do município de Ceará-Mirim. A primeira nascera do antigo engenho Ilha Bela. O engenho foi fundado pelo filho de Manoel Varella do Nascimento, o Barão de Ceará-Mirim (1802-1881), José Félix da Silveira Varela. Com o novo proprietário, o grupo Ribeiro Coutinho, a usina passou a ser administrada por Odilon Ribeiro Coutinho, permanecendo até o início da década de 1970, quando foi vendida ao grupo Tavares de Melo. ANDRADE, Manuel Correia. **Usinas de Açúcar e destilarias no Rio Grande do Norte e na Paraíba (Agro-indústria canavieira e a produção do espaço)**. Mossoró-RN: ESAM, 1988. p. 17-18; COUTINHO, Marcus Odilon Ribeiro. **Flávio Ribeiro Coutinho**. João Pessoa: A UNIÃO, 2000. Coleção Paraíba: Nomes do Século. Série Histórica, nº 7. p. 16-17. De acordo com Daniel Bertrand, a usina de Ilha Bela foi adquirida em 1949. BERTRAND, Daniel. **Patrimônio, Memória e Espaço**: a construção da paisagem açucareira do Vale do Ceará-Mirim. Dissertação (Mestrado em História). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010. p. 89. Maria J. F. Martins assegura que a Ilha Bela foi vendida em 1945 ao Grupo Ribeiro Coutinho. MARTINS, Maria José Félix. **Ilha Bela, espaços da recordação**: entre ruínas, memórias e o direito de narrar (Ceará-Mirim 1930-2000). Anais da ANPUH – 31º Simpósio Nacional de História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021. p. 02. Em relação à genealogia do Barão do Ceará-Mirim, Cf. MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Os barões do Ceará-Mirim e Mipibu**. Acervo virtual Oswaldo Lamartine. Disponível em: <https://colecaomossoroense.org.br/site/acervo-oswaldo-lamartine/>. Acesso em: 17 abr. 2022.

⁵⁸¹ Odilon Ribeiro Coutinho (1923-2000) voltou a residir na Paraíba, a partir dos anos de 1982. Foi presidente-diretor do Conselho Diretor da Fundação Joaquim Nabuco após a morte de Gilberto Freyre. Publicou, entre outras

Assim como na primeira metade do século XX, “a geração, consolidação e manutenção de riquezas eram preocupações familiares estratégicas para a “nova” elite agro-industrial do nordeste brasileiro...”. Na Paraíba esses interesses se mantiveram, sofrendo poucas alterações tanto durante o período da ditadura militar quanto no processo de redemocratização, a partir de 1985⁵⁸².

O usineiro Agnaldo Velloso Borges realizou núpcias com Maria Luiza Peixoto Velloso Borges⁵⁸³, união conjugal que não lhe concedeu nenhum herdeiro homem, apesar do “[de costume] designar um filho como herdeiro principal” para administrar as terras e/ou um empreendimento como um engenho, usina, indústria etc.⁵⁸⁴. Desse casamento, nasceram quatro filhas: Virgínia Maria Peixoto Velloso Borges, Valquíria Peixoto Velloso Borges, Marisa Peixoto Velloso Borges e Adette Peixoto Velloso Borges⁵⁸⁵. Com isso, o proprietário da usina Tanques empreendeu esforços no sentido de direcionar as suas filhas para realizar casamentos com membros de famílias influentes, resultando, portanto, na união com poderosas e tradicionais famílias da Paraíba, Pernambuco e Alagoas, donas de um significativo capital econômico e político. Essas mulheres carregavam consigo o “patronímico familiar”.

Virgínia Maria Peixoto Velloso Borges é casada com Enivaldo Ribeiro. Filho de um industrial no ramo algodoeiro, Enivaldo se tornou advogado e empresário, como seu pai. Iniciou a atuar no campo político, em Campina Grande, onde foi deputado estadual (1974-1976; 1986-1990) e prefeito municipal (1977-1983), deputado federal (1998-2002; 2002-2006) e vice-

obras, *A ação política de Gilberto Freyre; O quixotismo prático de Celso Furtado; Tuiuti; José Lins do Rego: perda e reparação (1961); José Lins do Rego, menino do engenho da Várzea do Paraíba*. No campo empresarial, foi vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP) e membro do Conselho da Confederação Nacional das Indústrias (CNI). ABREU, Alzira Alves *et al* (Coordenadores.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/coutinho-odilon-ribeiro>. Acesso em: 22 jun. 2021.

⁵⁸² MATWYCHUCK, Margo L. Estratégias de casamento, história de mulheres, ... *Op. cit.* p. 213.

⁵⁸³ Maria Luiza Balthar Peixoto de Vasconcelos, que acrescentou Velloso Borges em seu nome, passando a se chamar Maria Luiza Peixoto Velloso Borges a partir de seu casamento com Agnaldo Velloso Borges, no ano de 1945, é originária de famílias tradicionais da capital do estado, as famílias Balthar e Peixoto de Vasconcelos. Cf.: JOÃO PESSOA (PB). 2 Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Nascimento, Casamento e Óbitos. **Certidão [de] Casamento de Agnaldo Velloso Borges e Maria Luiza Peixoto Velloso Borges**. Registro em: 31 out. 1945. Certidão registrada às fls. 77-78 [p. 143-145] do Livro n. 33 de assentamento de casamento n. 6.277. Data de casamento: 31 out. 1945. Cf.: Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:33HT-X9B3-7M2?i=76&cc=2015754>. Acesso em: 09 dez. 2021.

⁵⁸⁴ MATWYCHUCK, Margo L. Estratégias de casamento, história de mulheres, ... *Op. Cit.* p. 242.

⁵⁸⁵ RECIFE (PE). Cartório de Registro Civil de Nascimentos e Óbitos da Madalena do Município de Recife. Livro de Termo de Óbito. **Certidão de Óbito [de] Maria Luiza Peixoto Velloso Borges**. Registro em: 4 mai. 1999. Certidão registrada às fls. 34 do livro n. 53-C de assentamento de falecimento n. 48308. Registro em: 4 mai. 1999. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/sources/LBDT-MCM> Acesso em: 18 abr. 2021.

prefeito de Campina Grande (2016-2020). No governo de Wilson Leite Braga, exerceu o cargo de Secretário da Habitação do Estado (1983-1986)⁵⁸⁶.

A segunda filha, Walquíria Peixoto Velloso Borges Pereira de Lima, era casada com Aercio Pereira de Lima, natural da cidade de Pombal, no Alto Sertão paraibano. A família Pereira de Lima era latifundiária, proprietária de indústrias no ramo algodoeiro, de meios de comunicação (a exemplo da rádio Maringá⁵⁸⁷, Pombal-PB), e exercia grande poder político no sertão paraibano e outras regiões em que atuavam politicamente. O pai de Aécio, Francisco Pereira Vieira, e mais dois irmãos seus, Ademar Pereira de Lima e Adauto Pereira Vieira, eram profundamente envolvidos na política⁵⁸⁸.

⁵⁸⁶ Enivaldo Ribeiro é filho de Pero Vaz Ribeiro (Sindô Ribeiro) e Áurea Ribeiro. **Sindô** Ribeiro era um industrial no ramo algodoeiro na cidade de Campina Grande e região, proprietário da firma “Pedro Ribeiro e Cia” naquela cidade. Os Ribeiro de Campina Grande tinham um entrelaçamento com os Cabral e os Vital do Rêgo. Essas duas famílias eram latifundiárias em municípios do Cariri e na região da Borborema. Além disso, detinham um grande capital político e atuavam no estado desde o período imperial. Enivaldo Ribeiro foi filiado à Aliança Libertadora Nacional (ARENA), PPR, PDT, PPB. Em relação a sua carreira política, Cf. site do TRE da Paraíba. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 02 dez. 2021. No campo empresarial, atuou como diretor da Pedro Ribeiro Indústria de Fibras S. A. (PERISA), Faça Comércio de Veículos Ltda., localizada em João Pessoa. ABREU, Alzira Alves de et al (Coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ribeiro-enivaldo>. Acesso em 02 dez. 2021. Herdeiros seus, Agnaldo e Daniela também ingressaram na política e atuam fortemente no cenário político do estado e do país. Agnaldo Ribeiro foi deputado estadual (2003-2011), deputado federal pela Paraíba (2011 até os dias atuais), Ministro das Cidades (2012-2014). Daniela Velloso Borges Ribeiro é pedagoga. Filiada ao Partido Progressista (PP), foi vereadora em Campina Grande (2009-2011), deputada estadual pela Paraíba (2011-2019), senadora pela Paraíba (2019 aos dias atuais). Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 02 dez. 2021. Cf. também: MONTEIRO, José Marciano. Parentesco e representação política: a força do capital político familiar na 54ª legislatura do Congresso Nacional. **Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses)** Curitiba, Vol. 2, nº 2, p. 561-579, maio/2016, p. 569.

⁵⁸⁷ A rádio Maringá é um empreendimento da família Pereira que foi fundada no ano de 1982. MAIOR, Gilson Souto. **Rádio: História e radiojornalismo**. João Pessoa: A UNIÃO, 2015. p. 177.

⁵⁸⁸ Aécio Pereira de Lima (1944-2008) era filho de Francisco Pereira Vieira e de Almira Pereira de Lima. Seu pai tinha uma forte atuação política no município de Pombal e região, onde foi prefeito 1972-1976 e deputado estadual eleito para nove legislatura (1954, 1958, 1962, 1966, 1970, 1974, 1978, 1982 e 1986). Seu irmão, Adauto Pereira de Lima (1935-2003) foi eleito deputado federal em cinco campanhas eleitorais (1982, 1986, 1994, 1998 e 2002). Era um proprietário de terras e industrial. Entre seus empreendimentos estava a Empresa Algodoeira Horácio Nóbrega S.A., sediada na cidade de Patos e fundada no início da década de 1970. Um outro irmão seu, Ademar Pereira Vieira (1934-2009), era médico e foi deputado federal em duas legislaturas (1974-1978; 1978-1982). Igualmente foi eleito vice-prefeito do município de Pombal-PB por duas vezes (1996 e 2000). Aécio Pereira de Lima foi deputado estadual em seis legislatura (1978-2002). No ano de 2002 obteve a suplência. Cf.: Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 2018 a 2021. Cf. também: ABREU, Alzira Alves de et al (Coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/adauto-pereira-de-lima>. Acesso em: 02 dez. 2021. Em 1998 Aécio Pereira foi acusado de ter assassinado a jovem Márcia Barbosa de Souza de 20 anos, natural do município de Cajazeiras-PB. A vítima foi morta por asfixia em um motel da capital do estado e o seu corpo foi encontrado em terreno baldio no Altiplano, bairro de João Pessoa, na manhã de 18 de junho de 1998. Cf.: Garota achada morta é de Cajazeiras: jovem estava na capital a procura de emprego e acabou assassinada. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 20 jun. 1998, p. 8. Cf. também: Aécio se declara inocente em discurso pronunciado na AL. **A UNIÃO**. João Pessoa, 23 jul. 1998, p. 12. À época, quando as investigações já apontavam para esse parlamentar como o principal autor do crime, os pais de Márcia desde logo declaravam a impossibilidade de um membro da classe dominante ser alcançado pela justiça. Segundo a reportagem, “O pai da vítima também não esconde sua descrença em relação à punição do culpado, caso seja confirmado o envolvimento do deputado Aécio Pereira no assassinato da estudante Márcia

A terceira filha de Agnaldo, Adette Peixoto Velloso Borges Buarque de Gusmão, era casada com o agropecuarista e empresário José Buarque de Gusmão Neto, conhecido como “Zito Buarque”⁵⁸⁹. Os integrantes da família Buarque Gusmão tinham as suas origens nos estados de Alagoas e Pernambuco⁵⁹⁰, desenvolviam atividades econômicas no setor sucroalcooleiro. De acordo com as informações oferecidas pelo site do TRE, Zito Buarque participou da política no estado da Paraíba, como candidato, uma única vez. Isso ocorreu nas eleições majoritárias do município de Campina Grande, realizadas no ano de 1982, na qual

Barbosa. ‘É gente rica contra gente pobre e termina não dando em nada’, desabafa”. Cf.: Pais de Márcia não crêem em justiça. Mãe declara nunca ter visto “gente grande ser presa por matar pobre”. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 23 jul. 1998, p. 15. Com a perda da imunidade parlamentar o processo foi retomado e em 27 de setembro de 2007 Aécio Pereira de Lima foi condenado “a 16 anos de reclusão pelos crimes de homicídio e ocultação de cadáver de Márcia Barbosa de Souza”, pelo 1º Tribunal do Júri da Comarca de João Pessoa-PB. Em 2019 a Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH recomendou ao estado brasileiro a reparação da violação aos Direitos humanos à família da vítima. Cf. Comissão Interamericana de Direitos Humanos, caso 12.263, Relatório Nº 10/19, **Márcia Barbosa de Souza v. Brasil**, 2019. Disponível em: <https://summa.cejil.org/pt/entity/gl3cclzzgi?page=21>. Acesso em: 03 dez. 2021. p. 9. Em 24 de novembro de 2021 a Corte Interamericana de Direitos Humanos – Corte IDH - condena o estado brasileiro como responsável “pelo uso indevido da imunidade parlamentar na investigação de um feminicídio”. CDIH. Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Caso Barbosa de Souza e outros Vs. Brasil**, 2021. 64 p. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_435_por.pdf Acesso em: 21 abr. 2022. O resultado da Corte Internacional condenando o estado brasileiro, no ano de 2021, foi notícia na imprensa paraibana e nacional. Cf.: Estado brasileiro é condenado pela morte Márcia Barbosa. **A UNIÃO**. João Pessoa, 25 nov. 2021, Ano CXXVIII, Nº 255, p. 4. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/11/29/caso-marcia-barbosa-condenacao-internacional-do-brasil-e-marco-na-luta-contra-a-impunidade-de-feminicidios-diz-advogado-da-familia.ghtml>. Acesso em: 03 dez. 2021.

⁵⁸⁹ Conhecido como Zito Buarque, José Gusmão de Buarque Neto (1939-2019) era médico, filho de Manoel Buarque de Gusmão e Maria José Buarque de Gusmão Neto. Desenvolveu atividades empresariais no ramo sucroalcooleiro. Esteve à frente dos negócios do seu sogro, Agnaldo Velloso Borges, na usina Tanques, em Alagoa Grande. Além de sócio em outros empreendimentos, Zito Buarque era proprietário da Agroisa - Agro Indústria Campo Novo S. A, sediada em Campina Grande e que foi aberta no ano de 1975. Tratava-se de uma criação de gado para corte. Foi denunciado pelo Ministério Público como um dos autores intelectuais, juntamente com outros envolvidos, entre eles o seu próprio sogro, Agnaldo Velloso Borges, no assassinato da sindicalista Margarida Maria Alves, ocorrido em 12 de agosto de 1983. ALBUQUERQUE, Marcos Cavalcanti de et al (Orgs.). **Processos e julgados históricos da Paraíba**. João Pessoa: Tribunal de Justiça, 2012. p. 523 e 533. Em diferentes jornais do estado, várias reportagens acompanharam o processo contra o acusado do referido crime. Ver reportagens sobre decretação da prisão, julgamento e processo crime, que se arrastou durante anos. Sobre decretação de prisão, foi noticiado, em agosto de 1995, que “o juiz Ricardo Vital de Almeida, designado em caráter especial pelo Tribunal de Justiça, para a Comarca de Alagoa Grande, decretou a custódia preventiva para o empresário e médico José Buarque de Gusmão Neto, ‘Zito Buarque’,... no processo que apura o assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves”. Cf.: Caso Margarida: decretada prisão dos acusados. **O NORTE**. João Pessoa, 09 ago. 1995, p. 08. Sobre a prisão de Zito Buarque: “Numa operação conjunta entre policiais federais de Campina Grande e Recife, foi preso na praia de Piedade, em Pernambuco, o médico e proprietário rural José Buarque Gusmão, o Zito Buarque, acusado de ser o mandante da morte da líder sindical Margarida Maria Alves”. Cf.: Acusado de mandar matar Margarida é preso. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 21 set. 1995, p. 03. Sobre o julgamento: Caso Margarida: TJ decide sorte de Zito Buarque na terça. **O NORTE**. João Pessoa, 13 abr. 1996, p. 03. Cf. também: Caso Margarida Maria Alves: Júri adiado mais uma vez. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 29 de out. 1996, p. 03. Ainda sobre o julgamento, o “latifundiário esteve preso durante quatro meses em Campina Grande, mas atualmente se encontra em liberdade”, Cf. Julgamento 13 anos depois. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 09 fev. 1997, p. 03. Em relação à cobertura dada pela imprensa em nível nacional, Cf. Acusado vai a julgamento 17 anos depois. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 26 nov. 2000, p. 12.

⁵⁹⁰ Em relação à família Buarque de Gusmão, Cf. FERREIRA, Edgardo Pires. **A mística do parentesco: uma genealogia inacabada: a teia do parentesco em Pernambuco**. Guarulhos, SP: ABC Editorial, 2011. Vol. 06. p. 273-286.

participou como candidato a vice-prefeito na chapa encabeçada por Vital do Rêgo, pelo PDS, perdendo para uma votação expressiva do seu oponente⁵⁹¹.

Por fim, a sua quarta filha, Mariza Peixoto Velloso Borges, era casada com o médico Alexandre Bezerra de Carvalho, natural da cidade de Campina Grande. De acordo com as fontes consultadas, esse foi o único genro do proprietário da usina Tanques que não se envolveu diretamente na carreira política. Como profissional da saúde, foi professor da Universidade Federal da Paraíba e diretor do Instituto Aggeu Magalhães – IAM/Fiocruz Pernambuco⁵⁹².

Desse modo, o entrelaçamento da família Peixoto Velloso Borges se deu, estritamente, com famílias (Ribeiro, Bezerra de Carvalho, Buarque Gusmão e Pereira de Lima) que, em sua quase totalidade, eram detentoras de capital econômico e/ou de grande influência no campo político do estado da Paraíba e em outras regiões.

É importante destacar que essas relações se encontram estabelecidas dentro de uma cultura de classe. Desse modo, como se pode observar, os casamentos das filhas de Agnaldo se constituíam tanto como uma espécie de dobradinha política como econômica. Em relação à família Velloso Borges, a análise empírica realizada por Margo L. Matwychuck, não se confirma totalmente.

No caso do casamento de Agnaldo Velloso Borges com Maria Luiza Peixoto Velloso Borges em que não se obteve herdeiro do sexo masculino, a tendência geral foi que os genros Zito Buarque e Enivaldo Ribeiro estivessem à frente dos negócios do usineiro. Nota-se certo revezamento entre eles na administração desses negócios. Enquanto um se colocava à frente nos negócios da usina Tanques, o outro se encontrava sempre no campo político, ou ocupando

⁵⁹¹ Nessa eleição, saiu vitoriosa a chapa composta por Ronaldo Cunha Lima e seu vice, Antônio de Carvalho Sousa, pelo PMBD1. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 06 dez. 2021.

⁵⁹² Alexandre Bezerra de Carvalho (1945-2020) era filho de Severino Bezerra de Carvalho (1915-2011) e de Maria José de Carvalho. Nascido em Glória do Goitá, Pernambuco, o seu pai migrou para o estado da Paraíba, estabelecendo-se na cidade de Campina Grande, em 1937. Casou-se com Maria José, natural da “Rainha da Borborema”, com quem teve 7 filhos. Ali passou a exercer as atividades em seu consultório médico, ficando conhecido como “doutor Bezerra”. Foi um dos professores fundadores da faculdade de Medicina da Universidade Federal da Paraíba, na capital e em Campina Grande. Além de Alexandre, as filhas Isolda, Valéria e Magnólia, dedicaram-se à área de ciências médicas. O casal Mariza e Alexandre tiveram três filhos Valério, Mariana e Tiago. Como seu pai, Alexandre se integrou ao campo universitário, começando a “sua carreira no IAM com um projeto sobre antígenos parasitários”, onde iniciou as “pesquisas do Departamento de Imunologia”. Foi professor assistente no Departamento de Clínica Médica na Universidade Federal da Paraíba. Em sua experiência política, foi Secretário-adjunto de Saúde de Pernambuco. Cf.: Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/fiocruz-lamenta-perda-de-alexandre-carvalho-ex-diretor-da-fiocruz-pernambuco>. Acesso em: 12 dez. 2021. Cf. também a entrevista com o professor do curso de Medicina da UFPB, o médico Severino Bezerra de Carvalho. CARVALHO, Severino Bezerra de. **Entrevista com o médico Severino Bezerra de Carvalho**. [Entrevista concedida a] Ricardo Antônio Rosado Maia, Francisco Orniudo Fernandes e Manoel Jaime Xavier Filho. Campina Grande: Museu da Imagem e do Som do CRM-PB, 2010. Entrevista concedida para o acervo do Museu da Imagem e do Som do Conselho Regional de Medicina da Paraíba - CRM-PB, 1 vídeo (21 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uGGydO-1qZM>. Acesso em: 12 dez. 2021.

um cargo eletivo ou burocrático que permitisse certa facilitação nas transações, no campo econômico, no setor burocrático e em elementos importantes para a manutenção das relações de poder e dominação.

No entanto, nessas famílias, e ao que parece, havia acordos pré-estabelecidos: “na maior parte dos casos sua sogra ou seu sogro mantivessem as ações majoritárias sugerindo que as filhas, se não fossem independentes, tendiam a ser subordinadas mais a seus pais que a seus maridos”. A pesquisadora canadense chama a atenção para o fato de que, “em meados da década de 80, a maior parte dessas filhas e netas haviam se tornado participantes ativas na empresa de suas famílias, obtendo até cargos de diretoria”⁵⁹³.

Desse modo, o império de dominação construído e expandido pelos Peixoto Velloso Borges, no entrelaçamento com outras famílias poderosas, resultou de barganha de privilégios, o que aumentou espantosamente o volume de suas fortunas e consolidou os seus capitais social e simbólico. Consequentemente, ao ocupar os setores estratégicos do estado, esses grupos de famílias acabaram por instituir uma verdadeira muralha de obstáculos à materialização de direitos sociais e políticos da classe trabalhadora, em especial das populações despossuídas do mundo campestre na zona canavieira do estado.

Mas o cotidiano dos trabalhadores rurais demonstra como eles se serviram de todas as dificuldades impostas para oferecer todos os tipos de resistência à exploração do trabalho na zona canavieira e à negação de seus direitos sociais e políticos. Nessa exploração exacerbada estão explícitas e implícitas as violências física, moral e simbólica que tendem a inferiorizar ainda mais aqueles que desenvolviam as atividades laborais na palha da cana.

O fato é que, muito bem articulados com outras linhagens de elites que constituem os grupos dominantes, estes controlavam (e ainda controlam) setores estratégicos do Estado, manipulando e operacionalizando a máquina estatal, de acordo com certos interesses. Ocupavam (e ainda ocupam) altos cargos, pastas, secretarias, diretorias de instituições e demais órgãos estatais estratégicos, onde se encontram os mais altos salários (principalmente em cargos comissionados). Esses grupos concentram e exercem o maior poder político e econômico. O Estado se tornou “o principal *locus* de atuação” dessas famílias políticas. “Com tal estrutura de poder, construiu-se, no decorrer do percurso histórico, certa ‘nobreza’ familiar da qual deverá sair os nomes para ocupação dos melhores cargos e melhores salários da ‘Nova República’”⁵⁹⁴.

⁵⁹³ MATWYCHUCK, Margo L. Estratégias de casamento, história de mulheres, ... *Op. cit.* p. 236.

⁵⁹⁴ MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família**: ... *Op. cit.* p. 255-256.

4.6.2 Manobras: a política como um jogo?

A cultura política, na Paraíba, não destoava do contexto nacional, embora, como em muitas regiões do país, apresente as suas peculiaridades. Se, no período de construção democrática (1947-1964), as relações de poder se davam, predominantemente, no âmbito de uma hierarquia social, com todo o esforço das elites políticas e econômicas no sentido de manter essas relações vigentes, no período de regime ditatorial, os métodos de dominação e as relações trabalhistas revelaram as piores formas de violência, principalmente na zona canavieira dominada pelas usinas de açúcar e pelo monopólio da terra.

A ausência de liberdade e a presença extrema de um autoritarismo personificado, permitiram que as lideranças do Grupo da Várzea permanecessem como cabeças pensantes e decisivas dos destinos políticos do estado. As figuras de Renato Ribeiro Coutinho, representante da família Ribeiro Coutinho, da família Fernandes de Lima, na região da Zona da Mata, e de Agnaldo Velloso Borges, no Brejo Paraibano, por exemplo, se constituíram fatores importantes para a manutenção de um regime classista, opressor, excludente, exploratório na região da zona canavieira, o que aprofundou, ainda mais, a miséria e a pobreza.

Assim, durante o regime militar, o governo aparelhou o Estado, operacionalizou e fez funcionar um conjunto de dispositivos que permitiu a instituição de um estado de exceção, de forma que apenas as classes dominantes participassem, ativa e majoritariamente, do processo político, mantendo quase toda a população despossuída distante de qualquer participação política efetiva. O sistema implantado fez mais facilmente se calarem os ecos políticos e as demandas de direitos dos e pelos trabalhadores rurais, já conquistados durante o período democrático. Consequentemente, os grupos privilegiados investiram-se de um discurso dominante que excluía, principalmente, as populações que sobreviviam do labor na palha da cana.

Nesse sentido, o poder exercido pelos líderes políticos e econômicos, na zona canavieira, não se resumia à usina de açúcar e aos engenhos, mas se estendia a toda uma região, materializado no poderio latifundiário e capital político-familiar do grupo proprietário. Aqui, vale lembrar o entendimento que se tinha do poderio exercido por líderes do Grupo da Várzea. Argumentando, em seu relato, sobre o poder político do usineiro Agnaldo Velloso Borges, a ex-presidente do STR de Alagoa Grande, Maria da Penha do Nascimento Silva, traz uma informação já tornada pública pela imprensa do estado, em anos anteriores, e elabora uma

reflexão para demonstrar que o exercício desse poder era muito maior do que o que se fazia parecer. Segundo essa líder sindicalista,

Toda essa violência, esses crimes [contra homens e mulheres do campo], onde os culpados continuam livres e cada vez mais ricos, têm uma razão de ser. Ela se encontra na concentração das terras, das riquezas, nas mãos de uns poucos. Isso dá muito poder a esses poucos. Esse poder fica claro quando se fala que, durante o tempo da morte de Margarida [Maria Alves], um dos acusados de ser o mandante do crime, o grande patrão Aguinaldo Velloso Borges, tinha articulados com ele oito deputados, três federais e cinco estaduais, além de 52 prefeitos. Ele tinha, portanto, uma força política muito grande⁵⁹⁵.

Em sua fala, a sindicalista procura descortinar o campo de influência e dominação daquele usineiro, revelando o número de representantes políticos no âmbito dos poderes legislativo e executivo ligados diretamente a ele. Mesmo que seja um dado aproximado, a análise da memorialista reflete uma realidade vivenciada por muitos homens e mulheres que laboravam na palha da cana, onde a exploração do trabalho e a violência eram praticadas à luz do poder arbitrário exercido pela classe agrária dominante.

Assim, o capital “político-familiar” foi fundamental para construir e manter a concentração de outros capitais por algumas famílias do estado. Como se pode observar, na família Velloso Borges, essa construção arregimentou outras famílias por meio do casamento, mantendo Aginaldo Velloso Borges, enquanto “patriarca” da família, como o principal articulador. O usineiro atuou politicamente como prefeito do município de Pilar, tendo sido eleito em 1947 pela UDN e, depois, em legislaturas estaduais, como deputado estadual (1950-1954 pelo CDP; 1954-1958 pelo PL; 1962-1966 pelo PL e em 1966-1970 pela ARENA¹). Candidatou-se para a terceira legislatura pelo CNL, em 1958, ficando na sexta suplência⁵⁹⁶.

Com toda essa experiência no campo político, Aginaldo Velloso Borges se tornou a “liderança política e econômica de maior prestígio, à época [fins da década de 1970], com o Governo Federal (...), depois do Governador João Agripino, era, na Paraíba, quem mais prestígio tinha com os militares, quer no Estado, quer em Brasília”⁵⁹⁷.

No quadro abaixo, se encontram organizados os nomes dos membros do grupo familiar com grau de parentesco, cargos que ocuparam, período em que atuaram e os partidos a que foram afiliados.

⁵⁹⁵ SINDICATO RURAL DE TRABALHADORES DE ALAGOA GRANDE. **Violência rural e reforma agrária**: ... *Op. cit.* p. 21.

⁵⁹⁶ Os dados se encontram disponibilizados no site do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba – TER-PB. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 02 dez. 2021. Cf., também: BRITO, José Augusto de. **Pilar é história**. João Pessoa: Ideia, 2005; SILVA, Lucimário Augusto da. **Pilar, da aldeia cariri aos nossos dias (1758-2007)**. 2 ed. João Pessoa: F&A Gráfica e Editora, 2007. 168 p.

⁵⁹⁷ FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: sua história – 1625 a 2000** 2002. Vol. 01. *Op. cit.* p. 123.

Quadro 04: Políticos ligados à família de Agnaldo Velloso Borges

NOME E PARENTESCO	CARGO	ANO	PARTIDO
Agnaldo Velloso Borges - Usineiro	Prefeito – Pilar-PB	1947	UDN
Agnaldo Velloso Borges	Deputado Estadual	1950	CDP
Agnaldo Velloso Borges	Deputado Estadual	1954	PL
Agnaldo Velloso Borges	Deputado Estadual - Suplente	1958	CNL
Agnaldo Velloso Borges	Deputado Estadual	1962	PL
Agnaldo Velloso Borges	Deputado Estadual	1966	ARENA1
Manoel Velloso Borges - irmão	Deputado Estadual	1929	[S.I.]
Manoel Velloso Borges	Deputado Federal	1933	PP
Manoel Velloso Borges	Senador - PB	1935	PP
Virgínio Velloso Borges - irmão	Senador - PB	1951	PL
Virgínio Velloso Borges	Senador – não eleito	1954	PL
Virgínio Velloso Borges	Suplente Senador – não eleito	1958	UDN/PL
Jocelyn Velloso Borges - irmão	Prefeito - Pilar	1955	[S.I.]
Jocelyn Velloso Borges	Prefeito - Pilar	1963	[S. I.]
Walquíria P. V. B. P. de Lima - Filha	Dep. Estadual - Suplente	1990	PL
Virgínia Maria P. V. Borges - Filha	Prefeita – Pilar-PB	2008	PL
Virgínia Maria Peixoto V. Borges	Prefeita – Pilar-PB	2012	PL
Enivaldo Ribeiro - Genro	Deputado Estadual	1974	ARENA
Enivaldo Ribeiro	Prefeito – Campina Grande	1976	ARENA 1
Enivaldo Ribeiro	Deputado Estadual	1986	PPR
Enivaldo Ribeiro	Deputado Federal - Média	1994	PPR
Enivaldo Ribeiro	Deputado Federal	1998	PPB
Enivaldo Ribeiro	Deputado Federal	2002	PPB
Enivaldo Ribeiro	Deputado Federal – Suplente	2006	PP
Enivaldo Ribeiro	Vice-Prefeito – C. Grande	2016	PP
Aercio Pereira de Lima - Genro	Deputado estadual	1978	ARENA
Aercio Pereira de Lima	Deputado estadual	1982	PDS
Aercio Pereira de Lima	Deputado estadual	1986	PPR
Aercio Pereira de Lima	Deputado estadual	1990	PFL
Aercio Pereira de Lima	Deputado estadual	1994	PFL
Aercio Pereira de Lima	Deputado estadual	1998	PFL
Aercio Pereira de Lima	Deputado estadual – Suplente	2002	PFL
José Buarque de Gusmão Neto - Genro	Vice-Prefeito – C. Grande – Não eleito	1982	PDS1
Joacil de Brito Pereira⁵⁹⁸	Ver. Suplente - João Pessoa	1947	PSB
Joacil de Brito Pereira	Dep. Estadual – Suplente	1947	UDN
Joacil de Brito Pereira	Deputado Estadual	1958	CNL
Joacil de Brito Pereira	Deputado Estadual	1962	UDN
Joacil de Brito Pereira	Deputado Federal - Suplente	1966	ARENA
Joacil de Brito Pereira	Deputado Federal	1978	ARENA
Joacil de Brito Pereira	Deputado Federal	1982	PDS
Joacil de Brito Pereira	Deputado Federal - Suplente	1986	PFL

Fonte: Quadro organizado pelo autor⁵⁹⁹.

⁵⁹⁸ Joacil de Brito Pereira era casado com Neli de Assunção Santiago, que adotou o nome de Neli Santiago Pereira, filha de Eitel Santiago, presidente da Associação dos Proprietários Rurais. Eitel Santiago era irmão de Heitor Santiago, esposo de Iragisa Borges Santiago, irmã de Agnaldo Velloso Borges.

Cientes de que muitos dos candidatos que se apresentavam nas eleições eram integrantes dos grupos dominantes que detinham “capital político-familiar”, como muitos eleitores, principalmente os trabalhadores rurais, se mantinham eleitores, em sua grande maioria, de membros das classes dominantes, ou seja, desses mesmos grupos?

Partindo do pressuposto de que a gente pobre, sobrevivente na zona canavieira, era observadora e sabedora de que o aumento constante das riquezas dos patrões implicava numa constante opressão e exploração dos seus corpos na palha da cana, por que, então, não se posicionava publicamente?

Percebendo essa desigualdade social, a enorme diferença entre ricos e pobres, vislumbrando transformações sociais, por qual razão não apoiavam um candidato de seu próprio grupo social e que atendessem aos seus interesses, uma vez que eram a maioria dos eleitores? Ciosos de transformações sociais, melhores condições de vida e de trabalho, por que essa gente, que era a maioria, não se recusava à exploração dos seus corpos no campo de trabalho?

O que lhes faltava para impor um movimento de resistência? Que forças lhes faltavam para impor uma “antidisciplina”?

Essas indagações, em um primeiro momento, parecem abusar um pouco de certa obviedade. No entanto, entende-se que subestimar a capacidade de pensar dessas populações é um erro infantil. Como foi possível evidenciar em itens anteriores, essas pessoas se encontravam em redes de vigilância e, portanto, era preciso saber driblar, astuciosamente, os observadores para evitar as retaliações e consequências piores que aquelas que seus corpos e os de suas famílias poderiam sofrer. Ao tratar sobre os “espaços de jogos e astúcias”, adverte-nos Michel de Certeau de que “é sempre bom recordar que não se devem tomar os outros por idiotas”⁶⁰⁰.

Nesse sentido, a pesquisadora Ignez Paulilo, em seu estudo realizado em fins da década de 1970, com mulheres, no Brejo paraibano, relata, em trecho de suas entrevistas naquela

⁵⁹⁹ Para a construção desse quadro, foi necessária a realização de diversas visitas ao site do TRE e foram realizadas buscas em outros documentos que permitissem a comprovação dos dados obtidos. O CPDOC/FGV oferece várias entrevistas realizadas à líderes políticos paraibanos. Visita ao site do TRE, Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: diferentes datas 2018-2022. Cf. também: SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho e M. **Nordeste, açúcar e poder**: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba 1920-1962. João Pessoa: UFPB/CNPq, 1990. p. 216-227; CARNEIRO, Renato César. **A bagaceira eleitoral verba, verbo e populismo**: a história do voto na Parahyba (da “Revolução de 30” a 1965). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. Vol. 2; BRITO, José Augusto de. **Pilar é história**. João Pessoa: Ideia, 2005; e SILVA, Lucimário Augusto da. **Pilar, da aldeia cariri aos nossos dias (1758-2007)**. 2 ed. João Pessoa: F&A Gráfica e Editora, 2007. 168 p.

⁶⁰⁰ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 12 ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 273.

região, a fala de um morador de engenho no município de Areia. Ao tratar como se dava a escolha dos gestores municipais durante as eleições, o morador entrevistado argumentou que, no ano de 1976, votou no candidato que o seu patrão apoiou e “que era o Dr. Arnaldo, era da ARENA e a gente não votou pelo MDB não, a gente votou pela ARENA. Foi exigido que ele não queria que a gente não votasse na parte do MDB”. Nesse ínterim, a pesquisadora indaga: “Mas o voto não é secreto?”. Ao que o morador responde: “É, mas a gente votou porque a gente morava lá... aí tinha que fazer os gostos do patrão”⁶⁰¹.

Como já foi visto anteriormente, algumas famílias, nas mesorregiões do agreste e da zona da mata que monopolizavam o controle sobre as terras eram as mesmas e quase as únicas que participavam do jogo político. Essas famílias, na figura dos seus “patriarcas”, também exerciam, por meio de seu capital simbólico, uma grande influência no campo político, obtendo exclusividade na escolha de representantes das municipalidades. Essa influência não se dava apenas nas esferas do legislativo e do executivo, mas, também, de forma indireta, na esfera do judiciário.

Ao “dono do partido” e/ou ao candidato eleito ou não eram reservadas e distribuídas as indicações de pessoas da família e de confiança para ocupar cargos de secretaria, direção/presidência de órgãos estratégicos na máquina do Estado (pastas administrativas, direção de escolas, hospitais, cadeias, Cagepa, Saelpa, delegacias etc.). Muitas vezes, quando pessoas à frente desses órgãos, secretarias, chefias, departamentos, autarquias etc. contrariavam os interesses dos líderes políticos, eram redistribuídos para outro setor ou exonerados do cargo. Para ilustrar essa afirmação cabe analisar o seguinte fato: o senhor Edmundo Cavalcanti de Miranda⁶⁰², dono de engenho e fornecedor de cana para a usina Tanques, durante a “sua gestão” como prefeito do município de Alagoa Grande, “alguns Delegados de Polícia e policiais outros foram daqui transferidos a seu pedido, principalmente feitos ao Governador João Agripino, com o qual gozava de grande prestígio”⁶⁰³.

Embora estivesse radicado em Alagoa Grande desde a década de 1950 e ali viesse desenvolvendo grande parte de suas atividades no ramo sucroalcooleiro, Agnaldo Velloso

⁶⁰¹ PAULILO, Maria Ignez. A mulher no Brejo paraibano. Relatório 1980. *Apud* GARCIA JR. Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado...** *Op. cit.* p. 50.

⁶⁰² Edmundo Cavalcanti de Miranda, proprietário de terras, foi eleito vereador em Alagoa Grande, em duas campanhas eleitorais (em 1955 e em 1959). No pleito eleitoral de 1963, saiu vitorioso prefeito nesse mesmo município, para a gestão de 1964-1968. Cf.: Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/e/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 18 dez. 2021. Entre as famílias proprietárias de terras e envolvidas na política no município de Alagoa Grande, se encontravam os Onofre Marinho, Almeida Regis, Albuquerque Cavalcanti, Nóbrega Zenaide, Peregrino, Miranda de Gusmão, Farias de Albuquerque, Amorim, entre outras famílias. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/e/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: maio. 2018 a dez. 2021.

⁶⁰³ FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: sua história...** 2002. Vol. 01. *Op. cit.* p. 124.

Borges tinha maior reconhecimento político no município de Pilar, onde nasceu. No entanto, grande parte dos candidatos que ele apoiava, especialmente aqueles que se encontravam entrelaçados por laço familiar, eram sempre eleitos. De modo geral, os candidatos que defendiam seus interesses e que, por isso mesmo, receberam o seu apoio, em sua maioria sempre conseguiam votações expressivas em Alagoa Grande⁶⁰⁴.

De acordo com as fontes, o usineiro tinha significativa influência política no estado, como já foi exposto. Para figurar esse reconhecimento de que Agnaldo Velloso Borges desfrutava no campo político, nacionalmente, serve de exemplo uma reportagem de 1983, anunciando a visita de Paulo Maluf⁶⁰⁵ ao estado da Paraíba, em campanha política, na eleição indireta para presidente da República e que se realizou em 1985.

A imprensa da capital noticiava, com destaque, aquele evento, nos seguintes termos: Paulo “Maluf desembarcou ontem, às 12h30m, no Aeroporto Castro Pinto, para entendimentos, até terça-feira pela manhã, com o Governador Wilson Braga, com quatro dos sete deputados da bancada do PDS na Câmara e com o usineiro Aguinaldo Velloso Borges”. Acompanhando essa informação, a reportagem procura apresentar o poderio político exercido pelo usineiro e o capital social que ele detinha à época. Nesse sentido, assegura que ele “lidera[va] um grupo de três deputados federais, cinco estaduais, 50 prefeitos do interior do Estado e controla[va], pelo menos, 10 de um total de 27 representantes da Paraíba no colégio eleitoral destinado a escolher”, em 15 de janeiro de 1985, o novo presidente e vice-presidente da república, escolha que, por sua vez, pôs fim à ditadura militar⁶⁰⁶.

⁶⁰⁴ O reduto eleitoral de Agnaldo Velloso Borges reunia um pequeno número de municípios. No período em que participou de seis eleições seguidas como candidato, entre os anos de 1947 a 1966, perdeu apenas uma dessas, conseguindo alcançar a sexta suplência, embora tenha assumido isso no último ano da legislatura. Apresentados em ordem decrescente, os municípios em que teve maior votação foram: Pilar, Alagoa Grande, Itabaiana, Ingá, João Pessoa, Guarabira, Sapé, Campina Grande, Santa Rita, seguidas de uma votação não muito significativa em municípios situados nas regiões do Agreste, Brejo, Cariri e Sertão. Informação relativa à votação do usineiro Agnaldo Velloso Borges, de seus familiares e daqueles que faziam parte de seu grupo entre os anos 1958 e 1988, estão disponíveis no site do TRE. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/e/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: mai. 2018 a dez. 2021.

⁶⁰⁵ Filho de pais de origem libanesa, Paulo Salim Maluf (1931) é um engenheiro civil e empresário no estado de São Paulo. Foi presidente e vice-presidente da Associação Comercial de São Paulo – ACSP. Afiliado à ARENA, atuou na política brasileira, apoiando plenamente os governos militares durante a ditadura empresarial-militar 1964-1985. No ano de 1967, foi indicado e conduzido para o posto de presidente da Caixa Econômica Federal. Foi prefeito de São Paulo por dois mandatos (1969-1971; 1993-1997), governador do estado de São Paulo (1979- 1982) e, por esse mesmo estado, foi eleito deputado federal para o exercício de quatro mandatos (1983-1987; 2007- 2018)). Tornou-se conhecido nacionalmente ao participar, como candidato situacionista, das eleições indiretas para presidente da República no ano de 1985, perdendo para a oposição liderada por Tancredo Neves. Cf.: Disponível em: <https://www.tre-sp.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/sistema-paulistica>. Acesso em: 04 jan. 2022. Cf. também: Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/132056/biografia>. Acesso em: 04 jan. 2022. Sobre uma breve biografia de Paulo Maluf, elaborada pelo CPDOC/FGV, Cf.: ABREU, Alzira Alves de *et al* (Coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-salim-maluf>. Acesso em: 04 jan. 2022. ⁶⁰⁶ Maluf revela preferência pelas eleições indiretas. **O NORTE**. João Pessoa, 21 ago. 1983, Ano 75, nº 105, p. 1.

Esse evento exprime traços de um *modus operandi* no campo político⁶⁰⁷ na Paraíba, além de revelar uma espécie de “arquitetura política” que funcionava com o objetivo de manter os privilégios da classe dominante e conter toda e qualquer manifestação de insatisfação da gente despossuída. De modo igual, operava com o propósito de impossibilitar que os grupos subalternos conseguissem eleger representantes políticos de esquerda que defendessem qualquer ascensão de representantes dos grupos menos favorecidos em cargos eletivos.

Assim, no campo político, as estratégias de dominação eram traçadas pela elite política, da qual o usineiro era um dos integrantes, definindo-as e/ou redefinindo-as quase sempre que fosse necessário, para atender aos interesses de seu grupo. Nesse contexto, a visita do presidenciável Paulo Maluf ao usineiro tinha como objetivo buscar apoio político para as eleições de janeiro de 1985, uma vez que Agnaldo Velloso Borges detinha certo poder de decisão dentro do grupo político conservador que ele liderava no estado da Paraíba, encontrando-se, nessa ocasião, deputados federais integrantes do Colégio Eleitoral que escolheria o novo presidente da República nas últimas eleições indiretas do país.

Aproximadamente um ano após a visita daquele presidenciável à Paraíba, Enivaldo Ribeiro, genro do usineiro Agnaldo, então Secretário de Estado de Saneamento e Habitação da Paraíba, recebeu telegrama do ministro do interior, Mário Andreazza, “informando a aprovação de verba no valor de 252 milhões e 500 mil cruzeiros para o município de Campina Grande, correspondente a recursos do Projeto Especial Cidades de Porte Médio/CNDU, relativa a programação deste ano”⁶⁰⁸.

Duas décadas antes, esse usineiro já exercia forte poder de influência política em várias áreas do estado, por meio de apoio a determinados representantes políticos, principalmente dentro do Grupo da Várzea, o que lhe rendia enormes vantagens e privilégios. Um desses privilégios foi o de conseguir escapar do processo crime e prisão, no qual era acusado, pelo Ministério Público, de ser um dos principais mandantes do assassinato do trabalhador rural e presidente da Liga Camponesa de Sapé, João Pedro Teixeira, no ano de 1962. É importante lembrar que, também no caso do assassinato da sindicalista Margarida Maria Alves, em 1983, Agnaldo Velloso Borges foi apontado como principal mandante.

O crime contra João Pedro Teixeira ocorreu no dia 02 de abril daquele ano, na estrada que liga Café do Vento à cidade de Sapé, onde a vítima, depois de uma viagem à capital do estado, tinha desembarcado do ônibus, na BR 230, e, seguido o trecho até a sua residência, no

⁶⁰⁷ Sobre o campo político, Cf.: BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Nº 5. Brasília, jan-jul/2011, p. 193-216.

⁶⁰⁸ Andreazza telegrafa a Enivaldo. **A UNIÃO**. João Pessoa, 14 ago. 1984, Ano XCII, Nº 161, p. 3.

sítio Antas do Sono, a pé, foi abatido à margem da estrada. Não demorou muito para se descobrir os culpados. No processo, o Ministério Público denunciou o usineiro, que foi apontado por testemunhas como o principal mandante do homicídio. “Entre os denunciados, três tiveram sua prisão preventiva decretada ainda na fase do inquérito policial”. Nesse sentido, “recebia a denúncia em 30 de maio de 1962 como pedido de ‘Prisão Preventiva’ contra os denunciados..., foi a mesma decretada em 5 de junho de 1962”. Em 16 de julho do mesmo ano foi solicitado “licença à Assembléia Legislativa do Estado para prosseguir no sumário criminal, contra o denunciado Agnaldo Velloso Borges”⁶⁰⁹.

À época, o processo crime foi presidido pelo juiz de direito Walter Rabello Pessoa da Costa, que expediu a prisão preventiva dos mentores do crime, a saber: Agnaldo Velloso Borges, Antônio José Tavares, conhecido como Antônio Victor, e Pedro Ramos Coutinho. Vinte e seis anos depois, o referido magistrado narra publicamente como o decreto de prisão dos envolvidos soou para os populares em Sapé:

Ao receber a denúncia, decretei a prisão preventiva dos autores intelectuais do crime, tendo assinado os mandados e expedido precatórias para os que não residiam em Sapé. A notícia do decreto de prisão ecoou na cidade como uma bomba. Fui muito assediado, recebendo o apoio de inúmeras pessoas, até mesmo de populares que me encontravam na rua. A todos respondia que fora um ato de rotina, cumpria o meu dever na forma da lei. Recebi inúmeros telegramas e ofícios⁶¹⁰.

A reação das elites políticas e agrárias foi imediata. Nesse sentido, a Assembleia Legislativa do Estado, na representação do seu presidente, Inácio Feitosa, se manifestou veemente em ofício encaminhado ao juiz de direito da Comarca de Sapé-PB, afirmando que aquela casa

entende que o anunciado Decreto de Custódia Preventiva constitui um abuso ou mesmo uma violência praticada por um membro do Poder Judiciário da Paraíba, contra um outro dos Três Poderes Constitucionais. E por isso, se dirige a Vossa Excia. **numa interpelação tão respeitosa** quanto enérgica, para saber se tem fundamento a extravagante notícia do recebimento da denúncia e do decreto de prisão provisória contra o Deputado Agnaldo Velloso Borges. Em caso afirmativo, apressa-se em sugerir a esse juízo **a revogação da vexatória medida judicial**, ao mesmo tempo em que **recomenda a imediata paralização do Processo** Crime no que diz respeito ao ilustre membro deste Poder...”⁶¹¹.

⁶⁰⁹ De acordo com o processo crime, o assassinato ocorreu às 18 horas naquela data. Foram acusados de mandantes do crime Agnaldo Velloso Borges e mais dois proprietários rurais, Pedro Ramos Coutinho e Antônio José Tavares, conhecido como ‘Antônio Victor’. Como executores do homicídio, foram acusados os soldados da polícia militar estadual Antônio Alexandre da Silva e Francisco Pedro da Silva, além do vaqueiro. Cf. Arnaud Nunes Bezerra. ALBUQUERQUE, Marcos Cavalcanti de et al (Orgs.). **Processos e julgados históricos...** Op. cit. p. 466-467.

⁶¹⁰ COSTA, Walter Rabelo Pessoa da. **Anotações de um juiz de Direito.** Cf. cit. p. 31.

⁶¹¹ Desrespeito flagrante ao Instituto das Imunidades que gozam os Deputados. **CORREIO DA PARAÍBA.** João Pessoa, 09 jun. 1962, p. 6. Grifos nossos.

Aproximadamente dez dias depois da expedição desse ofício, o Tribunal de Justiça da Paraíba concedeu por unanimidade *Habeas Corpus* a Agnaldo Velloso Borges e Pedro Ramos Coutinho⁶¹². Feito isso, apressou-se, então, em garantir ao usineiro a imunidade parlamentar legal, investindo-lhe no cargo de deputado estadual, do qual ficara como sexto suplente nas eleições de 1958.

No entanto, o fato não se resume apenas ao fato de o suspeito do crime ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa e ganhar imunidade parlamentar, mas a como se operaram os trâmites para a investidura de Agnaldo Velloso Borges no cargo de deputado estadual, uma vez que, até o momento do assassinato de João Pedro Teixeira, ele se encontrava na sexta suplência: “seis deputados da extinta UDN”, e que foram candidatos pela Coligação Nacionalista Libertadora – CNL (PL, UDN), “se licenciaram para que Agnaldo assumisse uma cadeira na Assembleia Legislativa e pudesse se defender, caso fosse indiciado, sob o manto protetor de um mandato popular”⁶¹³.

De acordo com o número de votos obtidos por cada um dos candidatos da CNL, pela qual o usineiro disputou uma cadeira na Assembleia Legislativa estadual, aproximadamente, quatro anos antes, ele tinha conseguido alcançar a sexta suplência. Essa posição não o livraria da prisão. Assim, para que alcançasse a imunidade parlamentar, era necessário que um deputado eleito, juntamente com mais cinco suplentes candidatos, por essa mesma legenda, renunciasse. De fato, o que aconteceu é que “renunciaram” o deputado Clóvis Bezerra Cavalcanti, eleito no pleito de 1958 com 3.124 votos, e os suplentes de deputados Wilson Leite Braga (2.898 votos), Antonio Nominando Diniz (2.805 votos), Flaviano Ribeiro Coutinho Filho (2.738 votos), Carlos Pessoa Filho (2.328 votos), e Egídio da Silva Madruga (2.258 votos). Enquanto isso, Agnaldo Velloso Borges tinha obtido 2.196 votos⁶¹⁴.

Ao mobilizar a bancada da Assembleia Legislativa do Estado, a busca de proteção e apoio irrestrito dos companheiros da coligação para, desse modo, estabelecer-se no campo do intocável pelo código penal brasileiro, o usineiro demonstrou possuir e fazer uso de capitais político e social, constituindo essa sua ação um privilégio gritante. Assim, “ao ser denunciado era um cidadão como outro qualquer, tendo assumido a cadeira de Deputado na qualidade de suplente, ficou acobertado pelo manto das imunidades”. Em andamento ao processo, foi

⁶¹² Tribunal concede habeas-corpus a Agnaldo Velloso Borges. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 21 jun. 1962, p. 4.

⁶¹³ Mataram João Pedro Teixeira. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa. 21 ago. 1983, p. 4.

⁶¹⁴ O registro dessa relação se encontra disponibilizado no site do TRE da Paraíba. Cf.: Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 02 dez. 2021.

“solicitada permissão à Assembléia Legislativa para prosseguimento do sumário, em ofício de 16/07/[19]62, sob nº 64/62, [no entanto,] não foi dada resposta” até a data de 27 de março de 1963, quando, na verdade, Agnaldo Velloso Borges tinha sido eleito deputado estadual mais votado do estado nas eleições de 07 de outubro de 1962⁶¹⁵.

Desse modo, e de acordo com o processo crime, “o Deputado Estadual, por força dos arts. 18 e 19 da Constituição do Estado, goza[va] de imunidades, não podendo, por isso mesmo, ser processado criminalmente, sem a devida licença da Assembleia Legislativa”⁶¹⁶. Nesses termos, o processo contra o usineiro foi cassado pela própria justiça, em respeito ao resguardado direito constitucional.

Obviamente, tal decisão deixou frações da classe laboriosa da palha da cana e de outros grupos sociais profundamente revoltadas. No ano de 1988, por exemplo, José Joffily publicou no jornal **O Momento** uma nota de repúdio sobre aquele evento que classificou como “vergonhosa farsa”⁶¹⁷.

A pesquisadora Luanna Louyse Martins Rodrigues defende, em sua tese, que a rede política sustentada por Agnaldo Velloso Borges resultou na impunidade de crimes cometidos pelo usineiro. O fato é que, “a territorialização do poder econômico das famílias oligárquicas desdobra-se em poder político-jurídico, monopólio territorial”, e, nesse sentido, concede a esses grupos “privilégios e reconhecimento junto ao Poder Judiciário e demais instituições que compõem o Sistema de Justiça concretizando a impunidade da classe proprietária implicada nos assassinatos que marcam os conflitos no campo brasileiro”⁶¹⁸.

No caso, por exemplo, do processo crime contra os acusados do assassinato da sindicalista Margarida Maria Alves, em Alagoa Grande, alguns estudos apontam para a intervenção do Estado como “o desenrolar do inquérito policial que seguiu pistas fantasiosas para distanciar-se dos verdadeiros envolvidos”. Enquanto isso, as acusações apontavam para integrantes do Grupo da Várzea⁶¹⁹.

Ainda é importante lembrar que a escolha do nome que ocupava a Secretaria de Estado da Segurança Pública do estado, no governo de Wilson Leite Braga, o ex-deputado estadual Fernando Paulo Carrilho Milanez, foi uma indicação do próprio Agnaldo Velloso Borges. Esse poder de indicar nomes de pessoas de sua confiança para essa e outras pastas do Estado era

⁶¹⁵ ALBUQUERQUE, Marcos Cavalcanti de *et al* (Orgs.). **Processos e julgados históricos da Paraíba**. Op. cit. p. 480. Em relação às eleições de 1962, Cf.: site do TER-PB. Disponível em: tre-pb.jus.br

⁶¹⁶ *Idem*, p. 500.

⁶¹⁷ JOFFILY, José. **O MOMENTO**. João Pessoa, 01 abr.1988, p. 3.

⁶¹⁸ RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. **Terra que Brota Margaridas e encerra vidas...** Op. cit. p. 171-172.

⁶¹⁹ *Idem*, p. 260.

antigo. Em fins da década de 1970, o nome indicado e que ocupou a Secretaria do Interior e Justiça era do então deputado federal Joacil de Brito Pereira, como já visto em páginas anteriores.

4.6.3 O poder de mando

Se, durante o período em que teve início a instituição do processo de democratização, o autoritarismo era dominante no mundo agrário, e as formas de fazer política tinham sofrido poucas mudanças, durante o período em que se instituiu o regime militar, esses modelos de fazer política colaboraram para o estabelecimento de uma sociedade ainda mais hierarquizada. Nesse sentido, elementos característicos do coronelismo e do mandonismo encontraram condições propícias para a sua sobrevivência, principalmente nas regiões interioranas. Assim, o poder de mando das classes dominantes se tornou muito mais forte.

Constata-se que, nesse contexto, as arbitrariedades cometidas por senhores de terras e famílias políticas foram gritantes. Na zona canavieira, onde a concentração de terras era maior, essas experiências se deram com mais frequência. As fontes históricas apontam para a naturalização de uma prática de dominação bastante forte, principalmente durante o regime de governos autoritários. Nesse sentido, e como já foi visto anteriormente, é visível a atuação dessa classe dominante seja no cenário político, seja nas práticas culturais, como nas manobras graças às quais usufruíram de privilégios e/ou escaparam da justiça. Para ilustrar esses argumentos, é importante lembrar que o usineiro Agnaldo Velloso Borges, ao ser apontado como suspeito de mandante do assassinato de João Pedro Teixeira, não compareceu para depor durante a investigação. Do mesmo modo, no caso de Margarida Maria Alves, ao ser chamado para depor, após mais de 20 dias do assassinato da sindicalista, também não compareceu, mas apenas o proprietário Lino Miranda⁶²⁰.

O usineiro tinha grande influência de decisão política em alguns municípios da região do Agreste paraibano. No ano de 1972, o seu apoio ao candidato da ARENA, em Pilar, onde não existia oposição, precisava de um jogo para conciliar os membros da família Costa que se dividia numa acirrada disputa, depois de o referido usineiro apoiar o comerciante Heretiano Costa, da ARENA 1 que, por sua vez, foi eleito⁶²¹. No entanto, “como ali não existe MDB

⁶²⁰ Usineiro nega que tenha ameaçado Margarida Alves. **A UNIÃO**. João Pessoa, 02 set. 1983, p. 6.

⁶²¹ Nessas eleições de 1972, o município de Pilar teve dois candidatos: Heretiano Costa de Araújo, pela ARENA 1 (eleito com 1.315 votos 55,81%), e Genival Rodrigues da Costa, pela ARENA 2 (não eleito, dados os seus 1.041 votos, 44,19%). Cf. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/e/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 18 dez. 2021.

qualquer candidato que se registrar pela Arena terá assegurada a vitória das urnas. Daí serem muito os pretendentes a esse presente eleitoral”. De acordo com a reportagem, “o ex-deputado Agnaldo Veloso, que det[inha] sozinho o comando político da situação, está[va] quebrando lança para resolver o impasse criado dentro do seu partido”⁶²².

Esse seu capital político, se refletia, também, na influência de escolha de figuras que poderiam ocupar pastas de secretarias do governo estadual. Quando Joacil de Brito Pereira, político com apoio declarado à classe agrária, renunciou ao cargo de secretário do Interior e da Justiça no ano de 1977, o governador Ivan Bichara (1974-1978)⁶²³ recebeu a visita do usineiro acompanhado do genro, Enivaldo Ribeiro, à época prefeito de Campina Grande. Em entrevista à imprensa da capital, Enivaldo declarou que essa visita “não foi para fazer uma imposição ou pedir com veemência, mas apenas para lembrar ao Chefe do Executivo as proporções da saída do secretário do Interior e Justiça”⁶²⁴.

No entanto, o que, na verdade, significava “lembrar ao Chefe do Executivo as proporções da saída do secretário”? Evidentemente, esse “lembrar” não implicava nenhuma preocupação que representasse os interesses dos grupos subalternos, mas, certamente, com os próprios interesses do grupo liderado pelo usineiro. Uma coisa é certa: os dois estavam preocupados com quem iria ocupar a pasta, no sentido de manter seus privilégios garantidos. Provavelmente, a renúncia do secretário era mais uma manobra política do grupo que ele representava.

Um episódio ocorrido em Alagoa Grande, no ano de 1970, pode ilustrar, ainda mais, o poderio exercido por Agnaldo Velloso Borges. Naquele ano, o engenho Capivara, de propriedade do senhor José Fernandes de Brito, foi invadido por duzentos homens, sob a ordem daquele usineiro. O fato é que, “o proprietário do engenho devia a Agnaldo Veloso Borges e,

⁶²² Política desune Arena e família Costa em Pilar. **O NORTE**. João Pessoa, 30 abr. 1972, Nº 5.578, p. 03.

⁶²³ Ivan Bichara Sobreira era natural de Cajazeiras, município situado no Alto sertão paraibano. Era casado com Mirtes de Almeida Bichara, sobrinha de José Américo de Almeida. Foi deputado estadual e federal pela Paraíba, por mais de uma legislatura. Durante o período de abertura democrática, fez oposição aos governos democráticos. Apoiou o Golpe Civil-Militar de 1964 e foi nomeado, logo após este, “presidente do conselho consultivo das caixas econômicas federais” pelo presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. No ano de 1974, foi indicado pelo presidente Ernesto Geisel, e seus aliados na Paraíba, os ex-governadores José Américo de Almeida e Ernane Sátiro, como candidato ao governo do estado para as eleições indiretas realizadas no mês de setembro pela Assembleia Legislativa estadual. Eleito, tomou posse no ano seguinte e governou a Paraíba entre os anos de 1975 e 1978. Cf. o site do TRE, resultados históricos: <https://www.tre-pb.jus.br/> Acesso em: maio 2018 a dez. 2021. Ainda, em relação a informações biográficas desse político paraibano, Cf.: ABREU, Alzira Alves de et al (Coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ivan-bichara-sobreira>. Acesso em: 15 dez. 2021.

⁶²⁴ Enivaldo diz que Agnaldo não impôs a permanência de Joacil. **O NORTE**. João Pessoa, 13 jul. 1977. Ano 69, Nº 187, p. 5.

também, ao Banco do Brasil. O sr. Agnaldo Veloso, no entanto, não lhe pagava o preço oficial [estabelecido] e o sr. José Fernandes resolveu então vender o produto noutra usina”⁶²⁵.

Insatisfeito com a atitude do seu fornecedor de cana-de-açúcar, o deputado arregimentou duas centenas de homens e invadiu aquele engenho. Mas, antes de tudo isso, em dias anteriores, “três indivíduos armados de revólver 38” e que “eram mandados pelo sr. Agnaldo Veloso Borges” foram intimar o proprietário do engenho na casa do sobrinho deste, exigindo a sua presença na usina Tanques, na manhã subsequente⁶²⁶.

Como não foi atendido, no dia posterior ao prazo, o usineiro foi acompanhado de outros proprietários à casa do senhor José Fernandes de Brito e “passou imediatamente a maltratar o proprietário com palavras ofensivas”. Naquele ínterim, o usineiro impôs o seu poderio por meio da sua milícia privada e exigiu “que o sr. José Fernandes tomasse providências, pois que, no dia seguinte, às 5 horas, iria com cerca de 200 homens ou mesmo 300 cortar canas na sua propriedade e trocar bala com quem tentasse impedir isto”⁶²⁷.

E, de fato, o prometido foi cumprido. Assim, no “dia sete de Setembro,..., o sr. Agnaldo Veloso mandou cerca de 200 homens para a propriedade” do engenho Capivara. “Os homens foram transportados nos caminhões Chevrolet placas 255002, 255031, 100033 e 200024 todos da PB”. Ainda informa o noticiário, nas páginas da imprensa do estado, que, “êstes homens chegaram à propriedade do sr. José Fernandes de Brito às 6 horas e começaram logo a cortar cana. O sr. Agnaldo Veloso chegou às 8 horas”⁶²⁸.

⁶²⁵ Deputado-usineiro invadiu engenho com 200 homens armados. **O NORTE**. João Pessoa, 30 out. 1970, N° 4.933, p. 8.

⁶²⁶ *Ibidem*.

⁶²⁷ *Ibidem*.

⁶²⁸ *Ibidem*.

5 O COTIDIANO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS: CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO

Explorar o cotidiano dos trabalhadores rurais que habitavam as áreas dominadas pelas plantações de cana-de-açúcar é um trabalho bastante complexo e envolve um conjunto de elementos essenciais à vida desses agentes históricos que apareciam nos periódicos do Estado como personagens menos importantes daquela região. No entanto, falar de resistência sem percorrer, mesmo que de maneira genérica, o dia a dia dessa gente não parece uma opção acertada para se compreender a luta e as suas formas de resistência mais comuns.

Assim, revisitar o seu cotidiano é, ao mesmo tempo, adentrar a sua luta, a sua casa, as suas relações, os seus sentimentos. Para o historiador, tais elementos são imensuráveis, mas permitem a percepção de alguns sintomas no comportamento desses sujeitos e a identificação de as suas práticas e as formas de viver. Justifica-se, assim a necessidade de revisitar esse cotidiano de trabalhadoras e trabalhadores rurais para compreender sua luta durante as décadas em que o país foi governado pelo regime autoritário, período de opressão e ausência de liberdade no mundo político, o que refletiu diretamente nas relações entre senhores de terra/engenho/usina e os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

5.1 O ESPETÁCULO DA POBREZA

Já faz muito tempo, seu moço
Que enriba deste chão
E em toda nossa Nação
O pobre é pra lá e pra cá
Lavrador faz mas não come
E a miséria é sobrenome
Do povo deste lugar

Zé Vicente⁶²⁹

Descrevendo a crise econômica do ciclo da cana-de-açúcar no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, na região de *Brejo de Areia*, o historiador Horácio de Almeida tece algumas considerações sobre a gente pobre do mundo rural. E, com algumas ponderações, lança seu olhar freyriano sobre aquela região, traçando aspectos das condições de vida dos

⁶²⁹ CANÇÃO pra Margarida. Compositor e Interprete: Zé Vicente. In: **EM CANTO**. Compositores e Interpretes: Zé Vicente e Babi Fonteles. São Paulo: Paulinas/COMEP, 1994. Vinil. Lado B, faixa 4 (3 min 12 s).

moradores de engenho. Nesses termos, escreve:

Os assalariados moravam em mocambos de palha, que mais pareciam chiqueiros de porco. E nessas esterqueiras criavam a família, dormindo em magotes, em jiraus de vara ou no chão úmido, na mais abjeta promiscuidade. Quando chovia, a água corria em bica por dentro da pocilga, onde todos viviam agachados. No terreiro dos casebres, meninos pançudos, de pés cambados, ostentavam a barriga cheia de lombrigas. As filhas môças não tinham mais que uma muda para cobrir o corpo, e os moleques de dez anos já pegavam no pesado para ajudar os pais. Roçados não tinham porque mourejavam no alugado os seis dias da semana e também porque o patrão não lhes dava terra para plantar. A única alegria era beber dois vinténs de cachaça nas feiras, aos sábados. O saldo do salário, que ao fim da semana recebiam, mal chegava para a farinha e a pinga. Às vezes, um litro de fava para o consumo da semana. Tomavam bons tragos, mas não ficavam alterados. Embora tristes, sem razão mesmo para expansão de alegria, eram dóceis, respeitadores, serviçais. Comendo pirão d'água com caíco, ou fava pura com farinha, resistiam ao trabalho pesado de sol a sol, com inexplicável energia física. Os que tinham uma cabra de leite para sustento do filho de colo consideravam-se ricos. Meninos de cinco anos cachimbavam à vista dos pais para prevenir contra possível dor de dente. O pito e a pinga tanto serviam para enganar o estômago como de consolo ao aviltamento da condição social em que viviam. Acostumados com a desgraça, não proferiam uma palavra de lamentação, não se davam mesmo que lhes faltasse tudo, menos a graça de Deus e um pedaço de fumo pacaia com que espantavam os mosquitos e a tristeza. Gente que não roubava nem mesmo para matar a fome e ainda sofria as injustiças, por vezes clamorosas, que os patrões estavam sempre prontos a praticar⁶³⁰.

Não é uma generalização pensar que essa realidade não era uma peculiaridade reservada tão somente ao município de Areia e à microrregião do Brejo. Evidentemente, resguardando as suas singularidades, os traços acima descritos servem como referência à grande parte da zona canavieira do estado da Paraíba. Partindo desse pressuposto, se, no período pós-abolição e em décadas a ela seguintes, as condições de vida dessa gente se apresentava assim miserável, as evidências apontam que, várias décadas depois, tal situação sofreu poucas mudanças. Na verdade, a desigualdade social no campo se revelou muito mais profunda entre as décadas de 1950 e 1980, em quase todas as áreas das mesorregiões da Zona da Mata e do Agreste paraibano dominadas pelo setor sucroalcooleiro.

O processo de democratização do país, a partir do fim do Estado Novo, se reafirmava na segunda metade do século XX, principalmente com a crescente mobilização dos movimentos sociais. Dentro dessa nova conjuntura, os vários meios de comunicação procuravam dar maior visibilidade à realidade vivida pelas populações mais pobres do país. A título de exemplo, em 1946, Josué de Castro lançava a primeira edição de sua obra mais conhecida

⁶³⁰ ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia: ... Op. cit.**, p. 154-155.

internacionalmente, por revelar a profunda miséria em que viviam as populações mais pobres do país. De acordo com inquéritos realizados na década de 1940 por este médico nutrólogo, as evidências demonstravam que no “Nordeste açucareiro, do que mais se morria era de fome”⁶³¹. No estado da Paraíba, duas décadas depois, a fome e a miséria foram ocupando, paulatinamente, espaços nas páginas de alguns jornais. Mesmo que de maneira tímida, eram veiculados discursos em tom de denúncia de uma realidade social bastante expressiva em sua materialidade⁶³².

As piores condições de vida abatiam mais as populações do campo. Assim, de acordo com pesquisa realizada por extensionistas da Ancar-PB no ano de 1974, em “povoações e pequenas comunidades” de oito municípios, por exemplo, averiguou-se que havia “má qualidade da alimentação da zona rural paraibana”. Uma das áreas investigadas era o Brejo paraibano, “se constatando elevado índice de subnutrição em crianças de 0 a 60 meses de nascidas”. Durante essa pesquisa, verificou-se que “o índice de subnutrição entre as crianças de 1 a 3 anos” era de 77,9%. Tal índice demonstrava, de maneira inequívoca, que a alimentação daquelas crianças era “insuficiente e de péssima qualidade”⁶³³.

Discutindo as condições de vida dos trabalhadores rurais nas áreas da zona açucareira pernambucana, em sua obra *Moradores de Engenho...*, a historiadora Christine Dabat faz emergir, na sua rigorosa pesquisa, as muitas vozes de trabalhadoras e trabalhadores rurais, e outras fontes documentais a respeito de diferentes aspectos (habitação, higiene, alimentação,

⁶³¹ CASTRO, Josué. **Geografia da Fome** - o dilema brasileiro: pão e circo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.p. 122. Essa obra, publicada pela primeira vez em 1946, aponta áreas de endemia e epidemias de fome em diferentes regiões do país, onde muitas crianças se encontravam em estado de subnutrição.

⁶³² Diferentes manchetes de jornais apontam os rastros dessa realidade que marcam grande parte da pesquisa. Cf. Agravada situação na zona agrícola nordestina: fome. **A UNIÃO**. João Pessoa, 22 dez. 1966. Nº. 292, p. 01. Quando se trata no Brasil os flagrantes, Cf.: Sua excelência, a fome. **A UNIÃO**. João Pessoa, 07 mar. 1967. Nº. 167, p. 07. Em relação aos trabalhadores, no Nordeste, em se tratando do seu salário, “o qual mal dá para a alimentação”, Cf. Trabalhadores rurais do NE: situação ainda é de penúria. **A UNIÃO**. João Pessoa, 21 mai. 1967. Nº. 107, p. 01. A imprensa também construía certa representação da ideia de miséria e pobreza, por meio da fome, a exemplo do caso de um agricultor residente no município de Caiçara e que desmaiara em frente ao Palácio da Redenção, em João Pessoa. A esse respeito, foi publicado: “Não é a primeira vez, mas igualmente não será a última. Bem uns seis... já desmaiaram ali e não foi de outra coisa, foi de fome mesmo”. Trata-se, aqui, de uma representação conotativa em que a gente pobre pede socorro ao Estado enquanto este parece inerte diante da situação de miséria em que viviam aqueles atores sociais. Cf. Agricultor desmaiou com fome na Praça João Pessoa. **O NORTE**. João Pessoa, 21 jul. 1970. Nº. 4.848, p. 08. Sobre a migração do homem do campo para as periferias da cidade e o consequente surgimento das favelas de miseráveis nas periferias, tendo a cidade João Pessoa como principal centro urbano a receber essa população de flagelados, oriundos de diferentes municípios da Paraíba, com “trezentos e cinquenta casebres, aproximadamente, dos mais variados e primitivos estilos, construídos na sua quase totalidade de taipa com cobertura de palha de coqueiro...”, Cf. Cresce “Favela da Redenção”. **O NORTE**. João Pessoa, 17 jan. 1974. Nº. 5.323, p. 06. Em 1978, no encerramento de um comício em Olinda-PE, o candidato à presidência da República, pelo MDB, general Euler Bentes, afirmou enfaticamente que a pobreza “relativa envolve 90% das famílias” e a “pobreza absoluta deve atingir 70 a 75% das famílias urbanas”. Cf. Euler em Olinda: “Pobreza atinge 90% das famílias”. **O NORTE**. João Pessoa, 26 ago. 1978. Ano 70, Nº. 580, p. 1.

⁶³³ Índice de subnutrição em crianças é de 77,9% em 8 municípios da Paraíba. **O NORTE**. João Pessoa, 20 set. 1974. Ano 66, Nº 5.370, p. 5.

vestuário, saúde, mobília, lazer etc.). Essas fontes desnudam a profunda miséria em que viviam os moradores de engenho. Além disso, a referida pesquisadora também chama a atenção para a forma como esses documentos denunciam quase nenhuma ou pouca preocupação do patronato em empreender esforços maiores para oferecer condições de vida melhores àquela gente que labutava as suas terras⁶³⁴.

Observa essa autora que a “deficiência alimentar dos trabalhadores”, por exemplo, “raramente evocada nas reuniões patronais, surge, vez por outra, carregada de preocupação empresarial”. No entanto, por trás disso, havia, na verdade, uma intenção:

Os usos que a classe patronal fez da óbvia miséria de seus assalariados com propósito de extorquir cada vez mais recursos públicos para seus próprios empreendimentos, com a vaga promessa de que algum benefício teriam essas populações. A periodização dos surtos de comiseração, tais como apareciam na imprensa, era absolutamente ligada às campanhas para reajuste do preço da cana, açúcar e álcool. Na época do surgimento e ascensão do movimento social rural, particularmente na forma das Ligas Camponesas, o medo de insurreição (num tempo marcado pela experiência cubana) provocou um questionamento mais profundo, levando algumas frações da classe dominante a defender um tipo de reforma agrária, garantindo a criação de uma classe média rural, tampão amortecedor dos efeitos perigosos, para os latifundiários, da secular polarização de classes na região⁶³⁵.

Durante o regime militar o discurso do Estado se alinhou mais fielmente aos interesses da classe agrária. Nesse sentido, os governos militares preferiam silenciar a realidade assustadora capaz de minar suas políticas autoritárias que atendiam aos interesses das classes dominantes.

A título de exemplo, o filme “*O País de São Saruê*” foi censurado e teve proibida a sua exibição, no ano de 1971. Seu diretor, Vladimir Carvalho, comenta essa interdição no contexto político da época: “[...] em [19]66 eu já estava filmando, não é? Ele... é meio desafiador, ele é transgressor, sabe? Mostra uma miséria”. E explica: “eles que estavam no poder, os militares, tinham inventado uma coisa assim: ‘o novo Nordeste’. [Mas,] o nordeste que existe é outro. E já era decorrido dois anos, aí eu fui, mostrei que não” existia esse “novo nordeste”⁶³⁶. Revela-

⁶³⁴ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho:** *Op. cit.*

⁶³⁵ *Idem.* Em nota de rodapé. p. 524

⁶³⁶ O fato é que este filme retrata uma realidade de miséria e pobreza no Alto Sertão da Paraíba, com muitas cenas gravadas no município de Sousa. O documentário denuncia o visível contraste entre a pobreza e a concentração de terras nas mãos do latifúndio, o usineiro José de Paiva Gadelha. O filme procura mostrar o contraste entre os trabalhadores rurais em campos de algodão, vivendo em condições subumanas, e o senhor de terra, detentor de um capital político dominante naquela região, concentrando em suas mãos grande poder aquisitivo. O filme foi interdito durante nove anos. SALA DE Cinema: Entrevista com Vladimir Carvalho. Direção e Roteiro: Luís R. Cabral. Produção: Plateau Produções. SESCTV. 2010. 57 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=POxpU_42IPo&feature=youtu.be. Acesso em: 20 jun. 2020. Em relação ao filme *O País de São Saruê*, Cf. *O PAÍS de São Saruê*. Direção: Vladimir Carvalho. Produção: Vladimir Carvalho e João Ramiro Mello. Brasil. 1971. 1 DVD. 83 min, son., p&b.

se, assim, uma realidade que se contrapunha àquela produzida por um Estado autoritário.

É válido salientar, também, que os governos militares empreenderam grandes esforços e recursos públicos com o propósito de produzir uma imagem otimista do governo ditatorial. Durante o governo de Garrastazu Médici, “o projeto Brasil Grande Potência” fabricou slogans carregados de otimismo como *ninguém mais segura este país; Brasil, potência emergente; Pra frente, Brasil!* Ecoados por uma agência estatal de propaganda, conseguiram “seduzir grande parte da população e da mídia”, de forma a parecer que “o Brasil vivia tempos gloriosos” com “pleno emprego, consumo farto com créditos a perder de vista, frenesi na bolsa de valores, tricampeão do mundo de futebol”⁶³⁷.

Além disso, “grandes obras ‘faraônicas’ eram veiculadas pela mídia e pela propaganda oficial como exemplos de que o gigante havia despertado”. No entanto, “para os mais pobres, a fartura, ainda que concentrada, fazia sobrar algumas migalhas”⁶³⁸. No apogeu do milagre econômico, Médici admitia: “o Brasil vai bem, mas o povo vai mal”. Contudo, vale salientar que “o incômodo com a miséria urbana e rural não era apenas retórica”. Na verdade, o fato é que “a miséria e o subdesenvolvimento, nos quadros da Doutrina de Segurança Nacional, eram vistos como problemas sempre aproveitados pela esquerda, ou pela ‘subversão’, como queriam os militares, para desestabilizar a ordem”⁶³⁹.

O que se percebe é que esses esforços do governo federal caminhavam na contramão das evidências, buscando esconder uma realidade que se evidenciava bastante assustadora diante de diferentes programas sem sucesso. Geralmente, os projetos e programas dos governos militares eram encampados por uma perspectiva nacionalista que os propagavam por meio de um discurso impregnado de grandiosidade, assumindo propósitos de caráter salvacionista, como os que propuseram eliminar a pobreza⁶⁴⁰.

No início do mês de dezembro de 1977, o senhor José Geraldo da Silva, morador do Agreste paraibano, escreveu uma carta para o então presidente da República, General Ernesto Geisel, em nome de muitos trabalhadores e trabalhadoras rurais que, como ele, foram expulsos das terras em propriedades situadas no entorno da microrregião do Brejo paraibano, onde moravam e trabalhavam, sendo obrigados a migrarem para a periferia de algumas cidades, dentre elas, Guarabira. De acordo com esse trabalhador,

Nós agricultores que moramos aqui, nas ruas pobres de Guarabira, estamos escrevendo-lhes esta carta, porque estamos como uns prisioneiros na

⁶³⁷ NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. p. 160-161

⁶³⁸ *Idem*.

⁶³⁹ *Idem*. p. 166.

⁶⁴⁰ A título de exemplo, no estado da Paraíba, Cf. Yokota diz que Projeto NE pretende eliminar a pobreza. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 12 jan. 1984. p. 4

detenção, desgarrados, sem terra para morar e trabalhar.

Quase todos nós fazia trinta, quarenta e até cinquenta anos que morávamos nos sítios e fomos despejados das terras, sem nenhuma indenização e hoje nós nos achamos morando nas ruas de Guarabira, pobres, sem roçados e sem direito a nada, muitos morando em casas alugadas.

De uns dias para cá, nós trabalhamos de propriedade em propriedade e sempre acabamos sendo despachados.

Trabalhando sempre alugado e vivendo sempre nesse aperreio de vida sem recurso nenhum. (...).

Homens que moram em Guarabira e trabalham a dezoito ou vinte quilômetros fora da cidade, andando a pé, todos os dias quatro léguas duas para ir e duas para voltar, todos cansados pelo trabalho e doenças, mas sempre trabalhando. (...).

Homens de trinta e até sessenta e cinco anos não tem ganho certo. Com oito até dez filhos temos vontade de botá-los na escola, mas nem sempre é possível. Tudo caro demais. O salário aqui não chega para o homem pobre do campo, uns ganham trinta cruzeiros por dia outro vinte, outros dez e assim por diante. Como é que nós podemos dar de comer aos filhos, se um quilo de carne é quarenta cruzeiros um quilo de feijão quinze, um litro de leite é seis e assim por diante.

As crianças pobres de Guarabira não bebem leite, muito menos comem carne...

⁶⁴¹.

A carta onde se encontram esses fragmentos foi lida na íntegra pelo parlamentar paraibano, Octacílio Nóbrega de Queiroz, durante o seu discurso na Câmara dos Deputados, em 1978, e publicada em um jornal seis meses depois. O pedido de socorro daquela gente a um chefe de Estado evidencia, em seu teor, a miséria em que se encontrava essas populações pobres. No mesmo pronunciamento, o aludido deputado reporta-se, também, às manifestações de reivindicações da classe trabalhadora da Zona da Mata que expôs, em uma assembleia, problemas semelhantes àqueles. Assim, “esse aflitivo e doloroso apelo de milhares de pobres rurícolas daquelas faixas” não se distancia de uma realidade, de fato, gritante. Avaliando a referida carta, Otacílio argumenta:

Mesmo em sua singeleza com justificáveis erros de concordância e de ortografia testemunha, no entanto, gritantemente o quadro de ingentes dificuldades e de penúria por que atravessam em desespero de vida os seus signatários, pobres agricultores, expulsos de terras que antes cultivavam e de que delas viviam⁶⁴².

Lembra, ainda, o parlamentar que, na realidade, as médias e maiores cidades do Nordeste apresentavam “um tremendo e doloroso quadro de fome, de falta de habitação, de trabalho, de doenças, de degradação humana, enfim, de miséria generalizada que envergonha[va] os nossos proclamados foros da Nação civilizada”⁶⁴³.

⁶⁴¹ Octacílio Queiroz denuncia situação do trabalhador rural no Estado da Paraíba. **O NORTE**. João Pessoa, 26 jun. 1978. Ano 70, Nº 520, p. 5.

⁶⁴² *Ibidem*.

⁶⁴³ *Ibidem*.

Embora transpareça a fabricação de um drama, com um discurso povoado de adjetivos, a fala de Octacílio Nóbrega de Queiroz não se distancia da realidade que vivia grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras rurais das áreas dominadas pela zona canavieira. Por outro lado, se o discurso do parlamentar fora eficaz, não se sabe, nem cabe nesta pesquisa investigar esse aspecto.

Para algumas entidades da classe trabalhadora, a solução para a resolução desses problemas seria a tão propalada Reforma Agrária, como a defendida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. De acordo com o seu presidente, José Francisco, essa proposta “coloca[ria] a necessidade de redistribuição de terras com mais de 10 milhões de famílias...”. E essa política, uma vez adotada, estaria “evitando assim o êxodo rural e aumentando substancialmente a produção de alimentos, dando poder aquisitivo para a compra de manufaturados e diminuindo consequentemente a violência urbana”⁶⁴⁴.

Não obstante, na opinião do presidente da CONTAG, embora existisse uma legislação favorável a uma redistribuição de terras, “os governos que se sucederam não foram capazes de colocá-la em prática, não assumindo o compromisso desta bandeira de luta que é do povo, mantendo o movimento castrado até hoje”. Naquele ano de 1984, esse líder explicava, ainda, que, na realidade, “o que se sucedeu foi o mesmo fato visto das outras vezes, senão a dominação do Nordeste pelos latifundiários e o sangramento dos pequenos agricultores pelos atravessadores que torna[va]m ainda mais debilitados os pequenos produtores em via de safra”⁶⁴⁵.

Outros órgãos e instituições manifestavam grande preocupação para com a realidade do campo, como é o caso de parcela do clero católico da Paraíba, a exemplo do líder da Igreja em 1978, Dom José Maria Pires. Ao advertir sobre o aumento considerável da pobreza e o papel social da igreja católica na missão de contribuir na batalha contra a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, o arcebispo observa que o aumento da pobreza é uma violação dos direitos humanos. Nesse sentido, declara: “basta dizer que 75% da nossa população vivem condições mínimas de sobrevivência, e 50% da nossa população passa fome”⁶⁴⁶.

Ao se queixar das condições miseráveis em que viviam muitos homens e mulheres do campo e da falta de políticas de combate às desigualdades sociais, durante as décadas de 1970

⁶⁴⁴ Mais de 50 líderes assassinados somente em 1983. **O NORTE**. João Pessoa, 09 mai. 1984. p. 7.

⁶⁴⁵ *Ibidem*.

⁶⁴⁶ D. José: “defesa dos Direitos Humanos é a defesa dos direitos dos pobres”. **O NORTE**. João Pessoa, 16 jul. 1978. Ano 70, Nº 540, p. 09. Em relação à posição da igreja católica, Cf. reportagem: D. José critica política que beneficia só os ricos. **O NORTE**. João Pessoa, 09 ago. 1978. Ano 70, Nº 563, p. 3.

e 1980, José Wamberto, presidente do STR de Alagoa Grande, assegura:

Eu era criança, rapaz! Faz pouco tempo isso. Há quarenta anos atrás, trinta anos. Era, não tinha. Não tinha telefone não, não tinha nada não. A cidade aqui de Alagoa Grande chegou uma televisãozinha (risos), uma televisão velha do tamanho de um baú, preto e branco. (...). Ninguém tinha nada não, na vida, rádio, não tinha nada. O povo não tinha rádio, não tinha nada. Então, era muita pobreza.

Aposentadoria para o homem do campo não tinha não, cara! Tinha não! Nos anos [19]70, ah meu amigo! Morria tudo como indigente. Via uma onda de miseráveis, uma onda de miseráveis morrendo assim à míngua, miséria. Pessoas idosas, tudo na porta do mercado varrendo aquelas farinhas velhas caída do saco. Era tudo para morrer. Toda essa necessidade todinha. Era tudo para morrer... é difícil, né? O Estado não abria mão de nada para o pobre... é difícil. Então, eles não queriam porque quem estava governando, a elite nunca pensou no povo. É um pessoal muito difícil, entendeu? É uma mentalidade criminosa⁶⁴⁷.

O senhor José Guedes nasceu em 1949, na cidade de Campina Grande-PB, e, quando ele tinha oito anos de idade, seu pai levou toda a família para morar em Alagoa Grande, distando 36 quilômetros daquele centro. De acordo com esse entrevistado, a pobreza, nas ruas para onde migraram, saltava aos olhos. Em sua fala, testemunha:

Aquela época, ainda me lembro. Não existia ainda a previdência social, né? Eu já era, eu já tinha..., acho que meus 18 anos foi que veio se criar o FUNRURAL⁶⁴⁸, né? Então, existia pessoas esmolando, que criava a família. Eu me lembro de um cego que tinha ali na rua do Tacho, como se chama a rua do Texas, né? O cego Procópio. (...). E a gente via aqui e ali pessoas pedindo esmola. Mais não tinha essa contrapartida de governo, né? Então, quem não tinha saúde e quem não tinha como trabalhar tinha [que] esmolar mesmo, né? Esse era um aspecto que a gente ficava de orelha em pé⁶⁴⁹.

Esse estado de miséria não era exclusividade daquela urbe, mas uma experiência comum a tantos outros municípios paraibanos que viviam essa mesma situação, a exemplo da localidade vizinha a Alagoa Nova, onde trabalhadores e trabalhadoras rurais viviam “de pedir esmolas”

⁶⁴⁷ SILVA, José Wamberto do Nascimento. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. Alagoa Grande-PB, 10 jan. 2014.

⁶⁴⁸ A história da previdência social brasileira tem seu marco oficial na Lei Eloy Chaves de 1923, com a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões – CAPs. Durante quatro décadas, a legislação previdenciária incluiu várias categorias profissionais, sofrendo mudanças a partir de demandas promovidas pelas lutas constantes dos trabalhadores. No entanto, o trabalhador e a trabalhadora rural somente conseguem ser incluídos num sistema de Previdência Social a partir da criação do Estatuto do Trabalhador Rural no ano de 1963. Apesar de tudo, somente no ano de 1971 é que ocorre, embora timidamente, a efetivação desse direito, com a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – PRORURAL, sendo administrado pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL. Portanto, como podemos observar, a seguridade social dos trabalhadores e trabalhadoras rurais surge tardiamente em relação a outras categorias profissionais. Cf. BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**. Porto Alegre, Ano 4, Nº 7, jan/jun-2002, p. 50-81. Cf. também: SCHWARZER, Helmut. Previdência rural e combate à pobreza no Brasil: resultados de um estudo de caso no Pará. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Nº 14, abr./2000, p. 72-102.

⁶⁴⁹ GUIMARÃES, José Guedes. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. Alagoa Grande-PB, 18 dez. 2013.

pela cidade⁶⁵⁰. Evidentemente, “porque ficaram velhos ou inválidos muitos camponeses se deslocaram para as cidades e se tornaram mendigos”. Calculava-se: “oitenta por cento dos mendigos que perambula[va]m pelos grandes centros, são originários do campo, onde não era mais possível viverem”⁶⁵¹.

A partir dessa estatística, concluiu-se: “o campo é, por conseguinte, o grande gerador de injustiças e desequilíbrios sociais, a chaga econômica que destrói o organismo nacional, com uma voracidade alarmante”. Mas outra preocupação se instaurava: “a causa que os tornou velhos e inválidos antes do tempo”. Para muitas pessoas, no entanto, a garantia do recebimento de uma aposentadoria de meio salário mínimo, um valor de Cr\$ 122,50, a partir de 1972, “equivale[ria] a impedir, racionalmente, que pelo menos 70 mil pessoas ingre[ssa]ssem na mendicância e”, provavelmente, fossem “para as cidades duplicar os seus próprios sofrimentos e o sofrimento urbano”⁶⁵².

Apesar da história da previdência brasileira começar com a Lei Eloy Chaves, em 1923, conquistada por algumas categorias em décadas seguintes, a legislação previdenciária somente se estendeu aos trabalhadores do campo no ano de 1971, com a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – PRORURAL, que era gerido pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL, beneficiando “os trabalhadores rurais dependentes e autônomos em regime de economia familiar... bem como seus dependentes, oferecendo aposentadoria por idade aos 65 anos, aposentadoria por invalidez, pensão para viúvas e órfãos”. Além disso, também ofereciam “auxílio funeral e assistência médica”⁶⁵³.

No entanto, no ano seguinte a essa nova legislação, não se viu, na Paraíba, evidências de quaisquer melhorias nas condições de vida desses aposentados, até porque os valores que recebiam não passavam do valor de ½ do salário mínimo⁶⁵⁴. O fato é que as políticas públicas estavam longe de promover alguma transformação social, mas acreditava-se que “a mendicância” teria sido “atacada em suas origens. Se 70 mil velhos ou inválidos da zona rural podem sobreviver em seu próprio meio, jamais se deslocarão” para a capital “ou outras cidades do estado em busca de esmolas e de uma salvação que é cada vez mais problemática”⁶⁵⁵.

⁶⁵⁰ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo Nº 377 e 378/69**, p.11 e 22.

⁶⁵¹ Dinheiro no campo. **O NORTE**. João Pessoa, 05 set. 1971. Nº 5.630, p. 2.

⁶⁵² *Ibidem*.

⁶⁵³ CORDERO, Beatriz Cardoso. **Universalização da Previdência Social no Brasil**: uma questão ainda em aberto. Dissertação (Mestrado em Economia Social e do Trabalho). Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2005. p. 13

⁶⁵⁴ 70 mil camponeses da Paraíba receberão aposentadoria em 72. **O NORTE**. João Pessoa, 04 set. 1971. Nº 5.629, p. 8.

⁶⁵⁵ Dinheiro no campo. **O NORTE**. João Pessoa, 05 set. 1971. Nº 5.630, p. 2.

Nessa reportagem de 1971, o jornal ainda apresenta um panorama de perspectivas que a Previdência garantiria para a economia da região, além de uma “vida tranquila” que o trabalhador rural aposentado teria no campo. Dessa maneira, “eles ficarão em suas casinhas e os oito milhões e quinhentos mil cruzeiros que receberão todos os meses passarão a circular pelas bodegas e feiras de suas cidades, ampliando os negócios, o consumo de mercadorias”. Em seu olhar prospectivo, o jornalista assinala que o surgimento da aposentadoria do trabalhador e da trabalhadora rural estaria, também, “assinalando uma nova era para a vida no campo”⁶⁵⁶.

Já no ano de 1974, a imprensa noticiava o que se tinha especulado três anos antes: a aposentadoria de mais de 70 mil trabalhadores rurais na Paraíba, por meio do Funrural. Assim, foram beneficiados “por invalidez, velhice ou os que simplesmente passaram a receber pensões do instituto”. No entanto, vale salientar que, além de o benefício representar o valor de apenas meio salário mínimo, vivia-se um período de arrocho salarial. Dessa maneira, evidentemente essa tal providência não retiraria essa população da pobreza, entretanto o discurso anunciado nas páginas daquele jornal parece sugerir tal proeza⁶⁵⁷.

Comumente, quando a situação se encontrava muito difícil, os trabalhadores deixavam as suas famílias e migravam para capitais de outras regiões do país (principalmente para o Sudeste, para São Paulo ou Rio de Janeiro), em busca de melhores condições de trabalho e de vida, e enviavam para as suas famílias parte de seus salários que lá obtinham. Este é o exemplo de muitas pessoas, como Maria da Soledade, que, na sua juventude, viajou para a cidade do Rio de Janeiro e que, todo mês, enviava para a sua mãe parte do seu salário, para ajudar nas despesas de casa. Relembrando esse período, a referida migrante afirma: era “tão pouco [o] dinheiro [que] a gente ganhava por mês. Pelo amor de Deus!” Mesmo assim, “quando eu recebia o pagamento eu mandava um pedacinho pra mamãe e o resto” era para me manter⁶⁵⁸.

O número de famílias que tinham algum parente trabalhando em uma dessas metrópoles era relativamente grande. A remessa de dinheiro realizada por muitos desses trabalhadores era feita através de vale. Embora algumas pessoas postassem cartas com cédulas dentro, essa prática era proibida pela ECT, uma vez que a empresa não podia evitar o extravio. Nesse sentido, um fato curioso aconteceu em Alagoa Grande, no ano de 1969. Segundo a reportagem do jornal **O NORTE**,

A agência dos Correios e Telégrafos de Alagoa Grande foi invadida por dezenas de pessoas que reclamavam o pagamento de vales postais

⁶⁵⁶ *Ibidem*.

⁶⁵⁷ Funrural já aposentou mais de setenta mil rurícolas na Paraíba. **O NORTE**. João Pessoa, 18 dez. 1974. Ano 76, Nº 293, p. 2.

⁶⁵⁸ LEITE, Maria da Soledade. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. Alagoa Grande-PB, 18 dez. 2013.

depositados no sul do país, e que até agora não foram resgatados, por falta de numerário na repartição.

O dinheiro é depositado nas agências do Rio [de Janeiro] e São Paulo, mas não é transferido diretamente ao destino, como se fazia antigamente, pois o ECT proibiu o trânsito de numerário através de vales postais⁶⁵⁹.

De fato, o número de pessoas que se fizeram presentes na porta dos Correios e Telégrafos foi tão grande, que, de acordo com a reportagem, foi necessária a presença da polícia militar naquele estabelecimento, para conter a insatisfação dos populares. Segundo a reportagem, “o agente local solicitou a colaboração da polícia, que passou a manter guarda à porta do prédio, para evitar que se consum[ass]e nova tentativa de assalto”⁶⁶⁰.

Ainda, de acordo com a reportagem, a soma aproximada de dinheiro que fora depositada em unidades da ECT naquelas duas grandes metrópoles atingia “a importância superior a 300 milhões de cruzeiros velhos, esperando-se a remessa de numerário da Diretoria Geral”. Com o objetivo de resolver a situação dos populares o prefeito do município interveio ao senhor Ruy de Assis, “diretor dos Correios e Telégrafos na Paraíba, a quem fez um relato da situação e das dificuldades que...” estavam “atravessando as famílias cujos os chefes se encontra[va]m no sul do país”⁶⁶¹.

Alguns desses personagens do campo migravam por uma temporada e voltavam para as suas famílias. É o caso, por exemplo, do senhor Damião A. Jacinto, que deixou seus filhos laborando no serviço braçal, na propriedade Rapador, ou seja, nas terras do seu senhor, onde moravam, e viajou para a cidade de São Paulo, com o objetivo de angariar recursos para garantir a sobrevivência de sua família⁶⁶².

Essa difícil situação por que passavam muitas mulheres e homens do campo era comum a diferentes regiões de todo o país, mas se tornava mais grave nas áreas dominadas pelas plantações de cana-de-açúcar, nas mesorregiões do Agreste e Zona da Mata do Nordeste, e onde se constatava uma forte e crescente concentração de terras. Os dados apontam para um considerável aumento dessa concentração a partir dos anos de 1960, na Paraíba, consistindo em um fator responsável pela grande migração das populações rurais para as áreas periféricas do

⁶⁵⁹ Invadida a agência do correio de Alagoa Grande. **O NORTE**. João Pessoa, 19 out. 1969. Nº 4.628, p. 8.

⁶⁶⁰ *Ibidem*.

⁶⁶¹ *Ibidem*.

⁶⁶² Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo Nº B-608/82**, p. 07. Em relação ao deslocamento de trabalhadores rurais da região do Brejo e adjacências para o Sul e Sudeste do país, Cf. também: Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo Nº 1271/82**, p. 20. Vários processos trabalhistas fazem menção a essa temporada dos trabalhadores rurais na região Sudeste.

setor urbano, como o exemplo evidente de várias cidades paraibanas⁶⁶³.

Não bastasse a desigualdade social, a região do Brejo também era atingida por períodos de seca, o que resultava em maior sofrimento para as populações despossuídas de certo poder aquisitivo. Em 1975, por exemplo, uma reportagem de um jornal do estado registrou: “flagelados em Alagoa Grande buscam alimentos e remédios”⁶⁶⁴.

5.2 O TRABALHO, OS TRABALHADORES E AS TRABALHADORAS

O que pensavam os homens e mulheres do campo sobre as suas atividades, considerando o seu papel desde a sua infância, na indústria da sacarose e outros derivados da cana-de-açúcar? São muitas as experiências cotidianas desses agentes da história do trabalho nos canaviais da Paraíba. Entre o dramático e o cômico, as suas experiências narram uma realidade, para uns, dolorosa, mas aceitável; outros viam nessa circunstância a oportunidade de quebrar o silêncio. Suas narrativas quase sempre divergem profundamente daquelas dos fazendeiros, senhores de engenho e usineiros. Elaboram, naturalmente, uma narrativa que revela uma paisagem do trabalho divergente e ofuscada pelo discurso dominante⁶⁶⁵.

De fato, não era nada agradável a vida daqueles atores sociais. Sem direito à infância nem à educação, os filhos e filhas de muitos trabalhadores rurais eram lançados compulsoriamente à palha da cana ainda durante a mais tenra idade. Aos poucos que tinham acesso à escola, não lhes eram oferecido quase nada substancial para romper com aquela realidade tão visível no “mar de cana”: a opressão.

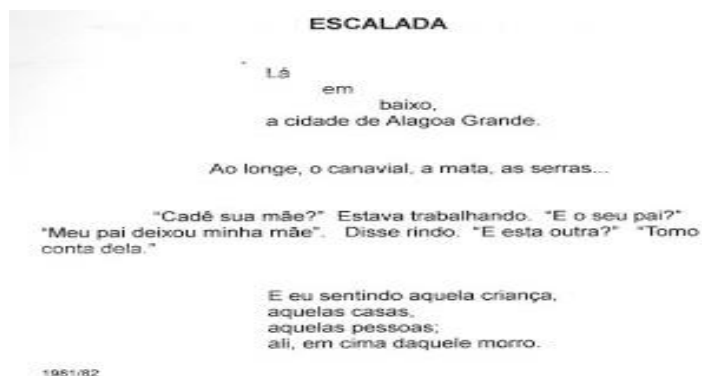
O que algumas pesquisas apontavam e apontam como uma realidade silenciada e/ou de pouca visibilidade social, as fontes evidenciam. As experiências de mulheres, na palha da cana no estado da Paraíba, são diversamente penosas. Aquele mundo, construído por narrativas masculinas dominantes, lhes negava o direito de serem mulheres. Em uma fala e outra, nas páginas de processos trabalhistas, aparecem elas enfrentando uma tempestade de estereótipos que lhes faziam desaparecer na periferia da história, ao mesmo tempo em que as aprisionavam a normas sociais pré-estabelecidas.

⁶⁶³ SOUSA, Rivaldo Amador de; WANDERLEY, Alba Cleide Calado; LIMA, Andréa Maria da Silva. Concentração fundiária na zona do *plantation* açucareiro da Paraíba e as políticas de resistência: algumas aproximações. In: SOUZA, Andréia Virgulino de *et al.* (Orgs.). **Anais do I Seminário Nacional de Educação Popular e Movimentos Sociais do Campo e V Encontro de Pesquisas e Práticas em Educação do Campo na Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 2020. p. 1306-1318.

⁶⁶⁴ Seca se alastra e flagela o Brejo. **O NORTE**. João Pessoa, 20 abr. 1975. Ano 68, Nº 91, p. 7.

⁶⁶⁵ THOMAS, Rogers. **As feridas mais profundas**: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil. São Paulo: UNESP, 2017

5.2.1 A infância: antes de “terminar de nascer os dentinhos eu já [estava] cortando cana”⁶⁶⁶



Alberto Nasilasene⁶⁶⁷.

As experiências de crianças e adolescentes no mundo do trabalho nos canaviais é, como afirma Christine Dabat, secular. Esta historiadora ainda lembra que essa situação, infelizmente, somente “tenha ganhado visibilidade em anos recentes”. Após a Constituição de 1988, a presença de menores na palha da cana passou, de maneira mais consistente, a ser algo “considerado pelas autoridades públicas uma situação humanamente inaceitável, por ser sinônima de crueldade, de barbárie, em suma, de atraso, o trabalho das crianças e dos adolescentes não chocava em épocas passadas”⁶⁶⁸. Pensar esse consentimento, essa espécie de naturalidade da inserção desses corpos pequeninos e frágeis no campo do trabalho remete, também, a uma construção histórica do sensível⁶⁶⁹.

Crianças e adolescentes desenvolvendo atividades laborais no processo de produção do açúcar e de outras culturas, como também em outras atividades no campo, são marcas inapagáveis nas mesorregiões do Agreste e Zona da Mata do estado da Paraíba. Como em outras regiões do Nordeste, onde eram compreendidas como práticas necessárias à produção agrícola, aqui, no estado da Paraíba, não foi diferente da situação demonstrada por pesquisas, como a da professora Christine Dabat, na zona canavieira do vizinho estado de Pernambuco⁶⁷⁰. Essa

⁶⁶⁶ SILVA, José Wamberto do Nascimento. *Entrevista concedida a...* *Op. cit.*

⁶⁶⁷ NASIASENE, Alberto Eugênio de Medeiros. A Geografia da exclusão no Flamboyant, em Campinas, face à Geografia da Cana na Obra de José Lins do Rego. Disponível em: <http://www.rotaliteraria.com/2012/08/minha-poesia-tambem-tinha-um-forte.html>. Acesso em: 05 ago. 2019.

⁶⁶⁸ DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho: ... Op. cit.*, p. 493.

⁶⁶⁹ PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Crianças no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2010; ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Tradução de Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

⁶⁷⁰ DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho: ... Op. cit.*, p. 493-521. Cf., também, outro seu trabalho: DOURADO, Ana; DABAT, Christine; ARAÚJO, Teresa Corrêa. Crianças e adolescentes nos canaviais de

inserção precoce dos menores no trabalho, de maneira, até mesmo, silenciosamente compulsória se encontrava amparada nessa naturalidade de uma cultura da pedagogia do trabalho familiar imposta, inclusive, por uma ordem social pré-estabelecida e reorganizada pelas novas relações de trabalho⁶⁷¹.

As primeiras preocupações com o trabalho infanto-juvenil surgem ainda no século XIX e, em 1927, com a instituição do Decreto 17.343, foi regulamentado o trabalho do menor, com alterações posteriores⁶⁷². O Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, que regulamentava as relações de trabalho no campo, constitui um documento mais eficaz em relação ao trabalho de menores nas atividades consideradas rurais⁶⁷³.

No entanto, o Estado demonstrou total ineficiência na aplicação dessa nova legislação em relação ao trabalho infanto-juvenil. Além disso, como é evidente, a cultura das relações de trabalho, nas mesorregiões da Zona da Mata e Agreste da região Nordeste, compreendia a importância da introdução de crianças e adolescentes nas atividades do campo, juntamente com os pais, como uma prática pedagógica necessária à aprendizagem das novas gerações.

Essa crença se encontrava amparada na concepção capitalista, no sentido de garantir uma renovação constante de mão de obra para o campo canavieiro⁶⁷⁴. É importante lembrar que o cristianismo foi um instrumento eficaz na construção e produção de um discurso impregnado de elementos conformativos, como o velho clichê segundo o qual “o trabalho dignifica o homem”, tão alimentado pelo Estado, pelos instituições e organizações sociais de modo geral, etc.

As classes dominantes reforçavam, em suas práticas e discursos, a ideia que se tinha de trabalho. Nesse sentido, certo proprietário de terras, em Alagoa Grande, afirmou: os “meninos,

Pernambuco. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 407-436.

⁶⁷¹ Ainda nas primeiras décadas do século XX, o discurso modernizador do capital, por meio de diferentes instituições (Igreja, sindicato, família etc.), instituiu um imaginário sobre a ideia de trabalho, buscando construir uma positividade desse termo. É válido lembrar que “as fábricas de açúcar tiveram que enfrentar [problemas] para impor um certo tipo de administração e reorganização do processo de trabalho”. Cf. DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A maldição do Trabalho: homens pobres, mendigos, ladrões...** no imaginário das elites nordestinas 1850-1930. João Pessoa: Manufatura, 2004. p. 79. No entanto, é necessário advertir que esse modelo de disciplina é válido apenas para os trabalhadores que desenvolviam atividades no interior das usinas, mas não para os trabalhadores que enfrentavam as jornadas no canavial.

⁶⁷² PASSETTI, Edson. O menor no Brasil republicano. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 146-175.

⁶⁷³ BRASIL. Lei Nº 4.214 de 2 de março de 1963. Dispõe sobre o **Estatuto do Trabalhador Rural**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4214.htm#:~:text=L4214&text=LEI%20No%204.214%2C%20DE%202%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%201963.&text=aqui%20expressamente%20referidos-,Art,natura%20e%20parte%20em%20dinheiro. Essa lei foi revogada pela Lei nº. 5.889, de 8 de junho de 1973, quando as relações do trabalho rural passaram a ser reguladas por esta lei. Contudo, ainda é bom lembrar que, já na CLT, de 1943, havia alguma conquista em relação aos trabalhadores menores de idade.

⁶⁷⁴ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho: ... Op. cit.**, p. 498.

desde pequenos devem saber que já nascem devendo o comer que eles mesmos vão plantar”⁶⁷⁵.

O processo construtivo de memórias da infância, no discurso dos trabalhadores entrevistados ao longo desta pesquisa e em outras fontes documentais, gritam em relação à realidade perversa que fora a das crianças pobres do campo. Esse grito enfático sobre a tenra idade, nas narrativas desses personagens, pode ser representado pela fala de seu Francisco Nascimento. Ao ser indagado se brincava muito quando criança, ele engatilha sem hesitar: “*a minha infância era trabalhar*”⁶⁷⁶.

Como muitos meninos que, nas áreas agrestinas e na da Zona da Mata, onde dominava exclusivamente o latifúndio, não tinham tempo para brincar, se divertir enquanto crianças, esse senhor não viveu o tempo de experimentar o mundo pelos olhos de sua inocência, tal como ocorria aos filhos do patrão do seu pai. Esse tempo, “o roçado”, a lida na cana-de-açúcar, a profunda desigualdade social lhe roubaram, obrigando-o a capturar o mundo e as coisas do mundo pela pedagogia da “roça”.

Seu Francisco Nascimento ainda relembra: “*Eu para pegar num dinheirinho, eu já estava ficando frangote. Eu pra pegar num dinheirinho quando era no fim da semana, aí empeleitava a bagaceira, para secar o bagaço, né? Para tirar no sábado*”. Esse era o momento que ele encontrava para obter algum dinheiro para si mesmo, porque “*já tinha trabalhado a semana [completa] e tinha dado o dinheiro da feira aos pais. E até na semana que eu me casei eu dei o dinheiro da feira a papai. Foi!*”⁶⁷⁷.

O salário que lhe custou os duros dias da semana ainda não lhe pertencia, porque era tragado pela necessidade de sua própria família, ajudando ao pai a manter a alimentação dos irmãos e a casa. Assim, “*passava a semana trabalhando, cortando cana, né? Quando era no fim de semana, no sábado não tinha corte*” de cana, no engenho em que ele morava e laborava. E era nesse dia que ele encontrava a oportunidade de obter para si mesmo “*uns trocadinhos*”. Então, juntamente com alguns colegas de sua idade, ainda adolescentes, “*empeleitava a bagaceira para secar para botar na fomalha*”. Geralmente, os engenhos aproveitavam o bagaço seco da cana, substituindo a lenha que “*era [utilizada] pra cozinhar a rapadura*”. E o dinheiro que ganhava “*ia ajuntando, ajuntando, ajuntando, ajuntando...*” para comprar uma roupa nova, ir a uma “*feita*” ou atender a uma outra necessidade⁶⁷⁸.

⁶⁷⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião de 02 fevereiro de 1976**. Livro de Atas III (1970-1982). Fl. 08.

⁶⁷⁶ NASCIMENTO, Francisco. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. Alagoa Grande-PB, 10 jul. 2014.

⁶⁷⁷ *Idem*.

⁶⁷⁸ *Idem*.

De uma geração posterior à de seu Francisco Nascimento, José Wamberto estudava quando criança, mas também trabalhava para ajudar na economia de casa. Durante a infância, ele já operava várias funções nos canaviais, como “...*corte de cana, plantio de cana, tudo, tudo, essas coisas*”⁶⁷⁹.

Dividir o dia entre a escola e a lida na palha da cana não era nada fácil para um garoto de oito anos, conforme revelou: “*A gente era criança, mais a gente ía meio dia para a escola e meio dia tinha que cair no campo. Ninguém ganhava dinheiro, a não ser que trabalhasse*”⁶⁸⁰.

Ao ser indagado sobre “*Como era o trabalho?*”, José Wamberto não hesitou: “*Não! Sei fazer tudo isso*”. E complementa, explicando: “*porque eu fui criado, [antes de] terminar de nascer os dentinhos eu já [estava] cortando cana, é, fazendo é, plantio de cana. A gente trabalhava nisso. Não tinha [outra atividade remunerada], não tinha! Era uma vida muito sofrida*”⁶⁸¹.

Na verdade, essas experiências de infância no campo foram vivenciadas por muitas crianças e muitos adolescentes na área da zona canavieira da Paraíba, como é o exemplo dos dois filhos de Martins Medeiros dos Santos. Morador da Fazenda Santa Luzia, no município de Cruz do Espírito Santo, e trabalhando para a usina Santa Helena, estabelecida no município de Sapé, o adolescente José Martins dos Santos laborava nos canaviais ajudando seu genitor toda a semana. Desde os seus oito anos de idade, quando começou a trabalhar nas terras da usina, ele “fazia todo serviço rural”. No entanto, em algumas atividades, como corte de cana, por exemplo, José “prestava serviço juntamente com seu pai” [que ali laborava desde 1937], percebendo a quantia de CR\$ 20,00 por semana”⁶⁸².

No entanto, no discurso elaborado pelo contratante, enquanto menor de idade, o empregado não era contratado diretamente pela usina Santa Helena, embora essa empresa admitisse, de maneira implícita, o uso dessa força de trabalho. Portanto, o menor era admitido naquele campo de atividades apenas enquanto ajudante do seu genitor e “recebia o numerário incluído no salário de seu pai”, uma vez que “o mesmo não presta[va] serviço a nenhum empregador, e [sim] presta[va] serviço ao próprio pai dele”⁶⁸³.

As crianças que labutavam nos canaviais não eram vistas como mão de obra empregada pelo senhor de engenho, fornecedor ou mesmo pelas usinas, mas pelos próprios pais e mães, que as levavam para aumentar a renda, uma vez que o contrato estabelecido pelo pagador, na

⁶⁷⁹ SILVA, José Wamberto do Nascimento. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. *Op. cit.*

⁶⁸⁰ *Idem.*

⁶⁸¹ *Idem.*

⁶⁸² Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo Nº. 55/74**. p. 26 e 31

⁶⁸³ *Idem.*

maioria das vezes, visava apenas o pagamento da quantidade produzida, e não o esforço empreendido para a realização da produção. Era dessa maneira que crianças e adolescentes eram tratados, porque, conforme já foi apontado, “os meninos [não] presta[va]m serviço” aos proprietários de terra, fornecedores de cana e/ou usineiros, mas “sim ajuda[va]m os próprios pais nos seus serviços”⁶⁸⁴.

Essa prática parecia ser bastante comum nas terras da usina Santa Helena. Naquela mesma fazenda, no ano de 1978, o jovem Cícero Benjamim afirmou que desempenhava várias atividades ali, desde a sua infância, e “seu trabalho era corte de cana, limpa de mato, etc.”. Na verdade, ele “começou a trabalhar para... [aquela fazenda] com [apenas] oito anos” de idade e “trabalhava ora na diária, ora na produção”⁶⁸⁵.

Ao que tudo parece, aspectos do modelo escravocrata sobreviveram de alguma forma às diferentes práticas de resistência. Sob o desejo dos grupos dominantes foram se reinventando desde o período pós-escravista, dentro das novas relações sociais e de trabalho que iam se construindo a cada década. Tais elementos podiam ser encontrados no cotidiano das fazendas e dos engenhos, numa relação desigual de forças entre senhores de engenhos e/ou proprietários de terras e crianças filhas de moradores, num processo análogo ao de trabalho escravo.

Comumente, esses menores iniciavam uma relação de confiança, muitas vezes, “fazendo mandado” para o senhor de engenho. Foi o caso do senhor Vicente Primiano dos Santos, que morava na Fazenda engenho Pedra D’água, no vizinho município de Alagoa Nova. Como muitas crianças pobres eram introduzidas no campo de trabalho desenvolvendo atividades mais leves, ele “trabalhava fazendo mandado de casa”. Assim, como outros meninos de sua idade, foi obrigado a aprender a operar duras tarefas no campo, e já “cortava cana, cuidava do sisal, [e] fazia mandado”. No entanto, no cotidiano do campo, esse último tipo de atividade não era visto essencialmente como trabalho. Vicente nasceu naquela propriedade e, àquela data de 1982, completava 30 anos de idade, mas “que desde os 11 anos de idade” laborava naquelas terras para o seu patrão, o senhor Sebastião Ataíde Leite⁶⁸⁶.

O uso da força de trabalho de menores era comum em engenhos e usinas nas mesorregiões da Zona da Mata e Agreste. Os filhos dos moradores e trabalhadores rurais aprendiam, desde cedo, a desenvolver as atividades “da roça”, muitas vezes iniciando o seu aprendizado no próprio roçado ou em sítios cultivados pelas próprias famílias. Já com algum domínio sobre saberes agrícolas, acompanhavam os pais para ajudá-los nos canaviais, nas

⁶⁸⁴ *Idem.* p. 32.

⁶⁸⁵ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo Nº.** 618/78. p. 25.

⁶⁸⁶ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo Nº.** 1036/82. p. 8.

atividades consideradas mais leves para a idade que possuíam. E assim, muitas vezes, os filhos cresciam aprendendo com os pais a enfrentar cotidianamente a dura labuta na lavoura da cana⁶⁸⁷.

Morando em casa do seu patrão e trabalhando alugado, muitas famílias do campo vivam enormes dificuldades. Geralmente, a prole era numerosa e exigia a ocupação de todos da casa nas atividades do campo. Assim, por exemplo, na Fazenda Santa Luzia, no município de Cruz do Espírito Santo, o adolescente José Martins, nascido em 1958, cresceu assistindo o seu pai nos afazeres da roça e nos canaviais. Aos seus oito anos de idade, como “não foi chamado para trabalhar” na palha da cana, ele “se ofereceu... e fazia todo serviço rural”⁶⁸⁸.

Assim como outros menores, a senhora Maria da Soledade viveu grande parte da sua infância na zona rural. Apesar de seus pais morarem na cidade, onde o seu genitor trabalhava, alguns anos após o seu nascimento, foi morar com os seus avós, no sítio Jenipapo, município de Alagoa Grande. Em seu trabalho de rememoração, declarou: “*com a idade de sete anos, de seis para sete anos eu fui para o sítio. É, o meu avô materno tinha uma propriedade lá no sítio Jenipapo e papai tinha uma casinha lá e a nossa vida foi lá...*”⁶⁸⁹. Por conseguinte, ela sentiu em sua própria pele as adversidades vividas pelas mulheres e homens que lidavam com as várias ocupações do mundo rural.

Com sete anos de idade eu já estava com uma trouxa de roupa na cabeça pra ir lavar no rio, já tinha uma enxadinha pronta pra eu limpar mato. E cresci limpando mato, cavando terra, rapando mandioca, arrancando mandioca, fazendo farinha, mexendo farinha, moendo. Na época as casas de farinha, máquinas, é... as rodas era na mão, né? pra moer a mandioca. E tudo isso a gente trabalhava junto...⁶⁹⁰.

Como já foi exposto anteriormente, todos os filhos de trabalhadores rurais cresciam ajudando aos pais nas atividades domésticas e nos serviços do roçado. Enquanto os meninos eram iniciados nos trabalhos da roça (limpar a terra, plantar, cultivar, colher, tratar e armazenar a colheita) e no trato com os animais, às meninas eram reservadas as atividades que competiam ao seu sexo, como cozinhar, lavar a louça, limpar a casa, “*cuidar da casa*”, abastecer a casa de

⁶⁸⁷ Os dados obtidos em processos trabalhistas apontam para um alto número dessa prática exploratória. São vários os processos trabalhistas de menores sendo representados pelos seus próprios pais. Cf. Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo Nº. 56/74**, p. 10; **Processo Nº. 328/77**, p. 03; **Processo Nº. 329/77**, p. 11; em páginas de outros processos os próprios trabalhadores admitem que iniciaram no trabalho nas terras de seus patrões ainda criança. Cf. Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo Nº. 58/74**, p. 16; **Processo Nº. 1.739/82**, p. 19.

⁶⁸⁸ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo Nº. 55/74**, p. 26

⁶⁸⁹ Maria da Soledade é poetisa. Embora a sua família não aprovasse o seu interesse pela viola e cantoria, ela seguiu descobrindo o que realmente gostava de fazer, cantar repente. LEITE, Maria da Soledade. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. Alagoa Grande-PB, 18 dez. 2013.

⁶⁹⁰ LEITE, Maria da Soledade. **Entrevista concedida a...** *Op. cit.*

água para as necessidades básicas, alimentar as aves e outros animais domésticos, “*catar lenha*”, lavar e passar a roupa.

Portanto, nas áreas rurais, predominava a divisão de atividades por sexo. Esse quadro era comum a quase todas as crianças da zona canavieira da Paraíba. Enquanto os meninos não desempenhavam funções reservadas ao sexo feminino, as meninas laboravam no roçado. Este foi o caso, também, da senhora Luzia Ferreira. Eu “*...nasci no sítio Sapucaia, chamado Sapucaia, município de Alagoa Grande. É, eu morei lá, nasci e me criei lá, me casei e vim morar aqui na rua. Meu passado foi um passado muito sofrido*”. Logo se vê que, para ela, não foi diferente, “*comecei [a] trabalhar com a idade de oito anos, já na agricultura, ajudando aos meus pais...*”⁶⁹¹.

A senhora Maria de Fátima nasceu em 1965, no sítio Tanques, onde se encontrava estabelecida a usina do mesmo nome, comunidade onde, também, o cantor Jackson do Pandeiro nasceu e viveu parte de sua infância. Nos seus primeiros anos de vida, ela experienciou momentos difíceis e dolorosos no ambiente domiciliar, que vão desde as necessidades básicas por que passou a sua família, até a violência de gênero, seguida do abandono paterno do lar. Essas experiências se complementam com outras, que ela se esquivava de lembrar. Demonstrando certa apreensão, ela exclama: “*Ai, falar de minha infância!*”. E após respirar profundamente, decide continuar:

Mas eu falo! Assim, a minha infância é... foi na Usina Tanques mesmo, né? Nasci aqui, sou natural daqui de Alagoa Grande e desde que nasci moro na Usina Tanques, né isso? É, a minha infância não foi uma infância boa. Eu tive uma infância assim, sofrida devido que meu pai, ele começou a me abandonar, é... eu estava com três a quatro meses na barriga da minha mãe, né isso? Quando ele começou a arrumar outras namoradas. E aí teve aquele passado ruim com a minha mãe. E aí, ao nascer, aí continuou essa situação que fui a última filha, né? Deles dois, do casamento de papai com mamãe, e resultado: é... a parte assim de criança começar a mim entender, começar a conhecer, começar a ver a realidade. Eu via ele com muita mulher fora a minha mãe. E aí, a gente passou por aquele momento muito difícil, muito sofrido. Mesmo ele trabalhando. Ele era administrador. Ele recebia, é... condição financeira dele era bom para dar sustentabilidade a nós, só que em cima disso aí a gente não tinha essa sustentabilidade certa, porque ele dividia as coisas para outras pessoas, né? Para outras famílias dele, né isso? Então, mais ou menos com sete anos de idade, então ele abandonou minha mãe, né isso? Assim, minha mãe foi muito violentada. E não foi só minha mãe que foi violentada, nós fomos violentadas. A partir do momento que ele chegava em casa, ele tentava atirar em mamãe de revólver, ele tentava agredir mamãe. É, às vezes puxava cabelos, tudim, e a gente não conseguia dormir. Eu fui uma pessoa que dormia ainda. Eu tentava me proteger de noite por trás dos tambores de mel⁶⁹².

⁶⁹¹ FERREIRA, Luzia Soares. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. Alagoa Grande-PB, 18 jul. 2014.

⁶⁹² ARAÚJO, Maria de Fátima. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. Alagoa Grande-PB, 18 jul. 2014.

Dessa maneira, dona Maria de Fátima, explica por que prefere se abster dessas memórias. “*Por isso que tem muito momento que eu não gosto de repassar a minha infância...*”. Desse modo, muitos momentos de sua primeira idade se tornaram lembranças dolorosas que ela prefere não acessar. Mesmo assim, ela ainda se esforça e relata a “*vida sofrida*” que a sua família vivia no campo, especialmente no corte de cana, numa atividade coletiva que envolvia todos da sua casa:

Então, depois disso aí, fiquei só com a minha mãe, com minhas irmãs. A gente fomos trabalhar, né? Mesmo pequena, mesmo criança mesmo, aí minha mãe dividia. Foi eu, mais duas irmãs e um, um [irmão] adotivo, sobrinho de minha mãe, que ele [o pai] criou, né isso? Então, a gente saía, ela dividia, aí deixava um em casa para cuidar da comida e o resto ela levava para cortar cana. (...). Mas naquela época, eu era uma bebê quase, mais eu tinha que trabalhar, cortar cana, ajudar encher o burro pra botar no devio⁶⁹³, entendeu?⁶⁹⁴.

O “bebê”, termo utilizado por dona Maria de Fátima para reforçar uma idade precoce (sete a oito anos) para o desenvolvimento de serviço braçal que exige um demasiado esforço físico e repetitivo, revela-se como uma denúncia. O que parece ser uma narrativa dramática era uma realidade vivida por muitas crianças à sua época⁶⁹⁵. E, por essas dificuldades, cresceu a sua admiração por sua mãe, lembrando que não teve coragem de deixá-la para se casar.

E a gente era quem fazia isso. Porque ele abandonou mamãe, a gente tudo novo. E mamãe teve que fazer isso que era alimentação certa da gente. Aí, a gente, tanto a gente trabalhava nessa parte como a gente vendia leite. (...). Minha mãe tinha duas cestas de leite, de garrafa de leite e a gente botava na cabeça e vendia na comunidade. Isso era para a sobrevivência nossa⁶⁹⁶.

Embora dona Maria de Fátima tenha passado por muitas dificuldades, a sua mãe ainda possuía algumas cabeças de gado bovino, o que ajudava a família na economia doméstica. Ainda que fossem crianças, o trabalho era coletivo e todos tinham que ajudar a sua mãe dentro e fora de casa.

5.2.2 Estudar, porque “quem não sabe ler é cego”⁶⁹⁷

Assim como aconteceu a outras crianças de sua região, durante a infância da senhora Luzia Ferreira, o trabalho lhe roubou o tempo que deveria ser dedicado, exclusivamente, aos

⁶⁹³ Local onde os colmos de cana-de-açúcar eram deixados para serem recolhidos pelo caminhão que transportava a cana até a usina.

⁶⁹⁴ *Idem*.

⁶⁹⁵ Em relação ao trabalho de crianças na zona açucareira, Cf. DOURADO, Ana; DABAT, Christine; ARAÚJO, Teresa Corrêa. Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco. *Op. cit.*, p. 407-436

⁶⁹⁶ ARAÚJO, Maria de Fátima. *Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa. Op. cit.*

⁶⁹⁷ FERREIRA, Luzia Soares. *Entrevista concedida a... Op. cit.*

estudos. Durante os seus primeiros anos frequentou muito pouco a escola porque a responsabilidade lhe pesava nos ombros.

Quando já casada, “comecei [a] estudar, que lá no sítio eu só tinha feito o primeiro ano, que antigamente a gente chamava primeiro ano”. Como lembra a entrevistada, somente muito tempo depois, retomou os seus estudos e esse momento só aconteceu depois do seu casamento, quando foi morar na cidade. Mesmo assim, esse foi um momento muito mais difícil para ela, porque já se encontrava com outras responsabilidades: cuidar da casa e dos filhos, enquanto o seu esposo desempenhava atividades na palha da cana⁶⁹⁸.

De igual forma, muitas outras crianças frequentaram muito pouco a escola, enquanto muitos outros pequenos nunca tiveram nem mesmo essa oportunidade. O Estado, enquanto provedor, não oferecia as mínimas condições de uma educação pública para todos. O trabalho era excessivo e, para as crianças pobres, estudar ficava em último plano.

Também foi assim para o senhor Francisco Nascimento, a quem foi perguntado: “*Como era a infância do senhor? Não teve tempo de brincar, não?*”. Como se a palavra estivesse em riste, respondeu de forma enfática, sem hesitar: “*Não! Nem de estudar! Nem de estudar*”⁶⁹⁹.

De acordo com os dados obtidos, no município de Alagoa Grande, durante o período de 1960 a 1980, o número de pessoas não alfabetizadas era bastante significativo. Em 1960, de um total de 5.035 crianças e adolescentes numa faixa etária entre 5 a 14 anos de idade, 1.527 sabiam ler e escrever e 1.966 estudavam. Portanto, aproximadamente, 30% dessa população não sabiam ler nem escrever, e não frequentavam escola⁷⁰⁰.

Exatamente duas décadas depois, a população total desse mesmo município era de 30.451 habitantes. No entanto, apenas 26,9% dos habitantes eram alfabetizados, numericamente 17.445 pessoas. Aproximadamente, 57,3% da população era considerada “sem instrução”⁷⁰¹.

Em 1964, o município de Alagoa Grande sediava um Centro de Formação e Treinamento de Professores. Naquele ano era formada a terceira turma de professores que atuariam na região do Brejo, embora a própria Secretaria de Educação do Estado, à época, reconhecesse a situação precária da educação como a “falta de carteiras e professoras em algumas escolas urbanas”. Naquela mesma oportunidade, o então secretário da Educação afirmava que a preocupação do Estado estava “visando a solução de problemas ligados ao

⁶⁹⁸ *Idem*.

⁶⁹⁹ NASCIMENTO, Francisco. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. *Op. cit.*

⁷⁰⁰ Análise obtida a partir dos dados coletados pelo IBGE. Cf. IBGE **Censo Demográfico de 1960 – Rio Grande do Norte - Paraíba**. VII Recenseamento Geral do Brasil. Rio de Janeiro, 1960. Vol. I, Tomo V. p. 214-215.

⁷⁰¹ Análise obtida a partir dos dados coletados pelo IBGE. Cf. IBGE. **Censo Demográfico - Paraíba**. IX Recenseamento geral do Brasil – 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1982. Vol. 01, Tomo 04, nº 11. p. 270.

Magistério Primário”⁷⁰².

No entanto, essa oferta de educação pública não objetivava incluir, efetivamente, a população pobre. Em grande medida, apenas as crianças de famílias de elevado e médio poder aquisitivo conseguiam ter acesso à escola. Aquele discurso de caráter autoritário não ensejava empreender uma perspectiva que oportunizasse melhores condições de vida àquelas populações, uma vez que essa voz se alinhava a um contexto mais amplo no qual o discurso do governo federal defendia “que só não estuda[va] quem não quer[ia]”⁷⁰³.

Como é de conhecimento de todos, a educação, à referida época, estava submetida a um pensamento conservador, uma vez que quem determinava o quê e como estudar não eram os profissionais e especialistas da Educação. Esta afirmação pôde ser evidenciada no “Seminário para Definição das Diretrizes Curriculares do Brejo”, ocorrido em Alagoa Grande, no ano de 1978. Este evento tinha “o objetivo geral de promover a participação de alunos e agentes educacionais locais na definição do currículo destinado às escolas da zona rural da região”. O encontro, que reuniu “vinte e quatro supervisores e 76 professores” no Centro de Treinamento daquela cidade, era promovido pelo POLONORDESTE⁷⁰⁴ e pela Secretaria de Educação e Cultura. Dentro dessa capacitação de profissionais, se realizava um seminário para docentes da região do Brejo e de onde saíam supervisores que submeteriam “...a 192 líderes (juízes, padres, delegados, técnicos, vereadores etc.) da região um questionário sobre o que os alunos da zona rural deve[ria]m estudar”⁷⁰⁵.

Nas décadas de 1970 e 1980, a usina Tanques mantinha uma escola destinada aos filhos de trabalhadores rurais e funcionários dessa empresa, e às crianças que habitavam a comunidade denominada Tanques. A então professora das primeiras séries da educação básica, a senhora Maria de Fátima, lembra que, nessa escola, “*tinha uma neta de doutor Agnaldo* [Velooso Borges]

⁷⁰² CJP de Alagoa Grande preparou Nova Turma. **A UNIÃO**. João Pessoa, 13 maio. 1964. Ano LXXI, Nº 113, p. 8

⁷⁰³ Universidade afirma que só não estuda quem não quer. **O NORTE**. João Pessoa, 05 set. 1974. Ano 66, Nº 5.358, p. 8.

⁷⁰⁴ O Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE - foi criado pelo Decreto Nº 74.784, de 30 de Outubro de 1974, com a “finalidade de promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias de áreas prioritárias do Nordeste”. Entre as chamadas “áreas integradas” onde o POLONORDESTE iria atuar, se encontrava a área do Brejo, no estado da Paraíba. Cf. BRASIL. **Decreto Nº 74.784, de 30 de Outubro de 1974**. Dispõe sobre a criação do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE). Brasília: Presidência da República do Brasil, 1974. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74794-30-outubro-1974-423254-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=O%20programa%20de%20Desenvolvimento%20de%20C%81reas%20Integradas%20do%20Nordeste%20ter%C3%A1,I%20%2D%20Cr%241.500>. Em relação às ações deste Programa, Cf. REDWOOD, John; FIORENTINO, Raul. Características e consequências do Polonordeste e análise preliminar das necessidades de capacitação dentro do programa. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, vol. 19, nº 3, p. 509-529, jul/set-1981.

⁷⁰⁵ Seminário inicia em A. Grande. **O NORTE**. João Pessoa, 13 mar. 1978. Ano 70, Nº 419, p. 3.

que ela ensinava de manhã e de tarde, né? É, ensinava pela prefeitura e ensinava por conta da usina”. Ou seja, a professora trabalhava em “um expediente que era pago pela [própria] usina”. E ainda assegura: “eu menina bem pequena eu estudava nessa escola que eu trabalhei”. No ano de 2013 Maria de Fátima ainda lecionava nessa instituição.⁷⁰⁶

Em início da década de 1980, segundo a entrevistada Luzia Soares Ferreira, passou a funcionar “uma escolinha dentro do próprio Sindicato [dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande] de Educação de Jovens e Adultos”, objetivando oportunizar aos seus associados não alfabetizados condições e possibilidades de aprendizagem. E “isso nasceu de uma necessidade que os trabalhadores não sabia[m] ler nem escrever”.

Embora o alto índice de associados não alfabetizados fosse evidente naquele ambiente, isso somente se tornou um problema quando um maior número de mulheres passou a frequentar as reuniões. Se, de princípio, era um problema invisível, posteriormente começou a incomodar a diretoria daquela entidade, conforme afirma a referida entrevistada: “*Todo final de mês a gente fazia uma reunião. Quando se fazia aquela reunião, ninguém sabia [assinar a ata de reunião]. Aí, eu saía com o caderninho assim na mão: ‘assine seu nome’, aí elas dizia: ‘aí, minha filha, eu não sei ler não’, quem não sabe ler é cego*”⁷⁰⁷.

5.2.3 A vida rural: “a luta no campo era pesada”⁷⁰⁸

Como descreve certo intelectual orgânico, o cotidiano da mulher e do homem do campo começava antes de clarear o dia. Quando o sol “se levanta[va] no horizonte, o camponês já está[va] de pé para receber o seu primeiro banho de luz”⁷⁰⁹. A labuta continuava, com alguma interrupção para a realização das refeições e das necessidades fisiológicas e, em alguns casos, os trabalhadores seguiam laborando “às vezes até de noite”. A observação inicial é aqui demonstrada pelas fontes indicadas nas páginas seguintes⁷¹⁰.

As atividades dos trabalhadores rurais que moravam na zona canavieira eram diversas, e isso envolvia o “serviço de limpa, plantio, corte e cambitagem de cana”, além de outras tarefas que não se resumiam apenas à agricultura e pecuária⁷¹¹. Em muitos desses locais, de engenhos a usinas, os serviços perduravam continuamente, toda a semana, envolvendo homens e

⁷⁰⁶ ARAÚJO, Maria de Fátima. **Entrevista concedida a...** *Op. cit.*

⁷⁰⁷ FERREIRA, Luzia Soares. **Entrevista concedida a...** *Op. cit.*

⁷⁰⁸ ALVES, Carmelita da Silva. **Entrevista concedida a...** *Op. cit.*

⁷⁰⁹ JULIÃO, Francisco. **Cambão: a face oculta do Brasil**. Recife: edições Bagaço, 2013. p. 69.

⁷¹⁰ NASCIMENTO, Francisco. **Entrevista concedida a** *Op. cit.*

⁷¹¹ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo N° 200/81**. p. 2.

mulheres da segunda-feira ao sábado. Havia mesmo semanas em que alguns dos trabalhadores desempenhavam atividades para aquelas unidades produtivas nos dias de domingo, a exemplo da usina São João, no município de Santa Rita, onde as máquinas, praticamente, não paravam⁷¹².

O senhor Francisco Nascimento nasceu no ano de 1940 e viveu operando diferentes atividades no campo, toda a sua vida. Além disso, nunca se ausentou por longo período da sua terra natal, o município de Alagoa Grande. A faina no cultivo da cana em engenhos e usinas principiou ainda em sua infância, uma vez que o seu pai e irmãos também sobreviviam do “*trabalho alugado*”. Casou-se ainda jovem e continuou desenvolvendo as mesmas atividades no campo. “*Nós cortava cana! É, cortava cana os cinco dias da semana. Era!* ”. Quando perguntado sobre a lida no corte de cana, ele afirma: “*a gente às vezes cortava cana até de noite... nós trabalhava por produção*”. Ou seja, “*nós cortava cana por carga*”⁷¹³.

Geralmente, os serviços desempenhados na palha da cana eram remunerados por produção. O processo de colheita da cana até chegar à usina envolvia uma grande mão de obra, com atividades específicas e repetitivas. Enquanto alguns trabalhadores permaneciam cortando a cana, retirando a sua palha e amontoando-a em feixes, outros, denominados cambiteiros, se ocupavam continuamente do transporte dessa cana em lombos de burros, até um ponto determinado e conveniente para que o caminhão recolhesse e pudesse levá-la até a usina ou o engenho.

Esse último ponto, chamado de “*devio*” pelos trabalhadores, também ocupava braços de homens para encher o caminhão. Um dos entrevistados explica: “*o devio*” compreendia “*o ponto [em] que você botava a cana no burro, chegava lá você soltava a carga de cana, recebia uma ficha para provar que você botou aquela carga...*”. Dessa maneira, tanto a usina quanto os trabalhadores conseguiam controlar a produção. Esse controle funcionava como um mecanismo de pressão que exigia dos próprios trabalhadores um aumento de sua força de trabalho refletida diretamente no aumento da produtividade. No entanto, “*se você não recebesse a ficha, então você já perdia aquela carga de cana que você botou. Aí, ali ficava aquele monte de cana num canto, né? Aí, o carro pegava*”⁷¹⁴.

Em grande parte das áreas dominadas pelas usinas Tanques, Santa Maria e São Francisco, por exemplo, o terreno bastante acidentado impossibilitava o uso de máquinas. A esse respeito, Maria de Fátima Araújo, observou: “*Hoje tem aquela coisa que você não bota*

⁷¹² Essa informação pode ser confirmada nas folhas de ponto assinadas diariamente pelos trabalhadores daquela usina, por exemplo. Cf. Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo N°.** 1121/86. p. 101-123

⁷¹³ NASCIMENTO, Francisco. **Entrevista concedida a** *Op. cit.*

⁷¹⁴ ARAÚJO, Maria de Fátima. **Entrevista concedida a** *Op. cit.*

*mais no devio mais, entendeu? Você não usa mais o burro. É raro os casos que usa o burro.”*⁷¹⁵. Atualmente, grande parte das etapas são realizadas com o uso de máquinas.

Em relação a atividade de cambitagem, seu Francisco Nascimento rememora: “*Nesse tempo eu nem me lembro quanto era uma carga de cana. (...) A gente cortava cana assim, ói. Quando o cambiteiro*⁷¹⁶ *chegava,... eu ainda me lembro quem era o meu cambiteiro. Meu cambiteiro era Luís Malaquias. Aí todo dia era 34, 36, 34, 36...*” cargas de cana. E complementa, “*todo dia nós cortava [cana] para segurar o cambiteiro. Aí, quando era no fim de semana a gente conta[va] 150, 120, 130 a carga de cana. ... Era a dois mil réis a carga ou... eu sei que era por carga, né? Aí, no fim da semana recebia o dinheiro*”⁷¹⁷. Geralmente no sábado, principal dia de feira na cidade, os trabalhadores se dirigiam até a usina, onde as fichas eram revertidas em dinheiro.

As tarefas mais comuns ao sexo masculino eram as funções que exigiam maior esforço físico. Assim, não era apenas a usina que oferecia serviço, mas, também, senhores de engenho e fazendeiros. Tais atividades não se restringiam ao cultivo e corte da cana de açúcar, mas existiam outras tantas desenvolvidas tanto no manejo com a agricultura como no cuidado com os animais. Dessa maneira, homens e mulheres desempenhavam inúmeros serviços, a exemplo do senhor Damião Alves Jacinto, quando morava na propriedade Rapador, situada no sítio do mesmo nome, município de Alagoa Grande.

Ele laborava nessas terras “limpando mato, plantando capim, fazendo cercas no cercado”, além de “pulverizando formigas [e] limpando cocheiras”. É importante lembrar que os homens e as mulheres “só recebia[m] os dias que trabalhava[m], pois não recebia[m] o domingo”, enquanto dia de descanso⁷¹⁸.

O trabalho por produção realizado nas usinas e engenhos não era uma experiência restrita à zona açucareira paraibana; era comum às regiões canavieiras em outros estados do Nordeste. Também não se dava apenas no corte da cana, mas, do mesmo modo, em outras atividades, como foram as experiências de outras unidades produtivas, a exemplo da usina São João, uma das maiores da Paraíba. Naquele complexo industrial, as atividades desempenhadas pela mão de obra assalariada era sempre à “base de produção, sendo na limpa de mato a unidade

⁷¹⁵ *Idem.*

⁷¹⁶ O termo “cambiteiro” era usado largamente pela gente que labutava na palha da cana. Designa a pessoa que recolhia a cana cortada e dispostas em montes, colocando-a nos cambitos sobrepostos no lombo de um animal, para que fosse levada até o engenho ou até um determinado ponto de onde era transportada até a usina, por meio de um caminhão e/ou outro meio de transporte.

⁷¹⁷ NASCIMENTO, Francisco. **Entrevista concedida a ...** *Op. cit.*

⁷¹⁸ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo Nº B-608/82.** p. 07 e 09

de produção uma ‘conta’ a CR\$-5,50 e no serviço de cambito de cana o transporte de uma carga a CR\$-0,22”⁷¹⁹.

No engenho Vaca Brava, situado no município de Areia, a poucos quilômetros de Alagoa Grande, funcionava o fabrico de rapadura que envolvia o emprego de um número considerável de pessoas no desempenho de diferentes tarefas, durante o processo produtivo. Para o senhor Jayme dos Santos, ali a labuta era bastante pesada, uma vez que o seu serviço “era permanente e não havia hora para iniciar o trabalho e podia fazer isso em qualquer momento e ele depoente já teve trabalho iniciado até 1 [uma] hora da manhã”. Ainda nessas atividades, muitas vezes, os trabalhadores “não tinha[m] direito à alimentação nem [à] dormida [e] nem [à] habitação”, consistindo nisso uma exploração exorbitante de mão de obra⁷²⁰.

Geralmente, nessas unidades industriais, a faina era realizada por grupos de pessoas. Denominado de “turma”, cada grupo desses desenvolvia uma função específica. Por exemplo, tinham “[alg]umas [pessoas] que trabalha[vam] no melaço e outras que trabalha[vam] no esmagamento da cana[-de-açúcar]”⁷²¹.

Muitas vezes, esses atores sociais nem sempre ocupavam uma única atividade. Geralmente, eles “não tinham [uma] função específica [e] faziam o que o reclamado mandasse fazer” em sua propriedade⁷²². No Engenho Pedra D’Água, por exemplo, o senhor Vicente Primiano dos Santos, além de laborar no corte da cana, tinha que, igualmente, lidar com outros serviços. Além disso, ele “trabalha[va] cortando lenha, vira[ndo] o motor da casa de farinha, trata[ndo] da mandioca, vende[ndo] farinha”⁷²³. Contudo, todas as suas responsabilidades não se resumiam a isso, uma vez que ele tinha que desenvolver qualquer atividade que exigisse esforço físico em todo o engenho, daí porque “botava fogo na fornalha [do engenho], tratava de gado” e realizava outras tarefas durante o dia. Com tudo isso, praticamente não lhe sobrava tempo para tratar de seu próprio “roçado”⁷²⁴.

A entrevistada Luzia Ferreira observa que o processo de laboração nos canaviais envolvia tarefas diversas que demandavam um esforço físico incomum, consistindo numa lida árdua e penosa. O seu esposo laborou durante muito tempo no cultivo e no corte da cana-de-açúcar. Segundo ela, “...saía de seis e meia, de seis e meia eles tinham que pegar no oito, ...no

⁷¹⁹ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo Nº 157/74**, p. 36. Em relação ao trabalho por produção, ver, também: Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo Nº 252/74**, p. 59; **Processo Nº. 86, 85 e 123/75**, p. 70; **Processo Nº. 232/77**, p. 3.

⁷²⁰ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo Nº.439/63**, p. 13.

⁷²¹ *Idem* p. 14.

⁷²² Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo Nº. 377-378/69**, p. 13.

⁷²³ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo Nº.1036/82**, p. 9.

⁷²⁴ *Idem*, p. 12.

corte-de-cana. Poderia ser de sete horas, mais tinha que sair de casa mais cedo para chegar na hora certa lá, né? ”⁷²⁵.

Quando o canavial era localizado distante da residência do canavieiro, o cansaço era excessivo e isso porque se exigia um empenho ainda maior, como ter que acordar mais cedo, para compensar o deslocamento obrigatório diariamente entre a casa e o local de trabalho, repetindo o mesmo itinerário no final do dia, durante a sua volta. Além disso, nem todos os empregados podiam escolher como fazer as refeições; apenas em alguns casos se tinha tal escolha, ou: *“voltava de onze [11:00 horas] para almoçar ou levava boia-fria. Era mais boia-fria”*⁷²⁶.

Conta seu Francisco Nascimento que *“o corte de cana era no tempo de verão. No tempo de verão começava o corte de cana. Em setembro, ... começava em agosto..., aí passava agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro, janeiro [e no mês de] fevereiro terminava as canas”*. Logo em seguida ao término da colheita, tinha início um novo processo da cultura da cana-de-açúcar. Assim, no mês seguinte *“já ia limpar, já ia cuidar em limpar. Pegava o inverno, nós já ia cavar cana para plantar. Era assim, nunca faltava [trabalho]”*⁷²⁷.

De modo geral, o período da safra da cana-de-açúcar era a fase em que os engenhos ocupavam extensivamente os seus moradores. No entanto, *“quando não há[via] safra no engenho os trabalhadores faz[iam] serviço na agricultura, na enxada ou foice”*. Dessa maneira, não tendo serviço *“os trabalhadores pode[ria]m ir a feira, aos sábados, mas, acontec[ia] que as vezes não”* podiam se deslocar até à cidade, exatamente *“quando há[via] muito] serviço”*, uma vez que a cana-de-açúcar tem o seu próprio tempo de corte⁷²⁸.

No engenho Bonito, no vizinho município de Alagoa Nova, os trabalhadores eram obrigados a trabalhar seis dias da semana, durante o período de estiagem, e *“apenas 04 (quatro) nos meses de inverno, [ou] seja nos meses de abril, maio e junho, quando dedicava dois dias por semana ao cultivo de roça localizada nas imediações de sua casa e em terras”* do senhor de engenho. Esse era o momento em que o corte de cana cessava e iniciava um novo ciclo, a preparação do terreno e o plantio da cana⁷²⁹. Assim, os moradores tinham mais dois dias durante os três meses, para plantarem os seus próprios roçados, dedicando-se mais à plantação de subsistência e ao cultivo no seu sítio em terras do proprietário. De modo semelhante, sucede ao senhor Augusto Freire da Silva que, há vinte e seis anos, trabalhava no engenho Bonito, em um

⁷²⁵ FERREIRA, Luzia Soares. **Entrevista concedida a...** *Op. cit.*

⁷²⁶ *Idem.*

⁷²⁷ NASCIMENTO, Francisco. **Entrevista concedida a...** *Op. cit.*

⁷²⁸ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo Nº.** 439/63. p. 15.

⁷²⁹ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo Nº.** B-109/82. p. 26.

duro cotidiano de mais de nove horas de serviço⁷³⁰. Nesse mesmo engenho, de igual modo, João Freire da Silva desempenhava os seus serviços, cumprindo a mesma jornada de trabalho “das 6.00 da manhã as 11.00 e das 12.30 as 16.30” horas da tarde⁷³¹.

De modo geral, as diversas atividades executadas nos engenhos ocupavam a gente do campo de cinco a sete dias da semana. Normalmente, os homens e mulheres do campo que principiavam as suas ocupações laborais “ao nascer do sol”, de modo compulsório, somente “deixavam de trabalhar ao pôr do sol”⁷³². Em outros engenhos, homens e mulheres iniciavam as suas atividades às seis da manhã e prolongavam-se até às dezessete horas, com intervalo para o almoço⁷³³. Embora haja narrativas segundo as quais esses atores do campo tinham momentos de descanso, para muitos não havia esse respeito à legislação trabalhista, pois os seus patrões os ocupavam de tal modo, que a jornada se tornava exaustiva, “não deixando para o rurícola um momento de folga”⁷³⁴. E isso porque laboravam “de 6,00 às 11,00 horas e... assim que terminava de almoçar reiniciava os seus trabalhos até às 18,00 horas”⁷³⁵.

Como os serviços no mundo rural eram diversos, se estendiam aos finais de semana e feriados, daí seus realizadores terem pouco tempo de descanso e lazer. Na Fazenda Bondó, no município de Areia, o senhor Martins Severino da Silva ocupava oficialmente “o cargo de tratorista”, porém, começou a laborar nesta fazenda “com [a] idade de 16 anos..., trabalhando de enxada”. Ele “não tinha hora certa determinada para iniciar ou terminar o serviço”. Na verdade, o proprietário da fazenda “nunca marcou o horário de trabalho”. No entanto, laborava todos os dias da semana, inclusive “aos sábados, domingos e feriados” e, além disso, “muitas vezes à noite”. Durante uma determinada época, “ia buscar o capim à noite para plantar no dia seguinte”. Nessa rotina, ele “passou quase um ano trabalhando à noite” para o seu patrão⁷³⁶.

Evidentemente, a lida era pesada não somente no campo, na “labuta do corte da cana-de-açúcar, mas, da mesma forma, nas unidades produtivas onde acontecia o processo de transformação da matéria-prima na fabricação da rapadura, da cachaça, do açúcar etc. Na usina, por exemplo, as atividades laborais eram estafantes e o salário era uma “mixaria”. O senhor Zeca Nogueira, empregado da usina Tanques, ao ser entrevistado nas ruínas daquela usina, em

⁷³⁰ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo** Nº. B-104/82. p. 02

⁷³¹ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo** Nº. B-106/82. p. 14.

⁷³² Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo** Nº 377 e 378/69. p. 13.

⁷³³ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo** Nº 200/81, p. 17.

⁷³⁴ *Idem*. p. 22.

⁷³⁵ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processos** Nº 377 e 378/69. p. 11.

⁷³⁶ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo** Nº. B-1.087/84 p. 09 e 10.

2015, reclama: “*aí dentro era trabalho! Do sábado para o domingo eu trabalhava sem largar... Essa caldeira aí eu ganhava 30 contos, três notas de dez... para fazer a feira para quatorze filhos que tenho em casa agora e num dava o dinheiro*”. O fato é que “*quando era na quinta-feira estava tudo morrendo de fome. Aguinaldo Borges era o chefe, a gente era humilhado, né? E brabo, brabo, que o caba não podia falar nada...*”⁷³⁷.

Assim como nos canaviais, algumas atividades que se operavam no interior da usina também envolviam condições insalubres. Da mesma maneira, existiam aquelas que pareciam mais fatigantes porque exigiam uma longa jornada de esforço contínuo e ininterrupto. Essas eram as condições de trabalho a que eram submetidos homens e mulheres, a exemplo do senhor José da Silva Nascimento de Matos. Ele prestava serviço na usina Tanques, como “folguista” da caldeira durante toda a semana, num período de doze horas diárias, das “12:00 às 24:00 hs, na época da moagem, uma semana e na outra de 24:00 às 12:00” horas do dia seguinte. Mas a safra durava, em média “seis ou sete meses”. No entanto, terminado aquele período, José Matos era transferido para outras funções, como a “limpa de cana”. Nesse serviço, o regime e o horário de trabalho eram diferentes, pois “fora da safra o horário era de 6:00 às 17:00 com direito a uma hora para o almoço”. Dessa maneira, ele “trabalhava o ano todo, não só o período de safra”, mas, também, durante a entressafra. Suas atividades nessa indústria tiveram início no ano de 1969⁷³⁸.

No entanto, o senhor José Matos não foi o único personagem dessa história a ser obrigado a desenvolver uma imoderada jornada de trabalho naquele ambiente. Experiência semelhante teve o senhor Manoel Celestino que, sentindo-se explorado e despojado de certos direitos, investiu de uma reclamação na Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande e, em seu processo trabalhista, se queixava do tratamento a ele reservado dentro daquela indústria. O fato é “que quando terminava a safra a [usina] rec[lamada] mandava ele [...] embora mais o gerente mandava[-o]” ao campo para desenvolver outras atividades. Geralmente, ele permanecia empregado na usina, mas desta vez passava a realizar outras tarefas, como a limpa da cana-de-açúcar. Ali, ele se ocupava o dia todo, das “6:00 às 11:00 e [de] 12[:00] às 17:00” horas. No interior da indústria, a sua função exigia muito esforço e atenção. Ali, ele exercia o cargo de “folguista na caldeira” durante toda “a semana das 12:00 às 24:00 horas e outra semana das 24:00 às 12:00 [horas] do dia seguinte”⁷³⁹.

⁷³⁷ NOS CAMINHOS de Margarida. Direção: Barack Fernandes. Brasil: CONTAG, 2017. 1 Vídeo (30 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sjxruyZt-eM>. Acesso em: 29 jan. 2019.

⁷³⁸ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo Nº.** 1556/83. p. 12.

⁷³⁹ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo Nº.** 1555/83, p. 15-16.

As evidências das práticas de exploração da força de trabalho da gente pobre são diversas e comuns às diferentes unidades produtivas, fossem em usinas, engenhos ou simplesmente fazendas. No vizinho município de Alagoa Nova, por exemplo, José de Andrade e o seu filho, Juvenal de Andrade, desempenhavam um mister de várias ocupações na propriedade Santo Antônio, pois “não tinham uma função específica [e] faziam o que o reclamado mandasse fazer”. Há mais de duas décadas morando e ofertando a sua mão de obra ao proprietário daquelas terras, o senhor Olegário Fernandes, seu José de Andrade sobrevivia “limpando mato”, “plantando bananeiras” e “tratava de animais”, além de realizar seguidamente tantos outros afazeres. Eles “trabalhavam toda a semana” e “todos os dias[,] inclusive aos domingos”, numa extensa e exaustiva jornada de trabalho “de 6,00 às 11,00 horas e... assim que terminava de almoçar reiniciava os seus trabalhos até às 18,00 horas”⁷⁴⁰.

Apesar da legislação trabalhista em vigor, à época, a jornada de trabalho de dez horas ou mais, com intervalo de uma hora para o almoço, era comum em várias outras áreas da zona canavieira da Paraíba. Foi esse o caso de Josué Campina da Silva, que era domiciliado e laborava na propriedade Jacu, em Cuité de Mamanguape, à época distrito do município de Mamanguape. De acordo com o processo, esse empregado “exercia a sua função, na limpa e corte de cana, [a] fazer cerca [e] arrancar árvores, tocos, e ainda [na dura faina da] plantação de milho e feijão”, desenvolvendo estas atividades desde o ano de 1968⁷⁴¹. Nessa mesma propriedade, similarmente laborava José Miguel da Silva. Em suas atividades, este último “executava trabalhos de limpa, corte, plantio, e adubação da cana-de-açúcar, além de fazer cercas, arrancar arvores, plantações de milho, feijão, isto diariamente de segunda a sexta[-feira], no horário das 07:00 às 11:00 horas e das 12:00 às 17:00 horas”⁷⁴². Do mesmo modo, ali era empregado Miguel Francisco da Silva, que “exercia a sua função, com o preparo para a ração de gado, ar[r]ancamento de tocos, fazia valeta para a plantação de capim, e cana”. Por essa função, ele “recebia a quantia de Cr\$ 5.000 (Cinco Mil Cruzeiros) por dia”⁷⁴³.

De modo semelhante, na Fazenda Açude do Mato, no município de Sapé, para homens e mulheres que laboravam havia exploração de trabalho. Ali, o senhor Severino Pedro da Silva prestava “serviços de natureza rural, não eventual, cortando cana, limpando mato e plantando nos canaviais da reclamada, sob as suas ordens e determinações e de seus prepostos, laborando de 06:30 às 16:30 horas com intervalo de 30 (trinta) minutos para o almoço”. Os serviços eram

⁷⁴⁰ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo Nº.** 377-378/69. p. 13 e 14.

⁷⁴¹ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo Nº.** 55/86, p. 03.

⁷⁴² Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo Nº.** 56/86, p. 14.

⁷⁴³ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo Nº.** 57/86, p. 03.

executados “de segunda a sexta-feira, percebendo salário por produção, na base de Cr\$ 26.000,00 (vinte e seis mil cruzeiros) por semana”⁷⁴⁴.

A pluralidade de tarefas que poderiam ser executadas no mundo rural ocupava homens, mulheres, adolescentes e crianças os sete dias da semana, como era a lida com a criação de animais que necessitavam de cuidados diários e com as atividades domésticas. Dessa maneira, para muitos, finais de semana e feriados nem sempre significava descanso e/ou lazer.

Como nas regiões canavieiras de outros estados, igualmente nos campos da palha da cana na Paraíba, era comum a prática do que podemos chamar de sobretrabalho. Como define Marx, “o capital não inventou o mais-trabalho”. Assim, ele não é uma realização exclusiva dos “tempos modernos”, mas, quase sempre, se fez presente na fabricação do açúcar, por exemplo. Nas usinas e engenhos, “o sobretrabalho” realizado por homens e mulheres que atuavam no labor da palha da cana, cotidianamente, era um padrão que escondia o que seria “o trabalho necessário”⁷⁴⁵. Obviamente, alguns trabalhadores e trabalhadoras realizavam as suas próprias análises, e a exploração ilegal do trabalho somente era encampada pelas frentes sindicais.

Algumas obrigações do mundo rural exigiam a presença do empregado “dia e noite, ininterruptamente”. Assim, muitas mulheres e homens, além de executarem funções em dias úteis da semana, também “trabalhava[m] aos sábados, domingos e feriados”, para os seus patrões, por décadas, numa relação de trabalho que ia de encontro àquela estabelecida pela legislação trabalhista, mas que, infelizmente, não tinha a vigilância da justiça do trabalho⁷⁴⁶. Não obstante, muitos empregadores não viam nestas o emprego de uma força de trabalho humana, que necessitava, por direito, de remuneração. Portanto, nesse sentido, os empregados eram tratados dentro de uma relação de hierarquia em que sobreviviam elementos do modo de produção escravista. Outrossim, numa sociedade moldada por hierarquias, essa relação desigual não tinha (e ainda não tem!) visibilidade no meio social enquanto relação desigual, não obstante os próprios trabalhadores percebam muito bem o lugar de desvantagem em que sempre se encontram no interior dessas relações.

Se, em alguns lugares, como usinas e grandes engenhos que empregavam um considerável número de empregados, havia alguma vigilância por parte das entidades sindicais e/ou por parte do próprio Estado, nos pequenos engenhos, fazendas e propriedades, esse controle praticamente nunca acontecia. Dessa maneira, nessas pequenas unidades produtivas,

⁷⁴⁴ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo** Nº. 3.130/85, p. 12.

⁷⁴⁵ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial. p. 394-396.

⁷⁴⁶ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo** Nº. B-1.087/84, p. 02 e 10, respectivamente.

ficava difícil algum esforço em torno de cobranças de efetivação de direitos trabalhistas e a promoção de alguma resistência pública às práticas de exploração realizadas pela maioria dos proprietários de terras.

Além de tudo isso, não bastasse a longa e estafante jornada de trabalho, muitas vezes, os valores atribuídos ao dia trabalhado eram desproporcionais àqueles estabelecidos pelo próprio mercado. No município de Alagoa Nova, por exemplo, os senhores José de Andrade e o seu filho, Juvenal de Andrade, desenvolviam seus encargos na propriedade Santo Antônio, ganhando “NCr\$-0,50 por dia”. No entanto, havia “vizinho que paga[va] até NCr\$-1,00 por dia [...] [aos] seus moradores”, mas José de Andrade e Juvenal “se sujeitava[m] a receber NCr\$-0,50 do reclamado porque trabalhava[m] na propriedade do mesmo”⁷⁴⁷.

Esse era um problema entre vários que podiam ser encontrados nas relações trabalhistas, em áreas dominadas pela zona canavieira. Outro problema comum, por exemplo, eram as condições de trabalho a que estavam submetidos homens e mulheres do campo. Essa situação pode ser ilustrada por um caso constatado na usina Tanques. Além de laborar diária e ininterruptamente durante 12 horas, o senhor Manoel Celestino também trabalhava aos domingos, na usina Tanques, e permanecia em torno de, aproximadamente, dez horas a “limpar as cinzas da caldeira”, das “7:00 às 17:00 horas”, pausando, provavelmente, algum tempo para as refeições. Além de permanecer em um ambiente parcialmente fechado e com pouca circulação de ar, o trabalhador era exposto à poeira das cinzas daquele ambiente, o que o obrigava a respirar um ar totalmente constituído de impurezas. Tratava-se, na verdade, de uma desagradável e estafante tarefa que comprometia a saúde daquele trabalhador. Desse modo, Manoel Celestino não usufruía, nem mesmo, de um dia de repouso porque “trabalhava todos os dias da semana inclusive aos domingos”. Além de tudo isso, as horas extras cumpridas pelo empregado não eram reconhecidas pelo empregador e, portanto, não eram remuneradas⁷⁴⁸. Tal situação se consubstanciava, portanto, em um grande prejuízo para aquele empregado, física e mentalmente.

A verdade é que as precárias condições de trabalho nos engenhos e usinas não eram uma particularidade exclusiva da região do Brejo. Na Zona da Mata, esse problema também era presente, como a falta de água potável para os cortadores de cana, por exemplo. Esse fato pode ilustrado pelo inusitado caso do cambiteiro José Rangel da Silva, que era empregado da usina

⁷⁴⁷ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo** Nº. 377-378/69. p. 12.

⁷⁴⁸ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo** Nº. 1555/83. p. 15-16.

São João, em Santa Rita. Ocorreu que, “em virtude de ter se afastado, por alguns instantes, do trabalho de cambito de cana para ir tomar água no rio Paraíba”, o empregado foi despedido⁷⁴⁹.

Enquanto se esperava que os fins de semana representassem um momento de repouso para o reestabelecimento das suas forças, roubadas nas longas e fatigantes jornadas de trabalho durante toda a semana, na verdade, para muitos homens e mulheres do campo, praticamente não havia descanso. De modo geral, “aos domingos faziam qualquer coisa que o patrão mandasse” realizar em sua propriedade e, também, “tratavam de animal durante todo o dia”. Além disso, durante o final de semana, viviam “fazendo mandados” do patrão. Na realidade, essa gente campestre vivia sob pressão contínua e em um clima de ameaça constante por parte do proprietário de terra, e isso por algumas razões. Em primeiro lugar, sentiam-se em estado de certo aprisionamento, porque somente podiam trabalhar em terras do patrão, pois que “não tinham liberdade [alguma] de procurarem outro trabalho” em outras fazendas ou engenhos. Em segundo lugar, a sua família vivia em completa vulnerabilidade, uma vez que “não iam trabalhar aos vizinhos porque eram sujeitos ao [seu] patrão”. No entanto, se, por acaso, “fossem trabalhar para outros, o reclamado pediria as casas”. Portanto, aqui reside uma consequência maior: o temor de que a sua família sofresse o abandono do lar, do aconchego e sossego que uma residência fixa lhe permitisse, por mais simples que fosse⁷⁵⁰.

A sujeição e submissão ao patrão eram uma condição humilhante que custava muito caro ao trabalhador e, conseqüentemente, à sua família. Como já dito acima, se tratava de uma relação desigual de forças que colocava a gente pobre do campo em uma posição de completa desvantagem em todos os sentidos. Como o exemplo acima, de igual forma, o senhor Jayme dos Santos não tinha um horário laboral estabelecido. Ele “trabalha[va] todos os dias” para o senhor de engenho e “não havia horário certo”. Ele, na verdade, “atendia ordem” do seu senhor “a qualquer momento”⁷⁵¹.

Essa relação de dominação parecia bastante comum nas áreas rurais da zona canavieira. Eram experiências que guardavam, em si, diferentes aspectos das relações de dominação, semelhantes aos encontrados no modo de produção escravista. Trata-se de um *modus vivendi* no qual sobrevivem práticas de exploração de trabalho, submissão, dominação, violência simbólica etc, tão arraigadas e imbricadas entre si, mas que reproduzidas, vistas e aceitas por

⁷⁴⁹ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo** Nº 157/74, p. 35.

⁷⁵⁰ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo** Nº 377 e 378/69, p. 13-14.

⁷⁵¹ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo** Nº 439/63, p. 14.

grande parte da sociedade como natural⁷⁵². Na compreensão da classe agrária, esses vícios danosos à classe trabalhadora, nas relações de trabalho, eram necessários para manter a relação de dominação. Na compreensão da classe jurídica da justiça do trabalho, fica aparente a realidade de que “o reclamante era o ‘faz tudo’ o ‘quebra galho’ este tipo tão pouco valorizado, mas de tanta utilidade em sua propriedade. Era o ‘pau para toda obra’ ”⁷⁵³.

Nessa relação de dominação e suposta obediência total, os moradores viviam um mister de medo, angústia e revolta. E, assim, sobreviviam na dureza da labuta, mas, quando a cana avançava sobre a sua casa, aumentava as tensões e, muitas vezes, eram obrigados a sair da casa. O senhor Francisco Nascimento lembra que o senhor de engenho, Lino Miranda, desejando expandir a área de plantação de cana-de-açúcar em suas terras, tentou, algumas vezes, expulsá-lo da sua morada, destruindo todo o seu sítio. Após entrar com uma denúncia no STR de Alagoa Grande e um processo trabalhista na JCJ de Campina Grande contra um senhor de engenho, ali “*não tive mais serviço não*”. Ele teve que procurar outros engenhos e usinas para conseguir emprego. Sem serviço naquele engenho “*fui trabalhar na [usina] Santa Maria [no vizinho município de Areia] pra arrumar a feira*”. Embora Francisco Nascimento tivesse que se ausentar de sua casa durante alguns dias da semana, por conta da relativa distância e a subida da serra da Borborema, se sentia tranquilo. Assegura ele, “*lá eu arrumava a feira direito. Tinha criação em casa. A mulher não precisava nem matar alguma criação que o dinheiro que eu ganhava lá dava para fazer a feira e o alimento*”⁷⁵⁴.

Outro exemplo semelhante, em Alagoa Grande, foi o do senhor Damião Alves Jacinto, morador da propriedade Rapador. Apesar de todo o seu esforço para empreender as atividades que exercia naquela propriedade, onde também morava com a sua família, não demorou muito para que fosse expulso. O proprietário, não se satisfazendo com os seus serviços, pediu “que desocupasse a propriedade, [e em seguida] logo foi demitido”, juntamente com o filho que lhe fazia companhia nos afazeres cotidiano da fazenda⁷⁵⁵.

Esta situação do trabalhador rural era comum, principalmente, em municípios onde a plantação da cana-de-açúcar foi ampliada de forma contínua e onde predominava a concentração de terras nas mãos do latifúndio. Com o aumento considerável dessa expansão e a ampliação dos domínios da zona açucareira, muitas famílias de moradores foram despejadas

⁷⁵² BOURDIEU, Pierre. Modos de dominação. In: **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. 3 ed. Tradução de Maria da Graça Jacinto Setton. Porto Alegre, RS: Zouk, 2008. p. 207.

⁷⁵³ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo Nº**. 1191/75, p. 70.

⁷⁵⁴ NASCIMENTO, Francisco. **Entrevista concedida a** Op. cit.

⁷⁵⁵ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo Nº** B-608/82, pp. 07 e 09.

de suas casas⁷⁵⁶. Como já lembrado acima, em outro momento, sem casa e sem terras para trabalhar, essas populações migravam para os centros urbanos, encontrando refúgio nas periferias. A pobreza se aprofundou ainda mais nestas áreas. Nessa situação, alguns trabalhadores recorreram às entidades sindicais e outros órgãos, no sentido de poderem ser ajudados de alguma forma. Das diferentes manifestações, uma permite que se pense melhor sobre as condições de vida e de trabalho dessa massa campesina. É uma amostra inusitada a carta - já citada no início deste capítulo - que um trabalhador rural, morando “nas ruas pobres de Guarabira” e sofrendo essas transformações sociais, resolveu escrever ao Presidente da República, Ernesto Geisel, em dezembro de 1977, em nome de todos os moradores de engenho expulsos de suas terras de toda a região de Guarabira, solicitando socorro àquela autoridade. Reclama aquele trabalhador na carta que “...nós trabalhamos de propriedade em propriedade e sempre acabamos sendo despachados”. Não há dúvida que essa população vivia “trabalhando sempre alugado e vivendo sempre nesse aperreio de vida sem recurso nenhum”⁷⁵⁷.

Alguns meses depois do ano seguinte, o deputado paraibano Octacílio Queiroz se pronunciou na câmara dos deputados, lendo aquela carta na íntegra e colocando na ordem do dia as manifestações de populações do campo, também, em áreas da Zona da Mata. O discurso desse parlamentar investia-se de um tom incisivo, denunciando veementemente a situação da classe trabalhadora rural no seu Estado e cobrando do governo federal alguma diligência em favor daquela gente. Em junho de 1978, a imprensa oficial do Estado publicou em uma de suas páginas, além da missiva, o referido pronunciamento:

Cada vez mais se vai tornando altamente grave e sem solução alguma, de parte do Governo da República, a situação de milhares de trabalhadores rurais, notadamente no Nordeste, expulsos por proprietários de terra, constituindo-se, por isso, um sem-número de seres humanos marginalizados juntos aos centros urbanos menores ou maiores deste país. (...).

Sabemos que naquelas áreas, notadamente onde há anos havia na Paraíba, as ligas camponesas, violentamente dissolvidas por entender-se que se constituíam em perigosos núcleos, de agitação social, milhares de camponeses foram procurar abrigos – o mais precário dos abrigos – à periferia de cidade[s]... Ali, pessimamente fixados, assistiram e assistem, na continuidade destes dias, ao fluxo constante de maiores e novas levas de trabalhadores agrícolas egressos do campo, inaugurada que foi ali a política de usineiros e grandes proprietários, no sentido de um desenvolvimento agrícola monocultural e de uma pecuária violentadora de seu status, impiedosa e avassaladora. Uma desgraçada política desenvolvimentista sob o amparo de vultosos créditos, através da SUDENE, órgão que, por infeliz orientação, acabou por se tornar ali, solidário e correspondente aos desígnios desse novo

⁷⁵⁶ Em relação aos processos e lutas pela terra no Estado da Paraíba, Cf. MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997. v. 1 e 2.

⁷⁵⁷ Octacílio Queiroz denuncia situação do trabalhador rural no Estado da Paraíba. **O NORTE**. João Pessoa, 26 jun. 1978. Ano 70, Nº 520, p. 5.

imperialismo local e telúrico, de grande proprietários indiferentes as dolorosas condições de subumanidade de abandono a que seriam atirados os seus trabalhadores⁷⁵⁸.

Nesse sistema, aos mesmos corpos que se tornaram indispensáveis à produção do açúcar e da carne era negado o direito de consumir aquilo que eles produziam com as suas próprias mãos. Na verdade, “o açúcar de cana e a carne é[ra] para vender no estrangeiro e o dinheiro dessa venda fica com os capitalistas, porque o trabalhador nunca vê o resultado desse dinheiro”⁷⁵⁹. Enquanto a essa gente pobre sobravam o cansaço e as dores do trabalho excessivo, na “casa-grande” rendiam e se avolumavam os lucros com a exportação do açúcar e da carne.

Não parecia que aquele ano marcava noventa anos do fim da escravidão, dada a realidade de profunda desigualdade social. Na verdade, nessas relações de trabalho desiguais, evidenciava-se uma grande exploração de mão de obra no campo, uma vez que “os trabalhadores trabalham muito, mas têm que fazer o que os poderosos querem, os trabalhadores têm é que plantar e cortar cana e cortar capim que é um trabalho sem futuro para o povo... Isto porque a cana e o gado só dão futuro para os capitalistas...”⁷⁶⁰.

Esse argumento se complementa com o que esses mesmos personagens defendiam ao apresentarem a solução mais conveniente para todos, o que, evidentemente, contrariava os interesses das elites agrárias:

O agricultor lucra mais trabalhando no seu roçado do que trabalhando como alugado aos grandes proprietários. Além disso, os lavradores que trabalham no seu próprio roçado têm mais liberdade. Mas os grandes proprietários não querem saber disso. Eles querem que o trabalhador se sujeite, derramando suor, plantando capim; ganhando muito pouco, para que o lucro dos capitalistas cresça cada vez mais. O capitalista é rico porque explora, o trabalhador⁷⁶¹.

O reconhecimento da existência de uma exploração fica muito claro no discurso do trabalhador, no qual a população camponesa sentia-se vitimada, despojada de suas terras, desapoderada do direito de trabalhá-las livremente. Porque era nelas, já há bastante tempo, que aqueles homens e mulheres cultivavam a sua sobrevivência, nelas construíram expectativas, sonhos, desejos, ou seja, delas e nelas sobreviviam.

5.2.4 A trabalhadora rural: a presença da mulher na zona canavieira

⁷⁵⁸ *Ibidem.*

⁷⁵⁹ *Ibidem.*

⁷⁶⁰ *Ibidem.*

⁷⁶¹ *Ibidem.*

Pensar o papel das mulheres no campo e, especificamente, na zona canavieira, exige, de certo modo, mesmo que brevemente e correndo o risco de generalizações, que se faça uma reflexão em torno de alguns estudos teóricos e pesquisas que permitam uma discussão consistente, fazendo ressurgir, no cotidiano do mundo rural, os agentes históricos evocados. Dito isto, é importante lembrar que a história das mulheres⁷⁶² tem, de certa maneira, suas origens no movimento internacional do feminismo dos anos de 1960, que pretendia alguma mudança social e que “assumiu e criou uma identidade coletiva de mulheres, indivíduos do sexo feminino com um interesse compartilhado no fim da subordinação, da invisibilidade e da impotência, criando igualdade e ganhando um controle sobre seus corpos e sobre suas vidas”⁷⁶³. No entanto, vale ressaltar que a luta por direitos políticos e sociais, por parte das próprias mulheres, principia muito antes daquela data⁷⁶⁴.

Se a escrita da história tinha um único sexo, o fluxo de vozes femininas que se levantaram permitiu que historiadoras investissem em uma reescrita do passado, dentro de um contexto de transformações sociais e culturais por que passou e ainda passa o país. Nesse movimento de mudanças, nas últimas décadas a historiografia brasileira vem abrindo, cada vez mais, espaço para essa nova personagem, reinaugurando uma discussão no âmbito mais específico da história social do trabalho. Dentro dessa proposta, um desdobramento vem ampliando as perspectivas historiográficas e locupletando, ainda mais, as pesquisas que se estabelecem na perspectiva de gênero⁷⁶⁵. Retirada de um profundo silêncio historiográfico, deslocada do campo marginal, a mulher do campo move a história, por meio de diferentes

⁷⁶² Sobre estudos que tratam da história das mulheres, Cf. PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. Cf. também: DAVIS, Natalie Zemon. **Nas Margens**: três mulheres do século XVII. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Em relação aos estudos de gênero, Cf. SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p. 5. Sobre a história das mulheres no Brasil: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004. Sobre a presença da mulher nos mundos do trabalho, Cf.: SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

⁷⁶³ SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. 7 reim. São Paulo: Editora UNESP, 1992. pp. 67-68. Em relação à discussão teórica sobre a mulher como objeto de estudo, Cf. SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, p. 399-429.

⁷⁶⁴ PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e Especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da cidadania**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 265-309. Cf. também: MORAES, Maria Lygia Quartim. Cidadania no feminino. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da cidadania**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 495-515.

⁷⁶⁵ A historiadora norte-americana Joan Wallach Scott tem sido uma das estudiosas sobre Gênero, no campo historiográfico, mais requisitada em pesquisas no Brasil. SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Cadernos de História**, vol. 11, nº 11, Recife, 2016, p. 9-39. Sobre novas influências de estudo de Gênero: BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

pesquisas.

Não é que se deseje fazer aqui uma história das mulheres do campo, mas apenas abrir uma discussão sucinta sobre a presença da mão de obra feminina nos campos dominados pela palha da cana e o importante papel feminino numa luta pela resistência à exploração. Negar esse espaço, na escrita da história, seria, na verdade, deixar de perceber as mulheres enquanto agentes da história. Deslocando uma reflexão da historiadora Natalie Zemon Davis, ao biografar a vida de Marie de l'Incarnation e analisar as suas narrativas na Quebec do século XVII, deixar de falar do cotidiano feminino e do seu trabalho no “roçado” ou no espaço doméstico também seria compreender que “sua expressão e sua sensibilidade fossem estáticas”, incapazes de perceber muito além do que as convenções sociais lhes ofereciam e/ou lhes proibiam⁷⁶⁶.

Em alguns estados do Nordeste, diferentes pesquisas revelam a dura realidade da trabalhadora na palha da cana, ao exercer uma função reservada ao corpo viril e, portanto, inadequada ao “sexo frágil”, eis a perversa ideia empreendida pelo discurso ocidental⁷⁶⁷. Na Paraíba, são diversas as pesquisas com discussões sobre o papel da mulher no mundo rural⁷⁶⁸. Em outros estados, as experiências femininas, nos espaços da zona canavieira, se desenham com aspectos semelhantes⁷⁶⁹.

Em estudo realizado na década de 1980, sobre as trabalhadoras rurais no Brejo paraibano, a pesquisadora Maria Ignez Paulilo constatou, por meio de entrevistas realizadas com mulheres do campo daquela região, a desvalorização e discriminação da mão de obra

⁷⁶⁶ DAVIS, Natalie Zemon. **Nas Margens**: três mulheres do século XVII. *Op. cit.*, p.126.

⁷⁶⁷ Silvia Federici nos oferece uma importante discussão sobre o papel da mulher no processo de formação do modo de produção capitalista e a construção de uma marginalização do corpo feminino na Europa e na América. Essa historiadora explica que “as mudanças que a chegada do capitalismo introduziu na posição social das mulheres (...) foram impostas basicamente com a finalidade de buscar novas formas de arregimentar e dividir a força de trabalho”. FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017. p. 126.

⁷⁶⁸ Entre essas, Cf. MIELE, Neide. **A mulher na palha da cana**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural). Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1987. Cf. também: FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **Margarida, Margaridas**: memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas. João Pessoa: Editora Universitária/UFPE, 2006. Da mesma autora: FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves**: entre o velho e o novo sindicalismo rural. Tese (Doutorado em Educação). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2010. 145 p. Cf. também: BÉLENS, Jussara Natália Moreira. **“Trabalhando feito homem”**: o (des)compasso do papel das mulheres de Estreito, Campina Grande-PB. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural). Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1998. Cf., ainda: FERREIRA, Eunice. **A participação feminina na força de trabalho rural paraibana no período 1960-1991**. Dissertação (Mestrado em Economia Rural e Regional). Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 2000. Cf., também: GUIMARÃES, Flávia Maia. **A luta pela terra**: imaginário e gênero. Dissertação (Mestrado em Educação). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1998.

⁷⁶⁹ No Estado de Pernambuco, Cf. LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas, partidos, projetos. 2 ed. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012. Cf., também: BEZERRA, Marcela Heráclito. **Mulheres (des) cobertas, histórias reveladas**: relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas das trabalhadoras canavieiras na Zona da Mata Sul de Pernambuco (1980-1988). Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2012.

feminina no mundo rural.

Entre os trabalhadores volantes, é “pesado”, masculino, principalmente roçar e cavar a terra. Roçar significa derrubar o mato grosso, inclusive árvores, a machado e foice. Cavar é preparar a terra, sem ajuda do arado, para o plantio da cana. Trabalho “leve”, feminino, é plantar, arrancar o mato miúdo, e adubar. Para isso, as mulheres ganham a metade, ou menos, da diária de um homem, embora trabalhem o mesmo número de horas. (...). Nenhum homem é contratado para fazer trabalho considerado feminino, embora algumas atividades possam ser realizadas por ambos os sexos. Pagando por produção, os proprietários evitam remunerar o tempo que as mulheres gastam com os filhos e o maior esforço que despendem para limpar uma mesma área de cana. Já nas atividades em que a força física não traz maior rendimento, como o plantio e a adubagem, evitam presença masculina para melhor caracterizá-las como trabalho “leve”. Apesar da sutileza empregada na exploração da mão-de-obra feminina, há mulheres que, realizando as mesmas tarefas que os homens, ganham menos⁷⁷⁰.

Como observam alguns entrevistados, “*a luta do trabalhador rural*” era de fato pouco reconhecida. No entanto, ainda mais difícil e duradoura foi a obtenção de, pelo menos, um reconhecimento mínimo das “mulheres da roça” que exerciam atividades diversas no mundo rural. Se, durante muito tempo, as atividades ditas femininas não foram vistas enquanto labor, somente com as suas lutas a duras penas passam paulatinamente a serem respeitadas conforme desejado. Embora o velho clichê “sexo frágil” cantarolasse no imaginário masculino, todos sabiam que “*o cotidiano da mulher da roça, água, enxada, foice, machado, o rio pra lavar roupa, é aquela correria*”⁷⁷¹.

Assim, como define o fragmento acima transcrito, essa “correria” fazia parte da rotina de muitas mulheres. No município de Alagoa Grande e região, grande parte das esposas desenvolviam uma dupla jornada de trabalho, em casa e na roça. Além de ocupar as funções de mãe e doméstica, também se envolviam com as atividades do campo, fossem elas exclusivamente na agricultura de subsistência, fossem na palha da cana. Geralmente, o homem do campo filiado ao STR declarava a ocupação da mulher em sua própria ficha de inscrição como, “a esposa é trabalhadora rural”, ou, mesmo, “a esposa trabalha na lavoura com ele; “a esposa trabalha na lavoura de subsistência, no sítio Avenca”. Em diversos casos, houve a preocupação de registrar, na observação da ficha pessoal, o nome completo da mulher com a seguinte especificação: “a esposa dona Maria de Macêdo Silva é trabalhadora rural. Vive da lavoura – em 20.12.1977”; “dona Maria de Lourdes da Silva Santana – esposa do associado é trabalhadora rural e trabalha na roça com ele – obs. – em 20.12.1970”. Nesses termos, a mulher assumia, igualmente, o papel de companheira de trabalho, como “a esposa é agricultora e

⁷⁷⁰ PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. **Revista ciência hoje**. Nº 28, 1987. Relatório à UFSC.

⁷⁷¹ LEITE, Maria da Soledade. **Entrevista concedida a...** *Op. cit.*

[também] dona Maria Helena da Silva, companheira esposa, trabalha na lavoura de subsistência”. Deu-se, assim, a entender que ela não trabalhava apenas no próprio roçado, mas também no “alugado”. Havia, ainda, casos em que se entendia a mulher como simples ajudante do marido, como o seguinte: “a sua esposa a Sr^a Mirian Augusto da Silva, trabalha juntamente com seu esposo na lavoura de subsistência, digo no campo”; “a esposa é agricultora – trabalha na roça com ele”. Em outros exemplos dava-se a entender que a mulher assumia um papel igual ao do esposo, “a esposa é agricultora e trabalha na roça no sítio Carnaval ou no engenho Carnaval”⁷⁷².

Nascida no vizinho município de Areia, Dona Carmelita viveu toda a sua infância, adolescência e juventude na zona rural de Alagoa Grande. O sítio Gavião foi onde seus pais passaram a residir logo após o seu nascimento. Contou ela: “*casei lá e criei [os meus filhos] tudim lá*”. Assim, muitas esposas dividiam o cotidiano entre os afazeres domésticos, os cuidados com os animais e o cultivo do roçado. Ademais, havia aquelas que se viam obrigadas a trabalhar na palha da cana. Além disso, Dona Carmelita cuidava dos filhos pequenos, mas, quando ia laborar no roçado, “*deixava eles em casa só [porque o roçado] era perto, assim. E depois tinha uma irmã comigo que ficava com os meninos. Aí foi que trabalhei mermo!*”. Eram múltiplas as atividades e a rotina, bastante cansativa: “*porque tinha menino para cuidar, tinha bicho pra cuidar, aí eu era só, pronto. O marido ia trabalhar, cortando cana ou então cambitando cana para dentro do engenho nos burros. Lá tinha engenho também*”. E continua: a “*vida toda foi lá*” [no sítio]. Ela ainda desabafa: “*não sei como eu tô viva!*”⁷⁷³.

O ganho semanal que o esposo obtinha das atividades de cambiteiro e cortador de cana não era suficiente para a sobrevivência da família de uma prole de seis filhos. Preocupada com essa insuficiência, Carmelita procurava, no roçado que cultivava, uma forma para sobreviver à pobreza avassaladora do campo e da cidade à época. Com todo esse esforço, investiu continuamente em uma plantação de fruteiras e hortaliças, numa pequena gleba de terra que já cultivava, uma área “*distante dos bichos*”, onde era rendeira. Ali ela plantava “*pimentão, coentro, alface, cebola, essas coisas, cebolinha, essas coisas toda*”. Apesar de todas as dificuldades, ela encontrou, na horta e nas frutas que colhia, uma possibilidade de enfrentar a falta de recursos, e passou a vender verduras e frutas na feira de Alagoa Grande, nos dias de quarta-feira e sábado. Cuidar das hortaliças era muito laborioso. Para cultivar o seu pomar ela

⁷⁷² SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ficha Inscrição Nº 2916**. Alagoa Grande-PB. E, respectivamente, Ficha Inscrição Nº 5.737; Ficha Inscrição Nº 376; Ficha Inscrição Nº 1221; Ficha Inscrição Nº 985; Ficha Inscrição Nº 4995; Ficha Inscrição Nº 4919; Ficha Inscrição Nº 5606.

⁷⁷³ ALVES, Carmelita da Silva. **Entrevista concedida a...** *Op. cit.*

tinha que está lá “*todo dia aguando, limpando, estrumando, carregando estrumo de um canto pra outro num animal. Era vida pra doido, viu?*”. Assim, as ocupações eram, verdadeiramente, penosas porque essa entrevistada vivia “*trabalhando de dia e de noite*”. Embora fossem cansativas aquelas atividades, ela gostava mais “*da roça. Porque a do roçado é muito pesado e assim mesmo eu fazia tudo: limpar mato, arrancar mandioca, fazer farinha, lavar mandioca, fazia tudo*”⁷⁷⁴.

Nem sempre dona Carmelita desempenhava as tarefas sozinha; geralmente recebia a colaboração dos filhos em algumas delas. Eles “*começaram a trabalhar logo cedo*”, ajudando a mãe, principalmente, no trato com a fabricação da farinha, semanalmente. Levava “*os meninos pequenos para a casa de farinha*”, para ajudar nas etapas do processo de fabricação. Primeiro, o transporte: “*levava a mandioca e lá mesmo fazia tudo*”. Nesse processo, a ajuda dos pequenos era fundamental, uma vez que todas essas etapas eram desenvolvidas manualmente. A mandioca era “*moída a braço, meus meninos moíam [e] eu cevava*”⁷⁷⁵, *tudo a braço*”. O processo de transformação da mandioca em farinha exigia um esforço enorme que ela encabeçava com a colaboração dos filhos. Os instrumentos e mecanismos existentes na casa de farinha eram operados manualmente. Além disso, a fabricação demandava um tempo demasiado e uma excessiva mão de obra. Esse processo era realizado em várias etapas, que incluíam desde a colheita e o transporte do tubérculo até a casa de farinha, seguidos do seu descascamento e lavagem. Geralmente, todas essas fazes eram realizadas por mãos femininas e infanto-juvenis, conforme descreve a senhora Carmelita:

Botar a mandioca, era um negócio assim com um rodeto cheio de arpa e um, um caixão assim dentro d’água, botava a mandioca dentro, ia moer e a gente botando para picotar. Era tudo difícil (...).

Aí, (...) muía, tinha um negócio assim, botava com as palhas de coco e botava a massa dentro, enrolava e aí tinha um fuso assim que arroxava. Arroxava, botava um pau assim. Tudo que nem uma coisa do mermo, botava um pau assim, de rosca e rodava e arroxava, aí espremia a massa, espremia a maniviera, só ficava a massa aí depois peneirava. Passava a vida todinha mexendo no forno, um negócio assim redondo com uma boca. Botava lenha embaixo, botava fogo e ia mexer. Se botasse muito fogo, queimava; se botasse pouco (risos), num pegava. Tinha que botar aquele fogo à conta. Era serviço, viu? E vocês nunca sabem o que é isso⁷⁷⁶.

⁷⁷⁴ *Idem*.

⁷⁷⁵ Trata-se de uma das etapas do processo de fabricação da farinha. Fase operada artesanalmente, em que a mandioca era transformada em massa. Depois da colheita, a mandioca era transportada até a casa de farinha, onde era descascada e lavada. Nesse momento, aquele tubérculo era colocado em uma moenda, sobreposta em um eixo ligado a uma roldana que era movida manualmente, para ser ralado ou triturado. Assim, a massa era levada para um recipiente, onde era peneirada. Logo depois, colocada no forno e mexida até que secasse, ganhando aspectos esperados em sua apuração.

⁷⁷⁶ ALVES, Carmelita da Silva. **Entrevista concedida a...** *Op. cit.*

Todo esse processo de fabricação da farinha demandava tempo e ocupava muita mão de obra. E, por isso, envolvia quase todos os membros da família, mas “*só fazia uma vez por semana*”. Geralmente, “*a farinha [era muita e, dessa maneira,] vendia [uma parte] e [a outra] deixava pra comer*”.⁷⁷⁷

O cotidiano, no campo, era recheado de variadas tarefas para as mulheres e, sem dúvida, apresentava muito mais dureza que aquelas desempenhadas pelos homens na lida com a cana. Dona Carmelita Alves conta que o dia a dia era sempre “*plantando, aguando, plantando verdura, plantando as coisas no roçado, aguando, cuidando de menino, cuidando de bicho, de cabra, porco, galinha, tudo que eu criava*”. Com essas curtas frases, a entrevistada se esforçou em apresentar um sucinto relato do complexo papel que era a sua vida de esposa, mãe e trabalhadora rural, concomitantemente. O propósito é claro: dar ênfase à sua biografia, enquanto “*mulher trabalhadora*” rural. Mais uma vez, ela reforça, ao mesmo tempo, a ideologia subjacente ao discurso dominante, a ideia de que não trabalha quem não quer, uma vez que afirma enfaticamente: “*nem todo mundo enfrentava, mas quem não enfrentava só vivia passando fome*”⁷⁷⁸.

Diante de tudo isso que os documentos permitem evidenciar, fica claro que o papel de “ser mulher” no espaço campesino era bastante complexo, porque exigia dessa personagem a ocupação, ao mesmo tempo, de várias funções: ser mãe, esposa, doméstica, trabalhadora rural. No caso da senhora Carmelita Alves, era incluída mais uma função, a de feirante, atividade essa que exigia o domínio de outra habilidade: saber comercializar, negociar. Outrossim, é que essas evidências colocam, implacavelmente, em xeque a tese do suposto “sexo frágil”⁷⁷⁹.

Assim, como observa Michele Perrot, “as camponesas são as mais silenciosas das mulheres”. Uma vez que, “imersas na hierarquia de sociedades patriarcais, são poucas as que emergem do grupo, pois se fundem com a família, com os trabalhos e os dias de uma vida rural que parece escapar à história”⁷⁸⁰. Assim como Carmelita, eram poucas as mulheres que enfrentavam um cotidiano que se contrapunha ao que se encontrava estabelecido pelas convenções sociais como, por exemplo, o de ser o homem o provedor da casa. Tomar a resolução do que se devia fazer com os proventos obtidos durante a semana não era uma decisão exclusiva do esposo, pois a própria Carmelita administrava os recursos.

A presença da mulher nas atividades agrícolas, naquele município, é corroborada por

⁷⁷⁷ *Ibidem*.

⁷⁷⁸ *Ibidem*.

⁷⁷⁹ *Ibidem*.

⁷⁸⁰ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007. p. 110.

outras fontes documentais. Não possuindo alguma gleba de terra para o cultivo da agricultura, para a manutenção da sobrevivência de sua família, Maria das Dores Clementino dos Santos vendia a sua força de trabalho aos senhores de engenho, em cujas terras também conseguia casa para abrigar a sua família. Desse modo, foi moradora em diferentes engenhos daquele de Alagoa Grande. Vivenciou essa experiência “no engenho Triunfo de Arnaldo Chagas”, onde “permaneceu [residindo e labutando nessas terras] por três anos”. De igual modo e “mais anteriormente, ainda residiu no engenho Primavera, vizinho também do engenho Carnaval, durante sete anos”. No ano de 1981, dona Maria das Dores “mora[va] há quase três anos no engenho Carnaval”, onde trabalhava “até cinco dias por semana, dependendo de sua vontade”; “nos outros dias da semana a depoente trabalha[va] no seu próprio roçado”. No entanto, “às vezes a depoente trabalha[va] apenas três dias por semana o mesmo acontecendo com os outros trabalhadores”⁷⁸¹. As mulheres do campo enfrentavam as diferentes formas de discriminação e desvalorização. Além da discriminação de classe, elas sofriam devido à condição feminina, por serem negras e trabalhadoras rurais.

No início dos anos de 1980, a cortadora de cana Evans Serafim da Silva não tinha uma moradia fixa e tentava se estabelecer em algum engenho. No entanto, pouco demorava nas terras em que trabalhava, mudando-se várias vezes no decorrer de, aproximadamente, quinze anos. Como muitas trabalhadoras rurais da zona canavieira paraibana, desde os fins da década de 1960, ela sobrevivia na lida campesina, entre um engenho e outro, carregando a marca de “ser mulher” e as incertezas e a dureza que a vida lhe proporcionou, ainda com os filhos pequenos, para alimentá-los e educá-los, praticamente sozinha. Em julho de 1983, “o filho do proprietário a espancou e [pela segunda vez] a expulsou das terras” do engenho Jenipapo, município de Alagoa Grande, onde morava. Sendo “mãe solteira” e sozinha para criar os seus filhos pequenos, Evani recorreu ao STR de Alagoa Grande, onde recebeu orientações e acompanhamento, movendo uma “Reclamação trabalhista contra o Engenho Jenipapo” na Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande⁷⁸².

Evani Serafim começou a trabalhar e a morar naquele engenho no ano de 1969, transferindo-se para outras localidades e, provavelmente, não encontrando o devido respeito enquanto mulher. O proprietário do engenho Jenipapo, João Carlos de Melo, afirmou, à época “que a reclamante nunca trabalhou no reclamado; que a reclamante a não ser ajudava ao esposo; o esposo dela eventualmente trabalhava no reclamado”. O proprietário do engenho observou, ainda, que “a reclamante morou em casa do reclamado juntamente com o amante, Antonio

⁷⁸¹ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo Nº.** 241/81, p. 15.

⁷⁸² Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo Nº.** 1558/83, p. 12.

Crispin”⁷⁸³.

Nesses termos, a trabalhadora rural não parece ter autonomia para desempenhar as atividades agrícolas. No entanto, ela sofre uma dupla exploração, a de classe e a de gênero. Carregado de estereótipos, o discurso machista impõe ao corpo feminino uma desvalorização enquanto força de trabalho, colocando-o à margem no momento em que também o pulveriza de estigmas sociais. Além disso, essa situação era aceita com naturalidade naquele contexto social.

Dessa maneira, Evani não parece trabalhar, empreender esforços para algum resultado naquela unidade produtiva. O discurso é contaminado pelo vocábulo “ajudar”. Ao que se parece, o termo “ajudar”, ao ser desempenhado pelo sexo feminino, ganha um significado distante do conceito de trabalho. Assim, uma das testemunhas no processo trabalhista, apresentadas por dona Evani, o senhor João Damião de Lima, lembrava que a mesma simplesmente “ajudava ao marido dela”. Uma segunda testemunha, Manoel Xavier dos Santos, repetiu o referido termo e afirma que “quando o marido da reclamante estava cansado ela ajudava cortando umas canas do sr. João Carlos de Melo”. No entanto, a testemunha do reclamado adverte que dona Evani “nunca trabalhou para o reclamado; quem trabalhava era o amante da reclamante”. Ainda lembrou “que a reclamante ajudava no trabalho do seu amante na luta de casa; que quando o sr. Antônio Crispin, amante da reclamante, ficava doente o reclamado continuava pagando o seu salário”⁷⁸⁴. Assim, os vocábulo *ajudar* e *amante* continuam sendo utilizados no processo trabalhista com ênfase, reafirmando a indiferença então reservada ao sexo feminino, com a nítida pretensão de inferiorizar e humilhar aquela trabalhadora.

Manifesta-se, aqui, por meio desses dois vocábulos, uma seção de destratamento não apenas àquela trabalhadora rural, mas, por conseguinte, ao sexo feminino em geral. A palavra “ajudar”, usada naquele contexto, procura enfatizar a insignificância da força de trabalho feminina, negando qualquer autonomia e capacidade da mulher de desenvolver atividades rurais reservadas ao corpo masculino. Além de operar nesse mesmo sentido, o vocábulo “amante” se encontra carregado de um significado pejorativo, de uma sentença depreciativa. Enquanto as testemunhas da trabalhadora usaram sempre as palavras *esposo* ou *marido*, as testemunhas oferecidas pelo proprietário e, portanto, reclamado usavam repetidamente o termo “amante”

⁷⁸³ De acordo com o processo trabalhista, a senhora Evani Serafim teria morado em várias localidades após o ano de 1969. Nas páginas do processo trabalhista consta que, em 1979, “passou uns dois meses [...] trabalhando, digo morando juntamente com o sr. Antônio Crispin, na propriedade de Buraco D’água”, cujo proprietário era o senhor Luís Sobral; em 1971 residiu na propriedade de Beatriz, cujo proprietário naquela data de 1983 era o senhor dr. Fernando Lira; em 1973 morou por um mês na propriedade do senhor Severino Felipe, no Engenho Urucu. Cf. Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo Nº.1558/83**. p. 08

⁷⁸⁴ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo Nº.1558/83**. p. 09

para se referir ao esposo de Evani. Assim, não é difícil compreender que o uso deliberado do vocábulo, no depoimento das testemunhas do proprietário, operou com o propósito de inferiorizar e humilhar aquela mulher. Trata-se de uma estratégia comum no meio social, tomado pela cultura regional; foi usada como um instrumento que permitia desqualificar a acusadora perante as autoridades do corpo jurídico daquela Junta de Conciliação e Julgamento, que, por sua vez, era toda composta por integrantes do sexo masculino⁷⁸⁵.

Constata-se, no processo, que o termo “amante” não parece ser, em nenhum momento, contestado por alguma autoridade daquela Junta de Conciliação e Julgamento. O fato é que não havia uma relação estrita com o presente objeto de análise, o trabalho, não sendo, portanto, passível de alguma observação por parte daquela JCJ. Mas o termo *ajudar* é, veementemente, refutado pela JCJ, conforme se pode deduzir da seguinte passagem:

Embora tenha o reclamado procurado dar uma coloração diferente do vínculo laboral, depreende-se que dos depoimentos que as testemunhas tentando através de uma via oblíqua esconder o vínculo laboral, pelo contrário fê-lo subres[s]air; que não se concebe a uma trabalhadora rural durante o período descrito na inicial, haver trabalhado no reclamado a título gratuito, razão porque requer a V. Exa. a condenação do reclamado nos títulos da inicial acrescidos de correção monetária e juros⁷⁸⁶.

Enquanto os pequenos centros urbanos viveram alguma “evolução do uso do espaço sexuado”, essa mesma experiência praticamente não aconteceu no mundo rural⁷⁸⁷. Nas décadas de 1960 a 1980, por exemplo, a misoginia era, no mundo campestre, um problema muito mais profundo, porque a mulher se encontrava quase completamente confinada no espaço doméstico. Enquanto ao homem eram atribuídos os valores de virilidade, “dotado de razão, símbolo de força e da coragem” à mulher restavam os rótulos de “frágil e soberana, abnegada e vigilante”, resultado de “um novo modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX”⁷⁸⁸. Desse modelo imposto pelo capitalismo, para disciplinar os corpos nos centros industriais, incidiram alguns aspectos nas sociedades das regiões interioranas, fortalecendo e/ou reelaborando, ainda mais, os comportamentos regradados por meio da colonização cristã do corpo feminino pelas práticas machistas. Dessa maneira, a presença feminina, nas atividades desenvolvidas no “roçado” e nos canaviais, eram silenciadas e/ou negadas. Assistia-se, portanto, à época – e de forma predominante, ainda nos dias atuais –, “uma relação pedagógica

⁷⁸⁵ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo N°**.1558/83, p. 08-09.

⁷⁸⁶ *Idem*. p. 10.

⁷⁸⁷ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. *Op. cit.*, p. 215

⁷⁸⁸ RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 62 e 66.

paternalista de subordinação da mulher frente ao homem”⁷⁸⁹. Essa prática que se operava, principalmente, por meio da linguagem dos gestos e da fala, tornava possível à sociedade a invisibilidade da mulher.

Separada de seu companheiro, Evani era “mãe solteira” de uma pequena prole e, aos olhos de uma sociedade machista e governada por preconceitos e tabus, um “mau exemplo” para as consideradas “famílias de bem”. Provavelmente, foi este um dos aspectos mais opressores à liberdade feminina, estigma social que se tornou um dos maiores problemas na vida dessa trabalhadora. Como muitas outras mães, ela carregava nas costas o peso da marginalidade, uma vez que, à época, para a mulher “a virgindade no casamento é[ra] seu capital mais precioso”⁷⁹⁰.

Ao mesmo tempo em que Evani era, para a sociedade em que estava inserida, um corpo errante, ela vivenciava, em si, uma outra experiência. Ao que parece, ao se separar do esposo, ela se recusara prontamente a se render à dominação masculina e passara a viver apenas com os filhos. Dessa maneira, “ser só é experimentar a identidade do feminino não-submisso”⁷⁹¹.

A experiência vivenciada por Evani ilustra bem a violência simbólica que, ao parecer velada, até mesmo para as autoridades jurídicas, age silenciosamente por meio da linguagem verbal, na qual relações de forças se reproduzem por meio de elementos pré-existentes e, por isso, naturalizados no senso comum, não compreendidos como uma violência ou algo que agride os corpos e macula as identidades⁷⁹².

Exemplos semelhantes que ocorreram em outras regiões do estado evidenciam essas relações de poder em toda a zona canavieira paraibana. As atividades ditas femininas, dentro da compreensão da existência de uma separação de funções por sexo, predominaram durante muito tempo, delineando o cotidiano daquelas trabalhadoras rurais nas mesorregiões da Zona da Mata e do Agreste paraibano, principalmente. Embora possa parecer que o número de mulheres em atividade na palha da cana tenha sido insignificante, vários estudos e documentos históricos apresentam uma realidade diferente. Para demonstrar essa presença destoante em outras áreas canavieiras, vale a pena trazer dois outros exemplos. O primeiro é o caso da senhora Maria das Neves da Conceição, moradora na Fazenda Santa Luzia⁷⁹³, no município de Cruz do

⁷⁸⁹ *Idem.* p. 67.

⁷⁹⁰ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. *Op. cit.*, p. 64.

⁷⁹¹ SILVA, Maria Aparecida Moraes. De colona a boia-fria. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 478.

⁷⁹² BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11 ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

⁷⁹³ A Fazenda Santa Luzia era uma das várias propriedades da Cia. Agroindustrial Santa Helena – CAIENA -, instalada no município de Sapé. O seu proprietário, Renato Ribeiro Coutinho (1913-1982), foi um dos grandes latifundiários e industriais da Paraíba.

Espírito Santo, viúva “há treze anos” e “vivendo em companhia de seu filho”. Durante mais de quarenta e um (41) anos ela “trabalhava em todos os serviços de campo da Reclamada, durante seis (6) dias por semana, das 6.00 (horas) às 17.00, com intervalo de uma (hora) para almoço e repouso”⁷⁹⁴.

Naquele ano de 1978, essa trabalhadora, que prestava serviços àquela Fazenda desde o ano de 1937, foi expulsa de sua casa. Sobreviveu sempre na lida do campo, onde “seu trabalho era semear cana, limpar mato, encher carro, adubar, etc...”, sendo “remunerada por produção, ganhando [àquela data a quantia de] CR\$-50,00 a CR\$-60,00, por semana”. Consta, no processo, que Maria das Neves, “ao ser dispensada do trabalho pelo administrador Antônio Montenegro, estava com 41 anos, 1 mês e 20 dias de trabalho contínuo para a reclamada”. Observando que a sua dispensa do trabalho se deu na circunstância em que, juntamente com os filhos, “foram reclamar [ao administrador da fazenda] o fato de sua casa estar ameaçando cair e o sr. Montenegro disse que não queria mais morador morando ali, e sim que desocupassem a casa para plantar cana; que na ocasião também foi dispensada Josefa Benjamin, filha” de Dona Maria das Neves⁷⁹⁵.

Na verdade, Dona Maria das Neves e seus filhos “dali saíram por ter caído sua casa e, “pedindo outra”, lhe foi prontamente negada a solicitação. O que ela não esperava é que, habitando ali há mais de quatro décadas, fossem todos os membros da sua família demitidos e expulsos daquela edificação já em ruínas, onde constituiu uma família e vivera dores, sofrimentos e tantas alegrias. Tudo leva a crer que o proprietário das terras, sendo ali representado pelo administrador, esperava exatamente uma circunstância que lhe servisse de pretexto para a execução do ato de expulsão da moradora de sua fazenda”⁷⁹⁶.

Como muitas famílias camponesas trabalhadoras na palha da cana, a família de dona Maria das Neves, que igualmente morava e laborava em terras de propriedade da usina Santa Helena, sofrera duras penas de longas jornadas de trabalho. E “a família da reclamante era de quatro pessoas; que as quatro pessoas saíam de casa às 5.00 horas, para iniciarem o trabalho às 6.00 horas; que o trabalho se estendia até às 17.00 horas”. Além de dois filhos, Maria das Neves levava, também, uma filha para laborar no canavial⁷⁹⁷. “Ela tinha outros filhos que ali [nas terras da usina, também] trabalhavam”⁷⁹⁸. Após a morte do esposo, seu mister tornou-se mais pesado e aviltante. Assim, seu cotidiano era preenchido de uma tripla jornada de trabalho, pois

⁷⁹⁴ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo Nº.** 618/78. p. 24 e 3.

⁷⁹⁵ *Idem.* p. 24, 03 e 27.

⁷⁹⁶ *Idem.* p. 27.

⁷⁹⁷ *Idem.* p. 29.

⁷⁹⁸ *Idem.* p. 31.

tinha que laborar na palha da cana, “cuidar da lavoura da família, além dos encargos domésticos próprios”⁷⁹⁹.

Além de participar ativamente de todos os serviços próprios ao cultivo dos canaviais e à agricultura de subsistência, Maria das Neves desempenhava outras tantas funções. Seu domínio e sua prática na fabricação de balaio lhe rendiam uma certa ajuda financeira na economia doméstica. Assim, como artesã, durante “algum tempo, fez balaio de cipó para [o próprio] uso da Fazenda”, mas “os fez para vender na feira”⁸⁰⁰. Na verdade, ela e os filhos - Josefa Benjamim, Cícero Benjamim e Antônio Benjamim – “trabalhavam na preparação de balaio” feitos “de cipó”, “os quais eram utilizados em serviço de adubação”, nos campos de plantação de cana. Para a sua fabricação desses objetos, “a usina reclamada [Santa Helena] mandava os reclamantes extraírem a matéria prima⁸⁰¹ [nas áreas florestais daquela fazenda] e prepararem os balaio, [e esta empresa] pagava-lhes as diárias”⁸⁰².

Na verdade, essa atividade extra já era bastante comum em várias comunidades rurais; “o [próprio] marido da reclamante fazia balaio por sua própria conta e os vendia a qualquer um”. Outrossim, é importante observar que não somente aquela família trabalhava na “feitura de balaio para o serviço” da usina. A arte da confecção desses utensílios tanto para o uso doméstico como também o seu emprego na pecuária e na agricultura não era uma exclusividade daquela família; outras mãos populares igualmente dominavam tal técnica de fabricação, produzindo balaio para vender nas feiras da região. Além disso, “algumas pessoas faziam balaio para o serviço da” usina Santa Helena, sendo “que eram utilizados no transporte de adubo e semente de cana”. Da mesma maneira, “a Usina dava o material e pagava a diária a esses fazedores de balaio”⁸⁰³. Geralmente, a feitura de balaio era, em sua grande maioria, realizada pelas mulheres.

Um segundo exemplo ocorre na mesorregião da Zona da Mata. Este é o caso da senhora Maria Marlene do Nascimento. Em 1981, ela “reclamou contra [a] Usina São João (...), alegando que começou a trabalhar para a reclamada em 05-10-[19]63, exercendo todas as

⁷⁹⁹ *Idem.* p. 34.

⁸⁰⁰ *Idem.* p. 24.

⁸⁰¹ No interior das habitações das populações pobres do campo, se encontravam poucos objetos de fabricação industrial. Em geral, a maioria dos objetos e utensílios domésticos era adquirida de artesãos profissionais e/ou confeccionados pelas próprias mulheres e homens do campo. Para a confecção de uma infinidade de artefatos, usava-se matéria-prima de origem animal e, principalmente, de origem vegetal abundante na região. Para a fabricação de balaio, comumente se utilizavam algumas espécies de plantas, entre estas o cipó de sexto e a japicanga. Trata-se de uma planta trepadeira, típica de regiões úmidas. As etapas de fabricação do balaio demandavam tempo, saberes e técnicas, desde a extração dos cipós na mata à produção final deste utensílio. Os cestos eram usados como recipiente para a colheita de frutos, raízes, além de outras utilidades.

⁸⁰² Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo nº**. 618/78. p. 26 e 27.

⁸⁰³ *Idem.* p. 30 e 29.

tarefas relativas ao manuseio de cana de açúcar, tais como: adubar terra, carregar caminhão” entre outras atividades. A sua jornada de trabalho, geralmente, era de nove horas diárias - se estendendo “das 7 às 11 e de 12 às 17 horas” – semanalmente, “de segunda a sábado sendo que no período da moagem essa jornada prolongava-se aos domingos e feriados”, ocorrendo, do mesmo modo, em dias “santificados”. No entanto, em 20 de dezembro de 1980, “quando encontrava-se no 9º mês de gestação”, após dezoito anos de serviço contínuo, “foi dispensada sem justa causa”⁸⁰⁴.

Quando se cogitou, dentro da luta dos movimentos sociais realizados pelos trabalhadores rurais, a incorporação do direito do salário maternidade, em Alagoa Grande, a classe agrária se expressou com afronta e bastante frieza à proposta, afirmando, em tom de escárnio, que a “mulher agricultora tem que parir dentro das canas”⁸⁰⁵. Esse comportamento que denota a avareza e o desrespeito de parte dos proprietários de terra em relação à mulher revela, também, a violação dos direitos humanos.

Alguns estudos apontam para a existência, dentro da zona canavieira, de “uma certa divisão sexual e etária do trabalho no manuseio dos agroquímicos”. Assegura a pesquisa dos geógrafos Moreira e Targino, que “os adubos e corretivos de solo são, normalmente, encargo de mulheres e menores”⁸⁰⁶.

Se, no campo, e principalmente na palha da cana, para os corpos masculinos a labuta se mostrara dura e cruel, de igual maneira, ou talvez muito mais intensa, fora para os femininos. Além da vida miserável, muitas trabalhadoras rurais foram obrigadas a conviver com um alto nível de exploração produzida pela insensatez do empregador, se assemelhando, em muitos casos, ao trabalho escravo.

Em muitos casos, eram as mulheres as principais responsáveis por manter a família. Tudo leva a crer que o número de trabalhadoras rurais, verdadeiramente, provedoras do lar, na zona canavieira, era extremamente grande. “Abandonadas” pelos seus esposos, a exemplo da mãe da senhora Maria de Fátima, muitas mães de famílias tornavam-se as únicas provedoras da casa. Sentindo-se prejudicada por esse “abandono”, a entrevistada desabafa: “*então, ele abandonou minha mãe, né isso? Assim, minha mãe foi muito violentada*”. A partir do momento em que se configurou o “abandono” paterno do lar, passou a sua mãe a ser a única a aprovisionar a família de todas as necessidades básicas, além de abastecê-la de afeto⁸⁰⁷.

⁸⁰⁴ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo nº**. 157/81. p. 46.

⁸⁰⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião de 02 fevereiro de 1976**. Livro de Atas III (1970-1982). Fl. 08.

⁸⁰⁶ MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba...** *Op. cit.*, p. 118.

⁸⁰⁷ ARAÚJO, Maria de Fátima. **Entrevista concedia a...** *Op. cit.*

A entrevistada Carmelita Alves, quando indagada sobre quem ganhava mais, assegurou sem hesitar, em sua fala: *“era eu! Toda vida foi eu. ...O ganho [do meu esposo] era pouco e depois que eu enfrentei, que tirei ele do alugado, que ele trabalhava alugado, era eu que fazia tudo. Quem fazia tudo era eu. Ele não gostava de trabalhar muito, não. Mais eu gostava de trabalhar”*⁸⁰⁸.

Evidentemente, dentro de uma sociedade patriarcal dominante há séculos, é extremamente difícil para uma mulher se movimentar contrariamente aos padrões normativos de um sistema que criou e estabeleceu uma divisão sexual dos espaços. As experiências acima evidenciam uma realidade diferente daquela pensada e estabelecida pelo discurso opressivo e (re)produtor dessa divisão. Um ser “marcado para a possessão, para a passividade” era o verdadeiro provedor da família⁸⁰⁹.

Contrapor-se às representações femininas construídas e reelaboradas por um discurso machista fundado no cristianismo era, de fato, romper com o poder normativo e, por conseguinte, se estabelecer às margens. Mais difícil ainda era enfrentar todas essas muralhas do moralismo dentro de um contexto de um governo de regime militar. Essas dificuldades eram muito maiores na vida das trabalhadoras rurais. Romper as amarras estabelecidas pelas normas das convenções sociais, no mundo rural, era enfrentar o risco de sofrer sanções e punições severas que jogariam essas mulheres no mundo da marginalidade e/ou as condenariam a nele viver.

A senhora Luzia Ferreira explica que, depois de se casar, morou, por um longo tempo, na comunidade em que nasceu, no sítio Sapucaia, e ali constituiu a sua família. Com os filhos ainda pequenos, migrou para a cidade. Atualmente, enquanto conhecedora da opressão esmagadora imposta ao corpo feminino, reclama que aquele seu comportamento se alinhava a um discurso misógino, o que, para a sua visão de hoje, é repugnante. Ainda se tem, para ela, um desejo masculino de tentar mitigar uma realidade que ainda grita muito forte em seus ouvidos:

Até um certo tempo, eu chegava aqui, quando chegava um homem na minha casa eu dizia assim, eu olhava: se fosse homem quem tinha que atender era o marido se tivesse em casa e se não tivesse eu dizia: “pode ir meu marido não está não!” Se fosse uma mulher eu ia atender. Tinha aquele preconceito, aquela coisa triste na vida, né? E depois que eu cheguei aqui na cidade, né? Aí fui esclarecendo um pouco da mente. (...). Primeiro lugar que eu cheguei foi o sindicato através de Carmelita Pedrosa. E ela começou conversando comigo. Comecei [a] estudar...⁸¹⁰.

⁸⁰⁸ ALVES, Carmelita da Silva. **Entrevista concedida a...** *Op. cit.*

⁸⁰⁹ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** *Op. cit.*, p. 63.

⁸¹⁰ FERREIRA, Luzia Soares. **Entrevista concedida a** *Op. cit.*

“Tornei-me a ovelha negra da família quando inventei de pegar numa viola...E daí, ... Meu Deus!”, confidencia Maria da Soledade. Enquanto lidava com os serviços pesados da roça, durante cinco dias da semana, os dias de sábado e domingo eram reservados à arte do repente pela qual ela se apaixonou. Quase sempre efetuava viagens para municípios paraibanos e/ou de estados vizinhos, onde realizava cantorias com companheiras de viola ou repentistas. Aos sábados, deslocava-se da zona rural para a cidade, onde tinha compromisso em uma mercearia, a chamada Casa Verde, onde ganhava alguns trocados fazendo dupla com outra/o repentista. No entanto, esse deslocamento saía caro a Maria da Soledade. Em sua fala rememora essa experiência: *“só que pra mim sair lá do sítio com essa viola pra cá. Aí tinha, tinha até vergonha de vir [para a cidade] porque quando eu passava era tanta da piada que eu pagava um garoto para trazer a viola e eu vinha”*. Uma pausa para uma respiração profunda da entrevistada sugere que essa recordação lhe parece dolorosa, momentos que lhe custaram humilhação, preconceito e desprezo por parte da própria família. E continua: *“ele vinha na frente e eu vinha atrás. Quando chegava aqui, [eu] pegava a viola”*⁸¹¹.

Os olhos moralizantes da sociedade alcançavam-lhe de maneira agressiva, aviltante e, muitas vezes, difamatória. Em muitas circunstâncias, sentia-se obrigada a fazer algum recuo. Nesse sentido, a poetisa sofria a humilhação de ser pobre, trabalhadora rural, mulher e artista. Para ela, não era apenas um problema. Tinha que lidar com a terra e a palha da cana, ser uma mulher e muito mais, enfrentar a sociedade como *“uma mulher artista”*. Evidentemente, era necessária muita coragem para uma jovem do campo fazer o que lhe era proibido e ter que enfrentar, com todas as forças, preconceitos, estereótipos, estigmas sociais etc.

Eu, apesar de ser uma menina pobre e não ter nenhum estudo, assim avançado, um grau escolar adequado, mais é uma pessoa que merecia assim, para eles, outro caminho. Na cabeça dos meus pais, dos meus vizinhos, dos meus familiares é, uma viola era uma desonra. Porque a viola sempre foi, é,... era um reduto masculino, né? Era uma profissão. (...). Hoje não, hoje o mundo está mais, é mais conscientizado, o povo está mais educado nesse, nessa parte, né? Mas antigamente o artista era um vagabundo, era um boêmio da noite, era isso, era aquilo outro. Era, era.... se disser, falar num artista era como se fosse falar num vândalo. Uma praga, entendeu? E por essa era um vagabundo que não tinha coragem de trabalhar, um preguiçoso, ia deixar de trabalhar, pegava uma viola e saía pelo mundo. De repente, tá a moça de família que considerava, que bastava ter uma pelezinha mais clara, aí já chamava “a moça de família” e, para mim, todos nós somos família. Não é a cor da pele que faz a gente ser família. Todo mundo tem família. Mas só era moça de família se tivesse a pele branca? Por quê? Negro não é gente? Engraçado, todo mundo tem família. Não! Tinha que ter olho azul. Tinha que ter a pele branca, tinha que ter não sei o quê, tinha que ter um pedaço de terra porque se não... Porque,

⁸¹¹ LEITE, Maria da Soledade. **Entrevista concedida a** Op. cit.

se não, é preconceito (...) e eu era contra isso. Aí, de repente, eu abraço a viola. A minha família não gosta de mim? Não quero nem saber”⁸¹².

A própria família tinha vergonha daquela mulher que “abraça[va] a viola”, profissão exclusivamente masculina. Lembra ela: “*Minha família... quando eu comecei se escondiam, quando passava que eu estava cantando viravam a cara. Passava por outro canto para não passar por mim*”. E, quando terminava a cantoria, “*chegava aqui [na cidade], tinha muitas famílias aqui. Eu não procurava tio, casa de tio, de ninguém, não*”. E continua: “*eu, terminava a cantoria, (...), Aí a gente cantava quando terminava eu subia com eles, dormia lá na casa de dona Zefinha*”⁸¹³. A respeito dos populares que acolhiam a poetisa depois de um dia de cantoria, ela observa:

Eram os negros do Cruzeiro, como eles diziam, que desciam para a cantoria, que vinham para a cantoria, que vinham pagar a minha cantoria, que quando terminava me levavam para a casa deles. Chegava lá, tinha uma rede para eu dormir. Tinha água para eu tomar banho, ... depois do banho, tinha meu lanche, para poder dormir. (...), tinha café da manhã. E ainda desciam (...). Então, esses negros do Cruzeiro era meus irmãos. Era minha família⁸¹⁴.

Era a gente mais pobre e simples que a acolhia e admirava enquanto repentista, enquanto “*artista mulher*”. Ainda a respeito, declara: “*em vez de procurar a casa da família eu ia para a casa dos negros do [bairro Morro do] Cruzeiro*. E esses eram homens e mulheres que laboravam “*no partido de cana, corte de cana, enchendo o caminhão*”⁸¹⁵.

As dificuldades que as trabalhadoras rurais viviam eram muitas, diversas, tantas, que elas procuravam uma saída para essa vida por demais sacrificada. Ao falar da possibilidade de sair do trabalho pesado, dona Carmelita lamenta: “*quando eu me casei, ele [o esposo] dizendo que ia me tirar daquele negócio, aí foi que eu trabalhei, aí foi que foi mais trabalho*”⁸¹⁶.

Para muitas mulheres, a faina no mundo rural era penosa. Continuadamente atravessando as fronteiras dos tempos, a senhora Carmelita Alves avalia a relação entre o passado e o presente: “*agora não, tudo é fácil. Mais nessa época era tudo difícil*”. Em uma sociedade em que as mulheres do campo eram, de certo modo, despossuídas de direitos, muitos viviam o status de classe e o conforto de seus lares, “*e eu lá morrendo de trabalhar*”⁸¹⁷.

A senhora Luzia Ferreira, que viveu as experiências da lida no campo, tem opiniões semelhantes sobre esse passado. Para ela, apesar de todas as dificuldades, o roçado era

⁸¹² *Idem*.

⁸¹³ *Idem*.

⁸¹⁴ *Idem*.

⁸¹⁵ *Idem*.

⁸¹⁶ ALVES, Carmelita da Silva. **Entrevista concedida a Op. cit.**

⁸¹⁷ *Idem*.

prazeroso, conforme declarou ao ser entrevistada: “*Minha vida foi sempre uma vida sofrida, mas hoje agradeço a Deus por estar aqui e por ter tido a coragem que tive, né?*”, orgulha-se ela. E continua, “*limpei mato, apanhei... apanhava fava, milho e aquela coisa toda. Trabalho ele nunca é ... nunca discrimina ninguém. O bom é a gente arrumar o pouquinho que der pra comprar as coisas, né? Pra não pedir*”⁸¹⁸.

5.3 LUGAR DE MORADA: O SÍTIO E A HABITAÇÃO

Na zona canavieira, não era difícil perceber a materialização das relações sociais marcadas pelos padrões das habitações. Muitos engenhos envolviam uma complexa força de trabalho na fabricação de derivados da cana ou mesmo em outros serviços agrícolas e/ou na pecuária. Existiam grandes, médias e pequenas propriedades reservadas ao cultivo da cana enquanto outras fazendas laboravam culturas diferentes, mantendo, em suas terras, certo número de moradores. Geralmente, esses empreendimentos rurais mantinham uma população de homens e mulheres nos seus arredores, com o propósito de que servissem a algumas funções, principalmente como mão de obra cotidiana. Outro papel desempenhado por essa gente era o de vigilante permanente nas longas faixas de terra da propriedade, onde, ao mesmo tempo em que se tornava uma extensão dos olhos do senhor de engenho ou proprietário de terras, tinha, igualmente, os passos vigiados.

A unidade de destaque era a casa-grande, representação simbólica, na perspectiva sociológica de Gilberto Freyre, da classe agrária dominante no Nordeste açucareiro. Eis um lugar de onde, quase sempre, emanavam poderes exercidos pelo senhor de terras sobre seus escravizados, o que caracterizou esse espaço como o dos grupos dominantes do Brasil colonial.

De acordo com Afrânio Garcia, que estudou a região do Brejo paraibano e sua composição social na década de 1970, o espaço que constituía a zona canavieira era composto de uma hierarquia social perceptível em sua materialização. Materialização essa que se evidenciava, por exemplo, nas diferentes edificações residenciais que envolviam a casa-grande, o engenho, as residências dos moradores e as de pequenos proprietários. Dessa maneira,

No meio do canavial, vez por outra, encontram-se as casas dos *moradores*, de pau-a-pique, em geral, cercadas por roçados e eventualmente algumas árvores frutíferas. A posição central e o aspecto da casa da família do proprietário, em contraste com as casas dos *moradores*, e a extensão do canavial confrontada aos roçados diminutos constituem um dos melhores índices da maneira pela qual se distribui e se exerce o poder social⁸¹⁹.

⁸¹⁸ FERREIRA, Luzia Soares. **Entrevista concedida a** *Op. cit.*

⁸¹⁹ GARCIA, Afrânio Raul. **O Sul:** caminho do roçado. Estratégia de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero/Editora UnB, 1989. p. 43.

Essa paisagem, captada por uma lente sociológica, consiste num conjunto de elementos que compõem um determinado quadro social, refletindo diretamente numa primeira compreensão das relações de poder ali estabelecidas. Pensar a constituição desse espaço pode ajudar a compreender as práticas ali exercidas pelos sujeitos ocupantes desse ambiente. Enquanto ser um senhor de engenho e/ou proprietário de terras nos leva a pensar na investida de poder que este exercia,

Ser *morador* ou tornar-se *morador* significava se ligar ao senhor do domínio de uma maneira muito específica, numa relação que supunha residência e trabalho simultaneamente. A ênfase da residência, que o termo *morar* revela, tem um forte significado simbólico. Quem se apresentava ao senhor-de-engenho não pedia trabalho pedia uma *morada*. Entre as obrigações que a *morada* acarretava, havia forçosamente o trabalho para o dono do domínio, mas esta não era a questão básica: é o que distinguia o *morador* de um pequeno proprietário das vizinhanças, saber que podia vir apenas se havia trabalho no engenho⁸²⁰.

No mundo rural, o grupo social que detinha poder aquisitivo elevado podia oferecer às suas famílias habitações relativamente confortáveis, com acesso a eletrodomésticos e móveis de luxo⁸²¹. No entanto, a pouca mobília existente nas casas da gente pobre demonstra claramente não haver quase nenhum conforto, em termos materiais, aos seus moradores. Na periferia da cidade de Alagoa Grande e, principalmente, no campo, em quase todas as residências, não havia eletrificação, água encanada e/ou saneamento básico.

De modo geral, as residências das populações mais pobres não dispunham de um cômodo como ambiente propício para atender às necessidades fisiológicas. Na verdade, não existia “pomar, nem banheiro, nem latrina. Tomava-se banho nos açudes ou nos riachos e era no mato que cada um se despertava de suas necessidades”⁸²².

5.3.1 O sítio

Quase sempre ao morador era concedida uma pequena faixa de terra⁸²³ onde este podia desenvolver a sua agricultura de subsistência, plantando tubérculos, árvores frutíferas, além de hortaliças. Não obstante, lhe era proibido o cultivo de uma cultura permanente. Em alguns casos, o morador podia cultivar uma outra área, nem sempre fixa, onde mantinha o seu “roçado”, cultivando ali quase sempre milho, feijão, fava etc. Mesmo que não pagasse nenhuma

⁸²⁰ *Idem.* p. 38.

⁸²¹ Você já fez seu pedido ao preço anão da Socic? **O NORTE**. João Pessoa, 12 dez. 1971. Nº 5.626, p. 8.

⁸²² ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**: memórias de um município. *Op. cit.*, p. 150.

⁸²³ Sobre o sítio, Cf.: MAUPEOU, Samuel Carvalheira de. Seria o sítio uma forma de luta pela reforma agrária? A “Lei do Sítio” nos processos do TRT de Pernambuco (1980-1985). **Revista Historiar**, Vol. 07, N. 13, Ano 2015.2, p. 36-53.

renda ao patrão, ele e a família ficariam submetidos a uma relação de dívida permanente. Assim, “ao pedir morada, quem o fazia já demonstrava não ter escolha melhor, para onde ir: não tendo meios de organizar sua existência social ia pedir ao senhor que os fornecesse ou mesmo que a organizasse para si”⁸²⁴.

Possuir um sítio ou o direito de cultivar uma gleba de terra equivalia, na linguagem dos trabalhadores rurais e moradores, a ter “um trato de terra”. Da mesma maneira, plantar uma lavoura era o mesmo que “fazer roça”, e o sítio era “onde fazia agricultura”⁸²⁵. Na verdade, trata-se de uma variação linguística de nível estilístico-pragmático com a qual os trabalhadores se comunicavam, se apropriando das experiências cotidianas dentro de um contexto regional de comunicação em que os sujeitos interpretavam, se apropriavam e representavam a realidade cultural da região.

Nessas pequenas glebas de terras, se plantava “*mandioca, arroz, feijão, batata. É, essas coisas de primeiras necessidades, né? Feijão, mandioca, fava, milho, jerimum, quiabo, maxixe, melancia. Essas coisas que o trabalhador*” rural necessitava como mantimentos básicos para o alimento de toda a sua família, explica a entrevista Maria da Soledade⁸²⁶. Além disso, também se podia criar animais, aves domésticas como galinha, guiné, peru, pato e outros animais de pequeno porte, a exemplo de porco, ovelha, cabra etc.

Raramente havia o aval do proprietário para o morador manter no sítio animais de grande porte, a exemplo de uma vaca de leite e/ou um burro ou cavalo, usado, exclusivamente, para puxar arado e/ou para o transporte de pessoas. Contudo, é importante lembrar que, muitas vezes, se exigia certo limite de cabeças de animais na morada. Além disso, a família moradora podia criar poucos animais e de pequeno porte destinados, apenas, ao consumo. Portanto, era extremamente proibida a criação desses animais para a comercialização, uma vez que, para o proprietário das terras, essa prática se configurava no usufruto exclusivo de seu imóvel, a terra, sem o seu consentimento. Manter o aumento da criação no sítio resultava em muitas reclamações por parte do patrão.

No entanto, apesar das limitações do número de cabeças que podiam ser criadas, muitas vezes e em determinadas circunstâncias, como quando ocorria a expulsão do morador, essa prática era alegada pelo proprietário como sendo um direito não consentido, espécie de usufruto ilegal. Assim se deu no engenho Carnaval, em Alagoa Grande, de propriedade do senhor Júlio Cézar Miranda de Gusmão. De acordo com o advogado do proprietário, o morador “vive na

⁸²⁴ GARCIA, Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado**,.... *Op. cit.*, p. 38-39.

⁸²⁵ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo nº 439/63**. p. 15.

⁸²⁶ LEITE, Maria da Soledade. **Entrevista concedida a** *Op. cit.*

propriedade abusando da sua boa vontade”, pois que, “sem anuência dos herdeiros, fez um plantio de bananeiras numa área de aproximadamente, dois hectares”. Além de tudo isso, “tem criação de cavalo, boi, porco, galinha etc. Trabalha ainda em roçado, em terra da propriedade, cultivando o milho, mandioca, feijão, sem pagar um centavo à propriedade [e] de tudo usufrui”⁸²⁷.

Como não podia criar com abundância, muitas vezes e mesmo a contragosto do patrão, o morador desenvolvia alguma cultura com o propósito de vender grande parte de sua colheita, sendo as mais comuns os plantios de bananeira, macaxeira, batata e inhame. Eram produtos que podiam ser facilmente comercializados no mercado público e/ou na feira realizada semanalmente na cidade⁸²⁸. Embora trabalhoso, o processo de transformação da mandioca em farinha era uma escolha de muitos moradores que cultivavam este tubérculo. Para essa realização, usava-se a casa de farinha do engenho, pagando, quase sempre, ao dono da engenhoca o aluguel pelo seu uso. Tratava-se de uma renda extra que permitia ajudar nas despesas da casa e da família. Seu Francisco Nascimento testemunha essa experiência e compartilha:

Toda vida, olha! Quando eu me casei eu tinha um pedaço de roça. Não! Quando foi pra me casar eu tinha um pedaço de roça, grande. Toda semana trazia uma carga de farinha para aqui pra vender em Canafistula⁸²⁹. Ali [nas proximidades de sua residência, nesse mesmo distrito] tinha uma venda que era mesmo que um armazém. Eu vendia a vinte mil Réis a cuia. Eu vendia. Toda semana. Aí foi, fui comprando os trocinhos para dentro de casa, né? Para me casar⁸³⁰.

A senhora Carmelita Alves mantinha um pequeno sítio onde cultivava “*tudo: macaxeira, mandioca, milho, feijão, jerimum, abacate, laranja, mamão, caju. Todo tipo de coisa tinha no meu sítio*”. E orgulha-se complementando: “*eu mesmo plantava, eu mesmo vendia*”. Além do pomar, de que ela cuidava em uma lida diária, também criava aves cuja comercialização servia para a ajuda na economia doméstica⁸³¹. Recorda-se Maria Soledade que, no seu sítio, se plantava quase tudo, embora fosse exclusivamente para o consumo da família. Além disso, também se “*criava cabra, era..., suíno, depois! Já... a minha tia tinha* [tão somente]

⁸²⁷ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo nº.** 241/81. p. 10.

⁸²⁸ Aqui se encontra uma oportunidade para se pensar sobre o “sítio”, propriamente dito, no âmbito do contexto da condição de morador e que está relacionado à “brecha camponesa” como bem discute a professora Christine Dabat, DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho: ... Op. cit.**, p. 470-476. Em relação à “Brecha camponesa”, Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁸²⁹ O distrito de Canafistula situa-se a, aproximadamente, seis quilômetros da sede do município de Alagoa Grande, no sentindo nordeste, às margens da PB 075 que liga essa urbe aos municípios de Alagoinha, Cuitegi e Guarabira.

⁸³⁰ NASCIMENTO, Francisco. **Entrevista concedida a.... Op. cit.**

⁸³¹ ALVES, Carmelita da Silva. **Entrevista concedida a ... Op. cit.**

*uma vaquinha, [ou seja] meus tios. Mas a gente não tinha não*⁸³². Para essa entrevistada, a criação de gado bovino, no sítio de sua família, era proibida.

Não obstante, havia moradores que plantavam mas cuja produção mal dava para o sustento de toda a família. Foi o caso do senhor Antônio Ferreira de Lima, que morava no engenho Carnaval, no município de Alagoa Grande, onde trabalhava durante os cinco dias da semana e mantinha “uns dois hectares de roça e bananeira”. Ainda possuía, nessa área, “apenas um animal de carga”. Essa situação não era nada fácil para um pai de quatorze filhos, “sendo que três... [destes residiam] fora”. Embora a família lhe ajudasse “no seu próprio roçado” e nas plantações de bananeiras, a prole era numerosa e apenas ele obtinha alguma remuneração para a compra dos gêneros alimentícios semanalmente, na feira⁸³³.

A labuta no engenho e/ou nas terras do patrão levavam-lhe, praticamente, a semana inteira, restando-lhe, com dificuldade, um ou dois dias. Estes era comumente o sábado e o domingo, ou, simplesmente, o domingo para as compras na feira e/ou na mercearia e para “fazer roça” ou trabalhar “onde fazia agricultura”. Geralmente, cultivava, plantava, limpava e colhia a lavoura de subsistência com a colaboração da mulher e dos filhos. O senhor Vicente, quando obrigado a ter que trabalhar para o seu patrão, deixava a sua esposa e os filhos pequenos cultivando o seu sítio, pois, quando dispunha de algum “dinheiro bota[va] o trabalhador para tratar do roçado e quando não tem a mulher e [os] meninos tomam conta”⁸³⁴.

De acordo com Andrade, os usos do cambão e foro, elementos instituídos no pós-abolição e tão persistentes nas relações de trabalho rural em grande parte do Nordeste brasileiro, permaneceram no século XX, durante décadas, e descrevem muito bem as práticas de exploração e expropriação que viveu grande parte da massa de trabalhadores rurais, uma vez que:

Se levarmos em conta o valor de um dia de trabalho, sabendo-se que o trabalhador presta anualmente 52 dias de trabalho gratuito ao proprietário, concluiremos que ele paga um aluguel exorbitante pela pequena área de cultura e pela choupana – às vezes construída por ele próprio – em que habita. Vê-se assim, nas relações de trabalho acima especificadas, a grande desvantagem levada pelo agricultor que, não possuindo terras, vê-se obrigado a sujeitar-se a contratos verdadeiramente leoninos⁸³⁵.

Por vontade do senhor de engenho, os moradores poderiam, a qualquer momento, ser expulsos. A rudeza, juntamente com as constantes ameaças patronais, bastavam para expressar

⁸³² LEITE, Maria da Soledade. **Entrevista concedida a** *Op. cit.*

⁸³³ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo nº.** 241/81. p. 7.

⁸³⁴ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo nº.** 1036/82. p. 8.

⁸³⁵ ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste:** contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Atlas, 1986. p. 205.

o contexto de um clima em que vivia, permanentemente, grande parte da população pobre do campo. Ao exigir a saída do morador, geralmente por este descumprir alguma exigência, o tom era de verdadeira ameaça⁸³⁶.

A partir de 1965, a denominada Lei do Sítio concedia ao “trabalhador rural da lavoura canavieira” o direito, “a título gratuito”, “de uma área de terra próximo à sua moradia, suficiente para plantação e criação necessárias à sua própria subsistência e à de sua família”. A dimensão dessa área limitava-se a “até dois (2) hectares [de terra que deveria ficar] situada de preferência, nas proximidades da moradia do trabalhador e em distância não superior a três (3) quilômetros”. Entretanto, para o direito a essa concessão, o trabalhador deveria ter “mais de um ano de serviço contínuo” na propriedade⁸³⁷. Esta última cláusula deixava de fora muitos homens e mulheres do campo, como foi o caso da trabalhadora rural Evani Serafim da Silva, moradora do engenho Jenipapo. O fato é que ela nem sempre conseguia obter um sítio porque não se demorava muito nos engenhos em que passava a residir e laborar.⁸³⁸

Constata-se que, até o fim dos anos de 1950, muitas famílias permaneciam bastante tempo enquanto moradores e mão de obra exclusiva de um determinado engenho. No entanto, na década seguinte, evidencia-se, com maior frequência, a expulsão de moradores. Em 1982, o senhor João Freire da Silva residia no Engenho Bonito, município de Alagoa Nova; “sendo estável - trabalha[va] há 24 anos”, lidando com a palha da cana naquelas terras. Como era seu direito, “trabalha[va] numa área de meio quadro de terra pertencente ao reclamado, onde faz[ia] o plantio de lavouras de subsistência, o que aliás se constitui[a] cláusula contratual, e que vem se cumprindo desde remotas data ou seja do início do seu contrato de trabalho”, sendo “praxe e de lei, a detenção de gleba para o plantio de lavouras de subsistência em áreas canavieiras”.⁸³⁹

No entanto, nem sempre a lei era cumprida ou apenas se cumpria parcialmente, situação comum na zona canavieira da Paraíba⁸⁴⁰. Muitas evidências demonstram uma realidade diferente da oferecida pela legislação, como é o caso do senhor Damião Alves Jacinto, que

⁸³⁶ A título de exemplo, eis a reclamação do trabalhador rural Antônio Ferreira de Lima, morador do Engenho Carnaval, de propriedade do senhor Júlio Gusmão, no município de Alagoa Grande. Cf. Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo nº 241/81**. p. 7.

⁸³⁷ Assim era denominado o Decreto Lei que obrigava o proprietário a ceder ao trabalhador rural da lavoura canavieira uma faixa de terra. Cf. BRASIL. **Decreto nº 57.020, de 11 de outubro de 1965**. Dispõe sobre a concessão de terra ao trabalhador rural da lavoura canavieira e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 13 out. 1965. Seção 1, p. 10.446. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-57020-11-outubro-1965-397326-publicacaooriginal-1-pe.html>. Reacesso em: 05 ago. 2020

⁸³⁸ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo nº. 1558/83**. p. 8-9.

⁸³⁹ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo nº. B-106/82**. p. 14.

⁸⁴⁰ Em relação a experiências semelhantes em outras latitudes: DABAT, Christine Rufino. “É a parte que te cabe deste latifúndio”: acesso precário e limitado à terra para os trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco. **Tempos Históricos**, vol. 18, p. 191-216, 2º Sem. 2014. p. 204-205.

morava na propriedade Rapador, em Alagoa Grande. Este morador “tinha um roçado para suas plantações”; todavia, a área concedida para o cultivo de sua lavoura “media mais ou menos meio hectare” de terra⁸⁴¹. Quando se ausentava ou adoecia, eram os seus filhos que administravam o cultivo no terreno. Como se vê, a área a ele concedida não correspondia ao que rezava a legislação.

Havia casos em que os moradores não tinham sequer uma área “onde fazer agricultura” nem mesmo “um trato de terra” onde pudessem “fazer roça”. Em outra altitude, na circunvizinhança, no município de Alagoa Nova, mais precisamente no sítio Bacupari, residia a família do senhor Manoel Pessoa de Oliveira. Naquela propriedade, onde morava e laborava, não lhe fora concedido nenhum “roçado de plantação”. Na verdade, tinha o seu filho “um roçado em uma propriedade do Sr. Antônio Nogueira que é vizinho do reclamado”, mesmo assim, “este não mede nem meio hectare”⁸⁴². De modo semelhante, outros homens e mulheres do campo não tinham direito a um “trato de terra” para plantar, ou seja, “nunca teve roçado de plantação” em terras de seu senhor⁸⁴³.

A vida da família camponesa, em termos de moradia, era verdadeiramente instável, porque, a qualquer momento, o contrato entre o morador e o proprietário podia ser quebrado e, nessas circunstâncias, aquele era avisado, por meio de terceiros, “de que o patrão não mais queria os seus serviços”. Assim, poderia ter um sono tranquilo à noite e acordar, no dia seguinte, sem casa, sem terra e sem trabalho. Foi o que ocorreu ao senhor Severino Sebastião da Silva, morador do engenho Capivara, que, além de envidar esforços limpando mato, cavando valetas, laborava em uma pedreira em terras do seu patrão. Ele “plantava uma rocinha para o seu próprio sustento” e “mantinha ao lado do seu rancho bem como algumas [árvores] frut[ífer]as que foram destruídas” a mando do proprietário, que exigia a sua saída. No seu sítio, havia uma diversidade de árvores frutíferas que ele tinha plantado e cultivava para o próprio consumo como “mangueira, café, laranja, banana, jaca, manga etc.”⁸⁴⁴.

A princípio, as residências dos moradores situavam-se não distante do engenho e em área propícia ao plantio e de terras férteis. Com a expansão das plantações de cana, a partir da década de 1960 e mais ainda na década seguinte, muitas casas e sítios dos moradores foram transferidos para as áreas menos produtivas. “O sr. Júlio [Gusmão] propôs ao postulante a

⁸⁴¹ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo nº**. B-608/82. p. 7.

⁸⁴² Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo nº**. B-1271/82. p. 15.

⁸⁴³ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo nº** 377 e 378/69. p. 11.

⁸⁴⁴ De acordo com o processo, o Engenho Capivara ficava situado nas proximidades da usina Tanques. Cf. Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo Nº** 1559/83. p. 19-21.

transferência do seu roçado para um outro local do engenho, pois pretendia utilizar o local do roçado para o plantio de cana”. No entanto, aquele morador “não concordou e, a partir de então passou a criar problemas”. Na verdade, esse “acordo seria a concessão de um novo local para o roçado e uma... nova casa para” o morador⁸⁴⁵.

5.3.2 As habitações propriamente ditas

Contra o frio, contra o calor, contra a tempestade, contra a chuva, a casa é um abrigo evidente... a casa constitui, por assim dizer, um contra-universo, ou um universo do contra.

Gaston Bachelard⁸⁴⁶

A variedade de tipos arquitetônicos de que se constituíam as habitações na zona canavieira, corresponde, consideradas as suas limitações, à formação de uma paisagem social. De maneira geral, as habitações de pau a pique onde morava grande parte dos despossuídos de terra entravam em contraste com os casarões de senhores de engenhos e das fazendas. Outras residências, situadas em meio termo, também marcavam presença nessa paisagem, como as de outros trabalhadores e de pequenos proprietários. Portanto, ainda hoje se vê, de um lado, o “tipo rural de habitação nobre” e, de outro, o modelo de uma construção rústica, o que permite visualizar o capital econômico da população habitante da região canavieira⁸⁴⁷. Ou seja, a partir desse ponto de vista, percebe-se a organização do espaço agrário, com o grande latifúndio e o minifúndio. Em outras palavras, se, de um lado, consta o mocambo e, do outro, a casa-grande, numa compreensão bastante sintetizada ou, mesmo, grosseira, havia uma polaridade entre quem tem muito e quem não tem nada, quem possuía muita terra e quem nela trabalhava e não a possuía.

Tal disposição é similar àquele modelo habitacional dos trabalhadores escravizados, agentes históricos de um longínquo período, miserável herança do Brasil colonial (distanciando-se, aqui, do preconceito sobre esse modelo de construção), que carrega consigo a marca da pobreza e da profunda desigualdade social no país. Na verdade, a denominada casa de taipa, carregada de uma representação social negativa, reflete as relações de poder que revelam a precarização das vidas de homens e mulheres, principalmente no espaço rural, ou

⁸⁴⁵ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo** Nº 241/81. p. 14-15.

⁸⁴⁶ BACHELARD, Gaston. **A terra e os devaneios do repouso**: ensaios sobre as imagens da intimidade. 2 ed. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 87.

⁸⁴⁷ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 16 ed. São Paulo: Global, 2006. p. 269.

seja, remonta aos primeiros séculos de colonização.

Casa de Taipa, casa de pau a pique, taipa de sopapo, taipa de sebe, taipa de varas, taipa de mão etc. são as diversas nomenclaturas expressas na cultura regional do Nordeste, para definir as moradias rústicas elaboradas por meio de técnicas simples. A sua construção exigia poucos recursos (barro, argila, madeira, palha, cipó), além de ser economicamente viável às populações mais pobres. Quando concedidos, esses materiais eram extraídos pelos próprios lavradores da propriedade, geralmente com a vigilância do proprietário ou administrador das terras. No entanto, a fragilidade do barro cru e da madeira não suportava por um longo período as intempéries do tempo (sol e chuva) e, por essa razão, essas construções, necessitavam de reparos constantes. Em alguns casos, havia a necessidade de uma outra edificação. Mas nem sempre o proprietário concedia autorização para uma nova construção⁸⁴⁸.

Quando não havia condições para a reforma apelava-se para uma nova construção, como no engenho Carnaval onde o morador Antônio Ferreira de Lima “tirou madeira da propriedade para construir uma casa para ele mesmo e outra para um filho seu”, o que, sem o consentimento do proprietário, foi motivo para a sua expulsão. Na maioria das vezes o uso de telhas de barro cozido exigia um grande esforço e recursos maiores o que encarecia mais ainda a construção. Diante dessas dificuldades o morador acabava por optar a utilização de “palhas [de coqueiro] para a cobertura de [sua] casa”⁸⁴⁹. Também era comum o uso de capim e da palha de arroz na composição do telhado.

Havia casos em que as precárias condições da edificação, sem reparos constantes, acabava “ameaçando cair”, ou mesmo a família ficava a pedir outra morada, por ter “caído a sua casa”. Dessa maneira, o morador se via em uma situação de desvantagem ao ver a sua família correndo risco de morte se a casa desabasse, ou de perder a morada e o trabalho, uma vez que ao morador poderia ser negada uma outra residência na propriedade e, conseqüentemente, ele poderia ser expulso, como sucedeu à senhora Maria das Neves e seus dois filhos, na fazenda Santa Luzia, no município de Cruz do Espírito Santo.

Percebendo que a edificação onde morava ameaçava desmoronar literalmente e temendo o pior, preferiram acreditar que o proprietário lhes concederia um outro abrigo. Apesar disso, o

⁸⁴⁸ A casa de taipa é uma construção feita sobre uma estrutura fincada ao chão por estacas e trançada com varas finas amarradas com cipó/fibras, onde, em muitos casos, os espaços são preenchidos com esterco de gado bovino e, depois, é feita a aplicação de barro amassado. A cobertura, geralmente, é de palha ou telha de barro cozido. Sobre a arquitetura da casa de taipa. Ver, a respeito: VIEIRA, Carolina Nascimento. **Habitus e Habitação: a precarização ideológica da taipa de sebe no Brasil**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2017. Em relação a uma história da arquitetura popular no Brasil, Cf. WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

⁸⁴⁹ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo** nº 241/81. p. 14.

patrão exigiu que os mesmos “desocupassem a casa para plantar cana”⁸⁵⁰.

Na maior parte dos casos, a morada do(a) trabalhador(a) rural, nos engenhos e/ou nas fazendas, era um ambiente precário. A falta de restauração viabilizava a reprodução de insetos, tornando-se um ecótopo artificial propício, a exemplo do triatomíneo, conhecido popularmente como barbeiro e que podia ser facilmente encontrado no ambiente peridomiciliar e domiciliar. Esse modelo de habitação, comum ainda nas décadas de 1960, 1970 e 1980, era uma dura realidade nas regiões fisiográficas da Zona da Mata e do Agreste paraibano. No município de Alagoa Grande, no engenho do Meio, por exemplo, “os agricultores habitavam em casas de taipa, sem reboco, cobertas de telha, de chão batido, em péssimo estado de conservação”⁸⁵¹.

No antigo engenho Fazendinha, no município de Pedras de Fogo, terras que foram adquiridas pela usina Central Olho D’Água ainda em 1975, permaneciam, no ano de 1979, 47 “sitiantes” que se encontravam “vivendo, em sua quase totalidade, em condições subhumanas, com uma renda incapaz de garantir-lhes o mínimo de uma sobrevivência condigna”. Ali aqueles populares sobreviviam “desprovidos dos mais elementares padrões sanitários, morando em casebres de barro e cobertos de palha, sem abastecimento de água, energia elétrica, saneamento e outros itens obrigatórios a um **status** decente”⁸⁵².

Esse exemplo ilustra bem as experiências habitacionais de moradores nas áreas canavieiras das mesorregiões da Zona da Mata e do Agreste paraibano. Grosso modo, os dados do Censo Demográfico realizado podem ajudar a pensar essa realidade. Para se ter uma ideia desse quadro, observe-se o exemplo de Alagoa Grande, município cujo número de moradores em domicílios particulares permanentes, no ano de 1960, somava um total de 32.889 habitantes. Enquanto isso, em todo o território do município, havia 6.127⁸⁵³ domicílios particulares. Considerando a relatividade dos dados fornecidos pelo Censo daquele ano, apenas 51,95% desse total geral de domicílios eram de propriedade do próprio morador. 11,57% se encontravam em condição de alugados. Enquanto isso, em 36,47% das habitações contadas os moradores viviam em outra condição, ou seja, não eram proprietários do domicílio e pagavam a morada de outra maneira que não a de aluguel, exclusivamente⁸⁵⁴.

Em relação a outros dados, os documentos informam que, daquele número total de domicílios permanentes, apenas 11,31% tinham iluminação elétrica. Quanto ao abastecimento

⁸⁵⁰ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo** nº 618/78. p. 27.

⁸⁵¹ MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: Editora universitária/UFPB, 1997. p. 426.

⁸⁵² Tenta-se fabricar tensão social na zona canavieira Nota da Usina Central Olho D’Água. **O NORTE**. João Pessoa, 04 fev. 1979, nº 735, p. 3.

⁸⁵³ Desse número total de domicílios particulares, três eram improvisados.

⁸⁵⁴ IBGE **Censo Demográfico de 1960 – Rio Grande do Norte e Paraíba**. VII Recenseamento Geral do Brasil. Vol. I, Tomo V. p. 246.

de água, apenas 8,09% eram abastecidos por rede geral, enquanto 8,51% eram abastecidos por “poço ou nascente”. Cozinham a lenha 88,96% dos moradores dos domicílios⁸⁵⁵ recenseados pelo IBGE em 1960.

Discutindo as transformações ocorridas no mundo agrário no município de Alagoa Grande, resultantes da modernização da Usina Tanques e, conseqüentemente, com o fechamento de alguns engenhos, Freire confirma que esse movimento foi compulsório e que uma grande parcela de moradores foi expulsa daquelas terras onde laborava e residia, migrando para as áreas periféricas da cidade, sem receber o menor apoio do poder público. Dessa maneira,

O Morro do Cruzeiro, localizado a oeste da cidade, com quase 400 casas, é habitado na maior parte de sua área por ex-moradores de [engenhos de “fogo morto” como] Mandaú e Grutão [localizados ao norte da sede do município], [de propriedade] de Francisco e Severino Montenegro, com 50 e 75 casas de moradores, e de outros engenhos. Esses dois engenhos foram vendidos à Usina Tanques, pelos herdeiros [dos antigos proprietários], começando daí o período de maior saída de habitantes⁸⁵⁶.

Ainda destaca esse autor que, apesar das “precaríssimas condições de moradia [n]a grande maioria das propriedades e de quase sempre [o morador] ser tratado rudemente pela maior parte dos senhores de engenho”, “viviam bem melhor do que passara a viver”. Esta afirmação revela uma ligeira análise entre dois momentos que os trabalhadores rurais experienciaram. O primeiro foi aquele em que viviam nos engenhos como moradores, e um segundo momento se registrou a partir da “segunda metade dos anos [19]60”, quando ocorreu um aceleração na expulsão destes das terras, migrando, em sua maioria, para os centros urbanos. Contudo, em fins da década de 1980, enquanto, nos engenhos de “fogo morto”, ainda se encontravam “de 3 a cinco casas” de moradores, naqueles que resistiram e continuaram funcionando, “utilizando a menor parte da produção, encontra[va]mos em torno de 7 a 10 casas”⁸⁵⁷.

A migração de moradores de engenho para as áreas periféricas das cidades iniciou-se ainda na década de 1950, se intensificando em fins da década de 1960. Assim ocorreu no município de Pedras de Fogo, no extremo sul do estado da Paraíba. Expulsos de suas terras onde moravam, muitos trabalhadores passaram a habitar os “Bairros de Mangueira, Concórdia e Santo Antônio – onde ficam à espera dos caminhões das usinas do município, de Goiana ou Itambé [ambas situadas no Estado de Pernambuco], que vão busca-los para trabalhar na palha

⁸⁵⁵ *Idem.* p. 24.8

⁸⁵⁶ FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande**: sua história – 1625 a 2000. ... Vol. 01. *Op. cit.*, p. 174.

⁸⁵⁷ *Ibidem.*

da cana, na época da safra”. Dessa maneira, esses populares passaram a viver em “ponta de rua”⁸⁵⁸.

Na cidade de Alagoa Grande, o Morro do Cruzeiro passou a ser habitado por volta da década de 1950⁸⁵⁹. De modo geral, essa migração de moradores de engenhos para a periferia de muitas cidades se deu de forma compulsória, porque a gente expulsa de suas terras foi forçada a encontrar, de maneira rápida, algum lugar onde pudesse acomodar a sua própria família. No caso de Alagoa Grande, a área inicial foi o sopé do morro, que abrigou a gente sem casa e sem atividade laboral. Como observa José Avelar, “a mão-de-obra anual que absorvia mãos e braços de centenas de trabalhadores, passou a ser temporária, em torno de cinco meses, processada por pessoas moradoras da periferia da cidade, na maioria ex-moradores dos engenhos”⁸⁶⁰.

Com o propósito de estudar as relações de poder da zona canavieira, em Alagoa Grande, no ano de 1979, o fotógrafo Alberto Nasiasene cristalizou um conjunto de imagens do Morro do Cruzeiro e outras localidades. Esse álbum de fotografias, que se constitui de espaços, ambientes, paisagens, habitações, pessoas etc., revela, numa perspectiva sociológica, alguns aspectos de um cotidiano dos habitantes do Morro do Cruzeiro e de homens e mulheres que lidavam com a palha de cana⁸⁶¹.

A primeira tomada fotográfica, logo abaixo, bastante pertinente ao tema em discussão, apresenta uma subida implacável da cidade ao morro, num conflito com uma vegetação lenhosa que parece pouquíssima. Em sentido inclinado, vê-se uma rua de casas obedecendo a uma ordem linear e, nesse espaço, encontra-se uma escadaria até o topo do morro, onde está fixada uma cruz relativamente grande. A construção daquelas casas em uma área de topografia muito íngreme revela as evidências em que vivia a gente pobre. Como fica perceptível na imagem (Figura 13), na época do registro, há traços de ocupação do terreno em épocas diferentes.

⁸⁵⁸ CAVALCANTI, Maria Helena Pereira *et al.* **Uma história de Pedras de Fogo**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993. p. 50.

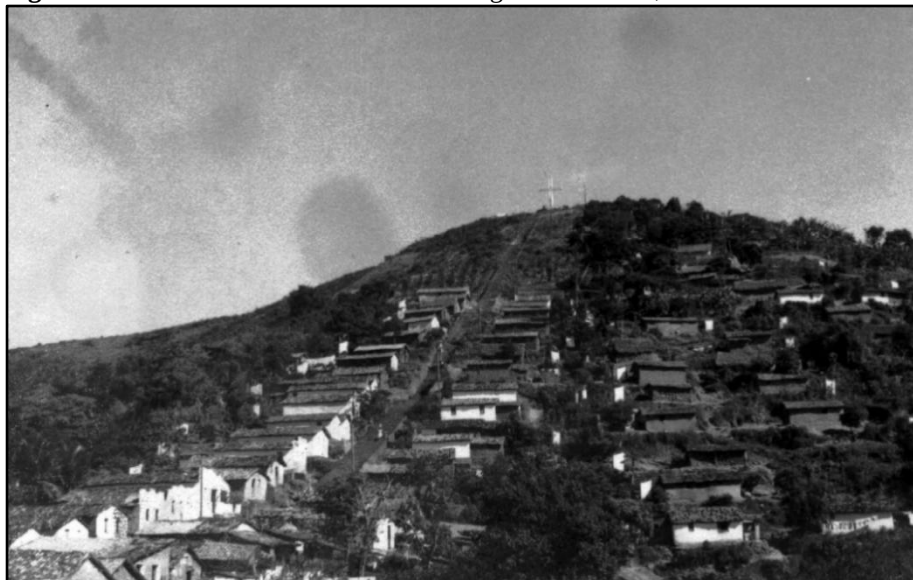
⁸⁵⁹ Em 1959, foi construído, no topo do morro, um enorme cruzeiro (e, por essa razão, o local passou a ser chamado de Morro do Cruzeiro) e uma escadaria para que a população tivesse a ele acesso, sendo inaugurados três anos depois, no último dia do ano de 1962. O monumento, símbolo do cristianismo, passou a ser visitado por fiéis que subiam ao cume, para pagar as suas promessas. As terras do Morro do Cruzeiro eram de propriedade da igreja católica, que concedeu à maioria dos moradores uma escritura de aforamento. Nos dias atuais, ainda se pode encontrar, naquele morro, algumas casas de taipa. FRANÇA, Wllame Walkiria Nóbrega de. **Processo de urbanização do Morro do Cruzeiro no município de Alagoa Grande/PB**. Monografia (Graduação em Geografia). Guarabira-PB: Universidade Estadual da Paraíba, 2012. p. 25-39. No morro, foi construída pela CAGEPA uma caixa de água de abastecimento da cidade. Além disso, também foram construídas escolas e foi instalada uma unidade de PSF, para atender às famílias daquele bairro. No cume do morro, além do cruzeiro, também se encontram instaladas antenas de sinal de TV, rádio e operadoras de telefones.

⁸⁶⁰ FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: sua história – 1625 a 2000**. ... Vol. 01. *Op. cit.*, p. 173.

⁸⁶¹ Parte do trabalho fotográfico realizado por Alberto Nasiasene, em 1979, enquanto era estudante do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal da Paraíba –UFPB, no Campus II Campina Grande; foi publicado em seu site e pode ser igualmente encontrado em: <http://www.semeandohistoria.com/2012/01/geografia-da-cana-na-3obra-de-jose-lins.html> Acesso em: 05 ago. 2019.

Enquanto grande parte das habitações da rua principal parece ser construída de alvenaria, as outras casas são predominantemente de pau a pique. Assim como nas zonas periféricas de tantos outros centros urbanos, em Alagoa Grande, aquele espaço deixa transparecer que não há nenhum aspecto de urbanização. Além disso, os aspectos dessas habitações representavam a imagem de pobreza e miséria que rondava as periferias das urbes.⁸⁶²

Figura 13: Bairro Morro do Cruzeiro em Alagoa Grande-PB, 1979



Fonte: Foto de Alberto Nasiasene

Para outros olhos, a vida ali parecia ser menos sufocante que as pressões exercidas pelos senhores de terra e de engenho. De certa maneira, estar morando ali já era uma conquista de liberdade para grande parte daquela gente⁸⁶³. Mas um problema era maior: esses populares ou os “*negros do Cruzeiro*”, como eram denominados pelas classes mais abastadas, segundo uma das entrevistadas, nem sempre tinham trabalho nem terras para permitir a sua sobrevivência.⁸⁶⁴ Manter-se em condições tão adversas não parecia nada fácil. Sobreviver naquela área, situada atrás da matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso, também era uma tarefa que estava relacionada ao mundo do religioso. Era viver sob a proteção do cosmos. O cruzeiro, construído no topo do morro e que passou a dar nome ao bairro, era o que trazia a proteção àquele lugar, defendendo-o de qualquer fenômeno adverso.

O estilo arquitetônico e o material utilizado na sua construção denunciavam o grupo

⁸⁶² Em relação à apropriação dessa representação, Cf. Cresce “Favela da Redenção”. **O NORTE**. João Pessoa, 17 jan. 1974. Nº. 5.323, p. 6.

⁸⁶³ Essa experiência de liberdade é compartilhada por outras pesquisas realizadas em outras latitudes como é o caso de Alagoas, Cf. HEREDIA, Beatriz Alasia de. **A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero, 1988. p. 207

⁸⁶⁴ LEITE, Maria da Soledade. **Entrevista concedida a...** *Op. cit.*

social que ali habitava. Como é possível perceber, por meio do fragmento seguinte (Figura 14), não havia a mínima atenção nem cuidado do poder público para com o espaço habitado por populares. Não havia qualquer preocupação com as mínimas regras do processo de urbanização, de saneamento básico, canalização de esgotos, sistemas de drenagem de água e, muito menos, pavimentação das ruas, o que estava muito distante das regras que a estética urbana exigia à época referida. Enquanto no centro da cidade sempre havia algum ordenamento urbanístico, em seu contorno, essas normas eram pouco respeitadas. Aparentemente, para os “narizes refinados”, ali se estabelecia o território do indesejável.

Figura 14: Casas de taipa no bairro Morro do Cruzeiro, em Alagoa Grande-PB, 1979



Fonte: Foto de Alberto Nasiatene

Pode parecer um deslocamento um tanto exagerado e generalizante, mas essas imagens do Morro do Cruzeiros nos remetem às experiências inglesas sobre as condições de moradia dos trabalhadores que habitavam os “bairros miseráveis” das grandes cidades industriais da Inglaterra de fins do século XVIII e da primeira metade do XIX, objeto de um profundo estudo do historiador Edward Palmer Thompson⁸⁶⁵.

O terreno em que se estabeleceu o bairro Morro do Cruzeiro, como o próprio nome já define, era bastante acidentado, oferecendo perigos iminentes aos seus moradores. Embora fosse esse um fator de desvantagem para a população ali residente, aparentemente era o único refúgio depois de uma expulsão dos engenhos e das fazendas. Ali os populares enfrentavam graves problemas, como o risco constante e imediato de desabamentos de materiais arenosos causados pela densidade pluviométrica durante a estação chuvosa.

No ano de 1969, o governo do Estado anunciava, nas páginas dos jornais, que fora a

⁸⁶⁵ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a maldição de Adão. 2 ed. Tradução de Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 230-237.

Paraíba o primeiro estado do Nordeste a ser “totalmente eletrificado”. De acordo com a reportagem, o seu projeto de eletrificação substituiu as “pequenas usinas-diesel elétricas” pela energia transmitida da hidrelétrica de Paulo Afonso, através da CHESF. Tal programa tinha um propósito: “para que os confortos da civilização chegassem também para o homem do interior, vitimado por um desconforto [que] já vem de séculos de sol causticante e terra madrastra”⁸⁶⁶. No entanto, em quase todo o Morro do Cruzeiro e em grande parte da zona rural de Alagoa Grande e de municípios adjacentes, não chegara, àquela data, o tão propalado projeto. Obviamente, tratava-se da construção de um discurso progressista com o objetivo de alimentar uma imagem positiva do governo e de sua política por meios propagandísticos.

Além de serem obrigados a vencerem o terreno íngreme, a vegetação e outras adversidades, aqueles moradores se encontravam submetidos compulsoriamente, teriam que aceitar a impossibilidade de viver aquele “conforto” tão decantado pelo discurso oficial. Assim como na zona rural, à noite o interior da maioria daquelas habitações era iluminado por lamparinas a querosene.

Figura 15: Condições da moradia no Bairro Morro do Cruzeiro, Alagoa Grande-PB, 1979



Fonte: Foto de Alberto Nasiatene

Esse terceiro fragmento cristalizado pelas lentes fotográficas de Alberto Nasiatene revela um percurso dentro do bairro. Na imagem logo acima, a madeira exposta no terreiro da casa sugere uma reforma no telhado da primeira casa, que parece estar com o seu teto renovado. No entanto, os batentes desgastados denunciam o difícil acesso à porta. A aparência do ambiente externo da residência era uma preocupação quase sempre da figura feminina, embora

⁸⁶⁶ Paraíba é o primeiro Estado totalmente eletrificado no Nordeste. **O NORTE**. João Pessoa, 31 dez. 1969. Nº 4.687, p. 3.

não fosse comum esse cuidado. Alguns moradores costumavam cultivar, na área peridomiciliar, algumas plantas ornamentais de propriedade terapêutica e/ou relacionadas ao universo da crença dos bons fluidos que estas podiam trazer aos seus habitantes, no terreiro ou em recipientes sobrepostos na parede, com plantinhas que deviam ser regadas cotidianamente, ou mesmo em latinhas penduradas nas paredes, abaixo da janela, como consta nessa imagem.

Esse modelo simples de arquitetura não necessitava de algum arquiteto, mas apenas de um profissional que dominasse as técnicas básicas de construção. Assim como na zona rural, grande parte dessas casas não tinha quintal, o que nos espaços urbanos era uma extensão bastante comum. Geralmente, essas residências tinham portas na frente e nos fundos, e janelas nas laterais e na frente. Como a madeira era um material mais difícil de se obter e muito caro para o baixo poder aquisitivo dos moradores, estabelecia-se um número mínimo de portas e janelas. Além disso, como a maioria das casas eram pequenas, o seu ambiente interno se desenhava com poucas divisões, constituindo-se de uma sala, um quarto e uma cozinha.

O registro fotográfico logo abaixo retrata uma cena cotidiana em um trecho de uma das ruas do Morro cujas edificações são precárias. Embora sejam de pau a pique, as duas primeiras casas também apresentam, em sua estrutura, o uso de outros materiais, como a cal e o cimento.

Figura 16: Populares transportando água. Morro do Cruzeiro - Alagoa Grande-PB, 1979.



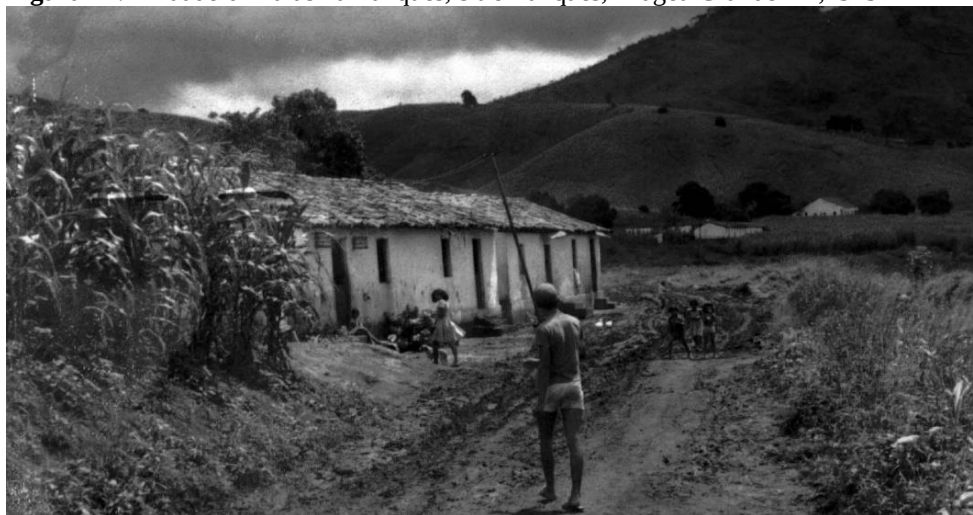
Fonte: Foto de Alberto Nasiatene

Uma das atividades praticada, exclusivamente, pelo sexo feminino domina a fotografia. Nela vê-se mulheres com potes de barro sobre um forro de tecido na cabeça e jumentos conduzindo, em seus lombos, cangalhas onde se encontram apoiados recipientes denominados de ancoretas e apropriados para o transporte de líquidos. Provavelmente, ali tinha um chafariz onde a população abastecia a sua casa de água para todas as atividades domésticas – lavar,

cozinhar, tomar banho etc. Uma terceira mulher parece subir as escadas com uma lata na cabeça. Além das mulheres, esse serviço envolvia também homens e crianças. Na casa em primeiro plano, vê-se uma senhora debruçada sobre a porta observando a cena descrita. Essa atividade, realizada cotidianamente, reunia um pequeno número de pessoas em diferentes horários, promovendo o contato principalmente entre as mulheres que, presas aos seus diversos afazeres domésticos e não tendo outro instante de lazer, encontravam naquele evento um momento oportuno para uma troca de experiências, para se abastecerem das últimas informações, saberem das novidades e das fofocas da comunidade etc. Para muitas, talvez fosse aquele o lazer mais divertido depois de um dia de tantas ocupações.

Nas proximidades da usina, além das habitações dispersas, existia uma concentração de casas geminadas que formava uma pequena vila/comunidade destinada aos moradores que trabalhavam naquela indústria, constituindo-se, basicamente, em dois arruados. Esse modelo, “herdeiro da senzala”, constitui uma prática comum na zona açucareira de alguns estados do Nordeste⁸⁶⁷. Ali habitavam dois tipos de trabalhadores. Enquanto um determinado grupo labutava na palha da cana, outros lidavam com atividades técnicas, ocupando funções internas no processo de fabricação do açúcar. Essas ocupações se expressavam, igualmente, nos dois tipos de habitação edificadas nas proximidades da usina.

Figura 17: Arruado 01 na usina Tanques, sítio Tanques, Alagoa Grande-PB, 1979



Fonte: Foto de Alberto Nasiatene

Acima, o autor nos oferece um registro de uma das ruas de casas da comunidade Tanques. A imagem captura parte das edificações e a presença de crianças, provavelmente filhos de trabalhadores rurais e moradores da usina Tanques. Este mesmo agrupamento de casas

⁸⁶⁷ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho: ...** *Op. cit.*, p. 587. Em relação a essa experiência no estado de Alagoas, Cf. HEREDIA, Beatriz Alasia de. **A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas.** *Op. cit.*, p. 77-78.

é capturado por outro ângulo, na fotografia abaixo. Desta vez, o fotógrafo se afasta para obter, na imagem, um conjunto completo de edificações.

Figura 18: Arruado 01 e açude na usina Tanques, Alagoa Grande-PB, 1979.



Fonte: Foto de Alberto Nasiatene

A paisagem rural revelada por esta fotografia apresenta um quadro onde é possível identificar um conjunto de elementos constituintes. Em primeiro plano, apresenta-se um arruado e, ao fundo, algumas habitações estão dispostas de maneira dispersa entre as plantações de cana-de-açúcar, como era comum nas usinas e nos engenhos. As elevações topográficas, ao fundo, denunciam os limites da extensão dos canaviais ali cultivados. O arruado acima era habitado, exclusivamente, por famílias cujos chefes ocupavam funções simples na palha da cana, que exigia grande esforço físico. A construção de uma vila, nas proximidades das usinas, atendia a uma estratégia de funcionamento desse modelo de indústria. Com a concentração dessas habitações, era possível reunir, em qualquer horário do dia ou da noite, um maior número de trabalhadores para executarem tarefas cuja operacionalização exigia certo número de pessoas.

Figura 19: Arruado 02 na usina Tanques, sítio Tanques, Alagoa Grande-PB, 1979



Fonte: Foto de Alberto Nasiatene

Esse segundo arruado, localizado, também, nas proximidades da mesma usina, apresenta alguns aspectos que diferem do primeiro. Em relação à arquitetura das residências, observa-se que, embora as casas sejam geminadas e com traços uniformes, há uma espécie de

alpendre na maioria delas. Além disso, o seu piso é elevado com calçadas na frente das casas. Outro aspecto importante é a presença de rede elétrica, inexistente no primeiro arruado. Além disso, algumas delas apresentam antenas de TV, denunciando o uso de aparelhos de televisão por parte de seus habitantes. Essas informações sugerem a presença de um certo conforto aos seus moradores. O fato é que estas últimas habitações eram destinadas aos trabalhadores internos, que exerciam atividades especializadas e recebiam melhor remuneração. Cogita-se que o interior dessas edificações era melhor aproveitado em sua divisão, oferecendo certa privacidade para os membros da família. Esses aspectos diferem totalmente das casas de taipa, com dois ou três cômodos.

Em fins dos anos de 1950, Andrade constatou, em sua pesquisa sobre a zona açucareira no Vale do Mamanguape, que, na usina Tanques, “a vila operária, [era] bem construída, composta aproximadamente de 40 casas conjugadas, porém dispoendo cada uma de pequeno terraço”. Em outras usinas situadas nesse Vale havia, similarmente, essa espécie de vila. Na Monte Alegre, “se acham em linha, a jusante da sede da Usina uma espécie de aproximadamente 100 habitações, construídas de tijolos e cobertas de telha”. Com estilo arquitetônico único, “o ‘rosário’ de casas parece haver sido construído com a finalidade de que seus moradores velassem pelo canavial que se expande pela várzea”. Na usina São Francisco, há uma “vila de casas de boa construção” reservadas aos “funcionários mais graduados” e outra “de casas conjugadas, de porta e janela, que se assemelham às antigas senzalas”. De modo semelhante, a usina Santa Maria concentrava uma rua de casas construídas com o mesmo propósito e onde residiam “os poucos funcionários e operários da indústria”⁸⁶⁸.

Não se pode negar que, nos engenhos e, portanto, na zona rural, muitas casas de moradores eram de alvenaria, mas como se evidencia nas fontes, também havia muitos homens e mulheres do campo que habitavam “casa de taipa coberta de palha” ou de telha de barro mesmo, a exemplo do senhor Antônio Ferreira de Lima, morador do engenho Carnaval, em Alagoa Grande, que vivia naquele modelo arquitetônico juntamente com a sua numerosa família de, aproximadamente, quatorze filhos⁸⁶⁹.

Quem não possuía casa própria e vivia sob a condição de morador em certo engenho, fazenda ou usina, em alguns casos, tinha que pagar o uso da morada por meio de serviços, “trabalhando dois ou três dias ao patrão”. Havia aqueles que moravam em uma casa de propriedade do usineiro e que teriam que pagar o aluguel de outra maneira, pois, no salário, já

⁸⁶⁸ ANDRADE, Manoel Correia de. **Os Rios-do-Açúcar do Nordeste Oriental II: ... Op. cit.**, p. 63-65.

⁸⁶⁹ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo Nº 241/81**, p. 8.

vinha “descontando a utilidade habitação”⁸⁷⁰. Havia, ainda, quem labutasse toda a semana, “só que na sexta feira, não recebia a sua diária, em virtude de trabalhar, para o proprietário, ou seja como desconto pela moradia”⁸⁷¹. Dessa maneira, ficava certo que “na sexta feira não recebia, pois ficava como pagamento pela sua morada, uma vêz que [o empregado] se instalou na própria fazenda por conveniência do trabalho”⁸⁷².

Essa dependência irritava mais ainda homens e mulheres que “davam duro” no sentido de adquirir a sua própria casa. Contudo, o salário era diminuto demais para dar condições a esses trabalhadores rurais de edificarem sua própria moradia e, muito menos, de adquirirem um minifúndio. O senhor Francisco Nascimento, por exemplo, foi morador de engenho durante grande parte de sua vida, como os seus pais e os seus irmãos. Em seu trabalho de rememoração afirma: “*Eu morava nas terras de senhor de engenho. Aí tirei meus direitos, comprei minha casa e vim morar [no distrito de Carnafístula]. Passei a não ser sujeito a ele mais*”⁸⁷³. Dessa maneira, uma pequena parcela daquilo que lhe foi negado durante grande parte de sua vida, na palha da cana, fora devolvida em uma “boa hora”. Aquilo que ele aspirava desde o seu casamento, demorou, mas chegou como um momento significativo, o que lhe representou uma grande conquista. Muitos dos que “viviam do alugado”, no campo, desejavam “tirar os direitos” e adquirir a casa própria.

5.4 A ALIMENTAÇÃO

5.4.1 Entre a fome e a fartura

Ao abordar “A formação da família brasileira” em sua mais conhecida obra *Casa-grande e senzala*, Freyre afirma que os “melhor[es] alimentados... eram na sociedade escravocrata os extremos: os brancos das casas-grandes e os negros das senzalas”. Para esse sociólogo pernambucano, por serem os trabalhadores escravizados e os senhores de engenhos “os melhores alimentados”, naturalmente que “dos escravos descende[ria] elementos dos mais fortes e sadios da nossa população”⁸⁷⁴. Essa afirmação saiu muito cara a esse intelectual. Ao

⁸⁷⁰ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo N°** 252/74, p. 59.

⁸⁷¹ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo n°**. 56/86. p. 14.

⁸⁷² Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo n°**. 57/86. p. 21.

⁸⁷³ NASCIMENTO, Francisco. **Entrevista concedida a** *Op. cit.*

⁸⁷⁴ FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: ...** *Op. cit.*, p. 34. Freyre ainda culpabiliza, em sua obra, os elementos geográficos, econômicos, sociais e etnoculturais. No entanto, o referido sociólogo não consegue enxergar que, dentre todos os fatores responsáveis por essa miséria alimentícia, o fator classe social teve peso preponderante.

classificar os trabalhadores escravizados como “bem alimentados” e ao tirar conclusões apressadas e generalizantes sobre a condição desses espoliados, Gilberto Freyre sofreu profundas críticas advindas de especialistas que, por meio de pesquisas, evidenciaram uma outra realidade.

Um dos críticos dessa análise freyrina foi o também pernambucano e com vários estudos publicados sobre a fome Josué de Castro. De acordo com este médico, na verdade, “os escravos não eram ‘uns bem alimentados’, com suas trocas metabólicas bem equilibradas, conclui-se facilmente verificando o número enorme de doenças da nutrição que eles apresentavam”⁸⁷⁵. Ainda afirma este autor:

Quando o senhor fornecia ao negro uma dieta mais abundante de feijão, farinha, milho ou toucinho, não melhorava o seu regime alimentar, senão num único aspecto: no de abastecê-lo de maior potencial energético sem minorar nenhuma das suas deficiências qualitativas, agravando mesmo algumas delas (...). Dava-lhes maiores quantidades de combustível, sem nenhum cuidado pelos reparos necessários na máquina de combustão. É certo que essa maior carga de carvão fazia com que a máquina enquanto não caísse minada pelas avitaminoses, pela tuberculose e por tantos outros males habituais, fosse um bom animal de trabalho, com um rendimento compensador de tantos gastos feitos com feijão, milho e farinha de mandioca. Dando maior quantidade de comida ao negro, o senhor de engenho estava pensando em alimentar a própria cana, em transformar o feijão e a farinha barata em açúcar de muito bom preço, vendido a peso de ouro, num processo muito semelhante ao dos criadores de porcos que, alimentando esses animais com muito milho, vendem depois o milho por bom preço, transformado em carne e ensacado na própria pele de porco⁸⁷⁶.

Reiterando essa assertiva, compreende-se que o pensamento do senhor de engenho do século XX não parece distanciar-se tanto daquele senhor de engenho do período colonial no que diz respeito às relações de trabalho. Enquanto o labor era demasiado, excessivo e extraía toda a energia dos(as) trabalhadores(as), a alimentação era pouca, regrada e monótona. Na verdade, não havia variação alimentar na mesa da gente pobre do campo. A fala da senhora Carmelita Alves se alinha a essa análise conclusiva quando ela afirma: “*só comia farinha, feijão e carne só quando tinha carne*”⁸⁷⁷.

Historicizando o surgimento dos primeiros engenhos de açúcar e de rapadura na região do Brejo paraibano, nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, Horácio de Almeida apresenta razões pelas quais essas unidades produtivas investiram mais na fabricação da rapadura. Em sua análise, este areense afirma que a rapadura era um produto mais acessível às

⁸⁷⁵ Para se contrapor a essa concepção freyrina de que “o elemento melhor nutrido em nossa sociedade” era o trabalhador escravizado, o médico pernambucano se apoia nos estudos de Ruy Coutinho, publicados em 1935. CASTRO, Josué. **Geografia da Fome**. Op. cit., p. 127.

⁸⁷⁶ *Idem*. p. 128

⁸⁷⁷ ALVES, Carmelita da Silva. **Entrevista concedida a** Op. cit.

classes mais pobres, encontrando, portanto, maior demanda no mercado consumidor: “o sertanejo comia feijão com rapadura e o brejeiro adoçava com rapadura o seu café. Do Sertão ao Brejo dizia-se que onde houvesse farinha e rapadura estaria o pobre de barriga cheia, em condições de enfrentar as mais prolongadas secas”⁸⁷⁸. Considerando tal afirmativa, segundo a qual esses gêneros alimentícios eram básicos àquela população e que isso bastava, o autor sugere que a farinha e a rapadura salvavam a gente pobre da fome causada pelo flagelo da seca. Ao que parece, tendo o Brejo como uma região de produção abundante desses produtos, ali, portanto, não havia fome. Todavia, isso não é verdade. O que se percebe é que a afirmativa se alimenta e se ancora em um discurso social conformista produzido pelas classes dominantes.

Em seu mais famoso trabalho, *A geografia da fome*, cuja primeira edição foi publicada na década de 1940, Josué de Castro já denunciava que a fome era um dos principais problemas enfrentados no país, com enfoque na desnutrição e as endemias⁸⁷⁹. Mas, no período de 1960 a 1980, a alimentação da família de homens e mulheres do campo ainda continuava precaríssima. “A gente tinha roçado. A gente botava roçado pra interar” o dinheiro para adquirir os mantimentos básico da semana, “porque tinha semana que nós arrumava o dinheiro da feira”. No entanto, “tinha semana que não arrumava. Porque trabalhar alugado é desse jeito. Só faltava morrer de trabalhar”⁸⁸⁰, lamenta o senhor Francisco Nascimento em sua fala.

Na verdade, “arrumar o dinheiro da feira” correspondia a adquirir o mínimo de recurso monetário para comprar os itens mais básicos e necessários para alimentar toda a família durante a semana. Mas nem sempre se tinha o básico, principalmente para os filhos. Apesar das evidências de má alimentação nas mesorregiões da Zona da Mata e Agreste do estado, eram poucas as ações políticas no sentido de combater a fome e a desnutrição.

A título de exemplo dessa situação, em 1969, um jornal da capital noticiava, em suas páginas, que seria instalado, ainda naquele ano “um Centro de Recuperação Nutricional, para prestar assistência médica e alimentícia a crianças de idade de um a quatro anos” no município de Alagoa Grande, “em convênio da Prefeitura Municipal com o Departamento de Saúde do Estado, Fundação Sesp e Organização Mundial de Saúde (Oms)”. Essa proposta põe em evidência o fato de que a desnutrição na região ser mesmo profunda e a fome não ser um fato isolado. Ainda de acordo com a imprensa, “o Prefeito do município acredita[va] que com a instalação daquela unidade o problema de assistência a criança ficará solucionada, pelo menos

⁸⁷⁸ ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia:...** *Op. cit.*, p. 149.

⁸⁷⁹ CASTRO, Josué. **Geografia da Fome....** *Op. cit.*

⁸⁸⁰ NASCIMENTO, Francisco. **Entrevista concedida a ...** *Op. cit.*

em parte...”⁸⁸¹. Não se tem informação se esse Centro operou em Alagoa Grande.

De toda forma, ao que parece, o Centro de Recuperação Nutricional, que teria atuação na região do Brejo paraibano, não combateu o problema com eficácia, conforme constatou pesquisa realizada por extensionistas da Ancar - PB⁸⁸² no ano de 1974, em “povações e pequenas comunidades” de oito municípios do estado. Dessa forma, “a pesquisa confirmou a má qualidade da alimentação da zona rural paraibana, notadamente no Brejo e na Caatinga, se constatando [ali] elevado índice de subnutrição em crianças de 0 a 60 meses de nascidas”. Na avaliação dos extensionistas, 77,9% das “crianças de 1 a 3 anos” se encontravam em estado de subnutrição, o que era um índice extremamente preocupante. À referida época, essa classificação demonstrava que a alimentação daqueles menores era “insuficiente e de péssima qualidade”. A justificativa para a escolha de crianças dessa idade se apoiava na compreensão de que essa era “justamente [...] a faixa de idade em que uma criança precisa de maiores cuidados com a alimentação, ‘sob pena de ter problemas de debilidade mental no futuro’”⁸⁸³.

De fato, as crianças eram as que mais sofriam com a fome e a miséria que dominavam as regiões mais pobres do estado, como afirma José Wamberto ao rememorar o período de sua infância na zona rural de Alagoa Grande: “*Era uma vida muito sofrida. A escola não tinha merenda. A gente não tinha pão pra comer em casa, a gente num podia comprar pão*”. E, por sua vez, enfatizou, em sua fala, as condições alimentares a que a sua família tinha acesso.

Então, às vezes trabalhava eu e papai, aí o dinheiro que juntava era uma mixaria. Não dava, só comprava feijão, farinha, um pouquinho de açúcar, camarão ou peixe daqueles salgadinhos, peixe velho de feira, daqueles mais fraco. E não tinha! Ninguém comia nada disso novo não, meu amigo. Não tinha não! Não tinha arroz! Não! Nada disso, não! No final do ano papai comprova um quilo de arroz ou meio quilo. No final do ano, numa festinha⁸⁸⁴.

Essa experiência não era rara na região dominada pela plantações de cana-de açúcar, assemelhava-se à de muitos homens e mulheres do campo que sobreviviam vendendo a sua força de trabalho aos donos dos engenhos e usinas. Em termos gerais, a família campesina que “vivía do alugado” não ingeria o necessário que representasse o mínimo de qualidade alimentar, apresentando carência calórica, proteica e de algumas vitaminas. Na verdade, a composição de

⁸⁸¹ Nutrição vai ser instalada em A. Grande. **O NORTE**. João Pessoa, 13 ago. 1969. Nº 4.570, p. 3.

⁸⁸² A antiga ANCAR – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural, com sua sede regional na capital de Pernambuco, iniciou as suas atividades na Paraíba no ano de 1955, sendo extinta e substituída pela EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – em 1975.

⁸⁸³ Os municípios em que se realizou a pesquisa foram: Araçagi, Cuitegi, Guarabira, Itabaiana, Mogeiro, Pilar, Pilõesinhos e Sapé. A pesquisa foi coordenada pela assessoria do Programa de Alimentação e Nutrição do escritório Estadual do Serviço de Extensão Rural em João Pessoa. Cf. Índice de subnutrição em crianças é de 77,9% em 8 municípios da Paraíba. **O NORTE**. João Pessoa, 20 set. 1974. Ano 66, Nº 5.370, p. 5.

⁸⁸⁴ SILVA, José Wamberto do Nascimento. **Entrevista concedida a** *Op. cit.*

proteínas, carboidratos, vitaminas, gorduras e sais minerais era muito pobre porque não atingia o necessário exigido diariamente para dar ao corpo energias, manter as atividades fisiológicas e evitar doenças.

Situação difícil viveu igualmente a família de dona Maria Josefa quando o seu esposo “*saiu de casa*”, deixando-lhe com os seus quatro filhos pequenos e “*sem nada dentro de casa*”. A fome andava rondando a casa, e a mãe se tornou a única provedora do lar. Era preciso encontrar alguma alternativa para “*alimentar os filhos*”, recorda-se a entrevistada Maria de Fátima, para quem a mãe foi uma heroína. Muitos trabalhadores rurais sentiam-se enganados ao se verem submetidos forçosamente a vender a sua força de trabalho diária por “*uma mixaria*”, paga em diárias ou por produção; apercebiam-se impelidos, nos momentos mais difíceis e de circunstâncias adversas, a aprender enganar a fome para fazer sobreviver a sua própria família. Neste sentido, segundo Maria de Fátima,

Ele (o pai) não deixou ela (a mãe) com nada! Rivaldo a única coisa que, eu nunca esqueço isso, que ela ficou foi só com sal em casa, quando ele (o pai) saiu de casa. Quando ele decidiu mesmo ir embora, ela ficou com [apenas o] sal. Fazia assim: “- Meu Deus! Eu não tenho o que botar no fogo para vocês comer não. Eu vou tirar o capim para os bichos”. Aí, ela saía para tirar capim. Saía ela com mais minhas duas irmãs mais velhas, né? Eu ficava em casa mais meu outro irmão, o adotivo que ela criou com papai. E ela chegava com um feixe de capim na mão, Rivaldo. E ela tirava o capim ela passava pelos pés de banana, entendeu? Pelos pés de banana com o cacho. Então, ela tirava o cacho de banana. Por exemplo, se ela tirasse capim na margem do rio, na margem do rio tem muito pé de banana que não, que, realmente, era do dono mesmo, que quem quisesse podia usar. Então, ela tirava aquele... tirava o capim e trazia o cacho de banana. Ai, ela cortava a banana verde. Não era banana madura, não. Aí, ela cortava em cima, né? Que é para tirar o cacho e cortava aquele negocinho de baixo que tem uma sementinha, né?. Ela botava no fogo e a gente, a alimentação da gente era aquilo ali. Entendesse? Eu ficava assim...⁸⁸⁵

A dor do “abandono” se juntava à da fome e afetava completamente aquela família pobre. Essa pode ter sido uma situação que muitos outros habitantes da região dominada pela cultura canavieira nunca experienciaram porque viviam no conforto de seus lares. Muitos desses, que viviam a abundância da fartura, talvez não conseguissem compreender a situação de fome por que passou a população pobre das zonas rural e urbana. Mas, como Maria de Fátima lembra, apesar da pouca substância nutritiva que a banana cozida oferecia, “... *banana verde cozinhada, e a gente comia e era bom.. era gostoso!*”. E continua descrevendo o momento em que a família tinha à mesa a única refeição que lhe era oferecida: “*Olha Rivaldo, é assim: quando a gente botava. O meu ela sempre descascou e dividia, e [colocava] uma pitadinha de*

⁸⁸⁵ ARAÚJO, Maria de Fátima. **Entrevista concedida a** *Op. cit.* Em relação à fome na região Nordeste, Cf. CASTRO, Josué. **A Fome:** um tema proibido. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. A sua primeira publicação se deu em 1983, dez anos após a morte do autor.

*sal. Eu achava que o sal era pouco, ainda ia buscar mais sal. Entendeu?”*⁸⁸⁶.

Não obstante a banana verde ter uma alta concentração de fibra alimentar, correspondendo a menos de 2% do que é “necessário por dia”, apesar de possuir baixo teor calórico, era o único alimento ao alcance daquela família. Devido às tamanhas dificuldades pelas quais dona Maria de Fátima passou com suas irmãs e sua mãe, e talvez por isso mesmo, ela não consiga apagar sua memória afetiva e gustativa, que evoca um desejo de reviver certo momento desse passado: “*ainda hoje eu tenho vontade de fazer isso, de comer*” a banana verde cozida que sua genitora preparava quando não tinha mais nada para matar a fome.

Na verdade, ao que parece, o que dona Maria de Fátima deseja não é apenas degustar aquela comida que lhe é familiar, mas visitar um período em que encontrava ao lado da sua genitora, espécie de fortaleza, já que, dada a circunstância de ausência do provedor masculino da casa, não faltou à prole alimento nem afeto.

Tudo leva a crer que a reflexão realizada pela entrevistada consiste em pensar no trauma do “abandono” e sofrimento vividos por dona Maria Josefa e sua família. Enquanto as suas irmãs e o irmão decidiram se casar e, portanto, sair de casa, ela preferiu não ter semelhante experiência ou, talvez, haja vista o sofrimento da mãe, dona Maria de Fátima hesitou, por algumas vezes, em se casar e ter que viver a mesma experiência que a sua genitora. Nesse sentido, refletiu ela: “*...foi aí que comecei a me descobrir que essa mulher eu não poderia deixar ela sozinha. Entendes?”*”⁸⁸⁷.

Quase todas as residências tinham um fogão à lenha, uma vez que poucos possuíam fogão a gás, a não ser uma pequena parcela das casas localizadas na cidade. Assim, mobilizavam-se adultos e crianças para recolher madeira como combustível para fazer o fogo. Habitualmente, “a lenha era apanhada por ele próprio [o morador ou a moradora], catando entre tocos e gravetos existentes na propriedade”⁸⁸⁸. Alguns que se instalaram na cidade, mas trabalhavam na palha da cana, podiam trazer madeira, apanhada às margens da estrada onde passavam cotidianamente, em matas ao redor, principalmente quando voltavam da lida com a terra.

A senhora Luzia Ferreira se recorda que, quando o seu esposo labutava nos canaviais, trazia, ao voltar para casa, alguma madeira para o cozimento do alimento: ele “*saía de lá [do canavial] de cinco horas [da tarde] e chegava em casa de seis e pouco [da noite], numa jumentinha. E ele trazia ainda mais uma carguinha de lenha para cozinhar o feijão*” do dia

⁸⁸⁶ ARAÚJO, Maria de Fátima. **Entrevista concedida a** *Op. cit.*

⁸⁸⁷ *Idem.*

⁸⁸⁸ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande **Processo nº 250/62**, p. 4.

seguinte⁸⁸⁹.

Em muitos casos, adquirir lenha para o preparo do alimento diário, para queima de louça e/ou outra atividade qualquer era, verdadeiramente, uma “tarefa para-clandestina, a exemplo do que era adquirir lenha nas matas ainda existentes à época”. Geralmente, se usavam algumas “espécies vegetais como marmeleiro – ‘pegadorzinho de fogo que é o diacho’ - camará de rêgo, amorosa, jurema, baraúna ou aroeira. Havia, porém, quem só fazia feixes de lenha morta e seca na mata”. No entanto, o fato é que muitos proprietários proibiam qualquer retirada de madeira para esses fins. Mas, “havia quem espreitasse sobre se o velho PININEZA, o então proprietário da Fazenda Pau D’Arco, estava ou não na PENSÃO DE DONA ELVIRA”. Se por acaso se constatasse, “aí era hora de se encaminhar para a mata da Fazenda Pau D’Arco”⁸⁹⁰.

Na quase totalidade das residências, utilizavam-se panelas e tigelas de barro para cozinhar os alimentos. O fogão à lenha era, geralmente, construído em alvenaria, sem o uso da chaminé. Em algumas casas, usava-se apenas uma trempe em um canto, no chão da cozinha. Às vezes, esse tipo de fogão era instalado na parte externa da casa, no terreiro.

Em grande parte das habitações, principalmente do campo, a maioria dos utensílios domésticos da cozinha era de barro. A louça da cozinha era adquirida na feira da cidade⁸⁹¹ ou mesmo direto no fabricante, que morava na circunvizinhança. “O fabrico de louça de barro (ou loiça)... – artesanalmente, em fundo de quintal mesmo, individualmente por família com seu próprio forno”. Em Alagoa Grande, por exemplo, Zefinha Godô, Zezé Lucindo, Nem Cabral, Dezinha e tantas outras eram fabricantes de peças de louças na zona rural. Assim, “no trato do que sabiam fazer não havia sequer um torno a pedal por mais rude que fosse”. O fato é que todo o processo se dava artesanalmente. “Toda a série de produtos: panelas, fogareiros, mealheiros, potes, jarras (fôrmas), cuscuzadeiras, tigelas, eram feitas à mão amoldando o barro sobre uma fôrma (ou molde)”⁸⁹².

Os moradores que detinham um sítio viviam melhor que os despossuídos desse direito. Nessas pequenas glebas que lhes eram reservadas cultivavam diferentes árvores frutíferas e alguns tubérculos e, por isso, havia a oportunidade, em alguns meses do ano, de a alimentação diária não se tornar tão monótona. Durante a estação chuvosa em que se cultivavam grãos como milho, feijão, fava (o arroz era raro), abóbora, frutos como melancia e melão, as necessidades

⁸⁸⁹ FERREIRA, Luzia Soares. **Entrevista concedida a** *Op. cit.*

⁸⁹⁰ GUIMARÃES, José Guedes. **Fragmentos temáticos de Alagoa Grande 1960-2010**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2012. pp. 83-84,

⁸⁹¹ GARCIA, Marie France. **Feira e Trabalhadores rurais: as feiras do brejo e do agreste paraibano**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984. p. 78.

⁸⁹² GUIMARÃES, José Guedes. **Fragmentos temáticos de Alagoa Grande 1960-2010**. *Op. cit.*, p. 83.

não eram maiores e a alimentação da família podia sofrer uma certa variação. Os produtos lácteos eram raros e, mesmo quando se tinha acesso a eles, eram poucos, uma vez que não era comum o morador que criava alguma cabeça de gado bovino ou caprino⁸⁹³. Quase sempre se acreditava que dispor de uma quantidade excessiva de comida era sinônimo de alimentar-se bem.

As refeições eram feitas à mesa, quando a família possuía essa mobília. De modo geral, quando se tinha, era muito pequena e/ou não era suficiente para todos. Era comum, principalmente às crianças, fazer as refeições sentadas ao chão, em batentes da porta, junto ao fogão e/ou no “terreiro da cozinha”. De certa maneira, o uso de determinadas peças e utensílios domésticos podia representar a posição social da família. Assim, quem possuía, em sua cozinha, uma louça em porcelanato detinha certo poder aquisitivo, situação quase sempre reservada à casa do senhor de engenho. No entanto, nas residências de famílias mais pobres, era comum o uso de pratos de barro. A “louça” que a trabalhadora rural Evani Serafim, moradora do engenho Jenipapo, mantinha sempre em sua cozinha, por exemplo, era, entre outros utensílios, “*uns pratinhos de barro [em] que ela [e os filhos] comia[m]*”⁸⁹⁴.

As refeições realizadas no canavial eram, muitas vezes, uma boia-fria, refeição simples composta de apenas dois a três ingredientes. De acordo com Luzia Ferreira, o seu esposo costumava acordar e levantar todo dia “*ainda de madrugada*”. Fazia o café e se preparava para passar o dia na faina na palha da cana. Depois de tomar seu café, ele seguia para o canavial “*cortar cana*”. Como muitos outros canavieiros, a sua principal refeição do dia era preparada no próprio local de trabalho e, para isso, ele

Levava sardinha, levava feijão, levava farinha, cozinhava e comia lá. Meu marido mesmo trabalhou muito na usina. Ele saía daqui de Alagoa Grande, na época eu morava lá numa casinha, lá na rua do Taipo. Ele saía de madrugada, levava uma sardinha, daquela de cabeça bem assadinha e levava o feijão. Aí, o feijão tinha um[a pessoa] que cozinhava lá, botava de todo mundo lá e comia. Levava aquele pacotinho de farinha, e todos comiam assim. Aí saía de lá de cinco horas (17h00) e chegava em casa de seis (18h00) e pouco, numa jumentinha. E ele trazia ainda mais uma carguinha de lenha para cozinhar o feijão⁸⁹⁵.

De modo semelhante ocorria com a família de Maria das Neves quando lidava nos canaviais da usina Santa Helena, na região dos municípios de Sapé e Cruz do Espírito Santo. Na palha da cana, laboravam ela e alguns de seus filhos, que a acompanhavam todo dia. E, diariamente, eles “levavam o alimento para almoçarem no local do serviço, como muitos outros

⁸⁹³ LEITE, Maria da Soledade. **Entrevista concedida a** *Op. cit.*

⁸⁹⁴ *Idem.*

⁸⁹⁵ FERREIRA, Luzia Soares. **Entrevista concedida a** *Op. cit.*

faziam e só voltava a preparar novo alimento, presume ele depoente, após a volta ao serviço; que sabe disso porque morava perto”⁸⁹⁶.

5.4.2 A obtenção da água

Nos pequenos centros urbanos, a água era obtida em lagoas, rios e poços, sem passar por nenhum tratamento, e continuou assim com a instalação de chafarizes nas décadas de 1940 e 1950. Todavia, a água encanada, experienciada como um elemento do moderno e que criou novos hábitos citadinos⁸⁹⁷, somente chegou à cidade na década de 1970. Mesmo assim, esse conforto e essa comodidade eram privilégio de algumas áreas habitadas por grupos sociais de certo poder aquisitivo. No entanto, na zona rural, a situação era um pouco mais difícil porque a água não era tratada.

O líquido precioso podia ser apanhado em poço amazonas, açudes, rios, riachos e/ou “cacimbas de areia”. Dona Maria da Soledade lembra que, morando no sítio Jenipapo, uma das atividades cotidianas era abastecer a casa de água. Como uma necessidade básica, a água era usada para beber, cozinhar, lavar os utensílios domésticos, matar a sede dos pequenos animais e, também, para o banho. Esta era uma lida diária. Todo dia ela “*botava a lata na cabeça ... e ia buscar água*” em um poço não tão distante de sua residência. E continua: “*eu botava tanta da água que eu acho que eu fiquei de cabeça redonda. Eu acho que fiquei adoidada de tanto carregar água na cabeça...*”. Mas não era apenas ela, pois “*de tarde estava assim, tinha uma fila de moça carregando água*”⁸⁹⁸.

Dessa maneira, tinha-se, no hábito de “*carregar água*”, um momento de sociabilidade, em que as pessoas podiam se encontrar, trocar ideias, se informar das novidades, conforme visto na figura 16. Assim como na cidade, no campo, embora com menor frequência, era uma atividade praticada, exclusivamente, pelas mulheres e crianças, e nem todas as casas tinham fonte de água ou poço. Outras fontes desse líquido imprescindível à vida comumente utilizadas no mundo rural, para onde convergia um número maior de “carregadores” era o riacho, o rio e/ou açude, de onde trabalhadoras, com o uso de “pote [de barro] na cabeça” ou outro recipiente, abasteciam as suas casas de água⁸⁹⁹. Tratava-se de uma tarefa que se realizava no início da manhã e/ou no fim do dia. Sendo assim, era possível se reunirem, naqueles instantes, duas ou

⁸⁹⁶ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo nº**. 618/78. p. 29.

⁸⁹⁷ ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX. Tradução de Ana Maria Scheirer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 183-185.

⁸⁹⁸ LEITE, Maria da Soledade. **Entrevista concedida a** *Op. cit.*

⁸⁹⁹ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo nº**.1558/83. p. 10.

mais pessoas, para uma breve conversa e brincadeiras efêmeras, como bem recorda a entrevistada acima.

De acordo com a senhora Carmelita Alves, residente no sítio Gavião, uma região serrana e bastante acidentada, a água ali não era problema: “*Eu morava num alto*”, comunidade provida de “*água boa*”. A moradora retirava-a de “*uma barriquinha...*” feita de tábuas de madeira. Como era de uso privado, ela era “*tampada, só pra casa mesmo*”. Na verdade, tratava-se de uma vertente. A água era “*carregada nessas barricas*” e transportada até a residência. “*A água vinha do solo mesmo...*”, conta Carmelita. E continua: “*Era só uma cacimbinha mesmo... Lá no sítio todinho não tinha cacimbão não. Corria um riacho assim direto na propriedade todinha, e quase todo sítio tinha uma cacimbinha, tinha um olho d’água. Era muita água, agora não tem mais*⁹⁰⁰ *não*”⁹⁰¹.

Por via de regra, a água, uma vez transportada para o ambiente domiciliar, era colocada em potes de barro, fosse para beber ou mesmo para o uso doméstico como cozinhar e lavar os utensílios domésticos utilizados durante a preparação das refeições. Em muitas residências, usava-se um pequeno tecido de algodão ou uma peneira, espécie de filtro para reter as impurezas visíveis na água que era destinada ao consumo humano. Além disso, a boca do pote era fechada ou tampada com pratos, tábuas de madeira ou mesmo pequenos tecidos bordados e amarrados à boca do pote.

5.5 DOENÇAS, ACIDENTES DE TRABALHO E PRÁTICAS DE CURA

De modo geral, as condições de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais na zona canavieira da Paraíba, no século XX, eram precaríssimas. Tinham uma monótona, deficiente e pobre alimentação em nutrientes, uma moradia absolutamente inapropriada, uma carga excessiva de trabalho diário, salários insuficientes, faltava-lhes tempo para o lazer, direitos sociais, escolas para as crianças, jovens e adultos, sofriam violência patronal do mundo rural, entre outros fatores materiais e imateriais que eram os principais responsáveis pela má qualidade da saúde da classe trabalhadora do campo. As evidências apontam que estas

⁹⁰⁰ Os desmatamentos de áreas localizadas nas escarpas do Planalto da Borborema promoveram grandes erosões, destruindo fontes de água e comprometendo nascentes de riachos e rios ali existentes. A região onde Carmelita Alves residia e cultivava as suas hortaliças era uma área serrana bastante acidentada e onde se encontravam várias fontes de água. Em relação ao desmatamento dessas áreas, Cf. GUILHERME, Josinalva Maria Fernandes. **Processo de degradação da mata ciliar do rio Mundaú, Alagoa Grande/PB**. Monografia (Licenciatura Plena em Geografia). Guarabira-PB: Universidade Estadual da Paraíba, 2016. O problema concernente à falta de água sentido pela entrevistada dialoga com uma situação global dos dias atuais. MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2015. p. 111-154.

⁹⁰¹ ALVES, Carmelita da Silva. **Entrevista concedida a Op. cit.**

condições se agravaram ainda mais nas circunstâncias das ações de um estado autoritário durante a ditadura empresarial-militar brasileira.

Os hábitos e os cuidados dessas populações que sobreviviam ofertando a sua mão de obra em engenhos, fazendas e usinas eram comprometidos e limitados, de certo modo, às suas situações socioeconômicas e às suas práticas políticas.

Dadas as circunstâncias a que eram expostos, se tornavam os mais vulneráveis a doenças, em especial no campo de suas atividades laborais. Segundo pesquisa realizada por Ana Beatriz Silva, os acidentes de trabalho, no Brasil, aumentaram assustadoramente durante a ditadura militar, “mas o custo pela dilapidação do trabalho, exaurido em nome do desenvolvimento, era assumido pela Previdência Social, dentro da lógica da socialização dos riscos”⁹⁰².

Outrossim, mais vergonhoso ainda é que, por trás desse alto índice, constata-se que “o número de acidentados era na realidade muito maior pois os trabalhadores do campo e domésticos não entravam nas estatísticas, além da evidente sub-notificação do imenso contingente de trabalhadores não registrados pelas empresas”⁹⁰³. Dessa maneira, ficava bastante difícil aos muitos personagens do mundo da dura faina na palha da cana resistirem às explorações patronais no que concerne aos acidentes e à periculosidade das atividades desempenhadas. Em âmbito geral, os acidentes de trabalho não eram vistos como tais.

Na palha da cana, as tarefas eram monótonas e recomeçavam continuamente, como o preparo do terreno, a plantação, o cultivo e o corte da cana. Principalmente esta última atividade exigia um esforço repetitivo. Homens e mulheres lidavam com ferramentas o dia todo, sem qualquer proteção e/ou EPIs, o que aumentava significativamente os riscos de acidente. Também os trabalhadores rurais estavam submetidos aos campos do indesejável, a exemplo de picadas de insetos peçonhentos e ataques de animais que viviam nas áreas dominadas pelos canaviais.

O estado contingente da saúde pública e a ausência de políticas públicas direcionadas à proteção das populações pobres tornavam esses agentes históricos ainda mais vulneráveis a doenças e acidentes de trabalho, sobretudo. Dado o descaso do próprio Estado, os populares recorriam, quase sempre, à cultura local e regional, dotada de saber médico popular e, apenas nos casos extremos, ou seja, quando eram exauridas todas as formas de reestabelecer a saúde por meio das práticas de cura popular, se recorria ao socorro médico na cidade. Os seus parcos

⁹⁰² SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **Corpos para o Capital: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2019. p. 151.

⁹⁰³ *Ibidem*.

recursos e a cultura terapêutica por meios de ervas medicinais, herdeiras das formas de cura praticadas no Brasil colônia⁹⁰⁴, mantinham-nos afastados da medicina alopática.

5.5.1 Doenças

A má alimentação, a desnutrição e a fome endêmica foram apontados como os principais fatores responsáveis pelo surgimento e agravamento de doenças na zona canavieira. Trabalho e doença estavam estritamente relacionados, uma vez que os desgastes por conta das longas e exaustivas jornadas de trabalho (havia casos em que se ultrapassavam as onze horas de trabalho diário) nos canaviais ou em atividades no interior de engenhos e/ou usinas de açúcar eram os principais responsáveis por tantos corpos exauridos⁹⁰⁵.

O tempo de labor na palha da cana era, indiscutivelmente, extenuante e fatigante. “A gente às vezes cortava cana até de noite”; nessa luta, “só faltava morrer de trabalhar”, reclama Francisco Nascimento⁹⁰⁶. “Ave Maria! Trabalhava de morrer. Tudo achava ruim”, se recorda Carmelita Alves ao falar dos seus irmãos, do esposo e dos filhos quando laboravam no cultivo da cana-de-açúcar. Enquanto isso, era ela quem enfrentava cotidianamente todas as funções em “um trato de terra”. O seu esposo quase não tinha tempo para cuidar do sítio: “e eu lá, morrendo de trabalhar”⁹⁰⁷.

Dessa maneira, tanto na palha da cana quanto no cultivo da lavoura de subsistência, o dia era entregue completamente às atividades do campo: “porque eu só vivia no roçado, saía de manhã e só chegava de noite”, assegura a senhora Maria Bento⁹⁰⁸. A fala de dona Carmelita Alves pode ilustrar, ainda mais, essa constante na zona canavieira: “Ave Maria! Era luta!”. E finaliza, “Era vida pra doido”⁹⁰⁹.

Assim, o demasiado esforço empreendido pelo trabalhador, associado a outros fatores já citados, bastavam para afetar profundamente a sua saúde. No entanto, denuncia Luzia

⁹⁰⁴ Em relação às doenças e às práticas de cura no Brasil colônia, Cf. MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da colônia**: limites e espaços de cura. 2 ed. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011.

⁹⁰⁵ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo** nº 377 e 378/69. p. 11; **Processo** nº 1555/83, p. 15-16; **Processo** nº 1556/83, p. 12; **Processo** nº B-106/82, p. 14; **Processo** nº B-1.087/84, p. 09-10; **Processo** nº 200/81, p. 17. Cf. também: Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo** nº 3.130/85, p. 12.

⁹⁰⁶ NASCIMENTO, Francisco. **Entrevista concedida a** *Op. cit.*

⁹⁰⁷ ALVES, Carmelita da Silva. **Entrevista concedida a** *Op. cit.*

⁹⁰⁸ LIMA, Maria Bento de. **Entrevista STR de Alagoa Grande – SEDUP/UFPB** [s./d.]. Guarabira: SEDUP, datilografado, s/d. p. 26. Entre fins dos anos de 1980 e início dos 1990 foram realizadas várias entrevistas à trabalhadores rurais e líderes sindicais da região do Brejo. Essas atividades foram coordenadas por professores da UFPB e pelo SEDUP – **Serviço de Educação Popular** - de Guarabira. Municípios em que foram realizadas as entrevistas: Alagoa Grande, Caiçara, Guarabira, Pilões, Sapé e Solânea.

⁹⁰⁹ ALVES, Carmelita da Silva. **Entrevista concedida a** *Op. cit.*

Ferreira, o “sofrimento dos trabalhadores” não era levado em consideração porque “eles trabalhavam, trabalhavam sem carteira assinada e, quando eles terminavam aquilo ali, era, com licença da palavra, pé na bunda e chau”. Além de salários baixíssimos, somava-se a essa grande desvantagem, para o empregado rural, a negação de outros direitos legais básicos (salário mínimo, carteira assinada, décimo terceiro salário, férias remuneradas, repouso semanal remunerado, licença maternidade etc.), o que tornava a vida desse esquecido protagonista da indústria do açúcar ainda mais vulnerável às mazelas que a pobreza e a miséria lhe impunham⁹¹⁰.

Quando doente, quase não tinha direito à assistência médica gratuita. Nessa situação, o problema se agravava porque lhe faltavam recursos para o medicamento, conforme a prescrição terapêutica. Em alguns casos, a presença insistente de uma determinada patologia representava a perda da atividade laboral assalariada⁹¹¹.

Na zona canavieira da Paraíba, à época, apresentavam-se necessidades diversas à manutenção de uma boa saúde pela população, e isso era muito preocupante. Em pesquisa de fins da década de 1950, constatou-se que, em toda região do Vale do rio Mamanguape, havia forte presença de várias doenças, entre elas a malária, a boubá e verminoses de difícil controle por parte de políticas sanitaristas. Além do alto índice de esquistossomose, “a incidência de tracoma é[ra] elevada no município de Alagôa Grande”⁹¹².

No ano de 1976, a microrregião do Brejo paraibano apresentava um elevado índice de doenças contagiosas, em especial a esquistossomose⁹¹³ e, por esse motivo, ali ocorreu a visita do Ministro da saúde, Almeida Machado, com a instalação de seu gabinete em Guarabira, onde se encontrava a “sede da 2ª Região de Saúde” do estado. Em seu quarto dia de visita aos municípios daquela microrregião, em 26 de agosto daquele ano, percorreu alguns espaços do município de Alagoa Grande e observou algumas medidas tomadas pelas autoridades deste município. “Em Canafistula, distrito de Alagoa Grande, foi inspecionado um projeto de saneamento local, que apresenta[va] algumas dificuldades na canalização de águas, pela alta

⁹¹⁰ FERREIRA, Luzia Soares. **Entrevista concedia a** *Op. cit.*

⁹¹¹ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo nº.** 439/63. p. 14. Cf. também: **Processo nº.** 241/81. p. 14.

⁹¹² ANDRADE, Gilberto Osório de. **Os rios do açúcar do Nordeste Oriental III: ...** *Op. cit.*, p. 67.

⁹¹³ Comum nas regiões tropicais e subtropicais, a esquistossomose é uma doença causada pelo *Schistosoma mansoni*, que tem o caramujo *Biomphalaria*, de água doce, como hospedeiro intermediário e o mamífero vertebrado, especialmente o homem, como hospedeiro definitivo. A transmissão se dá por meio de urina e/ou fezes humanas de indivíduos infectados onde podem ser encontrados ovos desse verme. Nessa fase, os ovos depositados na água eclodem e liberam miracídeos que, por sua vez, penetram facilmente no tecido do caramujo e, no decorrer de, aproximadamente, quatro semanas as larvas abandonam esses hospedeiros na fase de cercária e passam a viver livremente na água. Uma vez na água, nadam livremente e podem penetrar a pele humana, onde se transformam em esquistossomo e se reproduzem, causando doenças hepática e intestinal. MELO, Alan Lane de; COELHO, Paulo Marcos Zech. *Schistosoma mansoni e a Esquistossomose*. In: NEVES, David Pereira et al (orgs.). **Parasitologia Humana**. 13 ed. São Paulo: Atheneu, 2016. p. 225-245.

salinidade encontrada”. Nessa sua visita, o Ministro incluiu o Programa de Combate à Esquistossomose, com a inspeção de alguns espaços em que estava atuando o “Projeto de saneamento local”.⁹¹⁴.

Na averiguação ao hospital do SESP⁹¹⁵ – o antigo Serviço Especial de Saúde Pública, naquele município, o referido Ministro acompanhou a realização da vigilância epidemiológica. No interior daquele nosocômio, foram debatidos os “problemas do Combate à esquistossomose, com médicos e técnicos da Sucam”. Coube ao diretor estadual da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública - SUCAM, o sanitarista João Pequeno Madruga, explicar “o habitat do caramujo na região, apontando, num mapa cuidadosamente demarcado, as áreas mais incidentais da esquistossomose em Alagoa Grande”⁹¹⁶. Ainda naquele espaço,

Na ala de enfermagem, um mapa com broches vermelhos e pretos mostrava a área de atuação das educadoras sanitárias de educação de Alagoa Grande, cujas visitas equivalem a 12 unidades por dia. O combate [à] esquistossomose em Alagoa Grande, sofre modernização em sua infraestrutura, com aberturas de fossas sanitárias e dedetização de áreas suspeitas. Quanto ao projeto de Saneamento da cidade está dividida em 10 zonas, e prevê-se construção de banheiros e lavanderias públicas, programa este que será realizado até o final do ano⁹¹⁷.

A zona urbana era a principal área atacada pelo programa de sanitização, porque, segundo as autoridades, era a mais atingida. Ainda de acordo com as autoridades sanitárias do município, “a lagoa do Paó é[ra] considerada naquela localidade a zona predileta da proliferação de caramujos, cujo índice é[ra] altíssimo, em relação aos quase 8 mil habitantes que mora[va]m na cidade”⁹¹⁸.

O Brejo paraibano era uma das áreas das mesorregiões do Agreste e da Zona da Mata com forte incidência de doenças graves e de caráter epidêmico, como foi o caso da esquistossomose. Essa situação colocava essa região e suas adjacências como uma das mais atingidas pela miséria e ausência de políticas públicas até a década de 1980. A título de exemplo, no ano de 1978, o vizinho município de Pilões registrou um índice crescente e acelerado dessa doença, que mantinha “75% de incidência da esquistossomose, considerada a mais alta do Estado”. À época, em notícia à imprensa, defendia o gestor daquele município,

⁹¹⁴ Ministro inicia o 4º dia na região do Brejo. **O NORTE**. João Pessoa, 27 ago. 1976, nº 500, p. 5.

⁹¹⁵ Na verdade, se trata do FSESP – Fundação Serviço Especial de Saúde Pública. O SESP foi criado em 1942 e, no ano de 1960, tornou-se uma fundação, passando a ser denominado FSESP - Fundação Serviço Especial de Saúde Pública – extinto no ano de 1990. O SESP, com seu caráter sanitarista, atuou, aproximadamente, durante cinco décadas em áreas interioranas extremamente pobres das regiões do Nordeste e da Amazônia, sendo financiado com recursos oriundos de políticas bilaterais de cooperação entre os Estados Unidos e o Brasil.

⁹¹⁶ Ministro inicia o 4º dia na região do Brejo. **O NORTE**. João Pessoa, 27 ago. 1976, nº 500, p. 5.

⁹¹⁷ *Ibidem*.

⁹¹⁸ *Ibidem*.

Carlos Alberd Baracuh, que,

Num cálculo de otimista, cerca de 300 quilos de fezes e outras matérias poluentes são jogadas diariamente no Igarapé “Riachão”, em Pilões, cujas águas são represadas para o abastecimento da cidade. A 10 metros da represa, uma casa de colono, habitada e sem sanitário, é a responsável por parte dos dejetos que caem no reservatório. Em sua extensão de 1.500 metros, o riachão recebe caldas de engenhos, esterco de animais e fezes humanas, dando uma coloração amarelada à água⁹¹⁹.

Este último exemplo serve para ilustrar a ausência de práticas de higiene pelas populações moradoras e a ineficiência do próprio poder público local. Ainda de acordo com aquele jornal, embora o Programa Especial de Combate à Esquistossomose - PECE – tenha instalado, naquele município, “privadas, lavanderias e banheiros (melhorias sanitárias domiciliares)”, o foco principal, a água que abastecia a população da cidade, não foi tratada pelo programa.

Além dessas doenças causadas, exclusivamente, pela falta de higiene e de uma política sanitária responsável, a miséria e a pobreza eram apontados como fatores que podiam - e podem – desencadear, também, doenças psíquicas. Ainda em relação à migração dos trabalhadores do campo para as periferias urbanas, alguns problemas surgiram e outros são assinalados por estudos, em termos gerais, como consequências desse deslocamento compulsório. Indícios de doenças psíquicas, nessas populações, foram apontadas pelo psiquiatra Frota Pinto, em pesquisa realizada na capital do vizinho estado do Ceará, no ano de 1969. De acordo com a matéria jornalística,

A correlação entre o baixo nível de vida sócio-cultural e econômico e as doenças neuróticas é objeto de uma pesquisa realizada pelo Psiquiatra Frota Pinto em Fortaleza, constando que entre os dez mil neuróticos entrevistados, 80 por cento eram camponeses forçados a se transferir para a cidade vivendo em péssimas condições⁹²⁰.

Embora seja uma outra experiência fora da delimitação desta pesquisa, a evidência acima serve para ilustrar a situação semelhante dos trabalhadores rurais da zona açucareira da Paraíba que migraram para as periferias urbanas das cidades. Não há dúvida de que a migração forçada dessa gente para lugares indesejáveis, a exemplo do Morro do Cruzeiro, em Alagoa Grande, precarizou mais ainda as condições de vida dessas pessoas depois de terem sobrevivido às humilhações, negações de direitos e tantas outras violências no campo. Tudo leva a crer que essa degradação humana potencializou o desenvolvimento de doenças psíquicas, como neurose,

⁹¹⁹ Pilões tem água poluída e alta esquistossomose. **O NORTE**. João Pessoa, 17 mar. 1978. Segundo Caderno, p. 8.

⁹²⁰ Camponeses são mais neuróticos. **O NORTE**. João Pessoa, 30 mai. 1969, nº 4.510, p. 1.

quadros de ansiedade, perturbações mentais, conflitos inconscientes etc. Há muitos indícios dessa situação-problema em periferias urbanas das áreas canavieiras. Enquanto faltavam ações públicas efetivas de combate aos graves problemas de saúde das populações pobres, sobravam políticas de caráter ritualístico, realizadas, exclusivamente, por grupos dominantes, como festa de homenagens às autoridades políticas, médicas etc.⁹²¹.

Durante o período em que havia maior precipitação pluviométrica, era comum o surgimento de doenças endêmicas nas áreas mais pobres das mesorregiões do Agreste e da Zona da Mata. As áreas mais afetadas eram sempre aquelas que apresentavam precárias condições sanitárias, como ausência de saneamento básico, de tratamento de esgoto e falta de água potável, consistindo-se em ambientes favoráveis à proliferação de vetores de doenças diversas. Eram essas as áreas habitadas por populações desprovidas de certo poder aquisitivo e de direitos sociais, lugares humanamente indesejáveis. Geralmente, o controle dessas doenças vetoriais era realizado, exclusivamente, por órgãos federais, como a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública – SUCAM, o Departamento Nacional de Endemias Rurais – DNERU e a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. No entanto, as ações para o controle e declínio de doenças infecciosas e parasitárias não andavam de mãos dadas com o processo de melhorias das condições de vida dos trabalhadores rurais.

5.5.2 Acidentes no trabalho e assistência médica

Enquanto os senhores de terra detinham, em grande parte, poder sobre as decisões políticas e domínio sobre os latifúndios, a gente pobre, trabalhadora do campo e sem-terra vivia sob as mais diversas situações de degradação da vida humana. São inúmeras as evidências que demonstram essa situação.

O ocorrido com a senhora Evani Serafim da Silva ilustra bem essa situação. Mãe de família e trabalhadora rural, ela sustentava a família “trabalhando alugado” e tentando sobreviver com os filhos, nos engenhos que lhe oferecessem moradia. No ano de 1983, moveu uma ação contra o Engenho Jenipapo, do município de Alagoa Grande, onde labutava na palha da cana até o ano anterior, quando suspendeu a atividade laboral por causa de um acidente a caminho na lida diária. Nas páginas desse processo assegura:

Que passou uns dois meses em 1979 trabalhando, digo morando juntamente com o sr. Antônio Crispin, na propriedade Buraco D’água, do sr. Luís Sobral; que em 1971 morou na propriedade Beatriz, cujo proprietário atualmente é o

⁹²¹ Exemplo desse tipo de evento em Alagoa Grande. Cf. Médica diretora da Fsesp de Alagoa Grande homenageada. **O NORTE**. João Pessoa, 09 abr. 1978, p. 8, Segundo Caderno.

dr. Fernando Lira; que morou ali uns seis meses; que em 1973 morou no Engenho Ucuru digo Urucu, do sr. Severino Felipe aproximadamente 01 mês; que em 1982 foi acidentada e procurou o Sindicato Rural de Alagoa Grande, e nada conseguiu; ela depoente não contribui para o INPS; que se tratou no INPS mas depois que tirou o gesso da perna não mais foi ao INPS; que começou a trabalhar para a reclamada em 1969; que se tratou no Centro Paraibano de Tr[a]umatologia e Hortopedia (sic) de João Pessoa; que foi levada para o entro digo Centro pelo reclamado; que não lembra quando começou a recolher para o Sindicato; não faz um ano ainda que paga ao sindicato; que ela depoente foi acidentada no caminho de Alagoa Nova [município que faz limite com Alagoa Grande]; que o trator que quebrou a sua perna foi do reclamado; que quando foi acidentada ia no trator do reclamado...”⁹²².

Como fica visível, a senhora Evani, evocada anteriormente, não consegue permanecer em um engenho por um longo tempo. Para o Estado e uma sociedade de cultura cristã dominante, ela não era casada legalmente, embora tenha vivido maritalmente com o senhor Antônio Crispim. As fontes indicam que o fato de Evani não ser casada legalmente já era um empecilho para a aceitação de sua permanência como moradora de engenho.

No campo da palha da cana, onde os cortadores se encontravam “no eito”, muitas vezes, as medidas de segurança eram negligenciadas. “*Naquele tempo já existia[m] as exigências*” de medidas de segurança do trabalhador às quais as unidades industriais deveriam se adequar, mas “*o direito [daquele] de estar calçado com bota, água potável para tomar*” e tantas outras medidas, na verdade, não eram respeitadas pelos proprietários de engenho e usineiros. “*Respeitava[m] nada, homi*”, enfatiza Francisco Nascimento⁹²³.

O trabalho infantil e a ausência de equipamentos de proteção para os trabalhadores eram realidades comuns nos canaviais da região de Alagoa Grande e do Brejo. Era muito fácil encontrar “*criança de oito a doze anos cortando cana com um facão desse tamanho, vendo a hora degolar uma perna, um braço, qualquer coisa*”, relata a entrevistada Maria da Soledade. E continua: “*trabalhador bebendo aquelas águas imundas dentro daqueles partidos de água quente sem nenhuma proteção, sem luvas, sem botas, sem nada*”⁹²⁴.

De acordo com os documentos, no estado da Paraíba, parte das usinas de açúcar não ofereciam a mínima segurança. Assim, por exemplo, consta que, no interior da usina Tanques, o trabalhador “*não usava qualquer instrumento de proteção durante o trabalho*”, o que representava a fuga a qualquer medida de segurança tomada pela usina, permitindo, portanto, risco de morte constante aos seus trabalhadores⁹²⁵.

⁹²² Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo** nº. 1558/83, p. 8.

⁹²³ NASCIMENTO, Francisco. **Entrevista concedida a** *Op. cit.*

⁹²⁴ LEITE, Maria da Soledade. **Entrevista concedida a** *Op. cit.*

⁹²⁵ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo** nº. 1556/83, p. 13.

O senhor José Gomes da Silva trabalhou na usina Tanques, durante muitos anos. Ele lembra as condições de trabalho do ambiente de fabricação do açúcar. Ao se queixar de seus problemas de saúde, ele se recorda das precárias condições e da insegurança no interior daquela unidade industrial. Essa exposição a longas jornadas de trabalho, em um ambiente insalubre, deixou algumas sequelas. *“É osteoporose, artrose nos ossos. Agora, sim, eu tomei muito banho de gás, rapaz! Eu tomava banho de gás que não tinha.... eu ficava da cor desse cano preto, de óleo...”*⁹²⁶.

No interior dos grandes e pequenos engenhos de rapadura e cachaça, praticamente não havia qualquer medida de segurança nem o uso de algum equipamento de proteção individual (EPIs). Esses ambientes colocavam em risco a saúde e a integridade física e psíquica dos trabalhadores, expostos diretamente ao calor da fornalha e ao vapor do caldo da cana fervente nas sequências de várias tachas de ferro ou bronze. Além disso, a própria poeira da palha da cana e a ausência de ventilação obrigava a todos que operavam aquelas atividades a respirarem todo esse ar poluído. Mas no ambiente externo, no canavial, desenvolvendo qualquer tarefa, o trabalhador sofria, também, riscos diversos. Além do sol que lhes queimava a pele, como a própria palha da cana, os seus corpos estavam, de igual forma, expostos à picada de insetos e/ou animais peçonhentos que viviam nos canaviais, além do uso de ferramentas cortantes sem qualquer proteção.

Outro problema muito comum na área canavieira paraibana era o uso de herbicidas e de inseticidas que, além de contaminar o ecossistema, eram (e ainda são) responsáveis diretamente por causarem doenças na população habitante, que fazia uso de águas contaminadas pelo uso excessivo e inadequado de diversos produtos químicos utilizados no cultivo da cana-de-açúcar. Nessas áreas, eram comum a utilização de agrotóxicos, corretivos de solo e fertilizantes químicos. De acordo com Moraes e Targino, estudos realizados na década de 1990, por “pesquisadores do Departamento de Sistemática e Ecologia e do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Recursos do Mar da UFPb, detectaram alterações em alguns mananciais de água” da zona canavieira da Paraíba. O grau de toxicidade de alguns desses produtos químicos chega a ser muito alto; apenas “algumas gotas” deles podem “ser letais ao homem”.

Os herbicidas, como gramoxone e o gramoxil, por exemplo, são “altamente tóxicos podendo levar a fibrose, edema e hemorragia pulmonar”, e eram comumente utilizados no cultivo da cana-de-açúcar, na Paraíba. Pesquisa realizada pelo GESTAR/UFPB “com aplicadores de herbicidas, detectou 26,3% dos trabalhadores com dosagem colinesterase

⁹²⁶ NOS CAMINHOS de Margarida. Direção: Barack Fernandes. Brasil: CONTAG, 2017. 1 Vídeo (30 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sjxruyZt-eM>. Acesso em: 29 jan. 2019.

alterada”⁹²⁷.

Além de convocarem, quase sempre, menores, mulheres e jovens para a aplicação dos agroquímicos, os plantadores de cana-de-açúcar não ofereciam a mínima segurança a esses trabalhadores. Geralmente, esse serviço era realizado “sem qualquer proteção, daí serem frequentes os problemas dermatológicos”. Ainda de acordo com aqueles geógrafos, “o trato com inseticidas e herbicidas é reservado aos homens jovens. Segundo relatos desses trabalhadores, eles são escolhidos por sua maior força física para carregar a bomba costal e por terem melhor saúde para suportar o veneno”. É comum, também, o “relato de trabalhadores que ficaram ‘embebados’ durante a aplicação” e que foram “levados para hospitais ou centros de saúde”. Todavia “difícilmente se encontra o registro de tais ocorrências”. As evidências apontam que “há um sub-registro das doenças e mortes provocadas pela manipulação de tais produtos”⁹²⁸.

O senhor Francisco Nascimento, ex-morador do engenho Ribeiro, no município de Alagoa Grande, onde labutava na palha da cana cotidianamente, se recorda com detalhes dos acidentes que sofreu em suas atividades de cortador de cana e cambiteiro, conforme se pode ver no relato a seguir:

Quando eu fui ficando mais maiorzinho. Uma vez, uma vez, rapaz, que eu fui beber garapa no engenho. Eu deixei Luís Malaquias cortando cana e fui levar o caminho de cana [carga de cana] pra beber garapa. Quando eu cheguei no caminho, as burras eram manhosas demais, aí quando eu montei nelas e elas fez zim, zim [reprodução do som de salto e rodopios dos animais], eu caí no chão, quebrei essa coxa [apontando para a sua coxa direita]. Aí, levaram eu para João Pessoa, [capital do Estado]. Nesse tempo o presidente do sindicato era Álvaro Diniz⁹²⁹.

Segundo o entrevistado, as dificuldades eram enormes e o socorro demorou chegar, prolongando o seu sofrimento: “*Eu estava com 30 anos de idade quando eu quebrei essa coxa*”. Apesar da gravidade do caso, o atendimento médico demorou descobrir que seu Francisco tinha fraturado um dos membros inferiores. E acrescenta: “*Passei seis dias na Alagoa Grande. No sexto [dia] eu fui para João Pessoa. Eu sei que entre tudo passou treze dias pra poder fazer o serviço*”, lamenta ele. A cirurgia se deu:

No hospital Santa Isabel. E eu não fui gratificar aquelas enfermeiras porque eu não podia. Mas eu tinha que gratificar elas porque era muito bom pra eu. Olha, era uma casa bem armada. E, aqui implantaram um arame bem aqui (segurando a coxa), olha aqui, olha. Aqui! E esse arame ficou aqui e aqui botou que nem uma espora aqui. E um peso lá na frente puxando a perna.... E eu passei setenta e nove (79) dias nessa posição aqui, ôi (com a perna levantada

⁹²⁷ MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. Op. cit., p. 117 e 118.

⁹²⁸ *Idem*. p. 118.

⁹²⁹ NASCIMENTO, Francisco. **Entrevista concedida a** Op. cit.

para cima e deitado, descrevendo a posição). Só dormia assim. Passei 79 dias. O tempo foi passando... A copa da comida ficava assim na frente. Quando era na hora da comida [eu] tinha raiva com o cheiro daquela comida. Aí, o serviço da perna, fizeram o serviço aqui cru... Sofri demais na minha vida⁹³⁰.

As dores sofridas por esse trabalhador também foram as de muitos que labutavam na palha da cana e que vivenciaram situações semelhantes por negligência dos seus patrões. Consta que, ainda no ano de 1963, no engenho Vaca Brava, no município de Areia, de propriedade do senhor José Rufino de Almeida, havia alguma assistência médica aos empregados daquele estabelecimento rural.

De acordo com a fala de uma das testemunhas do proprietário do engenho, respondendo à Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do trabalho, sediada em Campina Grande, em reclamação trabalhista de um dos seus empregados, aquela unidade de produção oferecia “assistência médica aos seus trabalhadores e [...] remédios [...] gratuitos”, embora não se soubesse “o nome do médico que atend[ia] os trabalhadores do Engenho”. No entanto, o próprio “reclamante [que] trabalhava todos os dias” e que “atendia [a] ordem do Reclamado, a qualquer momento” não teve qualquer assistência médica quando caiu doente. Além disso, afirma o empregado “que o motivo do reclamado ter deixado o trabalho, foi porque se encontrava doente e aí procurou defender seus direitos e o Reclamado não suportou mais”⁹³¹.

Apesar de a afirmação da testemunha do proprietário do engenho Vaca Brava parecer contundente, em relação à presença de médicos e à assistência desses profissionais no mundo rural da zona canavieira da Paraíba, esse é o único rastro encontrado até agora. O fato é que não foram achadas em outras fontes nenhum indício de que, nessas unidades produtivas, tenha existido assistência médica aos trabalhadores. Pelo contrário, todas as evidências apontam para uma profunda negligência dos proprietários em relação à saúde dos seus empregados. Na verdade, uma vez doente, essa gente ficava, praticamente, à mercê da própria sorte e se valendo do saber médico popular e da medicina fitoterápica, buscando a cura em raízes, cascas e plantas cultivadas nos seus quintais.

Uma segunda experiência de acidente de trabalho com o senhor Francisco Nascimento ocorreu, igualmente, no canavial, quando exercia as funções de cambiteiro. Em sua narrativa sobre o fato acontecido, explica:

Eu cambitando, quando eu morava em [engenho] Ribeiro de Cima. Eu ainda me lembro. Eu caí uma queda do burro chamado Novato por cima de uma cerca de cana. Aí, eu não senti nada na hora. Quando foi no fim da semana eu estava que não aguentava. Aí, fui pra Alagoa Grande [e] tomei uma injeção na

⁹³⁰ *Idem*.

⁹³¹ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo nº 439/63**, p. 16 e 14, respectivamente.

farmácia de seu Nildo [Régis]. [...]. Não sei o que botaram [...] o mundo tinha se acabado para mim. Aí, o mundo foi clareando, clareando. Aí, depois voltou ao normal⁹³².

No município de Santa Rita, na mesorregião da Zona da Mata, o senhor Antônio Bezerra dos Santos confessa que “trabalhou 6 semanas com o braço quebrado” na[s] terras do seu patrão. Segundo o seu processo do ano de 1972, “trabalhava na coqueira, cuidando dos porcos, transportando água para a casa dos empregados, trabalhando também no serviço de limpa de mato”⁹³³.

Nesse mesmo município, Luiz Antônio da Silva, empregado da Cia. Usina São João, reclamava, em 1975, junto à JCJ de João Pessoa, a negligência de sua empregadora que, após, aproximadamente, vinte e quatro anos “prestando serviços ininterruptos” na palha da cana, não tivera qualquer assistência quando acidentado. Ele alegou:

Ter começado a trabalhar para a reclamada, nos serviços do campo, no dia 15 de janeiro de 1950, ali permanecendo até 24 de janeiro de 1975, quando foi dispensado sem justa causa. Alegou ainda que antes de ser dispensado, fora acidentado no serviço, em data de 29/10/1973, e desde então, até a data da sua dispensa, ficara sem trabalhar, mas percebendo um salário de Cr\$-10,00 por semana. Disse ainda que não recebeu qualquer assistência por parte da reclamada, em razão do acidente sofrido, e se encontra atualmente sem condições de trabalhar para outra empresa⁹³⁴.

Assim, ficava visível o abandono do empregado pela indústria empregadora quando ele não era mais capaz de operar qualquer atividade, mesmo que a “inutilidade” deste fosse causada enquanto trabalhava nas dependências daquela. O fato é que o empregado, impossibilitado de trabalhar por razões de saúde, “ficou recebendo uma pequena ajuda da reclamada, a título de assistência social, até que este foi definitivamente suspenso”. Apesar de a empresa ter recorrido ao Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, sediado em Recife-PE, este lhe negou o recurso, reconhecendo os direitos trabalhistas negados ao empregado por aquela usina⁹³⁵.

Quando a doença era um impedimento ao trabalhador rural de comparecer ao local de trabalho por mais de um dia, nem sempre era compreendida a necessidade de afastamento do doente. Nesse caso, o adoecimento era visto como uma espécie de manobra que o trabalhador criava na tentativa de escapar da lida na palha da cana. As evidências apontam os vários casos em que o empregado “adoeceu e por esta razão o reclamado o demitiu”⁹³⁶. Este foi o caso, por exemplo, de Joaquim Salustiano dos Santos no município de Alagoa Grande. O fato é “que [ele]

⁹³² NASCIMENTO, Francisco. *Entrevista concedida a ... Op. cit.*

⁹³³ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo** nº 106/72. p. 14

⁹³⁴ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo** nº. 102/75. p. 14.

⁹³⁵ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo** nº. 102/75. p. 15 e 46.

⁹³⁶ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo** nº 241/81. p. 14.

residiu [durante] 10 anos no engenho Carnaval de onde saiu a cerca de um mês por motivo de doença”⁹³⁷. Dessa maneira, e ao que parece, ao trabalhador rural não era permitido adoecer. E, mesmo assim, para o patrão, a doença não era um impedimento para o cumprimento de tarefas debaixo de sol e chuva, e/ou no interior do engenho.

5.5.3 Assistência médica e práticas de cura

Algumas das cidades interioranas tinham hospitais e estas unidades eram administradas com recursos da Fundação Serviços de Saúde Pública – FSESP. No município de Alagoa Grande, por exemplo, era “a obra do Fsesp..., que mantém em Alagoa Grande, hospital, maternidade, serviço dentário e pediatra”⁹³⁸. No entanto, essas unidades de saúde se limitavam ao atendimento de casos em que o paciente necessitasse apenas de atendimento de doenças ou acidentes sem maiores complicações que exigissem um curativo, por exemplo. Nos pequenos centros urbanos das mesorregiões da Zona da Mata e Agreste, além de não ter unidade básica de saúde, os hospitais eram precários e realizavam apenas atendimentos básicos.

No vizinho estado de Pernambuco, desde 1946, foi criado o Hospital dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar, conhecido como “Hospital das Usinas”, que era mantido pelas contribuições dos empregados, por meio de “descontos semanais” e pela Cooperativa dos Usineiros⁹³⁹. No estado da Paraíba, não havia algo semelhante. O mínimo que existia eram hospitais e unidades de pronto atendimento nas cidades. No ano de 1976, o hospital Universitário Lauro Wanderley, localizado na capital, passou a atender trabalhadoras e trabalhadores rurais vinculados ao FUNRURAL. Essa situação originou-se de um convênio firmado “entre o Hospital Universitário e o Funrural”, “visando a ampliação das atividades docentes e assistenciais e estendendo ao trabalhador rural a prestação de serviços médicos”.

⁹³⁷ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo** nº 377 e 378/69. p. 11.

⁹³⁸ Médica diretora do Fsesp de Alagoa Grande homenageada. **O NORTE**. João Pessoa, 09 abr. 1978, Segundo Caderno, p. 8.

⁹³⁹ FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Corpos exauridos**: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco 1963-1973). Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2012. p. 108. Cf., também, do mesmo autor: FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. A indústria de corpos exauridos na plantation açucareira do Nordeste do Brasil. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (org.). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste**: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: Edupeb, 2015. p. 254. É importante lembrar que, no estado de Pernambuco, funcionava um grande número de usinas de açúcar e que parte da sua produção era exportada para diversos países. A partir dessas premissas, considera-se que, naquele estado, havia, consequentemente, um número muito grande de trabalhadores rurais que sobreviviam da palha da cana. Enquanto isso, na Paraíba, havia apenas uma média de oito usinas de açúcar. A partir dos anos de 1970 houve um grande investimento na produção de álcool, chegando a, aproximadamente, treze destilarias, sendo quatro anexas e nove autônomas.

Essa era uma das únicas unidades de saúde que atendiam às urgências e aos “casos clínicos ou cirurgias eletivas do Interior de todo o Estado da Paraíba”. Além disso, era o único hospital que podia atender “em regime de gratuidade total aos trabalhadores definidos no artigo 2º do Regulamento aprovado pelo decreto nº 73.617, de 12 de fevereiro de 1974, assim como aos respectivos dependentes”⁹⁴⁰. Todavia, esse complexo hospitalar ficava localizado a mais de cem quilômetros de distância de muitos municípios que se encontravam nos domínios da zona canavieira.

De modo geral, nos municípios, alguns STRs mantinham assistência “médica e dentária” nas próprias sedes dos sindicatos em que os profissionais da saúde eram mantidos, quase exclusivamente, pelas contribuições mensais dos associados. Acontecia assim em Alagoa Grande.⁹⁴¹ Em alguns casos, os profissionais iam até a zona rural. Na escola do engenho de Tanaduba e em Itamaraty, no município de Guarabira, o sindicato prestava assistência. De acordo com ex-presidente do STR de Guarabira, “*o da Passagem e Tanaduba a gente levava médico, funcionava a escola, e depois nós passamos a levar médico e dentistas para dar assistência aqueles trabalhadores*”⁹⁴².

Geralmente, as contribuições realizadas pelos trabalhadores rurais aos STRs eram para um benefício coletivo. Assegura José Antônio da Silva que, no STR do município de Caiçara, “*o que arrecadava era pouco...[à]s vezes, quando um trabalhador precisava ir a Guarabira, [a] João Pessoa, em caso de doença, então o imposto sindical era para isso...*”⁹⁴³. No município de Sapé, o trabalhador rural Severino Ângelo da Silva afirma que não se podia contar com patrão: “*um dia precisei de um carro prá levar a minha mul[her] para o hospital e fui bater na porta dele e ele não me serviu*”. O que superava essas situações era, conforme testemunha, a solidariedade entre os próprios trabalhadores rurais: “*eu torço pro sangue do colega trabalhador, quando eu preciso de 1k da sal, eu vou na casa dele e sei que arranjo*”⁹⁴⁴. Dessa maneira, fica visível que a solidariedade era um traço muito forte entre os trabalhadores rurais. Quando alguém do grupo se encontrava doente, o esforço de muitos para ajudar era sentido pela classe. Nesse sentido, em muitos municípios, os STRs recorriam aos seus associados, como

⁹⁴⁰ Hospital do Campus vai atender também trabalhador rural. **O NORTE**. João Pessoa, 05 set. 1976, Ano 69, Nº 509, p. 7.

⁹⁴¹ SOLEDADE, Maria da. **Entrevista STR de Alagoa Grande – SEDUP/UFPB** [s./d.]. Guarabira: SEDUP, datilografado, s/d. p. 18.

⁹⁴² ARAÚJO, Antônio de Freitas. **Entrevista STR de Guarabira – SEDUP/UFPB**, [s./d.]. Guarabira: SEDUP, datilografado, s/d. p. 31.

⁹⁴³ SILVA, José Antônio da. **Entrevista STR de Caiçara, Sítio Passagem – SEDUP/UFPB**, [1994]. Guarabira: SEDUP, datilografado, s/d. p. 47

⁹⁴⁴ SILVA, Severino Ângelo da. **Entrevista STR de Sapé – SEDUP/UFPB**, [1994]. Guarabira: SEDUP, datilografado, s/d. p. 34.

ocorria no STR de Alagoa Grande.

No ano de 1964, em uma dada reunião dessa entidade, ficou registrado: “o Presidente falando um apelo aos associados para dar uma colaboração em uma ajuda em Dinheiro Para uma associada que si acha[va] doente i foi colhido Para esta [uma quantia de] 710.00 cruzeiro[s]”⁹⁴⁵. Como praticamente não havia saúde pública, alguns SRTs adquiriam aparelhagem e gabinete odontológico, além de assegurar assistência médica na entidade um ou dois dias da semana. No mês de setembro de 1965, em assembleia, o presidente STR de Alagoa Grande assegurou, aos associados presentes, que tinha adquirido “o resto da ferramenta do gabinete do Dentista, mas faltava 2 ferros porque não tinha mas depois chegava, e explicou que os sócios que fos[s]e[m] extrair Dente tinha que contribuir com 300cruzeiros”.⁹⁴⁶

Quando o número de sócios era grande e a maioria mantinha a sua contribuição em dia, o órgão conseguia, até mesmo, ficar “distribuindo remédio” por um curto período. Mas, quando a demanda aumentava, ficava impossível assegurar essa distribuição, porque os recursos dependiam, exclusivamente, das contribuições dos associados. Mesmo dispondo de um considerável número de associados, em muitos casos não havia condições de manter a assistência, como em Alagoa Grande, pois “a federação disse que assim nós [não] podemos ter um fundo de reserva [...] [o que pode gerar um caos, e] o sindicato estar sem folga[, sem receita, todavia,] nós vamos ageitar ele pra poder”, portanto, obter algum recurso e criar esse fundo de reserva⁹⁴⁷.

Em uma sociedade despossuída de certo poder aquisitivo, a ausência de um sistema de saúde pública ou a existência de uma entidade assistencial em situação precária fazia a população pobre recorrer a muitas outras formas de cuidado com a saúde e práticas de cura comunitárias. Nesse caso, as entidades sindicais eram os únicos órgãos a oferecer socorro ao trabalhador rural. No STR de Alagoa Grande, “o gabinete dentário esta[va] trabalhando fazendo o seguinte foi contrata[do] o dentista para o sindicato pagar a êle por uma extração de um dente [o valor de Cr\$] 500[,00]”. Dessa maneira, “cada sócio que extrair um dente [teria] de dar [a quantia de Cr\$] 100[,00] acima até o quanto poder para ver se o sindicato se anima[va] mais por que não

⁹⁴⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião de 09 de agosto de 1964**. Livro de Atas I (1962-1967). Fl. 12/verso.

⁹⁴⁶ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião de 26 de setembro de 1965**. Livro de Atas I (1962-1967). Fl. 33/verso.

⁹⁴⁷ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião de 26 de junho de 1966**. Livro de Atas I (1962-1967). Fl. 42.

se pode[ria] fazer tudo gratuitamente”⁹⁴⁸.

Temendo a impossibilidade de manter o atendimento odontológico, o presidente desse sindicato manifestou a sua insatisfação frente ao comportamento daqueles que não contribuía. Para ele, continuando dessa maneira,

o serviço dentário foi aparecido e brevemente vai desaparecer se for assim como vai é verdade pura porque se um vai extrair um dente [e] de[sse a quantia de Cr\$] 500,00 de contribuição outro extrai dois e não dar nada, outro extrai dois e dar 100,00, mais a questão é que nós fizemos para [que] cada um que tirasse um dente dava [a quantia de Cr\$] 200,00 no máximo e estão achando ruim, pois agora fica ao cuidado da secretária e de mim, presidente que pode ser a minha esposa ou a minha filha se sentar na cadeira e não tiver o dinheiro da contribuição mande se levantar da cadeira e vim de outra vez⁹⁴⁹.

Uma vez que o profissional da saúde era contratado pelo sindicato, em qualquer data podia ser demitido caso houvesse reclamação por parte dos associados. Assim aconteceu em Alagoa Grande, Alagoinha e Juarez Távora. Em 1967, o dentista Inácio de Azevedo foi dispensado devido às reclamações recebidas. Por conta disso, o órgão preferiu contratar um novo profissional, “o dentista Lourival que trabalha[va] muito bem para extrair os dentes dos associados nas sextas feiras e sábados”⁹⁵⁰.

Até aquela data, o único serviço odontológico oferecido pelo STR era a extração de dentes e, portanto, não era realizado outro tipo de procedimento dentário. Do mesmo modo, para o atendimento médico, o trabalhador rural também deveria ser associado ao STR. Para ser atendido no FSESP, que administrava o hospital do município e outros serviços de saúde, a própria entidade sindical concedia ao trabalhador uma guia, comprovando a sua filiação⁹⁵¹.

Dessa maneira, mulheres e homens do campo continuavam a recorrer às formas de cura encontradas na medicina popular e comuns à cultura regional, muitas delas baseadas em crenças e superstições. Era, portanto, comum o uso de remédios caseiros à base de chás, xaropes, “garrafadas” e outras “beberagens”. Além disso, também era costume que se recorresse às rezadeiras e às benzedadeiras que, para muitos, eram consideradas autoridades confiáveis no tratamento de diversas mazelas, infortúnios e/ou doenças. É importante lembrar que tais práticas

⁹⁴⁸ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião extraordinária de 29 de janeiro de 1967**. Livro de Atas I (1962-1967). Fl. 46.

⁹⁴⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião de 26 de fevereiro de 1967**. Livro de Atas I (1962-1967). Fl. 48.

⁹⁵⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião mensal de 09 abril de 1967**. Livro de Atas I (1962-1967). Fl. 48, verso.

⁹⁵¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião mensal de 19 de novembro de 1972**. Livro de Atas II (1970-1974). Fl. 29.

não se restringiam a grupos sociais populares, mas, de igual modo, eram encontradas em grupos sociais mais abastados. Muitos cultivavam, nos seus quintais, algumas plantas medicinais - raízes, cascas, folhas e ervas conhecidas que concentravam propriedades medicinais para o preparo de chás e outros tipos de remédios. De maneira geral, muitas dessas plantas eram adquiridas nas feiras públicas, durante a semana⁹⁵². Assim, apenas em caso extremo se procurava um médico ou um dentista na cidade. De princípio, apelava-se para os modos de cura comuns na comunidade e do seu conhecimento.

O nascimento de grande parte das crianças ocorria, quase sempre, no ambiente doméstico. De modo geral, o parto era realizado com a intervenção de uma parteira, uma mulher com experiência em obstetrícia e profundo conhecimento em “doenças de mulheres”. Além de se tornar uma conselheira em saúde do corpo feminino, em muitos casos acompanhava a gravidez e realizava o parto de crianças, cuidando, também, da parturiente no puerpério. Essa era uma prática comum nos municípios interioranos, mesmo entre os habitantes dos centros urbanos.

Nesse sentido, ao ser indagado sobre a sua infância, o entrevistado José Avelar conta: *“eu nasci lá em casa por que a maternidade daqui, hospital e maternidade foi inaugurada em 1953. E eu nasci por volta de meia noite e meia”*. E como era de costume em toda a região interiorana, *“meu pai chamou dona Azimira que é uma vizinha, mulher de José Mendonça que era dono do engenho Capoeiro. Também era parteira, pra família, pros amigos, pros moradores. E dona Azimira fez o parto. Eu nasci em casa, né?”*⁹⁵³.

5.6 NÃO SÓ DE TRABALHO VIVE O HOMEM: A FESTA, O LAZER E A FEIRA

Ao falar sobre as festas populares na zona canavieira, na Paraíba, certo jornalista batizou-as “folclore dos canaviais”. Considerando que “as festas populares da região têm a sua origem no engenho de açúcar, ou melhor, na casa-grande”, afirmou que “entre estas estão o bumba-meu-boi, o reisado, a barca (ou náu catarineta), o pastoril, o côco e os sambas”. No âmbito da palha da cana, a festa mais referida pela literatura é a denominada “botada”. Trata-se da festa do primeiro dia de corte de cana da safra, ou seja, quando tinha início a nova safra. Este era “o maior dia do engenho”, conhecido como “o dia da ‘botada’, ou melhor, do início da

⁹⁵² GARCIA, Marie France. **Feira e Trabalhadores rurais**: as feiras do brejo e do agreste paraibano. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984. p. 60.

⁹⁵³ FREIRE, José Avelar. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. Alagoa Grande-PB, 19 dez. 2013.

moagem. Tão solene, tão marcada de esplendor”⁹⁵⁴.

A ritualização dessa festa deixa transparecer quão fortes eram as relações de poder intrincadas em uma sociedade hierarquizada. Assim, “a festa de sentido profundamente cristão, começa[va] com a missa, oficiada pelo capelão ou vigário da freguesia, a que todos assist[ia]m: o senhor rural, a sua família, autoridades, convidados, etc.”. E a cerimônia tinha sequência com a “bênção do engenho”, assim descrita: “o sacerdote asperg[ia] as moendas com a água do hissopo, que também lança[va], embora simbolicamente, sobre os canaviais da propriedade”⁹⁵⁵.

Um outro ritual lembrado é “o ato da moagem das primeiras canas”, o qual envolvia as figuras do vigário, do prefeito e do senhor de engenho. O almoço esbanjava a fartura da propriedade com a diversidade de carnes, seguido “sempre de um ‘arrasta-pé’, ao som da velha vitrola”. Nessa festa, o senhor de engenho era “o alvo de todas as homenagens”⁹⁵⁶.

Em sua pesquisa sobre a indústria do açúcar no vale do rio Paraíba, Gilberto Osório de Andrade assegura que, nas áreas de produção do açúcar da Paraíba, esse momento, assim denominado de “botada” “é[ra] sempre comemorado com festas que consistem em missas ao santo padroeiro ... seguida de bênção das máquinas e depois de um lauto almoço na casa-grande oferecido aos convidados do usineiro, havendo, muitas vezes, danças”. Essa era, de fato, uma cerimônia reservada à família e aos convidados do senhor de engenho e/ou ao usineiro. Já, para os trabalhadores, acontecia, no final da moagem, o que eles chamavam de ‘pejada’: “quando lhes são distribuídas bebidas – até vinho, na [usina] Monte Alegre – mel e açúcar, ao mesmo tempo em que realiza[va]m folguedos populares”⁹⁵⁷.

Nas narrativas de José Lins do Rêgo, tudo parece girar em torno de um único discurso, o do senhor de engenho e/ou o usineiro enquanto “senhores do mundo”, figuras ilustres⁹⁵⁸. Assim, esse ritual espetacularizado pelos senhores de engenho parece sobressair sobre todas as festas empreendidas pelos trabalhadores da palha da cana. Em geral, as próprias festas denominadas populares eram, na representação dessa literatura, sempre consideradas folclore. As festas populares nunca eram compreendidas como uma invenção e/ou reinvenção dos populares e respeitadas, como tais, no discurso literário.

No entanto, adverte Christine Dabat que, na região canavieira de Pernambuco, por

⁹⁵⁴ OLIVEIRA SOBRINHO, Reinaldo de. **Terras de massapê**. 2 ed. João Pessoa: 1986. p. 42-45. Na verdade, o autor realiza essa releitura da “botada” à luz de outros autores como as viagens de Henry Koster no século XIX.

⁹⁵⁵ *Idem*. p. 46.

⁹⁵⁶ *Ibidem*.

⁹⁵⁷ ANDRADE, Gilberto Osório de. **Os rios do açúcar do Nordeste Oriental III**:... *Op. cit.*, p. 50-51.

⁹⁵⁸ REGO, José Lins do. Usina. In: **José Lins do Rego**: ficção completa. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2006. Vol. 1. p. 716-717.

exemplo, essa prática da “botada” não aparece com frequência nas diversas fontes consultadas pela historiadora. De igual modo, no estado da Paraíba, nos documentos consultados constam poucas informações sobre essa festa. E, de fato, parece se restringir mais à imprensa e à literatura onde “são muito valorizadas”⁹⁵⁹.

5.6.1 Festa e lazer: “Nunca tinha visto uma festa”, “eu sabia o que era isso, homi?”

A pluralidade de serviços executados cotidianamente, no mundo rural, ocupava homens, mulheres, adolescentes e crianças os sete dias da semana. Além das atividades agrícolas, a labuta se estendia a muitas outras ocupações, como a lida com animais que necessitavam de cuidados diários, diferentes atividades no entorno da residência, serviços domésticos etc., todas a exigirem um esforço contínuo dos seus moradores. Dessa maneira, para muitos, finais de semana e feriados nem sempre significavam descanso e/ou lazer.

Quando indagada se “*tinha alguma diversão, visitava a casa de alguém?* ”, a entrevistada Carmelita Alves arrebatava de uma maneira impetuosa: “*eu sabia o que era isso, homi?* ” Continua, explicando: “*eu via os vizinhos quando ia no caminho quando ia para o roçado, ... ou na feira. ... nunca ia na casa [de algum deles], não tinha tempo. Ninguém me visitava também que não me encontrava em casa. A vida era essa!*”⁹⁶⁰.

A lida no roçado e/ou no espaço doméstico preenchia todo o cotidiano de homens e mulheres do campo. Assim, da mesma maneira que a entrevistada acima, muitos viviam nas ocupações diárias.

A senhora Luzia Ferreira complementa que, no sítio onde nasceu e viveu toda a sua infância e juventude, quase não tinha socialização com os vizinhos, porque não saía de casa. Passava o dia todo ajudando a mãe nos afazeres domésticos e a cuidar dos seus irmãozinhos. “*Sempre fui mais uma dona [de casa], aquela pessoa [que] trabalhava mais dentro de casa, que a minha mãe era como... todo ano tinha um menino e eu era dona de tudo*”⁹⁶¹.

Luzia busca na metonímia uma forma de explicar o peso das atividades sobre seus ombros ainda adolescente. Ser “*dona de tudo*” era ser responsável por grande parte das atividades domésticas, administrar parte dos serviços de casa e com a família, como na colaboração com a manutenção da limpeza, o preparo da alimentação e os cuidados com as crianças. Portanto, quase não lhe sobrava tempo para a socialização com familiares, vizinhos

⁹⁵⁹ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho: ...** *Op. cit.*, p. 632. Nota de rodapé.

⁹⁶⁰ ALVES, Carmelita da Silva. **Entrevista concedida a** *Op. cit.*

⁹⁶¹ FERREIRA, Luzia Soares. **Entrevista concedida a** *Op. cit.*

e/ou amigas, nem mesmo com aqueles que fossem jovens de sua idade. Desse modo, as suas ocupações não a deixavam sair de casa⁹⁶². Ao migrar para o centro urbano, Luzia experienciou outra sociabilidade, conforme relata:

Aí quer dizer, chegou o tempo, fiquei moça, inventei de namorar e me casei. Com um tempo, já com três filhos vim morar aqui em Alagoa Grande. Mais aqui, quando eu cheguei, aqui as coisas foi esclarecendo. Lá eu nunca tinha visto uma missa na minha vida, nunca tinha visto uma festa. Era como se fosse um bicho de sete cabeças. (...). Comecei estudar que lá no sítio eu só tinha feito o primeiro ano, que antigamente a gente chamava primeiro ano. Comecei estudar e fui...⁹⁶³.

O lazer de Luzia Ferreira não era diferente dos de muitas das mulheres que viviam no mundo rural, com dupla ou tripla jornada de trabalho. Além da casa para administrar e da alimentação para preparar, também tinha a sua prole para cuidar o dia inteiro. Essas eram atividades reservadas ao espaço interno da casa. Embora as atividades externas fossem próprias ao corpo masculino, conforme a cultura patriarcal, muitas mulheres laboravam, também, nos serviços agrícolas e na criação de animais. Mas poucas tinham uma vida social, e isso era o que incomodava a muitas delas, inclusive à entrevistada Luzia. Sem ter ido a uma festa nem a uma missa, por exemplo, ela observava que, para vencer aquele “*bicho de sete cabeças*”, era necessário lutar por direito de acesso a muitos espaços antes eram negados e/ou proibidos.

A senhora Maria da Soledade relembra dos tempos de sua juventude, quando morava no campo. Para ela, foram momentos alegres que, na inocência dos seus anos, especialmente nos finais de semana e nas “*noites de lua*”, lhe trouxeram muitas felicidades. De modo geral, a liberdade que os jovens tinham de viver a sociabilidade da época era bastante limitada. E essa restrição era maior às moças, consistindo numa espécie de proteção, o que, para algumas delas, representava uma espécie de enclausuramento. No mundo rural, esse cuidado parecia mais exagerado. Apesar dos obstáculos impostos pelos pais, as jovens conseguiam socializar com outras de sua geração e flertar com rapazes, passeando nas estradas do sítio, conforme se recorda Maria da Soledade: “*De tarde tinha um passeio, né? Meus pais eram muito rígidos. Não deixavam eu sair para canto nenhum. Ciumentoso!*”⁹⁶⁴.

Num tom cômico, ela rememorou as suas peripécias para driblar a vigilância de seus pais e viver as alegrias de sua juventude por, pelo menos, alguns instantes, uma vez que não podia sair de casa “*para canto nenhum*”. Era necessário criar estratégias para fugir um pouco do ambiente domiciliar, o que, para a jovem Maria da Soledade, os seus passos e gestos estavam

⁹⁶² *Idem.*

⁹⁶³ *Idem.*

⁹⁶⁴ LEITE, Maria da Soledade. **Entrevista concedida a ...** *Op. cit.*

constantemente sob a vigilância implacável de seus pais. Numa expressão de felicidade, ela explica as circunstâncias em que realizava este passeio:

Aí, o que é que eu fazia? Eu me enfeitava todinha (risos), me enfeitava todinha, mim arrumava todinha. Bonitinha, me pintava todinha, botava a lata na cabeça e ia para ... (risos), ia buscar água. O dia podia faltar dinheiro, mas eu duvidava faltar água (risos). Faltava não. Eu botava tanta da água que eu acho que eu fiquei de cabeça redonda, eu acho que fiquei adoidada de tanto carregar água (risos) na cabeça (risos) para passear. Era o único passeio que eu fazia. Se eu fosse levar água [primeiro] em [minha] casa, meu pai, minha mãe não deixava eu voltar, não é? Aí, na casa da minha tia tinha uma forma grande em cima do oitão, aí eu separava uma forma. Ia carregando e despejando na casa da minha tia, né? Enquanto eu não enchia essa forma de lá eu não parava. Aí depois que eu carregasse pra lá [e enchesse o recipiente], aí é que eu carregava pra casa. Depois que eu carregasse pra casa mamãe não deixava eu voltar mais, né? E eu não ia perder o passeio não (risos). Aí, eu passava no engenho lá que passava uma turma de rapaizinhos, tudo bonitinhos. A turma, era moça demais, viu? É, pra você ver, tinha eu, na casa da minha tia tinha três moças. Na casa do outro meu tio tinha três. Na casa do outro vizinho de frente da outra propriedade que era da propriedade do dono do açude de Zé Rufino que é da família de, de Pedro Isaías, historiador, Maneco. É, o Jenipapo antigamente era dele. Que hoje é da, do assentamento, né? Mais antigamente era de Zé Rufino. Que tinha aquele casarão lá em Areia. Casarão de Zé Rufino. Então, o açude, a propriedade era dele. Ele tinha o engenho. Papai trabalhava, ele tinha a propriedade no Jenipapo. (...) E tinha um morador que tinha quatro moças. Isso de tarde estava assim (gestos) tinha uma fila de moça carregando água⁹⁶⁵.

O que, aos olhos do tempo presente, pode parecer uma experiência de sofrimento, era, para aquela jovem moça, uma fuga dos “cuidados” que a aprisionavam. Era viver a liberdade que lhe era proibida, furar o cerco que a encarcerava em um mundo que não era seu, mas da geração dos seus pais. Era quebrar as velhas regras impostas e que a sua geração não mais aceitava. Era construir, com os jovens da sua geração, novos códigos para substituir aqueles que se tornaram obsoletos e, portanto, não funcionavam mais. De maneira inconsciente, esse ato de rompimento não era apenas um desejo da idade, mas uma prática de resistência que andava em consonância com os atos manifestos em outros lugares do mundo. E Maria da Soledade assim continua a descrever as interações sociais que lhe eram permitidas:

Menino, quando chegava o domingo era aquela maravilha pura. Era a festa mais bonita que tinha (risos). Nem a festa da padroeira era tão animada (risos). Era tão animada como (...). Eita menino! E as noites de lua? Pelo amor de Deus! Eu cantando naquelas estradas (...). Eita! Eu cantava naquelas casas de sítio, de terreiro bem grande, né? Eu contava cinco, seis, dez moças sentada naqueles terreiros cantando aquelas modas antiga. Eita! Era bom demais!⁹⁶⁶.

⁹⁶⁵ *Idem.*

⁹⁶⁶ *Idem.*

Por que, para a entrevistada, essa “*era a festa mais bonita*”? Tais descrições não se limitam à socialização dos jovens à sua época e naquela região, mas, também, à forma como os pais mantinham as famílias sob o controle e vigilância, em obediência aos códigos sociais que regiam o comportamento da sociedade das décadas de 1950, 1960 e 1970, no mundo rural das regiões interioranas.

O fato é que, naquele momento de convivência entre pessoas da mesma geração, não havia, entre os jovens, nenhuma relação repressiva, de medo, de proibição. Além disso, devem ser considerados os encantos provocados, naturalmente, pelas expectativas dessa geração.

De maneira geral, as festas tradicionais, na cidade, estavam quase sempre relacionadas às tradições religiosas, resumiam-se, basicamente, a duas festas tradicionais comuns às mesorregiões do Agreste e Zona da Mata, a saber: o São João, realizado no mês de junho, e à festa do Natal e de final de ano. A festa da Padroeira, que se realizava em fins do mês de janeiro e no início de fevereiro, demorava, geralmente, em torno de quatro dias. Além da tradicional novena e a festa tipicamente religiosa do sagrado, concentrava outras atividades de natureza dita profana, incluindo as tradicionais brincadeiras da “lapinha, boi-do-rei, ciranda e bailes matutos”, consideradas pelos ‘narizes refinados’ como brincadeiras “pertencentes ao folclore nordestino”. Também se concentrava, na cidade, nessas circunstâncias em que se reunia grande número de populares, um parque de diversão⁹⁶⁷.

Como em outras cidades, em Alagoa Grande, por exemplo, as festividades oficiais eram animadas pela banda sinfônica, denominada Peregrino de Carvalho, criada no início do século XX pelas elites agrárias, para fins políticos, e, veladamente, serviam como capital social e político dos seus criadores e mantenedores. Evidentemente, trata-se do uso privado do público. Frequentemente, as festividades populares eram animadas pela banda de pífanos de Caiana dos Crioulos, composta por instrumentistas residentes na comunidade rural de mesmo nome. Enquanto aquela servia aos momentos solenes, esta última é que mais empolgava os populares, que encontravam, no ritmo empreendido pela banda, os seus próprios saberes.

A referida banda não explorava a música clássica, mantinha sempre um repertório conhecido na “cultura popular”. Se a banda sinfônica da cidade explorava o ritmo da gente refinada, aquela “bandinha”, como a ela se referiam integrantes das classes abastadas, tinha como objetivo explorar um repertório local e regional. Além disso, satisfazia aos desejos dos populares de encontrar, no seu repertório, algo condizente com as suas práticas culturais e

⁹⁶⁷ A. Grande Comemora N. S. da Boa Viagem com festa de 4 dias. **O NORTE**. João Pessoa. 28 jan. 1975, Nº 23, p. 2.

sociais⁹⁶⁸.

Apesar de viver uma semana de labor estafante, a gente do campo também vivia seus momentos de alegria, compartilhados com familiares, amigos e/ou vizinhos. Embora fossem poucos - se considerarmos a jornada de horas e a pluralidade de tarefas que os trabalhadores e as trabalhadoras rurais teriam que desempenhar - esses momentos tornavam-se duradouros na medida em que era neles que se criavam laços de afetos. Um casamento e/ou batizado, por exemplo, eram rituais que exigiam da família um tempo de preparação para a festa, desde a escolha e engorda de animais (carneiros, porcos, galinhas, perus, guiné) para serem transformados em iguarias regionais, até comprar uma “roupa nova”, reformar a casa para recepcionar os convidados no dia do evento etc.

Havia casos em que o trabalhador necessitava laborar em serviços extras “para que ele pudesse preparar o casamento de suas filhas” ou filhos. Este é o caso de Manoel Felinto da Silva, morador e empregado da Fazenda Miramar, no município de Pedras de Fogo, que, “estando com duas filhas para casar, o depoente precisava de dinheiro para aprontá-las” e, por isso, necessitou laborar “em propriedade de terceiros com autorização do reclamado e para ajudar nas despesas no casamento de [suas] duas filhas”⁹⁶⁹. Nesse ínterim, os familiares e vizinhos se enredavam no assunto, disseminando-o e fazendo análises, gerando grandes expectativas em relação ao acontecimento esperado. De maneira geral, um almoço ou um jantar era, quase sempre, o que os pais dos noivos podiam oferecer aos convidados. Um batizado tinha menos comemoração. Muitas vezes, se resumia a um “almoço melhor”, mas, geralmente, tendo apenas os padrinhos e, às vezes, algum familiar como convidados.

5.6.2 A feira

Apesar de ser o mundo rural o ambiente em que estava inserida grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, como espaço de trabalho e de vivência, o setor urbano também fazia parte das experiências desses atores sociais. A urbe, como centro administrativo e econômico, era mais visitada pela população campesina durante os dias de feira, evento que acontecia semanalmente. Muitos dos homens e das mulheres do campo iam, pelo menos uma vez por semana, à cidade para, principalmente, abastecer a sua casa de mantimentos de primeira

⁹⁶⁸ A banda de música Peregrino de Carvalho foi criada no início do século XX e pertencia ao grupo político da família Montenegro. A banda foi “reativada e incorporada ao município no ano de 1934”. FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: sua história – 1625 a 2000. ...** Vol. 01. *Op. cit.* p. 128.

⁹⁶⁹ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo Nº. 1186/82.** p. 33 e 70.

necessidade. Nessa visita estava intrínseco o desejo dessas pessoas de verem algo novo, encontrar parentes, amigos, atualizar as suas informações, entre outras atividades obrigatórias.

O deslocamento que grande parte dos populares realizava entre estes dois espaços se dava, geralmente, a cavalo, em carroças, em bicicletas e/ou a pé. Durante o período chuvoso essa viagem se tornava uma tarefa bastante árdua para as pessoas que habitavam áreas íngremes, nas escarpas da serra e em morros.

Os homens e mulheres que laboravam na palha da cana recebiam o seu ordenado semanalmente. De modo geral, isso se dava nas sextas-feiras, em final do expediente “*ou nos sábados*”. Era, exatamente, nesses os dias que se davam os pagamentos aos empregados porque, no dia seguinte ou no mesmo dia, se realizava a feira pública que ocorria não somente em Alagoa Grande como em outras cidades vizinhas⁹⁷⁰. No caso de Alagoa Grande, os empregados da usina Tanques, por exemplo, recebiam os seus pagamentos nos finais de semana. De acordo com Luzia Ferreira, “*eles fazia[m] lá o pagamento no sábado, da sexta para o sábado e todo mundo tinha seus dinheiros*”⁹⁷¹.

Segundo José Avelar, naquele município, nos dias atuais, a feira não é tão festiva quanto nas décadas de 1960, 1970 e 1980 que remetem à sua adolescência e juventude. Para ele, “*hoje é quarta-feira[, porém] quase não tem feira, mais [a do] sábado*” é relativamente significativa. Não obstante, naquele período, o aspecto econômico desse evento era muito mais expressivo. Ao que parece, na dimensão social, era igualmente notável a sua relevância. As razões pelas quais acontecia tanta expressividade são explicadas pelo entrevistado:

Mais antes a de quarta-feira também era grande. Por que até porque. Imagine! Tinha as indústrias que sempre pagavam na sexta-feira. Era. Pagava muitas vezes semanal ao operário, né? Então, a feira do sábado era maior, claro. Como é. Mais a quarta-feira, dada o número de engenhos que tinha, de indústrias, de pessoas vendendo produtos na rua, né? Naquele tempo o algodão, depois o sisal também, né? Naquele tempo tinha o sisal, né? Tinha um fluxo de dinheiro interessante, né? Vindo da zona rural⁹⁷².

Além do cultivo de várias culturas naquele município e na região, havia a forte presença da indústria rural. Mas o maior fator contributivo para um maior fluxo de capital no mercado era, de fato, a usina Tanques, que empregava um número significativo de pessoas tanto no interior da fábrica como em seus canaviais. Tudo isso respondia uma maior geração de renda local e regional, permitindo uma dinâmica expressiva na cidade. Para José Avelar,

Mesmo que pagasse pouco, mais o cara estava ganhando alguma coisa. Não era um salário justo. Não um salário mínimo, que depois Margarida depois vai

⁹⁷⁰ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo Nº 1559/83**. p. 19,

⁹⁷¹ FERREIRA, Luzia Soares. **Entrevista concedida a ... Op. cit.**

⁹⁷² FREIRE, José Avelar. **Entrevista concedida a ... Op. cit.**

batalhar por ele. Mais o cara tinha no próprio engenho, apesar da vida difícil, da situação precária de moradia, ele tinha geralmente entorno da casa, a maioria dos engenhos tinha um sítiozinho. Tinha uma cabrinha amarrada, tinha a galinha, tinha o patozinho, tinha um guiné. Quer dizer, a rocinha, tinha, né? E tinha o ganhozinho lá do engenho. Então, eles vinham pra feira. Esse povo todo, é. O algodão na caatinga em abundância, né? Então, era, era esse universo de circulação de dinheiro era bem mais interessante por conta dessa força do campo. O campo está hoje em 20% do que era⁹⁷³.

Na narrativa do entrevistado, o grande responsável pela geração de riquezas era o campo. De fato, nos pequenos municípios das mesorregiões da Zona da Mata e do Agreste, durante o terceiro quartel do século XX, ainda predominava a economia agrária. Na verdade, nessas regiões interioranas, os núcleos urbanos viviam ainda um mundo bucólico cuja economia girava, em grande parte, em torno do setor agropecuário.

A senhora Carmelita Alves que, além de trabalhar no campo, também era feirante em Alagoa Grande, relembra este evento semanal: “*a feira era até grande, muito grande!*”. E lamenta a experiência da feira nos dias atuais: “*da época que eu vendia não tem quase ninguém mais... o povo de fora tomou conta. Vem de Campina [Grande], vem de Lagoa Seca, de [A]lagoa Nova, de Areia, de Guarabira, vem tudo vender aqui. A feira aqui é só do povo de fora*”. Na cidade, quase tudo o que se vendia na feira era produzido ali mesmo, naquele município. Quando perguntada: “*quer dizer que na época que a senhora trabalhava os feirantes eram daqui mesmo? Eles mesmos que produziam?*”. Ela assegura: “*Era! Era! Era quase tudo daqui! Tinha muito pouco que trazia de fora.... Tinham uns dez só,... que ia buscar em Campina [Grande] porque muitas coisas não tinha da horta daqui, tinha que ser de fora e aí ia buscar em Campina [Grande]*”⁹⁷⁴.

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, na zona canavieira da Paraíba, ao que parece, quase todas as usinas e grandes engenhos mantinham seus barracões, experiências essas tão comuns às áreas açucareiras dos estados de Pernambuco e Alagoas. Nos municípios em que concentravam usinas, destilarias e/ou grandes engenhos, como em Alagoa Grande, Areia, Pirpirituba, Sapé, Mamanguape, Santa Rita, Caaporã, Pedras de Fogo e Mataraca, o mercado apresentava uma dinâmica superior àquela encontrada em outros pequenos centros urbanos. Durante a safra da cana-de-açúcar, havia uma circulação maior de capital, gerado do trabalho nas usinas e/ou destilarias ali concentradas. De acordo com Andrade, em fins da década de 1950, na usina Monte Alegre, havia uma “cooperativa de consumo organizada pela própria empresa”, a qual poderia “fornecer ao trabalhador melhores preços que os correntes na cidade”.

⁹⁷³ *Idem.*

⁹⁷⁴ ALVES, Carmelita da Silva. **Entrevista concedida a ...** *Op. cit.*

De maneira semelhante, nas usinas da região do Brejo, havia “barracões explorados diretamente pela empresa (Santa Maria) ou por pessoas ligadas aos industriais” da usina Tanques e da usina São Francisco⁹⁷⁵. Na usina Santa Maria, em Areia, eram “o usineiro e seus prepostos que organiza[va]m e dita[va]m as regras da feira, cujas instalações foram construídas pelo primeiro em 1980”⁹⁷⁶.

Em outras latitudes, também era possível encontrar esses modelos de relações econômicas mantidas pelos usineiros. Na usina São João, no município de Santa Rita, as fazendas plantadoras de cana-de-açúcar mantinham barracões onde os empregados realizavam as suas feiras por meio de vales concedidos pela usina. Um exemplo disso é o barracão da Fazenda Central. Nele muitas pessoas compravam itens alimentícios com os vales que recebiam da usina como pagamento do seu trabalho, como assegura o senhor João Francisco ao depor em Processo Trabalhista na JCJ de João Pessoa, no ano de 1974: “semanalmente [o trabalhador] recebe vales para comprar mercadorias no barracão, sem recebimento de dinheiro”⁹⁷⁷.

Outro empregado dessa mesma usina, o senhor Antônio dos Santos, morador da fazenda Cangulo, confirma essa informação ao afirmar: “o pagamento é efetuado a ele reclamante através de vales para a aquisição de bens no barracão da reclamada”⁹⁷⁸. De modo igual o senhor José Pedro Filho assegurou: “a reclamada fornece a ele reclamante um vale de CR\$ - 35,00 semanalmente para [a] aquisição de mercadorias no barracão”. Declara, ainda que “não sabe se o barracão é explorado diretamente pela reclamada ou por terceiro, mas sabe informar que o vale lhe é fornecido pela reclamada para ser descontado no barracão por mercadorias”⁹⁷⁹.

Quando o empregado tinha “pouca família, sendo somente ele reclamante e esposa”, conseguia manter um saldo na usina. Dessa maneira, afirma o senhor José Izidro do Nascimento, trabalhador da Fazenda Central: “como os vales são pequenos, entre CR\$ - 10,00 e CR\$ - 15,00 por semana, sempre colocava a impressão digital na folha de pagamento, por ter sempre saldo; que desde que foi admitido que ele reclamante coloca a impressão digital na folha de pagamento”⁹⁸⁰.

Em cada um desses barracões, havia um administrador. Na Fazenda Patrocínio, onde o senhor José Rangel da Silva trabalhava desde 1957, o senhor “Belmiro Braz é[ra] o responsável pelo barracão da Fazenda Patrocínio”⁹⁸¹. Dessa maneira, onde havia barracão, os homens e as

⁹⁷⁵ ANDRADE, Manoel Correia de. **Os Rios-do-Açúcar do Nordeste Oriental II: ... Op. cit.**, p. 61-62.

⁹⁷⁶ GARCIA, Marie France. **Feira e Trabalhadores rurais: ... Op. cit.**, p. 38.

⁹⁷⁷ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo** nº 317/74, p. 78.

⁹⁷⁸ *Ibidem*.

⁹⁷⁹ *Idem*. p. 83.

⁹⁸⁰ *Ibidem*.

⁹⁸¹ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo** Nº 157/74, p. 36.

mulheres que ali labutavam não frequentavam a feira pública da cidade ou pouco iam a ela, mantendo-se com o que adquiriam na própria fazenda.

De certa maneira, há de se pensar que as feiras urbanas permitiam aos trabalhadores uma maior liberdade; constituíam um espaço de liberdade em que o senhor de engenho e/ou usineiro não controlaria a vida dos seus moradores e trabalhadores rurais. Ali, o senhor de engenho e/ou proprietários das terras não detinham o menor poder sobre o cotidiano dos moradores, não podiam retê-los em seus afazeres, privando-lhes do contato com o mundo. Garcia-Parpet, ao discutir a feira na usina de Serro-Azul, situada no município pernambucano de Palmares, afirma a esse respeito: “em uma usina do Brejo da Paraíba, o gerente do trabalho agrícola era a autoridade responsável pela feira”. Certamente, a autora refere-se à usina Santa Maria, situada no vizinho município de Areia. Ainda segundo ela, esse gerente “tinha proibido a venda de bebidas alcóolicas e o porte de armas. Por outro lado, fazia tudo o que estava em seu poder para seduzir e reter os trabalhadores residentes e regular sua vida fora das horas de trabalho”⁹⁸².

Considerando que grande parte da população rural, formada por homens e mulheres do campo, embora detentores de baixo poder aquisitivo, eram a maior parcela de consumidores dos produtos oferecidos nesse espaço, compreende-se que era essa mesma massa de trabalhadores e trabalhadoras que permitia uma contínua dinâmica naquele mercado. Os pequenos mercados, mercearias, bodegas, lojas e outras “casas comerciais” eram lugares onde esses atores do mundo rural podiam fazer as suas compras quando não dispunham de dinheiro para o pagamento à vista.

Havia “os fregueses de fiado de oito dias”. Trata-se dos empregados e empregadas que percebiam semanalmente os seus “salários”. No entanto, “não tendo dinheiro no dia da compra, se compromet[iam] a pagar na próxima feira. Outros faz[iam] acordo com o vendedor para pagar na época da colheita”. Nessa experiência do mercado, criavam-se relações duradouras de confiança que atravessavam a restrita dimensão das relações mercantis, constituindo-se, também, laços de amizade entre vendedores(as) e consumidores(as)⁹⁸³.

Em suas descrições etnográficas sobre as feiras realizadas em cidades do Brejo paraibano (Areia, Remígio, Alagoa Grande, Arara, Guarabira, Solânea etc.), Garcia observa,

⁹⁸² GARCIA-PARPET, Marie-France. Mercado e modo de dominação: a feira e as vinculações de trabalhadores na plantation açucareira nordestina. In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Orgs.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: Editora UNESP, 2008. Vol. 01. (Coleção História Social do campesinato no Brasil). p. 69-87. A explicação se encontra em nota de rodapé.

⁹⁸³ GARCIA, Marie France. **Feira e Trabalhadores rurais**: ... *Op. cit.*, p. 69.

que, geralmente, havia “anterior às transações mercantis”, uma relação entre comprador e vendedor “que não exclui[a] a prestação de pequenos serviços ou agrados de ambos os lados”. Todavia, “neste caso, a relação mercantil é[ra] apenas a atualização de uma relação de outra natureza: filiação a uma clientela política, relação de vizinhança, filiação ao mesmo círculo religioso etc.”⁹⁸⁴.

As famílias camponesas se abasteciam na cidade apenas do básico para o consumo semanal, como gêneros alimentícios (feijão, óleo, café, açúcar, carnes, peixe seco etc.) e outros produtos igualmente necessários (sabão, fósforo, querosene etc.) à manutenção do dia a dia nas residências. De modo geral, depois de adquiridos os produtos de primeira necessidade, se pensava, quando da necessidade e acessibilidade, poder adquirir um produto manufaturado como, por exemplo, um utensílio doméstico. Como já foi abordado em outros itens deste capítulo, várias dessas famílias produziam outros gêneros em sua lavoura e/ou roçados que mantinham nas terras em que moravam, como tubérculos, cereais, frutas, alguma hortaliça etc.

Além do “trabalho alugado”, os populares recorriam a outras maneiras de sobrevivência. Havia trabalhadores que produziam, em seus sítios e “roças”, tubérculos, frutas, hortaliças, e os levavam para vender na feira pública semanal da cidade continuamente. Outros se alimentavam do que cultivavam, comercializando eventualmente o excedente. Dona Carmelita Alves, que, durante muito tempo, morou no sítio Gavião, próximo a um engenho onde seus pais ainda habitavam, não ia à feira apenas abastecer a sua casa, mas, também, vender frutas e as verduras que produzia na sua horta, onde laborava quase todos os dias da semana. Ela as colhia nas terças e sextas-feiras, e os seus filhos “*trazia[m] cargas de coentro*”. Cultivava mais hortaliças, segundo declara: “*aí, na sexta-feira, uns [dos meus filhos] estudavam, eu ia para Campina [Grande] e eu botava tudo pra lá [para o sítio onde cultivava hortaliças] para preparar o coentro e trazer*”⁹⁸⁵. Alguns anos depois passou, também, a complementar a sua banca com outras frutas e hortaliças que adquiria no mercado atacadista da cidade de Campina Grande, que, desde 1976 mantinha ali uma Central Estadual de Abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros - CEASA⁹⁸⁶.

A feira era um espaço onde a população camponesa podia se encontrar e conversar, haja vista esses personagens se encontrarem quase isolados em suas atividades no mundo rural, nos

⁹⁸⁴ *Idem*.

⁹⁸⁵ ALVES, Carmelita da Silva. **Entrevista concedida a ...** *Op. cit.*

⁹⁸⁶ Em fins da década de 1960, o governo federal reorganizou a produção e o abastecimento de alimentos. Na década de 1970, esse trabalho de reorganização criou as Centrais de Abastecimento (CEASAS), que eram administradas pelo Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC), que por sua vez era controlado pela Companhia Brasileira de Abastecimento (COBAL, hoje Companhia Nacional de Abastecimento – Conab).

dias úteis da semana. Também por morarem distantes uns dos outros eles “se encontra[vam] nos dias de feira”⁹⁸⁷. Era o momento de obterem e trocarem informações e experiências, de encontrarem apoio e solidariedade junto aos colegas, de formarem cordões de resistência, de “tomarem uma cachaça” com os amigos, de darem boas risadas.

Nesse espaço, existiam os locais onde feirantes e outras pessoas faziam refeições, denominados de “bancos de café”. Descrevendo as feiras públicas de algumas cidades da região do Brejo paraibano, nas décadas de 1970 e 1980, a antropóloga Marie France Garcia constatou que “os trabalhadores que vêm do campo para fazer suas compras costumam também ter um determinado banco de café onde deixam as ‘coisinhas’ (armas) e depositam as suas compras enquanto vão dar uma volta na feira”⁹⁸⁸.

Nas falas dos entrevistados, a feira era, verdadeiramente, um espaço democrático e de papel democratizador. Ali podia ser encontrada uma diversidade de produtos e lazeres; para lá convergia grande parte da população local e de municípios circunvizinhos. A socialização era, portanto, uma das experiências mais proveitosas para seus visitantes. Tratava-se de um lugar onde se encontravam “ricos e pobres”. Na verdade, era um “*universo espetacular, diversificado, né? Você vê lá o fazendeiro comprando, e via o morador dele vendendo ao próprio fazendeiro ou, então, vendendo a outro*”, explica o senhor José Avelar. Para ele, esse era um espaço múltiplo “*e um universo muito diferente de pessoas, né? Cada um com uma experiência, com uma coisa, de uma área do município, de outra*”⁹⁸⁹.

A feira de Alagoa Grande também era frequentada por muita “*gente de fora, né? Gente de Alagoinha aqui, de Remígio, de Areia que vinha fazer, vender, se estabelecer aqui para vender também. Então, Juarez Távora etc.*”. E, nesse universo,

you via o médico, you via o professor, you via, e via o varredor de rua. É, a feira, naquele tempo, principalmente, que todo mundo tinha que ir à feira pra comprar as coisas, porque não tinha supermercado, não é? Tinha bodega, né? Tinha venda! E, [a bodega ou a venda] não vendia verdura, não vendia os produtos [que se encontrava na feira]. E, a feira, you recorria à feira. E, então, ia todo mundo pra feira! Ia o prefeito pra feira, muitas vezes a mulher do prefeito. Quer dizer, era muito mais frequentada do que hoje. A diversidade era maior também⁹⁹⁰.

Nascido no centro urbano, José Avelar não experienciou os labores do mundo rural, mas vivenciou e socializou, em diferentes momentos, o espaço da feira, conforme relembra: “*E então, esse universo da feira, eu gostava de ir com mamãe. E às vezes, eu quando ela chegava*

⁹⁸⁷ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo Nº 200/81**. p.17

⁹⁸⁸ GARCIA, Marie France. **Feira e Trabalhadores rurais: ... Op. cit.**, p. 63.

⁹⁸⁹ FREIRE, José Avelar. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. Alagoa Grande-PB, 19 dez. 2013.

⁹⁹⁰ *Idem*.

em casa eu voltava pra ficar andando, né?”. E complementa, “às vezes com um amigo, com outro, conversando. As pessoas que eu conhecia encontrávamos, começávamos a conversar, alguns jovens, algum colega de colégio e, tal e tal e tal”. Filho de comerciante de Alagoa Grande e o primeiro de uma prole de nove irmãos, Avelar foi levado para a casa dos seus avós maternos quando completara um ano de idade e ali fora criado. Cresceu brincando nas ruas da cidade. “Em [19]60 eu tinha 11 anos. Eu nasci em [19]50. Eu gostava de ir à feira, sim! Às vezes eu ia com minha mãe. Minha mãe ia à feira, eu ia com ela. Porque o jeito da feira me fascinava. Assim, a diversidade de pessoas, pessoas de todas as partes”, explica o entrevistado⁹⁹¹.

Desse modo, para José Avelar, em Alagoa Grande, a quarta-feira e, principalmente, o sábado eram verdadeiros dias festivos porque os lugares onde se instalavam as barracas dos feirantes e todo um universo de novidades e curiosidades eram visitadas pelos populares. Nesse sentido, a feira não era apenas um espaço de troca de mercadorias, mas igualmente de trocas de experiências, de diversão, de lazer. “A feira para mim foi um [momento] de lazer. Eu tinha a feira como um lazer. E foi [um] aprendizado, né? Convivência com pessoas de vários níveis culturais, sociais”, declara o senhor José Avelar⁹⁹². Na feira se explorava, inclusive, a culinária, e alguns de seus exploradores eram oriundos do campo, além de muitos consumidores e visitantes que por ali passavam, apreciadores de muitas especialidades, como as citadas pelo entrevistado:

O caldo de cana lá na feira, né? O doce americano, o tabuleiro de doce americano. Uma parte de doce americano, outra parte de doce de batata. Aquela coisa, não é? O pé de moleque que o pessoal da Caiana dos Crioulos, as pretas traziam um pé de moleque na palha da banana pra vender de lá. Então, você estava naquele ambiente altamente rico, né? Culturalmente, em termos de diversidade alimentar⁹⁹³.

Portanto, nesse local plural se dava, simultaneamente, uma multiplicidade de eventos, daí seu aspecto de espetáculo, um macroevento composto de inúmeros microeventos a serem trilhados e nos quais se registrava a presença dos trabalhadores rurais enquanto realizadores desse dia de “festa”.

Ao compararem passado e presente, os entrevistados compreenderam a importância que a feira tinha e ainda tem para a cultura local e regional. Eles reconhecem a proeminência da feira no passado. A senhora Luzia Ferreira explica aspectos desse dia considerado festivo e duradouro: “uma feira antigamente aqui no sábado ia até quase cinco horas (17h). Hoje

⁹⁹¹ *Idem.*

⁹⁹² *Idem.*

⁹⁹³ *Idem.*

quando dá uma hora (13h) a feira tem se acabado. Era o pessoal, vinha todo mundo. (...) É... para fazer a feira e todos eles...”⁹⁹⁴. Para a decepção dessa senhora, os frequentadores e realizadores das feiras atuais não parecem apresentar o mesmo entusiasmo. Se, antigamente, o espaço da feira pública recebia compradores/visitantes durante todo o dia, funcionando de 12 (doze) a 14 (quatorze) horas, ou seja, 4 (quatro) a 5 (cinco) horas a mais que as atuais, alguns fatores contribuíam para isso, o que não é um caso isolado da região do Brejo paraibano.

De acordo com algumas fontes, muitos dos homens e mulheres que moravam no campo também laboravam aos sábados e não podiam abandonar o trabalho. Muitos se encontravam presos à palha da cana até ao meio dia e, por isso, deixavam para se deslocar para a cidade quando findava a faina⁹⁹⁵.

Em 1972, no município de Santa Rita, consta que Antônio Bezerra dos Santos “trabalhava [em terras do seu patrão] os 7 dias da semana, aproveitando o sábado a noite, a partir de 5 horas [da tarde] para fazer sua feira”⁹⁹⁶.

Em relação a essas mudanças por que passou a feira enquanto fenômeno econômico, social e cultural, José Avelar explica que as décadas de 1970 e 1980 “*ainda era uma época que a feira era maior que a de hoje, apesar da população ser maior. Ah! A população [hoje] é menor, aliás. Hoje é menor*”. No início dos anos de 1980, nos pequenos centros urbanos, surgiram os supermercados, que podiam oferecer uma multiplicidade de produtos. “*Hoje, tem os supermercados, mercadinhos que muita gente faz a feira lá. Antes ninguém fazia*” compras de todos os itens que necessitava em um único local. “*Todo mundo fazia a feira na feira. Então, o fluxo de pessoa[s] era maior. E, e juntava as [diversas] mercadorias...*” que só poderiam ser encontradas naquele espaço⁹⁹⁷.

Apesar de uma semana de labor extenuante, os homens e mulheres do campo encontravam, na feira, condições de valorização de sua própria cultura. “*Aí tava lá, o cara tocando sanfona, (...) mais tarde tinha um violeiro, tinha um cara batendo pandeiro, né? O outro vendendo aquilo, vendendo aquilo. Muitas mercadorias!*”⁹⁹⁸. Portanto, ali não eram vendidos apenas produtos materiais, mas também se comercializava a arte como “*a parte de música, a musicalidade dentro da feira, né? Está lá o cego tocando viola, pedindo esmola. Tem um outro violeiro pra acolá, o caba tocando pandeiro. Um grupinho de forró lá dentro*”, explica

⁹⁹⁴ FERREIRA, Luzia Soares. **Entrevista concedia a...** Op. cit.

⁹⁹⁵ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo Nº.** 200/81. p. 17

⁹⁹⁶ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. **Processo Nº.** 106/72. p. 14

⁹⁹⁷ FREIRE, José Avelar. **Entrevista concedia a ...** Op. cit.

⁹⁹⁸ *Idem.*

José Avelar⁹⁹⁹.

Dessa maneira, os visitantes encontravam, nesse espaço, uma multiplicidade de eventos que se alocavam dentro de um evento muito maior, num verdadeiro espetáculo que arrebatava parte dos seus visitantes. “*E aquele universo da feira que é fascinante*”. Era um espaço mais democrático porque nele se encontrava de tudo “*e juntava as mercadorias*”, que eram diversas¹⁰⁰⁰:

Aí você chegava tinha aquelas, as partes das raízes, a parte das cangalhas, a parte das cordas, né? Esse material, a rede de carvalho. [...].

A parte artesanal. E aquele universo da feira que é fascinante. A parte do peixe, do peixe seco, do peixe inteiro como se diz. Da carne do porco, do bode. Da banana, da fruta de um modo geral.

As temperadas da feira. A macaxeira com picado, estava lá temperado. No começo eu olhava assim, estava lá aquela garrafa de aguardente cheia de pedaço de pau dentro. O pau dentro, né? Chamado pau dentro. E aí, olhava e dizia rapaz isso deve ser, uma lapada disso o caba... A mulher dizia: “ai, meu filho, isso aqui é mediciná! Isso aqui cura isso, cura aquilo. O caba fica bicado e ainda mais fica curado da doença! ”. Eu digo, mais isso é que é bacana! Então essa coisa da feira é muito do interior, né?¹⁰⁰¹.

Aí, portanto, se encontrava uma pluralidade de vozes dentro de uma dinâmica própria que os mercados fixos não tinham nem conseguiam produzir. Discutindo sobre a erotização da linguagem nos mercados franceses, Pierre Mayol adverte que as feiras são, na verdade, “lugares onde o ambiente social é muito pouco controlável por causa da extrema complexidade das relações aleatórias que aí se entremesclam”.¹⁰⁰²

O fato é que “os vendedores dos mercados ocupam, com relação aos comerciantes ou aos pequenos varejistas da rua, uma posição marginal: são mais anônimos, mais permutáveis, a sua presença é episódica”. Como não é um ambiente em que os vendedores permanecem fixos, não há letreiro ou outra forma linguística que chame a atenção dos fregueses senão a voz do vendedor. Dessa maneira, “os vendedores são obrigados, pela sua profissão, a *chamar* os seus fregueses; mantêm com eles uma relação vocal que se poderia dizer hiper-alocutiva, muitas vezes próxima do grito”. E, para tanto, “aplicam geralmente uma energia vocal que os obriga a ir ao essencial sem muitos matizes, quer em vista de elogiar os seus produtos, quer em vista de atrair a freguesia”¹⁰⁰³.

⁹⁹⁹ *Idem.*

¹⁰⁰⁰ *Idem.*

¹⁰⁰¹ *Idem.*

¹⁰⁰² Muito embora o autor esteja se referindo, especificamente, ao mercado na França, é possível tomar essa análise emprestado para avaliar as feiras nas regiões interioranas do Nordeste, por exemplo, e, em especial, as dos pequenos centros urbanos da zona canavieira da Paraíba. CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do Cotidiano**: morar cozinhar. 6 ed. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 63.

¹⁰⁰³ *Idem.*

A senhora Maria da Soledade que, mesmo contra a vontade de sua família, se tornou uma repentista reconhecida pelas companheiras de viola com quem “fazia dupla” afirma categoricamente: “*me tornei a ovelha negra da família*”. Lembra ela que, no aniversário dos seus dezoito anos, ganhou um violão de presente do seu pai e, ao voltar do Rio de Janeiro, certo repentista encordoou-o, tendo a sua primeira experiência em sua própria casa quando ocupou o lugar de um suposto poeta que teria faltado à cantoria marcada para aquela noite. Foi aí, então, que começou a ganhar dinheiro realizando cantorias. Para ela, o dia da feira era importante para o seu trabalho enquanto repentista, porque diversas pessoas de classes diferentes se reuniam na “*Casa Verde*” para assistir a dupla de repentistas cantar. Trabalhava no roçado durante a semana e,

Isso quando era no sábado era assim, oh! (Gesto de multidão, cheio). Os cantadores vinham de fora. Juntava na Casa Verde: eu, João Pereira, Abelardo, Didi, é,... o Chaga, Dodô, é,... Estrelinha. Enfim, poetas tanto da região como poetas de fora, na Casa Verde. Era o ponto onde a gente cantava. Todo sábado a gente cantava¹⁰⁰⁴.

Enquanto, para muitos, o dia de feira era o dia de abastecer a casa da família e/ou um “*dia de festa*”, para outros, era um dia de trabalho. Dessa maneira, o dia de feira, para dona Maria da Soledade, não era apenas um “*dia de festa*”, era, também, um dia de trabalho em que aquela “*Casa Verde*” se transformava, conforme recorda: “*era um bar, uma mercearia, não sabe? Era uma mercearia, mais uma mercearia grande e..., era uma mercearia que..., [se vendia] de tudo*”. E mais adiante afirma: “*a gente cantava todo sábado, todo sábado, todo sábado a gente cantava ali. Era o nosso ponto de referência*”¹⁰⁰⁵.

Mas não era apenas a tão visitada “*Casa Verde*” que recepcionava aquele importante evento na vida da repentista Maria da Soledade e de tantos outros poetas, e que fizera a alegria e um dia de festa para muitos trabalhadores rurais. “*E tinha aqui também nesse beco (...) do comércio outro barraquinho que às vezes a gente cantava também lá. Que era de Maná, um senhor conhecido por Maná. A gente cantava*”, recorda-se ela, e complementa: “*quando a gente não cantava lá na Casa Verde, a gente cantava lá em Maná*”¹⁰⁰⁶.

A narrativa do senhor José Avelar explora o quadro da diversidade, da pluralidade de coisas oferecidas naquele espaço e do colorido exuberante dos produtos oferecidos para a venda ou da quantidade de pessoas. Esse quadro de exuberância é um recorte de uma imagem que Garcia-Paper lembra ao contrastar a abundância da feira com os barracões, em sua pesquisa

¹⁰⁰⁴ LEITE, Maria da Soledade. **Entrevista concedida a ...** Op. cit.

¹⁰⁰⁵ *Idem*.

¹⁰⁰⁶ *Idem*.

sobre esse fenômeno no município de Palmares, em Pernambuco. Assim, lembra essa pesquisadora que “a imagem era a imagem mesma da abundância”¹⁰⁰⁷. José Avelar se aproxima dessa realidade ao deixar de explorar as relações econômicas para se banhar nas recordações que tem da feira como uma exclusividade das relações sociais e das trocas de experiências tão múltiplas desenvolvidas naquele espaço. O entrevistado sentia, naquele ambiente, um lugar de festa, de movimento, de diversidade, de riquezas múltiplas e de uma possibilidade imaginativa e criativa do homem e da mulher que construía aquele espaço. Além disso, e, principalmente, ali era um espaço de sociabilidade.

No que concerne à ideia de liberdade na feira pública, as experiências vivenciadas pelos personagens da feira da usina pesquisada por Garcia-Parpet, em um outro lócus relativamente distante, não se encontram deslocadas daquelas vivenciadas por homens e mulheres do campo na região do Brejo. Em sua pesquisa na Paraíba, observou Garcia que, em vários municípios produtores de cana-de-açúcar do Agreste paraibano, havia certa pressão de senhores de engenho e usineiros para que seus moradores frequentassem, exclusivamente, os barracões e as feiras da própria usina. Segundo as análises dessa pesquisadora, “quanto mais as feiras são abertas, menos elas permitem a continuidade da dominação exercida pelo senhor de engenho, e mais serão consideradas por eles como uma ameaça”¹⁰⁰⁸.

Considerando a narrativa a partir da perspectiva de um homem citadino, evidentemente, essas novas sensibilidades de um jovem, nascido e morador da cidade, pouco conhecedor das experiências do campo enquanto dependente desse espaço, como o eram os trabalhadores, eram outras. Contudo, a narrativa do primeiro não consegue suplantar a visão do segundo, mas, antes de tudo, ambas se complementam.

A importância atribuída à feira enquanto “festa” tinha sua razão de ser não somente na realização de relações econômicas, mas, principalmente, porque havia, naquele espaço, concomitantemente, uma dinâmica social que permitia uma grande interação de populares. Na década de 1970, a cidade tinha um contato diário com a capital do estado e outras cidades do Brejo, por meio de uma linha de transporte rodoviário. Dessa maneira, apesar da retirada da linha férrea, em 1967, o município continuou mantendo certo contato com o mundo¹⁰⁰⁹.

¹⁰⁰⁷ GARCIA-PARPET, Marie-France. Mercado e modo de dominação: ... *Op. cit.* p. 71.

¹⁰⁰⁸ GARCIA, Marie France. **Feira e Trabalhadores rurais**: ... *Op. cit.*, p. 188.

¹⁰⁰⁹ Em 1975 a empresa de ônibus *Viação Bela Vista* mantinha uma linha de ônibus que interligava a capital do Estado com várias cidades da região Agrestina. Essa empresa mantinha seis linhas diárias que interligavam João Pessoa às cidades da região do Brejo paraibano todas elas com paradas de embarque e desembarque no centro urbano de Alagoa Grande, com partida e regresso nas cidades de Alagoa Grande, Arara, Areia, Alagoinha, Juarez Távora, Remígio, Sapé. Cf. Empresa *Viação Bela Vista* LTDA. **O NORTE**. João Pessoa, 30 mar. 1975, p. 8 (Caderno especial, nº 73).

Mas o dia da feira também era e ainda é o dia da semana em que se reuniam e ainda se reúnem muitas pessoas, e disso resultaram e ainda resultam conflitos. Nesse sentido, evocava-se sempre a presença da polícia como autoridade indispensável para retirar de circulação os “elementos” indesejáveis e “colocar ordem”.

Mas a ideia de ordem se encontra inscrita no discurso das classes dominantes. Assim, “quando aparec[ia] em Alagoa Grande um volante da Polícia, é[ra] para desarmar os pequenos, geralmente em dias de feiras, tomando a faca do trabalhador rural, mas deixando os ricos com revólveres, ostensivamente”¹⁰¹⁰.

¹⁰¹⁰ Prefeito de Alagoa Grande diz que Cidade está intranquila. **O NORTE**. João Pessoa, 14 maio 1978. Ano 70, Nº 478, p. 01

6 A ARTE DE RESISTIR: SUAS DIFERENTES FORMAS

No ano de 1959, uma série de reportagens realizadas por Antônio Callado para o jornal *Correio da Manhã* e que tratava “dos costumes morais e políticos” das populações do Nordeste incomodou bastante as elites dominantes e os grupos conservadores dessa região do Brasil. Ao observar *in loco* as relações de dominação no campo e o monopólio da terra, aquele escritor manifestou sua indignação a tal condição e buscou empreender um jornalismo denunciativo, com o propósito de despertar o país “contra uma injustiça social”¹⁰¹¹.

Estarrecido com as condições depreciativas de vida e de relações de trabalho ilegal a que estavam submetidos homens e mulheres nordestinas do campo, observou: “talvez só em Angola e Moçambique ainda encontremos no mundo de hoje um sistema de trabalho tão semelhante à escravidão como o do Nordeste”. Para Antônio Callado, a suposta ausência de resistência se explicava pelo fato de que “a grande miséria do nosso lavrador nunca permitiu a invenção de formas graciosas de vida ou de formas úteis de insurreição”. Considerando as suas reportagens como um despertar, ele concluiu: “tomara que passem a pertencer à bela madrugada de justiça e contentamento que vai raiando no Nordeste”¹⁰¹².

Nesse período de abertura democrática, os grupos subalternos procuraram se organizar e mobilizar forças com pautas que demandavam políticas públicas que viabilizassem, de fato, a extensão de direitos sociais e políticos à gente despossuída. Nesse sentido, intelectuais e parte da imprensa do país deram visibilidade à miséria na qual se encontrava grande parte das populações rurais do Nordeste. No contexto dessa conjuntura política, abriam-se novos horizontes, redefinidos por uma promessa de justiça social, menor desigualdade e cidadania, que parecia mais próxima do que nunca.

Como é sabido, o golpe de 1964 instituiu um estado de exceção que servia, especialmente, aos interesses das classes dominantes. Ao mesmo tempo, passou a violar, de forma mais intensa, os direitos conquistados a duras penas, buscando silenciar os movimentos sociais e as lutas por reconhecimento de direitos trabalhistas. Não obstante, ao tentar frear a luta pelo direito ao acesso à terra, a classe trabalhadora do campo reagiu por meios de resistências diretas e indiretas.

6.1 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E TEMP(L)OS DE LUTA

¹⁰¹¹ CALLADO, Antônio. *Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco*: (Aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960. p. 1 e 2.

¹⁰¹² *Idem*. p. 58, 56 e 2, respectivamente.

No século XX, as formas de organização dos trabalhadores do campo da zona canavieira da Paraíba se apresentaram, basicamente, por meio de associações, ligas e sindicatos. De acordo com estudos e fontes documentais, uma das primeiras organizações que surtiram grandes efeitos foram as denominadas Ligas Camponesas. Na verdade, tratavam-se de associações dos trabalhadores rurais criadas na década de 1950. Como já vimos, os STR's surgem, inicialmente, nos primeiros anos da década de 1960, com a pretensão de sufocar aquelas organizações.

Essas formas diretas e públicas de resistir conseguiram a adesão de uma maioria da gente que laborava no mundo rural, surtindo, cada uma do seu modo, efeitos desejados pelos seus membros. Enquanto as Ligas tinham como principal pauta a “reforma agrária”, os STR's, mesmo que, de princípio, de forma tímida, passaram a encampar uma luta cada vez mais intensa por direitos trabalhistas.

Os primeiros movimentos de resistência organizada dos trabalhadores rurais da zona canavieira do Nordeste brasileiro remontam a meados dos anos de 1940 (1945-1947), momento em que surgiram as primeiras Ligas Camponesas, pensadas e organizadas, exclusivamente, pelo Partido Comunista. Era um período importante no processo de construção da abertura democrática do país (após a longa ditadura varguista), mas, com a cassação dessa legenda, as Ligas passaram a operar na clandestinidade e, nessas circunstâncias, não tiveram muito progresso. No entanto, essas experiências serviram como elementos precursores para o ressurgimento das Ligas Camponesas na década de 1950, e, naquele segundo momento, mesmo que com a participação e forte colaboração de intelectuais orgânicos e do PC, a gente pobre do campo participou, de forma mais ativa, dos movimentos.

É interessante perceber que, por trás dessa organização, foram sendo construídas, no cotidiano da palha da cana, experiências que permitiram aos grupos se perceberem enquanto força de resistência, para além de outras formas de luta que, evidentemente, se somavam àquelas organizadas.

6.1.1 Das Ligas para o Sindicato

A ideia de Liga Camponesa na zona canavieira do Nordeste remonta às primeiras ligas organizadas em meados da década de 1940. A historiografia considera como embrião dos movimentos políticos do campo iniciados nos anos de 1950 a organização de moradores e foreiros do Engenho Galileia, situado no município de Vitória de Santo Antão – PE. Recebendo o nome de Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco – SAPPP -, essa

organização tinha, inicialmente, um caráter assistencialista. Naquele engenho, “o fôro, o aluguel da terra, subiu de tal forma, passando do bôlso do foreiro para o do proprietário absenteísta, que os lavradores se rebelaram”¹⁰¹³.

Com a mobilização e reivindicações desses associados, que reclamavam o aumento do foro, a imprensa conservadora e reacionária pernambucana passou a denominá-la Liga Camponesa, em alusão às Ligas do Partido Comunista – PC¹⁰¹⁴. No ano de 1963, Pernambuco foi considerado o estado que concentrava o maior número de Ligas Camponesas, constituindo um total de 64.

A Paraíba, por sua vez, concentrava o segundo maior número desse tipo de organização, formando um total de quinze Ligas¹⁰¹⁵. Embora com um número bem menos significativo que aquele estado, a Paraíba fundou e estabeleceu uma das organizações sociais mais expressivas do país, a Liga Camponesa de Sapé, refletindo no encorajamento e no surgimento de novas organizações. Desse modo, “propagando-se pelas zonas da mata e brejo, essas entidades transportaram a cidade de Sapé para o noticiário internacional”¹⁰¹⁶. Assim como em outras

¹⁰¹³ CALLADO, Antônio. **Os industriais da sêca e os “galileus” de Pernambuco:...** *Op. cit.* p. 137.

¹⁰¹⁴ De acordo com Clodomir Moraes, foi Zé dos Prazeres que conseguiu organizar oficialmente e encaminhar para o registro a Associação. Cf. Apêndice. Carta de José dos Prazeres. In: MORAES, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. Brasília: IATTERMUND, 1997. p. 63-65. A Liga Camponesa do Engenho Galiléia foi denominada por Julião de “a Liga-mãe”. Cf. JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, p. 24-25 e 29. Cf. também: AZEVÊDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 198, p. 59. É importante lembrar que as primeiras Ligas Camponesas remontam ao ano de 1945. Idem, p. 53. Segundo Moraes, entre o período de 1945-1947, o PC conseguiu realizar “uma mobilização massiva e organizada de trabalhadores agrícolas em quase todos os estados brasileiros” e, nesse movimento, foram fundadas “centenas de Ligas Camponesas”, o que resultou na eleição de “representantes comunistas para as Assembleias estaduais e municipais”. MORAES, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. *Op. cit.* p. 12-13. Ainda, em relação a outros estudos que tratam das Ligas Camponesas, Cf. MOTTA, Márcia; ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. **Ligas Camponesas: história de uma luta (des)conhecida**. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.); **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. Brasília, DF: Editora UNESP, 2009. p. 243-257. Vol. 2; MONTENEGRO, Antônio Torres. **As Ligas Camponesas e os conflitos no campo**. João Pessoa: SAECULUM – Revista de História, jan/jun, p. 11-31, 2008. Em relação aos estudos sobre as experiências das Ligas na Paraíba, Cf. AUED, Bernadete W. **A vitória dos vencidos**. (Partido Comunista Brasileiro – PCB e Ligas Camponesas 1955-64). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1981. Sobre as memórias de Elizabeth Teixeira: BANDEIRA, L. B.; MIELE, N. M.; GODOY, R. **Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira**. João Pessoa: Universitária, 1997; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emilia; MENEZES, Marilda. **As ligas camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas**. **Ruris**. V. 5, nº 1, Março, 2011. p. 83-117. Em relação a estudos mais recentes, Cf. PESSOA, Victor Gadelha. **As Ligas Camponesas da Paraíba: história e memória**. Dissertação (mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2015. Cf. também: ALVES, Juliana Ferreira. **Violência entre (des)iguais: memórias silenciadas nas lutas da Liga Camponesa de Sapé-PB (1962-1964)**. Dissertação (mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2019.

¹⁰¹⁵ Com menos expressividade, São Paulo contava, de modo igual, com 15 Ligas. De acordo com relatório do Exército, no segundo semestre de 1963, havia, no país, 218 Ligas Camponesas. Cf. O COMUNISMO NO BRASIL. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1967, vol 4, p. 380 *apud* AUED, Bernadete Wrublewski. **A vitória dos vencidos: (Partido Comunista Brasileiro – PCB – e Ligas Camponesas 1955-1964)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1981, p. 62.

¹⁰¹⁶ MELO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistência**. 5 ed. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 1997. p. 268.

regiões, na Paraíba as Ligas eram constituídas, em sua grande maioria, por foreiros, moradores que reclamavam o cambão, o aumento do foro e as expulsões. O assassinato do seu líder, João Pedro Teixeira, marcou a história da violência no campo, da luta pela terra e pelos direitos trabalhistas.

Considerado como “o líder mais atuante das Ligas Camponesas” no país, “um dos seus fundadores” e “pelo seu trabalho de esclarecimento dos camponeses”, João Pedro “foi escolhido como vice-presidente da federação das Ligas Camponesas, representando-a no último congresso de camponeses realizado em Belo Horizonte”, em novembro de 1961¹⁰¹⁷.

Seu assassinato produziu uma coesão ainda mais forte e que superou quaisquer discordâncias internas desses núcleos. Essa unificação em torno de uma causa maior colocou em efervescência discussões em torno da violência patronal, da reforma agrária, das relações de trabalho no campo etc. Ainda no ano de 1962 a Liga Camponesa de Sapé ganhou uma forte adesão de membros, somando, aproximadamente, dez mil associados.

Enquanto a Igreja conservadora, influenciada pela classe patronal, buscava conter a expansão das Ligas por meio da criação de sindicatos, tanto lideranças do Partido Comunista – PC na Paraíba como “julianistas” aglutinavam homens e mulheres do campo na crescente continuação daquelas organizações. Atuavam nessa vanguarda lideranças da esquerda e advogados, como Osmar de Aquino e, principalmente, o deputado Assis Lemos, que teve um importante papel na criação de Ligas. De igual modo, membros do PC e os “julianistas” fundaram sindicatos, a exemplo da criação do STR de São Miguel de Itaipu, em janeiro de 1964¹⁰¹⁸. Evidentemente, interessava às ligas a criação de STR’s porque essa era uma estratégia “para fortalecer a sua legalidade”¹⁰¹⁹.

Dentro de um contexto geral, os movimentos sociais do campo encontraram, em outras organizações civis (sindicatos urbanos etc.) e lideranças (advogados, intelectuais orgânicos, professores e estudantes universitários, jornalistas “ditos *progressistas*”), apoio para encampar as suas demandas. Portanto, essas entidades não surgiram e atuaram de maneira isolada¹⁰²⁰.

¹⁰¹⁷ De fuzil e de emboscada mataram João Pedro: líder camponês levava livros para os filhos. **A UNIÃO**. João Pessoa, 3 abr. 1962. Ano LXX, Nº 71, p. 08.

¹⁰¹⁸ NOVAES, Regina Reys. **De corpo e alma**: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997. p. 60-62.

¹⁰¹⁹ TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emilia; MENEZES, Marilda. As ligas camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas. **Ruris**. V. 5, nº 1, mar. 2011, p. 103.

¹⁰²⁰ MELO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**: lutas e resistência. 5 ed. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 1997. p. 268. É importante lembrar que o jornal *A Liga* – ou apenas *Liga* (esse semanário usava, ao mesmo tempo, as duas denominações) - tinha uma sucursal na cidade de João Pessoa e isso se deu por conta da repercussão que tinha a Liga Camponesa de Sapé. Embora tenha circulado e atuado em um curto espaço de tempo (de 9 de outubro de 1962 a 31 de março de 1964) sua circulação foi muito importante para o empreendimento da luta política das Ligas. PORPHIRIO, Max Fellipe Cezario. *A Liga*: resistência e organização política dos

Geralmente e estrategicamente, as Ligas Camponesas, mantinham uma relação de apoio mútuo com outros movimentos¹⁰²¹. Segundo a socióloga e pesquisadora Leonilde S. de Medeiros, no Brasil “as Ligas Camponesas firmaram uma imagem de radicalidade e de ação fora dos limites institucionais. No entanto, grande parte de sua trajetória foi marcada pela defesa dos trabalhadores na justiça, usando o instrumento legal existente”¹⁰²².

À época, a conjuntura política se apresentava favorável às lutas sociais encampadas pelos grupos dominados. Durante a assinatura da Lei de Remessa de Lucros, no Palácio do Rio Negro, em 18 de janeiro de 1964, o presidente da República, João Goulart, afirmou: “O Brasil já não se conforma com o atraso, doença e ignorância. O povo acha que não devemos ser comandados por um pequeno número de privilegiados”. Demonstrando seu interesse por mudanças sociais e econômicas, continuou: “Lutamos pela verdadeira independência do Brasil, pela sua completa e efetiva emancipação econômica”¹⁰²³.

Esse discurso soava ameaçador aos ouvidos da classe dominante. Temendo a concretização do projeto político de reformas estruturais que se faziam substanciais e emergentes na proposta de um governo que se alinhava à esquerda e que buscava sedimentar um modelo democrático, e vendo minar os seus privilégios e interesses, os grupos dominantes e suas frações de classe conservadora não paravam de conspirar contra o governo de Goulart¹⁰²⁴. Em entrevista à imprensa, em Brasília, um dia após a “tragédia de Mari-PB”, o presidente nacional da UDN, o deputado federal mineiro Bilac Pinto, representando a oposição na Câmara Federal, acusava o governo federal de “armar sindicatos rurais”, acrescentando que “a distribuição de armas a êsses movimentos populares demonstra[va] uma mudança na orientação golpista do Govêrno:...”¹⁰²⁵.

De acordo com a imprensa, aquele parlamentar afirmou, ainda, que, “não tendo conseguido, (...), dar um golpe pelos meios tradicionais – burocrático e militar – o Govêrno” teria resolvido recorrer a um outro “esquema e armar os sindicatos, com o que espera[ria] conseguir destruir as instituições democráticas”¹⁰²⁶.

trabalhadores rurais (1962-64). **Tempos Históricos**. Vol. 22, 1º Semestre de 2018, p. 17-49. p. 26. De acordo com Porphirio, o estado da Paraíba disputava como “status de terceira região com o maior número de notícias do semanário”. *Idem*. p. 45.

¹⁰²¹ MORAES, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil...** *Op. cit.* p. 53.

¹⁰²² MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989. p. 79.

¹⁰²³ “Brasil já não se conforma com o atraso”: diz Goulart. **A UNIÃO**. João Pessoa, 19 jan. 1964, Nº 15, p. 1.

¹⁰²⁴ Nos anos de 1950 e 1960 foram várias as tentativas de golpe. SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. Os anos 1950-1960: a bossa, a democracia e o país subdesenvolvido. In: **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 412-436.

¹⁰²⁵ Bilac: o govêrno arma sindicatos visando um golpe. **A UNIÃO**. João Pessoa, 17 jan. 1964, Nº 13, p. 1.

¹⁰²⁶ *Idem*.

No entanto, o Conselho de Segurança Nacional - CSN desmentiu o deputado Bilac Pinto. Segundo esse parlamentar “o Governo estaria entregando armas aos sindicatos, para a revolução proletária”. Porém, a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, “nada apurou com relação ao tráfico de distribuição de armamentos para esses órgãos”¹⁰²⁷.

Outrossim, as discussões em torno de projetos e anteprojetos voltados à reforma agrária e encaminhados à Câmara dos Deputados eram bastante polêmicas. Enquanto o governo pretendia atender às demandas das entidades que engrossavam o coro dos insatisfeitos, exigindo uma reforma agrária mais radical, como as Ligas, a oposição, que atendia a interesses dos latifundiários, buscava barrar qualquer avanço relacionado à desapropriação de terras. Na verdade, “os interesses dos proprietários eram fortemente representados no Congresso Nacional. Pela pressão parlamentar, conseguiam impedir o avanço de qualquer medida que pudesse atender às novas demandas que vinham do campo”¹⁰²⁸.

As propostas de desapropriação encaminhadas pelo governo aterrorizavam as classes conservadoras e agrárias, e é o que vem a se concretizar com o Decreto Nº 53.700, de 13 de março de 1964¹⁰²⁹. Todavia, após trinta dias de execução desse ato administrativo, período em que se efetiva o golpe de estado e se instala o governo autoritário, uma das primeiras medidas deste foi revogar aquele Decreto¹⁰³⁰.

Ainda em janeiro daquele ano, quando o deputado Assis Lemos, em debate na Assembleia Legislativa, se manifestou “inteiramente favorável à medida” que tratava do decreto presidencial que pretendia desapropriar “...terras às margens de rodovias e açudes”, o deputado Antônio Montenegro, “...alegando haver produção suficiente e ser o **camponês bem remunerado**, classificou o decreto de desnecessário”¹⁰³¹.

¹⁰²⁷ CSN desmente: não há armas nos sindicatos. **A UNIÃO**. João Pessoa, 24 jan. 1964, Ano LXXI, Nº 13, p. 1.

¹⁰²⁸ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. *Op. cit*, p. 64.

¹⁰²⁹ BRASIL. **Decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964**. Declara de interesse social para fins de desapropriação das áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [1964]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53700-13-marco-1964-393661-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 09 maio. 2023. Em relação à discussão sobre a reforma agrária no governo de João Goulart, Cf. NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **A questão agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de lutas de classe e intraclasses**. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.

¹⁰³⁰ A revogação foi assinada sob a presidência de Ranieri Mazzilli. BRASIL. **Decreto nº 53.883, de 13 de abril de 1964**. Revoga o Decreto n. 53.700, de 13 de março de 1964. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53700-13-marco-1964-393661-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 09 maio 2023.

¹⁰³¹ Desapropriação: assunto principal na Assembleia. **A UNIÃO**. João Pessoa, 14 jan. 1964. nº 10, p. 3. *Grifo nosso*.

Quando da realização do Congresso dos Trabalhadores da América Latina, marcado para o dia 24 de janeiro de 1964, em Belo Horizonte-MG¹⁰³², o governador desse estado se posicionou contrário ao evento e, “em tom categórico, declarou ao grupo democrata, que compareceu ao Palácio, para pedir providências contra a efetivação” daquele evento. Ele asseverou que, se o Congresso fosse “...de comunistas ser[i]á impedido de funcionar”. Nesse sentido, “manifestantes, de todas as categorias sociais”, já demonstravam ao governador Magalhães Pinto “a inconveniência de permitir a realização de uma reunião de caráter, nitidamente, subversivo em Belo Horizonte”. Ali os protestos vinham do arcebispo Dom Rosende Costa, da UDN, de funcionários do Banco do Brasil, de policiais etc. Esses grupos conservadores passaram a cultivar o sentimento de medo e de ódio contra o evento, denominando-o “Congresso dos extremistas”, “Congresso Comunista” e enquadrando aquele acontecimento como uma ameaça¹⁰³³.

Alagoa Grande foi uma das cidades da zona canavieira paraibana que sediaram Ligas Camponesas¹⁰³⁴. Segundo Freire, os ideais manifestados por esse tipo de organização chegaram ali por influência das lideranças de advogados campinenses, como Langstein de Almeida, deputado pelo PC do B, e Ofélia Amorim. Contudo, “o radicalismo de Langstein acabou prejudicando a organização dos agricultores, pois provocou ausências e também retraimentos de agricultores, e, forte reação do patronato, sob o comando da Usina Tanques”, uma vez que o seu proprietário “tinha força política no Estado, prestígio com os militares e poder de reação individual”¹⁰³⁵. Para alguns populares que laboravam na palha da cana, “as ligas camponesas avançaram por cauzo do ódio”¹⁰³⁶.

Provavelmente esse radicalismo amedrontou a classe agrária que, por sua vez, reagiu interpretando as ações de resistência e as manifestações políticas da classe trabalhadora como uma grande ameaça ao regime de direito de propriedade e, obviamente, aos seus privilégios e

¹⁰³² Esse Congresso, que iria reunir líderes de toda a América Latina ligados aos movimentos dos trabalhadores rurais em Belo Horizonte, foi cancelado na noite do dia 23 de janeiro, por conta das manifestações de grupos conservadores que exigiam do governo do estado de MG o seu cancelamento. Cf. Tensão em BH pela reunião sindical. **CORREIO DA MANHÃ**. Rio de Janeiro, 24 jan. 1964, nº 21.720, Ano LXIII, 1º caderno, p. 2.

¹⁰³³ Ameaçada a realização do Congresso de Trabalhadores. **A UNIÃO**. João Pessoa, 23 jan. 1964. nº 18, p. 6.

¹⁰³⁴ De acordo com algumas fontes e estudos, as cidades paraibanas a sediarem as Ligas Camponesas foram: Alagoa Grande, Alagoinha, Alhandra, Areia, Belém, Caiçara, Campina Grande, Cruz do Espírito Santo, Cuitegi, Guarabira, Itabaiana, Itapororoca, Mamanguape, Mari, Mulungu, Oitizeiro, Pedras de Fogo, Rio Tinto, Santa Rita e Sapé. Cf. LEMOS, Francisco de Assis. **Nordeste: o Vietnã que não houve – Ligas camponesas e o golpe de 64**. João Pessoa: Linha d'Água, 2008. p. 61-62. Cf. também: BENEVIDES, Cezar A. **Camponeses em Marcha... Op. cit.** p. 101.

¹⁰³⁵ FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande:...** vol. 1, *Op. cit.* p. 295.

¹⁰³⁶ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 29 de novembro de 1964**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 17.

interesses. Essa reação produziu um discurso de ódio, fundamentado numa ideia deturpada de comunismo, redesenhando um imaginário social das Ligas que ganhou um caráter marginal e “subversivo”.

Uma parcela conservadora da sociedade, constituída de proprietários de terras, elites políticas, religiosos, empresários, profissionais liberais, jornalistas, advogados, comerciantes etc., conseguiram impregnar o imaginário social de uma versão perversa do que era o comunismo. Discursos e ações operaram no sentido de intensificar o processo de criminalização dos movimentos sociais, argumentando que as Ligas eram uma ameaça à ordem e à harmonia da sociedade. Um membro do STR de Guarabira, Seu Antônio, revela o que pensava, naquele momento, sobre essas organizações: “Na época eu achava também o que o pessoal dizia que a liga-camponesa era do partido comunista, e o comunismo vinha para atrapalhar a vida dos trabalhadores”¹⁰³⁷. Em sua entrevista, ao ser indagado se tinha alguma lembrança sobre as Ligas Camponesas, o senhor Francisco Nascimento não hesita em afirmar: “Me lembro! Até doutor Agnaldo [Veloso Borges] andou [com medo] ..., [pois ele quase sempre] passava escondido dentro do carro naqueles tempos”¹⁰³⁸.

As experiências das Ligas Camponesas, no município de Alagoa Grande, envolveram diretamente poucos atores sociais, mas, o suficiente para deixar marcas da violência de repressão civil-militar nesse movimento cujo presidente foi o agricultor e renomado artesão que desenvolvia e fabricava “peças de madeira para moendas de engenho” na região do Brejo, Manoel Santino da Conceição, definido por Freire como “um negro ‘lazarino’ ”. A escolha desse apelido veio do envolvimento desse líder com o movimento político partidário, a partir do qual se tornou presidente municipal do PSB, convidado pelo deputado Francisco de Assis Lemos, por Ofélia e Langstein. Em fins de 1961, a sede da Liga Camponesa de Alagoa Grande se encontrava instalada à rua Francisco Montenegro. Embora estivesse bem articulada, essa organização teve pouco destaque naquele município.

Para José Avelar Freire, muitos dos seus membros eram “contrários ao uso da força para atingir os objetivos da Liga; uns, por índole pacífica, outros por compadrio e/ou bom relacionamento com proprietários. E ainda terceiros, por temor de uma reação violenta” dos proprietários de terra liderados pelo usineiro¹⁰³⁹. Certamente, a ação da igreja católica, com a

¹⁰³⁷ ARAÚJO, Antônio de Freitas. **Entrevista STR de Guarabira – SEDUP/UFPB** [s./d.]. Guarabira: SEDUP, datilografado, s/d. p. 30.

¹⁰³⁸ NASCIMENTO, Francisco. **Entrevista concedida a...** *Op. cit.*

¹⁰³⁹ FREIRE, José Avelar. Ligas Camponesas e prisões em Alagoa Grande. In: MELLO, José Octávio de Arruda; MELLO, Victor Raul da Rocha (Orgs.). **O movimento de 64 na Paraíba: origens, assalto ao poder e repressão**. [Livro Eletrônico]. Campina Grande: EDUEPB, 2019. p. 297-298.

criação do STR, e a frágil atuação de suas lideranças em arregimentar multidões, tal como fez João Pedro Teixeira, em Sapé, foram fatores preponderantes a sua repressão.

Algumas das vozes integrantes dessa entidade e que tornaram públicas as suas insatisfações com as injustiças praticadas contra a gente “despossuída”, na área canavieira de Alagoa Grande, passaram a sofrer perseguições por parte da classe patronal. Entre os seus principais membros estão Mariano Rodrigues da Silva, o sapateiro Elias Nóbrega de Araújo e o taxista e agricultor Manoel Pedro da Silva, conhecido como Manoel Camponês.

Filho de agricultores, Mariano nasceu no povoado de Zumbi, onde viveu sua juventude laborando na agricultura. Desse modo, ele conhecia, assim como os outros, as dificuldades e injustiças praticadas contra homens e mulheres pobres do campo. Elias trabalhava como sapateiro, embora tenha as suas origens também no mundo rural. Conta-se que ele “fazia pronunciamentos veementes em defesa dos camponeses. Tenor, seus discursos chamavam muito a atenção”. Manoel Camponês, embora desenvolvesse as suas atividades de taxista, continuava preso à terra, cultivando “cerca de 3 hectares”¹⁰⁴⁰.

Geralmente, os sábados, dia em que mulheres e homens do campo realizavam sua feira semanal no centro urbano, na praça pública e/ou na feira livre, membros da Liga, munidos “de aparelhos de som”, realizavam seus discursos sobre reforma agrária e direitos trabalhistas no campo. Nesses momentos, por exemplo, “faziam-se comícios relâmpagos nas feiras e nas periferias, mostrando a realidade cruel e como agir”, como em Sapé, por exemplo¹⁰⁴¹: “Iniciamos a luta subindo nos tamboretas, nas feiras das cidades do interior, para exatamente convidar os camponeses para ingressarem nas suas ligas. Isso começou de forma muito simples e terminou com uma grandeza extraordinária”, rememora Assis Lemos¹⁰⁴². Na cidade de Alagoa Grande, “o popular Longo ‘sentava a lenha’, sem pena, nos ‘pinhaço’ do patronato”. É importante lembrar que “a invasão das terras do Engenho Jacú” ocorreu “sob a liderança da Liga Alagoagrandense”, de onde as famílias só foram retiradas sob a “determinação da justiça”¹⁰⁴³.

Ainda “no início de 1963, Elias Nóbrega, num sábado pela manhã, fora agredido com socos e pontapés”. Essa forma de violência, praticada por “cinco empregados da Usina Tanques

¹⁰⁴⁰ FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: sua história – 1625 a 2000**, 2002, vol. 1... *Op. cit.* p. 294.

¹⁰⁴¹ CONSULTA POPULAR – PB. **João Pedro Teixeira**: vivo na memória e nas lutas dos trabalhadores. João Pessoa: Ideia, 2002. p. 45-46.

¹⁰⁴² LEMOS, Assis. Atuação dos advogados, intelectuais, estudante e imprensa. In: SEMINÁRIO MEMÓRIA DAS LIGAS CAMPONESAS NA PARAÍBA. João Pessoa, 1, 2006. **Apanhado Taquigráfico**. p. 6. Disponível em: <http://www.ligascamponesas.org.br/wp-content/uploads/2014/06/Seminario-Memoria-Camponesa-1-Mesa.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2023. Cf. também: MOREIRA, Ivan Targino et al. **Memória camponesa: as ligas camponesas na Paraíba**. João Pessoa: Universitária, 2011.

¹⁰⁴³ FREIRE, José Avelar. Ligas Camponesas e prisões em Alagoa Grande.... *Op. cit.* p. 298.

(que chegaram ao local do ocorrido em uma rural), na Praça 27 de Março, já nas proximidades da Agência dos Correios e Telégrafos”, num dos principais logradouros da cidade de Alagoa Grande, tinha o propósito de calar a liderança que, por sua vez, estava mobilizando trabalhadores daquela usina para fazer parte da Liga. A fúria dos agressores foi contida pela interferência do comerciante Hildo Régis Navarro, “a que os agressores atenderam”¹⁰⁴⁴.

E a experiência de violência nas relações de trabalho passa a ser mais forte quando o trabalhador demonstra resistência, porque, como lembrou Antônio Callado, quando o patrão desejava livrar-se do assalariado, do morador, então ele “usa[va] o velho recurso de chamar a polícia”, depois de ter usado os seus capangas, “para prender um comunista”¹⁰⁴⁵.

Apesar de toda essa tensão, o Estado democrático, que vinha reagindo às ameaças e sucessivas tentativas de golpes desde a década de 1950, vê o cerceamento da liberdade chegar literalmente em abril de 1964. Os movimentos sociais do campo eram “uma verdadeira ameaça à classe dominante brasileira e ao imperialismo”. Nesse sentido, compreende Jacob Gorender que “o período 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros” no século XX. Esse período foi “o auge da luta de classes, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado”¹⁰⁴⁶.

Em Alagoa Grande, logo após o golpe civil-militar, as ameaças e prisões passaram a ser mais intensas. Por conta de seus “inflamados discursos em favor das Ligas Camponesas”, Mariano ficou detido “três semanas no 15 RI, na Capital, onde já estava preso o Deputado Estadual (PSB), que teve o mandato cassado, areiense Francisco de Assis Lemos...”. De acordo com José Avelar Freire, o caso de Mariano é bastante peculiar, pois, “após vários interrogatórios (...) foi solto sem ter sofrido danos físicos e/ou psicológicos”. O fato é que ele tinha a seu favor o seu concunhado, o Coronel Raimundo Morais¹⁰⁴⁷.

Este historiador local considera que o discurso de Elias era muito mais revestido de certo acirramento que o de Mariano, a favor dos trabalhadores rurais. “Elias Sapateiro e Mané Camponês, talvez por conta da Circular do Exército e/ou pela rápida interferência do Prefeito Edmundo Cavalcanti de Miranda, não sofreram danos físicos e/ou psicológicos”¹⁰⁴⁸.

¹⁰⁴⁴ FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: sua história – 1625 a 2000...** vol. 1. *Op. cit.* p. 295-296.

¹⁰⁴⁵ CALLADO, Antônio. **Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco...** *Op. cit.* p. 125.

¹⁰⁴⁶ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.** 5 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014. p. 75.

¹⁰⁴⁷ FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: sua história – 1625 a 2000.** ... vol. 01. *Op. cit.* p. 294.

¹⁰⁴⁸ FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: sua história.** João Pessoa: Ideia, 1998. p. 133.

É um pouco contraditório pensar em prisões como uma forma de reprimir os movimentos sociais e não falar de sofrimento psicológico, no mínimo, dado que a polícia não agia como uma verdadeira força de segurança, tal como tentou o primeiro governo de Arraes em Pernambuco, mas, antes de tudo, como força altamente repressiva, agindo, muitas vezes, com truculência e barbárie.

Sob o regime ditatorial, toda e qualquer prática de resistência passou a ser configurada um atentado ao estado de ordem, consistindo, portanto, numa prática de crime. A cultura da resistência tomou uma outra configuração a partir do processo de criminalização, refletindo diretamente no cotidiano da população que laborava no campo e em suas relações com a classe patronal.

Nesse contexto, no município de Alagoa Grande,

Mesmo com a determinação do Exército e com a promessa do secretário da segurança Pública, de acabar com esses abusos neste município, ainda foram presos cinco camponeses, homens sem maiores influências no movimento das Ligas Camponesas, por policiais de Campina Grande, comandado pelo Coronel Farias. O Prefeito interferiu novamente, dessa feita com o Promotor Público João Bosco Carneiro, de marcante atuação no cumprimento da lei no tocante aos direitos do trabalhador rural. Era Delegado da Comarca o Tenente Sansão de Paula Homem. Os presos ficaram por um dia na cadeia local, antes de serem levados para a “Rainha da Borborema”¹⁰⁴⁹.

Compreendidas “arbitrárias” e de “determinação expressa do Exército” essas prisões levaram o Coronel Uchôa a suspender as operações, o que, provavelmente, veio apenas tranquilizar algumas autoridades, mas não houve nada de pacificação ou entendimento por parte da polícia.

O próprio Manoel Santino, quando os sinais de repressão se intensificaram e se manifestaram mais truculentos, preferiu operar uma fuga, voltando posteriormente para o vizinho município de Alagoa Nova. Além das ameaças que sofreu e tendo assistido, provavelmente, como os seus companheiros eram, um a um, abordados e violentados pela polícia e por prepostos de senhores de engenhos e usineiros, preferiu resistir de outra forma. Caso ficasse, era uma escolha que poderia comprometer não apenas a sua vida, mas, igualmente, a de sua família, como foram os casos de Nego Fuba e Pedro Fazendeiro no município de Sapé.¹⁰⁵⁰

Tal empreendimento não foi realizado, tão somente, por Manoel Santino. “Em 1964 houve a revolução e muitos companheiros que possuíam a carteirinha da liga-camponesa

¹⁰⁴⁹ FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande**: sua história... vol. 1. *Op. cit.* p. 295.

¹⁰⁵⁰ FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande**: ... 1998. *Op. cit.* p. 134.

tiveram que sair para fora do Estado, muitos foram para o Rio de Janeiro, se esconder”, lembra o senhor Antônio de Freitas Araújo, integrante do STR de Guarabira.¹⁰⁵¹

Para a historiografia tradicional, em Alagoa Grande, como em outras regiões onde se criaram Ligas Camponesas, “os Sindicatos Rurais, foi o meio encontrado para acalmar, para assentar a poeira levantada pelas Ligas Camponesas, movimento que nesta terra foi pacato, principalmente pelo comportamento pacífico da grande maioria do povo alagoa-grandense”. Essa leitura generalizante ainda acrescenta, o dado temporal: “e isso em toda a sua História”¹⁰⁵².

Mas o pretense conformismo, a docilidade de uma gente despossuída e, supostamente, desprovida de um espírito de resistência “não evitou que vários crimes extremamente violentos [do patronato] fossem praticados na área da zona canavieira, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, sendo o de Margarida o de maior impacto, por ter atingido a pessoa de maior projeção entre as assassinadas”¹⁰⁵³.

Em entrevista, a sindicalista Margarida Maria Alves manifestou a sua indignação contra a repressão ao movimento sindical durante o período em que se instituiu o governo autoritário de 1964: “Quando ocorreu a Revolução [...] foi um pega fogo, foi nego preso, morto, perseguido. Cassimiro foi perseguido, mesmo sendo do sindicato do padre”. Lembrou, ainda, que as ameaças, violências e prisões contra os trabalhadores rurais se intensificaram: “Cassimiro ficou doente dos nervos, pois ele ficou sozinho. A Igreja tirou o pezinho de banda, como se diz: ‘Fica aí agora, Cassimiro, que não tem mais problema’. A Igreja ficou do lado do latifundiário, entendeu?”¹⁰⁵⁴.

Em setembro de 1964, o presidente do STR de Alagoa Grande informou, em reunião, que, no município de Mari, onde a Liga Camponesa era muito atuante, no STR: “...já [h]ouve Reunião com 10 Pessoa” e, ao falar sobre as Ligas, acrescentou “qui tod[as] tinha[m] si acabado”. Além disso, lembrou “qui a liga não volta mais e sim [que, nessas circunstâncias, não havendo outra entidade classista,] todos [os trabalhadores] vem Para o sindicato”. Aquele líder sindical ainda “perguntou aos trabalhadores por que era este gelo di não quererem entra[r] no sindicato, e disseram qui era mêdo”.¹⁰⁵⁵

¹⁰⁵¹ ARAÚJO, Antônio de Freitas. **Entrevista STR de Guarabira – SEDUP/UFPB** [s./d.]. Guarabira: SEDUP, datilografado, s/d. p. 30.

¹⁰⁵² FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: sua história – 1625 a 2000. ... Vol. 01. Op. cit.** p. 293

¹⁰⁵³ *Ibidem*.

¹⁰⁵⁴ ROCHA, Guilherme Salgado. **Margarida Alves**. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1996. Coleção construtores da justiça e da paz. p. 36.

¹⁰⁵⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 27 de setembro de 1964**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 14.

Em entrevista à pesquisadora Regina Novaes, em fevereiro de 1983, Margarida lembrou a violência praticada pelo Estado e pelos patrões contra os dirigentes e membros de Ligas e STR's logo após ao golpe de 1964: “Aqui, depois da Revolução, teve muita perseguição. Mas eu acho que o trabalhador deve muita às Ligas Camponesas. A Liga ajudou muito, mas também atrapalhou: o medo ficou. Ela deixou uma semente muito boa, mas deixou uma semente má”. Na perspectiva dessa sindicalista, “ela não foi vitoriosa e deixou a semente do medo: o trabalhador rural tem medo de passar aquelas fases que já passou. Gente que foi no couro, gente que foi morto, gente que foi preso, gente que ficou atacado da cabeça.”¹⁰⁵⁶.

Nessa mesma entrevista, Margarida relatou a sua experiência com as Ligas camponesas. Ela, ainda, observou a importância que teve essa organização na sua formação política e como ela contribuiu para o despertar de uma consciência de classe:

Eu pertencia ao Sindicato, mas gostava de ir às reuniões das Ligas. Eu gostava muito, eu aprendi muita coisa com a Liga [...] Eu me lembro em 1962, quando o sindicato foi fundado, as Ligas falavam dessas coisas de jornada de trabalho, o trabalhador trabalhava 10 horas, 12 horas [...] isso nasceu das Ligas Camponesas. Naquela época a Igreja não dava apoio à Liga e a gente sabia que as Ligas falavam a verdade. E eu quase ficava com a Liga. Mas como eu era muito religiosa, eu gostava muito da Igreja. Aí o padre tratou de fundar o sindicato, que era desejo do Papa João XXIII [...]. Eu me lembro muito bem, quando o Padre Geraldo chamou Cassimiro [primeiro presidente]. Mas, mesmo sendo ‘de padre’, sempre eu ia lá, misturava o sindicato com as Ligas, não é? Olhe, tinha até trabalhador que ficou no sindicato mode o padre, mas tirou também carteira da Liga¹⁰⁵⁷.

Para alguns, as lutas políticas pelo direito à terra e o respeito aos direitos trabalhistas no campo empreendidos pelas Ligas Camponesas se tornaram um marco na história das lutas de resistência dos trabalhadores rurais, constituindo-se numa experiência positiva para a categoria. Para Francisco Julião, foram “pioneiros”. Com essa experiência, essa massa despossuída “saía, assim, do seu mutismo, do imenso pântano silencioso para ganhar outra dimensão, a dimensão política”. E, nesse sentido, a paisagem dos canaviais do Nordeste perdia a figurativa e “tranquila paisagem folclórica”¹⁰⁵⁸ que tanto fora alimentada pela mitologia freiriana e as fotografias literárias de José Lins do Rêgo, obras que ajudaram a naturalizar o discurso dominante das classes agrárias.

O militante político, Antônio José Dantas, ao falar sobre as Ligas camponesas em suas memórias, expressou a importância dos movimentos no campo: “o povo se educava cada vez

¹⁰⁵⁶ NOVAES, Regina Reys. **De corpo e alma**: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997. p. 99.

¹⁰⁵⁷ *Idem*. p. 68.

¹⁰⁵⁸ JULIÃO, Francisco. **Cambão**: a face oculta do Brasil. Recife: Bagaço, 2013. p. 136.

mais, reagia à polícia, reagia ao latifúndio, reagia a tudo e a todas as injustiças. O Brasil inteiro soube das lutas que se alastravam na Paraíba, porque houve educação do movimento camponês”. A luta política consistiu, portanto, em uma aprendizagem para a gente “que se mobilizou, embora se pagasse muito alto pelos assassinatos dos companheiros, os poderosos matavam muita gente, mas pelo menos ficou o fruto da educação política”¹⁰⁵⁹.

Mesmo com o seu fim, alguns ideais propostos e defendidos pelas Ligas passaram a ser encampados pelos SRT’s, como, por exemplo, a reforma agrária. Tal proposta passou a ser uma constante nas reuniões do STR de Alagoa Grande. E talvez fosse esse pensar uma esperança para os trabalhadores rurais, uma utopia necessária¹⁰⁶⁰.

6.1.2 A construção do STR de Alagoa Grande: surgimento e afirmação

A crescente mobilização dos movimentos sociais no campo, com a expansão das Ligas Camponesas e, por conseguinte, a reação dos grupos conservadores, tornou-se uma preocupação do governo federal. Segundo Francisco Julião, para João Goulart “só havia uma maneira de frear o impulso do homem do campo: sindicalizá-lo para submetê-lo ao controle do próprio governo”¹⁰⁶¹. Essa foi uma das estratégias que serviram para apagar o fervor dessa centelha que foram as Ligas¹⁰⁶².

Na região Nordeste, o surgimento dos STR’s está diretamente ligado a um projeto desenvolvido pelo arcebispo da igreja católica no estado do Rio Grande do Norte, Dom Eugênio Sales, o do Serviço de Assistência Rural – SAR. No ano de 1960, aquela igreja criou “um setor de sindicalização rural” que passou a organizar e formar líderes sindicais, orientando sobre a criação de sindicatos. Esse movimento resultou da desconfiança de uma possível expansão do comunismo que a Igreja tanto combatia. O trabalho desenvolvido pelo SAR se fortaleceu através de “uma intensa campanha de sindicalização” e expandiu-se por outros estados do Nordeste, por meio de divulgação de emissoras de rádio e dos “párocos locais”, que tinham contato maior com a população rural. Em 1961, foi criado o Movimento de Educação de Base – MEB, órgão que colaborou diretamente com a divulgação e criação dos STR’s¹⁰⁶³.

¹⁰⁵⁹ DANTAS, Antônio José. **Memória militante**. João Pessoa: Ideia, 2012. p. 100.

¹⁰⁶⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. Ata de Assembleia Geral ordinária realizada no dia 11 de junho de 1972. **Livro de Atas 02 (1970-1974)**, fl. 23.

¹⁰⁶¹ JULIÃO, Francisco. **O cambão...** *Op. cit.* p. 214

¹⁰⁶² CALLADO, Antônio. **Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco...** *Op. cit.* p. 34.

¹⁰⁶³ MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. **História dos movimentos sociais no campo**. *Op. cit.* p. 76. Ainda sobre o SAR, Cf. DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado...** *Op. cit.* p. 301-303.

Assim, o Sindicato se tornou um órgão tutelado pelo estado e pela igreja católica. Nessa direção, no início de 1962, o Ministério do Trabalho deu início à regulamentação da sindicalização rural e, logo depois, por meio da “Portaria 355-A, de 20 de novembro, passava a ser possível a criação de sindicatos de trabalhadores na lavoura; trabalhadores na pecuária e similares; trabalhadores na produção extrativa rural e produtores autônomos...”¹⁰⁶⁴.

A tutela do Estado se realizava por meio de alguns dispositivos, como: “o poder de intervenção pelo Ministério do Trabalho, a imposição de um sindicato único por município, o funcionamento com base nos recursos provenientes do imposto sindical...”. Desse modo, paradoxalmente, “uma estrutura verticalizada extremamente rígida eram o reverso do reconhecimento do direito a sindicalização”¹⁰⁶⁵.

As ações do governo continuaram no ano seguinte, quando foi instituída a Comissão Nacional de Sindicalização Rural - CONSIR, “destinada a promover a sindicalização e planos integrados, em regiões específicas, através do levantamento de relações de trabalho, identificação profissional, educação e aperfeiçoamento sindical”. Tais medidas se davam numa contramão da criação da SUPRA, em 1962, e da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural - ETR –, em 1963¹⁰⁶⁶.

No estado da Paraíba, até o golpe de 1964, foram fundados vinte e quatro STR's, sendo reconhecidos apenas dez, todos eles influenciados pelas ações da igreja católica e, por essa razão, eram reconhecidos e denominados de “sindicato do padre”. A criação do primeiro STR da Paraíba se deu no dia 3 de setembro de 1961, em Catolé do Rocha, município situado no sertão do estado. Essa entidade surgiu, portanto, distante do raio de influência das Ligas Camponesas¹⁰⁶⁷.

Compreende-se que a criação da maioria dos STR's, principalmente na zona canavieira, é empreendida de “forma impositiva e despolitizada”, instaurada por meio de um modelo tutelado “que recorre as práticas assistenciais para motivar os trabalhadores, ao mesmo tempo em que, pela utilização de rituais burocráticos (distribuição de recibos e carteirinhas), treina os trabalhadores para um modelo de sindicato que se assemelha a uma entidade beneficente”¹⁰⁶⁸.

Percebe-se que, de modo geral, “...a função didática assumida pelo padre, no sentido de delinear um modelo de sindicalismo cuja constituição não passa pelo incentivo [à] ação

¹⁰⁶⁴ *Idem.* p. 63.

¹⁰⁶⁵ *Ibidem.*

¹⁰⁶⁶ *Ibidem.*

¹⁰⁶⁷ NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma: ... Op. cit.** p. 57.

¹⁰⁶⁸ MOREIRA, Eliana Monteiro; ARAÚJO, Maria de Fátima Santos; QUEIROZ, Tereza Correia Nóbrega de. **Relatório Parcial de pesquisa Resgate histórico do Sindicalismo [rural] no Brejo paraibano.** Guarabira-João Pessoa: SEDUP/UFPB, [Digitalizado] 1994, p. 3.

coletiva desenvolvida pelos próprios trabalhadores em função dos problemas por eles vivenciados”, tem um determinado propósito. E a intenção dessa prática não passa despercebida no interior da categoria, como observou certo sindicalista: “aí o povo foi domesticado”¹⁰⁶⁹.

No município de Alagoa Grande, a criação do STR foi idealizada pela classe patronal e a igreja católica, ao mesmo tempo em que se combatia a Liga camponesa daquele município. De acordo com Francisco Cassimiro, primeiro presidente daquela entidade, o STR “foi fundado através dos interesses [da classe] patronal” representada pelo senhor de engenho, fornecedor de cana-de-açúcar e, durante muito tempo, presidente do sindicato patronal, o senhor Francisco Cavalcante de Miranda; a senhora Peregrina Montenegro, “presidente da caixa e ex-senhora de engenho”; e D. Maria Vitória. Além desses, o padre Geraldo Pinto, vigário local¹⁰⁷⁰.

Desse modo, o padre serviu não apenas como uma ponte de articulação entre as duas classes, mas, exclusivamente, como uma peça de amortecimento das insatisfações dos trabalhadores. A esse respeito, o senhor Francisco Cassimiro declarou: “...então eles três mandaram me chamar e fundaram o sindicato na minha pessoa”. Em relação à fundação dessa entidade, mais adiante ele afirmou: “...mais aqui [a criação do STR] foi mais com medo das Ligas. Porque as Ligas defendia[m] maciçamente os direitos do trabalhador contra as injustiças dos patrões”.¹⁰⁷¹

Dessa maneira, a criação do STR de Alagoa Grande foi germinada com, basicamente, dois objetivos: conter os movimentos e a expansão da Liga Camponesa de Alagoa Grande; e evitar a possível fundação de um STR pela própria classe trabalhadora rural, liderada por algum líder ligado ao Partido Comunista. Nesse sentido, a corrida para a criação e a legalização dessa entidade se dá, inicialmente, porque a legislação não permitia mais de um sindicato por município.

Nesse caso, a ambição foi maior, porque a criação do STR conseguiu englobar três municípios. Assim, com os proprietários de terra saindo à frente nessa corrida, seria possível manter a gente pobre do campo distante da possibilidade de alguma manifestação de classe. Portanto, a estratégia da classe dominante local foi fazer entender que a criação do STR era, na verdade, uma concessão dos proprietários rurais.

¹⁰⁶⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁷⁰ CASSIMIRO, Francisco. Entrevista concedida. *Apud* NOBRE, Gismário Ferreira. **A trajetória do sindicalismo rural na Paraíba**: um estudo sobre as relações entre o Estado e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais no período entre final da década de 50 e final da década de 70. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1990, p. 133.

¹⁰⁷¹ *Idem*. p. 133 e 134.

Portanto, o STR de Alagoa Grande nasce de maneira imposta e com objetivos contrários à própria natureza de uma entidade sindical. Nas mãos dos senhores de engenho, o STR cumpriria algumas funções básicas principais: funcionar como um instrumento de vigilância a qualquer influência ideológica de caráter marxista na constituição de um órgão classista; conter qualquer ação e/ou ideia que se manifestasse contrária aos ideais conformistas empreendidos pela Igreja conservadora; repudiar qualquer movimento que manifestasse a ideia de autonomia dos trabalhadores enquanto classe, na concepção thompsoniana. Nesse sentido, as discussões em torno de direitos trabalhistas e do direito à terra assumiam uma perspectiva teleológica.

Dado esse primeiro passo, o padre Geraldo Pinto foi incumbido de arregimentar os membros que constituiriam a primeira diretoria da entidade. O passo seguinte era a instituição oficial da entidade: seu registro em cartório e a solicitação do registro sindical ao Ministério do Trabalho. Para tanto, no dia dois de julho de 1962 “...reuniram-se em Assembleia Geral os associados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Alagoinha e Juarez Távora em número legal conforme consta no livro de presença” com o propósito de “promoverem o reconhecimento do sindicato nos termos da legislação vigente. Após a abertura da sessão “foi aclamado o senhor Severino Cassimiro (...) que assumiu a presidência da mesa” dos trabalhos e realizou a leitura da Ata de Convocação da Assembleia para “deliberarem sobre: a) reconhecimento do sindicato; b) leitura e aprovação dos estatutos”; c) escolha da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal Provisório, “para efeito deliberativo do referido reconhecimento junto ao Ministério do Trabalho, de acordo com decreto-lei 7.038 de 10/11/1944 e Portaria nº 14 de 19/03/1945”¹⁰⁷².

De acordo com a Ata, obedecendo os rituais de formalidades, o “Presidente da mesa mostrou aos presentes as vantagens resultantes para a classe com a organização do Sindicato”, propondo, em seguida, a organização da entidade “de conformidade com o Decreto-Lei nº 7.038, de 10/11/1944 referente a sindicalização Rural”, seguida de discussão “a parte referente ao reconhecimento do Sindicato”, sendo apreciados e aprovados pela Assembleia, “por unanimidade de votos”. De modo igual, após a leitura, mereceu aprovação o projeto do Estatuto. Logo após a conclusão da votação, “foi verificado que tomaram parte do pleito os associados que assinaram o livro de presença”. Foram eleitos para a diretoria executiva: Severino

¹⁰⁷² SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 02 de julho de 1962.** Livro de Atas I (1962-1967), fls. 01-02. Em relação ao Decreto-Lei nº 7.038, Cf. BRASIL. **Decreto-lei nº 7.038, de 10 de novembro de 1944.** Dispõe sobre a sindicalização rural. Rio de Janeiro: Presidência da República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7038-10-novembro-1944-389494-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 set. 2022.

Cassimiro Alves, Francisco Fernandes dos Santos e Deócio Clementino dos Santos, acompanhados de seus suplentes. Da mesma forma, os membros para compor o Conselho Fiscal e a sua suplência. Após a apuração, “o Senhor Presidente da mesa comunicou à Assembléia que os diretores eleitos reunir-se-iam em sessão secreta para procederem dentre si, a eleição do respectivo Presidente, sendo os demais cargos ocupados pela ordem de men[ç]ão da chapa eleita”¹⁰⁷³.

Aqui é importante ressaltar que a entidade, a esta altura, já tinha conseguido reunir um número considerado de associados. Não se deixa claro, em nenhuma fonte documental consultada, se houve iniciativa de quaisquer trabalhadores rurais nesse sentido, o que deixa visível que a classe patronal, mediada pelo Pe. Geraldo Pinto, conseguiu organizar burocraticamente a entidade, não só arregimentando pessoas, mas financiando a compra de material necessário para o registro e a oficialização da entidade com o livro de ata, o livro de votantes, o livro de associados, as fichas de associação etc.

Em 9 de julho de 1962, foi outorgada a Carta Sindical que concedia o direito de entidade sindical ao *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Alagoinha e Juarez Távora*, tendo a sua sede na cidade de Alagoa Grande e a base territorial naqueles três municípios. Com esse documento, o Ministério do Trabalho reconhecia aquela entidade enquanto órgão representativo de classe¹⁰⁷⁴.

Aproximadamente dois meses depois, seriam realizadas as eleições para a escolha da primeira diretoria, exatamente em 02 de setembro daquele mesmo ano. Às 13 horas, foi instalada a mesa coletora, presidida por Valdemar Guedes de Paiva, que, ao preencher “...as formalidades constantes das Instruções baixadas com a Portaria Ministerial 146/57”, fez a verificação da urna, “declarando instalada a referida mesa Eleitoral”¹⁰⁷⁵. O sufrágio eleitoral e a apuração dos votos se realizaram com a presença do senhor João Galvíncio de Oliveira Primo, representante designado pela Procuradoria da Justiça do Trabalho do Estado. Naquela data, a entidade recém-formada contava com um número total de trezentos e quarenta e um associados, “em condição de votar”. No entanto, constatou-se “o comparecimento de duzentos e trinta votantes”¹⁰⁷⁶.

¹⁰⁷³ *Idem*.

¹⁰⁷⁴ BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. **Carta Sindical**. Destinatário: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoinha, Juarez Távora e Alagoa Grande, 9 jul. 1962.

¹⁰⁷⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Instalação da Mesa Coletora Eleitoral. Alagoa Grande, 02 de setembro de 1962**. Livro de Atas 01 (1962-1967), fl. 03.

¹⁰⁷⁶ O processo de votação teve início às 19h30 e os trabalhos foram concluídos às 21h00 horas. Foram eleitos, para a diretoria, Severino Cassimiro Alves, João José de Melo e José Rodrigues de Oliveira. Também foram eleitos três nomes para a suplência da diretoria: Décio Clementino dos Santos, José Manoel Amaral e José Francisco

Com o reconhecimento pelo Estado e sua institucionalização, aquele órgão se tornava, dessa forma, uma incongruência no processo de luta de resistência dos trabalhadores rurais. Em fins do mês de outubro, se realizou a primeira “reunião ordinária”, já presidida por Severino Cassimiro Alves. Com a presença de 110 associados, “o Presidente mostrou para todos a necessidade do comparecimento de todos aqueles que fazem o sindicato”. Além disso, também “Procurou mostrar que cada associado só poderá ser proveitoso ao Sindicato quando entender o que seja este órgão de classe que é o Sindicato”. A discussão seguiu em torno do que seria o sindicato, compreendendo-o como “...um órgão de promoção de defesa e de representação dos interesses daqueles que fazem o mesmo”. Nesse sentido, fez-se necessário, na reunião seguinte, explicar a importância dessa entidade “...como deve ser o sindicato seguindo a ‘Cartilha Sindical’, chamando atenção para o espírito de colaboração, de entendimento para a boa organização do Sindicato”¹⁰⁷⁷.

De modo geral, em quase todas as reuniões, a diretoria empreendia esforços no sentido de fazer-se entender o que era o sindicato, o seu propósito, como era o funcionamento do órgão, a importância da luta aberta, o conhecimento e uso da legislação etc. Nesse sentido, recorria-se, às vezes, à didática para tornar compreensíveis as explanações do que era um sindicato para uma grande maioria de associados não alfabetizados. Era comum o uso de analogias para tentar explicar determinados temas.

Para ilustrar esse fato, é oportuno retomar o momento, no ano de 1965, em que o presidente, procurando explicar o desempenho do sindicato, fez analogia ao funcionamento do corpo humano. Para isso, adotou uma linguagem própria ao afirmar: “...que a diretoria era a cabeça e os associados era o corpo e os braços era[m] os delegados juntamente todos unidos era que fazia o corpo andar ligeiro porque estava sadio com a união de todos fazendo um sindicato...”¹⁰⁷⁸. Desse modo, o recurso didático se mostrou eficiente no espaço da luta sindical, surtindo efeitos consideráveis nas assembleias.

Nesse processo político assumido pelos sindicatos, ensinar algumas noções de política sindical e resistência organizada à classe trabalhadora do campo, apesar dos maiores entraves,

Ferreira. Para o Conselho Fiscal, foram eleitos Antônio Xavier de Oliveira, Joaquim Gonçalves e João Ferreira de Lima, sendo os seus suplentes José Francisco Leonardo, José de Araújo Onofre e Reginaldo Malaquias Silva. SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. Ata Geral de apuração. 02 de setembro de 1962. **Livro de Atas 01** (1962-1967). Fl. 03-04.

¹⁰⁷⁷ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata da 1ª Reunião Ordinária realizada no dia 28 de outubro de 1962**. Livro de Atas 01 (1962-1967), fls. 04-05.

¹⁰⁷⁸ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 28 de fevereiro de 1965**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 21.

a exemplo do analfabetismo e do medo resultante da violência patronal, tornou-se um grande desafio. Em uma das reuniões do STR de Alagoa Grande, no ano 1964, em que o seu presidente se encontrava ausente, o secretário daquele órgão, João José de Melo, procurou demonstrar a dinâmica da entidade: “o sindicato é como Prefeito quando sai um Prefeito se elege outro”. E a Lei 4.214, de 02 de março de 1963, exige “união em todo Brasil”. Nesse sentido, “...falou mostrando o mandamento do sindicato que são 4. 1º unir; 2º Defender; 3º representar; 4º Promover”¹⁰⁷⁹. Aquele sindicalista explicou, ainda, em que consistia cada um deles:

1º com **união** vem a organização do sindicato [e] com esta organização nós podemos ar[r]anja[r] no governo tudo de bom para o nosso meio com todos [os] governos que seja de Est[ado,] ou federal ou Municipal.

2º **Defender**. [Neste] a diretoria do sindi[cato] tem o direito de procurar dentro de todos os Puderess Públicos defesa contra todas as injustiças feita[s] aos trabalhadores.

3º **Representar**[. Aqui] a diretoria tem o direito de representar aos Puderess Públicos todos os trabalhadores para resolver todas as suas dificuldades.

4º **Promover** a diretoria tem o direito de aprender tudo aquilo que a lei manda e ensinar a todos trabalhadores para eles trabalhar[em] junto com essa diretoria e resolver tudo o que for de seu direito¹⁰⁸⁰.

Observa-se que as oito primeiras atas do primeiro Livro de Atas foram redigidas por uma única pessoa. Trata-se de uma cuidadosa caligrafia, respeitando as noções básicas e estruturantes de uma redação técnica, com a adoção de uma modalidade de comunicação escrita exigida para elaboração de documentos públicos oficiais e que atendia às normas legais vigentes. Maria das Vitórias Santos, pessoa que lavrou e assinou a *Ata da Instalação da Mesa Coletora Eleitoral* e a *Ata Geral de Apuração* da primeira eleição para a diretoria daquele órgão, foi quem, provavelmente, abriu o Livro de Atas, orientou e transcreveu aquelas primeiras atas de assembleias realizadas no período de julho de 1962 a fevereiro de 1963.

Com uma pausa de, aproximadamente, oito meses, ou seja, a partir de outubro de 1963 é que o seu primeiro secretário, João José de Melo, assume efetivamente a sua função de secretariar as reuniões, passando não apenas a assinar, mas, também, a elaborar e transcrever as atas sindicais.

Geralmente, as assembleias eram realizadas no terceiro domingo de cada mês. Quase sempre esses encontros eram marcados pela presença de alguma autoridade. Na primeira década de criação daquela entidade, a presença de autoridades representantes da classe dominante local e da região (padres, latifundiários, políticos, funcionários públicos, advogados etc.) era bastante

¹⁰⁷⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. *Ata de Reunião extraordinária realizada no dia 27 de dezembro de 1964*. Livro de Atas 01 (1962-1967), fl. 18.

¹⁰⁸⁰ *Idem*. Foram feitas algumas intervenções de natureza morfológica e ortográfica na transcrição desses documentos, para uma leitura mais compreensiva dos mesmos.

forte. Assim, as figuras de pessoas como o vigário local, Pe. Geraldo Pinto; a representante da Cooperativa de Crédito Agrícola de Alagoa Grande, Peregrina Montenegro; o representante da Cooperativa Agrícola Mista de Alagoa Grande - CAMAG; João Galvêncio de Oliveira; autoridades militares, a exemplo do tenente da cidade; funcionários da ANCAR-PB, Hely Cantalice etc. se fizeram presentes.

O comparecimento dessas autoridades reproduzia o caráter vertical da estrutura social vigente à época. Esse modelo de sociedade, alimentada por uma ideologia conservadora dominante, buscava, implícita e explicitamente, definir e controlar, por meio de uma relação de imposição, um projeto de sindicato. Assim, a simples presença de um membro que representasse a classe patronal, praticamente, inviabilizava uma discussão favorável à construção de uma luta de classe.

Nesse sentido, nos encontros mensais, não era raro a direção do STR relembrar, na perspectiva da narrativa da “velha história”, as circunstâncias nas quais se germinou aquela entidade. No ano de sua fundação, “o Sr. Presidente teve ocasião de falar para os trabalhadores, fazendo todos cientes de como começou o Sindicato. Sua atuação no Brasil e agora o seu avanço no nordeste com reação as Ligas Camponesas”¹⁰⁸¹.

A ideia da necessidade de se combater um “inimigo comum” encontrava na narrativa de que “...foi o Papa João 23 qui deu o grito di Alerta qui si fizerci os sindicatos” uma falsa justificativa que concedia à Igreja e à classe dominante (que constituía o Estado) o direito de tutela do sindicato¹⁰⁸². Essa visão teleológica produzia uma noção distorcida do que era, verdadeiramente, uma entidade sindical, seus fins e seus objetivos. O que seria um instrumento de luta tornara-se um espaço de resolução pacífica acentuada de certo conformismo. Sendo assim, se contrapor às decisões do patrão, nesse espaço, era romper com o estado de paz.

Nesse sentido, reforçava-se a ideia de que “o Padre Geraldo Pinto foi quem fundou o sindicato” e, ao mesmo tempo, afirmava-se “qui o nosso sindicato é livri [são] so os trabalhadores i o Ministerio do Trabalho”. Portanto, todas as causas que eram levadas para o STR eram resolvidas e o morador “...vivi[a] em pas com...” o seu patrão¹⁰⁸³.

¹⁰⁸¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata da 2ª Reunião Ordinária realizada no dia 25 de novembro de 1962**. Livro de Atas 01 (1962-1967), fl. 05.

¹⁰⁸² SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 25 de abril de 1965**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 24, verso.

¹⁰⁸³ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 29 de dezembro de 1963**. Livro de Atas I (1962-1967). Fl. 08, verso.

Essa compreensão pode ser ilustrada por fragmentos da ata de uma reunião de 1963, como momento oportuno em que o presidente da assembleia desfiou, em sua fala, vários conflitos dirimidos através da intervenção daquela entidade, a exemplo da “...questão di dona Maria Rodrigues falou na casa de palha que o Patrão [não] queria qui cobrici i foi rezovido o cauzo falou na sua proprietária qui vivi empas com ela falou no cauzo do tamanduá qui foi rezovido pelo Delegado rural”. Para reforçar tal propósito, a exposição do sindicalista recebeu o apoio de uma autoridade militar, o tenente da cidade, presente naquela assembleia, que, por sua vez, solicitava, por meio de sua autoridade, “...qui todos associado ajudi seu Prezidente Para que aja Pogreço i Pas...”¹⁰⁸⁴.

De modo consciente ou inconsciente, para os senhores de terra, a naturalização desse discurso cumpriria um papel fundamental na estratégia de dominação e o STR carregaria consigo o poder quase místico de resolver os problemas, supostamente promovendo e implantando a paz.

Nesse processo de “luta de afirmação de classe”, no qual o sindicato cumpria muito mais o papel de pacificador na luta de classe do que um órgão de representação de classe, os temas colocados em pauta de discussão, nas assembleias mensais, estavam limitados à perspectiva do assistencialismo. É importante ressaltar que, desde o princípio, transferiu-se para o STR funções que eram de exclusiva responsabilidade do Estado. As solicitações de profissionais da saúde (médicos, odontólogos) para atender aos associados, como também exames, medicamentos etc., por exemplo, tornam-se uma constante nas reuniões. Essa situação pode ser constatada na ata de assembleia realizada no mês de outubro de 1962, onde “lançou-se a ideia de um médico para o sindicato o que teve boa acolhida pelos presentes”¹⁰⁸⁵.

O combate a essa perspectiva passa a ser realizado de forma tímida pelos dirigentes do STR e, com maior ênfase, a partir da década de 1970. A participação em Congressos e cursos de formação sindical realizados pela Federação e por órgãos ligados à Igreja, nas cidades de Areia, Solânea, Campina Grande e João Pessoa, nos anos iniciais, permitiram aos dirigentes e membros mais participativos a construção de noções básicas sobre o que era o sindicato, política sindical, legislação trabalhista, reforma agrária e lutas de resistência¹⁰⁸⁶.

¹⁰⁸⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 29 de dezembro de 1963**. Livro de Atas I (1962-1967). Fl. 08, verso.

¹⁰⁸⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata da 1ª Reunião Ordinária realizada no dia 28 de outubro de 1962**. Livro de Atas 01 (1962-1967). Fl. 05.

¹⁰⁸⁶ Em março de 1963 foi fundada a Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba – Fetag-PB – que substituiu a Federação da Lavoura da Paraíba criada a partir do reconhecimento dos STRs pelo Ministério de Trabalho e Assistência Social em 9 de julho de 1962. NOVAES, Regina Reyes. **De Corpo e Alma...** *Op. cit.* p. 64

De certo modo, alguns membros já detinham noções básicas sobre injustiça social e políticas de resistência organizada apreendidas por meio de suas participações em reuniões promovidas pela Liga Camponesa de Alagoa Grande, como foi o caso de Margarida Maria Alves. De todo modo, durante os encontros mensais, sempre eram colocadas, com propósito provocativo, discussões que encerravam reflexões ontológicas da própria classe. Entre estas, dominavam as pautas de reunião temas como classe, propriedade, sociedade, justiça/injustiça, organização, união, direito à terra, reforma agrária, direitos trabalhistas entre outras como: o que é o sindicato? Qual a função do sindicato? O que é sindicalismo?

Assim, essas primeiras experiências já pareciam surtir algum efeito. Em assembleia do mês de dezembro de 1964, os membros reclamaram a ausência do presidente do Sindicato¹⁰⁸⁷. Nesse ínterim, o secretário procurou desmistificar a ideia da figura do presidente e explicou, ao seu modo: “o sindicato é uma máquina, faltando uma peça, si compra outra i si bota justamente [substituindo-a]. O Sindi[cato] tem seus dirigente[s] i faltando um ou adoecendo, o[u] mesmo mor[r]endo, tem qui sentir Por um i lutar Pelos outros”. Portanto, deixava-se claro que, “...o sindicato nem mori i nem adoeci. Pois o sindic[ato] e nosso i nos é quem faz o sindic[ato]”¹⁰⁸⁸.

As assembleias eram momentos oportunos que os dirigentes tinham para explanar o funcionamento do órgão e a sua importância para o trabalhador rural, procurando convencer aqueles não filiados a se sindicalizarem. Nesse sentido, convidava-se “os associados a se unirem, pensarem no Sindicato, como meio de melhoria de vida. Fez ver que o Sindicato é do Trabalhador Rural, feito para êle e com êle. O contrário seria fugir a sua finalidade”¹⁰⁸⁹.

Não se podia deixar de recorrer à religião e, por isso, “salientou ainda que o Sindicato do Trabalhador Rural segue em [tudo] a linha traçada pelo Papa João XXIII na ‘Mãe e Mestre’”¹⁰⁹⁰. Tudo isso era feito com o objetivo de esclarecer a diferença daquela entidade para outra existente na cidade, o denominado *sindicato da Liga*. Além disso, reforçava-se que a Igreja estava acima do patrão. Apesar de tudo, “o Povo dizia que o sindicato era ligas camponeza mas

¹⁰⁸⁷ “Ao presidente do sindicato é colocada a possibilidade de se diferenciar da categoria que representa, não apenas pela linguagem, pelo vestuário e pelos gestos corporais que vai adquirindo no curso de sua carreira, mas, sobretudo, pelo papel que assume de administrador de recursos públicos”. Cf. *Idem*. p. 112.

¹⁰⁸⁸ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 27 de dezembro de 1964**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 18, verso.

¹⁰⁸⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata da 5ª Reunião ordinária realizada no dia 23 de fevereiro de 1963**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 06, verso.

¹⁰⁹⁰ *Idem*.

não é ligas”¹⁰⁹¹. Naquele contexto histórico, pertencer às Ligas Camponesas era ser comunista, ou seja, ser contra Deus e contra o patrão; era ser de esquerda. Temendo ser enquadrado nessa visão, o presidente “...dissi qui os [dirigentes do] sindicato di Alagoa Grande não estão sendo bem compreendido Pelos Participanti...”. O fato é que “...em Alagoa Grandi eli esta[va sendo] reconhecido como Primeiro chefe dos esquerdista [e] falou qui não se tem nem uma associação anão cer com as frazis agricula ou rural,...”. E advertiu a todos que “...se o sindicato di Alagoa Grandi fossi fazer como Alguns Sindicatos Por ahi já tinha avisto sangui”¹⁰⁹².

Após o golpe civil militar e a instituição de um Estado autoritário, o processo de construção da democracia no país e, por conseguinte, o movimento sindical, sofreram um profundo retrocesso. Desse modo, a partir de 1964 “...o direito à sindicalização foi permitido dentro dos moldes da legislação sindical corporativista e de origem fascista”, como define Leonilde Medeiros¹⁰⁹³.

“Mesmo o sindicato do padre, reconhecido pelo Ministério do Trabalho, foi proibido de fazer reuniões na sede e só abria de 8 em 8 dias, no dia da feira para conversar com os trabalhadores, receber pagamento de 20 centavos que era na época”, rememora Álvaro Diniz, ex-presidente do STR de Alagoa Grande e da Fetap, em entrevista à Regina Novaes. Diversos STR’s foram obrigados a interromper as suas reuniões. Relembra aquele sindicalista, que, em muitos casos, *“em fins de 65 e entrada de 66, foi quando se recebeu ordem do governo que se podiam fazer reuniões na sede, para tratar de interesse único e exclusivo dos trabalhadores rurais e nada mais,...”*. Para a antropóloga referida, *“os dirigentes sindicais tiveram que aprender a conviver com as ‘ordens do governo’ em uma situação de ‘vigília constante’”*¹⁰⁹⁴.

Com a instituição de um governo autoritário, as vozes dos conservadores apareceram muito mais fortes e encorajadas. Daí porque, no retorno das assembleias, em julho de 1964, o padre Geraldo Pinto, que continuava cumprindo a função de mistificador da luta de resistência, assegurou: *“a revolução (...) não veio acabar com os sindicatos i sim acabar com o comunismo”*. O fator “prudência” dominava a fala do presidente Severino Cassimiro nesse contexto: *“os sindicatos não sofreram i os sindicalismo continua normal i hoje já temos adevogados i disse que todos qui sahi da qui fassa Popaganda do sindicato falou qui sindicato dá o direito ao*

¹⁰⁹¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 26 de janeiro de 1964**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 09.

¹⁰⁹² Ver: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 29 de março de 1964**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 10.

¹⁰⁹³ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Op. cit. p. 212.

¹⁰⁹⁴ NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma**:... Op. cit. 1997. p. 109.

trabalhador i também ao patrão”. A violência do novo regime contra os movimentos de resistência não deixou de ecoar nos ouvidos da classe trabalhadora do campo e, talvez, por essa razão, Severino Cassimiro buscou tranquilizar os participantes ao asseverar: “...a revolução não mandou a soita os trabalhadoris i falou qui o alto comando não mando[u] acabar c[om] os direitos dos trabalhadoris...”¹⁰⁹⁵. A essa altura, em um encontro anterior, já tinha lembrado que o retorno das reuniões daquela entidade já fora autorizado. E “que os sindicatos Pudia funcional com a ordem do Comando Geral do Exército”. Entretanto, observou “que os Delegados di Pulícia têm obrigação de observar as leis sindicais...”. E, mais uma vez, advertiu que, “da qui a dois mês sosi rezovi questão di quem tiver Carter adi sindicato”¹⁰⁹⁶.

As intervenções e reestruturações nos sindicatos, praticamente, anularam o seu papel político enquanto representação de classe. Enquanto a Federação recebeu intervenção direta, por meio de membros do Exército, da Guarnição Federal e da Secretaria de Segurança Pública, como “ajuda” e “colaboração” na resolução de “problemas e conflitos”, e oferecendo “apoio moral”, “mescla[ndo] ‘vigilância’ e ‘apoio’”, os STR’s foram reorganizados para funcionar como “política social do governo”¹⁰⁹⁷.

Nesse sentido, foi fundamental o serviço de extensão rural “desempenhado pela ANCAR-PB”, como também “a colaboração do SORPE e do INDA”. Também houve complementação de “...cursos a cargo do IADESIL (Instituto Americano para o Livre Sindicalismo, ligado à Aliança para o Progresso), que também proporcionou viagens de dirigentes sindicais paraibanos para treinamento nos Estados Unidos”¹⁰⁹⁸.

Como em alguns outros STR’s da zona canavieira, em Alagoa Grande, tornaram-se frequentes as visitas de representantes e funcionários da ANCAR-PB, oferecendo palestras, orientações e cursos de formação sindical. Entre esses, se encontram os nomes de Raimunda Ferreira Lima e Raquel de Vasconcelos, esta última “responsável por treinamentos de lideranças sindicais”. O nome do senhor Hely Cantalice, “um dos funcionários do Ministério do Trabalho” que fora “membro destacado do Círculo Operário Católico”, é um dos mais citados nas reuniões do sindicato. Com menos frequência, se pode encontrar, nas atas sindicais, o nome de João Emídio Falcão, ex-seminarista. Também é importante ressaltar que, ao mesmo

¹⁰⁹⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 26 de julho de 1964**. Livro de Atas I (1962-1967). fl. 11.

¹⁰⁹⁶ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 05 de julho de 1964**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 10, verso.

¹⁰⁹⁷ NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma**: *Op. cit.* p. 109 e 110.

¹⁰⁹⁸ *Idem.* p. 110. Sobre IADESIL e as “atividades educacionais” direcionadas à instituição do modelo de sindicalismo denominado “livre e democrático”, como também sobre o combate direto ao comunismo no Brasil, Cf. CORRÊA, Larissa Rosa. **Disseram que voltei americanizado**: relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura militar. São Paulo: Editora da Unicamp, 2017.

tempo em que a ANCAR-PB oferecia os seus serviços de extensão rural ao STR, também assessorava o sindicato patronal¹⁰⁹⁹.

Nesse retorno às reuniões, a diretoria enfrentou algumas dificuldades, principalmente a baixa frequência no número de sócios. Nesse sentido, o presidente relatou o encontro que teve com o representante do Ministério do Trabalho durante reunião na Fetap-PB, na qual confessando a ele que “...sentia nos trabalhadoras di eles não quererem fazer sindicato e falou sob a solução dos Proprietários que são contra aos trabalhadores. Injusticiosamente falou ao representante qui si sentiu com todos os trabalhadores...”¹¹⁰⁰.

Inquieto diante desse esvaziamento, o presidente do STR procurava convencer a todos sobre a importância daquela entidade: “se nós não si unir não é Pucivel si rezover os problemas nessiçario” de serem extirpados. Aqui, o Estado autoritário já era sentido na própria reorganização sindical, quando as diretrizes do órgão ficaram subordinadas a setores do Estado como Exército, Secretaria de Segurança do Estado, Ministério do Trabalho etc. Sem autonomia, a diretoria do STR buscava, em autoridades representantes desses setores, orientação e autorização quanto ao que se podia ou não fazer¹¹⁰¹.

Esse reordenamento de caráter disciplinar se expressava, também, numa “nova” formação sindical e, para tanto, já se estavam convidando sócios para participar de “curso qui si vai dar na federação i Preciza a[r]rumar homens qui quera trabalhar para ajudar a diretoria...”. Sob essa pressão e vigilância, a diretoria explanava a todos o seguinte: “quando findar o tempo desta diretoria, si não tiver gente sufuciente para fazer outra o Ministerio do trabalho, manda uma pessôa aqui dar [in]strução [durante] 90 dias e fa[z] nova diretoria...”. Portanto, demandava-se urgentemente uma tomada de posição por parte daquele STR, pois que, naquele momento, a direção compreendia: “não é com isto que fica feito o sindicato (...) tem qui si reunir a diretoria para Pen[sar] nos p[r]oblemas di todos”¹¹⁰².

Havia, nessa fala, certo receio de que o Estado, de fato, interviesse diretamente naquele órgão, como ocorreu em alguns dos STR's da área canavieira, a partir de 1964, “...quando os padres fugiram temerosos com a repressão”. Em fala de um líder do STR de Pilões, o golpe de 1964 “mexeu com o sindicato, ‘foi preso o povo do sindicato [e], [além disso,] foi levado o

¹⁰⁹⁹ NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma**:... *Op. cit.* p. 105 e 107. Em relação ao surgimento, aos objetivos e à atuação de órgãos de extensão rural no Brasil, Cf. OLIVEIRA, Mauro Márcio. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. **Cadernos de ciência e tecnologia**, Brasília, v. 16, n.2, pp. 97-134, maio/ago. 1999.

¹¹⁰⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA E. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 04 de outubro de 1964**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 15.

¹¹⁰¹ *Idem*.

¹¹⁰² *Idem*.

fichário do sindicato’...”¹¹⁰³. As informações registradas nessas abordagens e intervenções de caráter abusivo do Estado circulavam no meio social, chegando aos sindicalistas como uma espécie de narrativa atemorizante, operando, nesses casos, como coação e intimidação àquelas organizações.

E “esta situação impôs a construção de um perfil de dirigente sindical rural cuja espinha dorsal residia na prudência”, que “se tornou um parâmetro vital para a ação sindical, baseada na seguinte máxima: *é preferível fazer pouco do que não fazer nada*”. Para tanto, era necessário “...ter ‘muito cuidado’ e ‘muita cautela’ para ali permanecer”¹¹⁰⁴.

Evidentemente, durante aqueles tempos sombrios, estar à frente ou liderar um sindicato era ter a certeza de que os perigos e as inconveniências estavam sempre à espreita nos caminhos da luta sindical. Conduzi-lo exigia um esforço de solidariedade e espírito comunitário. Por isso, “...era necessário nós tumar gosto no nosso órgão di claci para si fazer o qui a lei manda”¹¹⁰⁵. Assim, a evocação da lei se tornou uma máxima importante em qualquer ação daquele órgão que “...representa[va] us intere[sses] da claci, em suas reivindicações Legais na constituição da lei”¹¹⁰⁶.

Além dos obstáculos impostos pelo modelo de sindicalismo engessado e tutelado pelo Estado, os órgãos sindicais do campo sofriam com a total ausência de recursos financeiros. O STR de Alagoa Grande vivia dificuldades econômicas seríssimas e não dispunha das mínimas condições de prover os salários da diretoria nem dos funcionários. Tornava-se cada vez mais difícil arregimentar forças e manter aquele órgão funcionando sob vigilâncias e restrições impostas. Além de tudo isso, as mensalidades eram mantidas com valores quase insignificantes e estavam reduzidas a, aproximadamente, uma centena de contribuintes. Para se ter uma ideia, até o mês de maio de 1965, o STR de Alagoa Grande contava com 530 associados¹¹⁰⁷. Todavia, durante a eleição para a diretoria, ocorrida em 16 de agosto desse mesmo ano, compareceram

¹¹⁰³ MOREIRA, Eliana Monteiro; ARAÚJO, Maria de Fátima Santos; QUEIROZ, Tereza Correia Nóbrega de. **Relatório Parcial de pesquisa Resgate histórico do Sindicalismo [rural] no Brejo paraibano**. Guarabira-João Pessoa: SEDUP/UFPB, [Digitalizado] 1994, p. 06.

¹¹⁰⁴ NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma**:... Op. Cit. 1997, p. 109.

¹¹⁰⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 01 de maio de 1965**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 25, verso.

¹¹⁰⁶ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 25 de maio de 1965**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 26, verso.

¹¹⁰⁷ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Seção Comemorativa realizada no dia 25 de maio de 1965**. Livro de Atas 01 (1962-1967), fl. 27.

para votar apenas 97, “sendo 145 o total de associados em condições de votar” ¹¹⁰⁸. Ou seja, somente 97 estavam com a mensalidade em dia. Em outras latitudes, “...os Sindic[atos] já estão ricos, mais com o dinheiro dos sócos porque pagam [Cr\$] 600,00 em folha di pagamento, falou qui os prizidentes di lá ganha 60.000, a 70.000 cruzeiros i puristo podem trabalharem”.

Enquanto isso, dava-se conta de que, em Alagoa Grande, “...nós aqui da diretoria esta[mos] todos trabalhando di graça”. Apenas o presidente “dá uma gurugeta de um mil cruzeiros por semana ao secretario i perguntou si eli podia viver [apenas] com isto” ¹¹⁰⁹. Houve momentos em que o presidente solicitou ajuda aos associados, e “...falou na vida financeira (...) falou a todos para dar uma ajuda i foi colhido a conta di 635,00 cruzeiro i foi entregue em mão” ¹¹¹⁰. Nessa situação, na região da zona canavieira, “muitos sindicatos si dizanimaram i outros si fecharam i outros correram mas o de A. Grande continuou e continua[va] cempri di Pé” ¹¹¹¹.

Nessas condições, o STR não tinha recursos mínimos para remunerar membros da diretoria e contratar funcionários para realizar os serviços burocráticos do órgão, mantendo a sede da entidade aberta durante a semana, para atender aos associados. As reclamações do presidente eram constantes, pois que “as dificuldades do sindicato por motivo da diretoria si achar incompet[ente] i também por ci achar sozinho para trabalhar falou que poderia cer que fosse ele que não tivesse sabendo pedir colaboração aos associados para li ajudar”. Portanto, se “esperava na união da classe colaborando que quer dizer ajudar trabalh[ando] e contribuir com o dinheiro pagando as suas contribuições men[sais]” ¹¹¹². Havendo a desmotivação e, até mesmo, a desistência de algum membro da diretoria e liderança que auxiliava nas atividades do STR, tudo podia emperrar, pois que, “...o sindicato é como um motor que só funciona com todas [as] peças, quando tem uma desligada estar todo desmantelado por completo...” ¹¹¹³.

¹¹⁰⁸ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata Geral de Apuração de Eleição para membros da Diretoria realizada no dia 16 de agosto de 1965**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 32.

¹¹⁰⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 31 de janeiro de 1965**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 19, verso.

¹¹¹⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 23 de fevereiro de 1964**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 09, verso.

¹¹¹¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Seção comemorativa do dia dos Trabalhadores realizada no dia 25 de maio de 1965**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 27.

¹¹¹² SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 28 de fevereiro de 1965**. Livro de Atas 01 (1962-1967), fl. 20-21.

¹¹¹³ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 29 de maio de 1966**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 41, verso.

Além de tudo isso, era necessário criar condições e circunstâncias para envolver os trabalhadores na luta sindical. Dessa maneira, não seriam “...só os dirigentes qui trabalha[ria] pelo os sindicatos, i um socio tem o direito di chamar quem não é socio Para o sindicato...”¹¹¹⁴. Esse serviço de envolvimento poderia começar com a divulgação da instituição. Assim, “...todo [participante] que sahi daqui fassa propagando do sindicato...”. A ideia era a de que quanto mais filiados ativos mais “...o sindicato cêra rico com a contribuição de todos”. Pois que, “...o sindicato tendo dinheiro tem todo. (...) [Exemplo disso é] o sindicato de Palmare [que] já tem 7 gipi [, todos adquiridos] Pellos seus associados”, com recursos da contribuição sindical¹¹¹⁵.

O trabalho em conjunto, com o propósito de arregimentar sócios, também buscava expandir as ideias defendidas na entidade. Nas assembleias da categoria, era comum um convite da diretoria para aqueles que se faziam presentes e ainda não eram sócios, “...explicando aos sócios e [a]os demais presentes que se associa-se no sindicato que era um órgão de classe o que tinha o seu apoio em assinar folha de informação de todos que fosse associados...”. É importante lembrar que, no ano de 1973, já tinham sido fundadas, no STR de Alagoa Grande, um número de oito delegacias sindicais¹¹¹⁶.

Quatro anos depois de sua criação, o STR de Alagoa Grande ainda não tinha uma sede própria, e isso incomodava, principalmente, à diretoria. Até àquela data, as assembleias eram realizadas em uma casa cedida pela Igreja. Ainda no ano de 1965, teve início um conflito entre o padre e um trabalhador rural, rendeiro das terras da Igreja. O fato é que este “...plantou uns peis de fruteiras pois era proibido pelo Padre mas ele plantou”. Tal situação desagradou o vigário, que foi se queixar ao presidente do STR. Posto o problema em assembleia, a discussão apresentava uma divisão entre os associados: para uns, a resolução poderia ser feita facilmente em “...que todos os sócios se reunice e pagase o valor das fruteiras e deixase para a Santa que o Patrimonio era della e ficava para ella mesmo”; para outros, o rendeiro “Bernardo tem o direito de ser indenizado perante o estatuto da terra, que leis é leis e a Justiça deve começar pela a Igreja...”. A situação posta gerou certa aflição para os associados daquela entidade. Havia um certo receio de que a autoridade eclesial exigisse a desocupação do imóvel. Nesse sentido, advertia-se: “Esta casa não é nossa estamos aqui empletados... no dia que o Padre Geraldo

¹¹¹⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião extraordinária realizada no dia 27 de dezembro de 1964**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 18.

¹¹¹⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 26 de julho de 1964**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 11.

¹¹¹⁶ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião mensal realizada no dia 11 de março de 1973**. Livro de Atas II (1970-1974), fls. 33 e 32 verso.

pedir a casa nois não podemos dizer nada, e mesmo assim o Padre já tem que Paigar”¹¹¹⁷. Nas pautas das reuniões seguintes, aumentou o interesse da categoria em adquirir um prédio residencial para a instalação da sede sindical. E, para tanto, foram realizadas reuniões na busca de encontrar uma solução para esse problema. O fundo de reserva ex[i]setente... se acha[va apenas em] 137 mil cruzeiros”, o que era um valor insignificante. Nesse sentido, se propôs “combinar com os sócios para cada um dar mil cruzeiros, para comperar...” na compra de um imóvel e transformá-lo em sede da entidade. No entanto, observou-se que “...nem todos pode[ria]m dar essa contribuição...”¹¹¹⁸.

Tudo indica que o desentendimento entre o padre e o rendeiro se intensificou, levando o primeiro a solicitar a devolução do imóvel. A situação, naquele momento, afligiu a diretoria: “...quando nós podemos dizer que a sede (...) do nosso sindicato [é nossa] se o pad[r]e é o dirigente da igreja do sindicato e agora (...) quer [nos] despejar da sede...”. Para resolver essa situação, tratou-se de organizar uma viagem à capital do estado “...para falar com o bispo que estamos [sendo] despejados da sede (...) [porque] queremos contar ao bispo [e] vamos pedir a culbatura de ficar na sede...”¹¹¹⁹.

No dia 02 de outubro de 1966, foi comemorada, em assembleia, a conquista de uma sede própria para o STR de Alagoa Grande. Com a presença do “secretário geral da federação dos trabalhadores na lavoura da Paraíba”, a direção daquele órgão comemorou:

quero falar para os sócios que esta sêde que foi comprada com o maior sacrifício foi para ver se nós tomava um descanso com o nosso sindicato, eu me sentia muito triste porque êle não funcionou dois sábados, mais hoje graças a Deus nós estamos mais alegres por já estar em uma sêde, mais agora nós vamos trabalhar para pagar ela, na urna se achava 36.235[,00] cruzeiros [e] estar na casa do tizoreiro mais é para se botar no banco do Nordeste[. No entanto], esse dinheiro vai ser para assistência funeral, mais só para aqueles que estiverem com a carteira em dia. Agora nós vamos colocar na urna cada um dois mil cruzeiros (2.000[,00]) para ajudar a compra da sede, compramos um caderno para anotar os nomes dos que deram que é o nosso dever, mais é obrigado que cada um der essa quantia...”¹¹²⁰.

¹¹¹⁷ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 26 de setembro de 1965**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 33.

¹¹¹⁸ Essa reunião apenas dos membros da diretoria foi realizada no final da noite (das 22h00 às 23h00) de um sábado, para decidir a assembleia do dia seguinte. SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata da Diretoria realizada no dia 19 de março de 1966**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 37.

¹¹¹⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Sessão Extraordinária realizada no dia 27 de março de 1966**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 37, verso.

¹¹²⁰ Até os dias atuais, a sede do STR se encontra localizada à Rua Dr. Francisco Montenegro, nº 561. SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião mensal realizada no dia 02 de outubro de 1966**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 44.

Um dos momentos marcantes, no processo de construção da história desse órgão, foi o dia da posse da diretoria eleita. Geralmente, a investidura era realizada com um ato cerimonial em que se faziam presentes autoridades locais e da região. Para ilustrar esse fato, é necessário considerar o ano de 1970, já que, aos 20 dias do mês de dezembro desse ano, sete dias após ocorrida a eleição, foi realizada a posse dos membros. Além da diretoria eleita, o evento contou com a presença de um número de 278 associados do STR e algumas autoridades religiosa, políticas, jurídicas e de outras instâncias menores, dentre elas: o vigário local, Pe. Manoel Lima; o Prefeito Municipal, João Bosco Carneiro; o presidente da Câmara Municipal, o senhor José Nunes da Mota; os vereadores João Nunes e Antonio do Nascimento; o presidente do Sindicato dos Proprietários Rurais local, o senhor Francisco Lino Cavalcanti de Miranda; o Sargento José Germano Sobrinho, subdelegado de polícia do distrito de Canafístula. Participaram, também, daquele evento: as senhoras Raimunda Ferreira de Lima e Raquel de Vasconcelos, extensionistas da Ancar de Alagoa Grande e João Pessoa; Germano Gregório, presidente do STR do município vizinho de Alagoa Nova. Para esse ritual, foram convidados “todos os membros pela ordem da chapa a tomar lugar na mesa e em seguida a faser o juramento”.

De início, Álvaro Diniz, Presidente reeleito, proferiu um discurso, “fasendo alusão a confiança em ser depositada pelos associados do sindicato e a Responsabilidade da função de que era reinvestido...”. Após fazer uma retrospectiva de suas atividades e ações à frente daquela entidade, prometeu “...tudo faser para que haja cada vez mais união da classe trabalhadora Rural”. Continuando o seu discurso, ressaltou a “...responsabilidade de que est[ava] investido juntamente com a diretoria, convida[ndo] todos a lutar[, pois] que (...) [aquele órgão era] uma cruz que deve[ria] ser levada com amor e união compreensão de um para os outros...”¹¹²¹.

As falas se prolongaram e uma delas parece se destacar, a do representante da Ancar e do Ministério do Trabalho, Hely Cantalice. Nesse discurso, ele “recordou a vida” daquela entidade e, ao lembrar da luta de legisladores do Congresso para a aprovação do ETR, chamou a atenção de todos sobre as conquistas da categoria, como o Funrural que foi um “...feito do esforço de muitos trabalhadores que pediram, que sofreram...” e complementou, lembrando “...que o sindicato não pode ter compromisso com ninguém. Os associados é que são os responçaves pela boa [ou má] escolha dos Líderes e para evitar o peleguismo”¹¹²².

¹¹²¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Posse dos Novos Diretores do STR realizada no dia 20 de dezembro de 1970**. Livro de Atas II (1970-1974), fl. 07.

¹¹²² SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Posse dos Novos Diretores Administrativos e Representativos realizada no dia 20 de dezembro de 1970**. Livro de Atas II (1970-1974), fl. 07, verso.

Em maio de 1972, Álvaro Diniz renunciou à presidência daquele órgão para ocupar a presidência da Fetap-PB. Dois meses depois, o STR realizou uma assembleia de comemoração dos dez anos da sua fundação. E esse momento seria a ocasião para “prestar uma homenagem ao Padre Geraldo Pinto e Severino Cassimiro Alves, êles que fundaram o nosso sindicato e se sacrificaram por nós para hoje estarmos em dias melhores”. Nessa oportunidade, Margarida Maria Alves, secretária do órgão, ao falar nos fundadores do STR, lembrou que “...a intenção deles não foi só para espulçar os demagogos, mas foi também pela redenção dos trabalhadores pois temos provas que êles pregavam a previdência social e a reforma agrária” ¹¹²³.

Como em outros eventos dessa natureza, várias autoridades figuraram. Representantes de instituições, órgãos do executivo e judiciário, associações e entidades civis, como Igreja, prefeitura, Delegacia Regional do Trabalho, Ancar-PB, Fetap-PB etc., fizeram-se presentes. Assim, “...a reunião que comemora[va] o 10º aniversário de reconhecimento de nosso sindicato, prestava nesta oportunidade uma homenagem ao Padre Geraldo Pinto e Severino Cassimiro Alves, inaugurando na sede social os retratos dos aludidos senhores”.

Coordenando as falas das autoridades, o “orador oficial”, Hely Cantalice, lembrou aos trabalhadores rurais: “é tempo de construir o caminho para o surgimento de uma nova Lei Áurea, Lei da terra livre para uso e posse dos que nela trabalham”. O senhor Severino Cassimiro Alves, ex-presidente do STR, ao agradecer a homenagem, finalizou: “...trabalhadores vocês tenham cuidado a planta foi aplantada e está crescendo mas é preciso que vocês zelem por ela”

¹¹²⁴.

6.1.3 Um espaço de combate: o Sindicato e suas ações

Se o processo de construção e afirmação dos sindicatos, durante a ditadura, dependia, quase exclusivamente, do próprio comportamento dos seus associados e associadas, com a “prudência” sendo considerada uma virtude necessária à sua sobrevivência, por outro lado, era preciso movimentar-se dentro de um espaço delimitado pela força e driblar, por meio de estratégias inteligentes, os abraços que imobilizavam a classe trabalhadora. Eram tempos sombrios. Tempos em que não se podia afrontar, combater, contraditar, contrapor, contrariar,

¹¹²³ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 11 de junho de 1972**. Livro de Atas II (1970-1974), fl. 23.

¹¹²⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Sessão de Assembleia Ordinária para comemorar o 10º aniversário de investidura sindical realizada no dia 09 de julho de 1972**. Livro de Atas II (1970-1974), fls. 23-verso e 24.

discordar, mas que, ao mesmo tempo, não se podia abnegar da luta de resistência. Era preciso ‘desabraçar’ sem desgostar, pois aquilo que envolvia exercia uma ação de aprisionamento e quase imobilização.

Desse modo, o “*sindicato da Igreja*” é gestado numa perspectiva conservadora e serve a um modelo de Estado que se institui a partir de 1964, com o propósito de sufocar qualquer prática de resistência dos grupos subalternos. Nesse sentido, a fala de um dos seus fundadores, o padre Geraldo Pinto, é emblemática para se pensar o assistencialismo e conformismo como elementos básicos para fazer existir o denominado “sindicato do padre”. No pronunciamento do vigário, “o sindicato foi uma simente qui si culeu e está firmi como o cruzeiro. Falou qui o nosso sindicato é Pacífico e Preciza cricêr,... nós já tem 2 escolas Radiofonica falou qui vem um Gabinete Dentario aqui Para Alagoa Grande Para todos associados” que estavam com todas as mensalidades pagas. Ao falar na Fetag-PB, certamente provocado pelas contestações e reivindicações dessa Federação, tentou explicar como, no STR de Alagoa Grande, os problemas do campo são dirimidos, afirmando que “gostaria di ver como os trabalhadores si entende como si comunicação como si rezovem Pacificamente, Questões Entre Patrões i Trabalhadores...”¹¹²⁵.

Paradoxalmente, a fala anterior é feita em uma sessão comemorativa do dia dos trabalhadores, realizada na sede do STR de Alagoa Grande, no ano de 1965. Essa ideia de uma relação pacífica entre patrão e empregado procurava alinhar as práticas da entidade a um comportamento conformista.

Para a maioria de homens e mulheres que, cotidianamente, lutavam por sobrevivência, vivendo dentro em um espaço delimitado por uma cultura política clientelista e de dominação secular, onde o direito à terra lhe fora negado há séculos, sair de uma relação de dominação demandava um esforço contínuo e cotidiano por meio de uma politização da classe, o que não era nada fácil. Era, de fato, um trabalho de ruptura que exigia uma luta de resistência não apenas cotidiana e solitária, mas, em paralelo, devia se instituir uma luta aberta, coletiva e de classe. Para tanto, o STR necessitava superar o simples papel de órgão assistencialista.

Nessa perspectiva, já em 1967, no STR de Alagoa Grande, advertindo a todos os sócios a esse respeito, Álvaro Diniz declarou: “a luta é tremenda e talvez Nós não se sirva deste sindicato [agora, mas,] talvez seja para meus filhos e meus netos”. Para uma sociedade que vivia as aflições do dia a dia e pensava aquela entidade como uma instância de ruptura, essa

¹¹²⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Sessão Comemorativa realizada no dia 25 de maio de 1965**. Livro de Atas 01 (1962-1967), fl. 27.

conclusão adquire um caráter utópico¹¹²⁶. Compreende-se que o sindicalista observava que aquela categoria necessitava de uma intensa política de conscientização.

A princípio, preso às correntes de um Estado autoritário, o sindicato buscava realizar ações paliativas, ainda na perspectiva de uma política assistencialista, que se resumia a denunciar diretamente a exploração da classe dominante, por meio de cartas ao presidente da República, e a reivindicar melhorias para a gente despossuída.

Diversas fontes documentais apontam para a persistência desse modelo. Nesse sentido, em 1965, o STR de Alagoa Grande enviou missivas ao presidente da República e ao Ministério do Trabalho, relatando “...sob[re] os abusos que os Proprietários estão fazendo contra a lei e contra os moradores”¹¹²⁷. Ao mesmo tempo em que a fala deixa implícita a ideia de uma vontade de não atacar, também sugere uma moderação, um refreamento, uma atenuação de ânimos. É verdade que, os membros mais esclarecidos da entidade compreendiam que os senhores de terras e usineiros constituíam parte do estado dominante, e, portanto, buscavam uma maneira mais formal de tornar pública as condições de vida e as relações de trabalho a que estavam submetidos. Na verdade, se considerarmos o contexto político a que estavam inseridos, essas “ações paliativas” já representavam um movimento de resistência da categoria. Com isso, os trabalhadores pretendiam tornar público que, para eles, nas relações de trabalho na palha da cana, as humilhações sofridas já eram ultrajantes e a violência patronal era uma afronta à sua dignidade.¹¹²⁸

Além desse tipo de reclamação, o sindicato também enviava solicitações ao governo, a exemplo de um trator para atender aos associados do STR. Esse pedido era do delegado rural de Vazia di Cruz, [Manoel] Pacífico, que em reunião, afirmou que “...não era Pucível. Pedi um trator só para ele, falou que eu preciso que se juntem muitos trabalhadores que formem um grupo de 50 braços para se pedir o trator para se cortar terra em 1966...”¹¹²⁹. Compreende-se que o sindicalista explicava que a solicitação somente poderia ser atendida se fosse realizada por meio do coletivo.

¹¹²⁶ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião extraordinária realizada no dia 29 de janeiro de 1967**. Livro de Atas 01 (1962-1967), fl. 46 verso.

¹¹²⁷ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião Ordinária realizada no dia 28 de março de 1965**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 22.

¹¹²⁸ SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**: discurso ocultos. Tradução de Pedro Serras pereira. Lisboa: Letra livre, 2013. p. 159-165.

¹¹²⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 25 de maio de 1965**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 26, verso.

Ainda no ano de 1966, o STR adquiriu um animal da espécie muar para o deslocamento de um seu representante até os engenhos e as usinas da região. Em ata sindical foi registrado: “o presidente de acordo com o Conselho Fiscal e os delegados e alguns sócios sindical juntos foi combinado para comprar um burro para os dirigentes andar[em] pelas as propriedades entregando as guias do imposto sindical e então foi comprado” ¹¹³⁰. Quatro anos depois, seria possível pensar em algumas mudanças em relação aos deslocamentos de membros da diretoria, do Conselho Fiscal e dos delegados sindicais em serviços no órgão. Nesse sentido, em 1970, estava a todo o vapor uma campanha entre os sócios, para a compra de um automóvel. Em assembleia do mês de março daquele ano, foi comentado “sobre a campanha do jeepi que o prazo se encerra[va] no mês de abril e que os associados procurarse a cooperar pois era para o seu próprio bem...” ¹¹³¹. E essa campanha se estendeu por, aproximadamente, dois anos, até se adquirir um automóvel. Em agosto de 1972, se reclamava que “...o veículo não pode[ria] atender a todos [mas] sim aqueles que [já] contribu[íam] e os que [ainda] não contribuíram está em tempo do bom filho ajuda[r] o pai...” ¹¹³².

As atas sindicais dão conta de que, em agosto daquele mesmo ano, a diretoria do sindicato já fazia uso do automóvel. Ao que parece, ao longo de dois anos, o carro contribuiu bastante no desenvolvimento dos trabalhos de campo daquela entidade. No entanto, em 1974, já se falava “na venda do carro”. Nesse sentido, a diretoria “deu todos os detalhes, dizendo que todo o dinheiro que entrava no sindicato o carro engolia. Leu tudo a respeito do carro, as viagens que ele já havia dado desde 17 de janeiro a 31 de março”. Preocupada com os encargos gerados pela manutenção daquele automóvel, a presidente, esclareceu: “o motorista só é chegando dizendo que está faltando tal peça e o dinheiro indo embora só no carro”. Além de todo esse gasto, o STR “ainda pagava carro extraordinário em caso de doença” ¹¹³³.

¹¹³⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata Reunião mensal no dia 24 de abril de 1966**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 40.

¹¹³¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 08 de março de 1970**. Livro de Atas II (1970-1974), fl. 01.

¹¹³² SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Sessão da Assembleia Ordinária realizada no dia 13 de agosto de 1972**. Livro de Atas II (1970-1974), fl. 26.

¹¹³³ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Sessão da Assembleia Ordinária realizada no dia 14 de abril de 1974**. Livro de Atas II (1970-1974), fl. 48 verso.

O fato é que se estava bancando viagens de muitos sócios, tornando aquele bem, para os cofres da entidade, oneroso. Segundo a presidente, “...funcionar o carro é bom mas as condições é que tá” muito difícil para mantê-lo¹¹³⁴.

O novo Decreto-Lei, nº 789, de 26 de agosto de 1969, que dispôs “sobre o enquadramento sindical rural e sobre o lançamento e recolhimento da contribuição sindical-rural”, passou a vigorar no ano seguinte, limitando ainda mais os recursos das entidades sindicais. Essa nova Legislação que estabeleceu quem era trabalhador rural e quem era empregador, também determinou o valor da contribuição sindical e sua distribuição, em percentuais, para cada órgão e instituição. De todo esse valor, 20% deveriam ser repassados para o Ministério do Trabalho, 60% ficavam para o sindicato, 15% para a “federação respectiva” e 5% eram destinados à “Confederação respectiva”¹¹³⁵.

E, à medida que o STR crescia, também aumentavam seus gastos. No ano de 1974, por exemplo, envolvia-se, além dos impostos, também o “reparo da sede, em água, luz, correio, isto é cartas, e a gratificação aos delegados, ao conselho fiscal nos dias de trabalho”¹¹³⁶. Também mantinha gastos com a manutenção de máquinas de gabinete dentário, além de outros gastos burocráticos. Outrossim, era importante manter custeando as viagens e diárias de sindicalistas para formação sindical e eventos.

Em relação a todas essas despesas que a entidade fazia, em junho de 1970, o seu presidente, Álvaro Diniz, questionou a assembleia: “...do dia Primeiro até o dia cato[r]se do corrente tinha sido atendido 713 pessoas nesta sede então eu pergunto será que estas Portas possam viverem fechadas, o presidente o tesoureiro e o secretário fora do sindicato”?¹¹³⁷. Com isso, o sindicalista procura esclarecer qual a importância que a entidade tinha e, consequentemente, a sua responsabilidade social.

No ano de 1977, em reunião com a diretoria, a presidente Margarida, propôs a “abertura da sede que tinha de ser aberta diariamente as (...) cinco e meia da manhã e as doze terá de ser aberta novamente para o expediente da tarde”¹¹³⁸. Essas evidências demonstram as demandas do STR de Alagoa Grande, fosse cumprindo papel de assistencialismo, fosse no processo da

¹¹³⁴ *Ibidem*.

¹¹³⁵ Essa legislação é publicada na imprensa do Estado. Cf. Decreto-Lei dispõe sobre o enquadramento sindical rural. **O NORTE**. João Pessoa, 13 set. 1969, nº 4.567, p. 7.

¹¹³⁶ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Sessão da Assembleia Ordinária realizada no dia 14 de abril de 1974**. Livro de Atas II (1970-1974), fl. 48 verso.

¹¹³⁷ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 14 de junho de 1970**. Livro de Atas II (1970-1974), fl. 04, verso.

¹¹³⁸ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. **Alagoa Grande-PB. Ata de reunião ordinária da diretoria realizada no dia 06 de janeiro de 1977**. Livro de Atas III (1970-1982), fl. 08.

luta sindical. Manter “as portas as abertas” era se tornar convidativo ao trabalhador e à trabalhadora que, em muitos casos, procuravam os sindicalistas não apenas para a extração de dente, consultas médicas, encaminhamento de exames. Muitos também buscavam, ali, apoio moral, serem ouvidos, empoderamento e resoluções para dirimir questões relacionadas a abusos, ameaças, violências patronais, expulsão de moradores, direitos trabalhistas etc.

A sindicalização não se resumia apenas à filiação e ao pagamento das mensalidades, mas, numa efetiva participação do associado e da associada na luta coletiva, a começar por sua identificação como membro da categoria através da carteira do sindicato. Num primeiro momento, a carteira sindical era uma afronta à classe patronal e, por isso, muitos sócios e sócias se recusavam fazê-la. E as evidências demonstram como os patrões se comportavam diante dessa exigência. A fala do presidente do STR de Alagoa Grande encerra as explicações de alguns sócios: nós “sabemos qui os sindicatos é um órgão di claci i reconhecido por lei, mais noz notamos qui os trabalhadores não querem tira[r] a carteira di sindicato um diz que é Porqui o Patrão não decha [que o seu empregado] tire cart[eira]”. No entanto, explicava ele, “qui o Patrão não podi proibi[r] o Morador tirar sua carteira di sindic[ato]. Porque di hoje em diante o trabalhador só podi rezover todos seus direitos Por meios de sindicato”¹¹³⁹.

Mesmo que de forma tímida, no início do governo ditatorial, se aconselhava aos trabalhadores e trabalhadoras a fazerem a CTPS. Os informes sobre a obrigatoriedade desse documento eram constantes nas reuniões. Em uma delas, o presidente do STR lembrava à categoria o seguinte:

...que o trabalhador já pode procura[r] tira[r] sua carteira Proficional do Ministerio do trabalho i falou qui essa cart. não si podi deixa[r] de tirar todos [os] trabalhadores (...) [E do salário estabelecido n]esta cart[eira]. assina[da] pelo Patrão é descontado uns 8 por centos [Assim,] é [desse percentual] que faz [a] apuzentaduria do trabalhador rural, i dar todos os seus direito, i falou qui o trab[alhador] fichado tem o direito [de trabalhar] a seu Patrão i é empregado de seus Patrão. (...) [No entanto,] não é obrigado todos ficha[r] a] cart[eira], [pois] os qui não quer[em] ficha[r] cart.[eira] foi sua renda com o seu Patrão i no fim do ano Pagui a sua renda¹¹⁴⁰.

Explicar a importância que tinha esse documento para a vida profissional do trabalhador e da trabalhadora rural não era uma tarefa simples, porque exigia de todos um esforço de entendimento. Poucos tinham conhecimento sobre a CTPS e/ou, se conheciam, ignoravam a importância legal de seu uso. Para muitos ali presentes, essas primeiras informações dos direitos

¹¹³⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião Ordinária realizada no dia 31 de janeiro de 1965**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 19.

¹¹⁴⁰ *Ibidem*.

trabalhistas entram em choque com a ideia das relações trabalhistas estabelecidas por uma elite dominante. Todavia, o problema maior era enfrentar o patrão sem o apoio efetivo do Ministério do Trabalho e de outros órgãos que colaborassem, de forma efetiva, para essas mudanças.

Essa luta pelo cumprimento da CTPS assinada foi exclusiva e quase solitária por parte das entidades sindicais, sem o apoio devido de órgãos e setores do Estado, a exemplo do próprio Ministério do Trabalho.

Em julho de 1982, em reunião no STR de Alagoa Grande, Margarida Maria Alves explicava a todos “...que [a] assinatura de carteira de trabalho aqui no sindicato já se tinha tomado as providência[s] das mesmas através do Ministério do Trabalho”. Advertia, ainda, aquela sindicalista “...que as Carteiras tinha[m] que ser assinada[s,] mais com data de admissão no trabalho”¹¹⁴¹. E esse era um segundo embate que se tinha que fazer com o empregador.

Conforme já exposto em capítulos anteriores, era comum homens e mulheres que laboravam em canaviais de usinas de açúcar na Paraíba não terem a sua CTPS assinada ou, quando assinada, sem o tempo de admissão do empregado, o que resultava em prejuízos para essas pessoas. Ilustra bem essa situação o caso do senhor Manuel Agostinho do Nascimento, empregado do Engenho Campo Verde, em Serraria, de propriedade de Sólon Lyra Lins. Por ter sido demitido em junho de 1983 “sem justa causa”, entrou com uma reclamação trabalhista na Comarca de Serraria, naquele mesmo ano. Em seu depoimento, o reclamante afirma que, “ao receber seus salários, assinava folha de pagamento, pondo sua impressão digital, fato este que iniciou-se somente” no ano de sua dispensa. “Anteriormente recebia sem prestar qualquer recibo”. Ainda no mesmo processo, consta “que o reclamante apresentou sua C. T. ao gerente do Engº o qual não se recorda o nome, afim de que a mesma fosse anotada, sendo prometido a ele reclamante que a mesma seria anotada, mas que não foi cumprida”. Ele tinha sido “...admitido nos serviços do reclamado no ano de [19]78”. Uma das testemunhas do reclamante assegurou que este “foi demitido por justa causa só porque foi pedir para assinar a sua CTPS”. Uma das próprias testemunhas do reclamado afirmou que “o reclamante não recebia férias, 13º salário, nem repouso semanal, porque naquela época os empregados não recebiam nenhum direito”. Nesse sentido, o magistrado lembrou que uma das testemunhas do reclamado assegurou “que não é costume do engenho Campo Verde fazer pagamento dos títulos trabalhistas, nem assinatura de Carteira de Trabalho do trabalhador como assegura a CLT”¹¹⁴².

¹¹⁴¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata da reunião Ordinária realizada no dia 11 de julho de 1982**. Livro de Atas V (1982-1984), fl. 02.

¹¹⁴² Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira. **Processo nº. 202/87**, fls. 19, 29, 30 e 28. O dito processo teve início na Comarca do município de Serraria-PB, em agosto de 1983.

Além de tudo isso, a JCJ do município de Guarabira, para onde foi encaminhado o processo, em relatório, reconheceu que “a reclamada não anotou a CTPS do autor no período por ela reconhecido (a partir de 1980) e não há indícios de cumprimento sequer das obrigações mínimas decorrente do contrato de trabalho, asseguradas pela legislação pátria”¹¹⁴³.

De modo geral, as reclamações trabalhistas eram apoiadas e defendidas pelos sindicatos. Ali, o trabalhador não somente recebia apoio moral e jurídico, mas, também, um acompanhamento com o propósito de levá-lo para a luta coletiva. Na região do Brejo paraibano, foram muitos os processos trabalhistas acompanhados pelo advogado e pelos sindicalistas do STR de Alagoa Grande, e que obtiveram resultados favoráveis aos trabalhadores.

As conquistas da luta serviam de exemplo para encorajar a classe. Nas assembleias sindicais, procurava-se explorar essas experiências, com o propósito de fortalecer a luta, como foi o caso de “...dois trabalhadores Rurais do Engenho Ribeiro”. Margarida explicou essa situação “...dizendo que as carteiras deles já tinha[m] sido assinada[s] pelo o juiz da Junta do trabalho em Campina Grande (...) [e] que isto era uma obrigação perante a lei do governo que todos os trabalhadores tinha[m] que ter sua carteira assinada”. Além disso, segundo ela, aquele órgão estava sempre atento aos reajustes do salário mínimo e reclamava a desvalorização e a não atualização dos novos valores aos proventos dos trabalhadores. Por isso, o STR mantinha os trabalhadores e as trabalhadoras informados nas assembleias.

Nesse sentido, por exemplo, em julho de 1982 a presidente do STR, advertiu a todos “...que em Novembro ia haver outro reajusto do Novo salário e que ninguém ia aguentar ficar ganhando o salário de fome dizendo”¹¹⁴⁴. Em novembro daquele mesmo ano, Severino Cassimiro esclareceu, “...que o salário não era só para os trabalhadores da zona canavieira e sim de um modo geral [por]que todo[s] tinha[m] a mesma igua[l]dade”. Demonstrando certa preocupação para com a situação da categoria, ao discutir “...sobre o Problema dos Boia Fria”, ele declarou, em sua fala, “que a partir de [19]82 o sindicato ia entrar em luta para regularizar os problemas dos mesmos sobre o trabalho do campo”¹¹⁴⁵. E, em seguida, lembrou “...que o sindicato de Al. Grande tinha sido um dos primeiro[s] a denunciar este tipo de irregularidade deste povo sem carteira assinada”.

Essa situação sempre era denunciada por líderes de setores da igreja católica e, principalmente, por dirigentes sindicais. Para membros do STR de Alagoa Grande, quem

¹¹⁴³ *Idem.* p. 55.

¹¹⁴⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 11 de julho de 1982**. Livro de Atas V (1982-1984), fl. 02.

¹¹⁴⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 14 de novembro de 1982**. Livro de Atas V (1982-1984), fl. 06.

realmente estava “...defendendo as classes trabalhadoras [do campo] era [, exclusivamente, uma parcela d]a igreja e os sindicatos e mais ninguém” ¹¹⁴⁶. Em uma entrevista para um documentário dirigido por Manfredo Caldas, Margarida desfia a realidade da gente despossuída do campo na região do Brejo paraibano: “*a situação aqui não é boa não. Não é boa porque o trabalhador rural além de não ganhar salário também não tem terra porque a terra que sobra para o trabalhador é lá no morro, aonde o boi tem preguiça de ir. Entendeu?*”. E ainda reforça a sua visão: “*Quer dizer, sempre eu vi assim, a situação do trabalhador rural [era] muita precária, muito difícil [e] que ainda hoje está ou talvez [esteja] muito pior*”. E conclui: “*A vida que a gente passou foi essa*”. Nessa mesma entrevista Margarida é indagada: “*um sindicato bom é um sindicato que faz o que?*” A sindicalista procura explicar, a partir da perspectiva do chamado “novo sindicalismo”, o que seria esse novo modelo de sindicato: “*É aquele que defende os direitos dos trabalhadores, é aquele que orienta o trabalhador. É aquele que diz ao trabalhador o direito que ele tem, a legislação agrária, a legislação trabalhista...*” ¹¹⁴⁷.

Nessa fala, Margarida tenta se afastar da função assistencialista desenvolvida pela maioria dos STR's da zona canavieira, desde a sua criação na década de 1960. “*São esses [papeis] que o sindicato defende. Que leva os problemas à justiça, que não está sendo amedrontado com ameaça*”. E conclui, buscando reforçar a sua denúncia sobre as condições a que eram submetidas lideranças sindicais que se encontravam na luta de combate à violência patronal etc.: “*Porque pelo menos nós aqui em Alagoa Grande tem recebido ameaça. Ainda ontem recebi ameaça, botaram o carro para cima de mim. Entendeu? Tudo isso é o povo que pressiona a gente. Mais a gente vai levando até quando Deus quiser e os trabalhadores?*” ¹¹⁴⁸.

Essa postura da líder sindical nos remete às práticas do chamado “novo sindicalismo” que se opõem ao modelo burocrático e assistencialista, num claro posicionamento de defesa do trabalhador e da trabalhadora e, paralelamente, de ataque à classe patronal. Na perspectiva de uma luta de combate, já era comum sindicalistas se contraporem ao velho modelo de sindicato quando levavam para as reuniões as suas intervenções nas relações trabalhistas, assegurando “...que o sindicato era para defender os direitos de todos os trabalhadores” ¹¹⁴⁹. Em outra data, advertiu aos presentes que “o sindicato não era assistência médica e dentária e sim para defender

¹¹⁴⁶ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 10 de janeiro de 1982**. Livro de Atas IV (1978-1982), fl. 47 verso.

¹¹⁴⁷ UMA QUESTÃO de terras. Direção: Manfredo Caldas, Produção: Manfredo Caldas. Brasil: 1988. 1 vídeo (81 min). Color, som. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4p8CcpcAyWw>. Acesso em: 16 jun. 2020.

¹¹⁴⁸ *Idem*.

¹¹⁴⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada dia 10 de dezembro de 1978**. Livro de Atas 04 (1978-1982), fl. 04.

o[s] direitos dos trabalhadores”¹¹⁵⁰, numa clara manifestação de que o propósito daquela entidade era fazer reconhecer os direitos dos seus associados, deixando de ser um órgão meramente assistencialista.

Se, na década de 1960, praticamente não havia advogados nos STR's, nos anos de 1970, eles surgem timidamente e passam a atuar com maior frequência, na segunda metade dessa década. A presença de uma representação jurídica, nas entidades sindicais, era a marca de uma crescente demanda de questões trabalhistas. Portanto, o contrato com um advogado se tornou uma necessidade. Esse profissional mantinha visitas cada vez mais frequentes ao STR, para atender às demandas dos seus filiados, desenvolvendo os trabalhos de orientação e representação quando se fazia necessário acionar a Justiça do Trabalho. O STR de Alagoa Grande mantinha os sócios informados sobre os dias em que o advogado estaria atendendo naquela sede. Em abril de 1979, por exemplo, avisava-se “...que no dia 10 o advogado estava no sindicato e quem tivesse seus problemas para resolver aproveitasse a oportunidade...”. Para se pensar como esse profissional atuava, serve como ilustração o “...caso de Dona Celina residente em Sít[io] Lagoa de Sima que a mesma estava prejudicada...”. O fato é que “...o advogado da prefeitura o Senhor Severino tinha promovido uma ação de despejo contra a mesma e que o advogado do sindicato ia resolver seu caso [pois] que ela não podia ficar com sete filhos de menor passando fome que isto não era justo...”¹¹⁵¹.

E as questões cresciam consideravelmente à medida que os trabalhadores e trabalhadoras eram encorajados a recorrerem à Justiça do Trabalho. Desse modo, as suas visitas se tornavam mais frequentes e, nas assembleias, era informado a todos que “...quem quisesse reclamar os seus direitos mesmo sem [ter sido pelo] proprietário despedido vinhesse que ele tinha este direito por lei”¹¹⁵².

Em fevereiro de 1981, a presidente do STR de Alagoa Grande compartilhava com os sócios a notícia “sobre a denúncia que o senhor presidente do sindicato patronal tinha feito dela ao Ministério do Trabalho”. A denúncia se dava por conta do aumento considerável de ações trabalhistas movidas por aquela entidade, ou, como descreve a fonte: “...o sindicato tinha muitos caso[s] na Junta [de Conciliação e Justiça] em Campina Grande”. E, por conta de uma demanda

¹¹⁵⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada dia 11 de junho de 1982**. Livro de Atas 05 (1982-1984), fl. 02.

¹¹⁵¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião Ordinária realizada no dia 11 de abril de 1979**. Livro de Atas IV (1978-1982), fl. 10, verso.

¹¹⁵² SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 12 de outubro de 1980**. Livro de Atas IV (1978-1982), fl. 31 verso.

cada vez maior, “...o sindicato já estava pensando em botar outro advogado por causa dos problemas que já est[ava] ficando muito para um advogado só”¹¹⁵³.

De certa forma, o STR de Alagoa Grande já se tornara uma instância representativa muito mais forte, se consideramos os ganhos que, naquele momento, a classe trabalhadora da região tinha obtido, valendo-se das ações sindicais. No ano de 1982, o STR já anunciava uma conversa semanal com as mulheres e homens do campo, por meio de um programa radiofônico, em uma emissora na cidade de Guarabira. Em uma de suas assembleias, Margarida “fez [um] pedido [a]os associados que mandasse carta[s] para o programa **Alerta trabalhador** na Rádio Cultura, nos domingos as 13,00 horas”. Para mantê-lo no ar, “o sindicato estava pagando [Cr\$] 800,00 oitocentos cruzeiros pelo o mesmo todos os mês[es]”¹¹⁵⁴. Tudo leva a crer que a escolha do dia, horário e nome do programa foram pensados estrategicamente.

Aqui, talvez caiba uma discussão em torno dessa novidade. Um breve desdobramento que permita trazer à luz algumas reflexões em torno da importância de um veículo de comunicação a serviço da luta sindical. Vale salientar que, considerando os seus limites, é imensurável a importância que esse programa semanal de rádio, à época, assumiu para a mobilização da massa trabalhadora do campo.

Algumas observações certamente ajudam a pensar a importância que essa pequena ação assume. Primeiramente, o raio de alcance daquela emissora conseguia abranger um território relativamente grande que englobava vários municípios da região polarizada por Guarabira e, portanto, o **Alerta trabalhador** não era difundido apenas em Alagoa Grande, mas era ouvido por número bem maior de homens e mulheres do campo, filiados ou não a STRs de outras cidades. Em segundo lugar, o domingo era o dia da semana em que a grande maioria de homens e mulheres envolvidas nas atividades do campo se encontrava descansando em suas residências ou na casa de um seu vizinho. Assim, reunir um maior número de ouvintes, presencialmente, seria impensável. Mas, desse modo, atingir alguns propósitos da luta trabalhista e cidadã já era um feito. Através do rádio, era possível informar, esclarecer, refletir, instigar, empoderar, mobilizar etc.

Embora fosse semanal, durante esse momento de emissão radiofônica, se conseguia propagar ideias que permitiam à categoria uma releitura contínua das relações trabalhistas em voga, implicando numa sua constante reconfiguração. Tratava-se de um espaço dedicado ao

¹¹⁵³ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 02 de fevereiro de 1981**. Livro de Atas IV (1978-1982), fl. 36.

¹¹⁵⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata da Assembleia geral Ordinária realizada no dia 14 de fevereiro de 1982**. Livro de Atas IV (1978-1982), fl. 48.

trabalhador e à trabalhadora do campo. Líderes sindicais e religiosos, advogados etc. conduziam o programa, numa conversa simples com mulheres e homens do campo, explorando temas que eram de importância da luta sindical e que faziam parte do seu cotidiano. Temas como condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais, sindicato, luta sindical, sindicalização, legislação trabalhista, aposentadoria, saúde do trabalhador, mobilizações etc. eram abordados. Nesse sentido, a entrevistada Maria da Soledade lembra que, em seu programa semanal, na rádio, a sindicalista sempre explorava temas relacionados aos direitos trabalhistas. Geralmente, ela procurava explicar ao “...trabalhador o que era a lei do sítio? o que era a carteira assinada? (...) o que era o décimo salário? Qual era a vantagem do trabalhador ter carteira assinada para receber os seus direitos?”¹¹⁵⁵.

Assim, a categoria ia ganhando voz e ocupando mais espaços na construção de uma luta coletiva e mobilizadora que empoderava uma parcela cada vez maior de seus integrantes. E essa luta se tornava cada vez mais forte na medida em que o regime de estado autoritário ia se sufocando, em fins dos anos de 1970. Nessas circunstâncias, as ações sindicais avançaram, e já se tornara comum “reunião que o sindicato estava fazendo no campo para saber como era que estava a situação dos trabalhadores”. Esses momentos era sempre uma oportunidade de os sindicalistas observarem *in loco* as condições de trabalho a que estavam submetidos os empregados, registrarem as infrações cometidas e reincididas pelos empregadores no campo, ouvirem os trabalhadores e orientá-los sobre o que estava ou não em consonância com a legislação trabalhista. Essas visitas às bases também eram levadas às assembleias, na sede, com o objetivo de esclarecer a todos a importância dessas ações e encorajar a classe. Não era raro se ouvir, nas assembleias, vozes instigadoras: “...os trabalhadores era[m] os soldados do campo e disse que tivesse[m] a coragem para defender os seus direitos”¹¹⁵⁶.

Portanto, esse tipo de prática que “...o sindicato de Al. Grande já vinha fazendo [o] que era [denominado de] reunião nas bases”, além do papel desempenhado pelos delegados em diferentes localidades, aproximando ainda mais a entidade dos trabalhadores e trabalhadoras, cumpria um outro papel fundamental, que era o de promover uma reeducação política e de conscientização. Além disso, essa presença empoderava homens e mulheres que laboravam na palha da cana. Era com esse propósito que os sindicalistas eram orientados a participar de

¹¹⁵⁵ LEITE, Maria da Soledade. **Entrevista concedida a...** *Op. cit.*

¹¹⁵⁶ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 13 de julho de 1980.** Livro de Atas IV (1978-1982), fl. 21.

formações e congressos etc. Foi essa a razão da viagem de Margarida ao Rio de Janeiro, em 1980, onde a formação política de bases foi um tema explorado¹¹⁵⁷.

Conhecendo a importância dessa ação, a presidente “disse que o sindicato tinha que partir para as bases e fazer reunião para conscientizar os trabalhadores”. Nesse sentido, ela assegurou que “...o dinheiro que tivesse de gastar com bolsas ia se gastar com transporte para se fazer reunião na[s] bases”. Outro ponto importante a ser discutido refere-se aos enunciados, aos termos, utilizados de maneira estratégica nos movimentos de resistência. Por exemplo, em 1980 a Federação orientou os STR’s a substituir o termo “delegacia”, outrora pensado por Julião como estratégia para fazer o “camponês” perder o medo, por uma “expressão moderna”. À vista disso, ao falar “...sobre Delegacia Sindical [a sindicalista explicou,] dizendo que hoje não vai mais ser Delegacia mais sim Coordenador[ia] de grupo”. Tratava-se de “um assunto que foi discutido na reunião da Federação”. Além disso, ficou decidido, na reunião de diretoria, “...que o Sindicato de horas em diante não vai mais fundar Delegacia e sim ficar só mesmo o coordenador”¹¹⁵⁸.

Além do papel desempenhado pelos delegados sindicais e da realização das reuniões de base, a partir de 1980, o STR de Alagoa Grande procurava ir até às famílias que laboravam na palha da cana e moravam nas comunidades rurais. Nesse sentido, “...o sindicato [já] estava dando reunião nos sítios e que toda reunião era com [a presença de] muita gente...”¹¹⁵⁹.

A proposta era ganhar confiança das comunidades e envolvê-las nas lutas políticas da categoria. Para esse envolvimento, era necessário conhecê-las e fazê-las se conhecerem a si próprias, descobrindo-se para se reinventarem. Desnaturalizar as suas relações permitia aos homens e mulheres da faina da cana-de-açúcar descobrir estereótipos, preconceitos, tabus, estigmas e encontrar circunstâncias para atacá-las. Envolver as mulheres na luta, por exemplo, necessitava, antes de tudo, oferecer-lhes perspectivas, lugar na sociedade, desmontando, assim, uma relação desigual de gênero. Esse era um trabalho de ataque, também, às relações de dominação vigente. Tratava-se de um combate ao machismo, à misoginia, ao racismo. Com esse propósito, se passou a convidar “...os esposos e as esposas para as reunião do sindicato dizendo que os homens precisava[m] de ajuda das mulheres, isto porque as mulheres tinha[m] que ficar esclarecidas...” em relação à luta sindical e aos direitos sociais e políticos. O fato é

¹¹⁵⁷ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião da Diretoria realizada no dia 19 de setembro de 1980**. Livro de Atas III (1970-1982), fl. 14 verso.

¹¹⁵⁸ *Ibidem*.

¹¹⁵⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 09 de novembro de 1980**. Livro de Atas IV (1978-1982), fl. 33.

que “...muito[s] trabalhadores perde[m] seus direitos por [negar a participação] das mulheres” na luta dos movimentos de resistência empreendida pela categoria¹¹⁶⁰.

O espaço sindical era, portanto, um espaço de claro combate direto ao discurso das elites dominantes, o qual tendia a perceber as conquistas das lutas políticas e sociais da classe trabalhadora – a CLT, o ETR, o ET, a desapropriação de terras para os despossuídos etc. – sempre como uma suposta benesse dos governos. Era, por exemplo, creditado ao governo ditatorial a criação da aposentadoria rural. Observando essa situação, em uma determinada reunião no STR, ainda em 1973, o presidente da Fetag advertiu que muitos trabalhadores e trabalhadoras, ao fazerem apologia aos governos e grupos dominantes, acabavam por contribuir para “...destruir o sindicalismo brasileiro mais se não é o sindicato dos trabalhadores rurais [que reivindicasse o direito à previdência social] não tinha trabalhador rural aposentado tinha sim pedindo esmola como toda vida teve”¹¹⁶¹.

Onze anos depois, observa-se que a própria imprensa, instrumento de naturalização do discurso dominante, ainda buscava reproduzir a imagem do político como “um benfeitor”, um “pai dos pobres”. Havia, portanto, uma transferência para a figura da autoridade política o real mérito de uma luta empreendida pela classe trabalhadora do campo, compreendendo-se sempre aquele como promotor do bem-estar¹¹⁶². Essa prática tão comum pode ser observada em várias reportagens da imprensa oficial e privada, dando ao governador o caráter de maior “benfeitor” do Estado¹¹⁶³ ou o próprio Estado como um idealizador de mudanças sociais em benefício dos mais pobres¹¹⁶⁴. Em outra reportagem, é atribuída ao governador Wilson Braga, por exemplo, o poder de ter realizado na Paraíba uma suposta reforma agrária¹¹⁶⁵.

Em 1984, foram desapropriados 260 hectares de terra nos municípios de Alagoa Grande e Alagoinha pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra. E o próprio governo do Estado declarava que essa conquista era o resultado de quando “os trabalhadores buscavam o reconhecimento dos seus direitos”. Portanto, as apropriações indevidas das conquistas das lutas da classe trabalhadora rural pela elite dominante também buscavam anular o poder que essas lutas, demandas, resistências, de fato, exerciam¹¹⁶⁶.

¹¹⁶⁰ *Ibidem*.

¹¹⁶¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião mensal realizada no dia 08 de abril de 1973**. Livro de Atas II (1970-1974), fl. 34.

¹¹⁶² Reforma Agrária. **A UNIÃO**. João Pessoa, 08 nov. 1984, n° 232, p. 2.

¹¹⁶³ Treze mil agricultores recebem hoje títulos de terra. Braga cumpre mais uma promessa. **A UNIÃO**. João Pessoa, 09 nov. 1984, n° 233, Ano XCII, p. 1.

¹¹⁶⁴ Governo mostra como no Estado a reforma é feita. **O NORTE**. João Pessoa, 13 jun. 1985. p. 2.

¹¹⁶⁵ Wilson promove verdadeira reforma agrária no Estado. **A UNIÃO**. João Pessoa, 11 nov. 1984., n° 235, Ano XCII, p. 01.

¹¹⁶⁶ Incra desapropria 260 hectares. **A UNIÃO**. João Pessoa, 26 abr. 1984, n° 70, Ano XCII, p. 7.

Dentro do contexto de sufocamento do governo autoritário e uma lenta reabertura democrática, a volta da ascensão dos movimentos sociais, a reestruturação dos órgãos sindicais, as mobilizações se tornaram mais agressivas. Nesse processo, a categoria se sentiu mais encorajada a participar e manifestar abertamente a sua insatisfação¹¹⁶⁷. Na região do Brejo paraibano, as ações de embate de STR's como o de Alagoa Grande foram imprescindíveis para a obtenção de várias conquistas.

6.1.4 Sindicatos: “um bicho de sete cabeças”¹¹⁶⁸

Como já foi discutido no item anterior, as dificuldades em continuar mantendo ou frequentando o sindicato e as reuniões tornaram-se maiores com a suspensão dos direitos políticos e da liberdade de expressão. Além disso, a criminalização dos movimentos sociais e a fabricação de uma imagem negativa da classe trabalhadora foram potencialmente exploradas para afastá-la de suas entidades.

Em engenhos e usinas, os patrões se utilizavam de todos os recursos e expedientes para proibir os seus moradores de se sindicalizarem e/ou participarem de reuniões promovidas pelo STR de seu município. Em outubro de 1964, o senhor José Florêncio, morador do engenho *Do Meio*, propriedade de Maria Benevides Maroja, localizado ao norte da cidade de Alagoa Grande, denunciava em assembleia: “...agora mesmo convidei o Presidente e o Secretario Para fazer uma reunião di sindicato em minha caza, i a minha Patrôa Maria Maro[ja] disi qui **esta lei de sindicato não Presta i é comunista**, i disse [que] não Presta **Porque é do Padri**”. A resposta do presidente desse órgão assegurou “...aos trabalhadores que esta moça não é Ruim i sim ela Preciza compreender o que é o sindicato”¹¹⁶⁹.

As falas de líderes sindicais reforçam as evidências de práticas desse tipo. Manter os seus moradores afastados da entidade sindical era uma prática corrente de senhores de engenho do Brejo paraibano. E esses senhores “*botavam na cabeça do trabalhador que o sindicato era*

¹¹⁶⁷ Trabalhadores exigem em ato público reforma agrária e o fim da violência. **O NORTE**. João Pessoa, 24 mai. 1985, nº 368, p. 12. Ver também: Passeata de trabalhadores: Duas mil pessoas pedem desapropriação de terras. **O NORTE**. João Pessoa, 18 jul. 1985, nº 71, p. 12.

¹¹⁶⁸ BARBOSA, Marinézio José. **Entrevista STR de Solânea – SEDUP/UFPB** [s./d.]. Guarabira: SEDUP, datilografado, s/d, p. 14.

¹¹⁶⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 25 de outubro de 1964**. Livro de Atas 01 (1962-1967), fl. 16. Grifos nossos.

*um bicho de sete cabeças. O trabalhador não se associava porque o sindicato era um órgão que queria tomar o que era dos outros”*¹¹⁷⁰.

Essa sensação de que os STR's não serviam aos trabalhadores era uma realidade vivida pelos dirigentes sindicais. O relatório das reuniões ocorridas nos dias 25 e 26 de julho de 1981, na cidade de Guarabira, atesta:

1. é difícil organizar os assalariados que moram nos engenhos e usinas, porque os proprietários tentam proibir a entrada dos dirigentes sindicais nas propriedades, e os trabalhadores têm medo. 2. o contacto dos Sindicatos com os assalariados que moram nas ruas é difícil porque: a maioria deles não são mais associados; a maioria deles não acredita no Sindicato porque o sindicato não tem terra para dar a ele; apenas a reivindicação de terra, de reforma agrária, não basta para interessar os que já perderam a terra – é necessário acentuar a luta pelos direitos trabalhistas; há muitos trabalhadores que moram numa cidade e trabalham em outros municípios, onde há cana. Será necessário que os sindicatos se organizem juntos para saber como organizar, fazer a educação sindical e atender a esses trabalhadores volantes¹¹⁷¹.

Dessa maneira, entende-se que a dificuldade enfrentada pelos STR's dos municípios situados na região do Brejo paraibano era, de fato, enorme. Era preciso mobilizar toda uma população de mulheres e homens do campo que permitisse engrossar o coro que cantava “a união faz a força”. Geralmente, esse pensamento organizativo advinha de intelectuais alinhados com as diretrizes das entidades sindicais de federações, como a Fetag- PB, e dos sindicatos de professores de universidades de João Pessoa e Campina Grande.

Em sua pesquisa sobre o sindicalismo rural em Pernambuco, a historiadora Maria do Socorro Abreu e Lima, afirma que as dificuldades dos homens e mulheres do campo de se organizarem política e socialmente se deram “por conta de uma dominação não só econômica e política, mas também cultural, a violência, o medo e o conformismo dificultavam, por seu turno, a organização dos trabalhadores”. Estudando a formação e atuação dos STR's naquele estado, essa pesquisadora observa que era difícil “manter a organização dos trabalhadores rurais, pois estes viviam dispersos, muitas vezes isolados, eram arredios e desconfiados e, portanto, mais sujeitos à influência e à pressão dos patrões e dos poderes públicos”. E a principal razão que justifica essa dispersão, essa desconfiança é porque “lhes faltava tradição e experiência para se organizarem de maneira independente”¹¹⁷².

¹¹⁷⁰ BARBOSA, Marinézio José. **Entrevista STR de Solânea – SEDUP/UFPB** [s./d.]. Guarabira: SEDUP, datilografado, s/d, p. 14.

¹¹⁷¹ SERVIÇO DE EDUCAÇÃO POPULAR (SEDUP). Encontro de Sindicatos do Brejo Paraibano. **Relatório**. Guarabira: SEDUP, 25-26 jun. 1981. p. 3.

¹¹⁷² LIMA, Maria do Socorro de Abreu e Lima. **Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos**. 2 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012. p. 33 e 34

Comportamentos semelhantes foram identificados por líderes sindicais nas áreas canavieiras da Paraíba, entre aqueles que laboravam na palha da cana. Em outubro de 1964, a direção do STR de Alagoa Grande demonstrava preocupação com a baixa frequência de associados às assembleias. Frases como “...não vai sofre[r] outra vez como nos dias primeiros di abril” e “não ver nada a seu favor” eram justificativas que alguns sócios presentes afirmavam ter ouvido de homens e mulheres que não estavam mais frequentando as reuniões mensais daquele órgão. Nesse sentido um dos delegados rurais dessa entidade observava que “...si os trabalhadores não fossi Readucados não podia continuar com os Sindicatos”, posicionamento que foi contestado pelo presidente. Todavia, a observação feita pelo Sr. Zezito, assim identificado na ata sindical, reclama da ausência de uma experiência política, da “falta de tradição”¹¹⁷³.

Aproximadamente duas décadas depois desse relato, constata-se que casos semelhantes não eram raros. Em reunião de novembro de 1981, Margarida Maria Alves, demonstrando certa inquietação com a não participação de associados nas reuniões, questionou as razões dessa ausência frequente: “...não sabia qual o motivo que não estava dando gente nas reunião se era o povo que não estava gostando das reunião ou se era porque o sindicato estava falando sobre os direitos dos trabalhadores e muito[s] tinha[m] medo” de sofrer alguma retaliação por parte do empregador, “ou se era porque estaria havendo grande campanha contra o movimento sindical isto pelos os poderosos...”¹¹⁷⁴.

É pertinente, a esta altura, lançar alguns questionamentos no sentido de tentar compreender a dimensão política que o sindicato adquiriu para homens e mulheres do campo. Ora, se o STR era um “bicho de sete cabeças”, um órgão que representava um incômodo para o patrão, então, por que aquela gente sempre acabava por buscá-lo como uma instância defensora? O que fazia essa gente acreditar nos STR’s? Qual era a importância dessa entidade para os seus associados? Apesar de toda a proibição imposta pelos proprietários, por que era tão requisitado pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo? O que os motivava a procurar o STR?

Buscar-se-á responder a essas questões dentro das discussões aqui propostas, sem, necessariamente, recurso a nenhum dos questionamentos anteriores. Primeiramente, o trabalho

¹¹⁷³ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 25 de outubro de 1964**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 16.

¹¹⁷⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata da Assembleia geral Ordinária realizada no dia 08 de novembro de 1981**. Livro de Atas IV (1978-1982), Fl. 45 verso.

de reeducação era lento e, de início, se fazia apenas por meio das reuniões mensais realizadas na sede do sindicato. Apesar do que lhes foi imposto durante o regime ditatorial, vários sindicalistas não deixavam de colocar questões provocativas nos espaços das assembleias.

Ao visitar a sede do STR de Alagoa Grande, em 1965, o presidente da Fetag-PB, João de Almeida lembrou o seguinte fato: “...na França todo mundo trabalha e é sindicalizado e disse que quem faz o sindicato é os trabalhadores e depois dos sindicatos bem organizados acaba as injustiças dos proprietários...”. O propósito dessa observação era fazer os associados compreenderem que o sindicato era uma experiência partilhada por diferentes sociedades do mundo todo. De modo igual, se encontra implícita, nessa fala, a ideia de que, naquela sociedade, “acabar com as injustiças dos proprietários” foi possível apenas por meio da união entre homens e mulheres do campo¹¹⁷⁵.

Provavelmente, o sindicalista procurou recorrer às experiências da classe trabalhadora francesa porque se trata de um país que vivenciou revoluções sociais e políticas promovidas pela própria gente despossuída. Foi conveniente àquele momento outras falas, como a do presidente do STR, que advertiu: “...não ganhamos o salário mínimo porque somos desorganizados”. Sendo assim, “...o trabalhador que não é sindicalizado é contra o sindicato”. Pensar a dimensão da organização era importante porque o embate seria amparado, não pela forma como se recorria, muitas vezes, no cotidiano do trabalhador, mas por meio de uma legislação. Desse modo, seria importante “...respeitar os direitos dos Proprietários para termos os nossos direitos, e falou que o Proprietário quando quiser vender a propriedade tem que avisar aos moradores através do juiz de Direito”¹¹⁷⁶. Reconhecer direitos da classe patronal não significava se submeter à sua vontade de não enfrentar o empregador, mas, antes de tudo, de saber se conduzir, nesse processo de cobrança, com respeito aos seus próprios direitos.

De certo modo, uma parcela dos trabalhadores era consciente das estratégias de dominação criadas pela elite dominante com o propósito de sufocar a luta de resistência da categoria. Enquanto muitos pareciam não ter essa percepção, era a oportunidade de o sindicato alertar a todos “...também que os ricos gostava[m] de fazer todo tipo de festa [e] isto para que os trabalhadores viesse esquecer do sindicato para procurar defender os seus direitos”. E essa fala sempre era acompanhada de uma crítica à cultura assistencialista, como a de “...que

¹¹⁷⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 25 de julho de 1965**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 30 verso.

¹¹⁷⁶ *Idem*. p. 31.

sindicato não era só assistência que isto já tinha por todos canto e [era uma função exclusiva do estado, pois] que sindicato era para defender o direito de sua classe”¹¹⁷⁷.

Nesse período, o STR de Alagoa Grande estava sendo presidido por Margarida Maria Alves, em seu terceiro mandato. Havia um esforço enorme dos representantes da categoria de justificar as suas viagens dessa líder, como bem ela lembrou, justificando: “ref[letir] sobre sua viagem até Brasília dizendo que não foi de interess[e] dela mais sim dos trabalhadores”. Geralmente, os sindicalistas buscavam sempre discutir a ideia de exploração do trabalhador nas relações de trabalho, como sua desvalorização salarial, por exemplo. Nesse sentido, em novembro de 1981, se discutiu em reunião “sobre o salário da Paraíba dizendo que a partir do mês de Novembro passou a ser de [Cr\$] 9.732,00 [o] que dá por dia de trabalho um total de [Cr\$] 324,40 centavos...”. No entanto, “tinha gente ganhando até 160 a 200 cruzeiros por dia”, o que representa, aproximadamente, uma perda de 50%. Sendo assim, “até quando os trabalhadores ía[m] aguentar isto...”, indagou a presidente do STR¹¹⁷⁸.

O fato é que, ao não reagir, ao não reclamar, “...os mesmos estava[m] cometendo uma injustiça contra a si mesmo...” por aceitar sem manifestar nenhuma insatisfação, sem exigir respeito aos seus direitos. Além disso, concluiu que jamais “tinha medo de falar sobre os direitos dos trabalhadores (...)”. E, nessa mesma exposição, lembrou “... que a terra era de todos (...) e [o] que estava faltando mesmo era a união de todos”¹¹⁷⁹.

Essa reflexão, que é perpassada pela ideia de “valor de trabalho”, estabelecida pelo filósofo alemão Karl Marx, adquire uma dimensão maior quando se consideram, também, outros elementos dominantes caracterizadores das relações de trabalho vigentes nas áreas dominadas pelas plantações de cana-de-açúcar. Também está implícita na fala acima a ideia de que, embora o trabalho do trabalhador tenha algum valor “ele mesmo não tem valor”¹¹⁸⁰. O uso de diversas formas de violência por parte da classe patronal, conforme exposto no capítulo 4, exigia dos trabalhadores prudência ao recorrer a alguma forma de resistência¹¹⁸¹.

Nesse sentido, no ano de 1981, o STR de Alagoa Grande encontrou sérias dificuldades de levar causas para a Justiça do Trabalho, a fim de resolver a situação irregular de muitos trabalhadores. Ao que parecia, naquele ano, muitos homens e mulheres submetidos às formas

¹¹⁷⁷ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata da Assembleia geral Ordinária realizada no dia 08 de novembro de 1981**. Livro de Atas IV (1978-1982), fl. 45 verso.

¹¹⁷⁸ *Ibidem*.

¹¹⁷⁹ *Ibidem*.

¹¹⁸⁰ Cf. MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas). Livro 1, Tomo 2, p. 167

¹¹⁸¹ SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**: discurso ocultos. Tradução de Pedro Serras pereira. Lisboa: Letra livre, 2013.

exploratórias e à violência nos serviços rurais não se interessavam em acionar a Justiça do Trabalho. Insatisfeita com esse comportamento que parecia conformista, a diretoria lembrou que, “... se caso os trabalhadores não continuasse[m] reclamando os seus direitos o sindicato não ia mais pagar um salário ao advogado” que estava prestando serviço àquela entidade ¹¹⁸².

Era natural que uma parcela de homens e mulheres do campo não politizada preferisse recorrer a outras formas de resistência que não as abertas. A rede social a que a gente despossuída estava submetida poderia identificá-la e apreender-lhe os poucos bens que possuíam e a própria vida. Optava-se, assim, pelas formas de resistência ocultas, por não representarem prejuízos ¹¹⁸³. Muitos compreendiam que os setores do Estado a quem os trabalhadores e trabalhadoras deveriam recorrer estavam contaminados e/ou controlados pelas elites dominantes da região e, portanto, seria inútil reclamar direitos e/ou pedir-lhes auxílio.

Contudo, recorrer ao STR não significava ter apenas assistencialismo, mas, também, um apoio moral, um empoderamento. Era ter a certeza de que não se estava sozinho. Era se sentir valorizado, importante. Era se sentir parte do todo, da categoria. Era a esperança de uma saída da condição de explorado, de dominado.

6.2 O PAPEL DE UMA SINDICALISTA: “É MELHOR MORRER NA LUTA DO QUE MORRER DE FOME”¹¹⁸⁴

Pessoa consciente é ameaça constante para um sistema de exploração. Margarida cresceu na consciência crítica e se tornou “perigosa”. Agia com destemor em defesa da classe...¹¹⁸⁵.

“Um dia, quando se for escrever a história do sindicalismo da Paraíba, certamente, o nome de Margarida Maria Alves aparecerá com destaque, haja vista a luta por ela travada em defesa dos pequenos agricultores e camponeses da zona canavieira do nosso Estado”. É com esse aspecto evocativo que o jornalista José Euflávio denuncia a impunidade em relação ao crime cometido contra essa sindicalista. O autor contava com um espaço muito pequeno numa das páginas do jornal e precisava ser muito sucinto em sua matéria jornalística. Já se haviam passado cinco meses do acontecido e, para o autor da matéria, “à opinião pública, o delegado

¹¹⁸² SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião da Diretoria realizada no dia 04 de março de 1981**. Livro de Atas III (1970-1982), fl. 16.

¹¹⁸³ SCOTT, James C. Exploração normal, exigência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, Jan-Jul de 2011, nº 5, p. 217-243.

¹¹⁸⁴ Frase atribuída à sindicalista Margarida Maria Alves.

¹¹⁸⁵ PIRES, José Maria. A quem interessaria? [Orelha do livro]. In: BARBOSA, Sebastião. **A mão armada do latifúndio**: Margarida: quantos ainda morrerão? João Pessoa: A UNIÃO, 1984.

Gilberto Rosa e o secretário da Segurança Pública, Fernando Milanez, dev[ia]m uma explicação: por que até...” àquela data “os assassinos de Margarida não... [tinham sido] presos e enviados a Justiça?”. O inquérito se arrastava “e o nome de Margarida vir[ava] mito nos campos da Paraíba”¹¹⁸⁶.

Margarida nascera no sítio Agreste, onde os seus pais “moravam arrendado” e onde se iniciou nas atividades do campo. No latifúndio onde residiam, a família “fazia roça”, cultivando “milho, fava, feijão, batata, inhame, macaxeira”. Seus pais, Inácia Alexandrina e Manoel Lourenço Alves, tinham mais sete filhos. De acordo com a sua irmã, conhecida como Dona Quininha, “Margarida foi quem trabalhou mais, foi quando ela viu ele trabalhando [e] pediu ao pai para cunhar uma enxadinha pra ela também. Começou a trabalhar por conta própria com oito anos”¹¹⁸⁷.

A irmã da sindicalista assim conta como o pai tentou dissuadi-la do trabalho no campo: “aí meu pai disse: ‘você tá muito nova minha filha, você não pode trabalhar agora não’. Aí ela disse: ‘eu quero meu pai, eu quero trabalhar’”. No início dos anos de 1960, a sua família foi expulsa das terras onde morava. Dona Joaquina Maria conta como o proprietário os expulsou de suas terras: “...disse que meu pai saísse que ele precisava, aí meu pai saiu, viemos para a cidade”¹¹⁸⁸. Em entrevista de 1982 Margarida rememora: “Eu era uma camponesa e ainda hoje sou. Apenas saí do meio rural para vir para aqui para o sindicato”¹¹⁸⁹. A perda da terra para o trabalho foi, provavelmente, uma situação conflitante e muito cara à sua família. A lembrança de ter visto o seu pai sendo expulso da propriedade onde laborava tornou-se, talvez, um fator de revolta que mais a aproximou do sindicato. Essa vivência, humilhante situação, provavelmente, influenciou-a e moveu-a a abraçar a causa trabalhista do campo. Foi nesse espaço que ela encontrou um meio de denunciar as injustiças de que fora vítima e a elas resistir.

De família religiosa, Margarida passou a frequentar a igreja católica, e nessas circunstâncias, ao ganhar a confiança do padre Geraldo Pinto, foi convidada a participar das reuniões sindicais. Com o número de inscrição 494, consta-se que Margarida se filiou ao órgão sindical em 02 de outubro do mesmo ano de sua fundação¹¹⁹⁰. 1967 é o ano que marcou a sua integração à diretoria do STR. Ao comentar sobre a sua chegada à presidência do sindicato,

¹¹⁸⁶ A luta em defesa do pequeno agricultor. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 14 jan. 1984. p. 4.

¹¹⁸⁷ MARINHO, Joaquina Maria. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. Alagoa Grande-PB, 18 jul. 2014.

¹¹⁸⁸ *Idem*.

¹¹⁸⁹ UMA QUESTÃO de terras. Direção: Manfredo Caldas, Produção: Manfredo Caldas. Brasil: 1988. 1 vídeo (81 min). Color, som. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4p8CcpcAyWw>. Acesso em: 16 jun. 2020.

¹¹⁹⁰ MUSEU-CASA Margarida Maria Alves. **Carteira de filiação** nº 494. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Alagoinha e Juarez Távora. Alagoa Grande, 02 out. 1962.

discorre: “E eu fui chamada para ser a tesoureira desse órgão e em [19]73 houve uma eleição. Então, eu disputei com o presidente e o outro candidato perdeu com 251 votos. Depois fui reeleita em [19]76 e agora em [19]79 fui reeleita” ¹¹⁹¹. Em 1971, ela se casou com um dos fundadores do sindicato e primeiro presidente, Severino Cassimiro Alves, alterando o seu nome de Margarida Maria da Conceição para Margarida Maria Alves. Teve um único filho.

Demonstrando entusiasmo e satisfação, a já sindicalista, que ainda assinava Margarida Maria da Conceição, relatou a sua apreensão frente aos temas discutidos em um evento de formação sindical de que ela participara. Essa seria a sua primeira fala, a ser registrada em ata de assembleia do STR de Alagoa Grande, datada de 02 de outubro de 1966. Assim compartilhou a sua vivência no curso:

Meus amigos eu assisti um treinamento que se eu fosse contar o dia era pouco. Assistiram comigo esse treinamento 81 trabalhador[es] rura[is] que ficamos muito bem satisfeito em ter estudado a realidade Brasileira, o cooperativismo, o estatuto do trabalhador rural, o estatuto da terra ect. (sic.). Também foi muito interessante o encerramento que foi feito pelas autoridades como o representante do governador que foi seu filho Dr. João Agripino Neto, que disse que nós não deixasse de escrever para as autoridades, então meus amigos quando um governador diz assim é porque quer que o sindicato melhore então meus amigos eu peço que todos vocês escrevam se não souber venha que a diretoria ensina...” ¹¹⁹².

Em dezembro de 1970, tomaram posse, como presidente do STR de Alagoa Grande, Álvaro Diniz e, como tesoureira, Margarida. Tratou-se de evento cuja abertura contou com a presença de autoridades e, entre as falas que foram proferidas naquela oportunidade, a sindicalista aproveitou o ensejo para fazer algumas reivindicações. Assim, após fazer “...um retrospecto de sua participação na administração passada ressaltando trez grandes reivindicações” ao governo, sendo a primeira dessas a “assistência medica e odontológica e aposentadoria para o[s] trabalhadores rurais de idade avançada para só Assim chegando a esta idade não venham a pedirem esmolas Pelas cidades”. As duas últimas foram voltadas à mulher e à posse da terra. A esse respeito, argumentou: a “2º Maternidade para as esposas dos trabalhadores rurais [e a] 3º Reforma Agrária sem a qual será impocível a promoção da sociedade”¹¹⁹³.

¹¹⁹¹ UMA QUESTÃO de terras. Direção: Manfredo Caldas, ... *Op. cit.*

¹¹⁹² SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião mensal realizada no dia 02 de outubro de 1966**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 44, verso.

¹¹⁹³ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Posse dos Novos Diretores Administrativo e Representativa realizada no dia 20 de dezembro de 1970**. Livro de Atas II (1970-1974), fl. 07, verso.

Nove anos depois, ela era eleita presidente daquele órgão pela terceira vez. Durante a solenidade de posse, que ocorreu na sede do STR, uma das autoridades presentes fora o Secretário de Segurança Pública de Estado, Luiz Bronzeado. Em seu pronunciamento, a sindicalista ponderou: “...agradeço os trabalhadores rurais pelo o voto de confiança pela a 3ª vez”. Continuando a sua fala, lembrou a todos “que sua luta ou seja a luta do movimento sindical de Al. Grande é pela reforma agrária do país e que continuava combatendo as injustiça[s] e pediu [a]os trabalhadores o apoio para o seu próprio melhoramento...”. Preocupada com o aumento da violência patronal na palha da cana, “pediu as autoridades presentes a colaboração e também pediu que não usasse violência policial contra aos trabalhadores...” rurais¹¹⁹⁴.

Alguns meses antes daquela posse, Margarida, que sempre reforçava as razões pelas quais entrou na luta sindical, assegurava que “tinha vindo para o sindicato porque tinha amor a classe e [a]o movimento sindical”. Esse sentimento, expresso em sua dedicação às atividades daquela entidade, se fazia mais forte na sua posição de retaguarda no sentido de se fazer respeitar os direitos trabalhistas¹¹⁹⁵.

Em seu posicionamento contra uma Igreja conservadora, ela lançava a sua crítica: “Porque eu não acredito em paz social sem haver justiça. Tem padre que só prega a paz, mas não prega a justiça. E não pode haver paz onde não há justiça”. E justificava ainda: “Não pode haver paz, porque eu não acredito que uma pessoa que recebe um salário de 700 cruzeiros, tenha paz. Eu não acredito, porque essa gente está passando fome. Essa gente está revoltada”¹¹⁹⁶. Filha “de gente simples – mas não ingênua – que percebeu onde está a fonte de água cristalina capaz de alterar o rumo da história”, com o seu pensamento rebelde, incomodava a todos aqueles que se achavam “...donos da terra, donos do trabalho alheio... donos do pensamento e do corpo de outras pessoas, donos da vida alheia”¹¹⁹⁷.

Para a sindicalista, a razão dessa relação desigual era “porque as terras estão mal distribuídas e elas devem ser re[dis]tribuídas, porque é necessário”¹¹⁹⁸. E essa transformação somente seria possível por meio da luta sindical. Em Guarabira, em um encontro com homens e mulheres que laboravam na palha da cana, ela argumentou: “o trabalhador não pode continuar

¹¹⁹⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião Ordinária realizada no dia 20 de dezembro de 1979**. Livro de Atas IV (1978-1982), fl. 18.

¹¹⁹⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 09 de setembro de 1979**. Livro de Atas IV (1978-1982), fl. 15 verso.

¹¹⁹⁶ Discurso de Margarida M. Alves aos trabalhadores de Alagoa Grande. In: BARBOSA, Sebastião. **A mão armada do latifúndio**: Margarida: quantos ainda morrerão? João Pessoa: A UNIÃO, 1984. p. 55.

¹¹⁹⁷ ROCHA, Guilherme Salgado. **Margarida Alves**. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1996. p. 9 (Col. Construtores da justiça e da paz).

¹¹⁹⁸ Discurso de Margarida M. Alves aos trabalhadores de Alagoa Grande na entrega de uma ambulância por Edme Tavares. In: BARBOSA, Sebastião. **A mão armada do latifúndio**: Margarida: quantos ainda morrerão? João Pessoa: A UNIÃO, 1984. p. 62.

marginalizado, jogado pelas pontas de ruas, morando nas favelas das cidades, morando nos morros porque aqui não tem mais terra e nem mais espaço para ele morar e trabalhar”¹¹⁹⁹.

Sempre se sentia incomodada com o conformismo de parcela da categoria, e, diante desse comportamento dos trabalhadores e trabalhadoras, indagava: “Por que é que o homem do campo não tem condições de viver e sim de sobreviver, minha gente? [Se] é o homem que mais trabalha”. E advertia a classe com o propósito de arregimentar forças: “Ninguém pense que ninguém vai resolver os nossos problemas não. Ninguém pense que deputado ou senador vai resolver nossos problemas”.¹²⁰⁰

A líder sindical tinha consciência da necessidade da luta de resistência. Assim como em falas anteriores, Margarida assevera: somos nós “quem vai resolver os problemas organizados, reivindicando os nossos direitos e mostrando a eles que nós somos gente”. Pois que, apesar das ameaças constantes do patronato, “isso não faz a gente calar a nossa voz. E nós sabemos que somente [com] a nossa união, [com] a nossa organização, é que a gente consegue os nossos direitos”.¹²⁰¹

Sempre demonstrando entusiasmo, buscava encorajar a categoria, “...Não vamos temer, vamos mostrar a nossa força porque a gente unida tem força”. E, nesse mesmo tom, invocava a todos: “Nós precisamos do apoio de vocês, precisamos que vocês formem fileiras...”¹²⁰².

Margarida tinha uma estreita relação com a diocese de Guarabira, onde recebeu profundas influências do Pe. Luigi Pescarmona, adepto da Teologia da Libertação. Pároco da igreja matriz de Guarabira e um dos líderes religiosos que lutavam pela classe trabalhadora rural, Luigi lhe deu apoio não apenas espiritual, mas também moral e intelectual. Além disso, ele a acompanhava no “trabalho das bases”, em suas visitas às comunidades rurais e aos canaviais onde laboravam muitos homens e mulheres da palha da cana. Ao comentar sobre o espírito de luta da sindicalista, ele lembrou-se da sua capacidade interpretativa:

Certa vez estávamos reunidos para refletir sobre o evangelho e discutíamos a passagem bíblica sobre Davi e Goliath que narra a vitória de um rapaz franzino contra um forte e temido soldado que esmagava todos que decidiam enfrentá-lo. Ao final da leitura da passagem bíblica Margarida exclamou: “padre, nós somos como Davi!”. Então ela se reconhecia na figura do pequeno homem que enfrenta o grande e poderoso e consegue derrotá-lo. Dessa maneira,

¹¹⁹⁹ Encontro de Margarida com trabalhadores da zona canavieira de Guarabira-PB: In: BARBOSA, Sebastião. **A mão armada do latifúndio**: Margarida: quantos ainda morrerão? João Pessoa: A UNIÃO, 1984, p. 47.

¹²⁰⁰ Pronunciamento de Margarida na rádio Cultura de Guarabira-PB, em 30/04/1983: In: BARBOSA, Sebastião. **A mão armada do latifúndio**: ... Op. cit. p. 49

¹²⁰¹ *Ibidem*.

¹²⁰² *Idem*. p. 49 e 48, respectivamente.

através da mensagem do evangelho se fortalecia a organização dos camponeses contra sua submissão¹²⁰³.

Falando aos trabalhadores de Camucim, em frente ao palácio do governo em João Pessoa, sobre os senhores de terra, descrevia o comportamento da classe agrária, argumentando: “Eles não atendem nem um simples convite de um presidente de sindicato. Não querem vir porque **acham que são os donos do mundo**. Quando chega na Justiça ela condena. Condena porque Justiça sabe que o trabalhador tem direito”. Margarida tinha conhecimento da importância de conduzir a luta por meio da legalidade: “Esse homem quando procura o direito dele é porque ele tem direito. Então, pessoal, é preciso que haja coragem, não violência, porque essa é a nossa meta”. E para essa líder sindical, uma luta justa também implicava evitar a prática da ilicitude, e “...resolver tudo na Justiça, dentro da Lei. Quando possível um acordo que não seja para prejudicar o trabalhador”¹²⁰⁴.

Ainda em fevereiro do ano de 1979, quando já ressoava a mudança do Ministro da Agricultura, figura que se posicionava contra a Reforma Agrária, ela lançou a sua crítica em Assembleia no STR, manifestando uma grande insatisfação para com o governo ao concluir: “...que tinha que se continuar falando que era de lei e que ninguém jamais poderia ficar calado”¹²⁰⁵.

Companheira de luta de Margarida, a poetisa e também sindicalista, Maria da Soledade relembrou, em sua entrevista, o papel de conscientização investido por ela: “*porquê o trabalhador não tinha que baixar a cabeça para o patrão. Que o patrão não era dono dele*” e acrescenta: “*ele era o trabalhador mais não era o escravo do patrão*”¹²⁰⁶.

Geralmente, em seus discursos, realizados em assembleia nos STR's, em congressos, mobilizações e/ou mesmo nos encontros com comunidades locais, por mais que atingisse níveis diferentes de emoção, a sua fala sempre era uma denúncia contra as injustiças sociais e um convite contínuo à luta de resistência. Em seu discurso na cidade de Sapé, por exemplo, manifestou:

Os poderosos estão nos perseguindo, oprimindo a diretoria do sindicato de Alagoa Grande. Nós não tememos e vamos à luta até o fim, **porque é melhor morrer na luta do que morrer de fome**. Fique[m] certos os trabalhadores que não fugi[re]mos da luta. É mais fácil vocês saberem que nós tombamos,

¹²⁰³ PESCARMONA, Luigi. Entrevista concedida a Luanna L. Rodrigues. Guarabira-PB, 24 fev, 2017. *apud* RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. **Terra que brota Margaridas e encerra vidas:...** *Op. cit.* p. 55.

¹²⁰⁴ Pronunciamento feito aos trabalhadores de Camucim em frente ao palácio do governo da Paraíba. IN: BARBOSA, Sebastião. **A mão armada do latifúndio: ...** *Op. cit.* p. 52-53. Grifo nosso.

¹²⁰⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 17 de fevereiro de 1979**. Livro de Atas IV (1978-1982), fl. 07 verso.

¹²⁰⁶ LEITE, Maria da Soledade. **Entrevista concedida a ...** *Op. cit.*

do que saberem que corremos. Os poderosos estão dizendo que estamos invadindo às suas propriedades, invadindo estão eles, invadindo os nossos direitos, invadindo o salário justo, invadindo o 13º salário do trabalhador. Eles estão negando água e pão, estão fazendo opressão a diretoria e aos trabalhadores. A prepotência nos massacra demais, mas uma certeza eu tenho, que isso não faz a gente esmorecer. Nós não queremos o que é de ninguém, queremos o que é nosso. Foi aqui em Sapé que morreram líderes quando levantaram sua voz pelos seus direitos, precisamos se unir cada vez mais. Vamos reforçar a nossa Campanha Salarial, para que o trabalhador tenha condições de viver. Em Alagoa Grande os potentados estão pagando ainda Crs 500 ao trabalhador rural. Isso é uma injustiça, isso não faz a gente calar a nossa voz. Sabemos que somente com a nossa união e a nossa organização que a gente consegue os nossos direitos. Ninguém pense que alguém vai resolver os nossos problemas, ninguém pense que governo, ou deputado ou senador vai resolver nossos problemas. Quem vai resolver os nosso[s] problemas somos nós, os trabalhadores organizados. Se a gente se isolar, se a gente faz uma concentração por aí e outra acolá, se o sindicato se divide, eles tomam a frente, porque eles estão sentindo que estamos desorganizados. É por isso que os poderosos de Alagoa Grande ficam nos ameaçando, até com revolver na porta da sede, como chegaram ontem, passeando pra cima e pra baixo, nos intimidando, intimidando trabalhadores, botando caminhonetes para ver qual é o trabalhador que entra no sindicato. Porque sabe que lá tem uma diretoria para orientar os direitos dos trabalhadores¹²⁰⁷.

Em julho de 1982, Margarida denunciou, em assembleia no STR de Alagoa Grande, o quanto estava difícil a luta pelo reconhecimento dos direitos trabalhistas por conta da violência exercida pelos proprietários de terra contra os dirigentes daquela entidade. Em sua fala, ela fez um desabafo “...sobre as ameassas que já tinha tido contra a ela, pelo o latifundiário dizendo que isto era para ver se a presidente deixava de cumprir com os direitos de sua classe”¹²⁰⁸.

Explicando por que insistia na luta sindical apesar das ameaças que a direção recebia, justifica: “*Se a gente for se estender muito [sobre] a situação do trabalhador rural (...) muita gente não gosta mesmo, entendeu?* Subentende-se que ela se referia não apenas aos proprietários de terra, mas a uma parcela de abastados da região do Brejo paraibano. E continuou: *Agora, eu só deixo de dizer quando eu morrer porque, só Deus! Quando Deus mandar minha morte, porque a gente não pode! É um negócio que tem lá dentro, a coisa está dizendo e a gente tem que dizer mesmo! Entendeu? É a situação do trabalhador rural*”¹²⁰⁹.

De fato, apesar da legislação trabalhista do campo ter sido regulamentada nos anos de 1960, identifica-se que, na área canavieira da Paraíba, não havia nenhum cumprimento. A esse respeito, afirma Gisélia Franco Potengy que, “somente com a expansão do movimento sindical,

¹²⁰⁷ ALVES, M. A. **Margarida: a luta continua**. [Folder]. Discurso no 1º de maio 1983, em Sapé, p. 2. Cf. também: BARBOSA, Sebastião. **A mão armada do latifúndio**:... *Op. cit.* p. 43-46. Grifo nosso.

¹²⁰⁸ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata da reunião Ordinária realizada no dia 11 de julho de 1982**. Livro de Atas V (1982-1984), fl. 02.

¹²⁰⁹ UMA QUESTÃO de terras. Direção: Manfredo Caldas... *Op. cit.*

a partir de [19]70”, os trabalhadores sentiram-se mais encorajados, passando a “entrar com ‘questões’ na Justiça do Trabalho em prol da efetivação social dos ‘direitos’. Daí que um dos impasses nas relações patrões-empregados seja o pagamento dos ‘direitos’ atrasados”¹²¹⁰.

Em novembro de 1967, mais de trezentos padres no Brasil assinaram uma carta que foi dirigida à CNBB “...a propósito do ‘Ano da Fé’”, denunciando a realidade da “situação do Povo Brasileiro” dentro daquele contexto¹²¹¹.

Afirmava-se nesse documento que, além da “privação do pão cotidiano” a uma grande parcela da gente despossuída, o Estado brasileiro mantinha “uma política salarial desumana (principalmente na zona rural, onde a população trabalhadora não recebe sequer o salário mínimo)”. Naquelas circunstâncias, concluía-se que o “Povo Brasileiro” era “**um Povo assassinado em massa** por uma estrutura brutal”¹²¹².

Com treze páginas, a carta assegurava que “o brasileiro” era “também **um Povo roubado**”. Nesse sentido, os seus propositores apresentavam alguns números que revelavam a “gritante desproporção que existe nas dotações orçamentárias”. O fato é que a Lei orçamentária daquele ano “destinou 1 trilhão e 231 bilhões de cruzeiros velhos para despesas militares, e[quanto] para a educação [fora destinado apenas] 617 bilhões e 458 milhões, e para a saúde 232 bilhões” de cruzeiros¹²¹³.

Era dentro desse contexto sócio-político e econômico em que se encontravam as condições de vida e de trabalho das famílias da palha da cana. Aproximadamente, treze anos depois, identificavam-se poucas mudanças. Enquanto isso, os movimentos de resistência já podiam gritar mais forte: “Nós temos que dizer NÃO à injustiça, nós temos que dizer NÃO à fome, nós temos que dizer NÃO à humilhação contra os camponeses. Nós temos que dizer ‘queremos justiça para todos’”¹²¹⁴.

Essa fala de Margarida, em apoio aos trabalhadores de Camucim reunidos em frente ao Palácio do Governo, na capital do estado, como outras, trazia solidariedade às reivindicações daquele povo. A usina Tabu pretendia expulsá-los das suas terras, situação que levou àquela gente a se deslocar para a capital e apresentar ao governador a sua insatisfação, exigindo desapropriação da área, ocasião em que a sindicalista reforçou que “...a gente jamais poderia

¹²¹⁰ POTENGY, Gisélia Franco. As mudanças nas relações do trabalho e o novo clientelismo no campo na Paraíba. In: **Cad. Est. Soc.** v. 6, n. 2. p. 283-300, jul./dez., 1990. p. 298.

¹²¹¹ Uma grave denúncia: Povo assassinado e roubado. **A UNIÃO**. João Pessoa, 01 nov. 1967, nº 235, p. 2.

¹²¹² *Idem*. Grifo nosso.

¹²¹³ *Idem*. Grifo nosso.

¹²¹⁴ Pronunciamento feito aos trabalhadores de Camucim em frente ao palácio do governo da Paraíba. In: BARBOSA, Sebastião. **A mão armada do latifúndio**: Margarida: quantos ainda morrerão? João Pessoa: A UNIÃO, 1984. p. 52.

ficar calado diante de tanta injustiça dessa natureza”. Considerando a sua participação importante para aquele movimento, justificou: “Porque tem até graça um presidente do sindicato ficar de braços cruzados em uma hora dessa, como se não tivesse acontecendo nada”¹²¹⁵.

O epíteto acima, que dá nome a este item, fora repetido muitas vezes por Margarida em seus discursos e se tornou uma frase emblemática que, após o 12 de agosto, passou a ser evocada como representação da luta encampada pela sindicalista. Em 1959, Francisco Julião fora acusado de ter afirmado, em entrevista ao *Diário de Pernambuco*, que, “é mais honroso morrer resistindo a tudo para não deixar a terra, do que tombar de fome”¹²¹⁶. Provavelmente, eram frases que há muito tempo já se encontravam na boca de muitos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Em fins da década de 1920, José Américo de Almeida, em *A Bagaceira*, provocava o leitor, ao refletir que, “há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto: é não ter o que comer na terra de Canaã”¹²¹⁷. E qual foi o espaço social que inspirou o autor se não o seu berço, a zona canavieira da região do Brejo paraibano?

O período em que Margarida presidiu o STR de Alagoa Grande (1973-1983) representou a fase de transição do velho para o novo sindicalismo. Além das suas experiências com a vida no campo, com a vivência da expulsão da sua família da “terra de trabalho”, Margarida, ao passar a morar na cidade, experienciou novos espaços na Igreja, na Liga e no sindicato, e que se constituíam espaços de fé e de luta, oferecendo-lhe uma formação sobre o movimento organizacional, as relações de poder, a escravidão/libertação, etc. Se, no princípio, a Igreja lhe ofereceu apenas uma visão conformista e que entrou em contraste com as ideias propostas na Liga Camponesa, essa visão foi, de certa forma, superada mais tarde por uma Igreja progressista baseada na *Teologia da Libertação*.

Essas formações/transformações conduziram a sindicalista para uma “educação emancipatória”, o que lhe permitiu lograr êxito no rompimento com o velho sindicalismo. Ela lutava com “a práxis da superação da transformação da história”, buscando, por meio dessa luta, a afirmação de sua identidade. Em suas experiências à frente do STR, experienciou um período de transição e empreendeu rupturas que permitiram uma nova forma de fazer sindicato,

¹²¹⁵ *Idem*. p. 52 e 51, respectivamente.

¹²¹⁶ CALLADO, Antônio. **Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco ...** *Op. cit.* p. 146.

¹²¹⁷ ALMEIDA, José Américo de. **A bagaceira**. 44 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010. p. 95.

exigindo do Estado “ações coletivas” e criando “novas formas de sociabilidade, para se obter direitos, sem ter que negociar outros, já conquistados”¹²¹⁸.

Em uma nova conjuntura política, os novos movimentos sociais (de etnia, de gênero, de orientação sexual, ambiental etc.) que, por sua formação, incorporam novas organizações/movimentos ultrapassam “o velho movimento social” focado no movimento de classe. Além disso, esse novo sindicalismo surge a partir do rompimento protagonizado por um conjunto maior de categorias que vão formar a classe trabalhadora geral, isso com os movimentos grevistas de 1978, como os metalúrgicos, os professores, bancários, canavieiros, médicos etc.¹²¹⁹

Nas suas primeiras experiências ao participar da diretoria do STR, Margarida já apresentava uma discussão sobre o não conformismo e compreendia aquele órgão como um espaço de combate. Em entrevista declara: “*Eu pertencia ao Sindicato, mas gostava de ir às reuniões das Ligas. Eu gostava muito, eu aprendi muita coisa com a Liga (...) e a gente sabia que as Ligas falavam a verdade. (...) sempre eu ia lá, misturava o sindicato com as Ligas...*”

¹²²⁰.

Em suas experiências enquanto sindicalista, ela buscava criar, no espaço da entidade, um ambiente mais convidativo para os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Com essa intenção, começou a exigir de membros da diretoria mais empenho em criar laços mais afetivos e educativos para com os associados e associadas. É nesse sentido que, em fevereiro de 1981, a líder sindical solicitou “que a Diretoria conquistasse mais os trabalhadores para que os mesmos tomasse[m] mais conhecimento de seus direitos”¹²²¹.

Essa nova leitura de Margarida encontrava-se ancorada na visão que compreendia os trabalhadores e trabalhadoras como agentes transformadores da realidade política e social. Dentro dessa perspectiva, estava a expansão das ações sindicais. Entre essas ações se encontrava a criação de mais delegacias sindicais e a atuação do STR nas comunidades. E este momento era a oportunidade em que, nas suas próprias residências, os trabalhadores rurais conseguiam conversar de forma mais descontraída com a direção da entidade, apresentando os seus problemas cotidianos relacionados às condições de vida e de trabalho, desmanchando

¹²¹⁸ FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves**: entre o velho e o novo sindicalismo rural. Tese (Doutorado em educação). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2009. p. 59-61 e 129.

¹²¹⁹ Em relação aos movimentos e à categoria que constituíram o novo sindicalismo, Cf. ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. 18 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. Cf., também, do mesmo autor: **Crise e Poder**. São Paulo: Cortez, 1984. (Coleção Polêmicas do nosso Tempo, nº 4).

¹²²⁰ NOVAES, Regina Reys. **De corpo e alma**:...*Op. cit.* p. 68.

¹²²¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião da Diretoria realizada no dia 05 de fevereiro de 1981**. Livro de Atas III (1970-1982), fl. 15 verso.

dúvidas, elucidando casos etc. Em suas visitas a essas comunidades, como em 1981, quando se deslocou até os sítios Vertentes e Covão, a presidente do STR procurava engajar homens e mulheres na luta de resistência: “...disse que vamos ver si descobria um lide[r] para este orientar os trabalhadores e para que os mesmos tome[m] conhecimento de seus direitos”¹²²².

A sua luta de resistência percorria as vias da formação política pela educação popular, com a criação de órgãos que exerciam um papel fundamental na preparação e politização de lideranças. Margarida participou da criação de órgãos fundamentais para o movimento de resistência no campo, como o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural - CENTRU. Ao longo de sua experiência na luta sindical, criou uma rede de amizade com líderes sindicais, religiosos e religiosas, intelectuais, advogados, lideranças comunitárias, lideranças do movimento feminista e líderes políticos¹²²³. Pode-se afirmar que essa “rede” de relações permitiu à sindicalista a formação de certo capital social, o que fortaleceu, ainda mais, o seu compromisso para com o projeto de luta.¹²²⁴

Ela percebia, como algumas outras lideranças, que o STR, sozinho, isolado, não conseguiria introduzir uma parcela daquela gente na luta política. Nas reuniões, que eram um dos espaços de combate, enxergava a permanência de uma ignorância em relação ao movimento, ao papel do órgão sindical etc. Ilustra essa situação a seguinte fala proferida em reunião, ainda em maio de 1970, sobre o que era um sindicato: “...para haver uma Reforma agrária” era necessário que a própria classe trabalhadora se mobilizasse, pois que “...até hoje o trabalhador não gritou Pela a reforma”¹²²⁵.

Como já foi mencionado acima, essa sindicalista tinha noções do conceito de “mais trabalho”, sobre a exploração e expropriação nas relações trabalhistas dominantes. Sobre essa sua percepção, o Pe. Luis Pescarmona relatou: “*ela dizia aos camponeses: vocês são os braços dos patrões, a riqueza deles quem produz são vocês. Sem o trabalho de vocês eles não fazem nada, eles não têm nada*”¹²²⁶.

¹²²² *Ibidem*.

¹²²³ Nessas frentes de lutas se encontram implícitas outras formas de resistência que não as abertas. Além da solidariedade, aparece, também, a construção de um “espaço social para uma cultura dissidente”. Portanto, esses múltiplos movimentos se constitui numa resistência multifacetada. SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**: discurso ocultos. Tradução de Pedro Serras pereira. Lisboa: Letra livre, 2013.

¹²²⁴ Sobre essa construção de capital social pela sindicalista, Cf. FERREIRA, Ana Pala Romão de Souza. **A trajetória político-educativa de Margarida...** *Op. cit.* Cf., também: FRANÇA, Diego Pessoa Irineu de. **A ação pastoral da igreja católica de Guarabira na luta pela terra em Alagoa Grande-PB.** *Op. cit.*

¹²²⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 10 de maio de 1970.** Livro de Atas II (1970-1974), fl. 03.

¹²²⁶ PESCARMONA, Luigi. Entrevista concedida a Luanna L. Rodrigues. Guarabira-PB, 24 fev, 2017. *apud* RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. **Terra que brota Margaridas e encerra vidas:...** *Op. cit.* p. 55.

Essa perspicácia da líder sindical pode ser encontrada em outros fragmentos de suas falas para a massa de homens e mulheres do campo, a exemplo do discurso que fez em homenagem ao sindicalista José Martins: “Deus deixou a terra para seus filhos e hoje ela está nas mãos de um grupinho muito pequeno. E esse grupinho é o latifundiário. O plantador de cana, o plantador de capim, o plantador de fumo e o plantador de abacaxi”.¹²²⁷

Margarida tinha consciência de que, no contexto do Estado autoritário, qualquer movimento que representasse oposição significaria um grande perigo para a existência daquela entidade e para a luta sindical. Portanto, era necessário manter um posicionamento moderado, evitando termos que a enquadrasse no campo da insubordinação, da indisciplina, da subversão. Sendo assim, sempre procurava defender: por mais que “...alguém diga que o sindicato de Alagoa Grande é rebelde”, esse adjetivo não definia nem caracterizava aquela entidade, nem o seu papel. “Nós não somos rebeldes. Entendemos como rebelde um filho quando julga contra o pai. Mas rebelde é aquele que não procura defender os direitos dos trabalhadores...”. Pois que ali se encontrava “...um sindicato que luta[va], um sindicato que vai em frente, rompendo com quem quer que seja”. E, desse modo, deixava claro: “Não nos preocupamos quando alguém diz que o sindicato de Alagoa Grande é rebelde”.¹²²⁸ Todavia, toda a luta que ela empreendia representava movimentos de resistência.

Transparece, em seus discursos, uma preocupação em demonstrar a sua lealdade ao movimento e à categoria, a quem ela sempre se reportava como “companheiras” e “companheiros”. Além disso, a sua autodeclaração de que agia com lisura e sinceridade era recebida com respeito pela classe trabalhadora. Nesse sentido, em algumas de suas falas, buscava demonstrar que o seu compromisso com a luta à frente da entidade se fazia sempre com lisura: “executei a minha missão com honestidade, com dificuldades, mas também com muita tranqüilidade (...) Dificuldade por não ter cultura e tranquilidade pela vossa bondade. Fui bem acolhida por todos vós”. Assim, expressando convicção, não deixava de justificar que o seu desempenho à frente daquele órgão se apresentava por um aspecto de dignidade e probidade: “Como presidente do sindicato procurei desenvolver o sindicato o máximo possível”. Ainda, nessa sua fala, também traz implícita uma crítica ao que ela chamava de

¹²²⁷ Discurso em homenagem ao sindicalista José Martins. In: BARBOSA, Sebastião. **A mão armada do latifúndio**: Margarida, quantos ainda morrerão? João Pessoa: Editora A União, 1984. p. 57. José Martins era líder sindical no município de Mari – PB.

¹²²⁸ *Idem*. p. 56.

demagogia como prática de certos líderes sindicais: “E mais tranquila porque aquilo que me foi confiado executei com honestidade”¹²²⁹.

O entrevistado Francisco Nascimento acompanhou a sindicalista em vários encontros e movimentos da luta sindical. Ele rememorou o seu espírito de coragem: “*Ela não tinha medo de nada não, botava questão trabalhista pra Junta*”. E ela era “*contra tudinho (os senhores de engenho) e não era comprada por senhor de engenho. Aí, tinha o doutor Agnaldo [Velloso] aí, que era...*” um total descumpridor dos direitos trabalhistas. O entrevistado respira fundo e continua, mas “*...grande é Deus, mais aqui na terra ele ... o povo fazia o escambau com o (...) doutor Agnaldo. E no dia que ele queria botar o sindicato abaixo*”.¹²³⁰

Explica o sindicalista e ex-presidente do STR de Alagoa Grande, José Horácio, que “*...a morte da companheira Margarida Maria Alves partiu de uma luta, principalmente antes da Campanha Trabalhista ela já vivia, vinha sofrendo várias ameaças por parte dos patrões devido às questões trabalhistas que a gente tinha na justiça do trabalho*”. Ações que incomodaram muitos senhores de terra, conforme especifica: “*E daí quando surgiu a campanha salarial, aí aumentou, podemos dizer assim, a raiva dos latifúndios aqui do município. E daí foi quando eles procuraram a matar a Margarida*”¹²³¹.

De acordo com reportagem da imprensa oficial, o assassinato da sindicalista Margarida Maria Alves foi motivado pelo descortinar dos crimes contra os direitos trabalhistas de homens e mulheres empregados em engenhos e usinas, nas plantações de cana-de-açúcar. Segundo a reportagem, “*líderes sindicais se referiam, ontem, à atuação desenvolvida por Margarida à frente do Sindicato, informando que ela coordenou o ingresso de mais de 400 ações trabalhistas na Justiça contra proprietários rurais, em defesa dos camponeses*”¹²³².

Rememorando as suas experiências no STR, ao lado da sindicalista, a entrevistada Luzia Ferreira explicou: “*para a gente viver no movimento a gente precisa ter força, ser forte e ter coragem (...). Você tem que ser guerreiro mesmo, né?*”. Para ela, a líder sindical era uma referência para o movimento de resistência do campo e das mulheres: “*Margarida foi uma lutadora, foi uma mulher de coragem, o sindicato de Alagoa Grande não teve e nem tem mais uma mulher de coragem como Margarida, para trabalhar em prol dos trabalhadores...*”. Ressaltou, ainda, que a ira do patrão poderia chegar a quem o contestasse, pois “*o que já*

¹²²⁹ Breve Palestra de Margarida aos trabalhadores do STR de Alagoa Grande. In: BARBOSA, Sebastião. **A mão armada do latifúndio: ...** Op. cit. p. 57-58.

¹²³⁰ NASCIMENTO, Francisco. **Entrevista concedida a ...** Op. cit.

¹²³¹ BAGAÇO de Cana. Direção: José Barbosa e Alberto Casagrande. Brasil (Paraíba): SEDUP/CEDI-PB, 1987. 01 DVD (26 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HoOfGQhysnA>. Acesso em: 08 jun. 2023.

¹²³² O enterro, em ambiente de comoção. **A UNIÃO**. João Pessoa, 14 ago. 1983, nº 158, Ano XCI, p. 1.

*aconteceu com ela pode acontecer com qualquer um...”. Apesar de toda a perda que a classe trabalhadora teve com essa tragédia, desabafou: “Tudo isso aconteceu, mais a história dela ficou”. E relembrou o seu legado: “e é uma história bonita. Uma história que valeu. Porque ela não, ela morreu mais hoje eles trabalham de carteira assinada...”*¹²³³

O assassinato de Margarida Maria Alves repercutiu em vários países, mobilizando organizações civis em diferentes lugares do mundo. A imprensa falada e escrita não perdia a oportunidade de divulgar qualquer notícia que veiculava alguma novidade sobre o crime. O rádio, por ser um meio mais acessível aos populares, foi que mais explorou o caso, embora a ênfase ao combate, à resistência tenha sido feita pela imprensa escrita que informava em suas páginas notícias, como: “na região em que ela desenvolvia suas atividades, a maioria dos engenhos não paga[va] o salário mínimo, não assina[va] carteira profissional dos empregados no campo, não paga o 13º e não conced[ia] férias nem repouso remunerado”¹²³⁴.

Se o propósito dos autores intelectuais do crime era sufocar a luta do STR, silenciando uma líder combatente e, conseqüentemente, impregnando o medo no imaginário da classe trabalhadora, ao que parece, para muitos, isso não surtiu o efeito desejado. Contrariamente, “o assassinato de MARGARIDA não calou a luta dos trabalhadores. E hoje não é retórica afirmar que ‘Do sangue de MARGARIDA... outras Margaridas florescerão’ ”.¹²³⁵

6.2.1 “Nós não queremos o que é de ninguém, não. Nós queremos o que é nosso”¹²³⁶

(...) A gente, principalmente vocês, pais e mães, tem que se organizar. Porque enquanto a gente tiver medo de ir à Prefeitura (...) **reivindicar aquilo que é de direito**, que a Prefeitura está na obrigação de fazer, [por]que para isso arrecada o nosso dinheiro. O dinheiro como vocês poderiam dizer: **nós pagamos** para a Prefeitura indiretamente, **através dos nossos impostos**. E além disso o Governo Federal manda mais verba especial para escola, para estrada, para, para fazer posto, etc. Enquanto vocês estiverem com esse medo de dizer que não vai ao prefeito porque ele não vai atender, e ficar com essa conversa, a gente está perdendo tempo, o tempo está passando e vocês não vão conseguir nunca. É preciso que vocês partam, tomem decisão e vão lá e diga[m]: ‘Nós queremos escola, porque nós também pertencemos ao município. Nós também contribuimos para o município. Nós queremos estrada porque nós também somos do município e o Governo Federal manda verba para fazer essas estradas’. Vocês tem que dizer isso ao prefeito: ‘**Nós queremos**’. Tem que fazer pressão. Porque infelizmente, companheiros, aqui

¹²³³ FERREIRA, Luzia Soares. *Entrevista concedida a ... Op. cit.*

¹²³⁴ Em referência às influências políticas pelos movimentos pelo Brasil. Cf. Movimentos dos Sem Terra não faz paralelismo sindical. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*. Porto Alegre. Setembro/1984. Ano III, nº 38. p. 2.

¹²³⁵ FUNDAÇÃO CASA MARGARIDA MARIA ALVES. *Crônica Margarida Maria Alves*. Alagoa Grande: datilografado, 31 jan. 1991, p. 1.

¹²³⁶ ALVES, Margarida Maria. Pronunciamento de Margarida na rádio Cultura de Guarabira-PB, em 30/04/1983: In: BARBOSA, Sebastião. *A mão armada do latifúndio: ... Op. cit.* p. 49

no município de Alagoa Grande não tem uma igreja viva para conscientizar vocês, (...) como tem em outros lugares. Eu fui em São Paulo e lá tinha um grupo de gente que reivindicou do prefeito, e o prefeito fez um montão de coisas. Não foi porque o prefeito fosse bonzinho, não. Ele fez porque se sentiu na obrigação de fazer. Porque o povo pressionou. O povo pediu saneamento. O povo pediu escola e tudo enfim. Fizeram muitas e muitas passeatas. Passeata não era elogiando o prefeito, não. Aqui é o contrário. Passeata aqui é para bater palma para os governantes. Lá era em sinal de protesto. Nós queremos isso, nós queremos aquilo. Nós queremos nossos direitos.

(...) Vamos ficar contra os poderosos, que ficam enganando a gente de quatro em quatro anos, seja de qual partido for, não importa. O que interessa é a gente tomar consciência de que nós somos gente e de que não vamos ficar escravo de seu fulano e votando neles pelos bonitos discursos. **Vamos votar em gente do nosso tamanho.** Gente que pensa na gente. (...) Então a gente está na obrigação de exigir [d]essa gente, porque ele está na obrigação de fazer”¹²³⁷.

Esse discurso de Margarida, proferido para homens e mulheres nas dependências do STR, pode ser considerado uma representação de inúmeras falas, ali e em outros lugares de combate, dirigidas a trabalhadores e trabalhadoras rurais por sindicalistas, lideranças religiosas etc. conscientes da importância que tem a luta de resistência para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A fala anterior é reveladora de uma luta política empreendida por aquele órgão, na figura da sindicalista que demonstrou resistir a uma cultura de dominação, de dependência. Expressa, também, a importância que teve a instituição no papel da construção de uma consciência política, ao convidar, influenciar e instigar uma coletividade desejosa de melhores condições de vida e de trabalho. De modo igual, é fazer descortinar o uso privado do público. Sair desse “estado de coisas” exigia uma reação consciente, uma mobilização coletiva, ações, reivindicação, cobranças.

De modo semelhante, a frase que abre esse item, “*Nós não queremos o que é de ninguém, queremos o que é nosso*”, encontra-se carregada de um significado simbólico que traduz, ao mesmo tempo e numa fala empoderada, a afirmação de uma luta política, a cobrança do que foi tirado, do que foi “roubado”, do que foi espoliado da gente despossuída. Reflete a ideia de uma consciência de classe que, de modo assertivo, procura promover, junto à classe trabalhadora, uma reflexão de caráter revolucionário e combativo. Além do aspecto de embate, também está implícita a ideia de denúncia de “um povo roubado”, mas consciente de que está sendo explorado e expropriado.

¹²³⁷ Palestra para os trabalhadores do STR de Alagoa Grande. In: BARBOSA, Sebastião. **A mão armada do latifúndio**: ... Op. cit. Grifos nossos.

Outra fala da mesma líder sindical traz elementos que reforçam e ilustram, de certo modo, essa discussão:

Recebemos ameaças dos poderosos latifundiários todos os dias, e o sindicato não pode ficar dividido. Descobri que além da nossa organização a melhor arma que teremos é a luta por educação, muitos de nós não lutamos pelos nossos direitos porque acreditamos que o patrão tem a razão. Eles falam e parece que a verdade está com eles, eles dizem que sabem da lei, e isto basta para calarmos. Outro dia, quando o Sr. Manoel pegou a dita lei que estava com o sobrinho do Dr. Aguinaldo, lá dizia o contrário, lá dizia que a terra era da família do Sr. Manoel [...]. Nós queremos o que é nosso, queremos educação.¹²³⁸

Em 1968, o então arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, declarou: “mais do que nunca se faz[ia] necessária a mobilização dos trabalhadores com o objetivo de se dirigirem ao Congresso Nacional e obterem a vitória da participação nos lucros das empresas”. Naquele ano de “aprovação do Plano Diretor da SUDENE”, essa autoridade religiosa, “alertou que ‘ou as lideranças sindicais se movimentam ou a classe trabalhadora brasileira perderá esse grande benefício’”. Combater a concentração fundiária e a exploração do trabalho, por exemplo, seria fundamental: “para que as desigualdades desapareçam e se respeite cada vez mais no homem os seus direitos e a sua justa promoção social”¹²³⁹.

Essa era, segundo Dom José, uma luta encampada pela Igreja progressista: “Todos sabem que os trabalhadores são os que criam a riqueza nacional, mas na hora de participarem de qualquer benefício advindo dessa riqueza, sempre aparecem os piores obstáculos e as teses mais estranhas contra as conquistas da classe operária”. E ainda declarou categoricamente: “se defender essa participação dos trabalhadores, nos lucros, na propriedade dos meios de produção e na própria gerência da empresa significa ser socialista, então eu sou socialista”¹²⁴⁰.

As avaliações sobre os movimentos e as lutas coletivas eram constantemente realizadas pelos sindicalistas, como também era demonstrada a importância da entidade para a obtenção de reconhecimento de direitos. Daí a importância que se dava à Carta Sindical. Nesse sentido, em 1978, Severino Cassimiro advertia aos companheiros: “... si não [fosse] os nossos esforços ninguém era Grande e não havia riqueza no Brasil”, em alusão à frase de que quem produz a riqueza do país são os trabalhadores e trabalhadoras. Ele lembrou que, “em 1963 foi a primeira convenção sindicalista e que antes disto ninguém tinha direito e disse também que todos tinha que respeitar as leis”. No entanto, lamentou que ainda eram muito fortes “as injustiças que

¹²³⁸ FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **Margarida, Margaridas**: Memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas. João Pessoa: Editora Universitária, 2006. p. 74.

¹²³⁹ Dom José defende participação para os trabalhadores. **O NORTE**. João Pessoa, 07 mai. 1968, nº 4.230, p. 8.

¹²⁴⁰ *Idem*.

estava[m] havendo [no campo] com [o total desrespeito aos] (...) Direitos trabalhistas”. Apesar de toda uma legislação a favor da gente despossuída, “...ninguém tinha mais onde morar nem trabalhar”. Na verdade, o “que faltava era a união dos trabalhadores”.¹²⁴¹

Em muitos municípios da zona canavieira, o papel assistencialista desenvolvido pelos STR's passou a ser visto como resultado da negligência do Estado. Conta o senhor Antônio de Freitas Araújo, ex-presidente do STR de Guarabira, a esse respeito: “*a gente fez uma escolinha em Tananduba, e em Itamatay conseguimos no meio dos engenhos um terreno. Tá a escritura aqui. Tá o prédio lá. (...) e aquelas criançadas do engenho ia estudar naquele prédio*”. Em outras comunidades, como as de “*Passagem e Tanaduba a gente levava médico, funcionava a escola, e depois nós passamos a levar médico e dentista para dar assistência aqueles trabalhadores*”.¹²⁴²

Lembra esse entrevistado que o Estado enxergou, no papel político daquela entidade, uma certa interferência e começou a agir, também, pela própria cobrança da sociedade. Segundo ele, “*depois veio o desenvolvimento melhor para o nosso município onde os prefeitos tomaram as decisões de construir prédios escolares que davam condições melhor do que o nosso no caso de Itamatay, Tanaduba e Passagem*”. A partir desse momento o Estado foi assumindo, paulatinamente, mesmo que de forma precária, o seu papel de garantidor de direitos sociais. Ainda de acordo com seu Antônio, “*veio médico, dentista na zona rural, foi daí por diante que os políticos começaram a entrar na zona rural, levando médico e dentista para esses setores, então a gente se afastou, ficando só com o sindicato e esses atendimento[s]*”.¹²⁴³

As ações mais combativas das entidades sindicais obrigaram o Estado a garantir, efetivamente, direitos sociais. No ano de 1984, por exemplo, “...o salário já era de fome e tinha gente aqui no município de AL. Grande que não estava ganhando nem a metade...”, e as denúncias e cobranças coletivas foram mais incisivas e tiveram maior visibilidade. A partir daquele momento, observava-se uma presença mais atuante da Delegacia Regional do Trabalho - DRT - na palha da cana, onde “os fiscais do ministério (...) [visitavam engenhos e usinas] fiscalizando os campos para regularizar as assinaturas de carteira...”.¹²⁴⁴

No Encontro de Canavieiros da Paraíba, realizado nos dias 16 e 17 de março de 1985, na cidade de João Pessoa, o presidente da FETAG, Álvaro Diniz, ao saudar Elizabeth Teixeira

¹²⁴¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande – PB. **Ata de Reunião ordinária de 10 set. 1978**. Livro de Atas IV (1978-1982), fl. 02.

¹²⁴² ARAÚJO, Antônio de Freitas. **Entrevista STR de Guarabira – SEDUP/UFPB** [s./d.]. Guarabira: SEDUP, datilografado, s/d. p. 31.

¹²⁴³ *Idem*.

¹²⁴⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 12 de fevereiro de 1984**. Livro de Atas V (1982-1984), fl. 01.

e lembrar a história da luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na Paraíba, refletiu: “Hoje, companheira, nós estamos colhendo o fruto com gosto de sangue, com gosto amargo da luta dos primeiros companheiros”, referindo-se a João Pedro Teixeira e a outras lideranças dos movimentos de resistência no campo assassinadas. E continuou: “Mas a luta do trabalhador não só do Brasil, como do mundo, sempre foi essa. Comeram o pão com gosto de suor e muitas vezes com gosto de sangue”.¹²⁴⁵

6.2.2 Uma resistência Feminina

No Brasil, os espaços das mulheres na luta sindical, durante a ditadura militar, ficaram restritos a poucas entidades presididas por um nome do sexo feminino. E, quando se delimitam esses espaços apenas aos STR's, observa-se uma redução ainda maior nessa participação. Se os espaços urbanos favoreciam uma crescente autonomia feminina, no mundo rural esse processo de transformação se dava de forma ainda mais lenta.

Na região Nordeste, evidencia-se uma tímida participação feminina nas diretorias sindicais na década de 1970, embora com um acentuado crescimento na década seguinte, como é o caso do estado de Pernambuco¹²⁴⁶. Todavia, quando se identifica essa presença feminina na direção dos órgãos sindicais, seu papel era relegado à tesouraria, secretaria, suplência, ou seja, a uma posição em que a mulher nem sempre tinha lugar de fala¹²⁴⁷. Na Paraíba, nomes de lideranças femininas (Elizabeth Teixeira e Margarida Maria Alves) marcaram uma certa ruptura com o discurso machista que reservara à mulher um papel de passividade, destituído de resistência e incapaz de liderar um combate¹²⁴⁸.

Em sua construção, os STR's eram dirigidos, exclusivamente, por homens e nem sempre se admitia a participação da mulher nas assembleias. Para os homens, as mulheres deveriam

¹²⁴⁵ Encontro de Canavieiros. Mar. 1985. Canavieiros em Greve: campanhas salariais e sindicalismo. **Cadernos do CEDI**. São Paulo, nº 14, dez. 1985. p. 103.

¹²⁴⁶ Cf. LIMA, Maria do Socorro de Abreu e Lima. **Construindo o sindicalismo rural:...** *Op. cit.* p. 206-209.

¹²⁴⁷ MOREIRA, Eliana Monteiro; ARAÚJO, Maria de Fátima Santos; QUEIROZ, Tereza Correia Nóbrega de. **Relatório Parcial de pesquisa...** *Op. cit.* p. 22-30.

¹²⁴⁸ Vários estudos exploram movimentos de mulheres trabalhadores rurais e questões femininas no campo, na Paraíba. Sobre o papel de Margarida Maria Alves e suas influências na formação do MMT, Cf.: FERREIRA, Ana Pala Romão de Souza. **A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves...** *Op. cit.* Em relação ao MMT/PB: DUARTE, Emmy Lyra. **Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB): mobilização social, trabalho e relações gênero.** Dissertação (Mestrado em geografia). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2014. Em relação à mão de obra feminina na monocultura da cana-de-açúcar, Cf. MIELE, Neide. **A mulher na palha da cana.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1985. Sobre a representação da resistência feminina no campo, na figura da sindicalista Maria da Penha, Cf. a pesquisa: SILVA, Janaína Vicente da. **As mulheres vão à luta: experiência e resistência da paraibana Maria da Penha Nascimento Silva (1970-1991).** Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2022.

“ficar em casa”, pois elas “*não sabiam falar*”. A sindicalista Maria da Soledade relembrou as dificuldades enfrentadas para se filiar ao STR de Alagoa Grande, apesar de a presidente ser uma mulher.

Quando cheguei Margarida não estava quem estava era Zé Horácio, na época era o secretário. Aí, eu disse que queria me associar e ele botou mil dificuldades. [Por]que naquela época sempre eram os homens que eram associados aos sindicatos, as mulheres não. Que o sindicato do homem servia para o sindicato da mulher, para a mulher, né? O marido era associado, para que eu me associar? A mulher não ia para a reunião porque não sabia falar que os maridos diziam que elas não sabiam falar. Quando chegava na reunião, na assembleia do sindicato, só tinha homem. Não tinha mulher porque as mulheres não podiam falar. Os homens diziam que as mulheres não íam, não tinham o que dizer. Para quê? Mulher tinha que tá em casa, cuidar dos meninos, não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê. Aí, que quando eu cheguei lá Zé Horácio botou mil desculpas, não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê. Aí, começou a pedir documentos: trouxe isso, trouxe aquilo, trouxe... Tá bom! Eu volto depois. Aí, fui para casa. Quando cheguei em casa. Eu fiz de propósito. (...) Toda vida eu gostei de um pé de guerra (risos). Aí, eu fui para casa, peguei tudo quanto eu tinha de documento, né? Carteira Profissional, CPF, identidade, registro de nascimento, é, carteira de saúde, registro de criança. Fiz a pacotagem todinha. Aí, vim! Eu pego aquele cara! Eu não conhecia ele. Aí, eu pego aquele cara amanhã! (risos). Aí, quando cheguei com os coisas tudinho, joguei em cima [da mesa]..., Margarida não estava, (...). Tá aqui! Só está faltando a reservista. Ele olhou para mim. Eu nunca vi mulher com reservista (risos). Tá aqui tudinho, só está faltando a reservista. Aí, ele olhou pra mim, fez um arzinho de riso... Aí, fiz o meu sindicato. Eu me associei em [19]75¹²⁴⁹.

As evidências apontam que, a partir da década de 1970, ocorreu uma crescente filiação de mulheres no STR de Alagoa Grande¹²⁵⁰. Assim como se encontram figuras femininas que encabeçaram processos trabalhistas e enfrentaram o comportamento machista de um patriarcalismo colonial em um contexto de autoritarismo, há, também, mulheres que romperam com o conformismo no meio familiar e nos espaços públicos, e passaram a liderar movimentos e entidades sindicais.

Consideram-se representações e símbolos dessas lutas, na Paraíba, as figuras de Elizabeth Teixeira e Margarida Maria Alves. Na década de 1980, experienciavam-se encontros de mulheres em nível nacional e estadual. Nesse contexto, surge o Movimento de Mulheres Trabalhadoras – MMT - no ano de 1981, na região do Brejo paraibano. Todos esses movimentos permitiram, também, a criação do Movimento de Mulheres do Brejo – MMB-PB – cinco anos depois.

¹²⁴⁹ LEITE, Maria da Soledade. **Entrevista concedida a ...** *Op. cit.*

¹²⁵⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Livro de Inscrição de Associados**. Livro II (1969-1978).

As lutas de combate empreendidas no STR não eram apenas contra o desrespeito às leis trabalhistas e o direito à posse da terra, mas, também, com relação à “questão feminista”. Não era raro, durante as reuniões na sede do STR, haver uma cobrança em relação aos direitos femininos em todos os espaços - no trabalho, na família, nos espaços públicos etc. Margarida, por exemplo, aproveitava as assembleias, momentos de uma marcante presença masculina, para conversar sobre o “...direito da mulher dizendo que [ela] tinha o mesmo direito igual [a]o do homem...”¹²⁵¹.

Esse tipo de conversa se repetia em outros momentos, na tentativa não apenas de conscientizar as próprias mulheres, mas, também, de encorajá-las. Embora encontrasse certa resistência, havia um esforço em falar “sobre direito das mulheres que também trabalhava[m e] que as mesmas tinha[m] o[s] mesmo[s] direito[s] (...) [que tinham] os homens”.¹²⁵² Esse diálogo pretendia promover um desmonte da visão patriarcal, ainda predominante, que não conseguia compreender a mulher fora do espaço privado, restringindo o seu papel apenas ao sexo, à maternidade e aos cuidados do lar.

A busca por respeito aos direitos da mulher já era, de maneira tímida, sinalizada por homens, como Severino Cassimiro que, ainda em 1964, ao lembrar a importância do papel feminino na luta sindical e na família, advertiu: “...qui os homem não podi chega em casa querendo fazer da Mulher uma escrava”¹²⁵³.

As dores, as humilhações, as violências que os corpos femininos vivenciavam eram mais intensas no mundo rural, onde o patriarcado parecia mais intransigente. As dificuldades de combater os preconceitos, estereótipos e estigmas sobre o “ser mulher” eram menores nos espaços urbanos.

Apesar de tudo, além de certa revolta feminina já existente, o contato com outros espaços e mulheres do movimento sindical em cursos, eventos, congressos permitiram uma redescoberta do “ser mulher”. Essas novas experiências encorajaram mulheres a empreenderem movimentos de resistência à dominação masculina.

Até 1973, o STR de Alagoa Grande mantinha a tradição de eleger presidentes homens. Em junho daquele ano, Margarida rompeu com aquela tradição ao propor a sua candidatura à presidência do STR, onde era secretária. Naquela oportunidade, declarou: “irei me apresentar

¹²⁵¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 12 de outubro de 1980**. Livro de Atas IV (1978-1982), fl. 31 verso.

¹²⁵² SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata da reunião Ordinária realizada no dia 09 de janeiro de 1983**. Livro de Atas V (1982-1984), fl. 07.

¹²⁵³ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 26 de julho de 1964**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 11.

neste momento como candidata a presidente deste sindicato nas eleições de novembro, se Deus quiser”, e fez um histórico do seu passado a partir de 1967, ano em que assumiu a tesouraria, até aquela data.¹²⁵⁴

Evidentemente, ela conhecia muito bem as dificuldades que poderia enfrentar ao desafiar o modelo dominante. Nesse sentido, Margarida buscou justificar: “...e falou na humilhação que estavam fazendo a mulher brasileira, deu ligeira explicação sobre a história do Brasil dizendo quem foi a princesa Isabel que assinou a lei Áurea”. Ainda recorreu a outras figuras femininas proeminentes, como “dona Leopoldina e na passagem da mulher no antigo testamento”.¹²⁵⁵

A líder sindical se dispôs a atender em sua própria residência: “...quanto ao atendimento vocês não se preocupe, pois em horas extraordinária[s] estarei com as portas abertas a rua da Olinda, 624”. Logo após a sua fala, ainda houve uma voz masculina “...querendo desqualificar a mulher”, momento em que o seu esposo, Severino Cassimiro, levantou-se e rebateu com o “seu grito de protesto”.¹²⁵⁶

Desde a década de 1990, a trabalhadora rural Luzia Ferreira encabeçou um movimento de mulheres no município de Alagoa Grande. Em sua entrevista, ela relembra os seus limites de compreensão sobre “ser mulher” ao descrever o seu comportamento de mulher nas décadas de 1970 e 1980. Nessa narrativa, ela lembra que, quando se casou, aquele comportamento que se alinhava com o discurso misógino era assustador para a sua visão atual, enquanto conhecedora da opressão esmagadora que fora imposta ao corpo feminino. Ainda se tem, para ela, um desejo masculino de tentar mitigar essa realidade que ainda grita muito forte em seus ouvidos. Ao rememorar essas experiências, explica:

Até um certo tempo, eu chegava aqui, quando chegava um homem na minha casa eu dizia assim, eu olhava: se fosse homem quem tinha que atender era o marido, se tivesse em casa, e se não tivesse eu dizia: “pode ir meu marido não está não!” Se fosse uma mulher eu ia atender. Tinha aquele preconceito, aquela coisa triste na vida, né? E depois que eu cheguei aqui na cidade, né? Aí fui esclarecendo um pouco da mente.¹²⁵⁷

Luzia morava na zona rural e migrou para a cidade pouco tempo depois do seu casamento. Ela teve os seus primeiros contatos com Margarida na sede do STR. Ali, nos anos iniciais da década de 1980, ministrou um curso de corte e costura e, nesse ínterim, presenciava

¹²⁵⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião Ordinária realizada no dia 10 de junho de 1973. Livro de Atas II (1970-1974)**, fl. 36.

¹²⁵⁵ *Idem.*

¹²⁵⁶ *Idem.*

¹²⁵⁷ FERREIRA, Luzia Soares. **Entrevista concedida a ... Op. cit.**

os diálogos e queixumes das trabalhadoras rurais com a sindicalista. E, nesses espaços, urbano e sindical, foi experienciando novas sensibilidades femininas, novas sociabilidades e ressignificando seus conceitos de mulher, de feminino.

Maria da Soledade, que se tornou presidente do STR, teve, segundo ela, um espírito rebelde desde jovem. Ao falar das relações trabalhistas e do tratamento a que a mulher era submetida à época, desfiou: “...porque eu não nasci pra levar cabresto, não! (...). E eu não nasci para ser escravizada nem por homem nem por mulher e nem por ninguém”¹²⁵⁸.

6.3 “SURPREENDENTES E GRANDIOSAS MANIFESTAÇÕES COLETIVAS”¹²⁵⁹: AS GREVES NA ZONA CANAVIEIRA

No Brasil, as paralisações coletivas não são um fenômeno moderno, por assim dizer. Na primeira metade do século XIX, a capital do país foi palco de greves experienciadas por trabalhadores e trabalhadoras escravizados¹²⁶⁰. As “*paredes*”, como eram denominadas essas formas de resistência organizada, apresentavam reivindicações diversas, como a “venda para outro senhor”, melhores condições de vida e de trabalho. O historiador João José Reis apresenta esse fenômeno, explorado pelos escravos na Bahia, no ano de 1857¹²⁶¹. Na zona rural de Pernambuco, na área canavieira de 1919, homens que laboravam na palha da cana paralisaram as atividades exigindo melhorias salariais, “jornada de oito horas de trabalho (...) reconhecimento sindical e fim de punições”¹²⁶².

Em 1962 Francisco Julião, buscando mobilizar a gente despossuída do campo, fazia menção aos movimentos grevistas realizados pelo operariado urbano. Para ele, essa era “uma grande arma” que poderia ser utilizada pelos trabalhadores rurais da zona canavieira de maneira estratégica, “deixando a cidade sem feira. Parando o trabalho no campo. Não comprando nas lojas dos inimigos da Liga e do Sindicato”¹²⁶³. Assim, a greve seria adotada paralelamente a outras práticas de resistência, o que poderia demonstrar maior eficiência. E não demorou muito. Calcula-se que, no Brasil, entre os anos de 1962 a 1963, ocorreram 28 paralisações organizadas pela classe trabalhadora do campo. Na Paraíba foi registrada uma greve no ano de 1963¹²⁶⁴.

¹²⁵⁸ LEITE, Maria da Soledade. **Entrevista concedida a ...** *Op. cit.*

¹²⁵⁹ AS GREVES vitoriosas do Nordeste 1984. **O Trabalhador Rural**, Brasília, Ano 6, nº 29, set./out.-1984, p. 1.

¹²⁶⁰ NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flavio dos Santos. As greves antes da “grève”: as paralisações do trabalho feitas por escravos do século XIX. **Revista Ciência e Cultura/SPBC**, Ano 65, nº 02, abr./maio/jun.-2013, p. 56-59.

¹²⁶¹ REIS, João J. A greve negra de 1857 na Bahia. In: **Revista USP**, nº 18, 1993. p. 6-29.

¹²⁶² NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flavio dos Santos. As greves antes da “grève”: *Op. cit.*, p. 59.

¹²⁶³ JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. p. 78.

¹²⁶⁴ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. *Op. cit.* p. 70.

Com o golpe civil militar de 1964, o estado de exceção conseguiu criminalizar os movimentos sociais e reprimir qualquer manifestação de resistência dos trabalhadores. Em junho de 1964, o direito à greve foi reformulado, embora garantido por meio de toda uma burocratização que pretendia inviabilizá-la. Além disso, a greve somente poderia acontecer depois de esgotadas todas as formas de negociação sob a mediação da DRT e do MP¹²⁶⁵. Com as organizações e mobilizações das classes trabalhadoras, a partir da segunda metade da década de 1970, o governo de Ernesto Geisel instituiu o decreto-lei que proibia a greve¹²⁶⁶.

Na segunda metade da década de 1970, prometia-se uma possível reabertura democrática, mas a repressão se notava mais severa. Os movimentos estudantis, que não tinham parado, recolocaram-se nas ruas. Mesmo com as repressões, conseguiram mobilizar uma grande parcela da sociedade civil, encorajando organizações, instituições como a CNBB, a ABI, a OAB e a SBPC se posicionaram contra o regime. Já em setembro de 1978, o governo federal anunciava o fim do AI-5 por meio da Emenda Constitucional nº 11, aprovada no mês seguinte¹²⁶⁷. Nesse contexto, em que a sociedade civil fervilhava e o governo autoritário perdia as suas forças, explodiram várias greves no ABC paulista. Essas paralisações atacavam a desvalorização salarial e outros fatores. As duras críticas à estrutura sindical, ossificada durante a ditadura, anunciavam uma nova forma de organizar a luta sindical.

Em maio de 1979, durante a realização do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, a categoria propôs, entre as várias mudanças, uma reestruturação da luta sindical, de modo que pudesse “desatrelá-lo dos princípios fascistas”. Assim, a partir daquele momento, há uma modificação nas estratégias de reivindicação. Nesse sentido, “tratava-se não mais de pedir, mas de exigir”. Portanto, os trabalhos de base passavam a ser de “organização, motivação e mobilização dos trabalhadores rurais”. Tudo isso, incorporou, também, uma “mudança na

¹²⁶⁵ No Brasil, a Lei de Greve foi regulamentada na Constituição de 1946. O seu Art. 158 rezava que: “É reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará”. BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 03 set. 2022. Em junho de 1964, a Lei de Greve foi regulada. Cf. BRASIL. **Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964**. Regula o direito de greve, na forma do art. 158, da Constituição Federal. Brasília, DF. Essa Lei foi **Revogado pela Lei nº 7.783, de 28.6.1989**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4330.htmimpressao.htm. Acesso em: 03 set. 2022.

¹²⁶⁶ BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.632, de 04 de agosto de 1978**. Dispõe sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1632.htm. Acesso em: 03 set. 2022. Esse decreto foi revogado onze anos depois, através da Medida Provisória nº 59, de 1989, que foi convertida em Lei no mesmo ano Lei nº 7.783. Cf. BRASIL. **Lei nº 7.783 de 28 de junho de 1989**. Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências. Brasília, DF: 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7783.htm#art18. Acesso em: 03 set. 2022.

¹²⁶⁷ NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 255-279.

concepção de educação sindical”. Nesse sentido, a proposta era inserir o trabalhador na prática sindical, de modo que ele, ao vivenciar a luta de resistência organizacional, pudesse se tornar protagonista das “ações concretas de transformações”¹²⁶⁸. Dentro desse contexto, no estado da Paraíba, esse movimento sindical “... traçou novas linhas de luta na defesa dos trabalhadores. Aí se caracterizou, nasceu a idéia da greve”¹²⁶⁹. Baseada nas resoluções do III Congresso, cujo princípio era “o de estimular as lutas coletivas dos trabalhadores”, a CONTAG procurou reorganizar os movimentos e “dar nova direção na luta dos trabalhadores, tentando fazer que eles saíssem da defesa individual para a defesa coletiva”.¹²⁷⁰

Nas áreas canavieiras da Paraíba, as cobranças por um salário menos injusto e o respeito aos direitos trabalhistas mais básicos foram ecoadas pelas entidades sindicais. Desde 1982, os STR's se reuniam em algumas cidades do Brejo paraibano discutindo, mobilizando e criando as campanhas salariais.

Ainda no ano de 1980, a presidente do STR de Alagoa Grande, ao discutir a importância de uma paralisação da categoria como estratégia de resistência na zona canavieira, lembrou as mobilizações realizadas pelos “companheiros” de Pernambuco, “falou na greve que os mesmos fizer[am] em defesa de seus direitos e disse também que para se fazer uma greve só se Faz com o povo unido...”. Margarida demonstrou grande preocupação, embora houvessem trabalhadores e trabalhadoras encorajados a enfrentar a fúria do patrão, receava que apenas uma minoria participasse do movimento grevista. Em uma crítica contundente ela esclareceu a principal razão da fragilidade dessa luta, afirmando ser vergonhoso para a classe trabalhadora ainda ter homens e mulheres da palha da cana “...que pega[vam] os seus direitos e deixa[vam] para o patrão que a causa são deles mesmos e disse também que os trabalhadores rurais de Al. Grande precisava[m] ter mais coragem para defender os seus direitos”¹²⁷¹.

Para um dos associados, “...tinha[mos] que criar mais coragem para quebrar estas bar[r]eira[s] que nos estava encontrando e[m] nossa frente e falou também na união do[s] companheiro[s] de Pernambuco”. Para ele, se todos que laboravam na palha da cana e em outras atividades “...se unisse[m] era f[ácil] de se reso[l]ver os problemas”. Um segundo sócio complementou a discussão, “dizendo que a fome que estava havendo no país era [a expansão

¹²⁶⁸ MEDEIROS, Leonilde Sérvo. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. *Op. cit.* p. 117-118.

¹²⁶⁹ URBANO, Francisco. Exposição. Canavieiros em Greve: campanhas salariais e sindicalismo. Encontro de Canavieiros. Mar. 1985. **Cadernos do CEDI**. São Paulo, nº 14, dez. 1985, p. 19.

¹²⁷⁰ *Idem*. p. 21.

¹²⁷¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 12 de outubro de 1980**. Livro de Atas IV (1978-1982), fls. 31.

acelerada d]o plantiu de cana e também os proprietário[s]”, que desrespeitavam a legislação trabalhista¹²⁷².

Ao que parece, nas avaliações das lideranças sindicais na zona canavieira do estado da Paraíba, a classe trabalhadora ainda não estava preparada para realizar um movimento grevista. Era necessário estimular a categoria, conscientizá-la do direito de se fazer greve, explorando as experiências em outras latitudes, como foram as paralisações realizadas em 1983, nos estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco. Todavia, ainda no ano de 1982, já se discutia nas assembleias do STR de Alagoa Grande a importância da carteira de trabalho assinada, “dizendo que o salário já era de fome e tinha gente (...) no município de Al. Grande que não estava ganhando nem a metade” do salário mínimo.¹²⁷³

Por não se manifestar contra essa situação salarial, os próprios trabalhadores estavam “cometendo uma injustiça contra a si mesmo”. Além disso, advertiu a presidente que, “se carteira assinada fosse bom para os empregador[es] eles a tempo já tinha[m] assinado”. Também lembrou “que quando as carteira fosse assinada tinha que ser com a data de admissão no trabalho”. Nesse sentido, o sócio Francisco Antonio, morador do Engenho Gregório, reclamou “sobre os salários que estava sendo de miséria disendo o mesmo que não ia ficar como estava que tinha que se procurar [tomar] as medidas necessária”. E, complementando, recorreu às experiências obtidas pela categoria no estado de “Pernambuco e como os trabalhadores eram unidos em favor de seus direitos”¹²⁷⁴.

Ainda em janeiro de 1981, estudando a situação salarial na área canavieira, a presidente do STR de Alagoa Grande lembrou aos associados e associadas direitos trabalhistas já conquistados e a luta para que fossem reconhecidos pelos usineiros e senhores de engenho. E, nesse sentido, fez uma análise “sobre o salário diário que e[ra, à época, o valor de Cr\$] 148,00 por dia e disse que os trabalhadores estava[m] deixando [Cr\$] 48,32 por dia para o empregador e disse que estava faltando era a união no[s] trabalhadores”¹²⁷⁵. Nessa simplificada observação da sindicalista, denota-se a sua clara consciência da existência de perda salarial real dentro de uma relação de superexploração de trabalho. Ainda nessa explicação, está implícito o mais-

¹²⁷² *Idem*. Fl. 31-31 verso.

¹²⁷³ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 13 de junho de 1982**. Livro de Atas V (1982-1984), fl. 01.

¹²⁷⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 13 de junho de 1982**. Livro de Atas V (1982-1984), fl. 01.

¹²⁷⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 11 de janeiro de 1981**. Livro de Atas IV (1978-1982), fl. 34 verso.

trabalho. Daí se entende ser a Campanha Salarial e, conseqüentemente, o movimento grevista “absolutamente racional”¹²⁷⁶.

Todavia, essa ação coletiva encontrava dificuldades, uma vez que “os proprietários estava[m] fazendo todo [tipo] de repre[ss]ão para que as carteira[s] não fosse[m] assinada[s]”¹²⁷⁷. Em setembro de 1982, foi realizado, em Guarabira, o I Encontro Estadual de Trabalhadores Rurais da Zona Canavieira da Paraíba, durante o qual se decidiu pelo fortalecimento da luta que culminaria na Campanha Salarial. Nesse sentido, Margarida “ficou com uma tarefa de fazer reuniões com os trabalhadores da zona canavieira isto sobre o problema de assinatura de carteira de trabalho”, reuniões cujo objetivo era orientar os trabalhadores “para que os mesmos procuraci se organizar para ter seus direitos”. À Margarida foi incumbida a tarefa de mobilizar a categoria de três municípios: Alagoa Grande, Alagoinha e Cuitegi.¹²⁷⁸

Nesse sentido, em janeiro de 1983, foi anunciado “que todos os domingos ía haver reunião na sede do sindicato com os trabalhadores dos Engenhos”. O fato é que, naquele “ano de 1983 os sindicatos estava[m] se preparando para fazer a Campanha Salarial esta que vem acabar (...) [com os desrespeitos dos patrões para com] os direitos dos trabalhadores”. Além da correção salarial, a Campanha lutava pelo cumprimento das oito horas diárias de trabalho, 13º salário, férias remuneradas, a equiparação do salário da mulher ao do homem etc.¹²⁷⁹. Nas assembleias seguintes, foi reforçada a importância da luta e do engajamento de todos. Em março daquele ano, a presidente lembrou “sobre a campanha salarial dizendo que esta também tinha que ter ajuda de todos os trabalhado[res e] que a luta era de todos os sindicatos da zona canavieira do estado da Paraíba e explicou sobre o dissídio coletivo [e] as suas finalidade[s].”¹²⁸⁰.

Desse modo, no primeiro semestre de 1983, a campanha salarial mobilizava a categoria. Assim, “esta Campanha Salarial que se estava fazendo não era só em Alagoa Grande e sim em trinta e dois município do Estado disse também que para se fazer a Campanha era preciso se ter

¹²⁷⁶ MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

¹²⁷⁷ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 08 de agosto de 1982**. Livro de Atas V (1982-1984), fl. 03.

¹²⁷⁸ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 12 de outubro de 1982**. Livro de Atas V (1982-1984), fls. 04-05.

¹²⁷⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 09 de janeiro de 1983**. Livro de Atas V (1982-1984), fl. 07.

¹²⁸⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 13 de março de 1983**. Livro de Atas V (1982-1984), fl. 07.

pelo menos três quarto dos trabalhadores”. Para tanto, o STR estava realizando o levantamento do número de trabalhadores da cidade e da zona rural.¹²⁸¹

Quinze dias após o assassinato de Margarida Maria Alves, foi lançada, na cidade de Alagoa Grande, a Campanha Salarial. A escolha do local, um marco simbólico da resistência dos trabalhadores rurais, foi, também, uma forma de protesto contra a violência patronal, conforme ficou registrado:

O presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, José Francisco da Silva, disse em Alagoa Grande, no lançamento da Campanha Trabalhista dos camponeses da Zona Canavieira da Paraíba que, “caso as reivindicações dos camponeses não sejam atendidas, eles têm o legítimo direito de deflagrar greve geral, em protestos aos patrões”. [...] A firmeza demonstrada pela companheira Margarida Alves, em defesa dos trabalhadores de Alagoa Grande, será continuada por cada trabalhador, por cada presidente de Sindicato, da Paraíba e do Brasil – disse o presidente da Contag, para quem a luta de Margarida não morrerá com uma simples bala.¹²⁸²

Trata-se, pois, não apenas de uma luta travada no âmbito político e institucional, mas, também, no campo da memória, como uma “batalha inexorável”. Agora o combate não se fazia mais com a voz da sindicalista, mas com o uso – às vezes desmedido - de seu nome, de seus feitos, de seu “heroísmo”.

A união era sempre uma recorrente nas assembleias do STR. Em novembro de 1983, alguns dos associados e associadas se pronunciaram, reclamando dos baixos salários e da alta da inflação, procurando se posicionar a favor da realização de uma greve. Naquele momento, Janduy, um dos afiliados, observou: “todos estavam precisando de reunião e para chegar a uma greve precisam de todos se unir, mais o que existe é medo dentro de cada um de nós”.¹²⁸³

Para a organização e realização do movimento grevista, se recorria sempre às experiências de outros lugares como um parâmetro para as tomadas de estratégia. Nesse sentido, vale observar que, em fins de 1983, “...quatro associados foram a Pernambuco para ver de perto a greve” que estava ocorrendo na zona canavieira. Ao que parece, naquele estado, as paralisações apresentavam melhor organização, a categoria era mais politizada. Um dos presentes na reunião observou que naquelas terras “...a greve foi bem rápida e no instante tudo foi resolvido”. E concluiu: “...então temos que lutar!”.¹²⁸⁴

¹²⁸¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária de 13 abr. 1983**. Livro de Atas 05 (1982-1984), fl. 11. Nas páginas seguintes, registrou-se que a Campanha Salarial se manteve e foi estimulada e discutida em quase todas as reuniões do STR naquele ano.

¹²⁸² Contag lança a campanha salarial. **A UNIÃO**. João Pessoa, 30 ago. 1983, nº 171, p.8.

¹²⁸³ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 13 de novembro de 1983**. Livro de Atas V (1982-1984). Fl. 22 verso.

¹²⁸⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 09 de outubro de 1983**. Livro de Atas V (1982-1984), fl. 16.

O veterano Severino Cassimiro convocou: “...devemos também fazer greve para lutar pelos seus direitos então vamos se unir companheiros, se não esmorecer de lutar”. Ainda nessa reunião do STR, um dos trabalhadores de nome Jandué, observou: “...todos nós temos o direito de ter a nossa carteira assinada e quando conseguirmos devemos agradecer [a]o sindicato”, numa clara alusão à luta da entidade. Além disso, acrescentou: “... todos nós temos direito de falar[,] se unir e lutar para [organizar e realizar uma] greve”.¹²⁸⁵

Maria da Penha, delegada sindical, lembrou “que os latifundiários não tem dinheiro para pagar férias de décimo terceiro do trabalhador, mais tem dinheiro para comprar terras e carro novo todo ano”. Ainda em sua exposição, ao “falar dos sofrimentos dos trabalhadores”, foi categórica ao afirmar: “e para falar a verdade não precisa palavras bonitas pois cada um sabe contar o nosso sofrimento”.¹²⁸⁶

O associado José Ramos, ao comentar sobre a desvalorização salarial no estado da Paraíba, avaliou as conquistas salariais de Pernambuco, e concluiu: “...então o que falta somente é todos, se unir e porque a gente também não faz, então vamos mostrar um filme sobre a greve para nós podermos também se organizar”.¹²⁸⁷

Outro trabalhador que se manifestou nesse mesmo dia, “o companheiro Otacílio”, se posicionou, “dizendo que só falta[va] união para nós vencermos na vida”. Ele explicou em sua fala, “dizendo que todos que trabalha[m] nos engenhos, [nas] usinas [e/ou em fazendas] são escravos, e a miséria que estamos vendo o culpado são todos nós. E no momento o que estamos precisando e de ter terra para trabalhar. Então vamos trabalhar juntos”.¹²⁸⁸

É importante lembrar que, até o mês de julho de 1983, a Delegacia Regional do Trabalho - DRT registrou 123 solicitações de fiscalização às empresas que descumpriam a legislação trabalhista. Todavia, esse órgão do Estado encontrava dificuldade para atuar na fiscalização, principalmente nas regiões mais distantes da capital.¹²⁸⁹

Em dezembro de 1983, o presidente da Fetag-PB, Álvaro Diniz, fez-se presente em assembleia do STR de Alagoa Grande, com o claro propósito de mobilizar a categoria. Ao falar sobre a Campanha Trabalhista, Álvaro Diniz explicou “...que tinha começado essa campanha desde [o] ano passado, e disse que a Federação estava distribuindo pessoas para todas [as] cidades da área canavieira e falou que os patrões devem pagar todos os direitos do trabalhador”. Ele ainda acrescentou que “...a Federação estava disposta junto ao sindicato para reclamar os

¹²⁸⁵ *Idem*. Fl. 16.

¹²⁸⁶ *Idem*. Fls. 16 e 16 verso.

¹²⁸⁷ *Idem*. Fls. 16 verso.

¹²⁸⁸ *Ibidem*.

¹²⁸⁹ Registrados 123 pedidos de fiscalização às empresas. **A UNIÃO**. João Pessoa, 13 jul. 1983, nº 132, p. 5.

direitos trabalhistas”. E assegurou “...que o trabalhador não se preocupasse com a demora de seus direitos que está na justiça pois quando o trabalhador receber irá receber com juros e correção monetária”.¹²⁹⁰

Além disso, era preciso empoderar a classe trabalhadora e dar-lhes certo protagonismo. O presidente da Fetag, ao lembrar que todos os trabalhadores e trabalhadoras deveriam ter seus direitos respeitados e suas demandas atendidas, explicou que, para obter essas conquistas pensadas para a Campanha Trabalhista, era necessário da participação de todos, unir forças e agir sob o comando da entidade sindical organizada. Pontuou a respeito: “...Muitos trabalhadores da Paraíba tem direito e para (...) [tanto, é necessário] que homens mulheres e meninos se reúnam na porta do sindicato no dia [em] que o sindicato determinar”.¹²⁹¹

Ainda nessa mesma reunião, um dos membros da direção do sindicato, Manoel Amaral, no sentido de fazer a categoria compreender que o movimento pretendido era um direito legítimo, lembrou: “...que o homem deve ser forte e não temer a outro homem, dizendo que todos são igual (...) [e] que o homem deve morrer na luta de que morrer de fome depois cantou uma música sobre o trabalhador”.¹²⁹²

As campanhas salariais/trabalhistas realizadas pelos STR's, nos anos de 1983 e 1984, mobilizaram trabalhadores e trabalhadoras de, aproximadamente, 35 (trinta e cinco) municípios que constituíam a zona canavieira do estado. Nos primeiros meses de 1984, as tentativas de negociação entre empregados e empregadores não obtiveram sucesso, sinalizando uma possível paralisação. No município de Alagoa Grande e adjacências, as lideranças sindicais lembravam sobre “a campanha trabalhista dizendo que os sindicatos, estava prevendo fazer este ano de 1984, para ser igual ao Rio Grande do Norte, e Pernambuco, dizendo que para ficar o salário por igual tinha que haver uma luta de todos os trabalhadores...”¹²⁹³.

A imprensa acompanhava esses fatos na expectativa de, a qualquer momento, noticiar a deflagração da greve dos trabalhadores da zona canavieira da Paraíba. Nos primeiros dias do mês de outubro, a negociação ainda era esperada. O presidente da FETAG, Álvaro Diniz, por sua vez, “em viagens efetuadas pelo Brejo paraibano, [...] pode constatar a disposição dos canavieiros com vistas à campanha salarial, inclusive, preparados para entrar em greve caso

¹²⁹⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 11 de dezembro de 1983**. Livro de Atas V (1982-1984), fl. 24.

¹²⁹¹ *Idem*. Fl. 24 verso.

¹²⁹² *Ibidem*.

¹²⁹³ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 12 de fevereiro de 1984**. Livro de Atas V (1982-1984), fl. 27.

nada (...) [fosse] resolvido”. Enquanto isso, “cerca de 120 mil pessoas, através dos seus sindicatos e a Fetag, procurarão esgotar todos os recursos¹²⁹⁴.”

Nesse ínterim, paralelamente às mobilizações, a classe patronal recorria a artifícios estratégicos para tentar desmobilizar a categoria e inviabilizar uma possível greve na zona canavieira. Segundo reportagem, “mesmo com a disposição por parte dos trabalhadores rurais de acatarem a pauta, estão ocorrendo tentativas de desvios dos mesmos, pelos proprietários de terras, para que estes trabalhadores não participem das assembleias”. O presidente da FETAG, explicava que, “alguns proprietários de terras estão oferecendo aos trabalhadores viagens para diversas cidades, localizada no Estado e fora do Estado, bem como festas com churrascos e tantas outras diversões”. Aquele sindicalista assegurava que havia “uma consciência por parte dos trabalhadores mediante a precária situação em que se encontra[va]m”. Estava programada para o dia 7 de outubro a votação “através de escrutínio secreto” sobre a pauta de reivindicação. No entanto, caso não fosse acatada por algum empregador, os trabalhadores entrariam “em greve, e de forma legal, acobertada pela justiça. Estamos trabalhando em cima da Lei de Greve, portanto, não nos impedirá de fazermos algo que nos ajude a negociar”.¹²⁹⁵

Na capital do estado, a Campanha Salarial conseguiu mobilizar diversos órgãos representativos da sociedade civil, criando um Comitê de apoio ao movimento. Os preparativos para uma “tarde de apoio à luta dos canavieiros”, a ser realizado no Ponto de Cem-Réis, fez circular “um manifesto de apoio à luta”, colhendo assinaturas. As reuniões de apoio, que estavam ocorrendo na sede da Associação Paraibana de Imprensa – API -, envolveram, além da Central Única dos Trabalhadores – CUT, a Federação das Associações de Servidores Públicos no Estado da Paraíba – FASPEP, a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado da Paraíba, partidos políticos (PT, PDT) e parlamentares. Além disso, outras representações civis sensibilizaram-se com a luta, a exemplo de outros sindicatos, de diretórios estudantis, de Associações de moradores etc.¹²⁹⁶

O Comitê também formou comissões de apoio e defendeu: “as reivindicações dos canavieiros, além de justas e legítimas, merecem o apoio de todos os democratas comprometidos com a construção de uma sociedade justa e mais humana”. Outrossim, nessas manifestações, foi planejada a venda de “broches, cartazes etc., como forma de divulgar a campanha salarial dos canavieiros e angariar fundos”. Os integrantes da classe trabalhadora da

¹²⁹⁴ Canavieiros prontos a deflagrar sua campanha. **A UNIÃO**. João Pessoa, 02 out. 1984, Ano XCII, nº 202, p. 7.

¹²⁹⁵ Canavieiros se reúnem amanhã – questão salarial estará em debate. **A UNIÃO**. João Pessoa, 06 out. 1984, nº 206, p. 7.

¹²⁹⁶ Canavieiros têm apoio para campanha salarial. **A UNIÃO**. João Pessoa, 04 out. 1984, nº 204, p. 7.

zona canavieira “votarão, entre outras coisas, aumento de salário, transporte, seguro, tabelas de tarefas, salário família, ganho certo na doença, sítio para plantar, ferramentas por conta do patrão, salário da mulher igual ao do homem”¹²⁹⁷.

O presidente da CONTAG, José Francisco, veio a João Pessoa para acompanhar o movimento de perto, permanecendo “até quando a campanha chega[sse] ao seu final, com um acordo ou com a greve”. Com as experiências obtidas nas paralisações realizadas no ano anterior, nos estados vizinhos de Pernambuco e Rio Grande do Norte, ele “trouxo em sua comitiva vários assessores e funcionários da entidade, exatamente para dar o apoio e a ajuda necessárias para a campanha”. Defendendo a legalidade da greve, o presidente dessa entidade afirmou: “devemos esperar que tanto o Governo como os patrões também cumpram a sua parte e não provoquem coações ou violência para impedir a legítima mobilização do trabalhador em busca de seus direitos”¹²⁹⁸. De acordo com a reportagem,

Entre as reivindicações apresentadas pelos canavieiros, está a concessão de um piso salarial condizente para a manutenção do trabalhador e sua família. Paralelamente a esse piso, a classe defende a manutenção de uma tarefa de trabalho menor.

Querem ainda, os canavieiros da Paraíba, que os seus patrões lhe ofereçam condições de transporte mais seguro, de acordo com as normas e regulamentos do Conselho Nacional do Trânsito (CONTRAN), para os casos específicos do transporte de trabalhadores. Entre as exigências dos trabalhadores, está também, o item relacionado com as ferramentas de trabalho no canavial.

Os sindicatos querem que os próprios patrões forneçam as ferramentas necessárias ao corte de cana e não os trabalhadores, como vinha acontecendo.¹²⁹⁹

Durante o Ato Público realizado no Ponto de Cem-Réis, no dia nove de outubro daquele ano de 1984, o delegado Regional do Trabalho, José Carlos Arcoverde, “foi notificado das principais reivindicações dos canavieiros”. Cabia à DRT convocar os representantes de empregados e empregadores, e realizar a negociação. A recusa das “quarenta e duas propostas que foram aprovadas nas Assembleias” votadas por “cerca de 60 mil trabalhadores” distribuídos em 34 municípios do estado pela classe patronal poderia significar a deflagração da greve.¹³⁰⁰ De acordo com a imprensa, nesse mesmo dia, o presidente da Associação dos Plantadores de Cana-de-Açúcar do estado da Paraíba, Manoel Borges, embora não tenha se inteirado das propostas dos canavieiros, assegurou “que pelo menos 50 por cento do que é reivindicado pelos

¹²⁹⁷ *Idem*.

¹²⁹⁸ Contag defende mobilização dos canavieiros. **A UNIÃO**. João Pessoa, 06 out. 1984, nº 206, p. 8.

¹²⁹⁹ Trabalhadores enumeram seus pedidos salariais. **A UNIÃO**. João Pessoa, 09 out. 1984, nº 208, p. 5.

¹³⁰⁰ Contag admite: canavieiros entram em greve. **A UNIÃO**. João Pessoa, 10 out. 1984, nº 209, p. 8.

trabalhadores serão atendidos. ‘Tudo aquilo que estiver dentro da lei, nós teremos que atender’”.¹³⁰¹

No entanto, para os representantes da classe patronal, as reivindicações dos canavieiros não fora uma surpresa, uma vez que os trabalhadores dos estados vizinhos teriam realizado cobranças semelhantes no ano anterior.¹³⁰² Com a discordância entre os representantes dos empregadores e empregados, não se chegou a um acordo. A classe patronal recusou mais de 50% das propostas votadas pelos canavieiros¹³⁰³, fato que resultou na deflagração da greve.

No dia seguinte, trabalhadores rurais da zona canavieira, de forma estratégica, paralisaram as suas atividades sob as orientações dos STR's. De acordo com a imprensa, “a greve, foi declarada em protesto contra o não atendimento das reivindicações trabalhistas formuladas através de circunstanciado documento encaminhados aos patrões”. Entre os pontos propostos pela categoria e que foram prontamente rejeitados pelos proprietários de usinas de cana-de-açúcar e destilarias de álcool, estavam o piso salarial, a tabela de tarefas, a lei do sítio, o salário doença, o salário família e o 13º salário. Esgotadas as tentativas de negociações, partiu-se, então, para o dissídio coletivo, que foi avaliado e julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, em Recife.¹³⁰⁴

Com a crescente adesão de homens e mulheres ao movimento paredista, usineiros, senhores de engenho e fornecedores de cana viram as suas estratégias para conter as mobilizações falharem. A classe patronal não aceitou a paralisação e, procurando desmobilizar o movimento, utilizou-se de todos os turnos para estancar a greve, fosse por meio de retaliações indiretas ou diretas, como ameaças e o uso de seus capangas para amedrontar, fosse no uso da violência física contra os dirigentes sindicais. Nesse sentido, no município de Alagoa Grande, registrou-se:

Quatro horas após a deflagração do movimento paredista, vários cortadores de cana foram espancados em três pontos estratégicos onde distribuíam panfletos.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, José Horácio da Silva, foi uma das primeiras vítimas de espancamento, sofrendo um golpe relativamente profundo na altura do ouvido esquerdo, provocado por uma coronhada de espingarda de calibre 12 aplicado por um dos fornecedores de cana para a Usina Tanque.

Mais de dez pessoas foram vítimas dos espancamentos. José Horácio foi espancado juntamente com a sua mulher, Maria da Penha; o assessor sindical,

¹³⁰¹ Plantadores vão analisar propostas de canavieiros. **A UNIÃO**. João Pessoa, 10 out. 1984, nº 209, p. 1.

¹³⁰² Formada comissão de canavieiros para examinar, com DRT, proposta salarial. **A UNIÃO**. João Pessoa, 12 out. 1984, Ano XCIII, nº 211, p. 7.

¹³⁰³ De 42, aceitas 20 reivindicações. **A UNIÃO**. João Pessoa, 14 out. 1984, nº 212, p. 8.

¹³⁰⁴ Braga ordena medidas de segurança; Movimento paredista é quase total. **A UNIÃO**. João Pessoa, 16 out. 1984, nº 213, p. 5.

Wanderley Américo Amado; e o trabalhador Antônio Bento da Silva, quando chegava à ponte de acesso à propriedade Mandaú, na entrada da cidade.

José Horácio disse que os responsáveis pelo espancamento neste local, foram Zito Buarque, Antonio Uchoa de Castro, Arnaldo Uchoa de Castro, José Montenegro e Marcelo Virgolino, que são fornecedores de cana-de-açúcar para usina Tanques. “O Zito Buarque, inclusive, nos ameaçou de morte, caso a gente contasse alguma coisa para a imprensa”, completou [o sindicalista].

Na Vila São João, outro local onde os canavieiros distribuíam panfletos, um grupo de pessoas liderado por José Costa, administrador de uma das propriedades espancou os canavieiros (...). Todos os grevistas, por orientação do Sindicato, estão desarmados, enquanto os empregados-chefes das usinas e dos engenhos portam, abertamente, revólveres e espingardas, segundo José Horácio.

O presidente do Sindicato Rural contou que às 3h30m da madrugada de ontem comunicou ao delegado, Major Afonso Gomes de Carvalho, que já seguia para a Ponte, onde iria dar continuidade ao movimento, na esperança de que a Polícia cumprisse o que havia dito, anteriormente: dar segurança aos canavieiros.

Porém, quando o grupo de dirigentes do sindicato e os demais trabalhadores chegaram ao local, os fornecedores da Usina já se encontravam no local sob proteção de auxiliares e automaticamente investiram contra a equipe, danificando inclusive a Brasília que transportou o assessor do Sindicato, que teve os vidros quebrados à coronhadas.

“Cuidado. Não atirem agora, não atirem agora”, dizia Zito Buarque quando liderava o grupo que espancou os sindicalistas e canavieiros. Nesta ocasião, o trabalhador Antônio Bento foi atingido no rosto por estilhaços de vidros quebrados a coronhadas.

No Distrito de Canafístula, o clima de violência foi semelhante. Foram espancados Manoel Silvano, João Cândido da Silva e um seminarista identificado apenas por Antônio, Roberval Veras, um voluntário do movimento grevista que auxilia o Sindicato Rural.

Nos locais onde habitualmente se reúnem trabalhadores rurais, especialmente na zona canvieira, policiais estão constantemente de plantão. (...)

Dezenas de canavieiros se reuniram na sede do Sindicato, na Rua Francisco Montenegro, onde receberam instruções dos líderes sindicais e informações a respeito da mobilização dos colegas. Do lado de fora do Sindicato, outra expressiva quantidade de trabalhadores ouviam as denúncias, a orientação dos sindicalistas através de uma amplificadora que foi instalada na fachada do prédio.¹³⁰⁵

Tais formas de violência não foram exclusividade do patronato de Alagoa Grande. Outros municípios da zona canvieira, onde os embates paredistas igualmente se realizaram, sofreram, de modo semelhante, a revolta de usineiros e plantadores de cana. Desse modo, na cidade de Sapé, um proprietário “atropelou o agricultor Manoel Gomes” que foi hospitalizado. Em Cuitegi, “acusados de provocarem agitação”, seis trabalhadores foram detidos, como

¹³⁰⁵ Canavieiros em greve denunciam violência. **A UNIÃO**. João Pessoa, 16 out. 1984, Ano XCII, nº 213, p. 5.

também a presidente do STR e um filho. No município de Caaporã “homens armados pelos usineiros impediram uma concentração de trabalhadores”.¹³⁰⁶

Enquanto isso, em Pitimbu, “funcionários de uma destilaria (...) jogaram automóveis contra um grupo de trabalhadores que tentavam impedir a entrada de canavieiros nos locais de trabalho”.¹³⁰⁷ De acordo com a imprensa oficial, os policiais estavam “garantindo o esquema de segurança dos municípios onde os canavieiros entraram em greve”. No entanto, em Pilões “os policiais estavam pressionando pela força, os trabalhadores, no sentido de fazê-los voltar ao trabalho”, ameaçando-os de prisão.¹³⁰⁸

No município de Serraria, a polícia “apreendeu os instrumentos de corte de cana usados pelos canavieiros (...) enquanto os policiais ameaçavam prender aqueles que esboçassem qualquer reação”. A essas práticas de violência, a imprensa se referia como “incidentes”, pois, apesar de tudo isso, os movimentos estavam “sendo conduzidos de maneira pacífica”.¹³⁰⁹ No entanto, canavieiros, em Santa Rita e em Cruz do Espírito Santo, também foram vítimas desse tratamento quando “faziam o aliciamento pacífico de outros companheiros”.¹³¹⁰

Na região do Brejo, o clima de tensão atraiu a imprensa nacional. A presença de jornais do estado e de emissoras de TV que foram fazer a cobertura dos acontecimentos incomodou os proprietários. Em Alagoa Grande, a equipe de reportagem da TV Globo que tentava fazer “uma tomada de cena para o noticiário da emissora”, numa área da cidade conhecida como Ponte Mandaú, foi alvo do descontrole de um policial. Ao sentir a aproximação da equipe, “o soldado, emocionadamente descontrolado, sacou o revólver e partiu em direção ao repórter Marcílio Brandão”. No entanto, foi contido por um outro policial.¹³¹¹

“ ‘Senti gosto de sangue na boca’, comentou momentos depois o cinegrafista Jefferson Oliveira a propósito do episódio. Ele acredita que o policial só não atirou porque ao apontar a arma para a equipe, percebeu que o revólver havia sido sacado inclusive com a balsa”.¹³¹² Em outro momento, as equipes de reportagem dos jornais A UNIÃO e O NORTE, ao se deslocarem para “os canaviais para fotografar as plantações abandonadas pelos cortadores de cana”, foram seguidos por “uma Brasília táxi levando a bordo quatro policiais armados de fuzis”. Contudo,

¹³⁰⁶ Violência marca o primeiro dia de greve dos canavieiros. Governador Manda exonerar delegado. **A UNIÃO**. João Pessoa, 16 out. 1984, Ano XCII, nº 213, p. 1.

¹³⁰⁷ *Idem*.

¹³⁰⁸ Braga ordena medidas de segurança; Movimento paredista é quase total. **A UNIÃO**. João Pessoa, 16 out. 1984, nº 213, p. 5.

¹³⁰⁹ *Idem*.

¹³¹⁰ AS GREVES vitoriosas do Nordeste 1984. **O Trabalhador Rural**,... *Op. cit.* p. 9.

¹³¹¹ Grevistas pedem proteção e polícia abre inquérito. **A UNIÃO**. João Pessoa, 16 out. 1984, nº 213, p. 5.

¹³¹² Grevistas pedem proteção e polícia abre inquérito. **A UNIÃO**. João Pessoa, 16 out. 1984, nº 213, p. 5.

não houve agressão, “apesar da insatisfação visível de alguns soldados diante da presença dos repórteres”.¹³¹³

Em entrevista, a presidente do STR de Cuitegi, Maria Alexandre de Assis, rememorou a violência sofrida por liderar a paralisação das atividades do corte de cana-de-açúcar. Lembrou ela que, “às cinco horas da manhã chegava na cidade de Cuitegi o doutor Zito Buarque(...), na camioneta da usina, ao lado” de um fornecedor de cana “magoado porque os trabalhadores da fazenda não tinham ido cortar cana e tinham aderido à greve, a gente [es]tava aliciando trabalhadores que vinham aqui com rumo a Sapé, a Santa Rita para as usinas”. Segundo a entrevistada, o usineiro se deslocou até Guarabira e conseguiu policiais “portando 12 e chegou assim brutalmente e disse: empurrando e nos prendeu. Levou a gente preso para a cadeia pública na camionete da usina [Tanques]”.¹³¹⁴

Em seu depoimento durante o Processo Crime que julgava o assassinato da sindicalista Margarida Maria Alves, o PM Jorge de Souza Costa, conhecido como “Costão”, do II Batalhão da Polícia Militar sediado em Campina Grande, declarou que

Trabalhou com outros policiais inclusive Betâneo, fazendo a segurança da Usina Tanques durante uma revolta de canavieiros que reivindicavam melhores salários, onde conheceu Dr. Aguinaldo Velloso Borges, seu genro Zito Buarque, Branco Pereira [...]. Que fizeram esta segurança na Usina a pedido de Aguinaldo Velloso Borges e por determinação do comandante do II BPM-Campina Grande¹³¹⁵.

A partir dessa informação, a fala da líder sindical de Cuitegi ganhou materialidade. Certamente, havia uma relação de amizade entre o proprietário da usina Tanques e o chefe do II BPM, o Coronel José Geraldo Soares Alencar. Algumas outras fontes históricas comprovam a existência de uma estreita relação entre grupos dominantes e representantes da Secretaria de Segurança Pública, da Polícia Militar do Estado e do Exército. Em época de “tempos sombrios” a polícia estava, quase sempre, a serviço de latifundiários e líderes políticos, sob o pretexto de “manter a ordem”, “preservar a ordem pública”.¹³¹⁶

Um ano depois, durante o seminário de avaliação da greve, o presidente da FETAG avaliou que a repressão ocorrida durante a mobilização foi maior que em estados vizinhos. A polícia não conseguia garantir segurança aos grevistas. Queixava-se ele de que “chegou a um ponto de uma noite eu”, o presidente da Contag, juntamente com advogado da Fetap-PB,

¹³¹³ Milanez lamenta incidente com o cinegrafista. **A UNIÃO**. João Pessoa, 17 out. 1984, Ano XCII, nº 214, p. 4.

¹³¹⁴ BAGAÇO de Cana. Direção: José Barbosa e Alberto Casagrande. *Op. cit.*

¹³¹⁵ Processo Crime nº 372/95, fl. 151-152. *Apud* RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. **Terra que brota Margaridas...** *Op. cit.* p. 287-288.

¹³¹⁶ De acordo com essa pesquisadora, o Cel. Alencar foi, Secretário Chefe da Casa Militar no Governo Wilson Leite Braga. Cf. *Idem*. p. 287.

Romeu Fonte, e “mais uns companheiros também de Alagoa Grande, de Sapé”, procuramos conversar com o governador. Segundo ele, “estávamos dispostos a amanhecer o dia lá na porta dele e ele nos recebeu quase meia noite. ... ‘É, vocês sabem, eu não tenho o que fazer’, acabou dizendo, ‘vocês sabem que isso é do sistema’. Jogou para o sistema e nisso ficou...”.¹³¹⁷

No entendimento do presidente da FAEPA, Carlos Pessoa, toda essa violência se devia à existência de “pessoas estranhas à classe de trabalhadores na agro-indústria canavieira” e que se infiltraram no movimento. Ele denomina de “elementos nocivos” que estariam “se aproveitando do nível baixo de instrução do trabalhador rural, passam a influenciá-lo, de modo que ele seja devidamente treinado, e isso cria condições para um clima de agitação ou de choque”. Além disso, tal infiltração tinha o propósito de “promover agitações de caráter político-ideológico”.¹³¹⁸

De acordo com um dos jornais do estado que acompanhavam o movimento grevista, no segundo dia de mobilização, 85% “de todos os canavieiros paraibanos (...) permaneceram em greve por melhores salários”. Em Areia, semelhante a outros municípios envolvidos na greve, “alguns proprietários de engenhos e usinas ameaçaram de expulsar das propriedades trabalhadores que insistirem na greve, e tocarão fogo em suas casas para que eles não voltem a ocupa-las”. Apesar dessas ações de intimidação por parte da classe patronal, naquelas terras, que possuía cinco mil canavieiros, “apenas 10 por cento não aderiram à greve ou retornaram ao trabalho em face das advertências”. Na tentativa de manter o funcionamento de suas unidades produtivas, usineiros e senhores de engenho “recorreram à importação de canavieiros de outros municípios e Estados”¹³¹⁹.

Na região do Brejo, a usina de Santa Maria tinha paralisado completamente as suas atividades “em face da adesão de 900 dos seus 1.300 trabalhadores”. A usina Tanques voltou a funcionar, contratando pessoas do vizinho município de Juarez Távora e “na Região da caatinga”. De modo igual, a usina Santa Helena também recorreu à contratação para manter a sua produção¹³²⁰.

No entanto, a mobilização crescia já no segundo dia de greve, “quando as ações dos piquetes se multiplicaram”.¹³²¹ No quarto dia de greve, os engenhos que ainda continuavam em funcionamento com o uso do estoque de cana foram obrigados a parar “em face da falta absoluta

¹³¹⁷ DINIZ, Álvaro. Exposição. Canavieiros em Greve: campanhas salariais e sindicalismo. Encontro de Canavieiros. Mar. 1985. **Cadernos do CEDI**. São Paulo, nº 14, dez. 1985. p. 24.

¹³¹⁸ Carlos Pessoas vê entendimentos com usineiros bem adiantado. **A UNIÃO**. João Pessoa, 16 out. 1984, nº 213, p. 5.

¹³¹⁹ Alguns engenhos funcionam. A maioria para. **A UNIÃO**. João Pessoa, 17 out. 1984, nº 214, p. 4.

¹³²⁰ *Ibidem*.

¹³²¹ Proximidade rodoviária ajuda agroindustriais. **A UNIÃO**. João Pessoa, 18 out. 1984, nº 215, p. 5.

da matéria-prima”.¹³²² A cada dia, a imprensa noticiava uma adesão mais forte da categoria. Esse é o caso de Pilões, “onde, por todo o dia de ontem, cerca de dois mil trabalhadores ficaram aglomerados na cidade, aderindo por completo ao movimento grevista”.¹³²³

A violência exercida por parte dos policiais contra os grevistas foi identificada pelos STR's, e denunciada pela FETAG como atos de coação. Enquanto isso, o SSP do Estado, Fernando Milanez, assegurava que teria havido um entendimento prévio com o presidente daquele órgão e ficou acertado entre ambos que “...as autoridades estaduais reconhecem a greve como legítima, e que, a posição do aparelho policial, seria, exatamente, a de assegurar este direito de greve e o daqueles que não pretendesse aderir ao movimento”.¹³²⁴ Os empregadores acompanhavam essas negociações argumentando que “o governo deu ampla cobertura aos dois lados, garantindo o direito de greve e a opção dos que queriam trabalhar”, como afirmou Carlos Antônio Ribeiro Coutinho, presidente da Companhia Agroindustrial Caena, em Sapé.¹³²⁵

Essas vozes de representações de setores do Estado e classe patronal se alinharam para declarar que os empregados da palha da cana - cujo labor, por si só, já era extenuante e cujo salário estava altamente desvalorizado – se satisfeitos com as condições salariais e de trabalho.

Será que, de fato, a não adesão de alguns trabalhadores e trabalhadoras à greve se justificava por uma simples escolha destes? Se assim era, por que eles estariam satisfeitos com o salário que ganhavam? Certamente, essa não adesão de uma parcela dos empregados podia se explicar pelas relações abusivas, de coações e de violência praticadas pelo empregador.

Compreende-se que esses questionamentos desmontam os argumentos segundo os quais essa postura seria “simplesmente uma escolha do trabalhador” de optar pela não participação no movimento. Esta análise se sustenta nas informações fornecidas pelas fontes, as quais evidenciam intensos níveis de exploração da força de trabalho na palha da cana.

Primeiramente, como já foi assinalado anteriormente, foram várias as denúncias de pressão, coação e repressão à sindicalistas e trabalhadores que estavam aderindo ao movimento grevista. Em segundo lugar, o tratamento reservado aos repórteres pelos policiais e proprietários de terras, na cobertura das mobilizações, constitui uma peça-chave para se pensar na razão pela qual a presença da imprensa incomodava tanto o patronato rural. Em terceiro lugar, no sétimo dia de paralisação, a imprensa tornava pública a denúncia realizada pela FETAG de que usineiros, fornecedores de cana e proprietários de engenhos “já deflagraram o processo de

¹³²² Engenhos obrigados a paralisar atividades. **A UNIÃO**. João Pessoa, 18 out. 1984, Ano XCII, nº 215, p. 5.

¹³²³ Greve dos canavieiros permanece, sob tensão. **A UNIÃO**. João Pessoa, 18 out. 1984, nº 215, p. 5.

¹³²⁴ Polícia instaura inquérito sobre agressões. **A UNIÃO**. João Pessoa, 19 out. 1984, Ano XCII, nº 216, p. 5.

¹³²⁵ Pessoas estranhas já perturbam. **A UNIÃO**. João Pessoa, 19 out. 1984, Ano XCII, nº 216, p. 5.

demissões de trabalhadores da zona canavieira, em represália aos que aderiram à greve dos canavieiros”.¹³²⁶

Enquanto isso, aguardava-se o resultado do julgamento do TRT, que apenas veio a público no dia 22 de outubro de 1984. É importante lembrar que, antes de ser encaminhado o dissídio para o TRT, as tentativas de negociação esbarravam sempre “na produtividade e na implantação do salário-família”.¹³²⁷ Em relação à tabela de tarefas, o fato é que, ao mesmo tempo em que os usineiros ofereciam “um piso salarial igual ao que foi dado em Pernambuco (...) aumentam a tabela de tarefas de trabalho para a categoria profissional”. Enquanto os canavieiros propunham uma tarefa de 200 cubos (a mesma conseguida pelos canavieiros de Pernambuco), os usineiros ofereciam uma tarefa de 624 cubos. Na avaliação do presidente da FETAG, a condição/situação do trabalhador e da trabalhadora rural da área canavieira era pior que a anterior a 1964.¹³²⁸

Os usineiros, fornecedores e senhores de engenho tendiam a não acreditarem muito na força das mobilizações dos canavieiros. Segundo a imprensa, no dia 19 de outubro, “somente a Usina Santa Maria, em Areia, permanecia sem moer”. O discurso da classe empresarial canavieira era o de que não havia nenhuma perda substancial para essas indústrias rurais. Para Fernando Menezes, diretor financeiro da usina Santa Maria, “...a participação de cortadores na greve não chegava a 10% das quase cinco mil pessoas que vivem da cana, em Areia e Pilões, municípios onde estão concentrados os maiores canaviais do Brejo”.¹³²⁹

De início, usineiros lançaram mão da ideia de mecanizar o processo de cultivo da cana-de-açúcar. Nesse sentido, os jornais publicaram nas suas páginas reportagens como:

Proprietários Rurais da Paraíba – especialmente do Litoral – encomendaram máquinas agrícolas, em São Paulo, que irão substituir milhares de braços nos serviços do campo. O objetivo, segundo informou Alberto Gurgel, representante da Agro Industrial Tabú, em Pitimbu, é permitir a continuidade dos trabalhos nas usinas, engenhos, destilarias e fazendas, nos períodos de greve. (...). As máquinas, de acordo com Gurgel, já são fabricadas no Brasil, e dão uma produção equivalente ao trabalho de 200 homens-dia – algo igual a 400 toneladas de cana em 8 horas-serviço. Uma usina que colhe por dia 200 toneladas de cana, precisa apenas de cinco cortadeiras e, automaticamente, dispensa o trabalho de 3 mil pessoas. (...). O único inconveniente dessas máquinas, é que elas só operam em terras planas, como na região do Litoral. A topografia irregular do Brejo paraibano, que concentra mais de 30 por cento da produção canavieira do Estado, torna contraproducente o uso da cortadeira mecânica.¹³³⁰

¹³²⁶ Trabalhadores parados já começam a ser demitidos. **A UNIÃO**. João Pessoa, 21 out. 1984, nº 216, p. 5.

¹³²⁷ Wilson pede aos usineiros que façam acordo – Governador quer mediação do IAA na greve dos canavieiros. **A UNIÃO**. João Pessoa, 17 out. 1984, Ano XCII, nº 214, p. 1.

¹³²⁸ Usineiros entram em contradição. **A UNIÃO**. João Pessoa, 19 out. 1984, Ano XCII, nº 216, p. 5.

¹³²⁹ Pessoas estranhas já perturbam. **A UNIÃO**. João Pessoa, 19 out. 1984, Ano XCII, nº 216, p. 5.

¹³³⁰ No brejo, as máquinas já substituem trabalhadores. **A UNIÃO**. João Pessoa, 16 out. 1984, nº 213, p. 5.

A notícia funcionava como uma ameaça aos canavieiros. Definitivamente, a classe patronal não necessitaria da sua força de trabalho. Enquanto isso, usinas e engenhos iam paralisando as suas atividades e o movimento grevista subsistia às intimidações e às ameaças patronais constantes:¹³³¹

Oitenta e cinco por cento de todos os canavieiros paraibanos – ao todo são cerca de 130 mil – permanecem em greve por melhores salários, até ontem, manifestado a disposição de só retornar ao trabalho se forem atendidos integralmente na proposta que enviaram aos patrões, de acordo com a decisão tomada em assembleias no último domingo. Em alguns municípios, entretanto, alguns trabalhadores retornaram às suas atividades em engenhos e usinas, temendo serem expulsos pelos patrões.¹³³²

As estratégias tomadas pelos canavieiros no sentido de fortalecer o movimento grevista e mantê-lo de pé exigiam grandes esforços. A isso se somavam as astúcias dos próprios trabalhadores no sentido de enfrentar a fúria dos proprietários. Alimentados por experiências de outras épocas e de outras latitudes, era possível romper o “mundo fechado dos engenhos” e enfrentar proprietários, usineiros, milícia privada, policiais armados, até mesmo o “próprio companheiro”, o “fura-greve”. Desse modo, “rompendo o caráter concentracionário e usando as formas espaciais a seu favor, os trabalhadores utilizavam os caminhos de barro e os atalhos que conheciam em detalhes para mobilizar seus companheiros”.¹³³³

“O dia dos grevistas começava cedo – geralmente às 4h da manhã. Eles são convocados para as reuniões sindicais, por membros das comunidades eclesiais de base das Dioceses de João Pessoa e Olinda”. Nos dias seguintes “...a polícia teve trabalho para desobstruir as rodovias empiquetadas pelos grevistas, com toras de madeira”.¹³³⁴

Na greve o Zito Buarque chamou a polícia e foi andando dismantelando os piquetes mais por desespero (risos). Porque a greve aconteceu durante um mês. Nós sustentamos cesta básica durante um mês para milhares de canavieiros. Montamos um sistema com dinheiro do exterior. O SEDUP junto com a Pastoral, a CPT, conseguiu recurso para comprar cesta básica que a gente distribuía nos engenhos durante um mês ou mais. Eu me lembro que havia uma casa abarrotada, a gente carregava nos carros, entrava nos engenhos e era recebido com espingarda, mas eles ficavam sem saber o que fazer¹³³⁵.

Essa fala ilustra bem a força mobilizadora que foi o apoio de outras entidades à luta dos canavieiros e canavieiras paraibanos em 1984. Eles não estavam sozinhos. Antes da deflagração

¹³³¹ Engenhos obrigados a paralisar atividades. **A UNIÃO**. João Pessoa, 18 out. 1984, Ano XCII, nº 216, p. 5.

¹³³² Alguns engenhos funcionam, mas a maioria está parada. **A UNIÃO**. João Pessoa, 17 out. 1984, Ano XCII, nº 214, p. 4.

¹³³³ FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **A arquitetura espacial da *plantation*...** *Op. cit.* p. 258.

¹³³⁴ Estado perderia Cr\$ 183 milhões. **A UNIÃO**. João Pessoa, 21 out. 1984, Ano XCII, nº 216, p. 5.

¹³³⁵ TOSI, Giuseppe. Entrevista concedida a Luanna L. Rodrigues. João Pessoa, 19 set. 2017. *apud* RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. **Terra que brota Margaridas e encerra vidas: ...** *Op. cit.*, p. 74.

da paralisação, as pessoas que se dispuseram a prestar serviço de apoio ao movimento foram “devidamente credenciadas junto à Fetag e à própria Contag”¹³³⁶, com o claro objetivo de evitar qualquer infiltração de pessoas indesejadas, sem uma sólida afinidade com a luta de resistência e/ou a mando dos próprios empregadores, com o simples propósito de impedir que a greve acontecesse. Não faltaram emissários de usineiros e fornecedores de cana para confundir, atraparlar e, até mesmo, impedir as mobilizações da categoria.

A solidariedade prestada por outras categorias que se colocaram à disposição da classe trabalhadora rural, de forma direta e indireta, cooperando com a organização do movimento paredista encampado pelas entidades sindicais, traduziu-se em força moral que empoderou mais ainda o movimento de paralisação, refletindo diretamente no enfraquecimento das forças da classe patronal.¹³³⁷

Na capital do estado, o CENTRUL coordenou os trabalhos de arrecadação e doação de alimentos efetuadas pela população. Em poucos dias de mobilização, “cerca de quatro toneladas de alimentos já... [tinham sido] distribuídos aos 34 sindicatos localizados no interior do Estado, envolvidos com os trabalhadores canavieiros em greve”. A campanha sensibilizou muitas pessoas, e “a maior parte desses gêneros alimentícios foram de primeira necessidade, como arroz, fubá e feijão”. Nessa ação de solidariedade, teve um importante papel também uma parcela de pequenos produtores que fizeram “doação de alimentos plantados em suas próprias fazendas, as quais eram visitadas por representantes de sindicatos rurais que passavam em busca de auxílio aos trabalhadores canavieiros em greve”. Geralmente, eram macaxeira, batata, inhame, fava, jerimum, raízes etc. Naquelas circunstâncias, considerava-se que “o movimento paredista” tendo fim, a campanha continuaria “porque a fome é[ra] crônica e [isso se dava] em função do baixíssimo salário que eles receb[iam]”¹³³⁸.

De modo igual, a Central Única de Trabalhadores do estado da Paraíba – CUT-PB, integrante da *Comissão de Apoio à Luta dos Canavieiros*, realizava essa tarefa de recolhimento de alimentos. E o chamado Fundo de Greve também estava “arrecadando recursos financeiros para a categoria canavieira grevista”.¹³³⁹

Outra categoria envolvida foi a dos professores do estado, que lançaram “a efetivação de uma ‘campanha do quilo’, onde cada docente contribu[ía] com um quilo de alimentação destinado ao fundo de greve dos canavieiros paraibanos”.¹³⁴⁰

¹³³⁶ Álvaro vê algumas infiltrações. **A UNIÃO**. João Pessoa, 21 out. 1984, Ano XCII, nº 216, p. 5.

¹³³⁷ Coleta de alimentos é feita para os grevistas. **A UNIÃO**. João Pessoa, 20 out. 1984, nº 217, p. 7.

¹³³⁸ 24 toneladas de alimentos entregues aos canavieiros. **A UNIÃO**. João Pessoa, 23 out. 1984, nº 219, p. 7.

¹³³⁹ Coleta de alimentos é feita para os grevistas. **A UNIÃO**. João Pessoa, 20 out. 1984, nº 217, p. 7.

¹³⁴⁰ Professores decidem apoiar movimento dos canavieiros. **A UNIÃO**. João Pessoa, 17 out. 1984, nº 214, p. 1.

Essa comissão de apoio era composta, em sua grande maioria, por voluntários de diferentes entidades da sociedade civil, intelectuais, religiosos, advogados, estudantes secundaristas e universitários, pessoas ligadas às pastorais e aos CEBs, entre outros. De forma estratégica, essas pessoas acompanhavam os grevistas em grande parte de suas ações coordenadas pelos comandos de greve. Os trabalhadores e trabalhadoras se organizavam em equipes para fiscalizar engenhos; formavam piquetes, fechando as principais estradas que davam acesso aos engenhos, canaviais e rodovias; paravam caminhões que levavam cana para as usinas; mobilizando trabalhadores que ainda não tinham aderido ao movimento e abordando “os fura-greve”; interagiam com outros grupos para trocarem informações e se informarem das situações em cada comunidade.

Diariamente, homens e mulheres se reuniam nos centros urbanos, concentrando-se nas sedes dos STR's para trocarem informações e ouvirem notícias dos líderes sindicais sobre o andamento das mobilizações em toda a zona canavieira. Nas assembleias, eles avaliavam as ações, reorganizavam os grupos e redefiniam as principais ações para os dias subsequentes, seguindo orientações de como procederem nas abordagens. Nas assembleias, formavam-se grupos de animação nos quais “entrecruzavam-se canções tipicamente sindicais com conhecidas outras político-religiosas consagradas pelas Comunidades Eclesiais de Base”.¹³⁴¹

Depois de estudadas as propostas dos canavieiros, no oitavo dia do movimento paredista, o TRT da VI Região realizou a audiência de julgamento do dissídio coletivo, decidindo por aprovação de todas as cláusulas rejeitadas pelos usineiros. Para estes, não foi uma surpresa essa decisão porque, naquele ano, o mesmo Tribunal já tinha realizado julgamento de dissídio coletivo dos canavieiros dos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte. Anunciada no dia seguinte, pelo presidente da FETAG, a aprovação das cláusulas e o fim da greve, a imprensa reservou uma página inteira para ouvir as vozes dos representantes das duas classes. Nesse sentido, a reportagem do jornal noticiava:

Os cerca de 120 mil trabalhadores canavieiros paraibanos espalhados pelos 34 dos 171 municípios do Estado, associados em 32 sindicatos rurais, voltaram, ontem, ao seu ritmo normal de trabalho, após a aprovação, anteontem, pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da VI Região, localizado na cidade do Recife, das 20 cláusulas restantes do total de 42 inseridas no dissídio coletivo da categoria, que reivindicava, principalmente, melhorias salariais. (...). Os trabalhadores voltam satisfeitos ao trabalho, uma vez que suas conquistas foram alcançadas, além de retornarem com novas mudanças em sua rotina. Dentre tais mudanças, Álvaro Diniz citou o novo piso salarial, estipulado em 190 mil e 24 cruzeiros, mensalmente, o direito a uma tabela de trabalho de acordo com o que foi aprovado pelo TRT do Recife, garantido pelo contrato

¹³⁴¹ NOVAES, Regina Reys. **De corpo e alma**: ... *Op. cit.* p. 207.

coletivo de trabalho, além de muitas outras reivindicações pleiteadas pela categoria.¹³⁴²

A decisão do TRT, já publicada pela imprensa no dia seguinte ao julgamento, foi recebida com festa pelos STR's e grevistas. Todavia, os próprios canavieiros demonstravam preocupação com o seu retorno às unidades produtivas, uma vez que uma grande parcela de senhores de engenho e usineiros não aceitou pacificamente a paralisação.¹³⁴³ É importante lembrar que o presidente da ASPLAN, Rubens Lucena, há alguns meses, ao solicitar ao IAA o “reajuste do preço da cana-de-açúcar” em 71,02%, justificava que, além da desvalorização da moeda e o aumento dos custos de insumos, “necessário se faz[ia] os novos reajustes, em função das justas reivindicações a serem feitas pelos trabalhadores canavieiros”.¹³⁴⁴

As entidades sindicais, satisfeitas com a decisão, anunciavam “manifestações com o objetivo de comemorar as vitórias conquistadas”. Para o presidente da CUT da Paraíba, “essas comemorações se revestem de grande importância, por ter o dissídio coletivo sido o primeiro dos canavieiros da Paraíba”. Na verdade, a intenção dessas comemorações era operar, na consciência coletiva, a ideia de que os próprios trabalhadores e trabalhadoras conseguiram, por meio de uma luta política, instituir algumas mudanças nas suas próprias condições salariais e de trabalho.¹³⁴⁵

Mas, no seu retorno às atividades no campo, os canavieiros e canavieiras encontraram algumas dificuldades. Segundo reportagem da imprensa, “boa parte dos canavieiros paraibanos (...) está encontrando dificuldades na volta às atividades e em alguns casos, os patrões os receberam com violência e até com demissões”. Nesse sentido, foram feitas algumas denúncias. No município de Pilõeszinho, “um proprietário local de dois engenhos substituiu os grevistas por outros trabalhadores assim que soube da vitória dos canavieiros no dissídio”. Outra reação violenta ocorreu em Pilar, onde “o proprietário da Fazenda Cascatinha recebeu seus trabalhadores a tiros”. No litoral sul do estado, na destilaria Tabu, localizada na zona rural do município de Caaporã, foram dispensados vários empregados por terem participado do movimento grevista.¹³⁴⁶

Além disso, vários proprietários, fornecedores de cana e senhores de engenho não incorporaram, no pagamento dos seus empregados, os dias em que estes paralisaram as atividades. A esse respeito a FETAG afirmava: “muitas reclamações têm chegado à sede da

¹³⁴² Os 120 mil canavieiros voltam ao trabalho. **A UNIÃO**. João Pessoa, 24 out. 1984, nº 220, p. 04.

¹³⁴³ Canavieiros ganham piso e a greve acaba. **A UNIÃO**. João Pessoa, 23 out. 1984, Ano XCII, nº 219, p. 1.

¹³⁴⁴ Fornecedores contam com reajuste. **A UNIÃO**. João Pessoa, 24 ago. 1984, Ano XCII, nº 170, p. 11.

¹³⁴⁵ Canavieiros se reúnem domingo para festejar. **A UNIÃO**. João Pessoa, 25 out. 1984, nº 221, p. 7.

¹³⁴⁶ Usineiros não entram com recurso. **A UNIÃO**. João Pessoa, 26 out. 1984, Ano XCII, nº 222, p. 5.

entidade, dando conta que parte dos fornecedores de cana e usineiros não pagou o dinheiro por esses dias”.¹³⁴⁷

Nos três estados da região Nordeste (PB, PE e RN), a campanha salarial de 1984 reuniu, aproximadamente, 410 mil canavieiros e resultou “na consolidação de direitos importantes e na conquista de outros”. Para eles, aquela experiência demonstrou o “fortalecimento... da luta” dos canavieiros. Atribui-se o êxito mais “...pela coragem e pelo nível de organização demonstrados pelos trabalhadores ao enfrentarem o forte esquema repressivo montados pelos patrões, com o favorecimento do Poder Público”. Soma-se a isso, a resistência “de 8 a 10 dias de greve, num contexto de fome e de dificuldades de toda ordem”.¹³⁴⁸

No primeiro trimestre de 1985, a FETAG organizou um Encontro de Canavieiros para discutir ganhos e perdas obtidos com o movimento grevista. Esse evento reuniu 150 pessoas envolvidas no movimento grevista da Paraíba e representantes de outros estados, como Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro. Algumas falas de lideranças sindicais permitem que se avalie a importância que essa paralisação teve para os mulheres e homens da palha da cana na Paraíba e suas considerações. Nivaldo Albino, Presidente do STR de Caaporã-PB definiu aquele movimento como “greve dos **canavieiros vitoriosos** da Paraíba”. Essa conclusão na fala do dirigente sindical se fundamenta no efeito que a paralisação teve sobre a vida dos trabalhadores da cana no município de Caaporã. O fato é que, concluiu o sindicalista, naquela data, “dos 26 proprietários do município nós temos 20 pagando pelo menos o salário do dissídio e uma aparência com a tabela de tarefa na limpa da cana”.¹³⁴⁹

Na avaliação do sindicalista do Polo Brejo II, Cícero Leonardo, ao se referir à experiência do STR do município de Cuitégi, município distante, aproximadamente, 21 quilômetros de Alagoa Grande:

...essa greve ela teve uma grande vitória para os trabalhadores principalmente da área canavieira. Por quê? Porque primeiro se viu que os trabalhadores aprenderam como se organizar e fazer greve, acumularam muita experiência que antes eles não tinham, perderam até o medo de enfrentar os patrões e até a própria polícia. Isso a gente viu na greve, onde determinado sindicato na área do Brejo, como o caso de Cuitégi, onde o sindicato tem um número bem resumido de associados, mas (...), na hora de se fazer o paradeiro se viu um piquete com mais de 800 pessoas. (...) até a própria polícia foi barrada quando passava na estrada. (...), isso foi a experiência própria do trabalhador”¹³⁵⁰.

¹³⁴⁷ Canavieiros sem receber o pagamento. **A UNIÃO**. João Pessoa, 30 out. 1984, Ano XCII, nº 225, p. 1.

¹³⁴⁸ AS GREVES vitoriosas do Nordeste 1984. **O Trabalhador Rural**, Brasília, Ano 6, nº 29, set./out.-1984, p. 1.

¹³⁴⁹ ALBINO, Nivaldo. Exposição. Canavieiros em Greve: campanhas salariais e sindicalismo. Encontro de Canavieiros. Mar. 1985. **Cadernos do CEDI**. São Paulo, nº 14, dez. 1985. pp. 89 e 92. Grifo nosso.

¹³⁵⁰ LEONARDO, Cícero. Exposição. Canavieiros em Greve: campanhas salariais e sindicalismo. Encontro de Canavieiros. Mar. 1985. **Cadernos do CEDI**. São Paulo, nº 14, dez. 1985. p. 96.

No entanto, os movimentos grevistas tiveram momentos de embate muito grande com a presença de patrões e a sua milícia privada. Em Caaporã, narra o presidente do STR daquele município, Nivaldo Albino, que também viveu essa situação: “então nós, depois de passar nos piquetes, de ver como é que estava a situação, eram 3 e meia da madrugada encontra-se na frente da nossa casa um carro com 4 capangas armados e o proprietário dentro”. No entanto, ele lembrou que a organização dos trabalhadores foi muito mais forte: “então a gente estava mobilizado e só pelo cochicho de porta de cozinha nós se vimos com 200 trabalhadores na frente de casa de 4 hora da manhã e mandamos o cabra ir embora”.¹³⁵¹

Todas essas avaliações que apresentam um ‘quê’ de glória, ante o que já vinha sofrendo a classe, a narrativa das lideranças, naquele encontro, e, em especial, a fala de outro sindicalista trazem uma reflexão importante. O presidente do STR do município de Pirpirituba, José Raimundo, em sua análise, também afirma:

Mas há algumas coisas que aconteceram antes que para nós são determinantes nessa questão. Só para situar um pouco: até 64, ou na época de 62/64, o movimento dos trabalhadores, o movimento social teve um avanço muito significativo (...). Com o golpe de 64 e com a implantação da ditadura militar, então foi desencadeada campanha ampla e violenta em cima dos movimentos dos trabalhadores a fim de retardar a nossa organização e o nosso avanço. Realmente, companheiros, nessa época o movimento sindical foi um dos alvos preferidos pela ditadura. Pegaram o momento do movimento sindical e o movimento dos trabalhadores enfraquecidos com o golpe para implantar uma política de assistencialismo e de desvio dos verdadeiros objetivos do nosso movimento, aí vem o FUNRURAL. Vem uma série de políticas adotadas pelo sistema através da ditadura militar desviando o movimento dos trabalhadores dos seus verdadeiros objetivos. Mas como o capitalismo, a ditadura militar é incapaz de resolver o problema dos trabalhadores, logo em seguida começa novas resistências, novas lutas da parte da classe dos trabalhadores.¹³⁵²

Essa fala permite explicitar que havia uma clara consciência, por parte de uma parcela da classe trabalhadora do campo mais esclarecida, sobre a importância do compromisso da entidade sindical e da necessidade de exercer um papel político atuante nos espaços de luta de resistência.

De certo modo, senhores de engenhos e usineiros sentiram a força exercida pelo movimento grevista. No entanto, aceitar a importância da greve, para eles, seria aceitar a perda de terreno para os trabalhadores e trabalhadoras nas relações de força. Em entrevista, o usineiro Zito Buarque negou a existência de greve: “é bom que se frise essa greve, em todo (...) o Nordeste, e (...), particularmente aqui na Paraíba, aqui na usina Tanques, não existiu! Acredito

¹³⁵¹ ALBINO, Nivaldo. Exposição. Canavieiros em Greve: campanhas salariais e sindicalismo. Encontro de Canavieiros. Mar. 1985. **Cadernos do CEDI**. São Paulo, nº 14, dez. 1985. p. 91.

¹³⁵² RAIMUNDO, José. Exposição. Canavieiros em Greve: campanhas salariais e sindicalismo. Encontro de Canavieiros. Mar. 1985. **Cadernos do CEDI**. São Paulo, nº 14, dez. 1985. p. 93.

que (...) a usina Tanques foi a única que não parou”. E, ainda contradizendo todas as evidências, continuou: “Isso foi motivo até de reportagem no jornal nacional”.¹³⁵³ Na verdade, a presença da filiada da rede globo em Alagoa Grande foi justamente um convite de sindicalistas e intelectuais orgânicos. O propósito era tornar públicas as ameaças e violências praticadas por senhores de engenho e usineiros contra homens e mulheres que laboravam na palha da cana, tentando impedir que estes aderissem ao movimento paredista.

Apesar de todos os esforços e dos efeitos do movimento grevista de 1984 na Paraíba, a classe patronal não respeitou o dissídio coletivo. As reclamações desse descumprimento de uma grande maioria das cláusulas do dissídio coletivo de 1984 refletiu diretamente na organização e mobilização dos canavieiros no ano seguinte.

Em março de 1985, o presidente da FETAG manifestou a insatisfação com a não fiscalização do Ministério do Trabalho nas unidades produtivas. O Ministério do Trabalho continuava “alegando não ter recursos financeiros para efetuar seu trabalho”. Essa situação era desalentadora para canavieiros e sindicalistas. Nesse sentido, a FETAG já anunciava para o início do mês de abril a realização de “reuniões em toda zona rural do Estado no sentido de mobilizar os trabalhadores para a ‘Campanha Salarial de 1985’ ”.¹³⁵⁴

Em junho daquele ano, representações de alguns STR's da região do brejo paraibano reavaliaram a situação dos canavieiros em relação ao descumprimento do dissídio coletivo realizado no ano anterior:

Salário: Apenas em alguns municípios há umas poucas propriedades pagando (...). Em Areia, os patrões eliminaram do serviço todos os menores de idade, filhos dos moradores e reduziram os moradores para 3 dias, empregando trabalhadores de fora. Na Usina São Francisco, de Pirpirituba, ao contrário, emprega[va]m só trabalhadores de rua, mas pouquíssimos adultos, quase só crianças (...). Praticamente ninguém conseguiu receber os dias parados da greve, e isso revoltou muitos trabalhadores porque tinha sido assegurado na greve que os patrões seriam obrigados pela Justiça a pagar, já que a Contag tinha informado que o Sindicato poderia levar a cobrança à Justiça sem precisar mais procuração de cada trabalhador. (...) Carteira e contrato de trabalho: (...). Em vários municípios os patrões estão pressionando os moradores mais antigos para assinar as carteiras, mas como se fossem trabalhadores novos – sem anotar o tempo anterior de serviço – e com apenas 3 dias por semana, mesmo quando trabalham. (...) Ação para tentar o cumprimento do dissídio: (...) A fiscalização veio somente nos seguintes municípios: 1. Areia: foi apenas no escritório da Usina Sta. Maria e não se comunicou com o STR. (...). 2. Alagoa Grande: foi a várias propriedades acompanhada de diretor de STR, por insistência do Sindicato. O STR é que teve que pagar a gasolina para o carro do DRT. (...). 3. Duas Estradas: a

¹³⁵³ BAGAÇO de Cana. Direção: José Barbosa e Alberto Casagrande. Brasil:... *Op. cit.*

¹³⁵⁴ FETAG debaterá campanha salarial na zona rural. **O NORTE**. João Pessoa, 26 mar. 1985, nº 43, p. 3.

fiscalização passou mas não aconteceu nada. 4. Serraria: veio a fiscalização e sabe-se que uma propriedade foi multada.¹³⁵⁵

A proposta inicial era de um movimento unificado nos três estados afetados: Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Embora, não tenha dedicado muito espaço em suas páginas, a imprensa do estado divulgava o início da Campanha Salarial em fins de setembro daquele ano.¹³⁵⁶ Embora, no início do mês de agosto, 500 trabalhadores da usina São João, no município de Santa Rita, paralisaram as suas atividades por cerca de três dias, “retornaram ao trabalho, depois de terem obtido dos dirigentes da usina a promessa de que seria cumprida, à risca, a tabela fixa para o corte da cana, no dissídio coletivo ganho pelos trabalhadores” em anos anteriores¹³⁵⁷. Aproximadamente vinte cinco dias depois, com tentativas de negociações sem resultados, foi deflagrada a greve.

Em 23 de setembro, o movimento paredista já atingia os municípios de Alagoa Grande, Alagoa Nova, Sapé, Caaporã, Pitimbu, Pedras de Fogo, Pilar e Santa Rita. Os STR's enviavam para a FETAG “relações com os nomes de todas as Fazendas ou Usinas que est[avam] se recusando a atender os trabalhadores”¹³⁵⁸.

A campanha salarial de 1985 foi lançada na cidade de Guarabira, no dia 13 de agosto. O ato público lembrava o assassinato de Margarida Maria Alves, que completava dois anos naquela data.¹³⁵⁹ Todavia, essa campanha não teve a mesma força das mobilizações realizadas no decorrer de 1984. Alguns dias depois, empregados e empregadores de alguns municípios fechavam acordo junta à DRT. Em Alagoa Nova, cerca de 500 trabalhadores e trabalhadoras de seis engenhos ficaram de braços cruzados por, aproximadamente, sete dias e com as negociações mediadas pela DRT, “chegaram a uma conciliação com a classe patronal, pondo fim ao movimento grevista”.¹³⁶⁰

Em outubro daquele ano, foi feita uma Convenção Coletiva de Trabalho, com a presença de 34 representantes de SRT's da região canavieira e de seus empregadores. A DRT da Paraíba mediu as negociações, “onde empresários e trabalhadores rurais da zona canavieira do estado

¹³⁵⁵ SERVIÇO DE EDUCAÇÃO POPULAR – SEDUP. Reunião do Polo Sindical Brejo I no STR de Alagoa Grande, 21 jun. 1985. **Relatório**. Guarabira: SEDUP, 1985.

¹³⁵⁶ Começa campanha salarial dos canavieiros. **A UNIÃO**. João Pessoa, 28 set. 1985, p. 7.

¹³⁵⁷ Trabalhadores terminam greve na zona canavieira. **A UNIÃO**. João Pessoa, 14 ago. 1985, p. 7.

¹³⁵⁸ Canavieiros entram em greve. **A UNIÃO**. João Pessoa, 23 out. 1985, nº 218, p. 7.

¹³⁵⁹ Assassinato de líder é lembrado. **O NORTE**. João Pessoa, 13 ago. 1985, nº 96, p. 2.

¹³⁶⁰ Greve em Alagoa Nova termina. **A UNIÃO**. João Pessoa, 29 out. 1985, nº 223, p. 7.

da Paraíba, negocia[ra]m proposta de aumento salarial e condições de trabalho”, sendo aprovada a Convenção Coletiva de Trabalho, um documento constituído de 40 cláusulas.¹³⁶¹

As tensões se intensificaram na zona canavieira, com mais violência por parte dos proprietários de terra. Mesmo assim, no ano de 1986, como as negociações foram sem resultado para os canavieiros e canavieiras, foram realizados movimentos paredistas. Com a instalação do TRT 13 na Paraíba, a luta se tornou mais fácil para os trabalhadores rurais. A realização de um dissídio coletivo favoreceu homens e mulheres que laboravam na palha da cana.

Essas mobilizações consistiram em grandes conquistas nas lutas do campo, na Paraíba. Tais experiências deixaram profundas marcas na vida de homens e mulheres que laboravam na palha da cana, sendo as mobilizações de 1984 transpostas e eternizadas na literatura ficcional.¹³⁶²

6.4 A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DO DIREITO

*Mataram a nossa companheira mais as leis não morreram.*¹³⁶³

A quem, durante décadas, foi negado o direito de ser uma pessoa de direito, evidentemente não seria nada fácil romper com as relações e os costumes estabelecidos numa sociedade profundamente desigual. De modo geral, para aqueles que, para sobreviver, tinham que vender a sua força de trabalho no campo, o direito era quase sempre uma concessão, uma outorga de “algum herói” ou “pai dos pobres”. Quando não o tinham, sobrava, tão somente, a dimensão cósmica¹³⁶⁴.

Em uma sociedade rural em que grande parcela da população se encontrava não alfabetizada, era extremamente fácil manter uma relação de dominação. Assim, muitas vezes, membros da diretoria dos STR’s ignoravam essa realidade, desabafando: “...que muitos trabalhadores não compreendem a lei nem seus direitos”¹³⁶⁵. As tradições impostas pelo

¹³⁶¹ Convenção Coletiva de Trabalho. In: Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira-PB. **Processo** Nº 1587/86. p. 08-25.

¹³⁶² Maria Valéria Rezende que, à época, participou do movimento grevista na região do Brejo paraibano, cristalizou em uma de suas obras ficcionais, fragmentos dessa resistência. Cf. REZENDE, Maria Valéria. *Aurora dos Prazeres*. In: **Vasto Mundo**. [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. p. 93-98.

¹³⁶³ Fala do presidente do STR de Alagoa Grande, José Horácio da Silva, em reunião ordinária no STR daquele município 57 dias após o assassinato da sindicalista Margarida Maria Alves. SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 09 de outubro de 1983**. Livro de Atas V (1982-1984), fl. 15 verso.

¹³⁶⁴ Em relação a ideologia da outorga, Cf.: VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 31.

¹³⁶⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 13 de novembro de 1983**. Livro de Atas V (1982-1984), fl. 23.

colonizador ainda se constituíam como elementos de obstrução à luta pela ruptura com as relações de exploração. E, apesar de haver uma legislação que amparava os trabalhadores rurais, esta não era respeitada.

Neste sentido, por exemplo, Caio Prado Jr., ao falar sobre a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, advertia para o fato de aquela nova legislação ser ineficiente, como “o ocorrido com alguns benefícios que desde longa data são legalmente assegurados ao trabalhador rural, e que permanecem até hoje letra morta, como o salário mínimo, vigente desde a Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943”. Lembra esse pensador serem passados exatamente vinte anos sem “que nem as autoridades administrativas, nem os tribunais, nem mesmo as organizações da classe trabalhadora, partidos e agrupamentos políticos de esquerda ou que se dizem tais, tivessem jamais denunciado essa escandalosa violação da lei...”. E complementa que nenhum deles tem “chamado para ela a atenção das suas vítimas, os trabalhadores rurais, que isolados como se encontram, e sem ninguém para os aconselhar e ilustrar, ainda ignoram na maior parte os seus direitos”¹³⁶⁶.

No último ano do governo ditatorial a imprensa paraibana publicou em suas páginas uma reportagem em que relata o desconhecimento de parlamentares sobre o Estatuto da Terra. Noticiava o jornal que essa legislação, “com mais de vinte anos de idade não é de conhecimento pleno da maioria dos parlamentares e, por esse motivo, o Congresso está procurando se informar melhor sobre seus termos para que tenha uma posição definida em relação ao novo projeto” da tão desejada reforma agrária.¹³⁶⁷

Na verdade, não interessava a grande parte da elite política nem a seus cabos eleitorais qualquer legislação que favorecesse à classe trabalhadora rural. E a gente despossuída não era inocente em relação ao comportamento do grupo dominante. Nas assembleias dos STR's, geralmente, se recorria à legislação existente. Em 1971, por exemplo, a tesoureira do STR de Alagoa Grande “fez ver aos associados que as leis não foram assinadas por Trabalhadores Rurais e sim por nossos representantes como [s]ejá o Exmo. presidente da República e os deputados e senadores”. E concluiu, advertindo: “mais sem nós ped[ir] para elas [s]erem aplicadas nunca será c[u]mprida e quem deve exigir o c[u]mpimento das leis somos nós mesmo [por]que uma classe unida é forte”.¹³⁶⁸

¹³⁶⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 143.

¹³⁶⁷ Parlamentares desconhecem o Estatuto da Terra. **O NORTE**. João Pessoa, 5 abr. 1985.

¹³⁶⁸ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião Ordinária realizada no dia 10 de janeiro de 1971**. Livro de Atas II (1970-1974), fl. 9, verso.

A omissão do Estado em relação ao descumprimento da legislação trabalhista rural operava para beneficiar a elite latifundiária. E, de certo modo, uma parcela dos membros mais esclarecidos de órgãos sindicais era sabedora disso. Orientadas em cursos e congressos, sindicalistas buscavam instituir um combate a esse desconhecimento das leis trabalhistas. Em 1970, por exemplo, Manoel Pacífico, um membro da diretoria do STR, advertiu: “...que as leis... não vivem mais escondidas, mais sim em nossas mãos, e apresentou aos associados uma lista de sindicatos, que o Brasil representa e nós temo[s] esta certeza que devemos nós associar em nossos órgãos de classe, e precisamos todos se enquadrar no movimento sindical, e seguir as leises”.¹³⁶⁹

Mesmo que as leis se tornassem acessíveis a todos os cidadãos e cidadãs, não tinham a marca de todos aqueles a que cada uma delas interessava. Essa é uma reflexão do sindicalista Manoel Amaral, ao lembrar, em reunião do STR de Alagoa Grande, no mês de janeiro de 1982, que “...as leis que era[m] criada[s] neste país que nenhuma era feita pelo os trabalhadores”.¹³⁷⁰ Embora fosse resultado de uma demanda da classe trabalhadora, a legislação trabalhista não fora pensada e elaborada a partir da perspectiva de homens e mulheres que laboravam no mundo rural.

Para ilustrar essa reflexão, basta pensar na alteração sofrida pela denominada “lei do sítio”. Observe-se que o Decreto-Lei nº 6.969, de 19 de outubro de 1944, no seu art. 23, reza que “o trabalhador rural com mais de um ano de serviço, terá direito à concessão, a título gratuito, de uma área de terra próxima à sua moradia, suficiente para plantação e criação necessárias à subsistência de sua família”.¹³⁷¹ Mais de vinte anos depois, o governo federal alterava a lei, prejudicando o morador de engenho. O fato é que o Decreto Nº 57.020, de 11 de outubro de 1965, que tratava sobre a concessão de terra ao trabalhador rural da lavoura canavieira, em seu Art. 4º assegurava que, “na distribuição das áreas referidas neste decreto, dar-se-á preferência às terras economicamente menos indicadas à cultura de cana e mais adequadas à criação de animais e cultivo de lavoura de subsistência”.¹³⁷²

¹³⁶⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 12 de abril de 1970**. Livro de Atas II (1970-1974), fl. 2.

¹³⁷⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata da Assembleia geral Ordinária realizada no dia 10 de janeiro de 1982**. Livro de Atas IV (1978-1982), fl. 47 verso.

¹³⁷¹ Em relação a esse Decreto, Cf.: BRASIL. Decreto-Lei nº 6.969, de 19 de outubro de 1944. Dispõe sobre os fornecedores de cana que lavram terra alheia e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del6969.htm. Acesso em: 19 ago. 2022.

¹³⁷² BRASIL. Decreto nº 57.020, de 11 de outubro de 1965. **Dispõe sobre a concessão de terra ao trabalhador rural da lavoura canavieira e dá outras providências**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-57020-11-outubro-1965-397326-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 ago. 2022

Além das formações por meio dos cursos e encontros de que participavam, os sindicalistas também eram orientados pela assessoria jurídica da federação e, posteriormente, pelos advogados da própria entidade sindical, sobre a importância de sempre recorrer à legislação. Nesse sentido, por exemplo, no STR de Alagoa Grande, durante quase todas as assembleias, era comum reservar um momento para a explanação de um ou mais artigos de uma determinada lei trabalhista. Exemplo disso ocorreu em uma determinada reunião na qual Margarida Maria Alves, após discutir sobre os desrespeitos dos empregadores à legislação trabalhista, advertiu aos presentes: “...na lei do trabalho Lei 5.899[/73] que dá direito a[o]s trabalhadores reclamar os seus direitos” ¹³⁷³.

Ainda nesse sentido, o Estatuto da Terra¹³⁷⁴ e o Estatuto do Trabalhador Rural¹³⁷⁵ eram instrumentos recorrentes nesses encontros. O Estatuto do Trabalhador Rural era sempre referendado e explanado nas reuniões do STR, em Alagoa Grande. Em março de 1970, o então presidente do STR, Álvaro Diniz, relatou, em assembleia sindical realizada nas dependências daquele órgão com a presença de 185 associados, uma reunião que teve com o Sindicato Patronal e com o diretor do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA. Este, reconhecendo a importância do ETR, lembrou aos proprietários de terra que a Lei nº 4.214/63 deve ser respeitada porque, como qualquer outro dispositivo legal, essa “lei é irreversível, que está assinada e não há quem desassine [e que, portanto,] é obrigado pagar ao seu morador tudo que lhe é devido”. De acordo com o relato do presidente do STR, o diretor do IAA ainda assegurou, naquela mesma ocasião, “...que o patrão, têm à doar, 2 (duas) hectares de terra em volta da casa de cada morador”. ¹³⁷⁶

Para o sindicalista, era importante o esforço de fazer os associados e associadas compreenderem que a representação da própria classe patronal reconhecia os direitos

¹³⁷³ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata da Assembleia geral ordinária realizada no dia 09 de março de 1980**. Livro de Atas IV (1978-1982), fl. 27 verso. Em relação a esta lei, Cf.: BRASIL. **Lei Nº 5.899, de 8 de junho de 1973**. Estatui normas reguladoras do trabalho rural. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5889.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

¹³⁷⁴ Em relação à Lei sobre o Estatuto da Terra, Cf. BRASIL. **Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF: 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em 18 de set. 2022.

¹³⁷⁵ BRASIL. **Lei nº 4.214 de 2 de março de 1963**. Dispõe sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural”. Brasília, DF: 1963. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4214-2-marco-1963-353992-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 07 set. 2022. Deve-se lembrar que esta lei foi revogada pela Lei 5.899/73, que, por sua vez, estendeu ao trabalhador rural a regulação das relações de trabalho pelas normas da Consolidação das Leis Trabalhista (CLT). Cf. BRASIL. **Lei Nº 5.889, de 8 de junho de 1973**. Estatui normas reguladoras do trabalho rural. Brasília, DF: 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5889.htm. Acesso em: 26 set. 2022.

¹³⁷⁶ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 08 de março de 1970**. Livro de Atas II (1970-1974), fl. 01.

trabalhistas. Embora os órgãos sindicais estivessem presos às vigilâncias do estado autoritário, a ação de se fazer conhecer a lei não era uma subversão. Nesses termos, quando os líderes sindicais se reportavam a direitos trabalhistas argumentavam, justificando, que “...não é eu que estou dizendo quem diz é a lei”¹³⁷⁷.

Nessa luta por direito, tendo as entidades de classe como agentes representativos e formativos, buscava-se, no STR, instigar trabalhadores e trabalhadoras do campo a refletir, a se redescobrirem enquanto pessoas de direito e a lutarem contra aquilo que lhes oprimia. No STR, a diretoria buscava fazer esse papel informativo e formativo, conversando constantemente com os filiados e filiadas sobre a necessidade de fazer a CTPS e exigir que o patrão a assinasse. Em 1967, falava-se que a CTPS era “...de modelo próprio para nós trabalhador rural quando o patrão assinar vai ser bom e se eles não assinarem nós toma o nome dele e leva ao conhecimento do delegado do ministério do trabalho e previdência social que ele dar um jeitinho”.¹³⁷⁸

Em fins do governo de João Goulart, a CTPS foi propagada como um documento importantíssimo ao trabalhador e à trabalhadora. Nesse sentido, em reportagem de janeiro de 1964, a CTPS torna-se uma protagonista. Advertia a matéria que “o empregador é obrigado a dar três dias ao trabalhador rural para obter a sua carteira profissional”. Ainda segundo a reportagem, “podem obter essa carteira todos os maiores de 14 anos sem distinção de sexo ou nacionalidade”. O convite aos trabalhadores e trabalhadoras rurais lembrava que a “sua expedição era gratuita [e] será feita pela Delegacia Regional do Ministério do Trabalho ou pelas repartições federais ou autarquias a isso autorizada”.¹³⁷⁹

Com o golpe de Estado, a situação do trabalhador e da trabalhadora rural foi precarizada e o estímulo à obtenção da CTPS ficou sob a responsabilidade apenas dos órgãos sindicais, passando, geralmente, a ser assinada somente por força da Justiça do Trabalho. Essa situação pode ser observada em diversos processos trabalhistas. Este foi o caso da usina Santa Maria, que foi obrigada a assinar a carteira de trabalho do seu empregado Francisco de Assis Alves, em 1969, conforme se vê em Têrmo de Conciliação de processo: “...concorda[va] em anotar a Carteira Profissional do Reclamante a partir de 1º de janeiro de 1962 a 1º de novembro de

¹³⁷⁷ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Sessão da Assembleia Ordinária realizada no dia 10 de dezembro de 1972**. Livro de Atas II (1970-1974), fl. 30.

¹³⁷⁸ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião mensal realizada no dia 26 de fevereiro de 1967**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 48.

¹³⁷⁹ Gratuita a expedição da carteira profissional do trabalhador rural. **A UNIÃO**. João Pessoa, Ano LXXI, nº 10, 14 jan. 1964, p. 3.

1968”.¹³⁸⁰ Observa-se, aqui, que o empregador foi obrigado a reconhecer o vínculo empregatício anterior à data da assinatura da CTPS.

No Brasil, a Justiça do Trabalho somente é instalada no ano de 1941. Contudo, no ano de 1932, foram criadas as Juntas de Conciliação e Julgamento – JCJ. Na Paraíba, em 1º de maio de 1941, foi instalada a 1ª JCJ em João Pessoa. Aproximadamente duas décadas depois, são instaladas mais duas JCJ’s, uma 2ª Junta na capital e outra na cidade Campina Grande. Até o ano de 1987, apenas esses dois centros urbanos sediavam órgãos da Justiça do Trabalho. Na região do Brejo, os processos trabalhistas eram impetrados na única JCJ de Campina Grande, enquanto os trabalhadores da região litorânea recorriam às duas JCJ’s instaladas na capital do estado.

Na Paraíba, o espaço dominado pela indústria sucroalcooleira era relativamente grande, se considerarmos os dois centros urbanos onde se encontravam instaladas as JCJ’s. Trata-se de uma área que se estendia por, aproximadamente, quarenta municípios localizados nas mesorregiões da Zona da Mata e Agreste. Aqui, alguns aspectos relacionados diretamente ao espaço e às relações explicam a existência de poucos processos trabalhistas impetrados por trabalhadores e trabalhadoras rurais de municípios localizados em regiões distantes das JCJ’s. O próprio desconhecimento da existência e operacionalidade de uma JCJ, somado ao “mundo fechado” dos engenhos e à dimensão da violência nas relações trabalhistas, eram impedimentos quase intransponíveis aos homens e mulheres que laboravam no campo.

Outrossim, ao impetrar uma reclamação na JCJ, o reclamante ou a reclamante teria que assumir alguns riscos, como perder o trabalho, perder a morada e o sítio onde plantava, além de se tornar alvo de qualquer retaliação do patrão. Além disso, teria de ter recurso para as viagens até a Junta em dias de audiência; teria de manter a sua família sem alguma atividade menos instável durante todo o processo. Enfrentar o medo e outros fatores emocionais e psicológicos exigia um esforço tremendo dessa gente despossuída. Mas essa sua luta de enfrentamento era, antes de tudo, apoiada nas experiências ocorridas e no apoio direto do STR, inclusive com assistência de um advogado.

Em muitos casos, durante o processo, quando a coação e as ameaças falhavam, os patrões protelavam com o propósito de tornar insuportável ao reclamante ou à reclamante se manter, fazendo esse trabalhador ou trabalhadora se cansar, perder audiência e desistir do processo. Ou, em outros casos, se chegava a um acordo, mas sempre com desvantagens para o reclamante. Nesse sentido, os profissionais das JCJ’s eram conhecedores das manobras

¹³⁸⁰ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. **Processo nº. 730/69**, p. 13.

realizadas pela classe patronal. Em 1975, por exemplo, um dos juízes presidentes da JCJ de Campina Grande fez publicar um “aviso aos empregadores rurais”, no qual se lia:

1 - o empregador rural tem que se acomodar à legislação trabalhista, isto é, cuidar em obedecer o seu cumprimento total, para evitar as reclamações ou demandas judiciais em grande número. Não adianta legalizar uma quantidade regular de trabalhadores e deixar a parte restante como CLANDESTINOS... Não adianta MASCARAR outra parte como empregados de EMPREITEIROS... Outra, dos LAVRADORES ou rendeiros... Outra, como TRABALHADORES EVENTUAIS para carregar os caminhões, pagos pelos seus motoristas; não adianta mais tais TRUQUES, porque a empresa rural é responsável pela sua PRÓPRIA organização trabalhista; não podendo tirar proveito legal do desrespeito ou violação daquela legislação. Tem que se organizar dentro da lei, não permitindo que seus feitores, cabos de turma, capatazes ou CAPITÃES DE CAMPO (título medieval) e administradores venham praticar ou permitir violações das normas legais, e usem e abusem de processos fraudulentos para encobrir ou ocultar a relação empregatícia e sua prova perante a Justiça do Trabalho. Não adianta porque a PROVA PSÍQUICA está cara do fraudador... É sua **confissão descarada** ou sem jeito. É melhor fazer tudo direitinho do que GASTAR rios de dinheiro com advogados habilitados que fazem da profissão um PROCESSO DE MAGIA NEGRA ou catimbó... ou seja transformar um quadrado num redondo ou cachaça em vinho de mesa. Não gaste dinheiro em vão, porque não há mais juízes que aguentem tais MÁGICAS, e por outro lado, os juro e a famosa CORREÇÃO MONETÁRIA ficam, no tempo e no espaço contando dinheiro para somar na execução final.

2 – Para as grandes empresas rurais, como as USINAS e FAZENDAS, o remédio a ser receitado e aplicado é aquele do PENEIRAMENTO ou seleção do pessoal necessário ao funcionamento, (...).

3 – Outro aviso – por ocasião da compra-e-venda da propriedade rural procurem legalizar a situação de cada empregado ou trabalhador, documentando-a, antes de passar a escritura, porque com a sucessão trabalhista da empresa, esta responde por todos os direitos ou encargos do seu pessoal. Se não houver conciliação e quitação total, escrita e homologada legalmente, pode o novo dono se preparar para questionar com os antigos trabalhadores. Na certa é o jogo. E quem avisa bom amigo é...¹³⁸¹

Embora seja uma nota isolada, o aviso aponta alguns problemas. A intensão não era apenas advertir quanto aos possíveis prejuízos que o empregador poderia ter ao descumprir a legislação trabalhista, ao lembrar que, para o funcionamento da empresa rural, era necessário começar “afastando elementos simuladores” que “procura[va]m perturbar o contrato do trabalho”. O que levou o autor a publicar esse aviso? Em tom de denúncia, o texto em pauta destaca termos que caracterizam práticas ilegais por parte do patronato. Não se tem dúvidas de que o comportamento dos empregadores, em suas negociações nas JCJ’s, se tornou abusivo. Provavelmente, o interesse do magistrado não era apenas informar aos patrões a importância do cumprimento das leis trabalhistas, mas tornar público, fazer aparecer tais práticas abusivas

¹³⁸¹ Aviso aos empregadores rurais. **O NORTE**. João Pessoa, 7 mar. 1975, nº 54, p. 4.

e, talvez, demonstrar a sua insatisfação e a impotência da Justiça do Trabalho diante das “manobras” dos empregadores.

Nota-se, a partir dos anos finais de 1970, um crescimento substancial de reclamações trabalhistas. As experiências que homens e mulheres vivenciaram, por meio dos processos trabalhistas, foram sendo socializadas com a categoria, e isso permitiu, de certo modo, romper o medo que distanciava, ainda mais, os trabalhadores rurais das JCJ's. Contudo, o papel de orientação, formação, apoio moral e jurídico dos STR's foi fundamental para que os associados e associadas recorressem à justiça do trabalho.

Durante muitos anos laborando na palha da cana do engenho Ribeiro de Baixo, no município de Alagoa Grande, seu Francisco Nascimento não tinha CTPS assinada, não recebia 13º salário nem férias remuneradas. Para a reparação de perdas salariais, entrou com uma reclamação na JCJ contra o seu patrão. A esse respeito comentou: *“Aí quando ele recebeu a minha reclamação, oxente! Os filhos dele me ameaçaram”*. Além de conceder-lhe um advogado, o STR lhe deu apoio. *“De noite mesmo ele ia me ameaçava, de noite mesmo eu corria para o sindicato, ia lá na casa de Dona Margarida”*, a presidente do STR. As orientações da sindicalista e do advogado o ajudaram a evitar acordos que lhe trariam prejuízos.¹³⁸²

Nesse sentido, o seu patrão, utilizando-se de todos os recursos, procurava dissuadi-lo: *“Aí, levava advogado pra minha casa pra me comprar”*. Tendo algum conhecimento sobre a legislação trabalhista, ele resistia: *“Aí, eu dizia: ‘deixe de besteira que eu sei de tudo. Olha, ele tem que pagar o salário a mim e para completar o salário ele tem que deixar uma cinquenta de terra aqui ao redor da casa para eu plantar alguma coisa para interar’”*.¹³⁸³

A demora em receber os “direitos trabalhista” não o prejudicou porque seu Francisco passou a laborar na usina Santa Maria: *“Só que a gente ganhou, aí passou dois anos bolando. Aí com dois anos eles viram que a coisa não tinha [resolução]. Aí, o filho mesmo disse: ‘pai paga os meninos que direito é direito’. Aí, ele foi pagar a gente e a gente saiu”*. Além de seu Francisco, outros empregados do mesmo patrão também reclamaram na Justiça do Trabalho. Para ele, a causa ganha *“foi um sucesso”*. Segundo seu Francisco Nascimento, aquele embate mudou as suas condições de vida: *“eu morava nas terras de senhor de engenho. Aí tirei meus direitos, comprei a casa e vim morar. Passei a não ser sujeito a ele mais”*.¹³⁸⁴

Para o entrevistado, obter casa própria já era uma superação de certas condições humilhantes que vivenciava. Contudo, não se tratava apenas de uma questão material; o fator

¹³⁸² NASCIMENTO, Francisco. **Entrevista concedida a ...** *Op. cit.*

¹³⁸³ *Idem.*

¹³⁸⁴ *Idem.*

moral também pesava, pois que, para o trabalhador, “ao ‘botar questão’ para além de procurar recuperar, em termos monetários, o que deixou de receber, pretende [ele] também restaurar sua honra”.¹³⁸⁵

Com as vitórias em processos trabalhistas, a entidade sindical se fortalecia ainda mais. E apresentá-los aos sócios do STR operava, também, no processo de fratura das relações tradicionais de trabalho. Em dezembro de 1983, por exemplo, durante a “reunião [o presidente] leu para todos os trabalhadores os direitos em dinheiro que o proprietário do sítio Engenho do Meio tinha que pagar [a]os seus moradores. Mais de 2 milhões de cruzeiros”.¹³⁸⁶

Acumular essas experiências de causas ganhas na Justiça do Trabalho era uma forma de encorajar os sócios, emponderá-los para uma luta direta, fortalecendo o movimento sindical. Essas informações eram disseminadas no meio da categoria, entre homens e mulheres que laboravam na palha da cana, chegando até aqueles que não frequentavam o STR por alguma razão. No entanto, observavam os dirigentes da entidade que era importante que o associado fosse ciente de “...que para primeiro reivindicar seus direitos no sindicato vá primeiro a[o] seu patrão[, então,] caso ele não conseguir seus direitos aí venha ao sindicato”.¹³⁸⁷

Os termos *nós*, *união*, *coletivo*, *companheiros* são vocábulos bastante recorrentes nas atas sindicais, nos discursos dos dirigentes sindicalistas, nos panfletos, memoriais, nas denúncias, nos processos, ofícios etc. Operava-se sempre no sentido de instigar a categoria a construir uma luta de enfrentamento coletivo, pois “...que os trabalhadores não estava[m] sozinho[s] que o sindicato tinha seu advogado para defender sua classe”.¹³⁸⁸

Em fevereiro de 1982, ao se pronunciar, em assembleia, na sede do STR, Margarida Maria Alves fez um comentário festivo “... sobre as 13 causas que os trabalhadores já tinha[m] ganho na justiça do trabalho e no tribunal”. Sabedora das coações e ameaças que muitos homens e mulheres que laboravam na palha da cana sofriam no campo ao fazerem reclamações, sobreavisou: “...os empregado[re]s estão com muita raiva, [e] quando (...) os trabalhadores, visse os patrões e os poderosos falando mal da presidente do sindicato, não era nada [era] só porque ela defendia eles na justiça com coragem e amor”.¹³⁸⁹

¹³⁸⁵ MIRANDA, Moema Maria Marques de. **Espaço de honra e de guerra**: etnografia de uma Junta Trabalhista. Dissertação de Mestrado. RJ: UERJ, 1991. p. 230.

¹³⁸⁶ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 11 de dezembro de 1983**. Livro de Atas V (1982-1984), fl. 24.

¹³⁸⁷ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 11 de dezembro de 1983**. Livro de Atas V (1982-1984), fl. 24 verso.

¹³⁸⁸ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 11 de janeiro de 1981**. Livro de Atas IV (1978-1982), fl. 35.

¹³⁸⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata da Assembleia geral Ordinária realizada no dia 14 de fevereiro de 1982**. Livro de Atas IV (1978-1982), fl. 48 verso.

Consciente da ideia de luta de classe, a sindicalista buscava fazer todos verem que ali era um espaço de embates. Nesse sentido, “fez uma pergunta a Assembléia, se eles achava[m] certo o sindicato agir assim ou ficar fazendo acordinho, foi respondido que é melhor agir na justiça [e] os [presentes] disseram que sendo para fazer acordo é melhor fe[ch]ar a sede”.¹³⁹⁰

Observações dessa natureza eram comuns em quase todas as reuniões da entidade. Veja-se que, em um outro momento, fez “uso da palavra o sr. Severino Cassemiro”, o ex-presidente do STR e, “sobre os direito[s] políticos e sociais, lembrou à categoria] que hoje os trabalhadores estava[m] com ele em mão que foi uma luta adquirida pelos [própri]os trabalhadores e do movimento sindical brasileiro...”.¹³⁹¹

Evidentemente, os sindicalistas e os associados mais esclarecidos tinham noções de que a entidade era uma construção histórica. Em junho de 1973, o então presidente da FETAG, Álvaro Diniz, ao falar sobre a participação de dirigentes do STR de Alagoa Grande em um congresso em Brasília, naquele ano, advertia: “...daqui a 8 ou 10 anos ou menos teremos a produção da viagem, pois já estamos gosando das reivindicações dos primeiros congressistas...”. E ainda seguiu afirmando: “fique certo que no arquivo deste sindicato tem documentos provando a primeira convenção, falou também no estatuto do trabalhador rural, que foi reivindicações dos trabalhadores rurais”. Além disso, lembrou: “as aposentadorias de hoje foi reivindicação dos primeiros congressistas que foram os trabalhadores rurais”.¹³⁹²

Desse mesmo modo, as reivindicações pela tão evocada reforma agrária, que estava sendo retomada nos fins dos anos de 1970, eram fomentadas e estimuladas, ainda mais, com as conquistas que a categoria ia obtendo, a exemplo das desapropriações de terras em determinadas áreas da zona canavieira. Algumas dessas experiências eram saboreadas pelos associados do sindicato, alimentando as suas perspectivas de que aqueles homens e mulheres do campo também poderiam conseguir uma gleba de terra “só sua”.

Era com esse entusiasmo que, durante as reuniões do STR de Alagoa Grande, por exemplo, as desapropriações noticiadas na imprensa eram lidas e compartilhadas com a categoria. Veja-se o exemplo no município de Rio Tinto, onde, em fins do mês de dezembro de 1977, noticiava-se que seriam entregues, naquela data, “mais 102 títulos de posse de terra (...), a agricultores assentados do Projeto de Colonização”. Tratava-se de uma área de terra que fora

¹³⁹⁰ *Idem.*

¹³⁹¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião extraordinária realizada no dia 13 de abril de 1983**. Livro de Atas V (1982-1984), fl. 11.

¹³⁹² SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião Ordinária realizada no dia 10 de junho de 1973**. Livro de Atas II (1970-1974), fl. 36 verso’.

desapropriada por interesse social; o referido projeto já tinha passado “por grandes modificações de infra-estrutura e possui[ndo] (...) [naquela data], uma boa rede de estradas vicinais destinadas ao escoamento da produção, além de escolas, postos de saúde, unidades de beneficiamento de arroz e farinha de mandioca”.¹³⁹³

De modo semelhante, outra experiência tratada como uma conquista através de lutas de resistência de homens e mulheres do campo, foi a desapropriação da Fazenda Andreza, em Mucatu, Alhandra-PB, no ano de 1977, realizada pelo INCRA.¹³⁹⁴

Outra desapropriação em mais duas fazendas daquele mesmo município, seis anos depois, foi lembrada pela presidente do STR, assegurando “...que o Sr. Ministro já havia entregue os documentos em mãos do Senhor governador do estado (...) [e] que hoje já se encontrava as terras em mãos dos trabalhadores...”. E essa conquista, vista com certo deslumbramento pela gente despossuída do campo, só se tornou possível “[por]que isto foi uma grande luta dos mesmo[s] e união de todos”.¹³⁹⁵

Nesse processo de construção de uma cultura do direito, setores da igreja católica tiveram um papel importante. De acordo com Tosi, as ações dessa Igreja “se constituiu numa das verdadeiras instâncias de direção política do movimento”. Em várias áreas da zona canavieira, a Igreja ofereceu o que nenhuma outra instituição ou órgão foi capaz de fazer. O fato é que ela propiciou “motivações ideológicas e éticas”, “peso institucional”, “abertura de espaço ao movimento popular”, “infraestrutura” e, além disso, detinha uma capacidade mobilizadora que advinha da “sua presença capilar no meio do povo”.¹³⁹⁶

Engajada nas novas práticas pastorais que objetivavam a promoção humana, a Igreja progressista criou, na Arquidiocese na Paraíba, o primeiro órgão de defesa dos direitos humanos do estado, no ano de 1971, sendo denominado Equipe de Promoção Humana. Cinco anos depois a Igreja reorganizou-o e redefiniu-o, de forma que ele passou a se chamar de Centro de Defesa dos Direitos Humanos - o CDDH. Em 1979, ela criou, na cidade de Guarabira, o CODH. E, nesse mesmo ano, o referido órgão passou a prestar assessoria jurídica a diversos STR's da região do Brejo.

A atuação desse organismo passa a ser de grande importância nos conflitos de terra, a partir da segunda metade da década de 1970. As ameaças de expulsão e práticas de violência

¹³⁹³ Títulos de posses de terras serão entregues pelo Incra. **O NORTE**. João Pessoa, 28 dez. 1977, nº 348, p. 3.

¹³⁹⁴ Incra entra na posse da fazenda Andreza para dar lotes aos colonos. **O NORTE**. João Pessoa, 25 fev. 1977, Primeiro Caderno, p. 3.

¹³⁹⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião extraordinária de 13 de abril de 1983**. Livro de Atas V (1982-1984). Alagoa Grande-PB, fl. 12.

¹³⁹⁶ TOSI, Giuseppe. **Terra e salário para quem trabalha...** *Op. cit.* p. 167-168.

patronal levaram os trabalhadores e as trabalhadoras rurais a denunciarem tais crimes, através da imprensa e de órgãos públicos (Secretária de Segurança Pública, Ministério Público, Assembleia Legislativa etc.), além de tomarem praças e ruas da capital em suas manifestações, exigindo de setores públicos a desapropriação de terras.

Desse modo, esses agentes históricos tornaram o seu problema um fato social, como ocorreu em Alagamar, Camucim, Mucatu, entre outros. Nesses casos, os próprios “agricultores” denunciaram o INCRA e a FETAG, alegando omissões e inoperância desses órgãos.¹³⁹⁷ Enquanto isso, a Igreja acompanhava as mobilizações, atuando nos “encaminhamentos desses conflitos”. Foi então que os advogados do CDDH passaram a perceber, nesse “fato social”, um direito de posse da terra por parte daqueles reclamantes. É nesse ponto que surge uma nova interpretação jurídica que divergia daquela posta pelos advogados da FETAG. Enquanto estes esbarravam na legislação imposta pela CLT, na ideia de propriedade privada, a Igreja partia da “necessidade do povo”, da “lei da necessidade”.¹³⁹⁸

Anteriormente à criação do CDDH, a Igreja já desenvolvia um papel no campo, mas “*não tinha aquela pessoa técnica que era capaz de dizer o que era certo, o que era errado em termos jurídicos. Muitas vezes a pastoral era lesada ou confundida pelo advogado da Federação*”, explica o ex-coordenador do CDDH, Wanderley Caixe.¹³⁹⁹

Ainda em sua entrevista à pesquisadora Regina Novaes, nos anos de 1980, esse advogado do CDDH explica: “*trabalhando fora do sindicato e trabalhando com a concepção um tanto vaga de ‘necessidade’, o advogado pode criar*” direitos favoráveis à gente despossuída. “*Fazer o agricultor em agente ativo do direito (...) Ele se relaciona com o poder judiciário que vai dizer o que é direito e o que não é direito, diante da norma e diante do fato*”. No caso de Alagamar, em um determinado momento em que moradores dessa fazenda foram detidos na capital do estado, os advogados da FETAG sugeriram àqueles “aceitar o acordo proposto pelos proprietários e a desistir da luta”, posicionamento que foi criticado e repudiado pela Igreja. A proposta dos advogados do CDDH era, partindo das evidências, encontrar uma “forma de ‘criar direito’ ”.¹⁴⁰⁰

É importante lembrar que casos semelhantes foram experienciados por advogados que assessoram as Ligas Camponesas nos anos de 1960, num processo de enfrentamento à violência

¹³⁹⁷ Agricultores são mais acusados do que ouvidos em sua federação. **O NORTE**. João Pessoa, 3 out. 1978, nº 617, p. 03. Cf. também: Incra silencia e proíbe falar sobre Alagamar. **O NORTE**. João Pessoa, 18 ago. 1978, nº 572, p. 01. Tratando dessa mesma situação, ler-se em outra matéria: Agricultores pedem a Geisel, em carta, desapropriação de Piacas e de Alagamar. **O NORTE**. João Pessoa, 8 nov. 1978, Nº 650, p. 5.

¹³⁹⁸ NOVAES, Regina Reys. **De corpo e alma**:... *Op. cit.*, p. 126.

¹³⁹⁹ *Ibidem*.

¹⁴⁰⁰ *Idem*. p. 128, 127 e 129, respectivamente.

patronal e à “expropriação” de terras cultivadas por trabalhadores. Em sua exposição no Seminário Memória Camponesa, no ano de 2006, a advogada Ofélia Amorim rememorou essa luta:

...como seria o trabalho de um advogado num processo de luta tipicamente dentro da contradição capital e trabalho, com o Código Civil que protegia a propriedade como direito absoluto? Como nós faríamos isso? E como trabalharíamos também, diante das agressões que os camponeses e aqueles que se dedicavam ao trabalho, junto a eles, sofriam diariamente? (...). Então, nós começamos a discutir e a pensar como fazer esse trabalho. Dizem que a lei sempre tem brechas (...) para defender aqueles que aparentemente a lei não está protegendo. E uma dessas brechas era exatamente a questão da posse, que no nosso Direito, como era no Código Civil anterior, de 1916, e é no atual, a posse é mais importante até do que a propriedade, e ela independe de documentos.¹⁴⁰¹

As suas primeiras experiências como advogada se deram na função de assessora das Ligas Camponesas, na região do Brejo paraibano. Ao apontar as dificuldades então encontradas, a expositora lembra que, com a criação da JCJ de Campina Grande, o juiz “era uma pessoa socialista”. Daí porque, “quando entrou a primeira reclamação contra um senhor de engenho, de Areia, ele (...) deu a decisão favorável ao” reclamante. No entanto, na parte criminal da área trabalhista, “a questão era um pouco mais complicada”, e isso pelo fato de que a “primeira fase do processo criminal se dá nas delegacias de Polícia”.¹⁴⁰²

À época, nas pequenas cidades, havia apenas comissariado de Polícia, que se encontravam “nas mãos de cabo da Polícia, no máximo, de sargento, quer dizer, de pessoas que achavam que tinham o poder de vida e de morte sobre os camponeses”.¹⁴⁰³ E, quando havia a prisão de um trabalhador rural, o comissário, geralmente, dificultava a soltura, obrigando o advogado recorrer ao juiz de Direito. No entanto, segundo Ofélia Amorim,

...eles também negavam e a gente tinha que recorrer ao Tribunal, contra a ordem do juiz. Então, era uma luta muito desigual porque, mesmo na área judicial, os advogados desses proprietários contavam com o apoio do juiz. Devo dizer, com toda honestidade, que no Tribunal de Justiça da Paraíba havia muitos desembargadores que eram pessoas com idéias socialistas, com idéias, pelo menos, humanistas, um deles era o Doutor João Santa Cruz, que era desembargador. Então, a gente atuava como advogado se valendo não só dessas brechas da lei, como também desse apoio, que tinha que ser velado, mas que se manifestava através de decisões. Então, começou e acho que nós demos uma contribuição nesse sentido.¹⁴⁰⁴

¹⁴⁰¹ AMORIM, Ofélia. Atuação dos advogados, intelectuais, estudante e imprensa. In: SEMINÁRIO MEMÓRIA DAS LIGAS CAMPONESAS NA PARAÍBA. João Pessoa, 1, 2006. **Apanhado Taquigráfico**. p. 57. Disponível em: <http://www.ligascamponesas.org.br/wp-content/uploads/2014/06/Seminario-Memoria-Camponesa-1-Mesa.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2023. Ver também: MOREIRA, Ivan Targino et al. **Memória camponesa: as ligas camponesas na Paraíba**. João Pessoa: Universitária, 2011.

¹⁴⁰² *Idem*. p. 59.

¹⁴⁰³ *Ibidem*.

¹⁴⁰⁴ *Ibidem*.

Portanto, o embate não se resumia aos canaviais, mas ocupava diferentes instâncias de poder como formas de resistência que procuravam implodir o *modus operandi* dos grupos dominantes. Ainda no sentido da atuação do setor jurídico que assessorava as Ligas Camponesas, as dificuldades apontadas por Ofélia Amorim em relação à estrutura do Estado para servir à elite dominante, se tornaram maiores após o golpe civil-militar de 1964.

Em fins dos anos de 1970, se observou um crescimento significativo de reclamações trabalhistas na Justiça do Trabalho, na Paraíba. Até o ano de 1985, apenas as duas maiores cidades do estado sediavam a JCJ. Essa centralização se tornava um empecilho para as populações residentes em regiões relativamente distantes. Além disso, os recursos interpostos das decisões processuais eram encaminhados para o Recife, onde estava sediado o TRT da 6ª Região.

Dada a grande demanda por parte da classe trabalhadora, principalmente, do campo, as entidades sindicais, os juízes e advogados da área trabalhista passaram a cobrar o desmembramento da Justiça do Trabalho da Paraíba do TRT da 6ª Região e, conseqüentemente, a instalação de um Tribunal Regional do Trabalho no estado da Paraíba, com o propósito de atenuar a morosidade dos processos. Nesse sentido, em julho de 1983, a imprensa noticiou:

Presidentes de Sindicatos de várias categorias profissionais e os vogais da Junta de Conciliação e Julgamento da Paraíba vão solicitar ao governador Wilson Braga, seu empenho junto ao Ministério da Justiça, para que seja instalado no Estado um Tribunal Regional do Trabalho. A criação do Tribunal Regional do Trabalho e de mais três Juntas de Conciliação e Julgamento, vai beneficiar também o Estado do Rio Grande do Norte. [...] O Tribunal ficará instalado em João Pessoa e as três Juntas nas cidades de Guarabira, Patos e Sousa e atenderiam as questões trabalhistas que, hoje, são resolvidas na Capital ou em Campina Grande, em primeira instância, ou em Recife, o que tem provocado um crescente acúmulo de processos.¹⁴⁰⁵

Essas reivindicações também eram realizadas no Congresso, por meio de representantes políticos do estado.¹⁴⁰⁶ No ano de 1984, a classe trabalhadora novamente fazia reivindicação para a instalação de um TRT, enviando documento ao governo federal que, por sua vez, no mês de outubro, respondeu assegurando a criação de um TRT na Paraíba.¹⁴⁰⁷ Não demorou muito para que a solicitação fosse apreciada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST)¹⁴⁰⁸, em novembro daquele mesmo ano, a imprensa noticiou a aprovação da criação do TRT na

¹⁴⁰⁵ Sindicatos pedem Tribunal do Trabalho para o Estado. **A UNIÃO**. João Pessoa, 20 jul. 1983, nº 138, Ano XCI, p.11.

¹⁴⁰⁶ Reivindicada instalação de um tribunal em João Pessoa. **A UNIÃO**. João Pessoa, 12 ago. 1983, nº 156, p. 5.

¹⁴⁰⁷ Figueiredo garante TRT para a Paraíba. **A UNIÃO**. João Pessoa, 21 out. 1984, nº 218, p. 5.

¹⁴⁰⁸ TST aprecia amanhã TRT da Paraíba. **A UNIÃO**. João Pessoa, 27 nov. 1984, Ano XCII, nº 247, p. 1.

Paraíba.¹⁴⁰⁹ Em 1985, portanto, foi efetivada tal proposição, com a criação do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com sede em João Pessoa e com jurisdição nos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte.¹⁴¹⁰ No ano de 1991, ocorreu o desmembramento dessa jurisdição com a criação do TRT da 21ª Região do estado do Rio Grande do Norte, com sede em Natal.

Com isso, posteriormente foram criadas as varas trabalhistas de Guarabira, Patos, Sousa e Cajazeiras. As JCJ's foram substituídas por Varas Trabalhistas. Desse modo, tornava-se menos desgastante “botar o patrão no pau”.

6.5 LUTA DE CLASSE. CONSCIÊNCIA DE CLASSE?

Se a Igreja conservadora, os setores do Estado e proprietários rurais atuaram conjuntamente durante a formação de STR's, no sentido de conterem forças que pareciam ameaçadoras aos seus domínios, contudo não conseguiram submeter totalmente a vontade geral aos seus interesses, deixando aquele órgão, paulatinamente, escapar do papel assistencialista que lhe foi atribuído para atuar numa luta por direitos sociais e políticos.

Como já foi visto em páginas anteriores, em princípio, a entidade sindical, por meio de alguns de seus dirigentes, procurou minimizar as relações de exploração entre o empregado e o empregador, com a ideia de que era necessário “si normalizar as duas claci” porque “o trabalhador tem qui respeitar o seu Patrão i os Patrões tem qui respeitar seu morador”.¹⁴¹¹ De igual modo, em outra assembleia realizada, aproximadamente, um ano antes, argumentava-se “qui não se podi si esconder mais nada dos Patrões”, e, nesse sentido, o presidente do STR solicitou “qui todos si entendesi com os seus patrões para melhor si resolver a situação de todos”

¹⁴¹².

¹⁴⁰⁹ Aprovado criação de TRT na Paraíba. **A UNIÃO**. João Pessoa, 29 nov. 1984, nº 249, p. 1.

¹⁴¹⁰ BRASIL. **Lei n. 7.324, de 18 de junho de 1985**. Cria a 13ª Região da Justiça do Trabalho e o respectivo Tribunal Regional do Trabalho, institui a correspondente Procuradoria Regional do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, ano 123, n. 114, p. 8561, 19 jun. 1985. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/73485>. Acesso em: 16 de mar. 2021. Em relação à história do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, Cf.: VIDAL, Wylka Carlos Lima. Os Vinte anos do TRT da Paraíba. **Revista do Tribunal TRT Nº 13**, vol. 1, nº. 1, 2005, p. 86-93. Disponível em: <https://www.trt13.jus.br/institucional/ejud/artigos/revistas/13a-revista-do-tribunal-regional-do-trabalho-da-13a-regiao/view>. Acesso em: 13 de mar. 2021. Até o ano de 1985, o TRT 6 sediado no Recife respondia pelos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

¹⁴¹¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Sessão da Assembleia Ordinária realizada no dia 29 de novembro de 1964**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 17 e fl. 17 verso.

¹⁴¹² SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Sessão da Assembleia Ordinária realizada no dia 27 de outubro de 1963**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 07.

Todavia, tais postulados que defendiam essa “relação harmoniosa” eram criticados e combatidos por uma minoria crescente. Diárias e/ou salários pagos por senhores de engenho, fornecedores, usineiros “não dar para viver”, eram reclamações que se tornaram constantes nas assembleias, sendo indicadores de uma insatisfação geral, com a sede do STR tendo se convertido em espaço de partilha de experiências sobre as relações de trabalho e condições de vida no campo.¹⁴¹³

Na década de 1960, acreditava-se piamente que as populações não alfabetizadas que sobreviviam na palha da cana estavam destinadas à “sua degradação”. E, em décadas anteriores, as frações de classe dominante pleiteavam a ideia de que aquela gente “achava muito natural que vivessem dormindo em chiqueiros, comendo um nada, [e] trabalhando como burros de carga”. Tomando a zona canavieira paraibana como matéria-prima para a produção de sua obra de ficção, o escritor pilarense José Lins do Rêgo recordou sua infância ao registrar sobre esse período: “a minha compreensão da vida fazia-me ver nisto uma obra de Deus. Eles nasceram assim porque Deus quisera, e porque Deus quisera nós éramos brancos e mandávamos neles. Mandávamos também nos bois, nos burros, nos matos”.¹⁴¹⁴

Algumas décadas depois, aquela sociedade apresentava algumas mudanças, incluindo a expansão da cana, a expulsão dos moradores de engenho e a precarização do trabalho no campo. Em pleno governo ditatorial, a federação, sob intervenção dos militares, oferecia advogados aos STR’s. Em abril de 1967, o STR de Alagoa Grande recebeu a visita de um desses advogados. Mas, ao ser apresentado pela direção, alguns associados contestaram a atuação desse profissional enquanto defensor daquele órgão. E tudo isso “porque muitos sócios vivem dizendo que ele não vai ser justo, porque ele era [advogado] dos patrões e agora passar [a advogar] para os trabalhadores...”, sinalizava-se, portanto, que nada poderia ser resolvido com a ajuda desse tipo de profissional em benefício da classe trabalhadora rural.¹⁴¹⁵

Defensor da classe patronal, João da Silva Cruz estava, de fato, a serviço do estado de exceção. Em sua fala, assegurou: “sou o advogado de qualquer um de vocês [e] eu fui escolhido para ser advogado da federação junto com meus colegas que é uma equipe de seis advogados”. Cada um desses profissionais ficou responsável por um determinado setor. Naquele momento, explicou ele que ficaria representando os STR’s de algumas cidades, como Alagoa Grande, Alagoinha, Areia, Guarabira, Ingá, Juarez Távora, Mulungu, Remígio “e muitos outros setores

¹⁴¹³ *Ibidem*.

¹⁴¹⁴ REGO, José Lins do. **Menino de engenho**. 84 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2002. p. 116.

¹⁴¹⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Assembleia Ordinária realizada no dia 09 de abril de 1967**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 48 verso.

e eu garanto a vocês que eu faço tudo o que for possível mais também se a lei permitir no quer tiver o direito tanto um como outro”¹⁴¹⁶.

Como se tornara rotina, naquele mesmo ano, o STR recebera, em encontro anterior, funcionários da ANCAR para a realização de uma “palestra sobre vida em grupo”. Percebe-se que, a forma como o tema é explorado, nele se encontra implícita a ideia de ordenamento, organização, harmonia etc., apontando para grupos importantes à formação do indivíduo como família, escola e Igreja. Com isso, partiu-se da ideia de que o homem não consegue viver sozinho e que cada grupo tem uma função no campo da produção capitalista.

Embora a fala de uma das palestrantes, a “senhorita Norma”, estivesse fundada no pensamento liberal e conservador, acabou escorrendo para outros termos de diferente matéria. Nesse sentido, ao buscar a definição de grupo, explicou: “Grupo são pessoas de interesse comum [com] o mesmo objetivo [e] só é um grupo quando nós temos o mesmo interesse quando nós temos o[s] mesmos objetivos”. Portanto, cogitou que os interesses dos proprietários de terra não são os mesmos defendidos pelos trabalhadores rurais.¹⁴¹⁷

Ao que parece, o propósito da fala era despertar as pessoas a refletirem sobre a importância do STR, tornando implícita a ideia de que o grupo, o todo, era muito mais forte para instaurar uma luta de resistência. Assim, viver em grupo tinha muitas vantagens: “1º é espírito associativo; 2º desenvolvimento total; 3º interesse pela comunidade; 4º liderança; 5º troca de experiências”. Consiste em lembrar, ainda, “que o grupo é uma necessidade do homem, [e que] o desenvolvimento pessoal ajuda a resolver os problemas mais faciel...”¹⁴¹⁸

Quando técnicos ou intelectuais não conseguiam prestar aulas, palestras, os próprios sindicalistas procuravam trazer explicações nas assembleias. Em um outro momento, por exemplo, um líder sindical discutiu com os sócios os significados dos termos *grupo* e *categoria*. Assim, ao explicar que Adão e Eva foram o primeiro exemplo de grupo a se associar, lembrou sobre “o que significa aquele que vivi do mêsmo ramos di trabalho falou dando um ezemplo di 300 pessoas trabalhando [e] formando 3 grupo di 100 pessoas”. E, ao continuar, explanou: “1 grupo corta lenha i outro fai teilha i outro trabalha na Agricultura da a compriender atodos que cada 1 grupo deste é uma categoria ou melho[r] uma profição”.¹⁴¹⁹

¹⁴¹⁶ *Ibidem*.

¹⁴¹⁷ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião mensal realizada no dia 26 de fevereiro de 1967**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 47, verso.

¹⁴¹⁸ *Ibidem*.

¹⁴¹⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 09 de agosto de 1964**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 12.

Vale salientar que o conceito de grupo dado pela palestrante se distancia do significado próprio ao vocábulo, aproximando-se muito mais da definição de *coletividade* e, até mesmo, de *classe*. É importante lembrar que, embora os trabalhadores rurais não tivessem um conhecimento sistematizado sobre “viver em grupo”, certa parcela dessa gente tinha vivido experiências em suas comunidades, ao realizar serviços coletivos com o objetivo de ajudar uns aos outros, muitas vezes formando mutirões. Tal situação poderia surgir no momento da semeadura, da colheita, da construção de uma casa etc.

Muitas vezes, os discursos empreendidos por técnicos e autoridades, na sede do STR ou em outros espaços, acabavam subestimando as potencialidades dos saberes e das experiências de homens e mulheres que laboravam no campo. Supunha-se que essa gente não tinha conhecimento algum, e isso pelo simples fato de uma grande maioria não ser alfabetizada. Estudando as experiências dos operários na Inglaterra, durante o período de 1790 a 1832, Thompson adverte que “de forma nenhuma o analfabetismo (devemos lembrar) excluía os indivíduos do discurso político”.¹⁴²⁰

Essa ideia de coletividade experienciada pelos trabalhadores, em sua vida comunitária, permitia-lhes apropriarem-se com maior facilidade da ideia de classe. Esses termos eram evitados por técnicos formadores; principalmente, durante os governos autoritários, eram evocados pelos sindicalistas palavras e expressões como *companheiro*, *camponês*, *luta sindical*, *resistência*, *união*, entre outros. Os STR's mais ativos e com maior número de associados e associadas, tratados como “companheiros” ou “companheiras”, tornavam-se experiências a serem seguidas. Havia, também, um esforço dos sócios de tentar desfazer estereótipos que o imaginário de frações da classe proprietária criava sobre a entidade sindical. Nesse sentido, o sócio José Pinheiro sobreavisou, em reunião: “sindicato não é para jogar pedrada [mas] sim ser todos por um e um por todos e ter o espírito de humanidade...”.¹⁴²¹ Era comum se fazer uso desse velho clichê: “...qui tem qui si trabalhar todos Por um i um Por todos”. Em algumas situações, os conflitos eram resolvidos por meio de acordos sem, necessariamente, o recurso à Justiça comum ou, mesmo, às recém-instaladas JCJ's, como, por exemplo, no caso do sr. “Americo di Araujo qui foi colhido seus direitos Por um acordo qui fe[z] com o Proprietario i o Delegado do Ministerio do trabalho i o Presidente do...” STR de Alagoa Grande.¹⁴²²

¹⁴²⁰ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária, 3: a força dos trabalhadores**. 2 ed. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 415.

¹⁴²¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Sessão da Assembleia Ordinária realizada no dia 13 de agosto de 1972**. Livro de Atas II (1970-1974), fl. 26 verso.

¹⁴²² SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária realizada no dia 30 de novembro de 1963**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 08.

Ao combater o papel assistencialista que muitos buscavam no STR, os associados e associadas mais esclarecidos demonstravam ter uma consciência de classe quando defendiam “...que o sindicato não é para receber um litro de qualquer coisa... mais é para se entenderem as leis [que estabelecem direitos à classe trabalhadora rural e lutar coletivamente por uma relação de igualdade] entre os moradores e os proprietários...”¹⁴²³. Nesse sentido, em assembleia sindical do mês de abril de 1973, o presidente da FETAG-PB, Álvaro Diniz, ao apresentar a importância do STR para os filiados e filiadas presentes explanou, de forma breve, sobre “o movimento sindical e o seu desenvolvimento no Brasil, que até agora só tem é feito bem aos trabalhadores e a todos”. Ele ainda lembrou que “desde do descobrimento do país que (...) os trabalhadores” são explorados e espoliados por parte de um grupo minoritário que detém a maior parcela das terras e das riquezas do território brasileiro “e só agora de [19]62 para cá foi que os trabalhadores começaram a sair da miséria”¹⁴²⁴, conquistando direitos sociais e políticos.

De modo geral, observa-se que, constantemente, as entidades passavam pelo crivo avaliativo, até mesmo, dos sócios e sócias menos politizados. Como já foi visto, essa prática sindicalista cotidiana perpassava as influências de elementos característicos da Igreja progressista.

Em sessão solene de posse da nova diretoria do STR de Alagoa Grande, em dezembro de 1970, além da presença de 278 associados e associadas, também se fez presente relativo número de autoridades e representantes da sociedade civil da região do Brejo. Um dos membros do STR de Alagoa Nova, Cícero Pereira Sales, refletiu: “...o homem em sindicato descobre o seu valor e também o evangelho”. Em seguida outro sindicalista, também integrante daquela entidade no município vizinho a Alagoa Grande, o senhor Severino Bento da Silva, lembrou: “... o clero fala da união, da situação dos trabalhadores [e] que esta união torne todos um só corpo”. Ao falar da “atuação do sr. Presidente da República ressaltou a necessidade da Reforma Agrária e do problema do êxodo Rural em consequência dos despejos”. Continuando em seu discurso afirmou: “...é preciso que o governo cuide dos problemas da Agricultura para que o homem rural Não se torne um parazita da nação isso não é [h]umanidade é desumanidade”.¹⁴²⁵

¹⁴²³ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de janeiro de 1966**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 35, verso.

¹⁴²⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião de 08 de abril de 1973**. Livro de Atas II (1970-1974), fl. 34

¹⁴²⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Posse dos Novos Diretores Administrativos e Representativos realizada no dia 20 de dezembro de 1970**. Livro de Atas II (1970-1974), fl. 08, verso.

A fala anterior parece estar constituída de contradições. Todavia, lendo-a à luz da conjuntura e do contexto em que o sindicalista se encontrava inserido, percebe-se que, embora o emprego do termo “parasita” ganhe um caráter pejorativo, na fala encontra-se implícita a ideia de omissão do próprio Estado, além de uma sensibilidade maior de homens e mulheres do campo em relação a essa omissão.

O historiador inglês Edward Palmer Thomson lembra que “a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica”. E, criticando as formas como o termo foi interpretado ao longo da história, afirma: “a relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais”. Além disso, esse intelectual esclarece o conceito de classe e consciência de classe. De acordo com as suas definições,

a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe.¹⁴²⁶

Nesse sentido, a percepção que tinham os dirigentes de entidades sindicais do campo, na Paraíba, aproxima-se dessa leitura produzida pelo referido historiador ao estudar as experiências de classe da Classe Operária Inglesa. Numa análise sobre os movimentos sindicais dos trabalhadores da cana após a Campanha Salarial de 1984, em um encontro para avaliar os ganhos e perdas, as táticas e estratégias tomadas pela categoria durante o movimento grevista, o presidente do STR de Pirpirituba, José Raimundo, comentou: “Aí temos que aprender um pouco o que faz a classe dominante: morre um ministro, sai um ministro, no outro dia tem um pronto pra assumir. Por quê? Porque eles têm quadros formados. Por quê? porque eles são organizados”. Para o sindicalista, essa prática era uma estratégia de que os STR’s podiam se apropriar e redefini-la de acordo com seu interesse. Por isso, pontuou: “Então nós temos que nos organizar, nós temos de priorizar a formação dos nossos companheiros para que possa ter vários companheiros preparados [para] qualquer instância de direção da nossa luta, companheiros”.¹⁴²⁷

¹⁴²⁶ THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa I**: a árvore da liberdade. 4 ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 10.

¹⁴²⁷ RAIMUNDO, José. Exposição. Canavieiros em Greve: campanhas salariais e sindicalismo. Encontro de Canavieiros. Mar. 1985. **Cadernos do CEDI**. São Paulo, nº 14, dez. 1985. p. 96.

Um ano, aproximadamente, após o golpe de 1964, as entidades sindicais viviam sob tensão do autoritarismo; a filiação ao órgão sindical e a frequência às assembleias eram temidas ainda pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Trata-se de um período em que o STR estava retornando à realização de seus encontros mensais sob autorização do “Quartel do 15 R. J.”. Nessa conjuntura, em reunião de abril de 1965, o presidente dessa entidade, ao falar sobre “o Pau da Injustiça”, explanou “como Pudia derrubar este Pau”. E essa situação exigia da gente pobre do campo bastante esforço porque “o maior exercito é um Proprietário”, pois “qui elis tem dois direito na mão um é deles, i o outro é nosso”.¹⁴²⁸

E para a gente despossuída retomar esse direito que era seu e estava sendo usurpado, a única solução era exercê-lo. No entanto, exercer esse direito, ou se tornar um sujeito de direito, individualmente era enfrentar “o maior exército”, que, por sua vez, se constituía do Estado, de capitais vários (político, econômico, social e cultural), do discurso letrado dominante, da própria interpretação do direito etc. Portanto, esse enfrentamento somente seria vantajoso para os trabalhadores e trabalhadoras rurais se esses se estabelecessem em um grupo coeso, constituindo-se e se aceitando enquanto classe trabalhadora do campo. E, nesse sentido, afirmava-se que “o associado só pode confiar no outro qui é sossio, [e] falou aos sossio como podia si unir para Pedir o salario a seu Patrão”.¹⁴²⁹

Entendia-se, portanto, que o “pau da injustiça”, o estabelecimento de uma relação de expropriação e apropriação indevida, de uma relação de forças desiguais era a principal raiz da fome, pobreza, miséria, doenças, do alto índice de violência etc.

Em julho de 1965, o líder sindical Severino Casseiro afirmava, de forma convincente, que, “depois dos Sindicatos bem organizados acaba[ria] as injustiças dos proprietários”.¹⁴³⁰ Em que se desdobrava essa hipótese do sindicalista em plena ditadura? O que seriam sindicatos organizados? Quais poderes exerciam essas entidades civis que a gente pobre do campo desconhecia?

Assim, tornou-se comum se evocar a ideia de pertencimento ao grupo social, consistindo numa formulação de identidade de classe. Evidentemente, as experiências dos embates entre a classe trabalhadora rural e o patronato iam servindo aos primeiros para a constituição de uma consciência de classe. A compreensão era de que o STR era formado por uma categoria, um

¹⁴²⁸ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião ordinária de 25 de abril de 1965**. Livro de Atas 01 (1962-1967), fl. 24, verso.

¹⁴²⁹ *Ibidem*.

¹⁴³⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Assembleia Ordinária realizada no dia 25 de julho de 1965**. Livro de Atas I (1962-1967), fl. 30.

grupo específico e que, portanto, outra pessoa não poderia participar de suas reuniões, se não fosse “do sindicato”, se não pertencesse à classe subalterna. Essa compreensão se explicitou em um fato ocorrido na sede do STR de Alagoa Grande, em setembro de 1972. Trata-se de uma visita do prefeito municipal à sede daquela entidade em um dia no qual se realizava a assembleia geral, sem uma comunicação prévia. Na ata sindical, narra-se que, enquanto um dos membros da diretoria fazia uma explanação sobre a “...reforma agrária. Daí foi chegando o prefeito municipal que ia passando. O presidente disse que não havia convidado [pelo] motivo [que] a reunião era costumera e mesmo é [proi]bido pessoas fora da classe em reunião”.¹⁴³¹

Geralmente, muitos líderes sindicais procuravam sempre expressar, em suas falas, a ideia de identidade de classe como uma necessidade de afirmação na luta de resistência contra os interesses do grupo dominante. A esse respeito, declarou Margarida Maria Alves, em um de seus discursos aos trabalhadores rurais em Alagoa Grande, por ocasião de eleições na década de 1980: “todo povo sabe que os humildes estão sendo esmagados pelos poderosos, pelos potentados, pelos latifundiários...”. Continuando sua fala, conclamava na ocasião: “ainda ontem o frade dizia: ‘vamos perder esse medo, vamos perder essa covardia de ser contra o outro. Nós não somos contra o nosso companheiro. Vamos ficar contra os poderosos...’”.¹⁴³²

Para essa líder, era possível uma coesão dos grupos subalternos, unificados em uma só classe, a “classe trabalhadora rural”. E, finalizando o seu discurso, procurou encorajá-la: “Então a gente está na obrigação de exigir [d]essa gente, porque ele está na obrigação de fazer”.¹⁴³³ Devido a sua sensibilidade para com os problemas da gente despossuída, ela exercia um grande poder de persuasão dentro dos grupos populares. O uso do verbo *exigir* substitui outros verbos que eram utilizados anteriormente e que traduziam uma relação de subalternidade. A intenção era abrir fendas, implodir uma relação clientelista, quebrar essa hierarquia social.

Conclamar a união da gente que laborava, principalmente na palha da cana, era uma tentativa recorrente nas reuniões sindicais. Os membros do STR mais ativos empreendiam um esforço enorme no sentido de sensibilizar a categoria. No ano de 1979, por exemplo, um dos sócios do STR, Manoel Amaral, se utilizando de uma analogia, buscou ilustrar o papel daquele órgão e a importância da união de todos ao fazer: “uma comparação do movimento sindical

¹⁴³¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Ata de Sessão da Assembleia Ordinária realizada no dia 10 de setembro de 1972**. Livro de Atas II (1970-1974), fl. 28.

¹⁴³² ALVES, Margarida Maria. Palestra para trabalhadores no sindicato de Alagoa Grande-PB. In: BARBOSA, Sebastião. **A mão armada do latifúndio:...** Op. cit., p. 64.

¹⁴³³ *Ibidem*.

com as formigas que trabalham unidas e que os trabalhadores[, portanto, como aqueles animais pequeninos e produtivos] continuasse[m] unidos...”.¹⁴³⁴

A luta das populações de Alagamar, por exemplo, pode servir de evidência de como aquela gente, em sua maioria, se percebia enquanto um grupo social. Essa análise é uma leitura de várias reportagens da imprensa em geral. A falta de empatia do governo de Ernesto Geisel para com os problemas enfrentado pelas populações de baixa renda, não fora obstáculo para que os moradores de Alagamar se deslocassem de suas residências na zona rural, deixassem o seu labor e se “posta[ssem] em centenas” à frente do “Palácio da Redenção, por ocasião da estada ali do Chefe do Governo”.¹⁴³⁵

O objetivo dessa manifestação era “fazer-lhe a entrega de um memorial sugerindo a medida que veio, por fim, a ser tomada”: a desapropriação de terras de Alagamar. Olhares que captavam o acontecimento ecoavam nas páginas da imprensa, sintetizando o ocorrido numa leitura sociológica: “o Brasil é um país com inesgotáveis potencialidades econômicas conflitando com um índice de pobreza e subdesenvolvimento dos mais altos entre os países do chamado Terceiro Mundo”. O problema de Alagamar, portanto, era uma das evidências de que, “as disparidades sociais que hoje registramos são consequências de má distribuição da renda, ou de maneira mais apropriada, da grande concentração da riqueza nacional nas mãos de uma parcela ínfima da população”.¹⁴³⁶

Sempre havia uma estreita relação entre os órgãos sindicais da área canavieira e outras regiões. Assim, o STR de Alagoa Grande, por exemplo, apoiou, desde o início, as mobilizações dos moradores de grande Alagamar, Piacas etc., que estavam sendo expulsos de suas terras pelos novos proprietários, como vimos no capítulo 3 - *Senhores de terra e de política: práticas e discursos de dominação*.

Essa solidariedade entre os trabalhadores e trabalhadoras evidencia o reconhecimento do pertencimento ao mesmo grupo com interesses afins. Com isso, “o sindicato de Al. Grande [foi] um dos primeiros a se manifestar contra o mesmo e foi lido [um] ofício que a federação tinha feito as autoridades competentes solicitando...” a resolução daquele “mesmo problema e disse[, a presidente, que] quem tinha resolvido todos os problemas [não] foi [menos que] a união dos trabalhadores” rurais. A sindicalista, ao falar para mais de 160 associados na sede do

¹⁴³⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 10 de junho de 1979**. Livro de Atas IV (1978-1982), fl. 12 verso.

¹⁴³⁵ O exemplo de Alagamar, um marco na luta pela terra. **O NORTE**. João Pessoa, 10 nov. 1978, nº 652, p. 4.

¹⁴³⁶ *Ibidem*.

STR, apresentava a grande conquista dos moradores de Alagamar e fazendas vizinhas.¹⁴³⁷ A “vitória” dos moradores e moradoras daquela comunidade era, também, uma vitória de toda a gente do campo sem-terra e que lutava pela reforma agrária. De maneira geral, entende-se que, nesses movimentos de apoio, nessas trocas de experiências, em que os indivíduos passam a se reconhecer como pertencentes a um determinado grupo, a classe trabalhadora rural ia se constituindo uma identidade de classe.

Durante o lançamento da Campanha da Fraternidade, no ano de 1978, o arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, observava que, nas relações de trabalho no campo, na região Nordeste, diferentemente do que ocorria no seu estado de Minas Gerais, “existe um clima de tensão que gerava mal-estar e, por vezes, explodia em verdadeiro conflito entre proprietários e camponeses, entre patrões e operários”. Desse modo, “as forças presentes no trabalho apareciam mais como antagônicas do que como colaboradores numa obra comum. Seus representantes se comportavam não como aliados, mas como adversários se não como inimigos”.¹⁴³⁸

Segundo o então arcebispo, os crescentes números de questões trabalhistas nas JCJ’s “ou nos Tribunais comuns são uma demonstração clara de que não são nada fraternas as relações no mundo do trabalho”. E apontava que a causa geradora do problema não estaria no homem, “mas no sistema que divide a sociedade em proprietários e não-proprietários. Os proprietários são os que possuem o dinheiro, o poder, os meios de produção. Os não-proprietários são os que possuem a força de trabalho e a vendem ou ‘alugam’ ” àqueles.¹⁴³⁹

A percepção de Dom José Maria Pires ultrapassava a dimensão teológica, encontrando no pensamento filosófico uma explicação mais adequada. Ele não só tinha contato direto com os movimentos sociais no campo e as lideranças sindicais, como também viu de perto as condições de vida e de trabalho da gente pobre do campo. Além disso, tornou-se símbolo de resistência no ato solene de retirada do gado das plantações de moradores de Alagamar, juntamente com o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara. Nessa sua interação, compreendeu que, “por outra parte, o trabalhador começa a tomar consciência de que é

¹⁴³⁷ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Ata de Reunião Ordinária realizada no dia 10 de dezembro de 1978**. Livro de Atas IV (1978-1982), fl. 4 verso. Em relação à desapropriação daquelas terras, Cf. BRASIL. **Decreto Nº 82.614, de 8 de novembro de 1978**. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, imóveis rurais situados nos municípios de Itabaiana e de Salgado de São Félix, no estado da Paraíba, compreendidos na área prioritária de Reforma Agrária, de que trata o Decreto nº 56.583, de 19/7/65, com prazo de intervenção governamental prorrogado, sucessivamente, pelos Decretos nºs. 60.465, de 4/03/67, 68.085, de 19/1/71, e 75.147, de 27/12/74. Brasília. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/505254/publicacao/15825882>. Acesso em: 09 out. 2022.

¹⁴³⁸ Fraternidade no mundo do trabalho. **O NORTE**. João Pessoa, 13 fev. 1978, nº 391, p. 3.

¹⁴³⁹ *Ibidem*.

explorado, isto é, fica entendendo que o que ele produz, vale mais do que o que ele recebe em pagamento...”. Provavelmente, o religioso não tinha lido Marx, mas algum marxista e, portanto, percebeu que o trabalhador, ou seja, uma parcela mais esclarecida da classe trabalhadora do campo, entendia que “...a ‘mais-valia’ não é repartida com ele, mas é toda apropriada pelos donos dos meios de produção”.¹⁴⁴⁰

Tendo a Teologia da Libertação como aporte teórico para as suas análises, compreendia o cristianismo como um instrumento de libertação dos oprimidos e defendia que, “outrora essa injustiça era aceita sem contestação. Aparentemente ao menos. Esse tipo de injustiça sempre existiu (...). Foi, todavia, em nosso século que se pode tornar patente toda a iniquidade que o sistema capitalista envolve”. No entanto, continuou ele, “a partir da revolução industrial, atingiu níveis impensáveis na exploração seja de indivíduos fracos seja povos subdesenvolvidos”. Para Dom José, o problema era sistêmico.¹⁴⁴¹

Em relação à experiência de classe no campo, durante entrevista concedida a Vanderlan Pereira, no ano de 2011, Dom José Maria Pires teceu algumas considerações sobre os movimentos de resistência de moradores em áreas de conflitos de terras e que eram acompanhados por setores da Igreja. Nessa ocasião, ao fazer uma análise sobre as lutas de resistência nas áreas de conflitos de Alagamar e Mucatu, o então arcebispo defendeu que, nessas duas comunidades rurais, homens e mulheres experienciaram uma luta de classes e, também, se perceberam como pertencentes a uma classe. Enquanto “em Alagamar todo mundo trabalhava bem a terra, plantava muita mandioca e macaxeira. (...) tinham um certo recurso (...) não eram pedintes”, portanto, era uma gente com “mais autonomia”, em Mucatu, “era o pessoal da cana. Eles não tinham nada. A terra não era deles”. Desse modo, eles “não sentiam a mesma autonomia” que aquela comunidade sentia. Rememorou o religioso que “Alagamar era um povo mais consciente”. Apesar de tudo, explicou ele, “o projeto de Mucatu aconteceu também porque eles viram que na medida que o proprietário ia invadindo as plantações deles, arrancando as outras para plantar cana então isso realmente provocou uma série de ações que provocou a tomada de consciência”.¹⁴⁴²

¹⁴⁴⁰ *Ibidem.*

¹⁴⁴¹ *Ibidem.*

¹⁴⁴² PIRES, Dom José Maria. Entrevista concedida a Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira. 01 jun. 2011. *Apud.* PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em Nome de Deus, dos Pobres e da libertação:** ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017. p. 160-161.

Em 1981, a comunidade de Camucim¹⁴⁴³, durante o conflito de trabalhadores e trabalhadoras rurais, com a Destilaria Tabu, agiu sem representação do STR, reunindo toda a comunidade em frente à delegacia, na capital do estado, para cobrar a liberdade de dois moradores da comunidade, presos por serem acusados de incendiar o canavial. A esse respeito, em 24 de janeiro daquele ano, a imprensa da capital noticiava:

Cerca de trezentos camponeses estiveram concentrados ontem, durante toda a manhã, defronte à Central de Polícia exigindo do superintendente de polícia, Lindemberg Patrício, a liberação dos agricultores, Oliveiros Antonio da Silva, casado, pai de 4 filhos menores, residente em Camucim, e de Flausina Lé da Silva, viúva, residente no mesmo sítio, presos na semana passada, acusados de terem incendiado canavial pertencente à Destilaria Tabu. Os camponeses (...) permaneceram durante toda a manhã concentrados em frente da Central de Polícia, cantando hinos religiosos. Eles queriam falar com os dois presos, mas foram impedidos (...). Um forte esquema policial foi montado “para evitar a invasão dos camponeses à Central, incitados por agitadores que se encontravam no meio deles”, segundo o delegado Edmilson Arruda, de Vigilância e Costumes. Ele só admitia a entrada dos camponeses em grupos de dez e se houvesse um líder entre eles. Como os camponeses disseram que não tinham líder específico e que todos ali eram líderes, o delegado (...) apontou os membros da Igreja como agitadores. (...) À tarde os agricultores foram soltos.¹⁴⁴⁴

Apesar de toda a imposição e arbitrariedade do Estado, os trabalhadores e trabalhadoras não se intimidaram. Eles não apenas reclamavam a prisão dos “dois companheiros”, como protestavam o estado de negação de direitos, a violência e a expropriação patronal. Essa não era a primeira vez que aqueles homens e mulheres se reuniam num movimento de resistência contra a violência dos empregadores. O conflito com a destilaria já marcava três anos e essa luta exigiu a união da comunidade. Esse momento de resistência foi indicador do reconhecimento de uma identidade de classe. Se não todos, mas uma parcela se percebia como pertencente a um grupo e a uma comunidade, de que eram, cada um, parte de um todo.

Durante encontro de canavieiros e canavieiras que avaliavam os movimentos grevistas de 1984, em março de 1985, o sindicalista do Polo Brejo II, Cícero Leonardo, ao falar sobre a ideia de consciência de classe dos trabalhadores rurais, concluiu: “eu acho que o trabalhador da Paraíba tinha toda consciência do que estava fazendo. Foram os trabalhadores que pararam,

¹⁴⁴³ Essa comunidade, localizada no município de Pitimbu, litoral sul do estado, limita-se com o município de Caaporã, onde, na década de 1970 foi instalada a destilaria Tabu de propriedade do Grupo Empresarial Lundgren S. A. Esse conflito durou cerca de oito anos 1978-1986. Sobre ele, a partir da ótica dos seus moradores, Cf. VELÔSO, Thelma Maria Grisi; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Memórias sobre um conflito de terra em relato de história de vida. **Fractal, Rev. Psicol.**, vol 25, n. 1, p. 23-40, Jan./Abr. 2013.

¹⁴⁴⁴ Agricultores soltos depois de passeata em frente à Central. **CORREIO DA PARAÍBA**. João Pessoa, 24 nov. 1981, Nº 92, p. 06.

foram os trabalhadores que fizeram greve, foram os trabalhadores que enfrentaram a polícia”.

1445

Neste último capítulo buscou-se identificar e analisar algumas das formas pelas quais a classe trabalhadora do campo se manifestou de maneira direta, construindo organizações, mobilizando a gente pobre do campo e parcela da sociedade no sentido de enfrentar os grupos dominantes e exigir direitos trabalhistas não reconhecidos pela classe patronal agrária.

¹⁴⁴⁵ LEONARDO, Cícero. Exposição. Canavieiros em Greve: campanhas salariais e sindicalismo. Encontro de Canavieiros. Mar. 1985. **Cadernos do CEDI**. São Paulo, nº 14, dez. 1985. p. 97.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[Para] a usina tá muito bom, cada vez mais ficando rica. E o trabalhador da cana sendo escravizado, sendo considerado pelo bagaço de cana. A gente somos um verdadeiro bagaço de cana¹⁴⁴⁶.

Depois de vasculharmos arquivos e nos debruçarmos sobre uma ampla gama de documentos históricos, com o propósito de empreender uma história de homens e mulheres do campo canavieiro da Paraíba, revisitando algumas de suas experiências ocorridas no espaço de duas décadas, constatamos a importância da luta de embate para a construção de uma identidade de classe.

No presente trabalho, mostramos que, no século XX, a área que constituía a zona açucareira do estado, passou por grandes transformações que resultaram na constituição de uma nova e sofrida paisagem ambiental e social. O alargamento das plantações da cana-de-açúcar engoliu engenhos, expropriou e expulsou moradores das áreas produtivas para as “pontas de rua”. A reação dos senhores de terra às formas de resistência praticadas por moradores, posseiros, rendeiros, meeiros se dava por meio de humilhações, intimidações, ameaças, opressão, destruição de sítios e de residências, agressões físicas e assassinatos de trabalhadores e líderes sindicais. Mediante essas práticas de extrema violência da classe patronal, uma grande parcela da classe trabalhadora rural procurou reinventar as suas formas de resistência, enfrentando o próprio medo.

Durante o governo civil-militar, o Estado foi reaparelhado para servir, de modo exclusivo, aos grupos dominantes e conservadores. A serviço dos industriais do açúcar, economicamente, o Estado ofereceu empréstimos e subsídios destinados à modernização de usinas e à instalação de novas destilarias, como também ao arrendamento e à compra de engenhos. Além disso, investiu na infraestrutura para atender ao capital agroindustrial. Na política, a ascensão da esquerda foi adiada e os cargos públicos foram controlados totalmente pelas famílias políticas que apoiavam o regime. Socialmente, as populações ficaram desassistidas, enquanto a força repressiva foi reaparelhada para “manter a ordem” e os modos de ser e estar desejados pelos grupos dominantes.

Com a instituição do Proálcool, a expansão dos canaviais se deu por meio do uso indiscriminado das diferentes formas de violência. O caráter opressor das práticas de dominação

¹⁴⁴⁶ Fala de uma trabalhadora da palha da cana da região do Brejo paraibano. BAGAÇO de Cana. Direção: José Barbosa e Alberto Casagrande. Brasil (Paraíba): SEDUP/CEDI-PB, 1987. 01 DVD (26 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HoOfGQhysnA>. Acesso em: 08 jun. 2023

assegurou a exacerbada intensificação da exploração ilegal da força de trabalho dos corpos na palha da cana. Para a classe trabalhadora, tratava-se de um ambiente, verdadeiramente, hostil em todas as suas dimensões. Dessa maneira, à medida que os senhores do capital industrial sucroalcooleiro concentravam, em suas mãos, mais terras e mais lucros, a vida da massa despossuída do campo sofria maior precarização, tornando-se, ainda mais, vulnerável a toda uma marginalização provocada pelo aprofundamento das desigualdades sociais.

Compreendemos que as lutas de resistência organizada das populações do campo da zona canavieira do Nordeste tiveram seu início com o movimento das Ligas Camponesas, sufocado pelo regime autoritário. Perpassando períodos de tempos sombrios, sob o olhar da vigilância do autoritarismo do latifundiário e do Estado, as entidades sindicais estabeleceram a “organização e a prudência” como estratégias de sobrevivência da sua luta política. Apesar do papel assistencialista imposto ao STR pelo Estado, foi possível se deslocar para as bases e comunidades, ouvir homens e mulheres, encorajá-los a mover reclamações trabalhistas e “botar o patrão no pau”, enfrentando a arbitrariedade do patronato.

Essas primeiras experiências vivenciadas por uma parcela de trabalhadores na luta de enfrentamento para imporem o respeito, por parte dos senhores de terra, à legislação trabalhista (o direito ao sítio, à carteira assinada, ao auxílio doença, a férias remuneradas etc.) permitiu àquela categoria se redescobrir, perceber-se enquanto sujeito ativo, posicionar-se e aglutinar, cada vez mais, membros às lutas de resistência. Dessa forma, mesclando certo conhecimento de causa e algum saber sindical, foi possível a formação de uma classe trabalhadora do campo na região de Alagoa Grande.

O apoio de setores da Igreja progressista foi importante para a mobilização da categoria e de outros setores da sociedade civil. A sensibilidade com que essa instituição se manifestou contra o comportamento opressor, nas relações de trabalho no campo, e contra a concentração fundiária, operou, de forma decisiva, para o fortalecimento das ações de resistência nos conflitos de terra, principalmente na área canavieira. O apoio incondicional aos mais pobres e o papel consistente no combate às injustiças sociais mobilizou e encorajou, espiritual e moralmente, frações das classes menos favorecidas. As ações por meio de Pastorais, que envolviam populações rurais, e o apoio jurídico através do Centro de Orientação dos Direitos Humanos - CODH foram fundamentais para encorajar o embate cotidiano contra forças opressoras no campo.

A luta política de resistência empreendida por homens e mulheres do mundo rural da zona canavieira, durante as duas décadas de governo autoritário, produziu efeitos desejados. Assim, denunciar senhores de terra quase intocáveis nas páginas da imprensa do estado e suas

arbitrariedades, ou mesmo levá-los aos Fóruns, às Juntas de Conciliação e Justiça, à Delegacia Regional do Trabalho, consistiu em um esforço tremendo empreendido pela gente do campo junto à entidade sindical. Tais experiências se mostraram essenciais às lutas de resistência, na medida em que se constituíam uma cultura do direito da gente despossuída.

Além disso, na ampliação da luta por terra e pelo reconhecimento dos direitos trabalhistas, o movimento da gente do campo conseguiu interferir e modificar a paisagem fundiária desse território, dada a desapropriação de terras de propriedades de engenhos e usinas que declararam falência. No município de Alagoa Grande, quase todas as terras de propriedade da usina Tanques foram desapropriadas pelo Incra e transformadas em assentamentos para famílias de trabalhadores rurais. São exemplos disso: os Assentamentos que recebem os nomes de líderes sindicalistas, como Margarida Maria Alves I e II, Severino Cassimiro, Maria da Penha I e II, José Horácio (1998), Nova Margarida, Mons. Luís Pescarmona, além de outros assentamentos, como Sapé, Quitéria, Coração de Jesus e Mares. De modo semelhante, a usina Santa Maria, no município de Areia, que, no início dos anos de 1990, deixava uma dívida de indenizações trabalhistas superior ao valor total das dozes propriedades que a usina detinha na região do Brejo paraibano, também teve suas terras desapropriadas pelo Incra e transformadas em assentamentos, como pagamento dessa dívida. Uma dessas propriedades, situada no município de Pilões, por exemplo, converteu-se no Assentamento Redenção.

Outro resultado que finca as suas raízes no movimento de resistência do campo foi a construção de espaços de memórias das lutas de resistência da gente pobre do campo. Nesse sentido, figuram a instituição de museus, como o Museu Casa Margarida Maria Alves, antiga residência da sindicalista, em Alagoa Grande e inaugurado no ano de 2001; o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas – MLLC, situado no povoado de Barra de Antas, na zona rural do município de Sapé, fundado em 2006. No ano de 1994, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos - CDDH, criado nos anos de 1970, foi nomeado Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves – FDDHMMA. Isso para citar apenas alguns dos espaços que guardam memórias das lutas de resistência da classe trabalhadora rural da Zona canavieira da Paraíba, para não serem silenciadas nem caírem nas fendas do esquecimento. Fincados na região zona canavieira do estado, eles representam, de certo modo e simbolicamente, a cristalização de marcas dos movimentos de resistência, revelando, nesses embates, perdas e conquistas.

Portanto, o que oferecemos, aqui, é uma história de homens e mulheres do mundo rural, uma narrativa que defende como essa gente despossuída se consentiu sair do anonimato, romper os medos, enfrentar toda a opressão e violência patronal para participar, ativamente, das lutas

de resistência organizada e pública. As ações sindicais, as mobilizações, as ocupações dos espaços públicos permitiram a formação de uma classe trabalhadora rural e, em menos medida, de uma consciência de classe. Vale salientar que, de certo modo, esses movimentos sociais do campo também serviram para dismantelar uma memória e uma história da classe dominante.

A pretensão desta nossa pesquisa foi a de contribuir com os estudos do mundo do trabalho, na Paraíba e no Nordeste, buscando reescrever uma história de homens e mulheres que possa dar a esses “homens esquecidos” do mundo rural espaços nas páginas da historiografia paraibana, fortalecendo as demandas de uma reescrita da história desses agentes históricos nas páginas dos livros didáticos de História.

Portanto, trata-se de uma história que exige uma constante reescrita, com a contribuição de novas pesquisas, novos estudos. Desse modo, preocupamo-nos em fazer emergir as vozes dos subalternos, dos despossuídos, da gente pobre do campo, enfim, dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Trata-se, apenas, uma contribuição que evoca novas pesquisas que possam reescrever, com maior clareza ainda, as experiências de homens e mulheres do campo.

Nossa intenção é que esta pesquisa possa suscitar, no mínimo, novas indagações sobre os mundos do trabalho na zona canavieira da Paraíba, como também novas pesquisas passíveis de responder às muitas perguntas que este estudo não conseguiu responder. Que a leitura deste texto seja, no mínimo, uma provocação à discussão!

REFERÊNCIAS

FONTES

Fontes orais

Entrevistas realizadas pelo autor

ALVES, Carmelita da Silva. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. Alagoa Grande-PB, 19 Dez. 2013.

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. Alagoa Grande-PB, 118 Jul. 2014.

FERREIRA, Luzia Soares. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. Alagoa Grande-PB, 18 Jul. 2014.

FREIRE, José Avelar. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. Alagoa Grande-PB, 19 Dez. 2013.

GUIMARÃES, José Guedes. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. Alagoa Grande-PB, 18 Dez. 2013.

LEITE, Maria da Soledade. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. Alagoa Grande-PB, 18 Dez. 2013.

MARINHO, Joaquina Maria. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. Alagoa Grande-PB, 18 Jul. 2014.

NASCIMENTO, Francisco. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. Alagoa Grande, 10 Jul. 2014.

SILVA, José Wamberto do Nascimento. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. Alagoa Grande-PB, 10 Jan. 2014.

Outras entrevistas

Entrevistas realizadas pelo **SEDUP – Serviço de Educação Popular** - de Guarabira nos anos de 1980 a líderes sindicais e padres. Guarabira: SEDUP, datilografado, s/d.

PEREIRA, Joacil de Brito. **Joacil de Brito Pereira (depoimento, 1978)**. Rio de Janeiro, CPDOC/UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2001.

Fontes impressas

Jornais

Jornal A UNIÃO. 1960; 1962; 1964; 1966-1967; 1969; 1980-1986; 1991; 1998; 2021.

Jornal CORREIO DA PARAÍBA. 1962; 1964; 1981; 1983-1985; 1986; 1995-1998; 2007

Jornal O NORTE. 1960; 1962; 1964; 1968-1972; 1974-1979; 1984-1986; 1987; 1993; 1995.

Jornal DIÁRIO DA BORBOREMA. 1969.

Jornal FOLHA DE SÃO PAULO. 2000.

Jornal JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA. 1984

Processos trabalhistas

Processos da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa, 1971-1972; 1974-1975; 1977-1978; 1981-1982; 1985-1986.

Processos da Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande, 1962-1963; 1969; 1981-1984.

Processos da Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira: 1986-1987

Livros de memória

ALMEIDA, José Américo de. **Memórias**: antes que me esqueça. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BANDEIRA, L. B.; MIELE, N. M.; GODOY, R. **Eu marcharei na tua luta**: a vida de Elizabeth Teixeira. João Pessoa: Universitária, 1997.

BARBOSA, Sebastião. **A mão armada do latifúndio**: Margarida, quantos ainda morrerão? João Pessoa: Editora A União, 1984.

CONSULTA POPULAR – PB. **João Pedro Teixeira**: vivo na memória e nas lutas dos trabalhadores. João Pessoa: Ideia, 2002.

COSTA, Walter Rabelo Pessoa da. **Anotações de um juiz de Direito. 1960-1985**. João Pessoa: Unigraf, 1988.

DANTAS, Antônio José. **Memória militante**. João Pessoa: Ideia, 2012.

HAM, Antônia Maria Van *et al* (Orgs.). **Memórias do povo**: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas – deixemos o povo falar. João Pessoa: Ideia, 2006.

SINDICATO RURAL DE TRABALHADORES DE ALAGOA GRANDE. **Violência rural e reforma agrária**: um relato de Penha, dirigente do STR de Alagoa Grande. Alagoa Grande: Colina da Primavera Editora, 1986.

Relatórios

PARAÍBA. **Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**. Relatório Final. João Pessoa: A UNIÃO, 2017. p. 393. Disponível em:

[file:///C:/Users/Rivaldo/Downloads/CEV-PB_Rel%C3%B3rio%20Final%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Rivaldo/Downloads/CEV-PB_Rel%C3%B3rio%20Final%20(1).pdf). Acesso em: 26 jun. 2021.

RELATÓRIO do Comitê Margarida Maria Alves. Informe nº 1. **Assassinato de Antônio Miguel de Brito**. João Pessoa: NDIHR/UFPB, 1984.

MOREIRA, Eliana Monteiro; ARAÚJO, Maria de Fátima Santos; QUEIROZ, Tereza Correia Nóbrega de. **Relatório Parcial de pesquisa Resgate histórico do Sindicalismo [rural] no Brejo paraibano**. Guarabira-João Pessoa: SEDUP/UFPB, [Digitalizado] 1994.

SERVIÇO DE EDUCAÇÃO POPULAR – SEDUP. Reunião do Polo Sindical Brejo I no STR de Alagoa Grande, 21 jun. 1985. **Relatório**. Guarabira: SEDUP, 1985.

Seminários, Encontros

SEMINÁRIO MEMÓRIA DAS LIGAS CAMPONESAS NA PARAÍBA. João Pessoa, 1., 2006. **Apanhado Taquigráfico**. Disponível em: <http://www.ligascamponesas.org.br/wp-content/uploads/2014/06/Seminario-Memoria-Camponesa-1-Mesa.pdf>.

Canavieiros em Greve: campanhas salariais e sindicalismo. Encontro de Canavieiros. Mar. 1985. **Cadernos do CEDI**. São Paulo, nº 14, dez. 1985.

Decretos, Leis

BRASIL. Decreto-Lei nº 6.969, de 19 de outubro de 1944. **Dispõe sobre os fornecedores de cana que lavram terra alheia e dá outras providências**. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República.

BRASIL. Decreto-lei nº 7.038, de 10 de novembro de 1944. **Dispõe sobre a sindicalização rural**. Rio de Janeiro: Presidência da República.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 902, de 30 de setembro de 1969. **Dispõe sobre a forma de tributação dos rendimentos da exploração agrícola ou pastoril e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República do Brasil, 1969.

BRASIL. Lei Nº 4.214 de 2 de março de 1963. **Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural**. Brasília: Presidência da República do Brasil, 1963

BRASIL. Lei Nº. 4.506, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o imposto que recai sobre as rendas e proventos de qualquer natureza**. Brasília, DF: 1964.

BRASIL. Decreto nº 57.020, de 11 de outubro de 1965. **Dispõe sobre a concessão de terra ao trabalhador rural da lavoura canavieira e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 13 out. 1965. Seção 1, p. 10.446.

BRASIL. Decreto nº 57.020, de 11 de outubro de 1965. **Dispõe sobre a concessão de terra ao trabalhador rural da lavoura canavieira e dá outras providências**.

BRASIL. Decreto Nº 74.784, de 30 de Outubro de 1974. **Dispõe sobre a criação do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE).** Brasília, DF: 1974.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.632, de 04 de agosto de 1978. **Dispõe sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional.** Brasília, DF.

BRASIL. Lei nº 7.783 de 28 de junho de 1989. **Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.** Brasília, DF: 1989.

BRASIL. **Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964.** Regula o direito de greve, na forma do art. 158, da Constituição Federal. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei Nº 5.899, de 8 de junho de 1973.** Estatui normas reguladoras do trabalho rural. Brasília, DF: 1964.

BRASIL. **Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF: 1964.

BRASIL. **Lei nº 4.214 de 2 de março de 1963.** Dispõe sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural”. Brasília, DF: 1963.

BRASIL. **Lei Nº 5.889, de 8 de junho de 1973.** Estatui normas reguladoras do trabalho rural. Brasília, DF: 1973.

BRASIL. Lei n. 7.324, de 18 de junho de 1985. **Cria a 13ª Região da Justiça do Trabalho e o respectivo Tribunal Regional do Trabalho, institui a correspondente Procuradoria Regional do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, ano 123, n. 114, p. 8561, 19 jun. 1985.

BRASIL. **Decreto Nº 82.614, de 8 de novembro de 1978.** Declara de interesse social, para fins de desapropriação, imóveis rurais situados nos municípios de Itabaiana e de Salgado de São Félix, no estado da Paraíba, compreendidos na área prioritária de Reforma Agrária, de que trata o Decreto nº 56.583, de 19/7/65, com prazo de intervenção governamental prorrogado, sucessivamente, pelos Decretos nºs. 60.465, de 4/03/67, 68.085, de 19/1/71, e 75.147, de 27/12/74. Brasília.

PARAÍBA. Lei Nº 7.310, de 16 de janeiro de 2003. **Dispõe sobre a extinção de cargo de delegado comissionado e dá outras providências.** João Pessoa, Assembleia Legislativa [2003].

PARAÍBA. Lei Nº 7.641, de 28 de julho de 2004. **Dispõe sobre a prorrogação do Prazo estabelecido no art. 2º da Lei nº 7.310, de 16 de janeiro de 2003, e dá outras providências.** João Pessoa, Assembleia Legislativa [2004].

PARAÍBA. Lei complementar Nº 58, de 30 de dezembro de 2003, que **Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do estado da Paraíba e dá outras providências.** João Pessoa, Assembleia Legislativa [2003].

Censos e Anuários

BRASIL. **Anuário Açucareiro**. Instituto do Açúcar e do Alcool. Ano XVI – 1950/51. Rio de Janeiro: Gráfica do IBGE, s/d.

BRASIL. Instituto do Açúcar e do Alcool. **Anuário do Açúcar na Paraíba**. Safras de 1960-1965. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

FUNDAÇÃO IBGE. **Censo Demográfico Paraíba**. VIII Recenseamento Geral – 1970. Rio de Janeiro: 1973. Vol. I, Tomo IX.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censos Econômicos de 1985 – Censo Agropecuária**. Nº 13, Paraíba. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE **Censo Demográfico - Paraíba**. IX Recenseamento geral do Brasil – 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1982. Vol. 01, Tomo 04, nº 11.

IBGE. **Censo Agropecuário da Paraíba**, 1970. Rio de Janeiro, 1975. VIII Recenseamento Geral. Vol III, Tomo IX.

IBGE. **Censo Agropecuário da Paraíba**, 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. IX Recenseamento Geral. Vol 2, Tomo 3, Nº 11.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro, 1960. Vol. XVII.

IBGE. **Censo Agrícola de 1960, Paraíba**. VII Recenseamento Geral do Brasil. Rio de Janeiro, 1966. Série Regional, Vol II, Tomo V.

Outros Documentos

PROPOSTA de Instituição do Comitê das Bacias hidrográficas do Litoral Norte, conforme Resolução nº 1, de 31 de agosto de 2003, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba. 2004. p. 46. Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/wp-content/uploads/2019/01/Proposta-de-Cria%C3%A7%C3%A3o-do-CBH-LN.pdf>. Acesso em: set. 2019

Fontes manuscritas

Documentos cartoriais

JOÃO PESSOA (PB). 2 Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Nascimento, Casamento e Óbitos. **Certidão [de] Casamento de Aginaldo Veloso Borges e Maria Luiza Peixoto Veloso Borges**. Registro em: 31 out. 1945. Certidão registrada às fls. 77-78 [p. 143-145] do Livro n. 33 de assentamento de casamento n. 6.277. Data de casamento: 31 out. 1945. Cf.: Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-X9B3->

[7M2?i=76&cc=2015754](#). Acesso em: 09 dez. 2021.

RECIFE (PE). Cartório de Registro Civil de Nascimentos e Óbitos da Madalena do Município de Recife. Livro de Termo de Óbito. **Certidão de Óbito [de] Maria Luiza Peixoto Velloso Borges**. Registro em: 4 mai. 1999. Certidão registrada às fls. 34 do livro n. 53-C de assentamento de falecimento n. 48308. Registro em: 4 mai. 1999. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/sources/LBDT-MCM> Acesso em: 18 abr. 2021.

ITABAIANA (PB). Cartório de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos de Itabai-ana. Livro de Óbitos. **Certidão de Óbito [de] Anísio Pereira Borges**. Registro em: 13 dez. 1940. Certidão registrada às fls. 45-46 do livro n. 38 de assentamento de óbito 2.952. Data de óbito: 13 dez. 1940. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/details/LBDT-MCM>. Acesso em: 23 jun. 2021.

RIO DE JANEIRO (RJ). Matriz da Freguesia do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé do Rio de Janeiro – RJ. Livro de Assentamento de Casamento. **Assentamento de Casamento de Ba-rão de Mamanguape, Flávio Clementino da Silva Freire e Maria do Carmo Salles**. Registro em: 13 out. 1869. Certidão registrada às fls. 250 do livro n. 9-A de registro de casamento n. 73. Data de casamento: 13 out. 1869. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/sources/9XTV-F2G> Acesso em: 19 abr. 2022.

CRUZ DO ESPÍRITO SANTO (PB). Cartório de Registro Civil da Villa de [Cruz do] Espírito Santo. Livro de Registro Civil. **Certidão de Nascimento de Renato Ribeiro Coutinho**. Registro em: 30 jan. 1913. Certidão registrada às fls. 197 do livro n. 2 (1904-1918) de assentamento de nascimento n. s/n. Data de nascimento: 23 jan. 1913. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6519-38S?i=104&cc=2015754&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGX2-9WQ3>. Acesso em: 22 mar. 2022.

PILAR (PB). Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da Villa de Pilar-PB. Livro de Registro de nascimento. **Certidão de Nascimento [de] Noemia Vellozo Borges**. Registro em: 1 mar. 1891. Certidão registrada às fls. 72- 73 do livro n. 1 de assentamento de nascimento n. 2. Data de nascimento: 28 fev. 1891. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6XWS-T99?i=74&cc=2015754> Acesso em: 19 abr. 2022.

Fichas de inscrição, Livro de inscrição, Livros de Atas

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Fichas de Inscrição Sindical** – 1962-1985.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE. Alagoa Grande-PB. **Livro de Inscrição dos Associados**. Livro II (1967-1978).

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Livro de Atas I** (1962-1967).

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE, ALAGOINHA E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Livro de Atas II** (1970-1974).

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Livro de Atas III** (1970-1982).

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE E JUAREZ TÁVORA. Alagoa Grande-PB. **Livro de Atas IV** (1978-1982).

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE Alagoa Grande-PB. **Livro de Atas V** (1982-1984).

Fontes Audiovisuais

Fotografias

EGLER, Walter Alberto; JABLONSKY, Tibor. **O Vale de Alagoa Grande**. 1956. Imagem digital. (conjunto de três fotografias p&b).

NASIASENE, Alberto Eugênio de Medeiros. **Arruados e usina Tanques, Alagoa Grande-PB**. 1979. Imagem digital. (5 fotografias).

NASIASENE, Alberto Eugênio de Medeiros. **Bairro Morro do Cruzeiro em Alagoa Grande-PB**. 1979. Imagem digital. Álbum particular de Alberto Nasiasene. (várias fotografias).

Audiuvísal

SALA DE Cinema: Entrevista com Vladimir Carvalho. Direção e Roteiro: Luís R. Cabral. Produção: Plateau Produções. SESCTV. 2010. 57 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=POxpU_42IPo&feature=youtu.be. Acesso em: 20 Jun. 2020.

O PAÍS de São Saruê. Direção Vladimir Carvalho. Produção: Vladimir Carvalho e João Ramiro Mello. Brasil. 1971. 1 DVD. 83 min, son., p&b.

NOS CAMINHOS de Margarida. Direção: Barack Fernandes. Brasil: CONTAG, 2017. 1 Vídeo (30 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sjxruyZt-eM>. Novo acesso em: 29 jan. 2019.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xxcr_d_chO4. Acesso em: 9 abr. 2022.

O HOMEM de Areia. Direção de Vladimir Carvalho. Rio de Janeiro: Embrafilme/Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1981. 1 DVD (126 min.), p&b.

ENTREVISTA com o médico Severino Bezerra de Carvalho. [Entrevista concedida a] Ricardo Antônio Rosado Maia, Francisco Orniudo Fernandes e Manoel Jaime Xavier Filho. Campina Grande: Museu da Imagem e do Som do CRM-PB, 2010. Entrevista concedida para o acervo do Museu da Imagem e do Som do Conselho Regional de Medicina da Paraíba - CRM-PB, 1 vídeo (21 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uGGydO-1qZM>. Acesso em: 12 dez. 2021.

UMA QUESTÃO de terras. Direção: Manfredo Caldas, Produção: Manfredo Caldas. Brasil: 1988. 1 vídeo (81 min). Color, som. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4p8CcpcAyWw>. Acesso em: 16 de junho de 2020.

BAGAÇO de Cana. Direção: José Barbosa e Alberto Casagrande. Brasil (Paraíba):

SEDUP/CEDI-PB, 1987. 01 DVD (26 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HoOfGQhysnA>. Acesso em: 08 jun. 2023

CABRA marcado para morrer. Direção: Eduardo Coutinho. Produção: Eduardo Coutinho e Zelito Viana. Brasil: Mapa Filmes, 1984. 1 DVD, (120 min.)

Eletrônicas

Sites e Blogs consultados

<https://www.tre-pb.jus.br/>

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/Colecao8.html>

<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao/legislacao-federal>

<http://www.corteidh.or.cr/>

<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/arquivo>

<http://www.fundacaomargaridaalves.org.br/>

<http://www.ihgp.net/revistas.htm>

<https://fcja.pb.gov.br/>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Alagoa_Grande#/media/Ficheiro:Brazil_Para%C3%ADba_Alagoa_Grande_location_map.svg

<https://bdgex.eb.mil.br/bdgex/mobile/?l=963,953&c=-35.629133,-7.045903&z=9>

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/alagoa-grande/historico>

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/juarez-tavora/historico>

<http://www.semeandohistoria.com/2012/01/geografia-da-cana-na-obra-de-jose-lins.html>

<https://pbtur.com.br/node/10782>

<http://www.rotaliteraria.com/2012/08/minha-poesia-tambem-tinha-um-forte.html>

<http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-pb-02082019.pdf>

<http://www.al.pb.leg.br/espaco-do-cidadao/emancipacao-dos-municipios>

<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-alagoa-grande.html>

<https://cachacavolupia.com.br/nossa-historia/>

<https://www.familysearch.org/pt/>

http://itabaianapbmemoria.blogspot.com/2010/11/historia_08.html.

ARQUIVOS E INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

Arquivo Histórico Waldemar Duarte – Fundação Espaço Cultural FUNESC - João Pessoa-PB

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba - IHGP - João Pessoa-PB

Arquivo do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR/UFPB - João Pessoa-PB

Arquivo da Comissão Permanente de Avaliação dos Documentos do TRT da 13ª Região/PB– CPDA – João Pessoa-PB

Biblioteca Juarez da Gama Batista – João Pessoa-PB

Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa-PB

Biblioteca da Universidade Federal de Pernambuco CFCH – Recife-PE

Biblioteca Setorial Professora Maria do Carmo de Miranda da Universidade Estadual da Paraíba – Centro de Humanidades - Campus III - Guarabira-PB

Fundação Casa de José Américo – João Pessoa-PB

Museu Casa Margarida Maria Alves – Alagoa Grande-PB

Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – NDH-CH/UEPB, Guarabira-PB.

Serviço de Educação Popular – SEDUP – Guarabira – PB

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande – Alagoa Grande-PB

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Francisco de Paula Melo. João Úrsulo, homem de visão. p. 35. IN: COUTINHO, Natércia Suassuna Dutra Ribeiro. **Odilon Ribeiro Coutinho**. Santa Rita/PB: Abril de 2008. Manuscrito da autora. Disponível em: <https://docplayer.com.br/105459033-Joao-ursulo-homem-de-visao.html>. Acesso em: 23 de março de 2022.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2 ed. Recife: Massagana/Cortez, 2001.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A fome tira o juízo: seca e conflitos sociais. **O Grão**. Ano I, nº 04, set/out.-1985.

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Casa, Cana e Poder**. Maceió: EDUFAL, 2009.

ALBUQUERQUE, Marcos Cavalcanti de. **Centenário de nascimento do historiador José Fernandes de Lima**. João Pessoa: Gráfica São Mateus, 2013.

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**: memórias de um município. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957.

ALMEIDA, Horácio. **História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978. Vol. 2. (Coleção Documentos Paraibanos, 7).

ALMEIDA, José Américo de. **A bagaceira**. 44 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3 ed. João Pessoa: A UNIÃO, 1980.

ALVES, Juliana Ferreira. **Violência entre (des)iguais**: memórias silenciadas nas lutas da Liga Camponesa de Sapé-PB (1962-1964). Dissertação (mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2019.

ANDRADE, Gilberto Osório de. **Os rios do açúcar do Nordeste Oriental III**: o rio Paraíba do Norte. João Pessoa: Editora UFPB/Conselho Estadual de Cultura-SEC, 1997. (Coleção Biblioteca Paraibana).

ANDRADE, Manoel Correia de. **Modernização e Pobreza**: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: UNESP, 1994.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Os Rios-do-Açúcar do Nordeste Oriental II**: o rio Mamanguape. João Pessoa: Editora UFPB/Conselho Estadual de Cultura, 1997. (Coleção Biblioteca Paraibana).

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Atlas, 1986.

ANDRADE, Manuel Correia. **Usinas de Açúcar e destilarias no Rio Grande do Norte e na Paraíba (Agro-indústria canavieira e a produção do espaço)**. Mossoró-RN: ESAM, 1988.

ANTUNES, Ricardo. **Crise e Poder**. São Paulo: Cortez, 1984. (Coleção Polêmicas do nosso Tempo, nº 4).

ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. 18 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ARANHA, Gervácio Batista. As estações de trem no Norte Brasileiro: redesenho da paisagem urbana. In: **ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História**. João Pessoa: UFPB, 2003.

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem e imaginário na Paraíba e região**: tramas Político-econômicas (1880-1925). Campina Grande: EDUFCG, 2006.

ARAÚJO, Darlene Karla. **Patrimônio Industrial no litoral da Paraíba**: identificação e preservação. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2019.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

AUED, Bernadete W. **A vitória dos vencidos**. (Partido Comunista Brasileiro – PCB e Ligas Camponesas 1955-64). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1981.

AZEVÊDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BACHELARD, Gaston. **Aterra e os devaneios do repouso**: ensaios sobre as imagens da intimidade. 2 ed. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARBOSA, Francisco de Assis dos Reis *et al.* Estudo de caso de inundações urbanas no município de Alagoa Grande/PB. João Pessoa: Conference Paper. **XVI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos**, 2005.

BARBOSA, Francisco de Assis dos Reis. **Medidas de proteção e controle de inundações urbanas na bacia do rio Mamanguape/PB**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2006.

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. Olho por olho... violações dos Direitos Humanos nos movimentos sociais do campo. In: SILVA, Marcília Gama da; SOARES, Thiago Nunes (Orgs.). **Pernambuco na mira do golpe, volume 3**: mundo do trabalho e dos trabalhadores. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. p. 30-53.

BATISTA, Francisco de Assis. **Nas trilhas da resistência cotidiana**: o protagonismo exercitado pelos camponeses no cariri paraibano (1900-1950). Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2010.

BÉLENS, Jussara Natália Moreira. **“Trabalhando feito homem”**: o (des)compasso do papel das mulheres de Estreito, Campina Grande-PB. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural). Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1998.

BENEVIDES, César Augusto Carneiro. **Camponeses em marcha**: estudo das Ligas Camponesas paraibanas (1960-1964). Dissertação (Mestrado em História Social). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1985.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7 ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7 ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 225 (Tese VII).

BERTRAND, Daniel. **Patrimônio, Memória e Espaço**: a construção da paisagem açucareira do Vale do Ceará-Mirim. Dissertação (Mestrado em História). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

BEZERRA, Josineide da Silva. **Novos municípios, velhas políticas**: práticas de emancipação distrital e estratégias de reprodução política na Paraíba (1951-1965). Tese (Doutorado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

BEZERRA, Marcela Heráclito. **Mulheres (des) cobertas, histórias reveladas**: relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas das trabalhadoras canavieiras na Zona da Mata Sul de Pernambuco (1980-1988). Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2012.

BLONDEL, Jean. **As condições da vida política no estado da Paraíba**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1957. Reimpressão (Facsimilar), Assembleia Legislativa-PB. A União. João Pessoa, 1994.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 16 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. 2 ed. Tradução de Sergio Miceli et all. São Paulo: EDUSP, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Apêndice: o espírito de família. In: **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. 11 ed. Tradução de Mariza Corrêa. Capinas, SP: Papirus, 2017.

BOURDIEU, Pierre. Modos de dominação. In: **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. 3 ed. Tradução de Maria da Graça Jacinto Setton. Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Nº 5. Brasília, jan-jul/2011, p. 193-216

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11 ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989-92). Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. 2 reim. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Levantamento Exploratório e de Reconhecimento dos Solos do Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro. Convênio MA/CONTA/USAID/BRASIL, 1972 (Boletins DPFS-EPE-MA, 15 - Pedologia, 8).

BRITO, José Augusto de. **Pilar é história**. João Pessoa: Ideia, 2005.

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**. Porto Alegre, Ano 4, Nº 7, jan/jun-2002, p. 50-81.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALLADO, Antônio. **Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco:** (Aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

CANTALICE, Dulce Maria Barbosa. **Alagamar:** um conflito solucionado? Dissertação (Mestrado em Economia). Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1984.

CARDOSO, Maria da Conceição Mariano. **Uma mão lava a outra:** o trabalhador rural e suas lideranças no Brejo paraibano. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1993.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta (Orgs.). **Retrato da repressão no campo Brasil 1962-1985:** camponeses torturados, mortos e desaparecidos. 2 ed. Brasília: MDA, 2011.

CARNEIRO, Renato César. **A bagaceira eleitoral verba, verbo e populismo:** a história do voto na Parahyba (da “Revolução de 30” a 1965). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. Vol. 2.

CARTER, Miguel. Desigualdade Social, democracia e reforma agrária no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social:** o MST e a reforma agrária no Brasil. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 27-70.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 7 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CARVALHO, Juliano Loureiro. **Pré-inventário dos engenhos da várzea do rio Paraíba.** Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2005

CARVALHO, Juliano Loureiro de. Do Império Marítimo ao proveito da terra, uma cultura territorial em mutação (Capitania da Paraíba, 1574-1654). **Revista PPGAU.** UFBA, 2008, p. 13-30, Ano VII, Nº. 1.

CASTRO, Josué. **A Fome:** um tema proibido. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome.** O dilema brasileiro: pão ou aço. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CATANI, Afrânio Mendes et al (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu.** Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 107-117.

CAVALCANTI, Manuel Tavares. **Epítome de História da Parahyba:** para uso das escolas primárias. Parahyba: Imprensa Oficial, 1914.

CAVALCANTI, Maria Helena Pereira *et al.* **Uma História de Pedras de Fogo.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

CAVALCANTI, Maria Helena Pereira *et al.* **Uma História do Conde.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB- NDIHR/PRAC, 1996.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do Cotidiano**: morar cozinhar. 6 ed. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CITTADINO, Monique. Movimentos populares, esquerdas e ditadura militar na Paraíba (1960-1968). IN: OLIVEIRA, Tiago Bernardon; AIRES, José L. Q.; SILVA, Vânia C. (Orgs.). **Poder, memória e resistência**: 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios. João Pessoa: Editora do CCTA, 2016.

CITTADINO, Monique. O golpe de 1964 e a instalação da repressão na Paraíba. Observanordeste, 2004. p. 03. Disponível em: https://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/observa_paraiba_001.pdf. Acesso em: 07 jun. 2021.

CITTADINO, Monique. **Poder local e ditadura militar**: o governo João Agripino - Paraíba (1965-1971). Bauru, SP: Edusc, 2006.

CORDERO, Beatriz Cardoso. **Universalização da Previdência Social no Brasil**: uma questão ainda em aberto. Dissertação (Mestrado em Economia Social e do Trabalho). Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

CORRÊA, Larissa Rosa. **Disseram que voltei americanizado**: relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura militar. São Paulo: Editora Unicamp, 2017.

CORREIA, Telma de Barros. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Nº 4, mai-2001, p. 83-98.

COSTA, Adailton Coelho. **20 anos do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba**. João Pessoa: [s.n.], 1991.

COUTINHO, Marcus Odilon Ribeiro. **André Ribeiro Coutinho**. João Pessoa: Sal da Terra, 2001.

COUTINHO, Marcus Odilon Ribeiro. **Flávio Ribeiro Coutinho**. João Pessoa: A União, 2000. Coleção Paraíba: Nomes do Século. Série Histórica, nº 7.

D'ICARAHY, Leonardo Dantas. **O Sonho da terra**: trabalhadores rurais e o surgimento do MST na Bahia (1975-1989). Dissertação (Mestrado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2018.

DABAT, Christine Rufino. “Absolutização da propriedade fundiária”, da monocultura e da exploração dos trabalhadores: a zona canavieira de Pernambuco após o golpe militar. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de; AIRES, José Luciano de Queiroz; SILVA, Vânia Cristina da (Orgs.). **Poder, memória e resistência**: os 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios. João Pessoa: Editora do CCTA/Mídia Editora, 2016.

DABAT, Christine Rufino. “É a parte que te cabe deste latifúndio”: acesso precário e limitado a terra para os trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco. **Tempos Históricos**, vol 18, p. 191-216, 2º Sem 2014.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**: Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

DABAT, Christine; DOURADO, Ana; ARAÚJO, Teresa Corrêa. Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 407-436

DANTAS, Avany Lúcia. **As agrovilas como uma nova forma de localização da mão de obra canavieira na Paraíba**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Mestrado em Geografia, 1989.

DAVIS, Natalie Zemon. **Nas Margens**: três mulheres do século XVII. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DÉ CARLI, Gileno. **Aspectos de Economia Açucareira**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1942.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 81-112.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 8 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019 (Coleção O Brasil Republicano, Vol. 3).

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A maldição do Trabalho: homens pobres, mendigos, ladrões... no imaginário das elites nordestinas 1850-1930**. João Pessoa: Manufatura, 2004.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado** - Ação política, poder e golpe de classe. Tradução do Laboratório de tradução da Faculdade de Letras da UFMG. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Emmy Lyra. **Movimento de Mulheres trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB)**: movimento social, trabalho e relações de gênero. Dissertação. (Mestrado em Geografia). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2014.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira: 1840/1910. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 10 ed. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEREIRA FILHO, José Marcelo Marques. O golpe de 1964 e a retomada do autoritarismo estrutural no mundo dos engenhos em Pernambuco. In: SILVA, Marcília Gama da; SOARES,

Thiago Nunes (Orgs.). **Pernambuco na mira do golpe, volume 3: mundo do trabalho e dos trabalhadores**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. p. 147-167.

FEREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **A arquitetura espacial da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. Tese (Doutorado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

FEREIRA FILHO, José Marcelo Marques. A indústria de corpos exauridos na *plantation* açucareira do Nordeste do Brasil. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (org.). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba**. Campina Grande: Eduepb, 2015.

FEREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Corpos exauridos: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco 1963-1973)**. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: entre o velho e o novo sindicalismo rural**. Tese (Doutorado em Educação). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2010. 145 p.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **Margarida, Margaridas: Memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **MiniAurélio século XX: o minidicionário da língua portuguesa**. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

FERREIRA, Edgardo Pires. **A mística do parentesco: uma genealogia inacabada: a teia do parentesco em Pernambuco**. Guarulhos, SP: ABC Editorial, 2011. Vol. 06.

FERREIRA, Esdras Sarmiento. **Cantata pra Alagamar: do conflito à produção musical**. Dissertação (Mestrado em Música). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017.

FERREIRA, Eunice. **A participação feminina na força de trabalho rural paraibana no período 1960-1991**. Dissertação (Mestrado em Economia Rural e Regional). Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 2000.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Olga Larissa Veiga. **“Onde termina a justiça social e começa a subversão?”: igreja católica progressista e movimentos sociais no campo sob a vigilância do SNI na Paraíba (1975-1985)**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2020.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar. Espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001

FONTANA, Joseph. **A Europa diante do espelho**. Tradução de Omar Ribeiro Tomaz. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 21 reim. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

FRANÇA, Diego Pessoa Irineu de. **A ação popular da Igreja Católica de Guarabira na luta pela terra em Alagoa Grande-PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2014.

FRANÇA, Wllame Walkiria Nóbrega de. **Processo de urbanização do Morro do Cruzeiro no município de Alagoa Grande/PB**. Monografia (Graduação em Geografia). Guarabira-PB: Universidade Estadual da Paraíba, 2012.

FREIRE, Antônio. **Araçá dos Luna Freire**. João Pessoa: Nova Paraíba Ind. Gráfica Ltda, 1972.

FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: sua história – 1625 a 2000**. 2 ed. João Pessoa: Editora A União, 2002. Vol. 01.

FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: sua história – 1625 a 2000**. 2 ed. João Pessoa: Editora A União, 2002. Vol. 02.

FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: sua história**. João Pessoa: Ideia, 1998.

FREIRE, José Avelar. Ligas Camponesas e prisões em Alagoa Grande. In: MELLO, José Octávio de Arruda; MELLO, Victor Raul da Rocha (Orgs.). **O movimento de 64 na Paraíba: origens, assalto ao poder e repressão**. [Livro Eletrônico]. Campina Grande: EDUEPB, 2019.

FREITAS, Geovani Jacó de. **Ecos da violência: narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 36 ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil**. 7 ed. São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 16 ed. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. 10ª reim. Porto Alegre, RS: L&PM, 2017.

GARCIA JR., Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado, Estratégia de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero/Editora UnB, 1989.

GARCIA, Marie France. **Feira e Trabalhadores rurais**: as feiras do brejo e do agreste paraibano. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984.

GARCIA-PARPET, Marie-France. Mercado e modo de dominação: a feira e as vinculações de trabalhadores na plantation açucareira nordestina. In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Orgs.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: Editora UNESP, 2008. Vol. 01. (Coleção História Social do campesinato no Brasil). p. 69-87.

GASSEN, Valcir. **A Lei de Terras de 1850 e o direito de propriedade**. Dissertação (Mestrado em Direito). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1994. 236 p.

GOMES, Iordan Queiroz. **A família Pessoa, o prestígio e a tradição**: encenações e práticas oligárquicas na Paraíba (1889-1942). Tese (Doutorado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2018.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares**: política e economia na Capitania da Parayba – 1585-1630. Bauru, SP: Edusc, 2007.

GOODY, Jack. **O Roubo da História**: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente. São Paulo: Contexto, 2008. 365 p.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada. 5 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014.

GRUZINSKI, Serge. **A águia e o dragão**: ambições europeias e mundialização no século XVI. Tradução de Joana Angélica d'Avila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GUHA, Ranahit. **Las Voces de la História y otros estudios subalternos**. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.

GUILHERME, Josinalva Maria Fernandes. **Processo de degradação da mata ciliar do rio Mundaú, Alagoa Grande/PB**. Monografia (Licenciatura Plena em Geografia). Guarabira-PB: Universidade Estadual da Paraíba, 2016.

GUIMARÃES, Flávia Maia. **A luta pela terra**: imaginário e gênero. Dissertação (Mestrado em Educação). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1998.

GUIMARÃES, José Guedes. **Fragmentos temáticos de Alagoa Grande 1960-2010**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2012.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Amazônia, território em movimento: vidas precárias. **História Unisinos**. Vol. 21, nº 1, Jan.-Abr./2017, p. 38-50.

GURJÃO, Eliete de Queiróz. **Morte e vidas das oligarquias**: Paraíba (1889/1930). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

HEREDIA, Beatriz Alasia de. **A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

HEREDIA, Beatriz Alasia de. **Formas de dominação e espaço social:** a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MCT/CNPq, 1988.

JOFFILY, Irineo. **Notas sobre a Parahyba.** Rio de Janeiro: Typographia do “Jornal do Commercio” de Rodrigues & C., 1892.

JULIÃO, Francisco. **Cambão:** a face oculta do Brasil. Recife: Bagaço, 2013.

JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

KAPLAN, José Alberto; SOLHA, W. J. **Cantata pra Alagamar.** (Acetato de Vinil). São Paulo: Discos Marcus Pereira, 1978.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. A questão da terra na Paraíba 1970-1980 (flashes). **Revista da ABRA.** Ano 13, nº 5, set-out/1983. p. 18-25

LANDER, Edgard (org.). **La colonialidad del saber:** eurocentrismo y Ciencias Sociales – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: FLCSO, 2000.

LARA, Silvia Hunold. **Campos de Violência:** escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEMO, Francisco de Assis. **Nordeste:** o Vietnã que não houve – Ligas camponesas e o golpe de 64. João Pessoa: Linha d'Água, 2008.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba:** um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Ana Paula da Silva; MELO, José Iranildo Miranda de. *Ipomoea* L. (Convolvulaceae) na mesorregião agreste do Estado da Paraíba, Nordeste brasileiro. **Hoehnea.** Vol. 46, Nº 1, p. 1-21, 2019.

LIMA, Hezrom Vieira Costa. Quilombos e diáspora africana: memórias das origens de Caiana dos Crioulos. In: ROCHA, Solange P.; GUIMARÃES, Matheus Silveira (Orgs.). **Travessias Atlânticas e a Paraíba Afro-Diaspórica.** – A Paraíba no pós-abolição e no tempo presente: racismo e trajetórias de resistência. João Pessoa: Editora UFPB, 2018. Vol. 2. p. 201-228.

LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. **Construindo o sindicalismo rural:** lutas, partidos, projetos. 2 ed. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

LIMA, Sérgio Ricardo Ribeiro. **Modernização e crise no setor sucro-alcooleiro da Paraíba, 1970-1997.** Dissertação (Mestrado em economia). Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1997.

LIMA, Sérgio Ricardo Ribeiro de; ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de. Modernização e crise do setor sucro-alcooleiro da Paraíba. **Revista Raízes.** Ano XVIII, Nº 19, p. 88-100, mai/1999.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 138-141.

LUIZ, Janailson Macêdo. **Das ressignificações do passado**: as artes da memória e a escrita da história da comunidade remanescente de quilombos Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande-PB. Dissertação (Mestrado em História). Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2013.

LUNA, Maria de Lourdes Lemos. **João Dantas e Anayde Beiriz: vidas diferentes, destinos iguais**. 1995.

MAIA, Sabiniano. **Flávio Ribeiro Coutinho**: história de uma vida e de uma época 1882-1963. João Pessoa: A UNIÃO, 1977.

MAIOR, Gilson Souto. **Rádio: História e radiojornalismo**. João Pessoa: A UNIÃO, 2015.

MARIZ, Celso. **Cidades e Homens**. Campina Grande: GRAFSET, 1985. (Coleção IV Centenário).

MARIZ, Celso. **Evolução Econômica da Paraíba**. 2 ed. João Pessoa: A União Companhia Editora, 1978.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2015.

MARSON, Michel Deliberali. A evolução da indústria de máquinas e equipamentos no Brasil: Dedini e Romi, entre 1920 e 1960. **Nova Economia**, Belo Horizonte, set/dez-2014, p. 685-710.

MARTINS, José de Souza. Alagamar. **Rev. Inst. Est. Bras.**, São Paulo, vol. 40, p. 143-144, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1982.

MARTINS, Maria José Félix. **Ilha Bela, espaços da recordação**: entre ruínas, memórias e o direito de narrar (Ceará-Mirim 1930-2000). Anais da ANPUH – 31º Simpósio Nacional de História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro primeiro O processo de produção do capital. Tomo 2. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

MATWYCHUCK, Margo L. Estratégias de casamento, história de mulheres, e experiências de mulheres entre famílias de usineiros em Paraíba, BRASIL. Tradução de Simone Miziara Frangella. **Cadernos Pagu**, nº 8, p. 211-247, 1997.

MAUPEOU, Samuel Carvalheira de. Seria o sítio uma forma de luta pela reforma agrária? A “Lei do Sítio” nos processos do TRT de Pernambuco (1980-1985). **Revista Historiar**, Vol. 07, N. 13, Ano 2015.2. p. 36-53

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Os barões do Ceará-Mirim e Mipibu**. Acervo virtual Oswaldo Lamartine. Disponível em: <https://colecaomossoroense.org.br/site/acervo-oswaldo-lamartine/> Acesso em: 17 abr. 2022.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos Movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. O regime empresarial-militar e a questão agrária no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do regime autoritário**: ditadura militar e redemocratização. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 208-239

MELLO, José Octávio de Arruda. Do populismo radical ao desenlace na Paraíba. IN: GUEDES, Nonato et al (Orgs.). **O jogo da verdade**: Revolução de 64 - 30 anos depois. João Pessoa: A UNIÃO, 1994.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**: luta e resistência. 11 ed. João Pessoa: A UNIÃO, 2008.

MELLO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. **Galeria Paraibana**. João Pessoa: Editora Universitária, 1998. p. 15-20.

MELO, Alan Lane de; COELHO, Paulo Marcos Zech. Schistosoma mansoni e a Esquistossomose. In: NEVES, David Pereira et al (orgs.). **Parasitologia Humana**. 13 ed. São Paulo: Atheneu, 2016. p. 225-245.

MELO, Mário Lacerda de. **O açúcar e o homem**: problemas sociais e econômicos do nordeste canavieiro. Recife: MEC- Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975.

MENDES FILHO, Gildásio Álvares. 2 ed. **Avaliação do desempenho do PROÁLCOOL na Paraíba**. Campina Grande: GRAFSET, 1983.

MENDONÇA, Maria Luisa. O monopólio da terra e os direitos humanos no Brasil. In: MAYBURY-LEWIS, Biorn; RANINCHESKI, Sônia (Orgs.). **Desafios aos direitos humanos no Brasil contemporâneo**. Brasília: Verbená Editora, 2011.

MENEZES, Marilda; MALAGODI, Edgard; MOREIRA, Emilia R. Da usina ao assentamento: os dilemas da reconversão produtiva no Brejo Paraibano. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 2013. p. 332-358.

MIELE, Neide. **A mulher na palha da cana**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1985.

MILLS, C. Wright. **A Elite do Poder**. 4 ed. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MINTZ, Sidney W. **O Poder Amargo do Açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Organização e tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003.

MINTZ, Sidney W. Produção tropical e consumo de massas: um comentário histórico. *In: O poder amargo do açúcar*: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2003.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da colônia**: limites e espaços de cura. 2 ed. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011.

MIRANDA, Moema Maria Marques de. **Espaço de honra e de guerra**: etnografia de uma Junta Trabalhista. Dissertação de Mestrado. RJ: UERJ, 1991.

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antonio. **A ação territorial de uma igreja radical**: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família**: para uma sociologia política das elites e do poder político-familiar. São Paulo: LiberArs, 2017.

MONTEIRO, José Marciano. Parentesco e representação política: a força do capital político familiar na 54ª legislatura do Congresso Nacional. **Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses)** Curitiba, Vol. 2, nº 2, p. 561-579, maio/2016.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **As Ligas Camponesas e os conflitos no campo**. João Pessoa: SAECULUM – Revista de História, jan/jun, p. 11-31, 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: HUCITEC, 2000.

MORAES, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. Brasília: IATTERMUND, 1997.

MORAES, Maria Lygia Quartim. Cidadania no feminino. *In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). História da cidadania*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 495-515

MOREIRA, E. R. F. **Mesorregiões e Microrregiões da Paraíba**: Delimitação e Caracterização. João Pessoa: GAPLAN, 1988.

MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997. v. 1 e 2.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1996.

MOREIRA, Ivan Targino *et al.* **Memória camponesa:** as ligas camponesas na Paraíba. João Pessoa: Universitária, 2011.

MOREIRA, Márcio Marcêdo. **Entre Britos e Gaudêncios:** cultura política e poder familiar nos cariris velhos da Paraíba (1930-1960). Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2014.

MOTTA, Márcia; ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. Ligas Camponesas: história de uma luta (des)conhecida. IN: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). **Formas de resistência camponesa:** visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Brasília, DF: Editora UNESP, 2009. p. 243-257. Vol. 2.

MOURA, Fernando; VICENTE, Antônio. **Jackson do Pandeiro:** o rei do ritmo. São Paulo: Editora 34, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NEGRI, Barjas. A indústria brasileira de equipamentos para o setor produtor de açúcar e álcool: um estudo de oligopólio. **Revista de Economia Política**, Vol 01, nº 3, p. 83-105, jul-set/1981.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flavio dos Santos. As greves antes da “grève”: as paralizações do trabalho feitas por escravos do século XIX. **Revista Ciência e Cultura/SPBC**, Ano 65, nº 02, abr./maio/jun.-2013, p. 56-59.

NEVES, Gildivan Francisco das. **História e memória da “luta do povo de Alagamar”:** experiências de vida e construção de práticas educativas em diálogo com a Educação Popular. Dissertação (Mestrado em Educação). João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2014.

NOVAES, José Roberto Pereira. **Reflexos do Plano Preliminar de Reforma Agrária na Paraíba**, Campina Grande, mimeo.

NOVAES, José Roberto. Margarida Alves: uma líder sindical. **Revista da ABRA**. Ano 13, nº 5, p. 3-17, set-out/1983.

NOVAES, Regina Reys. **De corpo e alma:** catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

NUNES, Mariângela de Vasconcelos. **Entre o Capa Verde e a Redenção:** a cultura do trabalho com o agave nos Cariris Velhos (1937-1966, Paraíba). Tese (Doutorado em História). Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Golpe civil-militar e repressão ao movimento sindical no imediato pós-golpe no estado da Paraíba. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (Org.). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste:** análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: Eduepb, 2015.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação. In: DANTAS, Éder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e

(Orgs.). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba**: história, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014

OLIVEIRA SOBRINHO, Reinaldo de. **Terras de massapê**. 2 ed. João Pessoa: 1986.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista. O IPHAEP e a produção do patrimônio cultural paraibano. **Cadernos do CEOM**. Chapecó-SC, Argos, Ano 22, Nº 30, p. 55-81, 2009.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. IN: **Cadernos de ciência e tecnologia**, Brasília, v.16, n.2, p. 97-134, maio/ago. 1999.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio das genealogias**: classe dominante e estado no Paraná (1853-1930). Tese (Doutorado em Sociologia). Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

PAIVA JÚNIR, Hugo Barbosa de. **Efeitos do Rompimento da Barragem de Camará na área urbana do município de Alagoa Grande/PB**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2006.

PARAÍBA. **Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**. Relatório Final. João Pessoa: A UNIÃO, 2017. p. 393. Disponível em: [file:///C:/Users/Rivaldo/Downloads/CEV-PB_Relat%C3%B3rio%20Final%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Rivaldo/Downloads/CEV-PB_Relat%C3%B3rio%20Final%20(1).pdf). Acesso em: 26 jun. 2021.

PASSETTI, Edson. O menor no Brasil republicano. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 146-175

PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**. Nº 28, 1987. Relatório a UFSC.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4 ed. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et all. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PEREIRA, Bruno Alves. **Agroindústria Canavieira**: uma análise sobre o uso da água na produção sucroalcooleira. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação**: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

PESSOA, Victor Gadelha. **As Ligas Camponesas da Paraíba**: história e memória. Dissertação (mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2015.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e Especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da cidadania**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 265-309.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977. Vol. 2. (Coleção Documentos Paraibanos 5).

PORPHIRIO, Max Fellipe Cezario. *A Liga*: resistência e organização política dos trabalhadores rurais (1962-64). **Tempos Históricos**. Vol. 22, 1º Semestre de 2018, p. 17-49.

POTENGY, Gisélia Franco. As mudanças nas relações do trabalho e o novo clientelismo no campo na Paraíba. In: **Cad. Est. Soc.** v. 6, n. 2. p. 283-300, jul./dez., 1990.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 46 reimp. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PROPOSTA de Instituição do Comitê das Bacias hidrográficas do Litoral Norte, conforme Resolução nº 1, de 31 de agosto de 2003, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba. 2004.

PROST, Antoine. As palavras. IN: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2 ed. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 295-330

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. 3 edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da morte, esperança de vida**: a história das Ligas Camponesas na Paraíba. Dissertação (Mestrado em História). Campinas – SP: UNICAMP, 2000.

REDWOOD, John; FIORENTINO, Raul. Características e consequências do Polonordeste e análise preliminar das necessidades de capacitação dentro do programa. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, vol. 19, nº 3, p. 509-529, jul/set-1981.

RÊGO, André Heráclio. **Família e coronelismo no Brasil**: uma história de poder. São Paulo: A Girafa, 2008.

REGO, José Lins do. **Menino de engenho**. 84 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2002.

REGO, José Lins do. Usina. *In: José Lins do Rego: ficção completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2006. Vol. 1.

REIS, Fernanda Teixeira. **Política mandonista no estado da Bahia**: o fenômeno político do carlismo e as sucessivas estratégias de adaptação da elite política baiana. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

REIS, João J. A greve negra de 1857 na Bahia. **Revista USP**, nº 18, 1993. p. 06-29

REZENDE, Maria Valéria. Aurora dos Prazeres. *In: Vasto Mundo*. [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. p. 93-98.

ROCHA, D. Jaime Vieira (Org.). Declaração dos Bispos do Nordeste. *In: Sob os signos da esperança e da responsabilidade social*: anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste (Campina Grande, 1956/ Natal, 1959). Campina Grande: EDUEPB, 2016, p. 85-119. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/c6yqx/pdf/rocha-9788578794859-04.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

ROCHA, Guilherme Salgado. **Margarida Alves**. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1996. Coleção Construtores da justiça e da paz.

ROCHA, Solange P.; GUIMARÃES, Matheus Silveira (Orgs.). **Travessias Atlânticas e a Paraíba Afro-Diaspórica**. – A Paraíba no pós-abolição e no tempo presente: racismos e trajetórias de resistência. João Pessoa: Editora UFPB, 2018. Vol. 2.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX. Tradução de Ana Maria Scheirer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RODRIGUES, Geraldo Stachetti et al. Gestão Ambiental Territorial da Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape (PB). **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2008. Nº 50, Nov. 2008.

RODRIGUES, Janete Lins (Coord.). **Atlas Escolar da Paraíba**: espaço geo-histórico da Paraíba. 3 ed. João Pessoa: Editora GRAFSET, 2002.

RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. **Terra que brota Margaridas e encerra vidas**: judicialização da questão agrária e violência no campo paraibano. Tese (Doutorado em Geografia). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2018. 446 p.

ROGERS, Thomas D. **As feridas mais profundas**: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Unesp, 2017.

SALES, José Borges de. **Alagoa Nova**: notícias para sua história. Fortaleza-CE: Gráfica Editora R. Esteves Tipogresso Ltda., 1990.

SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho e M. **Nordeste, Açúcar e Poder**: (um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba) 1920/1962. João Pessoa: CNPq/UFPB- GRAFSET, 1990.

SANTOS, Maria Clyvia Martins dos. **“A tragédia de Mari”**: resistência camponesa no município de Mari-PB em 1964. Dissertação (Mestrado em Geografia). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017.

SANTOS, Maria Clyvia Martins dos; MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antônio. A tragédia de Mari: resistência camponesa no município de Mari-PB em 1964. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 15, nº 37, p. 139-168, ago., 2020.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. Os anos 1950-1960: a bossa, a democracia e o país subdesenvolvido. In: **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 412-436.

SCHWARZER, Helmut. Previdência rural e combate à pobreza no Brasil: resultados de um estudo de caso no Pará. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Nº 14, abr./2000, p. 72-102.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SCOTT, James C. Exploração normal, exigência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, Jan-Jul de 2011. p. 217-243

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Cadernos de História**, vol. 11, nº 11, Recife, 2016, p. 9-39.

SCOTT, Joan W. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. 7 reim. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 63-95.

SEIXAS, Wilson. Pesquisa para a história do sertão da Paraíba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. Nº 21.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **Corpos para o Capital**: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2019.

SILVA, Janaína Vicente da. **As mulheres vão à luta**: experiência e resistência da paraibana Maria da Penha Nascimento Silva (1970-1991). Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2022.

SILVA, Levi da. **Turismo e economia no município de Alagoa Grande**. Monografia (Licenciatura Plena em Geografia). Guarabira: Universidade Estadual da Paraíba, 2015.

SILVA, Lucimário Augusto da. **Pilar, da aldeia cariri aos nossos dias (1758-2007)**. 2 ed. João Pessoa: F&A Gráfica e Editora, 2007. 168 p.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória**: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Recife: Editora da UFPE, 2014.

SILVA, Marcondes Alexandre da. **O homem e o poder**: a trajetória de vida e a atuação política do major-coronel Theodorico Bezerra - de Santa Cruz a Tangará/RN (1903-1965). Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2016.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. De colona a boia-fria. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 464-483.

SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. **A política paraibana vigiada**: políticos e militares sob os olhos do SNI (1964-1985). Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2020.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p. 399-429.

SOUSA, Rivaldo Amador de Sousa; WANDERLEY, Alba Cleide Calado; LIMA, Andréa Maria da Silva. Concentração fundiária na zona do plantation açucareiro da Paraíba e as políticas de resistência: algumas aproximações. In: SOUZA, Andréia Virgulino de *et all* (Orgs.). **Anais do I Seminário Nacional de Educação Popular e Movimentos Sociais do Campo e V Encontro de Pesquisas e Práticas em Educação do Campo na Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 2020. p. 1306-1318.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emilia; MENEZES, Marilda. As ligas camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas. **Ruris**. V. 5, nº 1, Março, 2011. p. 83-117

TAVARES, João de Lyra. **A Parahyba**. Parahyba: Imprensa Oficial, 1910. Vol. II.

TAVARES, João de Lyra. **Apontamentos para a História Territorial da Parahyba**. Parahyba: Imprensa Oficial, 1910. Vol. 01.

TERUYA, Marisa Tayra. **Família e poder na Paraíba (os Maia de Catolé do Rocha/PB – um estudo de caso sobre práticas endogâmicas)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1995.

TERUYA, Marisa Tayra. **Trajetória Sertaneja**: um século de poder e dispersão familiar na Paraíba (1870-1970). Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa I**: a árvore da liberdade. 4 ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a maldição de Adão. 2 ed. Tradução de Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária**, 3: a força dos trabalhadores. 2 ed. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. In: **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. 3 reimp. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

TOSI, Giuseppe. **Terra e salário para quem trabalha**. Um estudo sobre os conflitos sociais no Brejo paraibano. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural). Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1988.

VELÔSO, Thelma Maria Grisi; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Memórias sobre um conflito de terra em relato de história de vida. **Fractal, Rev. Psicol.**, vol 25, n. 1, p. 23-40, Jan./Abr. 2013.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos. **Trabalhadores nos canaviais de Alagoas**: um estudo sobre as condições de trabalho e resistência. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Carlos-SP: Universidade Federal de São Carlos, 2012.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIDAL, Wylka Carlos Lima. Os Vinte anos do TRT da Paraíba. **Revista do Tribunal TRT Nº 13**, vol. 1, nº. 1, 2005, p. 86-93.

VIEIRA, Carolina Nascimento. **Habitus e Habitação**: a precarização ideológica da taipa de sebe no Brasil. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. Ecologia versus direito de propriedade: a terra na economia-mundo capitalista. JANUS.NET, **e-journal of International Relations**, Vol. 1, n.º 1 (Outono 2010), pp. 1-11.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Le capitalisme historique**. Paris: La Découverte, 1990. Collection Repères.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ZENAIDE, Hélio Nóbrega. **História do Sertão do Paó**. João Pessoa: A UNIÃO, 1979.